



O CONCELHO DE GONDOMAR



CAMILO DE OLIVEIRA

O CONCELHO DE GONDOMAR

(APONTAMENTOS MONOGRÁFICOS)

VOLUME III

1934
IMPRENSA MODERNA, L.D.A.
Rua da Fábrica, 80
PÔRTO



Biblioteca Municipal de Gondomar	Aquisição:	5172
Nº de Registo:	Data:	2007
F2	Cota:	408.401.400cc [3]
Mfn:		3430



CAPÍTULO V

SUMÁRIO: — Instrução pública nacional e ensino primário oficial. Seu desenvolvimento através da História. Criação de escolas em Gondomar. Deliberações camarárias sobre provimento de cursos escolares, até 1926. Mapas estatísticos da freqüência. O legado Montenegro. Escola Industrial de Marques Leitão. Imprensa: semanários e seus directores. Biblioteca Municipal e particulares.

DA INSTRUÇÃO EM GERAL NO NOSSO PAÍS

Em *A Morgadinha dos Canaviais*, Júlio Deniz, o mavioso pintor dos quadros campestres e profundo observador da psicologia popular, escreveu:

«A cultura dos espíritos é como a cultura das terras. O lavrador exulta, estremece de prazer, vendo pulular do solo, arado e semeado de pouco, os rebentos do grão que o calor fez germinar, e volverem-se as fôlhas, estenderem-se e enflorarem-se os ramos, penderem os frutos e colorirem-se das tintas da maturidade; mas, enquanto vergado, coberto de suor, arquejante, se afadiga a arrotear o terreno duro e quem sabe se ingrato aos seus cuidados, muita vez lhe falece o alento, e se olha de quando em quando para o céu, não é para lhe agradecer com risos os gozos que ele lhe dá; mas para lhe pedir, com lágrimas, a fôrça que lhe mingua.

De igual modo, se é grato ao cultor das intellências o vé-las desenvolver, florir, frutificar; árdua, improba, desesperadora é muita vez a tarefa da sua educação. É mister possuir um grande tesouro de ideal, para que o suave e risonho tipo, que da infân-

cia concebemos, não se transtorne, na fantasia destas vítimas dela, em não sei que figura diabólica e maligna, que lhes envenena todos os momentos de alegria.

Além disso, o pobre professor de instrução primária, sôbre quem pesam os mais fastidiosos encargos da instrução, não pode ser comparado ao agricultor do nosso simile; é antes o jornaleiro contratado por magro salário, para, à fôrça de braço, lavrar o solo donde, mais tarde, romperá a vegetação, que ele não terá de ver e que a outros concederá os gozos e o benefício. Venceu também o humilde professor, e por o mesmo preço que o jornaleiro, que não vão mais longe com ele as liberalidades dos nossos governos, venceu as maiores cruezas do magistério; mas não verá também o resultado das suas fadigas. Fogem-lhe as inteligências que educou, justamente quando com mais amor as devia contemplar; e se o destino reserva a qualquer dessas inteligências um futuro de glórias, raro é que volvam um olhar agradoado para as humildes mãos que as sustentaram, quando ainda não tinham asas para voar.

Quasi todos os grandes homens cometem esta ingratidão. Falam nos seus mestres de filosofia, de matemática, de literatura, e não salvam do esquecimento, pronunciando-o, o nome do primeiro mestre, do que os ensinou a ler.» E quão difícil é saber ensinar! Encaminhar o cérebro da criança para a clara luz do entendimento através das letras do alfabeto!

A propósito da reforma do ensino de 1886, já dizia António Cândido: «Não há na política, problema mais complexo do que o da instrução pública. Para o resolver é preciso conhecer profundamente a psicologia individual e a psicologia social, a alma do homem e a alma da sociedade. As ideas têm uma hierarquia positiva, e os cérebros uma formação gradual. A relação dêstes dois elementos dá o método. Quem conhece bem a metodologia em Portugal?...».

(Disc. parl. de 15 de Julho de 1887).

E qual tem sido o progresso da instrução pública em Portugal através dos tempos?

Sabe-se que o primeiro rei português indo buscar ao elemento árabe as bases da nacionalidade, encontrou o povo semi-selvagem, alumiado apenas pelas luzes do Evangelho e do Alcorão. Eram duas civilizações que se entrechocavam; o cristianismo que havia de trazer o germe de futuras conquistas nas aventuras da guerra e nas expansões coloniais; por sua vez o maometismo deixa, como se vê pelos livros que sobreviveram, homens notáveis nas ciências e nas artes e ai estão a comprová-lo monumentos assombrosos, tais como o sumptuoso alcáçar de Sevilha ou a soberba e inimitável obra de arte que se chama Alhambra!

A instrução popular, porém, não existia, porque toda a actividade política era absorvida na luta contra a mourama, e, quando não, contra os castelhanos. A ignorância era vaga imensa que cobria todas as camadas sociais, desde o lavrador ou artista até ao soberano! Antes de D. Deniz é muito provável que nenhum rei português soubesse ler e escrever; é o que se deduz do que se lê no Arquivo Nacional, na declaração afirmada pelo punho do citado monarca:

«E eu El-Rey D. Diniz sobresscrevy aqui com minha maaom.»

Não nos admiramos do caso. O próprio clero secular não estava mais adiantado. No velho cartório do Mosteiro da Serra do Pilar, encontrava-se um prazo (documento) que dava como testemunhas alguns cónegos e o capelão do Mosteiro, que declararam não assinarem *por não saberem escrever!*⁽¹⁾

(1) Mui freqüentemente se ouve citar números, para documentar o analfabetismo nacional. Na verdade são em geral números globais os indicados; e por êles se reconhece que as aldeias dão maior percentagem do que as cidades.

Pesquisando os números correspondentes a pequenas zonas, mesmo a províncias, as médias tornam-se inverosímeis. Assim, em 1890, no País havia apenas 208 por 1.000 habitantes

E tal escritura não era dos tempos afonsinos; tem a data de 1467. Mais: havia por várias dioceses párocos analfabetos. Veja-se a Confirmação da igreja de Ferreira, em 1387. (Viterbo, *Elucidário*, tómo I; e *Memórias*, mss., de D. Bernardo da Encarnação, no cartório do Mosteiro da Serra do Pilar, Livro I, *Elucidário*).

Havia uma única instrução — que era a ministrada nos conventos e mosteiros. Era para os crúzios, bentos e bernardos. O magistério residia nos claustros, como património exclusivo dos monges ou dos cónegos regrantes.

Com D. Deniz abre-se a primeira escola pública — o *Estudo Geral*, em Lisboa, em 1290. Foi com este soberano que começou a usar-se a língua portuguesa em documentos oficiais; ao mesmo tempo desbravam-se terras incultas, planta-se o pinhal de Leiria, tomam largo incremento o comércio e a marinha mercante e o poeta-lavrador vê a sua corte atingir o esplendor da poesia trovadoresca. Surge então o estudo da medicina e do direito romano, delineamentos da futura Universidade.

Com a auspíciosa dinastia joanina, aparece o arrojado pensador de Sagres; e desse alfobre de estudiosos desenvolve-se uma messe de cometimentos generosos nas letras, nas artes, nas ciências e nas lutas, que levantaram Portugal ao apogeu da glória; Pedro Nunes e Nun'Álvares, Vasco da Gama e Camões, para não citarmos mais, sintetizam o valor e a civilização daquela época em que circunnavegámos a

que sabiam ler; por 1.000 varões havia 281 e por 1.000 fêmeas apenas 139.

Em 1900 sabem ler 219 por 1.000 habitantes. Por 1.000 varões, sabem ler 295; por 1.000 fêmeas, 150.

No período intercensuário 1890-1900, a instrução dos varões progrediu mais que a das fêmeas.

Creio que foi sempre assim. Ainda não há muitos anos, mães havia (ou até pais) que não mandavam as filhas à escola, para elas não saberem escrever... cartas aos namorados!

África, fomos à Índia, ao Japão e ao Novo Mundo. E ai estão e estarão sempre de pé, a *Batalha*, os *Jerónimos* e os *Lusiadas*, a afirmarem o mais belo e autêntico testemunho da grandeza excelsa dum povo.

Mas o ensino primário? É ainda muito cedo. João de Barros e Fernão de Oliveira dão-nos as primeiras gramáticas, *cartilhas* para aprendizagem da leitura⁽¹⁾. Por esse tempo a Companhia de Jesus, tomado conta do ensino superior e médio, desde 1542, enfeudou à sua soberania tôdas as inteligências ávidas do saber. A própria Universidade de Coimbra não escapou aos golpes da sua temível rival — a Universidade jesuítica de Évora; e tudo assim caminhava até que o ensino tirado à Companhia de Jesus é entregue às Congregações, devido ao pulso enérgico do Marquês de Pombal que neste ramo de serviço público prestou altos serviços à instrução nacional, criando uma escola em cada centro local e a inspecção e dotação do ensino⁽²⁾.

Toma desde então largo desenvolvimento o ensino particular, porque a Inquisição foi substituída pelo simples tribunal régio. Em 1761 foi fundado o *Real Colégio de Nobres*; em 1772, o *Colégio das Artes*,

(1) Os livros eram muito raros e caros. No Mosteiro de Alcobaça foram extraordinários os trabalhos dos copistas desde o século XIII até ao século XVI, quando surgiu a tipografia. Ali reproduziram-se os vélhos livros de história, de gramática, bíblias, dicionários, etc.

Depois, com a imprensa já D. Afonso V promovendo a expansão do livro, isentou certos livreiros do pagamento da sisa; e D. Manuel I concedeu-lhes privilégios e honras iguais aos cavaleiros da sua corte. Surgem então algumas aulas de ensino particular.

(2) No século XVII acentuou-se uma profunda decadência dos estudos universitários. Os estudantes não iam às aulas. D. Francisco de Lemos, no tempo do Marquês de Pombal, atribuía a relaxação dos mestres e o desleixo dos discípulos à má escolástica ensinada pelos jesuitas no Colégio das Artes; e para comprovar a corrupção do regime escolástico, assevera: «...tendo sido fácil a qualquer estudante, ainda ignorante, receber o grau de Doutor pela relaxação que se introduziu nas

a reforma da Universidade e muitas escolas de instrução primária e secundária, uma aula de comércio, etc., etc.

Deste grande impulso nasceram os belos trabalhos do Duque de Lafões, promovendo a criação da *Academia Real das Ciências* e, mais tarde, outras academias e escolas. Tudo isto, porém, que já era muito para aquela época, era quase nada para o que deveria ser, porque havia então apenas 24 escolas primárias em todo o País. Desde 1790 a 1820, só foram criadas 21, e nenhuma do sexo feminino até 1815! Neste ano apenas se abriram as 18 que em 1790 tinham sido criadas para Lisboa. Note-se que era a própria corporação directora do ensino quem dificultava quanto possível o ensino particular; só quando a Junta dos Estudos recebeu em 1801 a direcção do Ensino, é que se sentiu melhorar a instrução nacional.

Com a revolução liberal de 24 de Agosto de 1820, em 14 meses criaram-se 59 escolas e inaugurou-se nesta cidade do Pôrto o ensino primário do sexo feminino! Estávamos, no entanto, numa época de lutas entre constitucionais e absolutistas, luta que veio

Escolas, sucedeu por virtude do dito direito (o de cada doutor se julgar membro da Faculdade) se encheram as Faculdades de muitos doutores sem talento nem ciência, os quais só serviram de entulhar as Faculdades....».

Em 1772, o Marquês de Pombal efectuou a reforma da Universidade, dando-lhe novos estatutos; e pela lei de 6 de Novembro desse ano foram criados 837 professores de instrução primária e secundária, dos quais 94 foram nomeados para o Ultramar e ilhas. Professores primários foram criados 400 no reino, 24 no Ultramar e 15 nas ilhas; de latim, 205 no reino, 21 no Ultramar e 10 nas ilhas; de grego, 31 no reino, 4 no Ultramar e 3 nas ilhas; de retórica, 39 no reino, 7 no Ultramar e 3 nas ilhas; e de filosofia, 28 no reino, 4 no Ultramar e 3 nas ilhas. Para custeamento destas despesas foi imposto um tributo chamado *imposto literário*, colhido de alguns artigos de consumo. É certo, infelizmente, que muitas destas escolas não chegaram a ser providas de professores.

atingir no coração os interesses do ensino público; e assim o medo à liberdade do ensino fez que se fechassem em 1823 tôdas as escolas livres e destruiu a reforma de 1820, proibindo a liberdade de imprensa e impondo o restabelecimento da censura prévia; a instrução recuava até 1772 — foram encerradas muitas escolas oficiais!

Veio depois a carta constitucional de 1826 que garantiu a instrução primária, *gratuita, a todos os cidadãos*. Criou a aposentação dos professores. Mas... a 27 de Fevereiro de 1829 a Junta, empenhada no retrocesso da instrução popular, declarava que existindo 939 cadeiras (além das da comarca de Coimbra e das 25 do sexo feminino) seriam suficientes 600, por causa da... economia! E o Governo assim fez. De modo que em 1832 já estavam extintas 199. Tais os efeitos da reacção de 1823.

Rodrigo da Fonseca Magalhães cria a reforma mais completa da instrução primária; entrega as escolas às corporações locais e o Estado subsidiaria as que não dispusessem de meios suficientes. Estávamos em 1835. Instituem-se as escolas normais e elevam-se os ordenados dos professores primários, com a jubilação por inteiro aos 25 anos de serviço. Ainda não havia nesta já bem humanitária reforma a instrução do sexo feminino, a divisão dos dois graus, nem a obrigatoriedade do ensino; mas a seguir, pouco depois, é suspensa a reforma de 1835.

A revolução de Setembro encarnou em Passos Manuel. Trouxe-nos a reforma da Universidade, a organização das escolas médico-cirúrgicas, a Escola Politécnica de Lisboa, a Academia Politécnica do Pôrto, a Escola do Exército, os dois Conservatórios de Artes e Ofícios, o de Arte Dramática, as Academias de Belas Artes de Lisboa e Pôrto, os liceus e finalmente a reforma da instrução primária—Decreto de 15 de Novembro de 1836.

De 1836 a 1844 o Governo tratou de desenvolver os elementos da reforma de 1836. A reforma de 1844

concede aos Governos a faculdade de criar escolas de *ambos os sexos*, embora eivada da ideia conservadora — efeitos da política.

Em 1859, Fontes Pereira de Melo cria a Direcção Geral da Instrução Pública, e, junto do Ministro, uma corporação consultiva. Carta de lei de 7 de Junho de 1859. Decreto de 8 de Setembro do mesmo ano.

De 1859 a 1870 não houve reforma alguma. Decretaram-se apenas cinco escolas normais para o sexo masculino; tudo o mais são disposições orçamentais, entre as quais a que mandou aplicar 10.000\$000 réis anuais para a construção de edifícios escolares e os edifícios... não se construiram!

Mas o que não se conseguiu da protecção do Estado, veio da iniciativa particular.

A 24 de Março de 1866, falecia nesta cidade do Pôrto o Conde de Ferreira e deixava um testamento que era o mais belo exemplo de sentimentos humanos e o título glorioso da sua imortalidade.

Além de 100 contos deixados a diversos estabelecimentos de beneficência e de 7 contos a recolhimentos e asilos de educação, legou 144 contos para construção de edifícios de escolas primárias! Não resistimos ao desejo de publicar a parte do testamento que nos interessa e que foi feito em 15 de Março de 1866 e está registado no livro XV, a fls. 68 do registo dos testamentos, pertencente ao extinto bairro de Santa Catarina, desta cidade.

Diz assim:

«Convencido de que a instrução pública é um elemento essencial para o bem da sociedade, quero que meus testamenteiros mandem construir e mobilar cento-e-vinte casas para escolas primárias de ambos os sexos nas terras que forem cabeças de concelho, sendo tôdas por uma mesma planta e com acomodaçāo para vivenda do professor, não excedendo o custo de cada casa e mobilia a quantia de 1.200\$000 réis, e pronta que esteja cada casa, será a mesma entregue à Junta da paróquia em que fôr construída,

mas não mandarão construir mais de duas em cada cabeça de concelho e preferirão aquelas terras que bem entenderem.»

Eis uma grande lição!

Gondomar aproveitou dêste beneficio. Segundo a Lei de 27 de Junho de 1866, do Governo do Sr. Mârtens Ferrão, facilitando tais construções, foi introduzida no orçamento verba para auxiliar os municípios que edificassem as tais escolas.

Por este nobilíssimo exemplo do Conde de Ferreira e pela negligência e tricas da baixa política dos Governos, vê-se que só com uma larga descentralização o povo poderá, com o esforço comum, adquirir todos os recursos e comodidades indispensáveis ao seu progresso e bem-estar.

Dissemos que desde 1859 a 1870 não houve reformas de instrução, mas apenas disposições, algumas das quais, como envolviam benefícios, foram aplicadas a outros fins que não à construção de edifícios escolares.

O Governo ditatorial de 1870 criou, com beneficência, o Ministério da Instrução Pública. Este Ministério, dentro de poucos dias, promulgou um punhado de reformas tôdas dignas de um país civilizado e amante da instrução. Mas a bemdita reforma de 16 de Agosto de 1870 pouco depois dava a alma inocente ao criador e rezavam-lhe o requiescat in pace o Governo e partidários do Sr. Bispo de Viseu. Nesta gerência, o célebre político, por aquele sestro que ainda hoje existe na tineta dos que operam sempre ao invés dos adversários, só porque são adversários, entendeu que de nada servia a instrução neste País; e então aboliu o Ministério respectivo, a Direcção Geral, tôdas as escolas normais, o Conselho Geral, o teatro nacional e a organização geral e completa da educação e instrução primária de 16 de Agosto! Eis aqui uma machadada vibrada pelo pulso dum homem que conquistou a fama de liberal, bondoso e amigo da liberdade, dessa liber-

dade que produziu as reformas de 1835, 1836, 1844 e 1870!

Neste caso éste prelado da igreja não só não compreendeu a liberdade, como não compreendeu a libertação, que é a concretização da liberdade.

E chamaram-lhe um bispo liberal?!

Deixemos por agora a história, embora resumida, da instrução pública em Portugal e vejamos o que foi e é hoje a instrução primária no nosso concelho. Não podemos remontar a épocas longínquas porque não há dados estatísticos. Sabemos apenas que a instrução era rudimentar e escassa, fornecida sómente ou pelos padres ou por um ou outro *mestre* particular que em geral não dispunha dos necessários recursos para ensinar a ler e a escrever, como convinha. Dos arquivos da Câmara, colhemos o que segue, seguindo a ordem cronológica, e transcrevendo o que consta das actas das sessões da Câmara Municipal. A primeira refere-se à criação duma *cadeira régia* em Rio Tinto.

CADEIRA DE ENSINO PRIMÁRIO

(SESSÕES CAMARÁRIAS)

Na sessão de 17 de Dezembro de 1845, pelo presidente e vereadores presentes foi dito: que representa o administrador do Concelho a esta Municipalidade, em seu ofício de 12 de Novembro findo, a necessidade duma cadeira de ensino primário, na freguesia de Rio Tinto, em conformidade do que lhe expusera, e suplicara, em seu requerimento aqui presente a Junta de Paróquia da mesma, com o fundamento de ser aquela freguesia mui populosa que excede além de 1.000 Fogos, e existir a 1.^a cadeira do mesmo ensino, na distância de uma légua, o que tolhe aos Pais pelos notórios inconvenientes que daí resultam, mandar seus filhos àquela necessária instrução. E sendo o exposto uma verdade manifesta, delibera esta Câmara se estabeleça pelos meios legais

a pretendida Cadeira Régia na dita freguesia de Rio Tinto, de que se mandou lavrar a presente que assinaram.

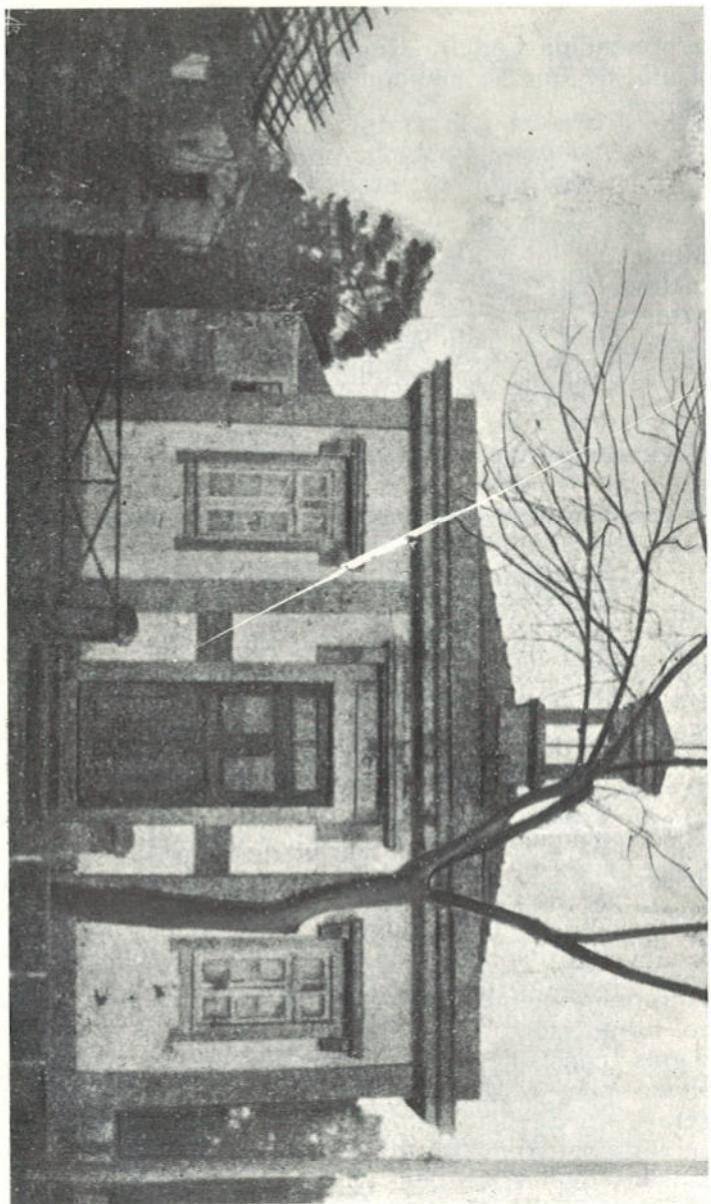
FREGUESIA DE S. PEDRO DA COVA

Em sessão de 13 de Julho de 1853, da Câmara Municipal, foi nomeado para reger a escola das primeiras letras pelo método repentina de Castilho, o professor José Pereira de Assunção e Silva, habilitado pela Escola da Associação Industrial Portuense.
(Ainda não havia diplomados oficialmente).

FREGUESIA DE S. COSME – (ESCOLA DO SOUTO)

CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR «CONDE DE FERREIRA».

Sessão de 25 de Outubro de 1866. À Câmara, entre outros assuntos foi proposto pelo Presidente que «sendo-lhe remetida, por officio de S. Ex.^a o Snr. Gov.^{or} Civil n.^o 44 dirigido pela 2.^a repartição em 24 de Septembro ultimo a planta que os Testamenteiros do fallecido Conde de Ferreira adoptarão para as Escholas primarias que tem de ser construidas com o subsidio de 1.200\$000 reis segundo o legado d'aquelle benemerito Cidadão, afim de que esta Camara proceda ao calculo de todas as despesas, declare se se compromete a concluir o edificio, e a guarnecel-o com os moveis convenientes, no prazo de um anno, contado do dia em que receber aquella quantia, na certeza de que lhe cumpre observar excrupulosamente, tanto na edificação da casa como no fornecimento da respectiva mobilia, e todas as regras constantes das Instruções de 20 de Julho ultimo com relação ao sitio, capacidade, condições geraes do Edeficio, exposição e luz, ventilação, temperatura e habitação do professor. Sobre o que a Camara depois de bem refletir sobre a proposta, e



Edifício escolar do Souto, hoje Praça da República; escola masculina n.º 22 (Conde de Ferreira.)

de minuciosamente fazerem os seus calculos Delibera-rou por maioria que se comprometia a fazer a casa para a Eschola de que se trata segundo a planta apresentada pelos Testamenteiros do fallecido Conde de Ferreira, e a todas as mais condições supra mencionadas na proposta do Meretissimo Presidente».

Na sessão de 31 de Janeiro de 1867, está copiado o oficio da Câmara e a resposta dos Testamenteiros, aquela declarando que aceita o legado e se compromete a fazer tôda a obra e condições exigidas.

FREGUESIA DA LOMBA

Também nessa sessão vem o oficio n.^o 256, de 30 do corrente, do Administrador do Concelho, participando ter sido nomeado professor provisório para a escola de instrução primária da freguesia da Lomba, o presbítero Manuel Moreira da Gama, por Alvará de 8 do corrente, tendo entrado em exercicio no dia 15 — de que a Câmara ficou ciente.

FREGUESIA DE FÂNZERES

Em sessão de 7 de Março de 1867, o Presidente apresenta à Câmara o oficio n.^o 284, datado de 28 de Fevereiro último, dirigido pelo Administrador do Concelho, remetendo uma representação que a Junta de Paróquia de Fânzeres faz ao Governo de Sua Majestade solicitando a criação de uma escola de instrução primária, do sexo masculino, oferecendo-se a dar casa, e mobilia necessária, a-fim-de que a Câmara Municipal diga o que se lhe oferece sobre o alegado na sobredita representação em conformidade com a regra 2.^a da Portaria de 17 de Outubro de 1859.

Depois de inteirada do seu conteúdo, autorizou o Presidente a informar que a criação da requerida escola era de urgente necessidade e que se sujeitava a prestar o subsídio em conformidade da Lei.

FREGUESIA DE COVÉLO

Presente à sessão de 29 de Agosto de 1867, um ofício do Administrador do Concelho, n.º 50, de 24 do corrente, remetendo um requerimento que a Junta de Paróquia de Covélo faz ao Governo de Sua Majestade, solicitando a criação de uma cadeira de ensino primário para o sexo masculino, a-fim-de esta Câmara dizer o que se lhe oferecer sobre a conveniência ou inconveniência da sobredita pretensão.

A Câmara inteirada do seu conteúdo, autoriza o seu Presidente a informar que a criação daquela escola era vantajosa para a freguesia de Covélo, por não haver outra naquela freguesia nem nas imediatas, da Sousa e Medas, prontificando-se a prestar-lhe o subsídio legal.

FREGUESIA DA FOZ DO SOUSA

Foi em sessão de 7 de Novembro de 1867 apresentado pelo Presidente o ofício n.º 131, do Administrador do Concelho, datado de hoje, remetendo um requerimento que a Junta de Freguesia da Foz do Sousa faz ao Governo de Sua Majestade solicitando a criação de uma cadeira de ensino primário para o sexo masculino, a-fim-de que a Câmara inteirada do seu conteúdo diga o que se lhe oferece; e ela deliberou que, visto a Junta oferecer casa e mobília e não haver por enquanto escolas régias na sua proximidade, a julga de urgente necessidade, não duvidando prestar-lhe o subsídio legal.

FREGUESIA DAS MEDAS

Em sessão de 13 de Maio de 1868, o Presidente expõe uma representação que a Junta da Freguesia das Medas faz ao Governo de Sua Majestade solicitando a criação de uma cadeira de ensino primário do sexo masculino, acompanhada da cópia da respec-

tiva acta em que se oferece a dar casa, mobília e todos os mais utensílios, a-fim-de a Câmara dizer o que se lhe oferecer, em conformidade da regra 2.^a da Portaria de 17 de Outubro de 1859.

A Câmara autorizou ao Presidente informar que a criação da requerida escola era de urgente necessidade por não haver outra escola na freguesia e as que existem nas freguesias vizinhas ficam a grande distância e muito maus caminhos, não podendo por isso ser freqüentadas pelos alunos daquela freguesia, não duvidando por isso prestar-lhe o subsídio respectivo.

Sessão de 18 de Agosto de 1870. Presente um ofício do Administrador do Concelho, n.^o 350, de 30 de Maio último, que acompanhou o requerimento que a Junta de Paróquia da Freguesia das Medas dirige ao Governo de Sua Majestade solicitando a criação de uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino, a-fim-de que esta Câmara responda o que se lhe oferece. Esta julga a pretensão de grande conveniência.

FREGUESIA DE JOVIM

Sessão de 16 de Março de 1882. Presente um ofício da Junta de Paróquia da Freguesia de Jovim, que acompanha a cópia da acta da mesma Junta, da sessão de 26 de Fevereiro último, em que delibera solicitar das autoridades competentes a criação duma cadeira de ensino primário elementar para o sexo masculino na sua freguesia, prontificando-se a fornecer casa, mobília e casa para habitação do professor e mais utensílios escolares. A Câmara unânimemente concede a solicitada cadeira, deliberando se pusesse a mesma cadeira a concurso, por espaço de 40 dias. E, a requerimento do Sr. Administrador, a escola ficou mista.

Na sessão extraordinária de 17 de Abril de 1882, perante párocos, regedores, etc., verifica-se que na

freguesia da *Lomba* existe uma escola de ensino elementar misto; na freguesia de *Melres* existe uma cadeira, no lugar de Cima de Vila, que ficará sendo mista; na freguesia das *Medas* existe uma cadeira de ensino elementar do sexo masculino, no lugar de Vila Cova; na freguesia do *Covélo* existe uma cadeira de ensino elementar do sexo masculino, no lugar do Covélo; na freguesia de *S. João da Foz do Sousa* existe outra, também do sexo masculino, no lugar de Jancido; mas deliberaram criar mais uma cadeira mista de ensino elementar, no lugar de Gens; na freguesia de *Jovim* foi criada uma cadeira de ensino elementar mista, no lugar do Outeiro, na sessão de 16 de Março, e que foi posta a concurso.

FREGUESIA DE S. COSME

O professor Manuel de Passos foi nomeado para a cadeira da freguesia de S. Cosme, em sessão de 27 de Abril de 1882.

ESCOLA PRIMÁRIA EM ZEBREIROS (SOUSA)

Em sessão de 1 de Julho de 1897, foi resolvido criar-se uma escola de ensino primário na freguesia da Sousa, lugar de Zebreiros, para o sexo feminino, pois só havia uma para o sexo masculino, fornecendo a Câmara casa, mobília e habitação para a professora.

Nesta altura surge o *Decreto de 24 de Maio de 1897* que fixa a tabela das somas com que as Câmaras Municipais têm de contribuir para as despesas do fundo da instrução primária no exercício de 1897-1898, incluindo as das rendas das casas das escolas e de habitação dos professores, mobília, utensílios e mais fornecimentos escolares, que constituem encargo obrigatório das mesmas Câmaras, nos termos do art. 14.^º da carta de lei de 18 de Março de 1897, a que se refere o Decreto acima citado.

CONCELHO DE GONDOMAR

Da receita geral, além da verba de 1879 que é de 280\$00, mais, com a aplicação a despesas do exercício de 1897-1898, 557\$00. Para pagamento de vencimentos e despesas também anteriores ao 1.º de Junho de 1895, em dívida aos interessados, 25\$20. Pelo imposto especial, a percentagem é de 15, cuja importância é de 1.903\$290. (*Ensino Primário — Exposição Universal de 1900*).

INSTRUÇÃO PRIMÁRIA (ESTATÍSTICA)

Número e freqüência das escolas de ensino primário oficiais e particulares comparados com a população (ano lectivo de 1899-1900):

DISTRITO DO PÓRTO — GONDOMAR

População, segundo o censo de 1890 (rectificado): 31.053 habitantes. *Escolas oficiais*, do sexo masculino, 9; do feminino, 4; mistas, 2; total, 15. Freqüência escolar, masculina, 354; feminina, 292; total, 646. *Escolas particulares*, do sexo masculino, 8; do sexo feminino, 9; total, 17. Freqüência escolar masculina, 200; feminina, 190; total, 390. De modo que o total geral foi o seguinte: escolas oficiais e particulares, 32; total da freqüência escolar, 1.036; média de alunos para cada escola, 32,3; média de alunos por 1.000 habitantes, 33,3.

Em 1923-24 havia no distrito do Pórt o 707 escolas de ensino primário geral, funcionando apenas 671 (¹).

(¹) Neste distrito do Pórt o e no mesmo ano de 1923-1924, funcionaram 8 escolas móveis, sendo 425 os alunos matriculados nos cursos diversos e nocturnos, 308 varões e 117 fêmeas. Os professores foram também 8, sendo 2 varões e 6 fêmeas. Pelas actas das sessões da Câmara de Gondomar verifica-se qual o número de escolas móveis que foram criadas no nosso concelho.

Continuação do relato das sessões camarárias relativo à criação de escolas primárias.

FREGUESIA DAS MEDAS

Na sessão camarária de 10 de Março de 1904, foi recebido um ofício do Inspector de Instrução Primária do Pôrto, comunicando que o Ministro do Reino, por despacho de 3 do corrente, resolveu sobreestar na criação de uma escola para o sexo feminino no lugar de Vila Cova, freguesia das Medas, visto a Câmara não poder assumir as responsabilidades dos encargos que tal criação acarreta.

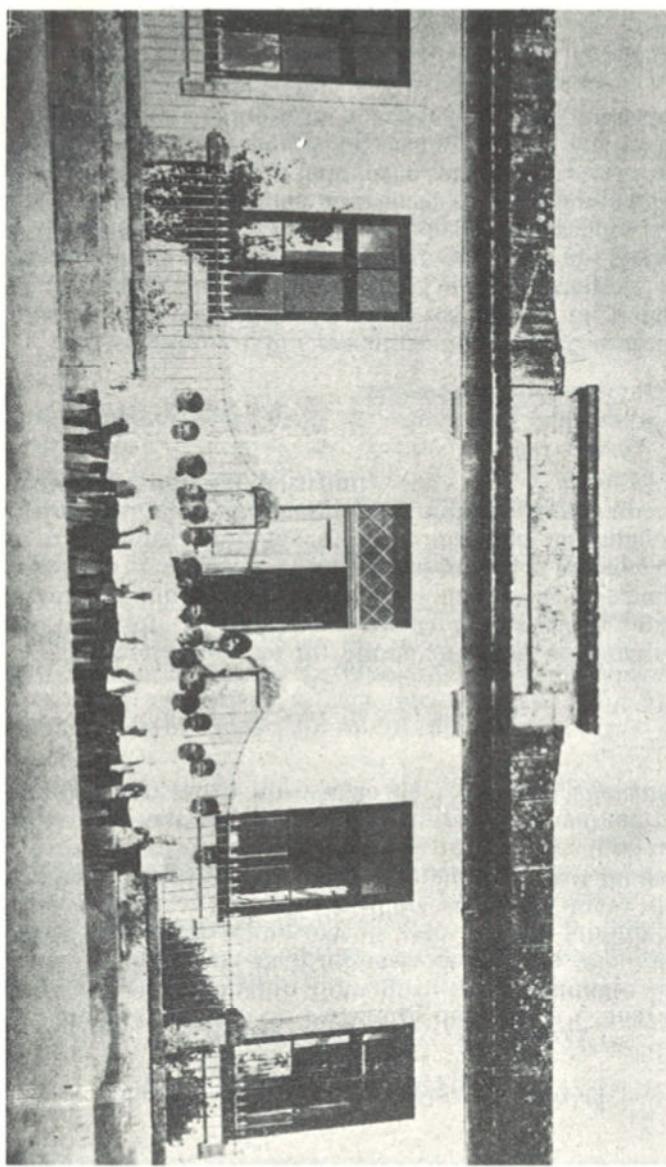
FREGUESIA DA LOMBA

Sessão de 8 de Junho de 1905, recebido o ofício do Administrador do concelho, remetendo a representação da Junta de Paróquia da Freguesia da Lomba, para criação de uma escola de ensino primário elementar para o sexo masculino, com sede nos lugares de Pé de Moura e Labercos, a-fim-de que a Câmara informe se toma o encargo de ceder edifício próprio e mobília. A Câmara por unanimidade resolveu fornecer e prestar com permanência casa, mobília, utensílios e habitação do professor, submetendo esta deliberação à aprovação da Comissão Distrital.

FREGUESIA DE RIO TINTO

Na sessão de 16 de Novembro de 1905, a Câmara, atendendo a um ofício do Inspector, resolveu pedir a criação duma escola para o sexo masculino, no lugar do Outeiro de Baguim, freguesia de Rio Tinto, obrigando-se a Câmara a fornecer com permanência casa para a escola e habitação para o professor, mobília escolar e material de ensino; e resolveu submeter esta deliberação à aprovação da Comissão Distrital.

Edificio escolar de Río Tinto (Conde de Ferreira)



FREGUESIA DE MELRES

Na sessão de 8 de Fevereiro de 1906, a Câmara, tomando conhecimento dum ofício do presidente da Junta de Paróquia da Freguesia de Melres, em que solicita a criação duma escola para o sexo feminino, resolve pedir a criação da dita escola, no lugar de Quintans, daquela freguesia, obrigando-se a Câmara a fornecer casa, habitação para a professora, mobília escolar e material de ensino; e resolveu submeter esta deliberação à aprovação da Comissão Distrital.

FREGUESIA DAS MEDAS

Na sessão de 29 de Março de 1906, a Câmara resolve pedir ao Governo a criação duma escola para o sexo feminino, no lugar de Vila Cova, obrigando-se ela a fornecer casa para a escola e habitação da professora, mobília escolar e material de ensino; e resolveu mais submeter esta deliberação à aprovação da Comissão Distrital.

FREGUESIA DE S. PEDRO DA COVA

Em sessão de 6 de Dezembro de 1906, a Câmara, tomando em consideração a representação da Junta de Paróquia de S. Pedro da Cova, solicitando a criação duma escola para o sexo feminino no lugar da Covilhã, resolveu pedir ao Governo a criação da dita escola, obrigando-se a fornecer com permanência casa para a escola, e habitação para a professora, mobília escolar e material de ensino; e resolveu mais submeter esta deliberação à aprovação da Comissão Distrital.

Depois da proclamação da República:

FREGUESIAS DA LOMBA, JOVIM E S. COSME

Na sessão de 8 de Março de 1911, foi resolvido pedir a criação duma escola do sexo feminino, no lugar de Pé de Moura, freguesia da Lomba; mais uma escola mista, no lugar de Atães, da freguesia de Jovim; e mais outra, também mista, no lugar de Aguiar, freguesia de S. Cosme.

FREGUESIA DE S. PEDRO DA COVA

Na sessão de 19 de Abril de 1911, a Câmara resolveu pedir ao Governo a criação de uma escola mista, no lugar de Beloi, S. Pedro da Cova. Esta escola ficou no lugar da Mó. A Câmara tomou o encargo de fornecer tudo.

FREGUESIAS DE VALBOM E DE RIO TINTO

A Câmara, na sessão de 23 de Agosto de 1911, resolveu tomar sob a sua protecção a escola do «Centro Pádua Correia», de Valbom, e a da «Escola Bernardino Machado», de Rio Tinto, subsidiando-as e ainda hoje as subsidia.

FREGUESIA DE S. COSME

Na sessão de 18 de Setembro de 1912, a Câmara resolveu pedir ao Governo a criação de um curso nocturno na escola masculina da freguesia de S. Cosme.

CURSO NOCTURNO EM S. COSME

Na sessão de 8 de Janeiro de 1913, a Câmara recebeu um ofício do professor da escola masculina de S. Cosme, participando que no dia 3 de Janeiro

abriu o curso nocturno que foi criado junto da sua escola; e por isso pede a instalação da luz.

ESCOLAS MÓVEIS

EM VALBOM E RIO TINTO

Na sessão de 27 de Agosto de 1913, a Câmara resolve pedir a criação destas duas escolas, fornecendo ela casa e luz e aproveitando os edifícios respectivamente da escola do «Centro Pádua Correia» e da «Escola Bernardino Machado».

ESCOLAS EM MELRES E LOMBA

Na sessão de 19 de Novembro de 1913, a Câmara aprovou a proposta da criação de escola mista, no lugar de S. Tiago, freguesia de Melres e uma do sexo feminino, no lugar de Sante, freguesia da Lomba.

PRÉMIO PECUNIÁRIO

Na sessão de 11 de Junho de 1914, o presidente disse que o Sr. António Ferreira Ramos, natural de S. Cosme e morador em Lisboa, em memória de seu pai, Manuel Guedes Ferreira Ramos, desejava que neste concelho fôssem instituídos dois prémios, para serem distribuídos ao menino e à menina que maior classificação obtenham no seu exame de instrução primária, 2.^º grau ou naquele que o venha a substituir.

Para isso o mesmo senhor acaba de oferecer duas inscrições do valor nominal de 500\$00 cada uma para serem averbadas a favor desta Câmara, que tomará o compromisso de, com o rendimento líquido anual, satisfazer às condições desta doação.

A Câmara aceitou.

RIO TINTO, FÂNZERES E MELRES

Na sessão de 10 de Setembro de 1914, a Câmara oficiou à Inspecção das Escolas Móveis, pedindo a criação de escolas móveis nas freguesias de Rio Tinto, Fânzeres e Melres (cursos nocturnos), com os encargos do Estado, excepto os da instalação e luz, fornecidas pela Câmara.

FREGUESIA DA SOUSA**No LUGAR DE GENS**

Na sessão de 17 de Setembro de 1914, a Câmara propõe que se organize o competente processo para a criação de uma escola mista no lugar de Gens, freguesia da Sousa, ficando o seu funcionamento dependente da aquisição de casa, mobilia, material escolar e habitação para o professor.

Propôs mais que no futuro orçamento ordinário de instrução primária para 1915 seja incluída a competente verba.

—Em sessão de 22 de Julho de 1915, a Câmara resolveu que se solicite a criação da escola mista, neste lugar.

ESCOLA MÓVEL NOCTURNA, NA SOUSA

Em sessão de 28 de Dezembro de 1916, o Sr. Jerónimo Gonçalves justificou a necessidade da criação de um curso nocturno móvel no lugar de Ferreirinha, freguesia da Sousa e que se solicitasse, nos termos do disposto no Decreto n.º 2.909, de 20 de Dezembro de 1916, a referida criação, tomando a Câmara a responsabilidade pelo pagamento de tôdas as despesas com a instalação, expediente, luz e limpeza do referido curso.

Aprovada a proposta. Não passou disto...

Apresentamos a seguir dois mapas estatísticos, relativos ao ano lectivo de 1918-1919, sobre o número de escolas existentes e o resultado dos exames, em cada uma das 11 freguesias.

GONDOMAR

Ensino Primário Oficial = Apuramento das frequências = Ano Lectivo de 1918-1919

Ministério das Finanças — Direcção Geral de Estatística — Repartição Central

G O N D O M A R

Ensino Primário Oficial — Apuramento por freguesias — Ano lectivo de 1918-1919

Concelho de Gondomar	Círculo escolar suburbano do Porto		Número de alunos matriculados		Resultado dos exames				Percentagem dos alunos aprovados em relação aos examinados	
					1.º grau		2.º grau			
	Total	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas	Total	Aprovados	Reprovados		
Freguesias										
Covelo	—	—	—	—	—	Varões	—	—	—	
Fânzeres	36	26	35	23	1	Fêmeas	—	—	—	
Foz do Sousa (Gondomar S. Cosme)	101	46	50	43	11	Varões	—	—	—	
Jovim	—	46	—	—	—	Fêmeas	—	—	—	
Lomba	18	10	13	8	5	Varões	—	—	—	
Medas	14	19	7	19	7	Fêmeas	—	—	—	
Melvés	13	11	13	11	—	Varões	—	—	—	
Rio Tinto	99	108	97	50	2	Fêmeas	—	—	—	
S. Pedro da Cova	32	17	21	17	2	Varões	—	—	—	
Valbom	66	52	66	48	—	Fêmeas	—	—	—	
Total	473	321	435	251	44	Varões	—	—	—	
					11	Fêmeas	—	—	—	
					11	Varões	—	—	—	
					3	Fêmeas	—	—	—	
					—	Varões	—	—	—	
					24	Fêmeas	—	—	—	
					—	Varões	—	—	—	
					22	Fêmeas	—	—	—	
					—	Varões	—	—	—	
					2	Fêmeas	—	—	—	
					—	Varões	—	—	—	
					8,96	Fêmeas	—	—	—	
					—	Varões	—	—	—	
					94,55	Fêmeas	—	—	—	
					—	Varões	—	—	—	
					91,67	Fêmeas	—	—	—	

ESCOLA MÓVEL EM RIO TINTO — VALE DE FERREIROS

Em sessão de 5 de Agosto de 1920, ofício do Inspector preguntando se a Câmara tomava o compromisso de fornecimento de casa, mobiliário e luz para o funcionamento do curso móvel⁽¹⁾, no lugar de Vale de Ferreiros. A Câmara aceitou.

Vejamos neste ano de 1920 a população de facto, distinguindo *Instrução*, no nosso concelho.

(1) A criação das escolas móveis foi uma das mais inadiáveis obras que a República tinha a cumprir, para minorar quanto possível o analfabetismo em Portugal. E assim, pela 1.^a Repartição da Direcção Geral da Instrução Primária, veio o Decreto n.^o 70, publicado no *Diário do Governo*, de 12 de Agosto de 1913, que começa nestes termos: «Preceitua o art. 28.^º do Decreto com força de lei de 29 de Março de 1911 que, não podendo, por quaisquer motivos, estabelecer-se em determinadas localidades escolas primárias fixas, criar-se-ão nos termos do art. 27.^º do mesmo Decreto, cursos temporários ou escolas móveis, que funcionarão, pelo menos dez meses consecutivos». No art. 1.^º diz: «São criadas escolas móveis para adultos, aos quais será ministrado o ensino de leitura, escrita, contas, rudimentos de geografia, história-pátria e educação cívica».

Era Presidente da República o Dr. Manuel de Arriaga e Ministro da instrução o Dr. António Joaquim de Sousa Júnior. Há uma grande necessidade de manter cada vez mais intensificada a acção destas escolas.

INSTRUÇÃO

	ANALFABETOS		SABEM LER	
	Varões	Fêmeas	Varões	Fêmeas
No Concelho	12.357	16.032	7.596	5.415
De 5 a 9 anos . . .	2.316	2.318	454	369
De 5 » . .	542	537	17	22
De 6 » . .	533	487	48	31
De 7 » . .	481	523	82	63
De 8 » . .	444	414	137	121
De 9 » . .	316	357	170	132
De 10 a 14 » . .	1.499	1.591	1.082	885
De 10 » . .	328	392	205	158
De 11 » . .	272	267	199	146
De 12 » . .	326	339	231	215
De 13 » . .	256	289	209	172
De 14 » . .	317	304	238	191
De 15 a 19 » . .	1.280	1.319	1.202	951
De 20 a 24 » . .	758	1.058	945	793
De 25 a 29 » . .	692	1.081	816	592
De 30 a 34 » . .	649	1.012	643	492
De 35 a 39 » . .	523	968	555	384
De 40 a 44 » . .	528	893	476	294
De 45 a 49 » . .	422	714	413	220
De 50 a 54 » . .	353	670	318	163
De 55 a 59 » . .	248	534	231	91
De 60 a 64 » . .	262	529	200	77
De 65 a 69 » . .	151	368	104	36
De 70 a 74 » . .	124	295	73	21
De 75 a 79 » . .	59	145	31	15
De 80 a 84 » . .	45	104	20	11
De 85 a 89 » . .	11	34	7	—
De 90 a 94 » . .	6	13	2	—
De 95 a 99 » . .	1	4	—	—
De 100 ou mais anos.	—	4	—	—
De idade desconhecida	37	43	24	21

Total dos habitantes 31.400.

(Direcção Geral da Estatística — Censo da População de Portugal)

PRÉMIO FECUNIÁRIO

Na sessão de 8 de Abril de 1926, a Câmara aceitou um «prémio escolar» de 2.500\$00, oferecido pelo actual presidente do Senado, Sr. Domingos Gonçalves de Sá Júnior, para o professor ou professora que maior número de alunos apresente a exame de instrução primária, 2.^o grau, ou equivalente, desejando perpetuar a memória de sua espôsa, D. Rita Correia da Silva e Sá e contribuir para o desenvolvimento da instrução.

Em 1927 enviei a todos os professores e professoras do concelho um *quadro da freqüência escolar de ensino primário*, para ser preenchido. Não recebi informação da freguesia de Covelo. De S. Cosme, o professor refere no ano de 1900, 101 alunos; e no ano de 1926, 77 masculinos e 17 femininos; 11 alunos a exame do 2.^o grau. Do lugar de Aguiar, a professora Sr.^a D. Berta Barbosa Seriot, a respeito do movimento de 1926, conta 43 alunos do sexo masculino e 38 do feminino. É interessante o ofício que se dignou enviar-me a este respeito. Diz S. Ex.^a:

Ao Sr. Camilo de Oliveira:

A professora da escola de ensino primário elementar n.^o 20.

Aguiar, 10 de Novembro de 1927.

Tenho a honra de informar V. de que em 1900 não existia escola oficial neste lugar.

Esta escola foi criada por Decreto de 28 de Dezembro de 1912, publicado no *Diário do Governo* n.^o 6, de 8 de Janeiro de 1913. Em 1 de Novembro de 1913, abriu as suas portas às criancinhas, principiando a exercer a sua benéfica influência. Desde princípio esta escola tem prosperado consideravelmente. A escola abriu em 1 de Novembro com 17 crianças, achando-se inscritas no livro de matrícula no fim do ano, 40.

No ano lectivo seguinte matricularam-se 60 crianças (18 do sexo feminino) e foram submetidas a exame, 15.

De ano para ano a freqüência têm sido sempre crescente, achando-se em 1926 matriculadas 81 crianças, sendo 43 do sexo masculino e 38 do feminino, sendo submetidas a exame do 2.^o grau, 3.

Para a obtenção d'este resultado, muito contribue certamente a boa situação do edifício escolar no principal lugar de Aguiar, num local acessível, bem arejado e banhado de sol — saudável.

E nada mais me ocorre neste momento.

A professora,

Berta Barbosa Seriot.

Da professora de Fânzeres, escola n.^o 4, recebi o seguinte informe: No ano de 1900 ainda não havia esta escola, que foi criada em 1905; no ano de 1926, contavam-se 27 alunos do sexo masculino e 17 do feminino. Há só uma escola de ensino particular, da qual é professor o Sr. José das Neves, do lugar da Carvalha.

Da freguesia da Foz do Sousa, em 1900 contavam-se 47 alunos do sexo feminino; e no de 1926-27, 21 do sexo masculino e 17 do feminino. Informações da professora de Zebreiros. De Jovim não pude colher informes. Da freguesia da Lomba, idem.

Das Medas, a senhora professora refere-se apenas ao ano de 1926, constatando 23 alunos do sexo masculino e 19 do feminino. Desta mesma professora (escola n.^o 13), recebi a tal respeito umas informações importantes; entre outras, diz a signatária da carta:

...Sr.:

Tenho a honra de enviar a V., preenchido na parte em que me foi possível fazê-lo, o *quadro da freqüência escolar de ensino primário* relativo a esta freguesia. Nada posso dizer com relação ao *ano de 1900*, porque, nesta data, ainda esta escola não funcionava. Criada por Decreto de 8 de Fevereiro de 1911, começou a funcionar, com uma população escolar de 64 alunas, apenas no ano de 1913. Quanto ao ano de 1926, a freqüência foi de 23 crianças do sexo masculino e 19 do sexo feminino. Sendo, a princípio, unicamente destinada ao sexo feminino, passou mais tarde, em 1920, a regime da coeducação, que ainda subsiste. Exames do 2.^o grau houve apenas 1,

com a classificação de *Bem*, em 1915. Quanto aos do 1.º grau, houve os seguintes:

Em 1914-15	16
» 1915-16	11
» 1918-19	4
» 1919-20	4

Desta data em diante foi estabelecido, como acima digo, o regime de coeducação, passando a ser freqüentada apenas pela primeira e segunda classes.

Nesta localidade não há ensino particular.

Angelina Augusta de Carvalho Alvim,
(Professora de Medas).

Nesta freguesia a população em idade escolar não cabe nas salas das actuais escolas. A queixa sobre este caso que deixa sem instrução muitas crianças já supurou numa correspondência daquela freguesia para o semanário *A Nossa Terra*, de 30 de Outubro de 1934. Ela é bem digna de ser atendida.

Diz o correspondente:

«Habituados a trazerem os seus filhos nas escolas, estão tristíssimos os pais das crianças que viram ficar este ano sem instrução grande número de rapazes. Os professores cumprindo as leis, não puderam admitir à freqüência senão aqueles que comportava a capacidade das respectivas salas de aula e assim muitas crianças ficam um ano sem instrução, se S. Ex.^a o senhor Inspector não nomear mais professores para esta freguesia. E nesse caso o Sr. António Luiz dos Santos tem, ali, ao pé da igreja paroquial, numa povoação que fica a mais de dois quilómetros das escolas actuais, uma sala em boas condições para escola, e que, segundo consta, já foi preparada com o fito de servir para sala de aula. Ora, o que ele quer é que haja quem pague o respectivo aluguer, o que é de justiça. E assim muito bem poderia servir-se aquela povoação que tem mais que o número de crianças suficiente para um professor. E é mesmo uma pena obrigar as criancinhas daquela povoação a percorrer diariamente, logo de manhã cedo, uma distância que medeia entre dois e quatro quilómetros, e, muitas delas, por carreiros cheios de matos e urzes alagadas pelas chuvas da época que se aproxima. Aqui deixamos, em nome do povo, um apelo às entidades competentes. E esperamos que S. Ex.^{as} acorram a remediar este grande mal iluminando assim com raios de luz bemdita, os cérebros obscurecidos pela ignorância.»

O senhor professor das Medas também se dignou enviar-me a sua nota, que refere no ano de 1900, 49 alunos do sexo masculino; e no ano de 1926, 14.

Da professora oficial de Melres (escola n.º 15) recebi a nota relativa ao ano de 1926, contendo 215 alunos do sexo masculino e 99 do feminino. Explica que no ano de 1900 ainda não havia lá escola.

Do professor, Sr. António Augusto de Carvalho, igualmente me vieram as notas estatísticas: no ano de 1900, 55 alunos do sexo masculino; e no ano de 1926, 49 do sexo masculino e 23 do feminino.

E em carta, entre outras cousas, informa:

Ex.mo Sr.

Melres, 16 de Dezembro de 1927.

Tenho a honra de comunicar a V. Ex.^a que nesta freguesia há duas escolas, com dois lugares: um para professor, outro para professora. De certeza, sabe-se que o lugar de professor oficial já existia em 1870 e que o lugar de professora foi criado em 1911. A percentagem de analfabetos, nesta localidade, é enorme no sexo feminino; calculo haver 70 a 80 % de analfabetas. A do sexo masculino é muito menor; calculo 35 a 40 % de analfabetos. Nesta localidade, como em muitas outras, ainda existem chefes de família que pensam que a mulher não precisa de saber ler, nem escrever, resultando desta sua falsa concepção, as escolas serem pouco freqüentadas por raparigas.

O Professor,

António Augusto de Carvalho.

De Rio Tinto não tenho informes daquele ano. No entanto, no semanário *A Nossa Terra*, de 22 de Outubro de 1927, lê-se em correspondência daquela freguesia o seguinte, que é elucidativo:

«Há em Rio Tinto seis escolas primárias oficiais com uma freqüência mais que normal visto que algumas delas se tem excedido a lotação, como pode ser verificado pelos respectivos cadernos de freqüência e plantas.

Vê-se por consequência, e disso não temos receio de desmentido, que a freqüência nesta freguesia é a maior do concelho.

A maior parte dos alunos não segue estudos, sendo a percentagem dos que freqüentam liceus e outros estabelecimentos

no Pôrto duns 15% pouco mais ou menos. É evidente que os restantes 85% que não constituem positivamente (mal de nós) classes inactivas, se dedicam ao comércio, à agricultura ou à indústria.»

De S. Pedro da Cova, a respectiva professora diz que em 1900 ainda não havia escola para o sexo feminino; esta foi criada em 1912; no ano de 1926 apresenta 19 alunos do sexo masculino e 23 do feminino. É professora, a Sr.^a D. Maria de Jesus Brites. O professor dá no ano de 1900, 40 alunos; e no ano de 1926, 31. A escola de Tardariz é de coeducação. Há uma escola particular, a das Minas.

← Da populosa freguesia de Valbom não recebi por essa época a pedida nota. No entanto, em 1928, numa *Carta de Gondomar* para um diário portuense, lê-se a seguinte curiosa estatística :

«A Comissão Concelhia, que procedeu ao recenseamento escolar deste concelho, terminou já os seus trabalhos, verificando que a população escolar atinge um total de 5.501 crianças em idade escolar, assim distribuídas: Rio Tinto, masculinos, 669; femininos, 667; Valbom, 466 e 423; S. Cosme, 430 e 403; S. Pedro da Cova, 228 e 223; Fânzeres, 283 e 289; Jovim, 145 e 131; Foz do Sousa, 197 e 196; Medas, 66 e 62; Melres, 82 e 94; Lomba, 96 e 85; Covelo, 84 e 59.

Havendo em todo o concelho 31 professores que, segundo a Lei, devem ministrar a instrução a 30 crianças, conclue-se que ficam sem a poder receber 457 crianças! De modo que de nada vale o combate ao analfabetismo, pois se não há escolas para freqüentar, essa patriótica propaganda resulta inútil. A-pesar-de tudo isso, ainda se não fazem com a regularidade devida as nomeações dos professores interinos para muitas escolas, como por exemplo, está sucedendo nesta vila, que ainda não tem professor nomeado para o segundo lugar! É necessário criarem-se escolas, porque professores sem colocação existem muitos e como se vê a população escolar aumenta consideravelmente.

— Já que falamos em assuntos de instrução popular, devemos aproveitar o ensejo para frisar que uma das freguesias mais próximas da vila, como seja Jovim, não tem professor primário, segundo nos é informado por uma pessoa da localidade. Ora isto é muito grave, porque existem ali 148 crianças do sexo masculino para receber instrução, como se poderá ver pelo relato acima. Ao digno inspector do círculo recomendamos este facto, para que procure remediar este grande inconveniente, que tanto afecta a instrução popular daquela freguesia.»

CENSO DEMOGRÁFICO DE 1930
(31 de Dezembro)

PERCENTAGEM DE ANALFABETOS

GONDOMAR

FREGUESIAS	Fogos	População de residência ha- bitual	População de facto			Total
			Varões	Fêmeas		
Covêlo (Santa Maria)	222	960	447	514	961	
Fânzeres (S. Salvador)	1.207	5.474	2.680	2.750	5.430	
Foz de Sousa (S. João Baptista)	709	3.050	1.440	1.621	3.061	
Gondomar (S. Cosme)	1.783	7.502	3.824	3.555	7.379	
Jovim (Santa Cruz)	585	2.352	1.149	1.219	2.368	
Lomba (Santo António)	312	1.282	568	726	1.294	
Medas (Santa Maria)	247	1.028	494	550	1.044	
Melres (Santa Maria)	348	1.570	795	870	1.575	
Rio Tinto (S. Cristóvão)	3.382	14.228	7.066	7.082	14.148	
S. Pedro da Cova (S. Pedro)	971	4.298	2.146	2.236	4.382	
Valbom (S. Veríssimo)	1.887	8.014	3.838	4.103	7.941	
Total	11.653	49.758	24.357	25.226	49.583	

INSTRUÇÃO $\left\{ \begin{array}{l} \text{Sabiam ler} \left\{ \begin{array}{l} \text{Varões 10.561} \\ \text{Fêmeas 6.126} \end{array} \right\} \text{Total. . 16.687} \\ \text{Analfabetos} \left\{ \begin{array}{l} \text{Varões 13.796} \\ \text{Fêmeas 19.100} \end{array} \right\} \text{Total. . 32.896} \end{array} \right.$

ÚLTIMO RECENSEAMENTO

Pertence êste concelho ao Distrito Escolar do Pôrto, sendo delegado o professor Abilio Ferreira da Costa.

Pelo mapa a seguir e referente a 31 de Julho de 1933, se pode verificar todo o movimento escolar: escolas, professores e cursos nocturnos.

(a) Um subsidiado pela Câmara.

A L U N O S

Recebidos	Matriculados	Frequência		Passagens de classe			Exames do 2.º grau																											
		Sexo masculino	Sexo feminino	1.º à 2.º		2.º à 3.º		3.º à 4.º		Propostos	Aprovados																							
				Total		Total		Total																										
Estud. oficial	8.315	3.208	6.511	1.359	972	2.811	40	30	1.134	197	1.105	884	102	853	234	220	454	223	188	411	110	153	303	187	91	228	137	89	225	1	1	1		
Estud. particular	305	105	500			290		87	235	120	24	120	69	33	102	42	22	64	44	16	62	40	10	60	38	10	43				6			
Estud. doméstico																				11	3	14	11	3	14									
Total	8.315	3.208	6.511	1.359	972	2.811	40	30	1.134	197	1.105	884	102	853	234	220	454	223	188	411	110	153	303	187	91	228	137	89	225	1	1	1		

Média por cada professor	De matrícula		Estud. oficial isolar	Estud. particular
	De aproveitamento	De frequência		
De frequência média em relação aos matriculados			84	87
De aproveitamento em relação à frequência média	74	80		
Percentagens				
De exames do 2.º grau em relação à frequência média	11.5	9		

(Fig. 39-A)

CURSOS NOCTURNOS

LUGARES ONDE ELES FUNCIONAM E SEUS EDIFÍCIOS

Os cursos nocturnos do Estado são quatro, sendo um na escola da Lixa, em Covélo; outro na escola de Aguiar, em S. Cosme (sede); outro na escola do Souto (sede) e outro na escola da Boa Vista, em Rio Tinto. Há ainda um outro na escola do Souto, que é subsidiado pela Câmara.

EDIFÍCIOS ESCOLARES PRÓPRIOS

Um na freguesia de Melres; outro na das Medas; outro em Atães—Jovim; outro em Jancido—Foz do Sousa; outro no Souto (sede); outro em S. Pedro da Cova; dois em Fânzeres—Paço e Portelinha; e dois em Rio Tinto—Boa Vista e Triana.

EDIFÍCIOS ALUGADOS

Dois na freguesia da Lomba; um na das Medas; dois em Covélo; dois na Foz do Sousa; um em Jovim; três em S. Cosme (sede); dois em S. Pedro da Cova; um em Fânzeres; três em Rio Tinto e dois em Valbom.

O LEGADO «MONTENEGRO»

A 2 de Maio de 1931 apareceu num dos diários do Pôrto a seguinte notícia:

«Em 30 de Outubro de 1887, no edifício do Governo Civil desta cidade, faleceu o então chefe do distrito Dr. Albino Pinto Montenegro, com residência em Valbom.

No seu testamento, que foi aberto com as formalidades legais, determinava o falecido que por falecimento de sua espôsa, deixava a determinadas pessoas a sua «Casa e Quinta das Sete Capelas», em Valbom, com a obrigação dos legatários construirem um edifício escolar.

Esse edifício seria, depois de construído, entregue à Junta

de Freguesia local ou à corporação ou entidade que tem a seu cargo a administração dêsses estabelecimentos.

Sobre os prédios doados foi logo constituída hipoteca legal pelas entidades oficiais.

Sucede, porém, que até ao presente, embora tenham decorrido 44 anos após o falecimento do testador, o edifício não foi construído, tendo até os actuais representantes dos legatários, Sr. Roberto Atkinson e espôsa declarado, no ano findo, à Iinspecção Escolar do Pôrto, que não estavam dispostos a mandar construir a escola.

Essa formal recusa deu origem a que o Delegado do Ministério Público junto da 1.^a vara cível, como representante do Estado, fizesse agora distribuir pelos tribunais civis desta cidade um processo de acção ordinária contra aquêles Roberto Atkinson e espôsa.

O requerimento inicial conclue pedindo que os demandados sejam obrigados a construir a escola em referência, no prazo que fôr fixado na sentença e conforme a planta a requisitar ao Ministério da Instrução, com custas e selos.

O processo deu entrada na 3.^a vara e cartório do escrivão Sr. Ribeiro Coelho.»

Logo a seguir, a 16 do mesmo mês, o semanário *A Nossa Terra*, pela pena do seu ilustre director, explicava:

O LEGADO DO BENEMÉRITO MONTENEGRO

OS TRIBUNAIS VÃO COMPELIR OS HERDEIROS Á SUA EXECUÇÃO

Esta importante questão tem prendido de-veras a opinião pública da população de Valbom que, atenta e interessada, segue o desenrolar dos acontecimentos.

A notícia que transcrevemos no nosso n.º 353, do nosso prezado colega *O Primeiro de Janeiro*, informando os leitores que o Delegado do Ministério Público junto da 1.^a vara cível, como representante directo do Estado, tinha feito distribuir no Tribunal Cível um processo de acção ordinária contra o Sr. Roberto Atkinson e espôsa, directos herdeiros do benemérito Dr. Albino Pinto de Miranda Montenegro, não nos surpreendeu, pois de há muito que, gentilmente informados pelo nosso prezado amigo Sr. Heitor Morais, digno presidente da Comissão Administrativa da Junta de Paróquia de Valbom, vinhamos acompanhando a marcha desta questão, importantíssima para uma das principais freguesias do concelho de Gondomar.

Se a público não transmitimos imediatamente os informes que fâmos obtendo, era porque não desejavamos prejudicar a

acção das entidades oficiais empenhadas em fazer cumprir o legado e em cuja acção tínhamos toda a confiança.

Realmente, tanto a C. A. da Junta de Paróquia de Valbom, como a Inspecção Escolar do Círculo do Pôrto merecem todo o apoio e louvor por terem tratado esta questão com a atenção e a energia que ela requere.

O povo de Valbom é credor de uma dívida sagrada, resultante das últimas vontades de um inclito e benemérito cidadão que as manifestou há 52 anos perante os seus herdeiros e sucessores.

Albino Pinto de Miranda Montenegro, ex-governador civil do Pôrto, vulto de prestígio, que foi alguém na política do seu tempo, vivendo em Valbom, na sua «Quinta das Sete Capelas», conheceu de perto as qualidades e as necessidades d'este povo rude, mas sinceramente trabalhador e amante do seu torrão natal. E não quis empreender a sua última viagem, aquela de onde nunca mais se volta, sem oferecer ao povo da terra onde viveu por tantos anos, um testemunho indesmentível e irrecusável da sua simpatia, suprindo uma das suas maiores necessidades, com a edificação de um edifício escolar para meninos ou meninas.

Estas últimas vontades do ilustre benemérito, que são a pedra de toque do íntegro carácter e da grande bondade que possuía, se são sagradas para os contemplados com o grande benefício, ainda mais o deveriam ser para os seus sucessores e herdeiros, os quais dando execução imediata à obrigação que assumiram não fariam mais que cumprir o seu dever, honrando simultaneamente a memória do seu antecessor e o nome próprio.

Infelizmente assim não tem sucedido, tendo-se procurado iludir e protelar a execução testamentária na parte que diz respeito à construção do edifício escolar com evasivas e rabulices várias.

Felizmente que a C. A. da Junta e a Inspecção Escolar do Pôrto, compreendendo bem as suas responsabilidades, não se deixaram submeter a quaisquer considerações de ordem pessoal, ou pela inércia, que redundariam afinal apenas em grave prejuízo do povo.

Estamos plenamente convencidos que estas duas entidades oficiais se não deixarão influenciar por quaisquer estranhas intervenções que apenas visam a ladear, iludir ou reduzir a importância da disposição testamentária. Esta é bem clara e concludente, não há rabulices que a possam desvirtuar e diminuir, como se prova pelo seu texto que passamos a transcrever com toda a fidelidade:

«.....

Por falecimento de minha mulher deixo a casa e quinta das Sete Capelas a meu sobrinho e afilhado Roberto, filho de minha cunhada D. Maria José de Sousa e Barros Atkinson, com a con-

dição de mandar fazer na freguesia da minha residência uma casa para escola de meninos ou meninas, que entregará depois de feita à Junta de Paróquia ou à corporação que tiver a seu cargo a administração daqueles estabelecimentos.— Calculo que a despesa a fazer com a construção da casa não excederá a dois contos de réis e por isso que o benefício bastante, como é meu desejo. —»

Pois a-pesar d'este generoso benefício a que se referia o ilustre e benemérito finado, já se passaram mais de três anos sem que a sua disposição fosse cumprida.

Como é do conhecimento dos leitores, as disposições do testamento só produziam efeito por morte da usufrutuária, viúva do testador, Sr.^a D. Júlia de Sousa Barros Vanzeler Montenegro, a qual, salvo êrro, faleceu em Fevereiro de 1928.

É tempo, pois, de se compelir quem de direito ao cumprimento daquela sagrada obrigação.

O tribunal como directo representante do Estado chamou a si a questão e vai ditar as últimas palavras, e estas não podem deixar de envolver esta sentença:

A sagrada vontade do finado Dr. Albino Pinto de Miranda Montenegro tem de ser cumprida num prazo relativamente curto.

A magnífica, a linda «Quinta das Sete Capelas» lá está a garantir o cumprimento da disposição testamentária em julgado, pois pode-se considerar virtualmente hipotecada ao Estado.

O que é de-veras lamentável, é que se tenha de recorrer aos tribunais para que ao povo seja dado o que de direito lhe pertence.

Há, pois, uma dívida a solver para com o povo!

Mais ainda.— Há também uma reparação à memória do benemérito legatário!

Como órgão defensor dos interesses do povo de Gondomar em geral, não abandonaremos este assunto, dando todo o apoio à Junta de Paróquia de Valbom e à Inspeção Escolar do Pôrto para que triunfem os seus esforços, como é de tôda a justiça.

Ai da Nação! ai dos desprotegidos da sorte! se as disposições testamentárias feitas pelos corações bem formados em seu benefício pudessem ser neutralizadas e logradas assim com tanta facilidade.

Confiamos em que tal não sucederá.

João Monteiro de Meireles.

Infelizmente, a questão ainda não foi resolvida. A vontade do testador ainda não foi cumprida.

ESCOLA INDUSTRIAL DE MARQUES LEITÃO

(1922-1928)

Todos os povos procuram desenvolver, consoante a sua actividade intelectual e moral, a sua educação artística, em harmonia com os recursos de que dispõe. A escola tem de ser a grande oficina, onde o artista busque inspiração e alento ao esforço das suas aptidões naturais. É que a escola do operário, sendo o meio eficaz do aprendizado profissional, guiar-lhe-á o braço e a inteligência, de modo a transmitir ao gesso, ao metal ou à madeira aquelle sentimento artístico que se revela nas estátuas, no mobiliário, na pintura ou arquitectura. Depois, os primores da arte tornam-se a honra e o grau de civilização de um povo, como foi o da Grécia antiga; e hoje mais florescem aquelas nações que maior número contam de operários-artistas que, após o primário ensino geral se entregam ao labor da oficina-escola.

Foi assim como a França compreendeu o problema educativo dando ao mundo o alto exemplo das exposições escolares, nas múltiplas manifestações da vida social. Portugal também não deixou de acompanhar o certame. Já em 1884, por Decreto de 3 de Janeiro desse ano, António Augusto de Aguiar, Ministro das Obras Públicas, estabeleceu as bases para a organização do ensino profissional; de então por diante, transformaram-se algumas escolas de desenho industrial em industriais, criaram-se outras, reorganizando-se igualmente museus comerciais e industriais, de modo a garantir às gerações novas recursos sólidos de especialização pedagógica. Princípiou então uma obra reformadora. Os Decretos de 14 de Dezembro de 1897 e de 24 de Dezembro de 1901 — reguladores no que diz respeito às Escolas de Desenho Industrial, Industriais e Elementares de Comércio — vieram coordenar vária legislação dispersa, alargando a esfera de acção destes estabelecimentos.

Hoje em todo o País contam-se muitas Escolas

Industriais. Ainda ultimamente algumas das extintas Escolas Primárias Superiores foram transformadas em Escolas Industriais. No nosso concelho, pena é que só haja uma, na freguesia de Valbom, no lugar de Lamas, mas essa mesmo em péssimas condições de adaptação a tais estabelecimentos de ensino.

Esta escola, criada por Decreto de 13 de Dezembro de 1921, ficou com o nome de *Escola Industrial de Gondomar*, abrangendo um curso de marcenaria, outro de talha, outro de ourivesaria e ainda outro de labores femininos.

O seu programa é o das escolas congéneres.

Foi seu primitivo director, o Sr. João António Afonso dos Santos Alfaro, e secretário o Sr. António José Rodrigues Guiomar Júnior. Faziam parte também do corpo docente, mais os seguintes efectivos professores: Srs. João Gomes Correia Faria, Vítor José de Oliveira e Joaquim Porfírio.

À gentileza do citado director devo o fornecimento do quadro da freqüência escolar desse tempo que é o seguinte:

Freqüência	Sexo masculino	Sexo feminino	Total
Ano de 1922-23	121	27	148
» » 1923-24	162	24	186
» » 1924-25	98	6	106
» » 1925-26	146	45	191
» » 1926-27	136	31	167
» » 1927-28	119	34	153

O actual senhor Director, a meu pedido, teve a gentileza que muito agradeço, de me enviar o mapa

seguinte, por onde os leitores podem avaliar da marcha progressiva da referida escola:

- 1) Freqüência 183 alunos de ambos os sexos.
- 2) N.^o de cadeiras . . . (Disciplinas 10).
- 3) N.^o de oficinas . . . Curso de costura e bordados, carpinteiro, marceneiro e entalhador.
- 4) N.^o de aprovações . . 119 em exame e 228 passagens por média.
- 5) Nome dos professores.

Efectivos:

José Emilio da Silva Moreira (Director)
João Gomes Correia de Faria (Secretário)
João António Afonso dos Santos Alfaro.

Agregados:

José Pereira dos Santos
Armando Maria de Vasconcelos Cardoso.

Mestres efectivos:

António Soares dos Santos Júnior
Francisco Marques
Alice Ferreira Ribeiro.

28 de Setembro de 1934.

A Bem da Nação.

O Director,
José Emilio da Silva Moreira.

Ultimamente, a 10 de Novembro dêste ano, veio publicada em *A Nossa Terra* uma entrevista com o Sr. Director desta Escola, que gostosamente transcrevemos:

«Dezassete anos conta já a Escola Industrial Marques Leitão, de Gondomar. Quantos alunos, ontem moços, hoje homens, ali colheram ensinamentos tão precisos para o seu futuro!... E hoje, que o ensino técnico está tomando entre nós

o incremento devido, justo é provar à evidência o valor das Escolas Industriais.

Valbom, uma das freguesias mais populosas do concelho de Gondomar, e onde predominam as indústrias de marcenaria e ourivesaria, também tem a sua Escola. Para a possuir, muito deve ao esforço, à abnegação e ao acendrado bairrismo dos Srs. Lino Figueirôa, ao tempo Director do jornal *Aurora de Gondomar*, Domingos Cruz, deputado, e Adriano Vieira da Silva Lima. Foi com o entusiasmo e a energia d'este *triunvirato* ilustre, lealmente apoiado por todos que querem à sua terra como um filho a uma mãe, que em 1917, foi criada a «Escola de Desenho Industrial de Gondomar». Este título pouca vida teve; e em 1919 alterou-se para «Escola Industrial», sendo seu Director o Sr. João Correia dos Santos. E não parou por aqui a alteração da denominação da Escola, pois que em 1930, a 4 do mês de Junho, foi novamente crismada com a designação de «Escola Industrial Marques Leitão, de Gondomar», sendo nomeado seu Director o distinto arquitecto e professor, Ex.^{mo} Sr. José Emílio Moreira da Silva, que ainda hoje a dirige. Sobre o valor da Escola Industrial,—diz-nos um dia o nosso director—é preciso dizer alguma cousa; é um estabelecimento modelar, e pena é que não reúna todas as cadeiras de que carece. Tomamos nota, e no nosso cérebro bailava a ideia de cumprir uma ordem. Quem nos há de dizer *cousas* sobre a Escola? De-pressa encontramos resposta: O seu Director quase todos os dias toma o seu café ali na Brasileira. Vamos falar-lhe. Alguém que nos apresenta diz ao que vamos, e novo encontro foi marcado para o dia seguinte. À hora marcada, duma pontualidade inglesa, lá estávamos, e lá encontramos o Ex.^{mo} Sr. José Moreira, digno Director da Escola Industrial. Claro que o café, aquél líquido apreciável é o elemento de aproximação entre duas pessoas que recentemente se conhecem. O frio começa a apertar, e mesmo quente, o café sorve-se de dois *tragos*.

— Pronto — diz-nos S. Ex.^a — sou todo ouvidos. V. dirá ao que vem.

Deixamos a *mise-en-scène* e preguntamos para podermos transmitir ao leitor:

— Pode V. Ex.^a dizer-nos quantos alunos freqüentam a Escola que mui dignamente dirige?

— **Cento-e-setenta**, e, mais poderia haver, se nos facilitassem a criação da oficina e cadeira de ourivesaria e química. Com isso muito lucrariam, a Escola e os alunos.

— O material didáctico será suficiente?

— Para **duzentos** ou **trezentos** **alunos**! Isso não falta, felizmente...

— Que julga V. Ex.^a necessário para a criação dessas cadeiras?

— Da atenção de quem nestas cousas superintende... Existem alunos que desejando aperfeiçoarem-se no desenho,

apenas o fazem na marcenaria. Falta-nos a oficina de ourivesaria e química.

— A dotação da Escola?...

— Muito pequena... Até 1933, 10.000\$00; agora 15.000\$00, como vê, pouco mais de 1.000\$00 por mês.

— Tem muito pessoal?...

— O suficiente. Além da minha pessoa, o secretário professor Sr. João Correia de Faria, os professores Srs. João dos Santos Alfaro, Dr. Martins de Almeida, e ainda os agregados, escultor Pereira dos Santos, e engenheiro Armando Cardoso.

— São mestres?...

— A Sr.^a D. Alice Ribeiro, curso de costura de bordados; Francisco Marques, curso de entalhador; António Soares, curso de carpinteiro e marceneiro.

— Pessoal menor?...

— Auxiliar de secretaria, António Pereira da Silva; serventes: Serafim Ramos, José dos Santos Almeida e Manuel Ramos.

As bibliotecas nas escolas, são elementos indispensáveis à preparação dos alunos, por isso arriscamos a pregunta:

— Possue a Escola alguma biblioteca?...

— Duas; a primeira que data da fundação da Escola, e a segunda que é privativa da Caixa Escolar que também tem o seu gabinete de leitura e dispõe já de cerca de quinhentos volumes...

— É profícua a acção da Caixa Escolar?...

— Muito... Subsidia os alunos que provem ser pobres, moveu já vários passeios de estudo a vários pontos do País, e pensa neste momento na organização de uma cantina.

— Existe há muito a Caixa?...

— Há três anos. Foi criada pelo Decreto n.^o 10.420, de 4 de Junho de 1930, mas só em 31 houve possibilidade da sua organização.

— Quais as disciplinas existentes na Escola?...

— Português, matemática, desenho profissional aplicado à carpintaria e marcenaria, desenho aplicado à talha, desenho profissional aplicado a costura e bordados, e desenho geral, desenho de projecções e tecnologia.

Quando adentro de qualquer estabelecimento, seja de que género for, existe um director cuidadoso, zeloso, que se interessa pelo seu progresso, pela sua expansão, há sempre iniciativas a esperar e assim, pedindo desculpa ao nosso entrevistado pela maçadaria, arriscamos mais algumas pregunetas...

— Inovações, Sr. Moreira?...

— Algumas temos em vista. Pensa-se na organização de cursos livres, e vai-se pedir a respectiva autorização às instâncias superiores. O primeiro desses cursos é o de francês, que será leccionado pelo professor da Escola, Dr. Martins de Almeida.

— Tem a Escola sido visitada apôs a directoria de V. Ex.^a?

— Muito, eu lhe digo. Desde 1931 foi visitada e inspecionada pelas seguintes entidades: o Ex.^{mo} Sr. Director Geral do Ensino Técnico, e Secretário Geral do Ministério da Instrução, Engenheiro Nobre Guedes, Chefe da Repartição da Direcção Geral do Ensino Técnico, Engenheiro Rodrigues Lobo, Delegados da Direcção Geral de Ensino Técnico, Escultor Rogério de Andrade, Engenheiro Furtado Henriques, Dr. Tavares Moreira, Engenheiro Rodarte de Almeida, Arquitecto Paulino Monteiro, Delegados da Direcção Geral da Contabilidade, José Castilho e Artur Marques.

— Fabrica a Escola algum material para fora?...

— Nada; apenas se tem fabricado todo o mobiliário existente...

Deixamos para final a necessidade mais urgente da Escola — o edifício — que está mesmo a pedir camartelo...

— Não acha V. Ex.^a que o edifício escolar carece de ser remodelado?...

— Como nós precisamos do pão para o estômago. — E posso citar-lhe uma frase do Ex.^{mo} Director Geral de Ensino Técnico, a quando da sua visita: Dentro de toda esta pobreza, nota-se um ar de asseio e disciplina...

— Não há possibilidades de construção de novo edifício?...

Responde-nos com certa mágoa:

— Estão já previstos dois mil e quinhentos contos, mas creio que só daqui a quatro anos é que poderá ter realidade a sua dotação... (!) — Admirase?...

— São quatro anos mais entre aquelas paredes já vélhas, de labutar em prol do futuro dos homens de amanhã.

Estava terminada a nossa missão. E, ao dirigirmos ao professor Sr. José Moreira os nossos agradecimentos pela maneira atenciosa e cativante como nos recebeu, sua Ex.^a ainda nos disse: não esqueça de frisar bem que as necessidades mais urgentes da Escola são: a criação da cadeira de ourivesaria e química, e a construção do novo edifício...

Assim é, e justo seria para bem dos alunos, que muito aproveitariam com a criação da cadeira de ourivesaria e química, que breve se verificasse tal melhoramento, e que o Governo da República Portuguesa tão empenhado com o problema de ensino técnico, lançasse os seus olhos para o estado em que se encontra o edifício onde funciona a «Escola Industrial Marques Leitão», de Gondomar... O seu patrono, que foi professor de ensino técnico, um pedagogo, ainda é vivo; e o edifício da Escola não está à altura do seu nome, do seu prestígio e da numerosa população que serve.»

C. B.

BENEMÉRITOS DA INSTRUÇÃO

Além do Conde Ferreira que deu ao concelho dois edifícios, um na Vila, outro em Rio Tinto, cujas fotografias publicamos, outros beneméritos com valiosas doações têm contribuído para levantar o nível da instrução pública.

Já dissemos, a págs. 407, do 2.º vol. desta obra, que o Sr. Francisco Moreira de Sousa Santos, da freguesia das Medas, mandou em 1877 construir uma escola naquela freguesia, no lugar de Vila Cova, oferecendo-a à Junta de Paróquia. Tem casa de habitação para o professor, com um jardim murado.

É destinada ao sexo masculino.

Em Fânzeres, não se poderá esquecer o nome do benemérito Ex.^{mo} Sr. Tomaz Alexandre de Oliveira Lôbo, que doou um terreno para a construção duma escola de ensino primário, no lugar da Portelinha. Essa escola foi festivamente inaugurada a 5 de Outubro de 1930, sendo presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal o Sr. Américo Fernandes de Carvalho, que presidiu à sessão solene da sua inauguração, com a assistência das autoridades e do Sr. Inspector Escolar. O edifício foi construído a expensas da Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Rebelo Valente Antunes, sendo nomeada para a regência da respectiva cadeira a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Augusta Antunes. Quem deu o terreno e quem construiu o edifício escolar bem merecem do povo daquela localidade. Foram naquela dita sessão solene inaugurados na sala da aula os retratos dos beneméritos.

Esta mesma freguesia teve há pouco outra valiosa doação, que perpetua o nome do recentemente falecido Ex.^{mo} Sr. Belmiro Ribeiro dos Santos.

Dum dos diários do Pôrto transcrevemos o que o correspondente de Rio Tinto publicou no dia 11 de Outubro corrente (1934):

RIO TINTO, 10.—Sucumbiu, quase súbitamente, na sua Quinta Santista, da Cavada Nova, o nosso amigo Sr. Belmiro Ribeiro dos Santos.

O saudoso extinto, que era possuidor dum avultado fortuna, dispôe assim desta: A quinta que habitava e o seu recheio, lega para um preventório, à Assistência aos Tuberculosos do Norte de Portugal, deixando mais para a sua manutenção 400 libras em títulos brasileiros. Os prédios do Brasil a uma sua cunhada, passando, por falecimento desta, para a posse da Beneficência Portuguesa, de Santos. Lega mais: À Junta de Fânzeres, os terrenos que possue para escolas primárias; à de Rio Tinto, 15\$00 mensais para a conservação do seu jazigo; a diversos asilos do Pôrto, 1.000\$00 a cada um e ao seu médico, Dr. Francisco Adriano da Silva Tavares, todas as suas jóias e o usufruto dos seus haveres, que, na sua falta, passarão para o Sr. João Moutinho, segundo testamenteiro. Além destes, outros legados de somenos importância.—C.

Aí fica arquivado mais um benemérito da instrução pública de ensino primário, deixando terrenos à Junta de Paróquia de Fânzeres para a criação de escolas da freguesia.

Em Valbom, o falecido Dr. Albino Pinto de Miranda Montenegro deixou uma grata memória, por consignar no seu testamento a obrigação imposta aos herdeiros, de mandarem fazer na freguesia da sua residência «uma casa para escola de meninos ou meninas», como se lê atrás quando se relatou o legado «Montenegro». Pena é que os herdeiros tenham desprezado tão condenavelmente a honrada memória do ilustre concidadão!

Igualmente é justo lembrar uns prémios pecuniários dados pelo Ex.^{mo} Sr. António Ferreira Ramos, natural de S. Cosme e morador em Lisboa, o qual, em memória de seu pai, instituiu dois prémios, a serem distribuídos ao menino e à menina que maior classificação obtenham no exame de 2.^º grau de instrução primária. Esses prémios saem do rendimento líquido anual de duas inscrições do valor nominal de 500\$00 cada uma, averbadas a favor da Câmara Municipal, a quem compete satisfazer este encargo. (Vid. este vol., pág. 26).

Como êste, também o Ex.^{mo} Sr. Domingos Gonçalves de Sá Júnior ofereceu à Câmara Municipal e esta aceitou um prémio escolar de 2.500\$00, para o professor ou professora que maior número de alunos apresente a exame de instrução primária, 2.^o grau. (Vid. pág. 32).

No lugar da Triana, freguesia de Rio Tinto, o Ex.^{mo} Sr. Domingos Moreira da Silva, natural desta localidade, ofereceu um largo terreno para construção dum edifício, onde funcionam duas escolas de ensino primário, uma para o sexo masculino e outra para o feminino. Tal edifício foi pago pelas professoras (¹) que actualmente regem os respectivos cursos e por elas oferecido ao Estado, sendo por isso oficial o seu ensino, isto é, subsidiado pelo mesmo Estado.

A inauguração do edifício e das escolas realizou-se a 5 de Outubro de 1928, com assistência das autoridades superiores do distrito, do concelho e do Inspector Escolar.

A freqüência é, em geral, de 100 crianças; mas a população em idade escolar é tanta que se pode afirmar que ficam sem aula outras tantas.

A escola oficial do lugar do Paço, freguesia de Fânzeres, foi mandada construir pelo Rev. António Pinto Outeiro, que nela foi o primeiro professor. Foi igualmente abade desta freguesia desde Novembro de 1863, sendo seu coadjutor o P.^e Bernardo Moreira de Almeida, distintíssimo compositor de música. O fundador desta escola, como consta da legenda gravada no frontispício do edifício, faleceu em 1876.

No *Congresso Nacional Municipalista de 1922*, o Sr. Augusto César de Magalhães Peixoto, a 15 de Maio desse ano, apresentou uma tese intitulada

(¹) As professoras são: D. Maria Inez de Paiva Oliveira, na escola masculina; e D. Cândida Alves Gomes, na escola feminina.

Descentralização do ensino primário, terminando por propor, entre outros alvitres, os seguintes:

«— Que todos os municípios procurem, dentro da área dos seus respectivos concelhos, promover a maior assistência escolar aos alunos pobres das escolas primárias oficiais, devendo para esse fim solicitar a valiosa coadjuvação das Juntas de Freguesia, incitando-se também a benemerência particular a auxiliar a patriótica missão de amparar as crianças desprotegidas, durante a idade escolar.

— Que as Câmaras Municipais criem em cada concelho um fundo especial e permanente, destinado à construção de edifícios escolares, o qual será constituído pelo produto duma percentagem a estabelecer que incidirá sobre todas as licenças camarárias e pela verba com que o Estado, anualmente, deverá concorrer, bem como por todos os donativos que para esse efeito forem oferecidos.

— Que, como elemento de estudo e providências a tomar, se proceda à organização anual, em todas as freguesias, do recenseamento das crianças durante a idade escolar, impondo-se a todos os chefes de família a obrigatoriedade de preencherem os boletins que para esse fim lhes forem entregues, quando tenham filhos ou outras crianças a seu cargo, na idade acima mencionada.

— Que se solicite do Governo a promulgação das medidas necessárias à boa execução das disposições desta proposta que careçam da autorização do Estado.»

Nada mais justo e digno de realização.

PROFESSORES PRIMÁRIOS OFICIAIS DO CONCELHO, NO ANO DE 1933

NA VILA DE GONDOMAR

Abilio Ferreira da Costa, Afonso Pinto Rebelo,
António Augusto de Carvalho, Berta Barbosa Seriot,

Clarinda de Melo, Josefa Aurora de Miranda, Maria das Dores do Carmo Rodrigues e Rosendo Fernandes dos Santos.

NA FREGUESIA DE COVÉLO

Aida Mendanha e Josefina da Silva.

NA FREGUESIA DE FÂNZERES

José Ferreira Moreira, Maria Amélia Stockler e Maria Augusta Antunes.

NA FREGUESIA DA FOZ DO SOUSA

Adilia Augusta Neves Tavares, Gracinda das Dores Ferreira da Costa e Maria Luiza dos Santos Fonseca.

NA FREGUESIA DE JOVIM

Clemência Pereira e Lucinda de Sousa Monteiro.

NA FREGUESIA DA LOMBA

José Augusto de Freitas Figueiredo e Laurentina Adelaide Guedes Coelho.

NA FREGUESIA DE MEDAS

Angelina Augusta Carvalho Alvim e Manuel Dias Ferreira Júnior.

NA FREGUESIA DE MELRES

José Augusto Almeida Cardoso e Rosa Amélia de Abreu.

NA FREGUESIA DE RIO TINTO

Antónia do Céu Reis Chaves, Aurora das Neves Leite Lima, Cândida Alves Gomes, Maria Inez de



Paiva Oliveira, Preciosa Fernandes Costa e Segis-mundo Cândido dos Reis Chaves.

NA FREGUESIA DE S. PEDRO DA COVA

Agostinho Alves Ferreira de Lemos, José Ferreira Moreira e Maria de Jesus Brites.

NA FREGUESIA DE VALBOM

Filomena da Conceição Monteiro, João Maria Carlos, José Jerónimo Ferreira e Virgínia Amélia de Araújo.

(Do *Anuário Comercial de Portugal*).

A INVENÇÃO DA IMPRENSA

Foi uma descoberta relativamente moderna, se considerarmos que os dois principais fundamentos da Tipografia são os caracteres móveis e a máquina ou prelo manual. As impressões xilográficas ligam-se mais estreitamente à história da gravura pelo seu processo, mas pelo seu fim e pela época da sua maior difusão, constituem o primeiro capítulo da história da Imprensa.

Foi sobretudo a partir do segundo terço do século XV que se imprimiram, com o auxílio das pranchas gravadas em relevo e cobertas de uma leve camada de tinta, as gramáticas latinas elementares, as obras populares de moral e de religião, como o *Speculum humanæ salutis*, as cartas de indulgência, etc., que são consideradas como os mais antigos monumentos tipográficos.

Foi João Gutenberg, da Mogúncia, quem, após longas investigações começadas em 1436, conseguiu resolver o problema, depois de se ter associado com Fust, em 1450, publicando então a *Bíblia de quarenta-e-duas linhas*; e mais, depois de 1456, ajudado por Fuster, publicou a *Bíblia de trinta-e-seis linhas*. Fust

com Pedro Schoeffer introduziu-lhe novos melhoramentos, de modo que em 1469 estava fundada a primeira imprensa parisiense. No mesmo ano, João de Spira obteve do senado de Veneza um privilégio para exercer a sua arte naquela cidade. Em 1471, o P.^e Sixto Riessinger, de Strasburgo, publicou em Nápoles um livro de Direito. Devido à iniciação proveniente da Alemanha, a tipografia italiana, extraordinariamente desenvolvida, espalha-se por toda a Europa, mormente pela França, de modo que nos fins do século XV já tôdas as grandes cidades tinham sua imprensa. Em Portugal foi conhecida em 1485, sendo impresso nesse ano em Lisboa o *Caminho da Vida*, de Jacob ben Ascer. Anos depois havia outra tipografia em Leiria, cujo primeiro monumento é a edição dos *Profetas primeiros*. Os primeiros tipógrafos foram Tzorba, Rabban e um seu filho chamado Zacuto.

(Da *Encyclopédia Portuguesa Ilustrada*,
de Maximiano de Lemos — Vol. V).

JORNALISMO EM PORTUGAL

O jornalismo que acusa o movimento literário e noticioso de cada dia, em Portugal data de Março de 1625, ano em que na Capital foi publicada, com carácter noticioso, a *Relação Universal do que sucedeu em Portugal e mais províncias do Ocidente e Oriente*, que findou em Agosto de 1627.

E no Pôrto, de que há notícia referida pelo Sr. Silva Pereira, no seu livro «O Jornalismo Português», consta o *Zodíaco Lusitano*, de Medicina, publicação de Janeiro a Março de 1749.

Ao passo que se vão passando os anos, vão aumentando, mormente em Lisboa, os jornais. As nossas relações coloniais e políticas com o Brasil justificam a quantidade de jornais que naquele outrora nosso império se publicaram desde o princípio do século XIX. As lutas entre absolutistas e liberais contribuiram para que o Pôrto em diários e em semaná-

rios, começasse a difundir o jornal; e assim, aparecem *A Fama* (1822), o *Analista Portuense* e o *Diário Portuense* (1823); em 1824, *Notícias de Lisboa*; em 1825, o jornal carnavalesco *Diário do Parlamento das carnes* e o *Boletim Teatral*. De ai pôr diante, em Lisboa, Pôrto, Coimbra, Funchal, *gemem os prelos*, quase todos agitados pelas lutas entre liberais e miguelistas ou depois entre constitucionais; até lá fora os emigrados mandam de Londres e de Paris as suas verrinas ou as afirmações dos direitos dinásticos ou de preferências em matéria política.

Um dos jornais do Pôrto, progressista, que era um repositório de notícias interessantes, e que relatava os assuntos do Parlamento, foi a *Vedeta da Liberdade*, de Maio de 1835 a Setembro de 1840.

É neste periódico que se podem ler as notas mais curiosas biográficas do célebre Bispo eleito do Pôrto, D. Manuel de Santa Inez, natural de Baguim do Monte, da freguesia de Rio Tinto e de que trata esta *Monografia*, no capítulo sobre varões ilustres.

Foram, pois, os portugueses os primeiros que utilizaram a invenção prodigiosa de Gutenberg, como o atestam as obras impressas em Lisboa e Leiria, pelos fins do século XV; e também foram eles os primeiros que introduziram os benefícios da imprensa no Oriente, pelo meado do século XVI, graças aos esforços persistentes de seus missionários na Índia, alguns anos antes da impressão dos *Colóquios dos Simples*, do português Garcia de Orta, obra universalmente conhecida. Foram, portanto, os portugueses quem primeiro forneceu provas para a história do jornalismo. Queremos referir-nos às *Notícias avulsas* ou *Relações históricas e noticiosas* ou de pura invenção, que são consideradas por todos como a origem, como os preliminares da vida regular e normal do jornalismo, segundo as diferentes transformações que sofreu, a partir da metade do século XVII. Desde então, 1640, época da restauração e mais tarde, com

as invasões francesas, o jornalismo passou por várias fases; actualmente há uma verdadeira febre de jornais.

Quando apareceram as primeiras edições ilustradas, como o *Magasin pittoresque* que foi fundado em Paris em 1833, reproduzido também na Bélgica, para logo em Portugal apareceu uma publicação idêntica, o *Panorama*, fundado em Lisboa em 1839, publicação literária ilustrada, de primeira ordem, à frente da qual estava o eminentíssimo escritor Alexandre Herculano.

Depois veio o *Archivo pittoresco*, que viveu 11 anos e que sustentou uma escola de gravuras, o *Occidente*, etc.

Quando se efectuou o 1.º Congresso Internacional da Imprensa, em Antuérpia, no ano de 1894, associaram-se a êsses trabalhos os representantes da Imprensa portuguesa. Em o *Rapport de la Section Portugaise*, formulam estes sinceros votos:

«Les représentants de la presse portugaise, tout en s'associant aux travaux du Congrès, saluent leurs camarades avec un enthousiasme fraternel et forment les vœux les plus ardents pour l'entièrre réussite de ce Congrès; ils appuient et adhèrent à toutes les délibérations qui y seront prises et se permettent de leur rappeler la convenance de célébrer le prochain Congrès de la presse à Lisbonne en 1897.

C'est à cette époque que les Portugais, remémorant leur glorieuse histoire maritime et coloniale, célébreront le centenaire de la découverte des Indes. Les deux commémorations ainsi liées représenteront envers le monde une épopee d'amour, de paix, de concorde et de civilisation.»

A seguir traz a lista dos jornais portugueses, entre os quais refere *O Gondomarense*, de Rio Tinto, de que foi redactor-chefe o Sr. Alfredo Pereira, em 1893.

Na data do referido Congresso de Antuérpia existiam em Portugal, abrangendo ilhas, colónias e

estrangeiro, 389, entre jornais e revistas. No estrangeiro, apenas 8.

A liberdade de imprensa foi regulada pelo decreto com força de lei, de 28 de Outubro de 1910; actualmente, pelo decreto n.º 12.008, de 29 de Julho de 1926.

PERIÓDICOS QUE TÊM SIDO PUBLICADOS NO CONCELHO

Os jornais que através dos tempos se têm publicado no concelho de Gondomar são, pela ordem alfabética, os seguintes:

Academia Valboense. — Director, António Guiomar. Valbom, 10 de Junho de 1923. Neste jornal, que teve, se não estou em erro, um número único, vem uma *Memória sobre a história do Senhor do Padrão*, que passo a transcrever, como curiosidade:

«De há muito, como repórter da *Academia Valboense*, pretendi investigar a história do Senhor do Padrão. Foi-nos indicado o Sr. Veríssimo de Castro, como cronista das causas da terra e por possuir a «Encyclopédia das Famílias» com que nas horas vagas deleita o espírito e nos casos duvidosos subsidia as perguntas de seus amigos. Recebeu-nos amavelmente.

— Constantemente a trabalhar, diz o nosso entrevistado, para levantar esta casa que se vê, para uma aula. Gosto dos melhoramentos da minha terra; agora vou alargar a rua. Fui sempre amante do sítio, e até proprietário desta mercearia vizinha, que ainda conserva o meu nome:

Primeira e antiga casa fundada em 1877.

Mercearia de A. Ribeiro Basto, Sucessor de Veríssimo em 1913.

— Nesse tempo coloquei por aí vários assentos de pedra, pretendi fazer das Cambôas um pequeno Rossio, como em Lisboa, e consegui abrir, quando vereador (muito carneiro e vinho me custou), um caminho para Arroteia.

— Tenho disso conhecimento e a sua passagem pelo pelouro das estradas ficou consignada. Mas pretendia que me elucidasse sobre a memória do Senhor do Padrão.

— Vou-lhe dizer o que sei. Contava o meu trisavô, Bestunto Pantaleão de Castro, do tempo de Carlota Joaquina, que aquela memória fôra ali colocada pelos anos das invasões francesas, após um acampamento, nesta margem, em consequência de um voto.

O próprio exame do crucificado o indica, visto que a

colocação dos pés obedece ao rito galicano, adoptado no tempo do império francês. Em breve falarei, numa conferência sobre a existência de S. Ganimedes e Gedeão, no teatro de Valbom, e aproveitarei o ensejo para falar desta memória. Meu pai, que era anspeçada, usou ainda por muito tempo a espada do malogrado coronel, e o seu chapéu tricornio, como relíquia.»

Diz mais umas cousas inúteis e assina *Tiago Pereira Martins.*

O Alho. — Periódico cujo 1.º número data de 25 de Maio de 1917, tendo como director o Sr. António Pinto Moreira; como administrador, o Sr. Pedro Casimiro de Oliveira; e como editor o Sr. Joaquim Pereira dos Santos. A redacção foi instalada no lugar da Arroteia, de Valbom. Ano e meio depois, a direcção deste jornal foi confiada ao académico Sr. Mário de Sousa Magalhães e outros. A sua publicação durou três anos incompletos.

Arion, de Chão Verde, em Rio Tinto. — Fundado a 1 de Maio de 1923; acabou a 22 de Agosto do mesmo ano. Director, Luiz Guedes de Oliveira e editor Júlio V. Ramos. Quinzenário de arte. Sairam cinco números.

Aurora de Gondomar. — Director, Dr. Beleza de Andrade. O 1.º número saiu a 9 de Junho de 1912. A 17 de Agosto desse ano, foi director, Lino Nunes Figueiredo. A 7 de Dezembro, director, Rogério Marques de Almeida Russo. Terminou com o n.º 234, a 30 de Dezembro de 1916. Semanário político.

O Combate, de Rio Tinto. — Semanário político. Director e editor, Carlos Amaral. Principiou a 16 de Abril de 1911 e acabou a 27 de Outubro de 1912. Durante esse tempo foram sucessivamente directores, J. Marques Moura, Camilo de Oliveira e Duarte Carrilho.

Eco Popular. (?) (¹).

(¹) Anotamos com o sinal de interrogação os nomes dos periódicos, cujos directores e mais esclarecimentos não pudemos colhêr.

O Evolucionista. (?).

Fiat lux, quinzenário anti-clerical, de Valbom. — Director A. Leal. Sairam poucos números.

Gondomar. (?).

O Gondomarense, de Rio Tinto. — Director, Alfredo Pereira. Fundado em 1893. Político e noticioso. Semanário. Trabalhos literários diversos.

Gundemarius, de Valbom. — Quinzenário, Director, Lumelino Pestana. Sairam dois números. Ano de 1929.

Ideal da Mocidade, de Rio Tinto. — Quinzenário, literário, noticioso e humorístico. Director, Amândio António da Silva; editor, Mário Barreto. Sairam 23 números. O primeiro, a 31 de Julho de 1921 e o último, a 4 de Junho de 1922.

O Legionário, da Vila de Gondomar. — Propriedade da Escola Gráfica de Gondomar. Editor, M. Ribeiro de Almeida. Semanário católico, sob a administração do P.^e C. Gomes Leite. Tem sido publicado desde Julho de 1925.

A Mocidade Aldeã, de Rio Tinto. — Quinzenário. Director, Ferreira dos Santos; editor, João Gomes Cardoso. Sairam 15 números; o primeiro, a 15 de Janeiro de 1923; e o último, a 15 de Setembro do mesmo ano.

O Moscardo. (?).

A Nossa Terra. — Semanário republicano independente. Começou a sua publicação em 24 de Novembro de 1923, com a sua administração em Valbom. Director, João Monteiro Meireles e editor João Monteiro Pereira. É o semanário gondomarense que tem tido mais longa vida.

A Peleja. (?).

Portugal Novo. (?).

O Progresso de Gondomar. — Semanário, da Vila de Gondomar. Director, Dr. José Barbosa Ramos. Começou a sua publicação a 6 de Fevereiro e acabou a 25 de Dezembro de 1910, com o número 47. Jornal político.

O Progresso de Gondomar, de Rio Tinto. (?).
O Saltão. (?).

A Terra Portuguesa, de Valbom. — Director, António Amado. Administrador, João Monteiro Meireles. Já não se publica há muito tempo.

Vitória!, de Valbom. — Sai uma vez por ano. É número comemorativo da fundação da Escola Dramática Musical Valboense. Director, João Monteiro de Meireles. Iniciou a sua publicação em 1905.

A Voz de Gondomar, da Vila de Gondomar. — Iniciou a sua publicação a 25 de Agosto de 1925 e terminou a 1 de Janeiro de 1926, com o número 10. Jornal político. Director, Damião Marques Moura e administrador, José Coelho das Neves Júnior. Quinzenário.

A Voz Nacional. (?).

Convém esclarecer que a vida política d'este concelho tem sido publicada, mormente nos anos mais afastados, em jornais da cidade do Pôrto, para os quais eram e ainda hoje são enviadas as correspondências que cada diário portuense mantêm nas diferentes localidades, principalmente onde há maior densidade de população e portanto uma vida mais agitada.

As grandes lutas políticas travadas há perto de cinqüenta anos, entre regeneradores e progressistas, eram tratadas, aí pelo ano de 1883 e seguintes, nos periódicos do Pôrto, *A Verdade*, que defendia os progressistas, entre os quais se salientava o então abade de S. Cosme, P.^o Rufino Borges e *A Actualidade*, órgão defensor do partido regenerador. Essas lutas foram renhidas e longas, lutas lamentáveis em que refervia o ódio pessoal, por efeito das paixões partidárias.

Esse jornal, *A Actualidade*, de que era proprietário o Sr. Anselmo E. de Moraes Sarmento, no dia 1 de Agosto de 1883, publicava uma correspondência de S. Cosme, em que se anunciava que o juiz da

1.^a vara crime não pronunciou e julgou improcedente a querela que o abade de S. Cosme (P.^c Rufino Borges) deu contra o Rev. José Martins das Neves, seu irmão Manuel Martins das Neves e Manuel Pereira das Neves. Diz que «domingo 29, uma banda de música percorreu os lugares mais importantes...» «Por diversos lugares também seis tambores rufavam com um sem-número de rapazio a tocar gaitas, com uns lenços amarrados em um pau ao alto, à maneira de galhardetes, dando vivas à carne da beiça barata...» Finalmente os poetas em seus alaúdes, no meio do entusiasmo popular, desenvolveram o estro, e cantaram também, dizendo assim:

«Haja rusga, troça e tudo...
Qu'o abade perdeu a questão!
É nós todos que somos amigos
Só prestemos atentos ouvidos
Ao tamplan, ratamplan, ratamplan!»

Seguem-se mais cinco quintilhas de pé quebrado, entre as quais esta:

«Toquem machinhos, violas, guitarras...
Venha o zé-pereira e um rabecão...
Lá pelos ares dinamite estalando
E cá por baixo os tambores rufando
Ratamplan, ratamplan, ratamplan!»

Isto que ai fica é um pano de amostra da intensidade das rixas escandalosas entre os políticos daquele tempo.

Hoje vai perdendo de moda o uso dos *pasquins*, folhetos difamatórios ou satíricos contra figuras conhecidas, colocados clandestinamente em lugares públicos ou metidos de noite por baixo das portas dos moradores, para gáudio da multidão; êsses pasquins eram sempre anónimos e em verso, que não sendo correcto, era por via de regra, chistoso.

Gondomar já então, como hoje, dispunha de correspondentes para os mais importantes diários de

Lisboa e Pôrto. Actualmente como semanários do concelho apenas se publicam *O Legionário* e *A Nossa Terra*. Aquêle tem tipografia própria na Vila.

HISTÓRIA DAS BIBLIOTECAS ESTRANGEIRAS E NACIONAIS ATRAVÉS DOS TEMPOS

As bibliotecas são muito anteriores à imprensa. Já existiam no antigo Oriente, com um carácter mais ou menos religioso. Parece que a primeira biblioteca foi organizada em Mênfis, pelo rei Osimandias, 2.000 anos antes de Cristo. Na Grécia, a mais antiga foi a de Atenas, fundada por Pisistrato. Depois foram-se organizando pela Grécia e Roma; nesta última a iniciativa das bibliotecas públicas pertence a César, que incumbiu Varrão de as organizar; já no século IV Roma possuía 28 bibliotecas públicas.

Antes de Moisés, os Israelitas não possuíam livros; as escrituras eram gravadas em pedra que eram guardadas no fundo do santuário pelo Sacerdote. Na Pérsia e na Caldeia as leis eram gravadas em láminas de chumbo e estanho. Depois escrevia-se em peles de animais, em fólios de palmeira, em papiro, em pano preparado para esse efeito, etc.

Na França, por decreto de 1862, cada escola comunal possue uma biblioteca; há também bibliotecas militares e municipais. Na Alemanha quase todas as bibliotecas fornecem livros para leitura domiciliária; na de Berlim há 24.000 manuscritos, entre os quais a *Biblia*, de Lutero, anotada por ele, um Evangelho do século VIII, etc.

Na Inglaterra há o *British Museum*, de Londres, fundado em 1753, onde estão os mais antigos manuscritos da *Odissea*, de Homero. Na Áustria a *Biblioteca Imperial*, fundada pelo imperador Maximiliano em 1480, contém, entre muitíssimas preciosidades, o manuscrito a *Jerusalém Libertada*, do próprio punho de Torquato Tasso.

Na Itália são tão abundantes e ricas que é fasti-

dioso citá-las: a do Vaticano, a Ambrosiana, de Milão, a de Veneza, a Borbónica de Nápoles, a de Florença, a de Pádua, etc., etc. Em Espanha, é notável a do Escurial, a de Salamanca, S. Tiago, Barcelona, etc.

No Brasil, há a *Biblioteca Nacional*, do Rio de Janeiro, organizada com os livros que D. João VI levou, quando em 1807 saiu de Lisboa com a corte. Devemos lembrar também, além das bibliotecas das diferentes escolas e academias, a *Biblioteca do Gabinete Português de Leitura*.

Em Portugal, a primeira biblioteca foi a do rei D. João I, que seu filho D. Duarte aumentou consideravelmente. Esta biblioteca compreendia ao todo 82 obras diversas, muito preciosas, das quais algumas se encontram hoje em várias bibliotecas, como seja na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto o célebre *Livro da Corte Imperial*. Os monarcas seguintes, D. Afonso V, D. Manuel e D. João IV foram sucessivamente aumentando o espólio recebido, de modo que já se torna notável a livraria de D. João IV, mercê das diligências do 1.º Marquês de Niza. No século XIX, extintas as ordens religiosas, constituíram-se com os seus livros diversas bibliotecas públicas e privativas de escolas e academias.

A Biblioteca Nacional de Lisboa foi fundada pela rainha D. Maria I, por alvará de 29 de Fevereiro de 1796, aberta ao público em 1798. Também, em Lisboa, há a Biblioteca da Academia das Ciências, a de Mafra, a das Côrtes, etc. No Pôrto, a Biblioteca Pública Municipal foi fundada por Decreto de 9 de Julho de 1833, de D. Pedro IV, servindo-lhe de fundo as livrarias dos conventos abandonados do Norte do País. Hoje contém uns 300.000 volumes, entre os quais alguns preciosos incunábulos.

A Biblioteca Municipal de Gondomar teve início numa proposta apresentada à Câmara Municipal, na sua sessão de 27 de Dezembro de 1883. Diz assim:

«O Sr. Administrador mostrou a necessidade de se criar uma biblioteca na sede d'este concelho; e,

como no orçamento do presente ano civil se acha incluída a verba de 50\$000 réis para tal fim, requeria à Câmara para nesta sessão se resolver a referida criação; e foi nomeada uma comissão composta do Sr. Administrador José Novais da Cunha e do presidente Sr. Joaquim Ferreira da Silva, para fazerem a aquisição dos competentes livros e estantes». A Câmara resolveu que se criasse a biblioteca.

Havemos, porém, de confessar que a nossa biblioteca municipal está muito longe de preencher o seu fim.

Como dizia Cicero, *si bibliothecam habes, nihil deest*, aqui então falta muito: curiosos da boa e útil leitura e livros suficientes para os mais necessários ensinamentos. É muito de louvar a iniciativa do Sr. Administrador daquele tempo: mas as posteriores individualidades ou corporações encarregadas do desenvolvimento desta emprésa não têm correspondido ao empenho da instrução e educação do público. É certo que o nosso povo, em geral, não lê nem tem amor à leitura; e por isso mesmo os seus dirigentes ou administradores deveriam, por meio duma selecta biblioteca municipal, procurar criar-lhe a vontade e o interesse por este processo de cultura mental. E se, durante o dia, o operariado e os filhos da lavoura têm todo o tempo tomado para os deveres do seu ofício, à noite, pelo menos agora que já temos luz eléctrica, a Câmara Municipal pode facultar a leitura a todos, usando dos meios ao seu alcance para despertar nas camadas populares o amor pelo estudo.

Para tudo se requere um pouco de vontade...

E a taberna que, durante a noite, tem sido a pior escola, seria substituída com enorme vantagem pelo salão, a todos os respeitos, higiénico, da biblioteca municipal. Era mais uma luz que se abria na escuridão bem densa desta floresta de ignorância.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR

No ano anterior a 1921, o número de volumes existentes era de 587 e adquiridos durante 1920, apenas 10, perfazendo, portanto, o total de 597. Na classificação geral dos volumes existentes, havia nesse ano 130 volumes em Artes e Ciências, 90 em Comércio e Indústria, 43 em História e Geografia e 334 em Literatura e Belas-Letras.

Três anos depois, isto é, no ano de 1924, o movimento da leitura é o seguinte:

Leitores, 24. Volumes consultados, 48. Volumes existentes, 606.

Sobre Artes e Ciências foram 33 os volumes consultados e 18 os leitores. Existem 137 volumes desse género e 92 sobre Comércio e Indústria. Sobre História e Geografia havia 43; sobre Literatura e Belas-Letras, 334.

No ano de 1927 a nossa biblioteca contava 895 volumes.

No ano de 1931 verifica-se o movimento da leitura e das obras consultadas, pela seguinte estatística:

Leitores, 108. Volumes consultados, 199.

Em Artes e Ofícios: Leitores, 25. Volumes consultados, 42. Volumes existentes, 98. Em Comércio e Indústria: 9 leitores, 17 volumes consultados e 70 volumes existentes. Em História e Geografia: 26 leitores, 38 volumes consultados e 43 volumes existentes. Em Literatura e Belas-Letras: 42 leitores, 67 volumes consultados e 339 volumes existentes. Em Manuscritos e Diversos: 6 leitores, 35 volumes consultados e 123 volumes existentes.

Damos a seguir a nota de algumas das obras desta biblioteca:

Dicionário Histórico, de E. Pereira e G. Rodrigo,
7 volumes.

Júlio Verne (quase todas as obras).

História de Portugal, de P. Chagas.

- Como eu atravessei a África*, de Serpa Pinto,
2 vol.
- História da Revolução*, de J. Arriaga, 4 vol.
- Biblia*, de Sarmento.
- A Formosa Lusitânia*, de L. Jackson.
- História Política e Militar*, de Latino Coelho.
- História Universal*, de C. Cantu.
- Nouveau Larousse Illustré*, 7 vol.
- Dicionário Español-Português*, de M. Valdez.
- Dicionário Português*, de Morais.
- Obras clássicas*, de P.^e A. Vieira.
- Livro de Ouro de Infantaria*.
- Política, Economia e Socialismo*, de O. Martins.
- Obras de Bocage*.
- Obras de A. Garrett*.
- Biblioteca do Povo e das Escolas*.
- Maravilhas Celestes*.
- História do Consulado*, de M. Thiers, 9 vol.
- Obras de A. Herculano*.
- Obras de C. C. Branco*.
- A Filha do Polaco*, de Campos Júnior, 3 vol.
- Legislação Portuguesa*.
- Revista do Direito Administrativo*.
- Repertório das Ordenações*, 4 vol.
- Gazeta das Aldeias*.
- O Marechal Saldanha*, de César da Silva, 2 vol.
- O Rei Santo*, de R. Martins, 2 vol.
- Congresso da Ourivesaria Portuguesa, 1925*.
- Obras de Castilho* (quasi todas).
- Nova Floresta*, do P.^e M. Bernardes.
- Coleção de Legislação e Jurisprudência*.
- Diários das Câmaras de Deputados*.
- Anais do Notariado*.
- Dicionário de Direito Comercial*.
- História de Roma*, de V. Durny.
- A Velhice do Padre Eterno*, de G. Junqueiro.
- Os dois garotos*, de P. Decourcelle.
- Dicionário Universal da Vida Prática*, de Teixeira Bastos.

Manual da Agricultura, de Paulo de Moraes.
Nossa Senhora de Paris, de Vitor Hugo.
 Etc., etc., etc.

Triste, porém, é confessar que desde os primeiros tempos da organização desta biblioteca foi permitida a autorização de qualquer leitor levar para sua casa a obra que quisesse, resultando desta condenável condescendência o facto lamentável do desaparecimento de alguns volumes.

Cumpre agora às municipalidades conservar e aumentar o património herdado, não permitindo, seja a quem fôr, que se retire volume algum a não ser em casos mui excepcionais e com a devida garantia de reposição ou substituição por outro de igual valor.

Deveria mesmo a Ex.^{ma} Câmara estabelecer um regulamento de leitura, incumbindo a um funcionário o especial cargo de bibliotecário. Esse funcionário poderia também organizar o *Livro das memórias dos municípios*, porque já em 1847, pela Portaria de 8 de Novembro, o Estado português estabeleceu que em cada Municipalidade existisse um livro especialmente destinado a receber as memórias dos factos notáveis do concelho.

Morreu ingloriamente esta Portaria nas estreitas e desconhecidas colunas do *Diário do Governo*!

BIBLIOTECAS PARTICULARES

Do *Arquivo Nacional de ex-Libris*, 1928, 1.^o ano, n.^o 6, pág. 107, extraímos a seguinte referência ao cidadão ilustre Ex.^{mo} Sr. Abilio Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho:

«Reside na Quinta de Bouça-Cova, em Gondomar, onde possue uma riquíssima livraria superior a cinco mil volumes, em que a História e a Arte se acham copiosamente representadas.

É também notável a série de livros estrangeiros sobre Portugal, e bem assim uma grande quantidade de manuscritos, pergaminhos, cartas de brasão, etc.

Abilio de Carvalho é um espirito culto e um estudioso que se apraz em folhear os livros donde ressuscita o passado de Portugal. Dedica-se com prazer a investigações genealógicas, não tendo no entanto publicado até hoje algum fruto dos seus estudos.

Descendente de familia ilustre, podemos ver no brasão que embeleza o seu ex-libris: um escudo partido, onde se lêem as armas dos *Pachecos* (de Duarte Pereira) e as dos *Teixeiras*, cortados das dos *Rebelos*. Deve notar-se que neste escudo há pequenas incorrecções heráldicas.

Os seus ascendentes eram senhores da casa de Santo André e seu avô, o Dr. João Manuel Pacheco Teixeira Rebelo, era Fidalgo-Cavaleiro da casa de El-Rei D. Luiz I, por sucessão a seus maiores.

Abilio de Carvalho é Cavaleiro da Ordem de S. Gregório Magno. Usa o ex-libris⁽¹⁾, que neste número publicamos na tiragem original, impresso a preto, com a legenda circundante a vermelho, sobre o papel branco de linho. Foi desenhado por António Lima, que já lhe desenhara um outro anterior, de igual assunto, cuja chapa se perdeu.

Anteriormente ainda ao uso de qualquer dêste, teve durante algum tempo um outro ex-libris, simbólico, impresso a preto e vermelho, desenhado por Carlos Ribeiro.»

BIBLIOTECA DO FALECIDO ESCRITOR GUEDES DE OLIVEIRA

Em Rio Tinto deixou uma preciosa biblioteca que consta de seis mil volumes, predominando os melhores

(1) No fim dêste citado número, vem colado o escudo com ornamentações de bandeiras, e cercado pelo nome do dono, postas as letras em quadrilátero.

livros de Arte. Nela se encontram edições antigas, do ano de 1634, 1677, 1753, etc. São vários os tratados de que ela se compõe, ou sejam livros de Ciência, de Belas-Artes, de Economia, de Filosofia, de Agricultura, de Religiões, além de colecções dos melhores livros de literatura nacional e estrangeira e de teatro. Contém ainda interessantes colecções completas de jornais de caricaturas, como a *Paródia*, de Bordalo Pinheiro, o *Miau* e outros. Notam-se igualmente nesta biblioteca algumas edições de luxo, como a dos *Lusiadas*.

BIBLIOTECA DA ESCOLA INDUSTRIAL DE MARQUES LEITÃO

Já fiz a ela referência na entrevista dada pelo Director desta Escola, neste capítulo, págs. 47.

BIBLIOTECA DO P.^o AUGUSTO MAIA

Este sacerdote possuia uma escolhida biblioteca de cerca de dois mil volumes, sobre Literatura, Romanços, História e Religião. Pela sua morte foi vendida a particulares.

BIBLIOTECA DO BISPO D. JOÃO DE FRANÇA

Esta vélha biblioteca acondicionada nos corredores ou varanda da casa da Azenha, e que constava de muitos volumes sobre Religião, Línguas e História, de certo já deve ter sido desbaratada, porque há quarenta-e-cinco anos eu notei que faltavam livros e não havia quem olhasse pela sua conservação.

BIBLIOTECA DA ESCOLA DRAMÁTICA MUSICAL VALBOENSE

Possue esta Escola uma pequena biblioteca formada pelas generosas ofertas de alguns escritores devotados ao interesse da instrução popular e pela aquisição de volumes que dizem respeito à Litera-

tura, Arte, Ciéncia, Politica e Religião. É um centro de cultura que deve produzir benéficos resultados, em virtude da populosa familia operária desta freguesia que já conta também uma Escola Industrial.

BIBLIOTECA DO P.^e JOSÉ FERREIRA DAS NEVES

Este sacerdote, de Rio Tinto, já octogenário, tem uma biblioteca que deve constar de uns 2.000 volumes, a maior parte dos quais vieram da livraria do Dr. P.^e Manuel da Silva Cavadas, que herdara duns médicos muita quantidade de livros sobre Medicina. Tem esta biblioteca preciosas obras sobre Literatura, Direito, Religião, Filosofia, Romances e diversos dicionários, de várias línguas.

Há também pequenas livrarias que se estão organizando pelos clubes e centros de recreio; outras houve de particulares que desapareceram pela razão de que os herdeiros de seus possuidores ou as venderam ou as deram ou as deixaram ao abandono.

N. B. — Falamos dos periódicos que têm sido publicados neste concelho, a págs. 58 e seguintes e marcamos com um ponto de interrogação aquêles dos quais não recebemos informes. Podemos agora esclarecer os leitores a respeito de alguns que ignoravamo:

O Gondomarense e *Eco Popular*. — Foram talvez os primeiros periódicos que se publicaram em Gondomar, na freguesia de Rio Tinto, sob a direcção do Sr. Alfredo Pereira, farmacêutico e professor. Foi fundado o *Gondomarense* em 1893.

Gondomar. — Semanário. Director, João de Deus. Editor-proprietário, António Ribeiro da Silva. Redactor-gerente, João Marques Moura. Saiu a 12 de Novembro de 1905. Só foram publicados 7 números.

Progresso de Gondomar. — Semanário independente, com a Administração na rua das Flores, 205-1.^º Pôrto. Director, Dr. José Barbosa Ramos. Redactor principal, Camilo de Oliveira. Iniciou a sua publicação em Janeiro de 1910. Só sairam 5 números. A este semanário sucedeu em Fevereiro desse ano *O Progresso de Gondomar*, de que se fala a pág. 60, deste volume e que terminou a 25 de Dezembro de 1910.

Portugal Novo. — Semanário republicano, com a Administração no Largo do Souto, S. Cosme de Gondomar. Director, João Marques Moura. Editor, Agostinho S. Cardoso. Começou a publicar-se a 11 de Dezembro de 1910 e acabou com o número 26, a 4 de Junho de 1911.

O Moscardo. — Quinzenário, de Rio Tinto. Director, Carlos de Sousa. Editor, Afonso Rodrigues. Publicou-se durante dois anos, desde 1910 a 1911, terminando talvez com o n.º 24, do 2.^º ano, de 8 de Janeiro de 1911.

A Peleja. — Quinzenário, de Rio Tinto. Director, Carlos Amaral. Editor, António Ferreira dos Santos. Mais tarde, director e editor, Augusto Costa. Começou a sua publicação a 12 de Dezembro de 1910 e acabou no n.º 12, a 4 de Junho de 1911.

Aurora de Gondomar. — Semanário republicano, órgão da Comissão Municipal Republicana de Gondomar. A pág. 59, deste volume, indica-se um dos directores, Lino Nunes de Figueirôa. Chegou a ser também editor, o Sr. Domingos da Silva Monteiro. No 1.^º ano da sua publicação foi secretário da redacção o Sr. Serafim Rosas.

O Evolucionista. — Publicação tri-mensal ilustrada, com a Administração em S. Cosme de Gondomar. Director, Manuel Neves Corrêa. Proprietário, Adelmo de Melo. Editor, Joaquim R. dos Santos. Administrador, António Ramos Lobão. Publicou-se em 8 de Março de 1913 e acabou em 1914, passando a ser *A Voz Nacional*.

A Voz Nacional. — Também publicação tri-mensal ilustrada, com Redacção em S. Cósme de Gondomar. Director, Adelino de Melo. Editor, Joaquim R. dos Santos. Começou a publicar-se a 8 de Janeiro de 1915, terminando no fim dêste ano.

Terra Portuguesa. — Quinzenário ilustrado, político, noticioso e literário. Órgão do Partido Republicano Português em Gondomar. Redacção e Administração, Centro Democrático de Pádua Correia. Director, António Augusto Amado, como já está dito, a pág. 61, dêste volume. Iniciou a sua publicação a 21 de Fevereiro de 1915 e acabou em Novembro de 1916.

A Voz de Gondomar. — Quinzenário republicano. Dele se fala na pág. 61, dêste volume, mas a sua publicação foi a 23 e não a 25 de Agosto de 1925 e terminou a 25 de Julho de 1926 e não a 1 de Janeiro dêste ano. Teve um ano de vida, com 23 números.

CAPÍTULO VI

SUMÁRIO: — Breves notas biográficas de varões ilustres ou ilustrados, naturais do concelho ou que nêle viveram ou que contribuiram com seus serviços para o engrandecimento desta terra : Bispos, Frades, Abades, Padres, Médicos, Advogados, Doutores, Magistrados, Professores, Militares, Deputados Farmacêuticos, Engenheiros, Artistas, Músicos, Titulares, Benemeritos, etc.

Este assunto é mui delicado, porque a omissão involuntária de um ou de outro nome que deva figurar neste capítulo, pode ser motivo de despeito por parte daqueles que nêle não figuram; mas desde já fazemos a declaração de que procuramos, tanto quanto esteve nas nossas minguadas fôrças, indagar de tôdas as pessoas que devem encorporar-se neste rol; de modo que, se descobrirmos essas omissões, repararemos a falta no fim do tratado.

Neste trabalho seguimos a ordem alfabética, para não ferir susceptibilidades de quem quer-que-seja. No fim referir-nos-emos aos funcionários públicos.

P.^e ABEL DE FRANÇA CASTRO E MOURA

Natural do lugar da Azenha, da vila de Gondomar. Dedicando-se à carreira eclesiástica, encontrou nesta diocese dificuldades nos seus estudos; mas conseguindo transferência para a diocese de Lamego, em cujos seminários completou seus exames, ordenou-se de presbítero e aí esteve paroquiano a Sé de Lamego até Fevereiro de 1919. Então passou para o Pôrto, sendo nomeado pároco da freguesia de Fânzeres, cujas funções deixou em Outubro de 1934, por motivos de saúde.

ABÍLIO DA COSTA BROCHADO

Natural da vila de Gondomar. É filho do professor primário Sr. Abílio Ferreira da Costa. Tem o curso da Escola Normal do Pôrto.⁽¹⁾, mas não exerce ainda o magistério.

ADÉLIA DAS NEVES LÔBO

Natural da freguesia de Covelo, filha do falecido professor Luiz das Neves Lôbo. Diplomada com o curso da Escola Normal do Pôrto. Está professora de ensino primário oficial em Cete, concelho de Paredes.

ADELINA DAS NEVES LÔBO

Natural da freguesia de Covelo, filha do falecido professor Luiz das Neves Lôbo. Com o curso da

⁽¹⁾ O Decreto de 11 de Agosto de 1835 criou as escolas normais primárias—uma em Lisboa e outra no Pôrto; mas desde 16 de Março de 1837 a Fevereiro de 1848 estiveram fechadas.

Pelo Decreto de 30 de Abril de 1878, publicado no *Didírio do Governo*, de 2 de Maio desse ano, é reformado e reorganizado o ensino primário. Mais tarde, porém, a Lei de Maio de 1878 e o Regulamento de Junho de 1880 dão nova reorganização ao ensino normal.

As escolas normais primárias da cidade do Pôrto instalaram-se em 1882 na rua das Flores e em 1886 foram definitivamente alojadas em um edifício, expressamente construído a expensas da Junta Geral deste distrito. Temos de lembrar aqui o nome do benemérito Conselheiro José Guilherme Pacheco, a cuja iniciativa o Pôrto deve a criação da Escola Normal e construção do seu edifício que neste género é o primeiro estabelecimento de instrução primária de Portugal. A importância total do edifício escolar, anexos e dependências, foi de 137.532\$805 réis.

Ainda pela Lei de 7 de Julho de 1914, tornaram a ser reorganizados os serviços de ensino normal primário, sendo criadas três escolas normais, respectivamente em Lisboa, Coimbra e Pôrto, mandando o Governo proceder à sua instalação completa até Setembro de 1916.

Actualmente estas escolas estão reguladas pelo Decreto n.º 21.695, de 19 de Setembro de 1932.

Escola Normal do Pôrto. Está a reger, como professora de ensino primário oficial, a cadeira na freguesia de Besteiros.

P.^e ADRIANO DE SOUSA GOMES

Natural da freguesia da Sousa, foi por muitos anos professor de Filosofia no extinto Seminário dos Carvalhos, donde saiu para entrar na Companhia de Jesus.

DR. AGOSTINHO EMÍLIO DE SOUSA PINTO

Natural da vila de Gondomar, do lugar da Quintã, hoje Praça Manuel Guedes. Médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto, em 1905 (¹). A sua tese intitulou-se: *Algumas palavras sobre artrite blenorragica aguda*. Exerce a clínica no concelho.

A GOSTINHO SILVESTRE CARDOSO

Natural da vila de Gondomar, do lugar de Quintela. Foi farmacêutico de 2.^a classe, pela Escola do Pôrto, onde praticou algum tempo, estabelecendo-se

(1) Chamou-se *Régia Escola de Cirurgia*, criada em 1825 e passou a ser *Escola Médico-Cirúrgica* em 1836.

Hoje é a *Universidade do Pôrto* que vem de 1911, ano em que foi criada pelo Governo Provisório da República. É certo que os estudos superiores que nela se encorporam datam de muitos anos atrás. Esses estudos técnicos superiores vêm de 1762, da *Aula de Náutica*, paga pelo rendimento dum imposto sóbre as mercadorias que entravam e saíam do Pôrto, administrado pela Companhia Geral das Vinhas do Alto Douro. Essa Aula foi aumentada em 1799 com a Aula de Debuxo e Desenho, passando em 1803 a chamar-se *Academia Real da Marinha e Comércio* e em 1837, *Academia Politécnica*. Esta era fundamentalmente destinada à habilitação de engenheiros civis, industriais e de minas, que aliando-se à primitiva já referida *Régia Escola de Cirurgia* se fundiu na actual *Universidade do Pôrto*, com as ampliações precisas.

depois no Largo do Souto, hoje Praça da República. Junto à farmácia montou uma fotografia, a única da vila. Faleceu há uns quatro anos.

P.^e AGOSTINHO DE SOUSA NEVES

Natural da freguesia de Rio Tinto, da Casa da Estrada. Era uma figura típica por causa das suas longas barbas brancas. Faleceu há já muitos anos naquela freguesia, onde sempre residiu.

DR. ALBERTO PINTO LISBOA

Natural da freguesia de Fânzeres. Tem o curso teológico pelo Seminário do Pôrto, onde tomou ordens sacras. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Actualmente professor efectivo do Liceu de Vila Real.

ALBINO LUIZ DE SOUSA

Natural do lugar do Presinho, freguesia das Medas. Diplomado pela Escola Normal do Pôrto. Exerceu o magistério interinamente um ano em Labruge, Vila do Conde, um ano na Sobreira e dois anos em Gandra, ambas estas freguesias pertencentes ao concelho de Paredes; dali foi transferido para Baltar, desde Outubro de 1924. Ali faleceu em Setembro de 1931.

DR. ALBINO PINTO DE MIRANDA MONTENEGRO

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi administrador do concelho durante algum tempo e governador civil do Pôrto. Em testamento deixou um legado para em Valbom se construir uma casa para *escola de meninos ou meninas*.

Mas a casa ainda não se principiou a construir! Já tratamos dêste assunto no Cap. V, sobre instrução.

ALFREDO ALMEIDA CASTRO

Natural da vila de Gondomar, filho do ilustre gondomarense Sr. Germano José de Castro, da Casa do Arco. Completou o curso comercial da Escola Raúl Dória. Faleceu infelizmente aos 23 anos.

DR. ALVARIM FERREIRA DA SILVA

Natural de Rio Tinto, do lugar de Rebordões. Médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto; era irmão do Dr. Joaquim Ferreira da Silva, a quem aqui também fazemos referência.

DR. P.^e ÁLVARO DE ASCENÇÃO CORREIA

Natural de Rio Tinto. Era formado em Teologia, pela Universidade de Coimbra. Faleceu em Outubro de 1934.

ÁLVARO BARRETO COSTA

Natural da freguesia de Valbom; filho do falecido Dr. Manuel Joaquim da Costa. Tem o curso de Farmácia pela Escola de Farmácia do Pôrto e de Química Analítica. Faleceu, Combatente da Grande Guerra, com o posto de tenente, em 1918.

P.^e AMÉRICO MENDES BARBOSA

Nasceu na freguesia de S. Cosme, em Março de 1874. Estudou preparatórios no extinto Seminário dos Carvalhos e cursou teologia no Seminário do Pôrto (¹). Foi pároco na freguesia de Covelas, do concelho de Santo Tirso, mais de dez anos; paro-

(1) Sobre a fundação e história do Seminário do Pôrto, vid. 2.^o vol., pág. 52, nota (³): as *Escolas eclesiásticas*; e quanto aos estudos aí professados, vid. o mesmo 2.^o vol., págs. 275 e 276.

quiou em seguida S. Lourenço de Asmes, concelho de Valongo; e mais tarde foi abade de Gundelães, concelho de Paredes. Chegou depois a ser nomeado abade da freguesia de S. Pedro da Cova, dêste concelho de Gondomar, mas a política de partidos conseguiu que fosse anulado tal despacho. Faleceu em Outubro de 1921, e jaz no cemitério da sua terra.

**P.^e ANTÓNIO BORGES HOMEM
ABADE DE RIO TINTO (ORADOR SAGRADO)**

Nos dias 18, 19 e 20 de Maio de 1687, realizou-se na Sé do Pôrto um sínodo diocesano, em tempos do bispo D. João de Sousa, prègando no último dia o sermão o P.^e António Borges Homem, abade de S. Cristóvão de Rio Tinto. Entre todo o clero, a escolha dêste eclesiástico para o desempenho daquela missão revela que êle não era um orador vulgar. (Vid. vol. 2.^o, pág. 65, nota 1).

COMENDADOR ANTÓNIO DE CASTRO MOURA

Rico proprietário, natural de Gondomar, com residência no lugar do Vinhal e depois no Pôrto. Faleceu há já mais de 40 anos. Está sepultado no cemitério do Bomfim, em cujo jazigo tem um busto de mármore.

DR. ANTÓNIO GOMES DOS SANTOS

Natural da freguesia de Rio Tinto. Formado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. Foi presidente da Câmara Municipal e a êle se deve o comêço, há 50 anos, da construção da estrada que ligará o lugar de Medancelhe à Granja. O actual Govêrno concedeu a verba de 17.645\$30 para conclusão dessa estrada.

ANTÓNIO FERREIRA RAMOS

Natural da freguesia de Gondomar e morador em Lisboa. Filho de outro ilustre gondomarense, o Sr. Manuel Guedes Ferreira Ramos, instituiu dois prémios pecuniários, «para serem distribuídos ao menino ou menina que maior classificação obtenham no seu exame de instrução primária, 2.^o grau ou naquele que o venha a substituir».

Para isso ofereceu duas inscrições no valor nominal de 500\$000 cada uma, para serem averbadas a favor da Câmara Municipal d'este concelho, «a qual tomará o compromisso de, com o rendimento líquido anual, satisfazer às condições desta doação».

Este assunto foi tratado na sessão de 11 de Junho de 1914, como pode verificar-se neste volume, pág. 25.

Mais um benemérito da instrução, cujo nome não deve ser esquecido.

DR. ANTÓNIO MARQUES DOS SANTOS

Do lugar do Crasto, freguesia de Rio Tinto, com o curso da Escola Médica do Pôrto, em 1934. Reside na dita freguesia.

DR. ANTÓNIO MATIAS DOS SANTOS

Natural da freguesia de Covelo. Médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. Exerce a clínica no concelho e já ocupou a presidência da Câmara Municipal.

P.^e ANTÓNIO MOREIRA DE OLIVEIRA

Natural da freguesia de Jovim. Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. É pároco da freguesia de Covelo, desde 1899. (Vid. 2.^o vol. pág. 334).

P.^e ANTÓNIO PINTO OUTEIRO

Foi abade da freguesia de Fânzeres, desde Novembro de 1863 até Janeiro de 1876, ano em que fale-

ceu. Mandou construir, no lugar do Paço, um edifício para escola primária da qual foi o primeiro professor.

DR. ANTÓNIO RAMOS MOUTINHO DE ALMEIDA E SOUSA

Natural da freguesia de Valbom. Formou-se em Medicina, em 1874, pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. A sua tese médica intitulou-se *Da varíola*.

FR. ANTÓNIO DE SANTO ÂNGELO

Na pág. 23, do tômo IV, da *Biblioteca Lusitana*, vem citado o nome do escritor Fr. António de Santo Ângelo, que nascera em Salgueiros, freguesia de Campanhã, término da cidade do Pôrto e faleceu no convento da mesma cidade, a 16 de Setembro de 1752. Diogo Barbosa Machado remete, sobre a biografia dêste varão, o leitor para o tômo I, pág. 20, col. I, onde diz:

«Nasceu na cidade do Pôrto e teve por pais a Domingos de Menezes e Catarina Barbosa, que o educaram com tão santos documentos que para os exercitar com maior perfeição buscou a Sagrada Reforma do Carmelo, e no Convento de N. Senhora dos Remédios de Lisboa recebeu o hábito a 25 de Março de 1715 e professou a 29 do dito mês do ano seguinte.

Foi lente de Teologia Escolástica e Moral na Baía, Superior no Convento de Pernambuco, Secretário do Visitador do Brasil Fr. Julião da Cruz, e últimamente Mestre dos Professos no Convento do Pôrto. Como era muito versado nos mistérios da Teologia Ascética, compôs: *Director dos Directores para o governo das almas; no qual se contém os avisos e documentos para o governo das almas, que vão por caminho extraordinário*. Lisboa, na oficina da Congregação do Oratório, 1738.»

Este livro publicou o P.^e Agostinho Ferreira, e em seu nome o colocamos nesta biblioteca até que chegou à nossa notícia seu verdadeiro autor que por humildade religiosa se quis ocultar, o qual é o P.^e Fr. António Santo Ângelo.

Campanhã então ainda pertencia ao julgado de Gondomar.

P.^e ANTÓNIO DA SILVA PASSOS

Natural da freguesia de S. Cosme de Gondomar, do lugar do Souto. É filho do falecido professor Manuel de Passos, de Viana, que exerceu nesta vila o professorado primário durante muitos anos. O P.^e António é um distintíssimo violinista. Foi pároco na freguesia de Infesta, concelho de Paredes de Coura e actualmente paroquia a freguesia de Covide perto do Gerez.

ANTÓNIO VIEIRA NEVES

O Sr. Laurindo Costa, falecido director da Contrastaria de Gondomar, é autor de várias obras literárias, sobre assuntos de ourivesaria portuguesa; e entre estas, publicou *As Contrastarias em Portugal*, Pórtico, 1927, que se ocupa da história dessa arte, das confrarias dos ourives, dos contrastes municipais, símbolos de suas marcas, da fiscalização dos metais preciosos, da organização oficial das contrastarias do País, e, por fim, das diversas *individualidades que mais se evidenciaram na organização das contrastarias*. Entre outras, cita, a pág. 184, o nome de *António Vieira Neves*, figura de destaque a quem dá a honra de publicar o retrato.

Diz que seria injustiça não se referir às qualidades de trabalho e de carácter deste honestíssimo cidadão, que foi um dos mais distintos e ilustres, na classe dos ourives. Foi um grande colaborador na obra do Prof. Nuno Salgueiro, que foi o primeiro director da Contrastaria do Pórtico, desde 1886 a 1919; diz que Vieira Neves foi o seu braço direito, porque era um técnico e um profissional experimentado.

Era o distinto funcionário filho de um industrial de ourivesaria, natural da freguesia de Melres, do nosso concelho; a propósito chama a esta terra «uma região encantadora e populosa, que abriga numerosos artistas, os quais, com fé viva e acendrado patriotismo, trabalham na Arte dos metais nobres».

Vieira Neves tivera na mocidade uma regular

educação literária, pois freqüentou o Liceu e depois o *Instituto Industrial do Pôrto*⁽¹⁾, onde adquiriu os valiosos conhecimentos das ciências físico-químicas. Foi nomeado, a 22 de Janeiro de 1880, aprendiz adjunto do *Contraste Municipal do Pôrto*.

DR. ARMANDO JOSÉ PEREIRA TAVARES

Natural da freguesia de Rio Tinto. Concluiu o seu curso pela Universidade do Pôrto em 1927. É assistente da Faculdade de Medicina e da de Ciências. É o clínico do *Instituto de Puericultura do Pôrto* e director-clínico do *Dispensário de Rio Tinto para crianças pobres*. Tem publicado vários artigos sobre Pediatria.

AUCINDIO FERREIRA DOS SANTOS

Natural de Rio Tinto, lugar da Areosa. Combatente da Grande Guerra, com o posto de tenente. Arquitecto com o curso da Escola de Belas-Artes, do Pôrto⁽²⁾.

(1) A iniciativa do Instituto Industrial e Comercial desta cidade partiu da Associação Industrial Portuense, a quem se devem as três primeiras exposições da indústria nacional, realizadas no palacete do Corpo da Guarda, no Asilo de Mendicidade e na Associação Comercial do Pôrto. A Associação Industrial abriu, em 22 de Novembro de 1852, nas casas da sua sede, uma escola industrial com 14 cadeiras que constituiam 15 cursos industriais. O estadista Fontes Pereira de Melo entendeu que o Estado devia tomar conta da direcção deste ensino e decretou em 1854 a criação da Escola Industrial do Pôrto, que veio a estabelecer-se no edifício da Academia Politécnica, hoje Universidade do Pôrto. Mais largas remodelações lhe deu o conselheiro Emídio Navarro, com o Decreto de 30 de Dezembro de 1886; e em 1891, João Franco, então Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, cerceou-lhe a área e reduziu as despesas. (*Guia do forasteiro no Pôrto*).

(2) Esta Academia foi criada por Decreto de 22 de Novembro de 1836, no reinado de D. Maria II. Foi-lhe depois

DR AUGUSTO BARRETO DA COSTA

Natural de Valbom, filho do falecido médico Dr. Joaquim Manuel da Costa. É formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. Exerce clínica naquela freguesia e na cidade do Pôrto.

A sua tese intitula-se: *Revelações de impressões digitais*, 1920.

De *O Instituto de Medicina Legal* (Noticia histórica — Súmula de trabalhos) 1925, Pôrto, transcrevemos:

«Estuda o autor a revelação no papel, madeira, vidro, metais e porcelana. É um estudo de técnica, de observação pessoal. Chega às seguintes conclusões: «Antes de recordar, resumindo, os processos reveladores segundo os objectos em que se quere obter as impressões, mais uma vez farei notar que nem todos os contactos dão bons resultados, mesmo com os processos mais sensíveis.

Sobre a humidade da mão devida ao suor, um ligeiro grau é uma condição essencial, *sine qua* não aparecerão as impressões, porque é devido, aos princípios do suor que elas ficam patentes. Segundo a época do ano, a estação quente é mais favorável e o inverno, ao contrário, é desfavorável, mas, mesmo nesta quadra, a quantidade do suor é favorável pelo reflexo nervoso do criminoso no momento do atentado». Trata em seguida dos reagentes e processos a empregar para a fixação das impressões digitais.»

P.^e AUGUSTO GUILHERME DA SILVA MAIA

(ORADOR E MÚSICO)

Em *O Primeiro de Janeiro* de 6 de Junho de 1926, encontra-se na secção «Necrologia» a seguinte notícia:

«No hospital de Santa Maria, onde se encontrava em tratamento, faleceu anteontem o Rev. Augusto Guilherme da

anexado o Museu de pinturas e estampas que o Duque de Bragança, D. Pedro IV, havia criado com os quadros e estampas dos conventos nessa época extintos. (*Guia do forasteiro do Pôrto*). Actualmente esta Academia está regulada pelo Decreto n.^o 19.760, de 20 de Maio de 1931, 1.^a série.

Silva Maia, antigo coadjutor da igreja matriz de Gondomar, e actualmente empregado superior nos escritórios das Minas de S. Pedro da Cova. O Rev. Augusto Maia, a quem nos prenderam laços de afectuosa estima, distinguiu-se sempre pela rectidão do seu carácter e pela sua culta inteligência. Foi também um apaixonado cultor da música, organizando e dirigindo uma orquestra que teve grandes êxitos. O saudoso extinto era irmão do nosso prezado amigo, Sr. José da Silva Maia, estimadíssimo funcionário da Repartição de Finanças de Gondomar, a quem, como à restante família enlutada, enviamos a expressão do nosso profundo pesar. O funeral realizou-se ontem, na igreja matriz de Gondomar, sendo numerosamente concorrido. Paz à sua alma.»

No jornal *O Legionário de Gondomar*, de 12 de Julho de 1926, lê-se a seguinte nota:

«Como já noticiamos no nosso número passado, faleceu na última semana, no Hospital de Santa Maria, o Rev. P.^e Augusto Guilherme da Silva Maia.

Há quatro meses que para lá partiu à busca da saúde, mas a ciência foi impotente para lha restituir. O organismo bastante depauperado não pôde resistir a uma melindrosa operação a que foi preciso submetê-lo, por causa de complicações que sobrevieram. Tinham porém que cumprir-se os designios de Deus. Depois de alguns meses passados no sofrimento quis a Providência dar-lhe a eterna recompensa. Que assim tenha já sucedido são os nossos votos.

Nasceu o Rev. P.^e Maia nesta freguesia de S. Cosme, sendo filho de Guilherme da Silva Maia e D. Maria Vitória de Sousa e Silva. Era relativamente novo, pois contava apenas 52 anos. Foi pároco da freguesia de Milheirós de Poiares, do concelho da Feira, e da de Maureles, concelho do Marco de Canavezes. Por muitos anos também ocupou o cargo de coadjutor desta freguesia, onde contava bastantes simpatias.

O seu funeral, que foi muito concorrido, efectuou-se no sábado da passada semana, assistindo dez eclesiásticos, os quais rezaram o ofício e assistiram à missa solene do corpo presente.»

AUGUSTO MARTINS DOS REIS

Natural da Vila de Gondomar. Era conhecido por *Augusto Manzinha*. Foi um distinto músico e regente da banda de música, em Avintes, onde faleceu.

AUGUSTO DOS SANTOS MALTA

Natural de Rio Tinto, lugar de Vila Cova. Diplomado com o curso de arquitectura pela Escola de Belas-Artes, do Pôrto. Foi combatente da Grande Guerra, com o pôsto de tenente. Já faleceu.

DR. AURÉLIO DA SILVA FERNANDES

Do lugar da Areosa, freguesia de Rio Tinto. Formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. A sua tese de doutoramento intitula-se: *Sobre uma correlação anatómica nos crânios portugueses*, ano de 1925.

DR. BELMIRO JOAQUIM PEREIRA PINTO

Natural de Rio Tinto. Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, onde casou e faleceu muito novo. Era sobrinho do P.^e Belmiro J. P. da Silva.

P.^e BELMIRO JOAQUIM PEREIRA DA SILVA

Natural de Rio Tinto. Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Foi prègador muito conhecido.

P.^e BERNARDO MOREIRA DE ALMEIDA

Coadjutor da freguesia de Fânzeres, no ano de 1863. Residiu alguns anos em França e era por isso um abalisado professor de Francês e um distinto compositor de música sacra.

**CAMILO CASTELO BRANCO, SEU SOGRO, SUA PRIMEIRA
ESPÓSA E SUA FILHA**

Terras de Gondomar foram teatro da vida acidentada do grande romancista, no que toca aos seus primeiros amores.

Pelo circunstanciado relato que Alberto Pimentel fez sobre o assunto, no seu interessante livro *A primeira mulher de Camilo*, págs. 20 e seguintes, recortando aqui e ali os pontos principais, verifica-se:

O proprietário da loja, Sebastião Martins dos Santos não era natural de Friúme; tinha nascido no concelho de Gondomar onde exercera a profissão de alfaiate. Era um doutor da aldeia. Sua mulher chamava-se Maria Pereira França. Tinha quatro filhas, a mais vélha das quais se chamava Joaquina, *cachopa guapa*.

Quando Camilo, acompanhando a tia Rita, chegou a Friúme, leva o latim e a bagagem literária do P.e António de Azevedo, além da viola dos serões transmontanos. Enamorou-se da Joaquina, de entre tôdas as raparigas de Ribeira da Pena; era a flor do rancho, o que despertava um certo despeito nas raparigas nascidas em Friúme, porque ela tinha nascido em S. Cosme de Gondomar.

Camilo foi amanuense de Luiz da Cunha Lemos que acumulava as funções de secretário da Câmara e da administração do concelho com as de escrivão da Fazenda e escrivão e tabelião do julgado!

Foi a 18 de Agosto de 1841 que, na igreja do Salvador de Ribeira da Pena, Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco desposou a filha de Sebastião Martins dos Santos. Tinha ela catorze anos!

Pouco durou esse noivado. Ele com 16 anos, fugiu e veio estudar para o Pôrto; entretanto Joaquina tem uma filha e morre; atrás da mãe, morre a filhinha. Sebastião dos Santos sai de Friúme e volta ou para S. Cosme ou para o Pôrto, a estabelecer uma padaria. A primeira mulher de Camilo era Joaquina Pereira França.

O seu pai Sebastião nasceu a 10 de Janeiro de 1810 em Fânzeres, filho legítimo de José Martins dos Santos e de Helena Vieira. Era alfaiate quando casou com Maria Pereira França, nascida na freguesia de S. Cosme, no ano de 1806, filha legítima de Manuel Pinto de Castro e Maria Pereira França.

Suponho que pela mãe pertencia à familia do padre que depois foi bispo do Pôrto, D. João de França Castro e Moura.

Por ocasião do cérco do Pôrto, Sebastião Martins dos Santos fugiu com a famlia para Trás-os-Montes, Friúme, onde pôs loja de mercearia.

Certidão de idade da primeira mulher de Camilo:

Américo Jazelino Dias da Costa, Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, oficial do Registo Civil do concelho de Gondomar:

Certifico que do livro competente de registos, existente na Repartição a meu cargo, a fólias duzentas setenta-e-cinco verso, consta um do teor seguinte: — «Joaquina, filha legítima de Sebastião Martins dos Santos e Maria Pereira França, do lugar do Taralhão da freguesia de S. Cosme de Gondomar, Bispoado do Porto. Neta paterna de José Martins dos Santos e de Helena Martins. E materna de Manuel Pinto de Castro, e de Maria Pereira França. Nasceu a vinte-e-três de Novembro de mil oito centos e vinte-e-seis, foi na igreja desta freguesia baptizada pelo Padre José Martins de minha licença no dia vinte-e-cinco do dito mês e ano tocou a criança na Pia Baptismal o dito José Martins dos Santos por procuração de António Francisco Monteiro Guimarães, e Madrinha foi Joaquina Vieira Pinto fiz este assento. O Reverendo (?) Manuel Martins. Sebastião Martins dos Santos. De José M (lugar do sinal da cruz) artins dos Santos.

Nada mais consta do referido assento que fielmente fica trasladado.

Gondomar e Repartição do Registo Civil em 3 de Junho de 1916 e dezasseis.

O Oficial,
Américo Jazelino Dias da Costa.

Agora vejamos a certidão de idade da Rosa, filha de Camilo e da Joaquina:

Certifico, para efeito literário, que num livro de baptismos desta freguesia existe o assento seguinte:

Rosa, filha legítima de Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco e Joaquina Pereira França, do lugar de Friúme, desta freguesia de Salvador da Ribeira de Pena. Neta paterna de Manuel Joaquim Botelho Castelo Branco e Jacinta Rosa Almeida do Espírito Santo, da cidade de Lisboa, e materna de Sebastião Martins dos Santos e Maria Pereira de França, do lugar de Friúme. Nasceu aos quinze, digo, vinte-e-cinco, 25, e foi baptizadasolemnemente com a imposição dos Santos Óleos, aos vinte-e-nove do mês de Agosto de mil oitocentos e quarenta-e-três; foram padrinhos seu avô, Sebastião Martins dos Santos e sua filha

Vitória França, todos do lugar de Friúme desta freguesia de Salvador da Ribeira de Pena. E para constar fiz êste térmo. Era ut supra. Na ausência do Pároco, o P.^e Manuel Baltazar Glz. É cópia fiel do original.

Salvador da Ribeira de Pena, 1 de Junho de 1915.

O Pároco,
Álvaro Augusto de Carvalho Pimenta.

A certidão de óbito da desventurada sua primeira mulher é um «miserando documento». Diz assim:

«Joaquina, casada, do lugar de Friúme e freguesia do Salvador da Ribeira de Pena, faleceu com todos os sacramentos em dia vinte-e-cinco e foi sepultada aos vinte-e-sete de Setembro de mil oitocentos e quarenta-e-sete, foi sepultada como pobre, nada teve, e para constar fiz êste térmo. Era ut supra.

O Pároco,
José António Rodrigues.

Nota à margem: Friúme. Teve missa cantada.»

E a sua filha Rosa, cinco meses e alguns dias depois daquela morte, também lhe foi fazer companhia:

«Certifico, para efeito literário, que num livro dos óbitos do registo paroquial desta freguesia existe o assento seguinte:

«Rosa, filha legítima de Camilo Ferreira Botelho Castelo Branco e Joaquina Pereira França, menor de cinco anos de idade, do lugar de Friúme, desta freguesia do Salvador de Ribeira de Pena, faleceu no dia dez e foi sepultada dentro da Igreja, dia onze de Março de mil oitocentos e quarenta-e-oito, do que fiz êste térmo. Era ut supra. Na ausência do Abade — O P.^e Domingos J. Glz.»
É cópia fiel do original.

Salvador da Ribeira de Pena, 1 de Junho de 1915.

O Pároco,
Álvaro Augusto de Carvalho Pimenta.

«Este casamento foi uma infâmia.»

No semanário *A Nossa Terra*, de 28 de Novembro de 1931, escrevi o seguinte, com leves alterações:

A primeira mulher de Camilo era Joaquina Pereira França, filha de um alfaiate de Taralhão (S. Cosme), de nome Sebastião Martins dos Santos.

Vejamos outro parentesco de Camilo:

Em o *Camilo desconhecido*, de António Cabral, ed. 1918, Lisboa, Livraria Ferreira, Limitada, pág. 174, lê-se:

«Referindo-se ao romance *A Sereia*, escreveu Camilo a José Gomes Monteiro, nesse ano de 1865:

«Peço-lhe o favor de mandar entregar a minha filha Amélia, no convento, 9\$600 réis, que encontraremos na paga do romance.

Essa filha de Camilo e de Patrícia Emilia de Barros — a Sr.^a D. Bernardina Amélia Castelo Branco —, em 28 de Dezembro desse ano de 1865, casou, na igreja de Valbom, com o capitalista António Francisco de Carvalho. Quando ela e o futuro marido andavam em galanteio, sucedeu... O melhor é dar a palavra a Camilo, que, em carta que dirigiu a Silva Pinto, por este publicada, no livro *Cartas de Camilo Castelo Branco*, refere o caso:

«Meu amigo :

«Vinha com a sua carta outra que devolvo.

Faz-me este caso lembrar um galante equívoco. Minha filha, quando estava no convento da Ave-Maria, no Pôrto, um dia, mandou-me a carta que escrevera ao namôro, e mandou ao namôro a carta que escrevera ao pai. Eu devolvi-lha, e disse-lhe que não fizesse a sua correspondência dum fôlego, para não se equivocar com os destinatários.

Um dia destes me lembrava ela o caso, e tinha já ao pé de si uma menina, que se ria da passagem.»

Foi a freira Isabel Cândida Vaz Mourão que pediu a Patrícia de Barros autorização para se realizar o casamento de António Francisco de Carvalho com a filha de Camilo. Este, em carta, sem data, mas que deve ser de 1874, dirigida ao Visconde de Ouguela, publicada a páginas 54 e 55 do livro do Sr. Teófilo Braga, *Camilo Castelo Branco* — «Esbóço biográfico» — escrevia:

«Não sei se sabes que tenho uma filha e uma neta.

O meu genro é um argentário de 50 anos e 200 contos. Impugnei este casamento, há 9 anos, receando que a diferença entre 16 e 40 anos abrisse um abismo entre os cônjuges.

Felizmente que a minha filha saiu uma criatura angelical, e o marido é um excéntrico que a tem levado a viajar.

Nunca falei com él, desde que o vi em 1849 sair para o Brasil. Era filho de um desembargador. Levou 20 contos do seu património e voltou rico. Viu a pequena na grade de um convento e pediu-a a uma freira, que él presumia ser a mãe da noiva. Como eu me opusesse ao casamento, solicitaram a licença da verdadeira mãe, que existe em Vila Real, e casaram-se. Passados anos fui, muito instado, ver minha filha, a uma quinta que habitava nos arrabaldes do Pôrto (1).

Recebi-a na minha sege e não lhe entrei em casa. Agora, creio que falarei com o marido, atendendo a que él quis que a filha se chamasse *Camila*. É uma trigueirinha «engraçada».

E aqui termina a parte referente à filha do romancista e do seu casamento com o rico Sr. António Francisco de Carvalho. Na carta, publicada pelo Sr. Teófilo Braga, vê-se que a neta de Camilo, a «engraçada trigueirinha» recebeu no baptismo o nome de *Camila*.

Em *Os Amores de Camilo*, de Alberto Pimentel, ed. de 1899, se fala largamente de *um rapto*, que era nem mais nem menos a Patrícia Emilia, que tinha sido para o romancista «idealidade com o *quantum satis* de matéria». Não se formou por amor dela e foi ser ajudante de ordens do MacDonal, que viera a Portugal para sustentar as pretensões de D. Miguel. O idílio com Patrícia Emilia foi cortado de «alternativas tempestuosas». Ela amava-o doidamente. A 25 de Junho de 1848, Patrícia Emilia dava uma filha a Camilo. A criança passou pela roda de Vila Real, recebeu o nome de Bernardina e foi a criar para Iscariz, aldeia próxima da Samardam. Em Junho de 1857, a criança estava no Pôrto e Camilo envia para Vila Real a Patrícia Emilia: «Recebi tua carta. Tenciono ficar no Pôrto e aqui estarei quando vieres a banhos. Será então ocasião de levares a menina, se a lá quiseres ter dois anos ou três. Para ela ir com vontade, é preciso que a tenhas cá primeiro contigo alguns dias. Reconheço que a pequena precisa de certos carinhos que só uma mãe pode dar-lhe. Eu não lhe falto com o que ela precisa, e até mesmo com o que lhe sobeja, mas não sei fazer o que os outros pais fazem».

Diz Alberto Pimentel que lhe parece que a menina (Bernardina Amélia) nunca chegou a ir algum tempo para a companhia da mãe em Vila Real.

Entrou, mais tarde, no convento de S. Bento da Ave-Maria, no Pôrto, ficando sob a tutela da freira D. Isabel Cândida. Explica: «Camilo havia atado relações com aquela freira, naturalmente na celebração de algum *outeiro* (festa de convento)».

(1) Freguesia de Valbom.

Ora foi essa filha que saiu do convento para casar em Valbom no dia 28 de Dezembro de 1865.

Patrícia Emilia de Barros faleceu em 15 de Fevereiro de 1885, na freguesia de S. Pedro, Vila Real.

Em o *Protocolo contra a suposta filha de Camilo Castelo Branco*, por Nuno C. Branco, edição de 1890, a pág. 73, vem uma certidão do registo paroquial da freguesia de Miragaia, a fólias 37, verso, em que se vê que a Sr.^a D. Bernardina Amélia Castelo Branco de Carvalho é filha de Camilo Castelo Branco, pois ele se declara avô materno do baptizado *Camilo*, filho legítimo, primeiro de nome, de António Francisco de Carvalho e da tal D. Bernardina que era natural da freguesia de S. Pedro, de Trás-os-Montes, concelho, comarca e distrito do mesmo nome, diocese de Braga e recebidos na freguesia de Valbom, concelho de Gondomar. O romancista assistiu ao baptismo e assinou como avô e padrinho. O documento tem a data de 16 de Junho de 1890.

Poderá alguém em Valbom saber se esta mulher é viva e onde está? ou se deixou filhos e onde param?

O marido da D. Bernardina Amélia (filha do Camilo), de nome António Francisco de Carvalho era filho dum desembargador. Deve saber-se pelo assento de casamento do genro de Camilo quem era esse desembargador e com quem era casado, bem como por esse mesmo registo se devem averiguar os nomes e naturalidade dos pais da Patrícia Emilia de Barros, a mãe da Amélia.

Há uma quinta, perto do rio e vizinha da igreja de Valbom, chamada a *quinta do Carvalho*, residência que foi a do citado marido da D. Bernardina Amélia.

Quanto ao assento ou registo de casamento, realizado na igreja de Valbom, entre os nubentes António Francisco de Carvalho e D. Bernardina Amélia Castelo Branco, dele pude obter uma cópia do Ex.^{mo} Oficial do Registo Civil de Gondomar, o Sr. Dr. Américo Jazelino Dias da Costa, de cuja amizade devo mais este favor.

É como segue:

Américo Jazelino Dias da Costa, Bacharel formado em Direito e Oficial do Registo Civil do Concelho de Gondomar :

Certifico que dum dos livros em meu poder consta, a folhas vinte-e-quatro, o assento do teor seguinte: À margem: Número vinte-e-quatro. Nomes dos cônjuges António Francisco de Carvalho com Bernardina Amélia de Carvalho. No texto: Aos vinte-e-oito dias do mês de Dezembro do ano de mil oitocentos e sessenta-e-cinco, nesta freguesia de S. Veríssimo de Valbom, do Concelho de Gondomar, diocese do Pórtico, perante

mim António Alves do Sepulcro Fonseca, abade da freguesia, compareceram os contraentes António Francisco de Carvalho e Bernardina Amélia de Carvalho, os quais conheço serem os próprios, com uma portaria do Reverendíssimo Senhor Juiz dos Casamentos d'este Bispado do Pôrto que lhes dispensava os proclamas corridos nas freguesias das suas naturalidades, mas com seus papéis correntes, e na forma da Santa Igreja, e com os mais papéis do estilo correntes, e sem constar de impedimento algum canónico ou civil para este Matrimónio; ele da idade de quarenta-e-três anos, solteiro, de profissão proprietário, natural da freguesia de Miragaia, da cidade do Pôrto, onde foi baptizado e residente na Rua de Cedofeita, filho legítimo de António Francisco de Carvalho, natural da cidade de Guimarães e de Ana de Sousa Loureiro, natural da Vila de Valongo, e ela de idade de dezassete anos, solteira, vivendo no Convento de Ave-Maria do Pôrto, natural de Vila Real, onde foi baptizada na freguesia de S. Pedro e residente no dito Convento da cidade do Pôrto, filha natural de Parícia⁽¹⁾ Emilia de Barros, solteira, natural de Vila Real, os quais contraentes se receberam em face da Igreja por palavras de presente e os uni em Matrimónio, e por ser tempo do Advento não recebeu as Bênções Nupciais, procedendo em todo este acto conforme o que ordena o Sagrado Concilio Tridentino e Constituição Diocesana; sendo testemunhas presentes Bento Luiz Ferreira do Carmo, casado, de profissão negociante, da cidade do Pôrto, assistente na rua de S. Bento, junto à porta de Carros e Manuel Pereira Vicente, coadjutor desta freguesia de Valbom. E para constar se lavrou em duplicado este assento, que, depois de lido e conferido perante os ditos cônjuges e testemunhas, comigo o assinaram. Cônjuges: António Francisco de Carvalho, Bernardina Amélia Carvalho. Testemunhas: Bento Luiz Ferreira do Carmo, Rita Olinda Leite Braga. O abade: António Alves do Sepulcro Fonseca.

O referido é cópia fiel do original.

Gondomar e Repartição do Registo Civil, em 10 de Dezembro de 1931.

O Oficial,

Américo Jazelino Dias da Costa.

Vê-se por este documento que Camilo Castelo Branco não figura, no acto do casamento da filha, como pai.

⁽¹⁾ Queria dizer *Patrícia*.

E a 10 de Dezembro do mesmo ano de 1931, no referido semanário, publiquei o seguinte:

PARENTES DE CAMILO CASTELO BRANCO EM TERRAS DE GONDOMAR

O meu estirado artigo sobre a família do grande escritor produziu o efeito que eu muito desejava e que era aclarar onde estavam os seus descendentes. Acediu pressuroso o Sr. G. S. (iniciais que encobrem o nome da pessoa inteligente e convedadora deste assunto) a desfiar esta meada genealógica. Resolvo, pois, publicá-la na íntegra, porque ela por si mesma esclarece o caso.

«Ex.mo Sr. Camilo de Oliveira:

No jornal *A Nossa Terra*, no artigo «Parentes de Camilo Castelo Branco em terras de Gondomar», pede V. esclarecimentos a respeito da filha de Camilo, que casou e viveu em Valbom.

Como convivi muito com essa senhora, naquela aldeia, vou dar-lhe informações que talvez o interessem.

Com efeito a Sr.^a D. Bernardina Amélia, filha daquele nosso insigne romancista, casou com António Francisco de Carvalho, que foi enteado, e não filho, do desembargador da Relação do Pórtio, de cujo nome não me lembro já. A mãe de Carvalho era uma senhora, que tivera uma padaria na rua da Esperança e que por ser muito afeiçoadas ao partido liberal, favorecia os presos políticos na Cadeia da Relação.

Esta senhora tinha sido casada com um tal Carvalho, que se bem me recordo era guarda-livros e de quem teve dois filhos—António Francisco de Carvalho, e o mais velho que era formado em Direito e também morava na Esperança.

Um dos presos favorecidos por aquela senhora era o desembargador, que se chamava, se a memória não me atraiçoa, Marques de Oliveira, que ao sair da Relação, por um acto de gratidão casou com a sua bemfeitora. Dele herdou esta, a quinta existente em Valbom a que V. Ex.^a se refere no seu apreciável artigo e que depois veio a pertencer ao enteado, o citado António Francisco de Carvalho.

Este quando retirou do Brasil veio viver com um irmão, mas desvieram-se e António F. de Carvalho mudou para a quinta de Valbom a mobília que lhe pertencia e que até então estivera em casa de sua mãe. Mas ele ficou sempre a viver no Pórtio, creio que num hotel.

Com efeito, da casa de Bento Luiz Ferreira Carmo, Visconde de Ruães, onde tinha depositado parte dos seus capitais e

que por esta razão, e por ter a certeza de que o seu dinheiro estava seguro, todos os dias era certo encontrar-se durante algumas horas, no seu estabelecimento fronteiro ao Convento de Ave-Maria, onde a filha de Camilo entrou entregue aos cuidados da freira, D. Isabel Cândida.

Ali se namoraram, Carvalho e D. Amélia, como ela era mais conhecida. Até que por influências de Carmo e de D. Isabel Cândida, se fez o casamento. Então Carvalho foi viver com a noiva para Valbom, para a sua quinta e ali residiu até que a sua filha primogénita chegou à idade de se educar, o que o levou a vir residir no Pórtico, na casa última da rua da Restauração, defronte da rua que daí segue através de terrenos do Palácio de Cristal.

Esta filha de Camilo casou com Carvalho e deste casamento nasceu uma filha ainda hoje viva, a Sr.^a D. Camila Castelo Branco Cardoso e Silva, casada com o Dr. Cardoso e Silva, conhecido médico clínico da Misericórdia.

Aqui no Pórtico, e na Restauração, nasceu o Sr. Camilo Castelo Branco de Carvalho, negociante desta praça.

A filha de Camilo, a Sr.^a D. Amélia de Carvalho, faleceu este ano, contando 83 ou 84 anos. O filho, neto de Camilo, ainda vive e reside aí para a rua da Raínha (rua Antero de Quental).

Aqui tem o Sr. Camilo de Oliveira uns ligeiros apontamentos, que muito estimo lhe sirvam para alguma cousa.

E possível que venha ainda a conhecer este seu informador.

G. S. »

Agradeço muito os informes recebidos.

Por igual motivo fui procurado pelo meu prezado amigo Sr. Dr. Américo Jazelino Dias da Costa, que me forneceu apontamentos a condizerem com os escritos nesta carta e que são os seguintes: Bernardina Amélia viveu na rua da Restauração, n.^º 298, cerca de 40 anos; e nos 10 anos anteriores viveu nessa mesma rua, n.^º 292.

Morreu no dia 20 de Julho de 1931; o seu marido faleceu há 26 anos. Tem dois filhos Camilo e Camila; aquelle mora na rua Firmeza, n.^º 60. Camila mora na rua da Raínha ou antes Antero de Quental, n.^º 514 e é casada com o Sr. Dr. Joaquim Urbano Cardoso e Silva.

Tem uma filha que casou com o Sr. Dr. Campos Paiva, filho. Ainda vive e viveu em Valbom uma criada de D. Bernardina Amélia, chamada Olinda Eva Adão Soares. Eis o que já está apurado.

O citado Sr. Alberto Pimentel, no seu apreciável livro *Os Amores de Camilo*, refere-se às estouvanices

dêste notável romancista, quando se enamorou da primeira mulher, nos seguintes termos:

«Não havia no Pôrto memória de outra tão aventurosa e irrequieta mocidade. Onde pudesse estar um perigo, ou uma ousadia, aí estava Camilo. Por isso foi que ele se bandeou, depois da Maria da Fonte, no Estado-Maior de Macdonell.

Posteriormente à convenção de Gramido, Camilo fôra amanuense do Governo Civil de Vila Real, como já havia sido escrivente do secretário da Câmara em Ribeira de Pena, e combatendo a política do Governador Civil José Cabral, estivera em risco de ser assassinado pelo caceteiro transmontano, de alcunha *Olhos de boi* (pág. 16).»

E Joaquina Pereira?

«Ela era uma guapa mocetona. Forte e sàdia, reforçada, de peitos altos, estatura regular; nas faces morenas, um clarão de ingenuidade alegre, de bondade expansiva». Tal o retrato feito por Alberto Pimentel, da filha do alfaiate Sebastião Martins dos Santos, a qual «poude gabar-se de ter empolgado o coração do jovem e endiabrado Camilo». (Pág. 65).

Não existe infelizmente retrato algum da primeira mulher de Camilo; há, sim, o retrato duma irmã que muito se parecia com ela. No entanto achamos conveniente suprir essa falta com a publicação dum lindo soneto do poeta Delfim Guimarães, e que substitue à maravilha o processo fotográfico. Ei-lo:

JOAQUINA PEREIRA

(DO PRIMEIRO DRAMA DA VIDA DO ROMANCISTA)

Na aldeia de Friúme não havia
Outra moçoila assim, viva e graciosa;
Pomo gentil de polpa apetitosa,
Que perfumes silvestres rescendia.

Cabelo farto e negro, tez mimosá,
Pel' trigueirinha,— um todo que aprazia!
Quinze anos deslumbrantes de alegria,
Manhã de primavera esplendorosa...

Deixou-se enfeitiçar... O casamento
Absolveu, redimiu, o estouvamento
Do sangue juvenil. Viu-se invejada,

Espôsa e mãe!... Foi curta essa ventura:
Aos vinte anos baixava à sepultura...
Não resistira ao ver-se abandonada!

(Do livro *Alma Portuguesa*, 2.^a edição.—
Guimarães & C.ª, editores — Lisboa, 1927).

CAMILO MARTINS DE OLIVEIRA

Natural da Vila de Gondomar, do lugar da Passagem. Tem o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Recebeu o presbiterado. Actualmente é 2.^o oficial da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto e professor efectivo da Escola Comercial de Oliveira Martins, da mesma cidade.

CAMILO DE OLIVEIRA AGUIAR

Natural da freguesia de S. Pedro da Cova. Teve banda de música, de que foi regente até ao seu falecimento. A banda de música é hoje regida por um seu filho.

CARLOS AMARAL

Jornalista republicano. Natural de Rio Tinto. Pela tenacidade da sua propaganda na imprensa, foi preso pelos célebres *trauliteiros*, de negregada memória, em 1919 e metido nas prisões infectas do Aljube do Pôrto, donde saiu um dia, mártir dos suplicios que lhe foram infligidos, para o cemitério do Prado do Repouso!

CARLOS MARIA GONÇALVES BARBOSA

Jornalista, natural da freguesia da Lomba, muito ilustrado, que tendo vivido no Pará, lá ficou sepultado; mas durante a vida escreveu em vários jornais

brasileiros, defendendo e enaltecedo sempre a sua terra natal e a Pátria. Faleceu em 4 de Março de 1917. (Vid. vol. 2.º, pág. 379).

DR. COELHO DA ROCHA

ESCRITOR E JURISCONSULTO

Há em Melres a antiga casa denominada da *Eira de Melo*, dos Ex.^{mos} Srs. Coelho da Rocha.

Foi desta casa o pai do ilustre doutor, P.^e Manuel António Coelho da Rocha, lente de Coimbra e um dos mais autorizados jurisconsultos e escritores dos nossos dias. (Vid. vol. 2.º, pág. 434). A biografia d'este considerado homem de letras pode ver-se no vocábulo *Covelas*, pág. 528, col. 2.^a do 2.º vol. de Pinho Leal (*Portugal Antigo e Moderno*).

CONCEIÇÃO DA SILVA PASSOS

Natural da Vila de Gondomar, do lugar do Souto. É filha do falecido professor de instrução primária, o Sr. Manuel de Passos. É diplomada com o curso da Escola Normal do Pôrto e exerce o magistério primário oficial nesta cidade do Pôrto.

DR. CUSTÓDIO LOPES DE CASTRO

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. É natural da Vila de Gondomar. Foi eleito deputado em 1921, pelo círculo n.º 11. Seguiu a magistratura e hoje é juiz em Alcácer do Sal.

DAMIÃO DE ALMEIDA LOPES

Natural da Vila de Gondomar, do lugar da Gandra. Teve banda de música e capela. Já faleceu.



DAMIÃO MARQUES MOURA

Natural da Vila de Gondomar, do lugar do Souto, hoje Praça da República. É chefe da secretaria da Misericórdia do Pôrto e professor do Instituto Industrial desta cidade. Em 1925 dirigiu neste concelho o periódico *A Voz de Gondomar*, que teve pouca vida.

DR. DAMIÃO MARTINS DO RIO

Natural da freguesia da Sousa, do lugar de Ferreirinha. Com o Curso Superior de Letras pela Universidade de Coimbra.

Foi professor do liceu de Viseu, no da ilha do Faial e por fim no de Portalegre, onde faleceu, ainda novo.

DAMIÃO DA SILVA MONTEIRO

Natural da Vila de Gondomar. Foi durante muitos anos regente da banda de música que tinha o seu sobrenome. Tinha também capela, como ainda hoje, regida pelo seu filho e funcionário superior da Câmara de Gondomar, o Sr. Domingos da Silva Monteiro.

P.^o DAVIDE BRAVO

Natural da freguesia de Fânzeres. Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Foi capelão na igreja dos Clérigos, desta cidade, onde faleceu, ainda novo.

DAVIDE CORREIA DA SILVA

Era natural da freguesia de Rio Tinto onde residiu. Foi um grande influente político, militando no antigo regime nas fileiras do partido progressista. Prestou alguns serviços ao concelho, tendo sido mais do que uma vez presidente da Câmara Municipal e Administrador do Concelho. Na sessão de 6 de Novembro de 1919, da dita Câmara, foi exarado na acta um voto de sentimento pelo seu falecimento.

P.^e DAVIDE FERREIRA LASCASAS DOS SANTOS

Natural da freguesia de Rio Tinto. Pouco tempo viveu. Foi, pároco em Gondifelos, concelho de Louçada. Faleceu tuberculoso, ainda novo. Tinha o curso teológico do Seminário do Pôrto.

DELFIM BARBOSA DE OLIVEIRA

Natural da freguesia e lugar de Covêlo. Fêz alguns exames de preparatórios no Seminário dos Carvalhos; mas, abandonando a carreira eclesiástica, foi para o Brasil, donde voltou. Passados anos matriculou-se na Escola Normal do Pôrto, onde completou o curso de professorado primário, obtendo a mais alta classificação literária. Foi despachado professor para a Marinha Grande e daí transitou para Aldeagalega, onde pouco se demorou, sendo transferido para a escola n.^o 20, da cidade de Lisboa, onde actualmente exerce o magistério.

DELFIM FERREIRA DAS NEVES

Natural da freguesia de Rio Tinto. É regente dumha banda de música, com capela. É pai do actual professor de música no Conservatório do Pôrto e empregado na Escola de Belas-Artes desta cidade.

DR. DELFIM MARTINS DE MOURA

Foi uma das individualidades mais importantes do concelho. Pelo seu falecimento, a Câmara Municipal, na sessão de 19 de Outubro de 1893, exarou na acta o seguinte:

«Talento robusto, ilustração pouco vulgar, carácter imponente, honrou sempre o seu País e a terra que lhe foi berço, já nos bancos das escolas, já em convívio particular, já no meio quase sempre deletério, da vida pública. Foi deputado por este círculo, e ninguém tomou ainda mais a peito os justos interesses daqueles que lhe cometem o encargo de os representar no

parlamento Foi presidente desta corporação; e ninguém desempenhou ainda êste cargo com tanta competência, nem com mais escrupulosa justiça ou mais sincero empenho de realizar melhoramentos úteis. Nêle perdeu a Pátria um cidadão de altíssimo valor intelectual e moral, e êste município um dos seus filhos mais distintos e um dos seus mais prestimosos servidores. Os desenganos, e as ingratidões sofridas fizeram-lhe abandonar a política, mas nunca deixou de ser dos mais estrénuos defensores dos direitos desta terra, dos mais enérgicos propugnadores do seu progresso. Possam os homens de valimento e boa vontade, trabalhando com afinco na realização do mesmo ideal, algemando o coração à memória do saudoso extinto, elevar êste concelho ao grau de prosperidade a que tem jus pela sua posição, pelo número dos seus habitantes e pela riqueza do solo, tornando assim menos sensível a perda irreparável.

O presidente, Sr. António Martins do Rio, propôs em seguida que estas palavras ficassem exaradas na acta e que se enviasse delas cópia ao irmão do extinto. Aprovado por unanimidade.»

DOMINGOS GONÇALVES DE SÁ JÚNIOR

Natural de Rio Tinto. Quando em 1926 foi presidente do Senado, ofereceu à Câmara, para o professor ou professora que maior número de alunos apresente a exame de instrução primária, 2.^º grau, ou equivalente, um prémio escolar de 2.500\$00, para perpetuar a memória de sua espôsa, D. Rita Correia da Silva e Sá.

E' um benemérito da instrução que merece os louvores de todos os gondomarenses. Êste assunto foi tratado na sessão camarária de 8 de Abril de 1926, como se verifica a pág. 31, dêste volume.

DOMINGOS MOREIRA DA SILVA

Natural da freguesia de Rio Tinto. E' digno de que seu nome figure neste capítulo, pois foi um benemérito da instrução popular, cedendo ao Estado um terreno, no lugar da Triana, para construção de duas escolas, uma do sexo masculino, outra do feminino, e cuja inauguração se realizou a 5 de Outubro de 1928, com grande solenidade e assistência das autoridades. (Vid. êste vol., pág. 51).

DOMINGOS DA SILVA MONTEIRO

Natural da Vila de Gondomar. E' amanuense da Câmara Municipal e regente da banda de música que foi de seu falecido pai, conhecida pela *música do Monteiro*. Também tem capela.

P.e DOMINGOS DE SOUSA NEVES

Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Natural de Rio Tinto, do lugar da Quintã. Foi desde novo residir para o Pôrto, onde faleceu.

EDUARDO GÂNDRA

Natural da Vila de Gondomar. Grande apaixonado pela música, organizando uma banda de que foi regente. Já faleceu.

D. ELVIRA CLOTILDE GUIMARÃES FERREIRA CARDOSO

Natural da Vila de Gondomar, médica pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto, filha do Sr. Dr. Rufino Ferreira Cardoso. Formou-se em 1932. Exerce a clínica na Vila.

D. EMÍLIA BEATRIZ DE SOUSA PINTO

Natural da Vila de Gondomar, do lugar da Quintã, hoje Praça Manuel Guedes. Tem o curso de Farmácia. Está casada com o Sr. Dr. José Silvestre Cardoso, juiz desembargador da Relação do Pôrto. Reside actualmente na sede do concelho.

DR. FRANCISCO FERREIRA DA SILVA

No 2.^o volume, pág. 61, nota (1), fala-se do Rev. Dr. Francisco Ferreira da Silva, abade da freguesia de Valbom, o qual foi representante do seu

prelado D. Tomaz de Almeida ao rei D. João V, para que este revogasse a Provisão que proibia o clero de fazer mais sufrágios do que os do testamento do finado. Essa Provisão data de Fevereiro de 1710.

DR. FRANCISCO JOSÉ DE OLIVEIRA LIMA

Médico-cirurgião, Dr. Francisco José de Oliveira Lima, da freguesia de Valbom, serviu de cirurgião do 2.^º partido, ao poente deste concelho (Vid. vol. I, pág. 138). A Câmara Municipal, em Março de 1835, arbitrou-lhe por ano 6000 réis.

FRANCISCO MARTINS DE CASTRO

No cemitério do Prado do Repouso, da cidade do Pôrto, existe um jazigo de familia, onde se lê *Francisco Martins de Castro, negociante que foi em Iguassu, Império do Brasil. Nasceu em S. Cosme, a 11 de Abril de 1808 e faleceu a 25 de Outubro de 1878 nesta cidade.*

Num dos lados diz: *D. Maria Martins de Oliveira, nasceu a 1 de Março de 1840. Faleceu a 25 de Agosto de 1896. Recordação de seu marido Gaspar Rodrigues Cardoso.* O jazigo é desta familia. Poderá saber-se quem é o Sr. Francisco Martins de Castro?

FRANCISCO SILVESTRE CARDOSO

Foi uma figura de destaque de há 60 anos, porque se devotou aos melhoramentos públicos e contribuiu para a abertura da estrada, que vai do lugar da Quintã ao Souto, hoje rua 5 de Outubro. O lugar da Quintã, após a proclamação da República, recebeu o nome de *Praça Manuel Guedes* e o lugar do Souto, *Praça da República*. Este benemérito cidadão era tio do actual juiz desembargador Dr. José Silvestre Cardoso.

X

GLÓRIA BARBOSA RAMOS

Natural da Vila de Gondomar, filha do notário, já falecido, Joaquim Mendes Barbosa. Tirou o curso elementar da Escola Normal do Pôrto. Faleceu muito nova, sem ter tido tempo de exercer o magistério.

FR. GONÇALO DE VALBOM

Do *Diccionario Abreviado da Chorographia de Portugal*, de J. S. de Almeida, 1866, se lê sobre a freguesia de Valbom, que lá «nasceu, pelos anos de 1250, o virtuoso frei Gonçalo de Valbom, geral da Ordem dos Menores e varão de grande ciência e santidade. Enviou Scoto à Universidade de Paris, para aí defender publicamente o mistério da Imaculada Conceição de Maria que hoje é dogma da Igreja Universal, por disposição do S.S. o papa Pio IX, e que já era crença geral de todos os povos católicos. Frei Gonçalo de Valbom foi assassinado pelos *espíritos fortes* de aquéle tempo, que não podiam tolerar um homem de tanta santidade, a 14 de Abril de 1313».

E na *Descrição topographica e Historica da Cidade do Porto*, de Rebelo da Costa, Pôrto, 1789, pág. 330, se faz referência ao mesmo frei, nestes dizeres:

«Fr. Gonçalo de Val Bom Franciscano Claustral. Foi Ministro Geral de toda a Ordem, eleito no Capítulo Geral de Pariz em mil trezentos e quatro. Transferiu para hum sumptuoso Tumulo as Cinzas de Santo Antorio de Lisboa. Alcançou de Benedicto XI, que a Igreja celebrasse a impressão das Chagas do Salvador no corpo do seu Serafico Patriarcha. Facultou a João Duns Scoto licença de receber as insignias Douctoraes na Universidade de Pariz.

A este Ministro Geral deve a sua Religião os maiores privilegios que tem. M. em Pariz a 13 de Abril de mil trezentos e treze. *Theologia Moral.*»

Na *Biblioteca Lusitana*, vol. II, pág. 407, há os seguintes traços biográficos:

Nasceu no lugar que tomou por apelido, distante uma légua da cidade do Pôrto, podendo gloriar-se de que sendo pouco conhecido, se fizesse celebrado pela produção de um tão insigne filho. Ainda contava poucos anos quando superiormente inclinado ao estado religioso deixou o secular e recebeu o hábito seráfico em o Convento do Pôrto, onde crescendo igualmente na especulação das ciências, como na prática das virtudes passou de Ministro da Província de Castela ao Generalato de tôda a Ordem, sendo eleito no Capítulo celebrado em Paris em o ano de 1304, cuja eleição foi aprovada com grandes aplausos pela Santidade de Benedito XI. Eternamente será venerado o seu nome em todo o Orbe Seráfico por ser o glorioso instrumento das maiores excelências, que logrou tão dilatada como penitente Família no tempo do seu prudente governo. Alcançou de Benedito XI que a Igreja universal celebrasse a misteriosa impressão das Chagas do Redentor do mundo em o corpo do seu admirável Patriarca. Transferiu para um sumptuoso mausoléu as prodigiosas cinzas do Taumaturgo Português Santo António, quando celebrou Capítulo na cidade de Pádua. Expediu Patente para receber as insignias doutoriais em a Universidade de Paris a João Duns Scoto conhecido antonomásticamente por Doutor Subtil de cuja doutrina como de vasto Oceano se derivaram as caudalosas fontes, que fecundaram tôda a Religião dos Menores. Aplicou o maior disvelo para conservar o instituto Seráfico na sua primitiva observância, proibindo com severas leis aos seus súbditos a superfluïdade dos hábitos, e ornato das celas. Arrasou muitos edifícios sumptuosos como impróprios à profissão do instituto Seráfico reduzindo-os àquela forma, que lhe prescreveu a Evangélica pobreza do Seráfico Francisco. Não lhe impediam os cuidados do governo de tão imensa Família a contempla-

ção das celestiais delícias, e o exercício dos mais abatidos ministérios da Comunidade servindo de exemplar aos domésticos, e de exemplo aos estranhos. Atenuado com o contínuo disvelo da reformação religiosa, e perseguido da emulação menos reformada faleceu piamente no Convento de Paris, a 13 de Abril de 1313, sendo manifesta a algumas pessoas a glória que possuia na eternidade. Fazem ilustre memória deste insigne varão, Wadingo *Annal. Min.* ad. Ann. 1304. usque ad 1313. et de *Script. Ord. Min.* p. 147. Artur *Martyrol Franciscan.* p. 163. Alvaro Pelágio de *Planctu Eccles.* lib. 2, cap. 33 e 67. D. Antonius *Hist. 3. Part. Tit. 24.* cap. 9, § 13. Fr. Marc. de Lisboa. *Chron. da Ord. Part. 2,* liv. 6, cap. 28 e liv. 7, cap. 19 e 21. Willot *Athenas Franciscana.* lit. G. Possevin. *Appar. Soc.* pág. 648. Mamedo *Flor. da Esp.* cap. 23. Excel. 3. Brandão *Mon. Lus.* Tôm. 6. liv. 18, cap. 77. Fr. Manuel da Esper. *Hist. Seraf. da Prov. de Portug.* Part. 2, liv. 7, cap. 26. Cardoso *Agiol. Lusit.* Tom. 2, pág. 538. e no *Comment.* de 13 de Abril letr. D. Nicol. Ant. *Bib. Hisp. Vet.* lib. 9, cap. I, § 28 e Fr. Joan. a D. Anton. *Bib. Francisc.* Tôm. 2, pág. 20, col. 2. Compôs *tractatus de praeceptis eminentibus et aquipollentibus Regula Seraphica.* Saiu impresso in *Enchirid. Minor.* Hispali 1535. Começa: *Regula nostra Fratres charissimi non sit nobis confusa.* Esta exposição que fez sobre a Regra Seráfica foi causa de Clemente V promulgar a célebre Extravagante no Concílio Vienense, onde assistiu Fr. Gonçalo de Valbom e começa *Exivi de Paradiso*, e se incorporou no Direito Canónico.

Epistola ad Ministros Provinciales. Está impressa no I tômo do *Orbis Seraphici*, pág. 145.

A certeza de que Fr. Gonçalo de Valbom fôsse português e não galego prova com evidentes razões Fr. Manuel da Esperança, e o Licenciado Jorge Cardoso nos lugares acima citados, além de outros autores estranhos, que seguem a mesma verdade, como são Fr. Henrique Willot, franciscano, e o P.^o António Possevino, jesuíta.

DR. HENRIQUE NUNES TEIXEIRA
POETA E NUMISMATA

Henrique Nunes Teixeira nasceu na freguesia de S. João da Foz do Sousa, 1.^o distrito e comarca então de Penafiel, bispado do Pôrto, e concelho de Gondomar, aos 31 de Março de 1833. Era filho de António Nunes Teixeira, negociante de panos e de sua mulher D. Maria do Carmo.

Formou-se na Faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra em 1861.

Deu à estampa algumas poesias nos *Prelúdios da Literatura*, jornal que se publicou em Coimbra, com as iniciais N. T.

Conjuntamente com o Sr. Dr. Eduardo Augusto Allen, Conservador do Museu Municipal do Pôrto, escreveu um brilhante artigo intitulado *Monnaies d'or suévo-lusitanianennes*, que foi publicado na *Revue Numismatique*, págs. 235-249, *nouvelle série, tome dixième*, Paris, 1865. O referido artigo foi escrito no Pôrto e tem a data de 10 de Maio de 1865.

P.º JERÓNIMO JOAQUIM FERREIRA

Natural da freguesia da Lomba, do lugar de Areja. Tem o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Paroquia a freguesia de Melres.

JERÓNIMO MOREIRA BARBOSA

Natural de Recarei, concelho de Paredes. Veio para Gondomar em criança. Tem o curso da Escola Normal do Pôrto. Tem exercido o magistério de ensino primário em diferentes escolas, e actualmente na cidade do Pôrto.

P.º JOÃO ÁLVARES QUEIROZ

Foi professor de Filosofia e de Retórica na Congregação do Oratório, da qual foi conventual conjun-

tamente com seu irmão, o Rev. Manuel Álvares de Queiroz, que foi um filósofo e matemático insigne, professor régio destas Faculdades por nomeação de el-rei D. José, um distinto orador e por fim director e vice-reitor do Colégio dos Meninos Órfãos, em cuja clausura foi sepultado.

Ora o irmão dêste, o referido P.^e João, também se fez notável na Oratório; «e foi convidado por carta da Câmara Municipal da Cidade do Pôrto para reitor do sobredito Colégio dos Órfãos, que governou com grandes créditos seus, e aproveitamento do Colégio, desde 8 de Novembro de 1812 até 5 de Janeiro de 1825. Neste ano demitiu livremente a reitoria e passou a ser pároco colado da freguesia de Rio Tinto». Jaz sepultado no cemitério da Irmandade Clerical. «Pode ver-se, acrescenta o biógrafo, quão útil foi à Mocidade e Colégio, nas notas de um sermão de Nossa Senhora da Graça, impresso em Coimbra no ano de 1830 e pregado por D. Francisco do Santíssimo Coração de Maria, que foi órfão e era Cónego Regrante de Santo Agostinho, conventual de Santa Cruz». (*Descripção Topographica de Villa Nova de Gaya*, 3.^a ed., 1861, de J. A. Monteiro d'Azevedo, pág. 229).

P.^e JOÃO ALVES DE CASTRO (P.^e FELGA)

Natural da Vila de Gondomar, lugar de Ramalde, Foi prègador. Morreu ainda novo. Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto.

P.^e JOÃO FERREIRA

Natural de Rio Tinto, do lugar de Baguim do Monte. Era irmão do Fr. Manuel de Santa Inez, bispo eleito do Pôrto, no tempo da luta entre D. Pedro IV e seu irmão D. Miguel. Por essa ocasião, passaram os dois para o Convento de Santa Rita da Formiga. Nesse Convento estava Fr. Manuel de Santa Inez quando o rei D. Pedro IV o nomeou governador do bispado do Pôrto.

D. JOÃO DA FRANÇA CASTRO E MOURA
BISPO DO PÔRTO

D. João da França Castro e Moura, natural da freguesia de S. Cosme de Gondomar, desta diocese do Pôrto, era filho de António João da França e de D. Rosa da França Castro e Moura, lavradores, proprietários, do lugar da Azenha, da mesma freguesia. Nasceu em 19 de Março de 1804; em Outubro de 1815 foi entregue aos cuidados de seu tio materno Dr. José da França de Castro e Moura, vigário geral de Penafiel, para sob seu cuidado estudar Humanidades. Em 1820 veio freqüentar no Pôrto o Seminário de Santo António, na Quinta do Prado e lugar das Fontainhas (Seminário velho). O bispo de então, D. João de Magalhães e Avelar conferiu-lhe *Ordens menores*; e em 1823, destinando-se às Missões do Oriente, partiu para Lisboa, onde deu entrada no Convento de Rilhafoles, da Congregação da Missão e aí teve as primeiras preparações para Missionário até ao dia 10 de Abril de 1825, em que partiu para Macau, com seus dois companheiros, José Joaquim Miranda e Jerónimo José da Mata, este mais tarde Bispo de Macau. Aqui recolheu ao Colégio de S. José, que superintendia nas Missões da China, e lá concluiu os seus estudos eclesiásticos e continuou a sua Ordenação, recebendo a *Ordem de Sub-Diácono* em 1827, conferida pelo Bispo daquela diocese, D. Fr. Francisco de Nossa Senhora da Luz.

Tendo, porém, falecido este prelado, D. João da França viu-se obrigado a ir a Manilha (Filipinas) para aí receber as restantes *Ordens sacras* de diácono e presbítero, as quais lhe foram conferidas pelo Bispo de Illocos (uma das províncias da Ilha de Luçon (Filipinas); em seguida regressou ao dito Colégio de S. José das Missões, em Macau, onde celebrou a sua primeira missa no princípio do ano de 1830. Em Agosto deste mesmo ano e na companhia de outro missionário espanhol partiu, por ordem do Superior

do Colégio, para a província chinesa de Fokien, onde apenas se demorou um mês, pois ia sendo vítima das perseguições dos naturais, tendo de fugir para Chang-Hai, província de Kiang-Sou, um pouco ao Sul da foz do Kiang. Também não se demorou muito tempo aqui, pois passou à diocese de Nankim, da mesma província de Kiang-Sou, onde foi investido no cargo de vigário geral por nomeação do seu Bispo D. Caetano Pereira Pires, que também era administrador apostólico da diocese de Pekim. Convém observar que naquela região, banhada pelo rio Kiang e portanto paludosa e muito insalubre, D. João sofreu febres violentas que por muito tempo o retiveram no leito; por essa ocasião e por tal motivo recebeu ordem para retirar-se para a diocese de Pekim, o que fez no princípio de Novembro de 1833, chegando à província de Chan-Toung, onde tomou conta duma Missão, dentre as duas em que fôra dividida a diocese e continuando no exercício de cargo de vigário geral. Ainda em Junho de 1836 esteve D. João por bastante tempo impossibilitado de retomar os seus trabalhos de missionário, porque pela segunda vez e mais perigosamente o atacaram as febres tifóides.

A 2 de Novembro de 1838 morre o referido bispo de Nankim, D. Caetano Pereira Pires, ficando a governar a diocese de Pekim D. João da França; e nesse tempo, devido às interrompidas relações entre Portugal e a Santa Sé, não havia nem no Oriente nem no Ultramar um só bispo português sagrado; cá na Metrópole desenhava-se um cisma, devido ao abandono a que os bispos e dignidades eclesiásticas votaram suas igrejas, vendo-se, nessa emergência, o poder civil obrigado a encarregar determinados eclesiásticos para gerir os negócios da Igreja e desempenhar certas funções do culto religioso. Foi então que Gregório XVI publicou em 24 de Abril de 1838 o Breve *Multa praclare*, pelo qual restringiu o direito do padroado português no Oriente aos limites das nossas actuais possessões, de que resultou ficar a

jurisdição do vigário geral e governador da diocese de Pekim limitada à província de Tchi-Li, em que está a capital da China.

Em Setembro de 1840 a Santa Sé nomeou bispo de Claudiópolis *in partibus infidelium*, na Arménia Menor, e Administrador apostólico da dita diocese de Pekim D. João da França, que não aceitou esta nomeação; é certo também que o Governo português não a sancionou, em resultado das dissidências havidas entre ele e a curia romana, por causa do Padroado do Oriente. O nosso biografado, tendo conhecimento desta recusa, solicitou de pontífice que o dispensasse da graça conferida.

Em Novembro de 1841, todavia, restabelecidas já as relações entre Portugal e o Vaticano, D. Maria II apresentou D. João da França, bispo de Pekim.

Este nosso patrício, em tôda a sua vida apostólica, afirmou-se um cristão digno d'este nome. Veja-se a sua humildade e abnegação neste facto: A Congregação *De propaganda Fide* empregou desde 1840 todos os meios ao seu alcance para obter de D. João da França que se sagrasse bispo de Claudiópolis; mas como todos os seus esforços se tornavam inúteis, expediu-lhe então um Breve pontifício de 28 de Abril de 1846 no qual lhe declarava que, se à data da recepção dele não estivesse sagrado bispo de Claudiópolis, cessava a sua jurisdição na diocese de Pekim.

Só então é que obedeceu; e saindo ocultamente desta diocese em 14 de Junho de 1847 chegou a Macau em Agosto seguinte, depois de ter permanecido no Império chinês, dezassete anos. E com ele terminou o exercício do nosso direito do Padroado na diocese de Pekim.

Em Novembro de 1850, D. João, sempre impulsionado por espírito apostólico e depois de ter esperado inutilmente que o Governo da Metrópole regularizasse os negócios do Padroado, resolveu ir evangelizar os bárbaros da Ilha de Timor; mas aí

permaneceu pouco tempo, porque reconheceu a insuperável dificuldade de estudar tantas línguas diversas, quantas as faladas pelas tribos daquela nossa possessão; e em face disto, regressou à Pátria aportando a Lisboa no dia 1 de Abril de 1853, perfazendo nesse dia vinte-e-oito anos em que desta capital embarcara para o Oriente!

Entretanto na Câmara dos Deputados, em Julho seguinte, travou-se ríijo combate por supostos atentados contra os direitos do Padroado português; e as negociações entre o Núncio e o Govérno duraram largos meses, até que por fim uma concordata celebrada entre Pio IX e D. Pedro V determinou a perda das nossas dioceses de Pekim, de Nankim e do Japão ou Funay. E uma posterior concordata, de 23 de Junho de 1886, celebrada entre D. Luiz I e Leão XIII regulou definitivamente a anterior na qual os direitos do nosso Padroado, quanto ao seu exercício, ficaram dependentes da nova circunscrição diocesana.

Portanto, o bispo D. João da França, já sem esperanças de poder voltar à China, resolveu em Junho de 1857 recolher ao Pôrto, ou melhor, à Quinta do Pinheiro, em Campanhã, onde passou a viver na companhia de sua mãe.

Nesta Quinta do Pinheiro é que está instalado o *Seminário dos Meninos Desamparados*, fundado primitivamente na rua do Almada, em 6 de Janeiro de 1814, pelo P.^e José de Oliveira, da Congregação do Oratório. E esta Quinta do Pinheiro foi doada a este Asilo pelo benemérito proprietário Luiz António de Lima.

Assim esperava resignadamente viver o resto dos dias que lhe sobraram da sua apostolização, quando vagou a diocese do Pôrto, pelo falecimento do seu prelado, D. António Bernardo da Fonseca Moniz.

Pela larga e bem notória fôlha de serviços prestados nas missões do Oriente, foi logo D. João da

França apontado à Igreja e ao Estado como digno de desempenhar a alta missão de prelado português. O próprio Ministro da Justiça, Moraes Carvalho, disse na Câmara dos Pares, na sessão de 21 de Fevereiro de 1863, que «aquele que se me apresentou mais digno foi o Eleito Bispo de Pekim. Eu não tinha a honra e o gôsto de conhecer S. Ex.^a e, por isso, tratei de tomar as informações mais circunstanciadas, e tôdas elas foram excelentes». O referido Ministro escreveu, pois, ao nosso ilustre conterrâneo, solicitando-lhe o assentimento para a sua nomeação; e S. Ex.^a respondeu pedindo tempo para deliberar, até que acedeu à sua nomeação, cujo Decreto que apresentou D. João da França na diocese do Pôrto tem a data de 27 de Fevereiro de 1862 e foi referendado pelo sucessor daquele Ministro, o Sr. Gaspar Pereira da Silva. Foi confirmado por Pio IX no Consistório de 22 de Maio, e foi sagrado em 29 de Junho seguinte pelo Núncio Apostólico em Lisboa, sendo assistentes os dois bispos resignatários de Cabo Verde; e em 16 de Julho tomou posse da sua diocese por procuração; em 30 de Agosto de 1862, pelas onze horas, fez a sua entrada solene, saindo do Paço para a Catedral, acompanhado, como era do ceremonial, pelo Cabido, Clero, Câmara Municipal, autoridades civis e militares, Ordens Terceiras, Confrarias, etc.

O primeiro acto da sua administração foi a abertura do seminário (Colégio de S. Lourenço), que no ano lectivo de 1862-1863 começou de abranger três anos de curso teológico e alguns alunos internos, em harmonia com a organização do quadro dos estudos teológicos, determinada no Decreto de 26 de Agosto de 1859; e acabou assim com o curso bienal, estabelecido no Paço, nos termos do Decreto de 17 de Novembro de 1836.

No ano seguinte, em 1863, D. João foi a Lisboa e tomou assento na Câmara dos Pares, a que pertencia por direito inerente a seu cargo episcopal.



D. JOÃO DA FRANÇA CASTRO E MOURA
(Bispo do Pôrto)

Lá proferiu dois discursos, um, na sessão de 14 de Fevereiro; e o outro, na de 28 do mesmo mês e ano. O assunto desses dois discursos fôra o recente Decreto de 2 de Janeiro de 1862, que estabelecia como matéria nova o concurso documental para o provimento dos benefícios eclesiásticos, ficando o prelado reduzido a um simples informador. Até então, os tais benefícios eram providos por concurso de provas públicas, conforme o aviso régio de 30 de Agosto de 1847; e contra aquél Decreto de 2 de Janeiro fez o episcopado português, em 16 de Fevereiro do mesmo ano de 1862, uma representação colectiva a El-Rei. Tinha, pois, D. João, nessa Câmara, a apoiá-lo todos os seus colegas, entre os quais se salientou num brilhante discurso o patriarca D. Manuel Bento Rodrigues. D. João, atacando o Decreto, negou à Coroa o direito exclusivo do Padroado; e foi mais longe — investiu contra o Decreto de 5 de Agosto de 1833, que, extinguindo todos os Padroados eclesiásticos, sancionou que só o Governo podia nomear bispos, cónegos, párocos, etc. O prelado do Pôrto, sem se preocupar com as consequências resultantes da sua franca atitude, declarou que não era adversário do Padroado régio, mas queria que este fôsse adquirido por meios legítimos. E diz: «Defenda o Governo, como é do seu dever, o Padroado real no Oriente ou no Ocidente; porém não venha dizer que esse Padroado, no Oriente, fundado nos três títulos canónicos — fundação, edificação e dotação — não pode ser abolido por uma Lei eclesiástica, ao mesmo tempo que afirma poderem os Padroados particulares, fundados nos mesmos títulos, ser, no Ocidente, e de facto foram, extintos não só por uma Lei civil, mas pela mesma de novo criados e incorporados no Padroado real».

Ora, a verdade é que pelo artigo 75.^º da Carta pertencia ao Rei nomear os bispos e prover os benefícios eclesiásticos em harmonia com a concordata feita com a Santa Sé em 1778, devendo o apresen-

tado ser préviamente examinado e reconhecido idóneo, antes de ser colado. Este era o direito do Padroado real. Portanto, D. João da França pede ao Governo revogue essas Leis que ele julga ofensivas dos direitos da Igreja. No ano seguinte, em 1864, voltou à Câmara dos Pares e na sessão de 14 de Abril leu um discurso tratando do mesmo assunto. Ele insistia, por quanto a questão entre o Governo português e a Santa Sé azedava-se e tomava o aspecto de irredutibilidade. E assim é que em 1 de Junho de 1863 a S. *Penitenciaria* expedira de Roma ao Núncio na Corte de Portugal um rescrito, onde se declarava que as Leis portuguesas respeitantes às apresentações dos benefícios eclesiásticos *deviam ser inteiramente reprovadas*; apenas admitia que o apresentado podia ser colado pela autoridade da Igreja, *se fôsse idóneo*; ora o Governo viu neste rescrito um atentado às Leis do Reino e expediu uma Portaria, em 12 de Setembro de 1863 dirigida a todos os prelados, recusando-lhes o Beneplácito régio. Nesta altura D. João afirmou na Câmara que «não colaria a quem quer que fôsse apresentado pelo Governo para benefícios eclesiásticos, não sendo para aqueles que, antes do Decreto de 5 de Agosto de 1833, pertenciam já ao Padroado da Coroa, isto até que fôssem sanadas as ilegalidades por uma concordata com a Santa Sé». Esta ameaça devia ter produzido um profundo desagrado entre os senhores Pares do Reino. E' de calcular do que consta do *Diário de Lisboa*, n.º 97, de 2 de Maio de 1864: «Declara-se que este discurso, a-pesar-de lido pelo seu autor, atenta a debilidade da sua voz, não foi ouvido pela Câmara. O Presidente disse que o artigo 51.º do Regimento proibia os discursos por escrito, que não tivessem por objecto motivar um projecto ou proposta, logo depois da respectiva leitura». Por outras palavras: ninguém ouviu o que ele disse, nem isso se escreveu. E' certo que grande parte da classe paroquial também não deveria ter

simpatizado com a intransigência do prelado, pois por este meio vinham a ser prejudicados na sua promoção muitos párocos.

A última ida de D. João a Lisboa teve por fim assistir com o Bispo de Viseu, D. António Alves Martins, à sagradação do Bispo do Algarve, D. Inácio de Nascimento Morais Cardoso, feita pelo patriarca D. Manuel Bento Rodrigues. Foi em 14 de Fevereiro de 1864.

D. João não descurou uma das mais importantes atribuições do seu múnus—as visitas pastorais. Mas a 29 de Junho de 1867 celebrava-se em Roma o décimo-oitavo centenário do martírio dos S. Apóstolos Pedro e Paulo, e naquela solenidade religiosa tomaram parte mais de 500 bispos e cerca de 10.000 peregrinos. Aproveitou então o prelado do Pôrto a ocasião de ir a Roma fazer, como era seu dever, a visita *ad Sacra Limina*, sendo então agraciado por S. Santidade com o título de *Prelado assistente ao Sólio pontifício*.

Regressando ao Pôrto, continuou a visita pastoral às igrejas das comarcas de Penafiel e Sôbre-Tâmega.

Quando visitou a de S. Cosme de Gondomar, não se aproveitou do improvisado trono que lhe armaram no altar-mor; mesmo sentado num tósco banco de pinho ele falou aos Fiéis e administrou o crisma.

A sua saúde havia sido grandemente abalada pelas doenças contraídas nos climas do Oriente.

Ainda, porém, a 7 de Junho de 1868 se realizou solenemente a abertura e inauguração da Biblioteca do Seminário diocesano e do retrato do Bispo D. João da França Castro e Moura, mas este já não assistiu; a festa foi presidida, no impedimento do prelado, pelo deão da Sé e provisor do bispado Dr. Joaquim José Correia de Vasconcelos. O ilustre antistite, prevendo a vizinhança da morte, ditou o seu testamento que não chegou a ser aprovado por

tabelião. A 16 de Outubro de 1868, pela uma hora (da manhã) falecia no Paço Episcopal o ilustre missionário do Oriente e prelado desta diocese, que deixou uma piedosa recordação entre os diocesanos, porque, verdadeiro homem de Deus, distinguia-se pela sua humildade, empregando os rendimentos da mitra em esmolas aos pobres e em melhorar o seu Seminário, a quem legou os seus haveres e a sua livraria.

O seu cadáver, às dez horas do dia 19, foi transportado para a Catedral, onde se celebraram os ofícios fúnebres e em seguida inhumado no jazigo privativo dos Bispos na Capela-mor.

Declarada a Sé vaga, pela terceira vez foi eleito vigário capitular, o deão Joaquim José Correia de Vasconcelos.

Mons. J. Augusto Ferreira, (¹) donde colhi quásí tôda a biografia deste prelado, consegue desta maneira:

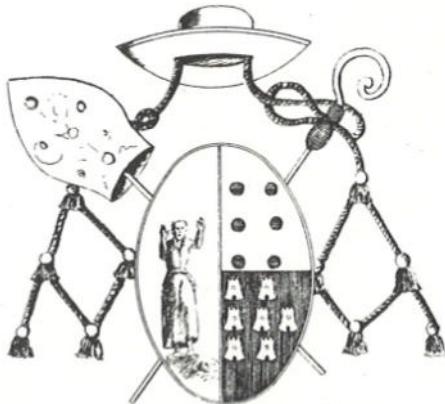
«E assim acabou um dos maiores servidores da Igreja e do Estado, cuja biografia marca e termina uma época histórica do Padroado português na China, memorável padrão das nossas glórias pátrias!»

Em uma nota êste investigador refere que D. João da França possuía grande número de manuscritos e, entre êles, o original do próprio punho de Fr. Domingos Vieira, dos Eremitas calçados de Santo Agostinho, conhecido pela denominação de *Thesouro da lingua portugueza*, e que doou a um dos editores, Ernesto Chardron e Bartolomeu H. de Moraes, a-fim-de ser publicado, como foi, com o título de *Grande diccionario portuguez ou Thesouro da lingua portugueza*, em cinco volumes.

N. B. — Na sala dos manuscritos da Biblioteca P. Municipal do Pôrto, encontra-se o «Archivo Lote 4,

(1) Memórias arqueológico-históricas da cidade do Pôrto, vol. 2.^o.

Outubro de 1899 — *Relação da Propagação da religião na China*», palavras escritas na capa que envolve o manuscrito intitulado «*Breve relação da propagação da religião christã na China desde o seculo XVI até nossos dias*», por D. João da França Castro e Moura, obra que foi oferecida com o retrato do autor, como está declarado numa cópia do serviço interno de participação de resoluções, ordens e avisos, sob o n.º 239, da Câmara. São onze folhas ou sejam 21



Brasão de armas de D. João

páginas. Junto vêm mais documentos relativos a este prelado, como Bispo de Pekim, do ano de 1853; outro, do Ministério da Marinha e do Ultramar, subscrito pelo Visconde de Castelões, dando-lhe resposta sobre umas questões do Real Padroado no Oriente, do ano de 1869; outro do Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, assinado por Sá da Bandeira, no qual se diz que Sua Majestade El-Rei manda remeter ao Bispo eleito de Pekim, D. João da França, a cópia autêntica do Decreto de 14 do corrente mês de Agosto (ano de 1856), pelo qual o monarca houve por bem encarregá-lo do exercício de Superior

do Colégio das Missões Ultramarinas; a seguir vem outro, com data de 12 de Outubro de 1857, exonerando-o a seu pedido do dito exercício e também assinado por Sá da Bandeira.

Ainda sobre a larga biografia de D. João da França, há a referir a existência dum caixa de papelão, cuidadosamente guardada na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, com um papel manuscrito colado, onde se lê: *Coleção de livros chineses oferecidos a esta Real Biblioteca Portuense pelo Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Sr. D. João da França Castro e Moura, Bispo eleito de Pekin.* E noutro papelinho: *Depois Bispo do Pôrto.*

Entre os vinte e tantos livros escritos em chinês e um grande mapa que de-certo se refere aos trabalhos dos Missionários portugueses naquelas terras do Oriente, há uma extensa tira de papel dobrado, em forma de folheto que no frontispício explica o conteúdo: *Petição dos cristãos da China a sua Majestade para que as mesmas Cristandades continuassem a pertencer ao Real Padroado e serem como até ali governadas e administradas pelos Missionários Portugueses.*

Qualquer leitor que saiba a língua chinesa, prestará um alto serviço, se se encarregar da tradução destes históricos volumes.

DR JOÃO LOPES CARDOSO

Natural da Vila de Gondomar. Formado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Exerce a clínica no concelho e é um dos mais dedicados amigos do Clube Gondomarense.

DR JOÃO MANUEL PACHECO TEIXEIRA REBELO

Cavaleiro-Fidalgo da Casa de El-Rei D. Luiz I, por sucessão a seus maiores. Era avô do Sr. Abilio Pacheco de Carvalho, proprietário da Quinta de Bouça-Cova e Cavaleiro da Ordem de S. Gregório Magno.

P.^e JOÃO MARTINS

Natural do lugar da Ervedosa, freguesia de S. Pedro da Cova. Foi cura e pároco encomendado desta freguesia, durante quarenta-e-três anos e nomeado abade a 12 de Março de 1831. Faleceu com mais de oitenta anos, em Dezembro de 1845. (Vid. Joaquim Ferreira dos Santos).

P.^e JOÃO MARTINS DO RIO

Natural da freguesia da Sousa, do lugar de Ferreirinha. Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Foi pároco da freguesia de Milheirós, do concelho da Maia, desta diocese, onde faleceu ainda novo. Seu cadáver foi trasladado para a referida freguesia da Sousa.

P.^e JOÃO RAMOS DAS NEVES

Natural do lugar de Ramalde, da Casa da Tórre, Vila de Gondomar. Foi no seu tempo o mais abalizado professor de música, cujas lições prepararam vários discípulos que mais tarde foram mestres de bandas de música, como Damião Monteiro e outros. Era conhecido por *P.^r João da Tórre*, que morreu com noventa e tantos anos de idade, há já uns quarenta anos. Foi coadjutor da freguesia de S. Cosme desde 1814 a 1838. (Vid. vol. 2.^o, pág. 250).

FR. JOÃO DE SAHAGUM

(BISPO DE S. TOMÉ)

Venerável Fr. João de Sahagum, nasceu em Melres, bispado do Pôrto, filho de Pedro Pinto da Cunha e de Serafina de Andrade: foi baptizado na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, da dita vila de Melres; entrou no Ermo Augustiniano reformato e professou no Mosteiro do Monte Olivete, em

22 de Julho de 1693, mudando o nome de *João Pinto Brandão* no de Fr. João de Sahagum; e se deu à prática da virtude tornando-se exemplaríssimo.

Esteve presidente do Hospício da Missão de seu Instituto na Ilha de S. Tomé, e, sendo eleito bispo dela, foi confirmado por Sua Santidade, e passou à Baia a receber a Unção Sagrada. Voltando à sua Igreja, exerceu o apostolado como bom Pastor, e acabou com a morte do justo em 12 de Outubro de 1731.

(Estes dados foram tirados do Livro das Profissões do Convento de N. S. da Conceição de Enxabregas, na Tôrre do Tombo). *Códice — B. 47 — 28.*

Há um retrato a óleo dêste bispo que deve estar no Museu de Arte Antiga, segundo diz Canais de Figueiredo.

(*Informes biográficos fornecidos pelo Ex.¹⁰⁹ Sr. A. Pacheco de Carvalho*).

P.^e JOAQUIM ÁLVARES DE AGUIAR

Natural de Jovim. Paroquiou a freguesia de Covêlo. Faleceu em 1835. (Vid. 2.^o vol., pág. 334).

JOAQUIM ÁLVARES DE SOUSA E SILVA

Natural da Vila de Gondomar. Farmacêutico diplomado. Do *Catálogo da Exposição Retrospectiva de Medicina*, de 1925, no Pôrto, extratamos a carta que lhe foi passada, de aprovação; e a seguir a da licença para abrir a sua botica. É a 22.^a que diz textualmente:

«Carta passada por D. Maria, a Joaquim Álvares de Sousa e Silva, natural da freguesia de S. Cosme, concelho de Gondomar (*sic*), para usar a Arte de Farmácia, visto ter sido examinado na presença do Doutor António Carlos de Melo e Silva por Luiz José da Rocha e Eusébio Pimentel Tavares, que o aprovaram *nemine discrepante*. Lisboa, 1 de Julho de 1835.»

Expositor: Dr. Agostinho Emílio de Sousa Pinto.

DR. JOAQUIM ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS

Natural da freguesia da Lomba, onde tinha propriedades. Vivia, porém, no Pôrto; tinha bastante influência política, dentro do partido progressista. Era médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto.

JOAQUIM DE ARAÚJO RANGEL PAMPLONA E CASTRO

Poeta e escritor. Nasceu no Pôrto, a 13 de Julho de 1806 e faleceu na freguesia de Fânzeres em Abril de 1865, onde têm residência os seus parentes. (Vid. vol. II, pág. 352, nota).

DR. JOAQUIM DE ASCENSÃO CORREIA

Natural de Rio Tinto, formado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. Já faleceu. Era filho do Dr. Joaquim António de Ascensão e Oliveira, natural de Águas Santas, que casou com uma filha do P.^e Manuel dos Santos Pinto, algebrista, de Rio Tinto. Uma sua filha casou com o Sr. Dr. Ernesto da Fonseca, notário na Vila de Gondomar.

DR. JOAQUIM CORREIA DA SILVA

Natural de Rio Tinto. Tem o curso de Agronomia. Foi residir para Amarante.

DR. JOAQUIM FERREIRA CAVADAS

Natural da freguesia de Rio Tinto, da Casa da Cavada, lugar da Campainha. Formado em Medicina pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. Foi para Penedono, onde é médico do partido.

JOAQUIM FERREIRA DAS NEVES

Natural da freguesia de Rio Tinto. É sargento-músico do Regimento n.^o 12, da cidade da Guarda.

Tem o curso de violoncelo e o 4.^º ano de composição, no Conservatório do Pôrto. É irmão do Sr. José Ferreira das Neves, professor distintíssimo do referido Conservatório.

JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS
CONDE DE FERREIRA

Não nasceu em Gondomar, é certo, mas em Vila-Meã, arredores do Pôrto. No entanto este homem pertence a todo o País, porque a ele deixou todo o seu coração. Gondomar possue dois edifícios escolares, de instrução primária, um em Rio Tinto e outro em S. Cosme, que são dois padrões de glória levantados à memória do notável cidadão.

Justo é que deixemos aqui dois traços biográficos sobre este titular, 1.^º Barão, 1.^º Visconde e 1.^º Conde de Ferreira. Nasceu a 4 de Outubro de 1782 e faleceu na sua casa do Bomfim, a 24 de Março de 1866. Seus pais pouco abastados destinavam-no à carreira eclesiástica e mandaram-no estudar latim, lógica e retórica. O estudante compreendendo que não nasceria para abraçar o sacerdócio, embarcou para o Brasil, Rio de Janeiro, onde, graças à prosperidade dos negócios, alcançou uma grande fortuna.

Mais tarde dirigiu-se à África, foi três vezes a Molumbo e aí estabeleceu várias feitorias. Em 1828 concorreu com importantes donativos para os emigrados portugueses, no Brasil. Regressando a Portugal, a sua já colossal fortuna permitiu-lhe contribuir com grossas quantias para os empréstimos contraídos em defesa da causa da Rainha D. Maria II. Terminadas as lutas civis, e durante o período agitado que decorreu até 1851, acudiu às finanças do Estado; e tão valiosos foram êsses serviços que a Rainha, em atenção à sua dedicação, concedeu-lhe vários títulos de nobreza e os arminhos de Par, em 1842. A vida d'este opulento cidadão foi uma série de obras de beneficência. O seu testamento é o seu melhor brasão. Além dum

legado de 144.000\$000 réis para edificações escolares, como relatámos no capítulo V sobre instrução, outra disposição deixou não menos honrosa e digna de eternas bênçãos. Diz assim: «Quero que os meus testamenteiros empreguem todo o remanescente da minha fortuna... em construir, onde julgarem conveniente, um edifício para o hospital de alienados, não devendo gastar no edifício mais de uma terça parte do remanescente, e acabada a obra e mobilado o hospital, farão entrega à Santa Casa da Misericórdia, desta cidade, não só do edifício, mas também dos fundos sobrantes, previamente empregados em efeitos de crédito público, que farão averbar a favor do hospital, e à mesma Santa Casa prestarão contas da sua gerência com respeito ao remanescente» ⁽¹⁾.

E aí está, para bem da Humanidade, o monumento grandioso do *Hospital do Conde de Ferreira*, situado no lugar chamado vulgarmente *Cruz das Regateiras*, hoje rua de Costa Cabral, monumento que foi inaugurado a 24 de Março de 1883.

A descrição minuciosa dêste edifício lê-se na revista *O Occidente*, vol. IV, 1883, a págs. 90 e 91.

Além destas duas obras, contemplou com valiosos legados outras casas de beneficência e hospitais.

As suas cinzas jazem no cemitério de Agramonte, em mausoléu próprio, sobre o qual se levanta a sua estátua, mármore de Carrara, trabalho do genial escultor Soares dos Reis, cuja fotogravura publicamos.

(1) Em outro tempo os alienados, que apareciam à porta do Hospital de Santo António, eram recolhidos em umas quásijaulas que lá existiam e daí transportados para Lisboa, para o Hospital de Rilhafóles. O benemérito Conde de Ferreira veio remediar este lastimoso estado. O rendimento dêste Hospital, construído na Cruz das Regateiras e aberto em 24 de Março de 1883, regula por 77 contos, entrando aqui a receita dos alienados pensionistas, escreve em 1895 o Sr. Conde de Samodães, no *Guia do forasteiro no Pôrto*.



JOAQUIM FERREIRA DOS SANTOS
(Conde de Ferreira)

Neste mesmo volume e a seguir, cita nesta freguesia o sumptuoso palácio acastelado do Sr. António Afonso Velado, Visconde do Freixo, que o comprou e mais a quinta em 1850 ao Sr. Visconde de Azurara, por 15 contos. Este palácio foi edificado pelos Távoras, cujos golfinhos ou delfins que eram o seu timbre, ainda se vêem esculpidos em várias partes. É a Quinta do Freixo.

Cita também o lindo palácio e Quinta de Vilar, de que é proprietário o Sr. Alfredo Allen, Visconde de Vilar de Allen; e o palácio e quinta dos Srs. Viscondes de Balsemão, comprados em 1867 pelo negociante portuense, Sr. Simão Duarte de Oliveira.

Diz que aqui nasceu a 4 de Outubro de 1872, Joaquim Ferreira dos Santos, 1.º Barão de Ferreira, 1.º Visconde de Ferreira e 1.º Conde do mesmo título.

Devido à muita gentileza do meu ilustre amigo, abaixo assinado, Sr. Santos Rocha, posso fornecer aos leitores os seguintes informes:

O Conde de Ferreira, tinha uma sobrinha, Petronilha Ferreira, casada em Ervedosa (S. Pedro da Cova) com João Martins, tendo sido padrinho dum filho dos dois, para o que veio em liteira à igreja paroquial.

Este seu segundo sobrinho e afilhado Manuel Martins de Castro Ferreira, estudou e tomou ordens, sendo durante 41 anos abade na freguesia de Alfena, onde faleceu em 1915 com 77 anos. O Conde de Ferreira deixou-lhe por sua morte 2.500\$00 e à mãe Petronilha 4.000\$00.

É notável que desta casa de Ervedosa, hoje de Joaquim Ferreira de Moura, sairam, em quatro gerações sucessivas, quatro padres, sendo dois deles, abades de S. Pedro da Cova. O padre João Martins foi cura e encomendado de S. Pedro da Cova, durante quarenta-e-três anos, nomeado abade a 12 de Março de 1831, nunca abandonou a abadia no tempo de guerra, nem cometeu delito algum, pelo qual fôsse declarado incurso no perdimento da mesma Igreja.

E contudo era um miguelista ferrenho; dele se conta que após a Convenção de Évora-Monte, mandava amiúdadas vezes um criado a Valongo saber o que se dizia por lá sobre o regresso de D. Miguel; tantas vezes o bom do criado foi saber novas que começou a despertar suspeitas nos grupos de que se aproximava para ouvir as conversas, pelo que um dia, julgado como espião, foi espancado por um dos grupos. Ao regressar a casa, à pregunta sacramental: —Então que se diz por lá?— Respondeu furioso:— Que se há de dizer? Deram-me uma grande sova e não volto lá mais!

E assim sucedeu com grande desgôsto do velho Abade.

Aos pobres que se lhe dirigiam, perguntava: Então o Sr. D. Miguel voltará? Os que lhe conheciam as convicções políticas, afirmavam que D. Miguel não tardaria do seu exílio; todo satisfeito, dava-lhes 100 réis de esmola; porém, se ao contrário, afirmavam que o que estava perduraria e que o passado não voltava mais, descontente, despedia-os com uma pequena esmola, dizendo que não sabiam nada do que diziam.

Em 1843, tendo mais de 80 anos, pediu a comutação do ofício divino, alegando falta de vista e a sua avançada idade; faleceu em Dezembro de 1845. Sucedeu na Abadia seu segundo sobrinho, o presbítero Manuel Martins de Castro, devido à influência do Conde de Ferreira, tio de sua cunhada Petronilha Ferreira.

Foi apresentado por Decreto de 13 de Novembro de 1844 e como não tinha ainda 25 anos, foi necessário um Breve Apostólico e Beneplácito Régio para poder fazer exame sinodal.

Colado a 19 de Abril de 1845, foi lhe dada posse da Igreja e Abadia, das casas da residência e passais a 27 do mesmo mês; transcrevemos as formalidades da posse, interessantes como eco dum passado que não volta e em que havia beleza:

«Entrando o dito Abade na referida Igreja, foi à Capela-Mor e, fazendo oração, subiu ao supedâneo do altar, abriu e fechou a porta do Sacrário, abriu o Missal, pôs a mão na pedra d'ara, tocou as galhetas, e tangeu a campainha e em seguida se sentou na Cadeira Paroquial e pôs a mão direita na pedra d'ara dos altares colaterais, foi à pia baptismal, tocou as âmbulas dos santos óleos, abriu e fechou a porta da Igreja e o caixão onde estão os paramentos; e voltando à residência e passais, abriu e fechou as portas, passando de uma para a outra parte, cortando ramos e atirando terra ao ar, fazendo todos os actos possessórios que em direito se requerem e por não haver quem à dita posse se opusesse, nem impedissem eu Escrivão da Câmara Eclesiástica d'este Bispado lhe dei posse natural, real, civil e nela o investi e encorporei, tanto quanto eu posso.»

A Igreja paroquial foi mudada em 1852, para o local onde está actualmente, por se achar em estado de ruína, devido aos alicerces terem sido ofendidos com a lavra das minas de carvão, sendo a despesa feita à custa dos moradores da freguesia e de determinada quantia com que concorreram os empresários das minas.

Um documento de 12 de Agosto de 1840.— Visitação da paroquial Igreja de S. Pedro da Cova — dizia, sobre o estado de ruína da Igreja e sobre o desaparecimento das fontes da Covilhã, devido à lavra das minas, o seguinte:

«Pelo que respeita às obras da Igreja é de urgente necessidade construir de novo a Igreja paroquial em terreno, por debaixo do qual ou junto ao qual não sigam as Reais Minas de Carvão; porquanto esta Igreja matriz acha-se num estado tão ruinoso que ameaça sepultar debaixo das suas ruínas os paroquianos que nela concorrem para assistirem aos ofícios divinos; pois que as paredes dela já perderam o nível;

o arco de pedra da capela-mor já está quase desconjuntado por causa duma grande fenda que abriu; o pavimento também perdeu o nível, sendo possível com qualquer impulso forte ocasionado, ou por tempestade, ou por outra qualquer causa, aconteça a maior de todas as desgraças: o santo Templo desabar, estando dentro dele reunidos os paroquianos!...

Tendo havido em outro tempo junto à Igreja paroquial vários mananciais de água, agora por efeito da laboração das Reais Minas de Carvão (segundo me informam), todos estes mananciais secaram, sendo preciso ir muito distante buscar água para os misteres da Igreja, podendo acontecer que alguma criança recém-nascida, morra antes que chegue água para o baptismo, assim como o inconveniente de esperar o povo para a missa; cumpre, portanto, que junto à Igreja se abra um poço, que forneça água para os misteres da Igreja...

O Abade Manuel Martins de Castro militou sempre no partido regenerador, sendo amigo íntimo do falecido Dr. Delfim, da Venda Nova⁽¹⁾; devido à sua importância política, os passais só foram vendidos após a sua morte.

Construiu uma bela casa moderna para sua residência particular, junto à igreja, em 1864, que um incêndio destruiu há uma dezena de anos.

(1) Já falámos d'este Dr. Delfim, da Venda Nova, freguesia de Rio Tinto, a pág. 101, d'este volume; acrescentaremos que éste célebre político, que foi Presidente da Câmara Municipal, fez grandes melhoramentos públicos, como seja a abertura de diversas estradas: a do Freixo-Valbom-Gondomar e S. Pedro da Cova; outra de Gondomar-Fânzeres-Venda Nova; outra da Venda Nova à Estação de Rio Tinto, etc. Foi deputado da Nação e secretário do Governador Civil do Pôrto. Figura na página acima citada com o nome de Dr. Delfim Martins de Moura, em vez de Delfim Martins Ferreira. Seu pai João Martins Ferreira, também natural de Rio Tinto, era um grande proprietário, conhecido vulgarmente pelo *Cancela* e também militava no partido regenerador, como chefe local, chegando a ser Administrador do Concelho.

Tinha as honras de cónego da Sé de Cabo Verde, que D. Luiz lhe concedeu por Decreto de 19 de Junho de 1866, atendendo aos seus serviços e merecimentos.

Sacerdote exemplar, muito cumpridor dos seus deveres, mas sem exageros.

Faleceu em 1877, deixando um conto de réis nominal em inscrições à Junta de Paróquia para mandar dourar a tribuna, altar-mor, sanefas e púlpito da igreja, outro conto para o usufruir o encomendado e párocos que lhe sucedessem, bem como a casa da aula para residência paroquial; jaz no cemitério paroquial, no jazigo de família de seu sobrinho João Martins da Rocha, de Covêlo.

J. Martins dos Santos Rocha.

DR. JOAQUIM FERREIRA DA SILVA

Natural de Rio Tinto, do lugar de Rebordões. Formado pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. A sua tese médica intitulou-se *Metrorrhagias da gravidez*. Já faleceu há anos naquela freguesia, onde sempre viveu e contava muitas simpatias.

JOAQUIM GOMES VINHAS

Natural da freguesia da Sousa, do lugar de Jancido. Tem o curso teológico pelo Seminário do Pôrto, mas não tomou ordens sacras. É professor de ensino livre, em Lisboa, onde cursa a Faculdade de Medicina.

DR. JOAQUIM MANUEL DA COSTA

Não era natural de Gondomar, mas em Valbom constituiu família e ali passou os anos de sua vida, como se fôra sua terra natal. Granjeou tal simpatia e veneração entre o povo a quem servia, como médico, com verdadeiro espirito de desinteresse e

carinho, que todo o concelho de Gondomar quis dar-lhe por fim um testemunho bem eloquente de aprêço e estima que lhe mereceram seus dotes de coração. E assim, a 22 de Novembro de 1931, todo o povo de Valbom e arredores se juntou para lhe prestar as suas homenagens fervorosas. O que foi aquela festa tão espontânea e singular, diz-nos o semanário gondomarense *A Nossa Terra*, de 28 do mesmo mês e ano:

A HOMENAGEM AO DR. JOAQUIM MANUEL
DA COSTA

CONSTITUIU UMA GRANDE MANIFESTAÇÃO DE APRÊÇO
PELAS SUAS INVULGARES QUALIDADES

Mais uma vez! Mais uma vez, sim, e sempre, por certo, o povo de Valbom—bairrista como nenhum outro, foi dito na sessão solene pelo Sr. Presidente da Câmara—soube, por forma iniludível, patenteiar gratidão, e acertada e sinceramente o fêz.

A veneranda figura a consagrar era a mais grandiosa e magnificente. E as homenagens que lhe foram tributadas, coadunaram-se, perfeitamente a ela, à sua elevação moral: foram além de toda a expectativa...

E porque não assim? Se o Ex.^{mo} Sr. Dr. Costa é um símbolo de bondade, amor e abnegação como todos os homens deviam ser? Foi dito pelo menino Manuel Cardoso — «madrugada que desponta, a saúdar velhice que se vai finando, na frase eloquente do Dr. Alexandre Córdova».

«Homenagens tão merecidas, as que são dispensadas ao velhinho Dr. Costa, que sendo a melhor eloquência aquela que nos sai do coração, dele as suas palavras saíam para saúdar quem na vida passa a espalhar o Bem!» — afirmou o Sr. Professor Camilo de Oliveira.

Disse o Sr. J. Monteiro de Meireles: «Se as *Pupilas do Sr. Reitor*, obra literária de Júlio Diniz, fosse contemporânea à obra real de abnegação do Dr. Joaquim Manuel da Costa, poder-se-ia dizer que aquele notável escritor se inspirara em S. Ex.^a para moldar o tipo do bondosíssimo João Semana».

«Há grandes maravilhas da escultura, pintura, fotografia, expressão. Mas eu creio que nada haverá capaz de retratar, fielmente, a alma do Dr. Joaquim M. da Costa» — refere o Sr. A. Alves Freixo.

— Do Dr. Martins Ferreira: «Analizando, muitas vezes, João Semana, e comparando-o à veneranda figura do Dr. Costa,

chego a supor que éste ainda mais se sobreleva nas esferas, hoje tão raras, de bondade».

«Quantas vezes, depois da consulta feita gratuitamente, cairia ainda nas mãos dos desprotegidos da sorte, o óbulo do Dr. Joaquim Manuel da Costa!» — observa o Sr. Presidente da Câmara, Rev. Crispim Gomes Leite.

A homenagem coadunou-se perfeitamente com a elevação moral de S. Ex.^a ...

... E porque não assim, se tudo aquilo o povo de Valbom, compreendia desde há muito? Eram sentimentos recolhidos, é certo, mas que no passado domingo se abriram, venerando, conjuntamente, o ancião ilustre, expoente máximo da benemerência.

* * *

Em frente à Escola Dramática, a recepção a S. Ex.^a o Sr. Dr. Joaquim M. da Costa, que se fazia acompanhar em automóvel aberto, de sua Ex.^{ma} esposa Sr.^a D. Maria da Glória Barreto Costa, e do Sr. Francisco Mendes de Oliveira, presidente da comissão organizadora da homenagem, foi uma verdadeira apoteose.

A multidão respeitosamente se descobriu, dispensando ao homenageado uma grandiosa ovAÇÃO.

Da varanda, janelas e terraço daquele edifício, gentis senhoras espargem pétalas de flores, enquanto centenares de pombas adejam no espaço, volteando, como numa associação de aplauso íntimo ao entusiasmo do momento e à veneração de sempre ...

Após os cumprimentos, iniciou-se o cortejo pela ordem seguinte:

Banda do Asilo do Térço, Bombeiros Voluntários de Valbom com a bandeira, deputações dos de Gondomar, Areosa, Pôrto e Portuenses, crianças das escolas feminina e masculina e seus professores, bandeira da Escola Industrial e muitos alunos e as bandeiras do Grupo Nun'Álvares, Grupo D. Recreio da Mocidade, Operários Marceneiros, Industriais de Marcenaria, Associação Comercial, Centro Socialista, Centro Pádua Correia, Clube dos Caçadores, Clube Gondomarense, Grupo D. Benemérito e Escola Dramática, principal promotora da homenagem, seguindo-se o carro com o homenageado, Comissão, Presidente da Câmara, Administrador, Junta e outras entidades, banda de Rio Tinto e milhares de pessoas.

Durante todo o trajecto foram lançadas muitas flores que chegaram a inundar o carro, sobressaindo nas janelas ricas colgaduras de damasco e séda.

Chegado o grande cortejo ao coméço da freguesia, deu-se

início ao descerramento das placas que denominam a antiga Calçada da Fonte Pedrinha, Culmieira e Lamas pelo nome de *Rua Dr. Joaquim M. da Costa*.

E em direcção ao fim da freguesia, de novo seguiu o cortejo, descerrando na sua passagem as outras placas em número de cinco, sendo a última descerrada pelo Sr. Presidente da Câmara. Sempre aclamado, chegou o cortejo pelas 17 horas à Escola Dramática, em cujo salão-teatro se realizou a sessão solene.

Em nome da comissão promotora, foi, pelo Sr. Ramos de Castro, convidado o Sr. Presidente da Câmara a presidir à sessão, convidando este para secretários os Srs. Administrador do Concelho, representante da Junta de Valbom, inspector de incêndios de Gondomar e representante dos Voluntários do Porto. Muitas outras entidades representativas se encontravam no palco, bem como as crianças das escolas.

O presidente da mesa declarou aberta a sessão, passando-se à leitura de dezenas de cartas e telegramas de saudação, entre as quais destacamos a da Sr.^a D. Guilhermina Guidi, que junto às saudações enviou 50\$00 para os pobres.

Findo a leitura, usaram da palavra os Srs. Prof. Camilo de Oliveira, João Monteiro de Meireles, Capitão Tito Lívio Cameira, António Alves Freixo, Américo Fernandes de Carvalho, Dr. Martins Ferreira, que produziram verdadeiros hinos de saudação ao Dr. Joaquim Manuel da Costa.

Do que foram os discursos de alguns destes oradores, pode avaliar-se pelos períodos de simples reflexos — que no comeco acentuamos. Findo o discurso do Sr. Monteiro de Meireles, este orador convida o presidente da mesa a descerrar o retrato do homenageado. A assistência levanta-se aplaudindo frenética e demoradamente, ao mesmo tempo que a orquestra executava a «Portuguesa». O Dr. Joaquim M. da Costa encontrava-se visivelmente comovido, correndo-lhe as lágrimas a cada instante.

Após haver falado o Sr. Tito Lívio Cameira, procedeu-se à leitura da mensagem de saudação que se encontrava encerrada numa rica pasta com incrustações em filigrana. Ao centro o monograma do homenageado com as seguintes palavras: «Homenagem do Povo de Valbom.—Novembro, 1931».

Em discursos, duma leveza impressionante, bem se houveram o aluno primário Manuel Cardoso, que notavelmente se revelou, a todos emocionando; a netinha do homenageado, Berta Fausta de Moraes Costa, Felismina Viana e Marília de Castro Freitas, que entregaram ao Dr. Costa um lindo *bouquet* de flores artificiais.

Por último, o presidente da mesa, Rev. Crispim Gomes Leite, elogiou eloquentemente o Dr. Costa; o povo de Valbom, bairrista como nenhum — disse — a comissão promotora da homenagem, abraçando em nome do Povo de Gondomar, que

ali representava como presidente da Câmara, o bom médico. Terminou com vivas à Pátria, a Valbom, à Comissão, a Gondomar e ao Dr. Joaquim Manuel da Costa.

O homenageado pediu depois ao orador que agradecesse ao Povo as homenagens com um muito e muito obrigado e terminou assim a brillante sessão solene, atenciosamente escutada.

*
* * *

Pela comissão foi oferecido aos convidados um «Pôrto de Honra» na residência do homenageado, que foi servido com requintes de amabilidades por senhoras de sua família.

— A tódas as homenagens assistiram os filhos e netos do homenageado.

— Estavam representados os jornais *Século*, *Jornal de Notícias*, *Comércio*, *Legião* e *A Nossa Terra*, pelo nosso colega Umelino de Brito, e *O Primeiro de Janeiro*, pelo seu correspondente Américo Pereira, que agradeceu as atenções prestadas.

— O Sporting Clube Valboense estava representado pelo Sr. Ferreira Martins e a Escola Naval por Alfredo dos Santos. Muitas outras representações houve, de que nos foi impossível tomar nota.

Cruel fatalidade! Dias depois, a 30 de Novembro, aquél que há pouco recebera as calorosas ovações dum povo reconhecido, exala o último suspiro entre as lágrimas da sua estremecida família e a consternação geral daqueles que entranhadamente o estimavam.

O seu funeral, a 1 de Dezembro, constituiu a homenagem fúnebre mais imponente que se realizou neste concelho; a acompanhá-lo ao cemitério de Valbom acudiu tudo quanto há de valores sociais, desde os mais categorizados até os mais humildes. Em todos os rostos se viam lágrimas irreprimíveis. À beira da sepultura falaram com palavras repassadas de profunda márgua, o Prof. Camilo de Oliveira e os Drs. Alexandre Córdova e Martins Ferreira.

E assim desapareceu um homem que em Gondomar fez muita falta, pois não se encontrará facilmente quem o substitua, em benemerência e desinteresse.

JOAQUIM MARTINS GONÇALVES

É um dos mais antigos ourives de Gondomar. Nasceu a 22 de Julho de 1843, contando hoje 85 anos de idade. É um grande exemplo de probidade e de trabalho.

O seu punção, diz a *Revista Esmeralda*, de Março de 1928, 2.ª série, n.º 34, uma bôlsa com a letra G. dentro de um oval, tem o número 261 do registo na Casa da Moeda, e 255, na Repartição de Contrastaria de Gondomar.

Aos onze anos foi aprendiz de João Silvestre Castro e ali se demorou nessa qualidade durante sete anos, como era costume nesse tempo. Informa mais a referida Revista que «quando visitámos Gondomar por ocasião do 1.º Congresso, fomos encontrá-lo a fundir dois quilos de ouro que se destinava a cordões. Mais tarde não nos ocultou os benefícios colhidos por aquela ocasião, bem dizendo a iniciativa dos congressos.» É um industrial inteligente que tem desempenhado lugares públicos locais com distinção. A nobreza do seu carácter impõe-no à consideração dos conterrâneos e dos membros da sua classe.

JOAQUIM MARTINS DOS SANTOS ROCHA

Natural e morador na freguesia de Covêlo, onde é proprietário. Fêz seus estudos no Pôrto e é distinto professor de ensino secundário. É o autor da monografia de Covêlo, expressamente escrita para fazer parte desta obra e que se lê no 2.º volume, desde a pág. 321 a 351. Além disso, tem escrito outros trabalhos literários muito apreciáveis.

JOAQUIM MENDES BARBOSA

Era natural do concelho de Paredes. Seu ilustre filho, Dr. Juiz José Barbosa Ramos, dignou-se forne-

cer-me os seguintes dados biográficos de seu saudoso pai:

«Como se vê duma certidão passada em 1-3-1877 pelo Bispo do Pôrto, freqüentou a aula de Teologia dogmática no ano de 1858-59, fazendo acto desta cadeira a 17 de Junho deste último ano, sendo aprovado *nemine discrepante* e a freqüência classificada de «Muito boa», conforme consta do respectivo livro, a folha 96.

Por carta régia de 27-7-1860, foi admitido à recepção de tôdas as ordens sacras. Por outra carta régia de 13-3-1863 foi nomeado por tempo de três anos professor da cadeira, então criada, de ensino primário da freguesia de Vilela, concelho de Paredes, atendendo «à suficiência do exame feito como opositor àquela cadeira», com ordenado anual de 90\$000 réis e gratificação de 20\$000 réis, pago pela Câmara e casa e mobília para a escola, fornecidas pela Junta de paróquia. Tomou posse a 10 de Abril de 1863. Em 1 de Setembro de 1872, a Junta da freguesia de Vilela atestou que ele exerceu o cargo de professor «com tanto aproveitamento para os alunos que provou até à evidência a sua muita inteligência, aptidão e inexcedível zélo, pelo que se torna nesta freguesia e circunvizinhas digno credor da mais honrosa reputação.»

Foi funcionário do Registo Hipotecário na Conservatória de Paços de Ferreira, desde a sua instalação até Agosto de 1868.

Foi escrivão da Administração do concelho de Paredes e de Gondomar, sendo-lhe passado atestado em 27-II-1866.

Foi nomeado solicitador encartado, no julgado de Paços de Ferreira e na comarca de Lousada, sendo-lhe passado atestado em 16 de Maio de 1870, no qual se diz ter exercido esse cargo com inteligência, etc.

Em 3 de Maio de 1874 foi nomeado secretário da Junta da freguesia de S. Cosme. Por Decreto de

1-10-1885, foi nomeado para o ofício de tabelião de notas do suprimido Julgado de Gondomar, na 1.^a vara da Comarca do Pôrto, vago pela transferência de Manuel de Sousa Dias, cuja lotação era de 60\$000 réis anuais. Neste ofício de tabelião se conservou até ser apontado.

Foi também Administrador interino dêste concelho de Gondomar, nomeado em 20 de Janeiro de 1890.

Era um espírito muito culto, tendo colaborado em algumas revistas da sua classe, como *O Direito Notarial*, de Lisboa. O seu conselho era sempre escutado com respeito, como o seu porte era irrepreensível.

Chefe exemplar de família, legou a seus filhos uma esmerada educação que lhes assegurou uma situação respeitável no meio da sociedade.

JOAQUIM PEREIRA RAMOS

Natural da freguesia de Rio Tinto. Cursou algumas disciplinas do liceu, e é um notável artista, como se vê do *Diário da Manhã*, de 6 de Janeiro dêste ano de 1935, a propósito da restauração do velho casarão de S. Bento, ou seja a casa do Parlamento. Este antigo convento passou agora por novas transformações, de alto a baixo, para se tornar digno Palácio da Assembleia Nacional. E um dos artistas escolhidos, dentre os mais distintos, foi o Sr. Pereira Ramos, a enfileirar ao lado dos mestres como Carlos Reis, António Soares, Francisco Franco e outros. Dele diz o referido jornal: «Também a antiga esfera de zinco que estava colocada naquela sala foi agora substituída pelo emblema nacional em talha de madeira, trabalho admirável do artista Pereira Ramos».

P.^e JOAQUIM TOMÉ DE CASTRO COSME

Natural da Vila de Gondomar, do lugar de Quintela.

Em tempos dedicou-se ao púlpito. Tem o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Vive actualmente em Fânzeres.

JOAQUINA PEREIRA

Natural da freguesia de S. Cosme de Gondomar. A primeira mulher de Camilo Castelo Branco. (Vid. Camilo C. Branco).

O crítico já falecido, Sr. Joaquim Costa Caldas, admirador da obra de Camilo, escreveu diversos opúsculos subordinados ao título *Cousas Camilianas*, o sexto dos quais tem o subtítulo: *Joaquina Pereira da França*. Neste livro, interessante pelo estudo e pela benevolência que revela na defesa das intenções e obras de Camilo, refuta várias afirmações desprímorosas feitas pelo Sr. Alberto Pimentel, na sua monografia *A primeira mulher de Camilo*.

Querendo provar que o casamento d'este insigne romancista com Joaquina Pereira da França nunca fôra uma infâmia, como A. Pimentel afirmava (e eu transcrevo esta afirmação neste volume, a págs. 90), diz que esta sua primeira mulher nunca fôra desprezada pelo espôso, nem pela família, antes gozava de singular respeito e simpatia na sua terra, podendo *hombrear com as meninas mais distintas de Friúme*; e acrescenta: *não estava deslocada entre as meninas de Lisboa e Pôrto*. Para comprovar que não era de origem muito plebeia, esclarece:

«Maria Pereira da França, a mãe de Joaquina, era filha de Manuel Pinto de Castro e de Maria Pereira da França. De Gondomar era natural D. João da França de Castro e Moura, que foi Bispo de Pekim e depois Bispo do Pôrto. Ligando os apelidos de França e Castro com os apelidos dos avós de Joaquina, pode fundamentalmente concluir-se que aquèle Bispo do Pôrto era da sua família.»

E pode também afirmar-se que, a corroborar tal suspeita, se dá o caso dessa família a que pertencia

o Bispo residir muito perto da família da Joaquina —
pois os lugares do Taralhão e da Azenha, em Gon-
domar, são próximos um do outro.

DR. JOSÉ ALVES FERREIRA DA SILVA

Natural da freguesia da Lomba. Formado pela
Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto.

JOSÉ ANTÓNIO DO CARMO VÉLHO BARBOSA

No 2.º volume, págs. 257 e 258, fala-se do abade
encomendado de Valbom, em Julho de 1833, de nome
P.e António do Carmo Vélho de Barbosa.

Este padre tem um traço biográfico interessante,
como se depreende dum recente trabalho publicado
pelo Sr. João Paulo Freire, intitulado *Pela República!*,
edição de 1934, Lisboa. Na página 88, com o título
Um Homem! fala do Sampaio da Revolução, isto é, do
histórico António Rodrigues Sampaio que nasceu em
Julho de 1806, numa pequena freguesia do distrito de
Braga e tomara ordens menores em Viana. Chegou
a ser pregador; mas um dia, quando ajudava à missa,
foi preso, por ser liberal.

«Foi ainda um padre — mas um padre rasgada-
mente liberal — quem iniciou Sampaio nas lides do
jornalismo. Chamava-se o padre Inácio José de Macedo
e o jornal o *Velho Liberal do Douro* (¹). Sampaio
esteve ano e meio na Cadeia do Pôrto. Depois foi
para Barcelos, para casa de Ferreira Tinoco, e de
Barcelos veio de novo para o Pôrto, mas desta vez
para se alistar como soldado fogoso nas hostes dos
«Voluntários da Rainha». Vencida a causa de
D. Pedro, Sampaio despreza o lugar que lhe dão e
entra como jornalista para a *Vedeta da Liberdade*, de

(¹) No 2.º volume, página 205, aludo ao *O Velho Liberal do Douro*, a propósito dos frades e da rivalidade entre eles.

que era redactor principal outro padre, o abade de Valbom, José António do Carmo Vélho de Barbosa.

Em Junho de 1847, a *Revolução de Setembro* ressurgia, após a Convenção de Gramido, e Sampaio nunca mais abandonou o seu posto de vigilância e de combate ».

DR. JOSÉ ANTÓNIO MOREIRA DOS SANTOS

Era natural de Baltar, concelho de Paredes, mas prestou bons serviços à gente da freguesia da Lomba, pois foi um político de muito merecimento e médico ilustre. Exerceu a clínica no Pôrto, mas a freguesia da Lomba era sua terra adoptiva e onde faleceu no ano de 1908. (Vid. 2.º volume, página 378, desta *Monografia*.

DR. JOSÉ BARBOSA RAMOS

Bacharel formado em Direito, em 1909 pela Universidade de Coimbra.

Foi ajudante de notário em 1905. Depois Sub-delegado do Procurador Régio na 1.ª vara do Pôrto e em serviço efectivo desde Agosto de 1909 a 1910. Teve banca de advogado nesta cidade em 1911. Depois foi nomeado delegado para Ponte da Barca, em Agosto de 1911 e depois para Almodóvar, passando em seguida para Resende, para Esposende, para Valença, para Arganil e enfim para Amarante. Foi promovido a juiz em Setembro de 1920, exercendo essas funções em Montalegre. Foi eleito deputado em 1921, pelo Círculo n.º 11; depois auditor administrativo em Aveiro; passou em seguida a ocupar a presidência da Câmara Municipal deste concelho de Gondomar. Na carreira de magistratura foi promovido a juiz de 2.ª instância do Contencioso das Contribuições e Impostos. Mais tarde, isto é, desde Agosto de 1930 esteve colocado como juiz na comarca de Santo Tirso, donde transitou para a da Vila da Feira; é

hoje juiz da 5.^a vara desta cidade do Pôrto. É filho ilustre do falecido notário Joaquim Mendes Barbosa, a quem aqui se presta devida homenagem.

DR. JOSÉ CARVALHO MOREIRA DE SOUSA

Natural da freguesia de Melres, onde é um rico proprietário. Médico pela Faculdade de Medicina da Universidade do Pôrto, onde exerce a clínica. Esteve em Paris, a especializar-se em doenças de garganta, ouvidos e fossas nasais.

DR. JOSÉ DE CASTRO FERREIRA

Natural da Vila de Gondomar, do lugar de Pevidal. Formou-se em Medicina, no ano de 1889, pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. A sua dissertação inaugural intitula-se: *Algumas palavras sobre a cura radical do hidrocele vaginal simples e suas variedades*. Faleceu na sua casa em Quintã, muito novo e de-repente, pois foi encontrado na cama, na atitude de ter estado a ler e a vela que o alumava de todo se gastou. O seu funeral foi imponente e grande a saudade que a pobreza manifestou pela perda d'este humanitário clínico. Na sala da escola do Souto, os estudantes daquele tempo promoveram um sarau para a compra duma coroa de bronze que foi colocada no seu jazigo.

CAPITÃO JOSÉ DE CASTRO PEREIRA

Cavaleiro professor na Ordem de Cristo. Casou com D. Clara Maria da Cunha e Vasconcelos, natural de Arrifana de Sousa e filha de Pedro Cunha Carneiro, natural desta freguesia e familiar do Santo Ofício. Era irmão do Dr. Simão de Castro Passos e filho de João Tomé, natural e morador na aldeia de Bouça Cova (S. Cosme).
(Vid. Dr. Simão de Castro Passos).

JOSÉ FERREIRA DAS NEVES

Natural da freguesia de Rio Tinto. Pelo seu talento musical, completou com vinte valores o curso do Conservatório de Música do Pôrto, onde é hoje um dos mais distintos professores.

P.^e JOSÉ FERREIRA NEVES

Natural da freguesia de Rio Tinto, do lugar de Vila Cova. Foi capelão dos Clérigos, da cidade do Pôrto. Faleceu há já muito tempo.

P.^e JOSÉ FERREIRA DAS NEVES

Natural da freguesia de Rio Tinto, onde mora actualmente. Tem o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Foi coadjutor na freguesia de Valbom, desde Novembro de 1895 até Agosto de 1904, passando a ser pároco encomendado daquela freguesia até Setembro de 1909. (Vid. vol. 2.^a, página 258). Passou depois para Rio Tinto, onde esteve exercendo as funções de pároco durante alguns anos após a morte do respectivo abade Dr. Cavadas. Tem uma excelente livraria. É hoje octogenário.

DR. JOSÉ DE FRANÇA CASTRO E MOURA

Natural da freguesia de S. Cosme de Gondomar e tio materno do bispo D. João da França Castro e Moura. «Formou-se em Direito Canónico na Universidade de Coimbra. Foi promotor do bispado do Pôrto e Desembargador da Mesa episcopal da mesma diocese.

Em 7 de Janeiro de 1810 foi nomeado vigário geral da comarca de Penafiel, por D. António de S. José e Castro, monge de S. Bruno, bispo do Pôrto, que faleceu patriarca eleito de Lisboa, sucedendo ao Dr. Teodoro Pinto Coelho de Moura.

Foi também juiz dos casamentos e chanceler da comarca de Penafiel. Em 1813 foi nomeado «visitador» com jurisdição ordinária no «temporal» e «espiritual», da comarca de Penafiel. O Ex.^{mo} Sr. Ernesto de Melo, por intervenção de quem recebeu estes apontamentos, declara que os encontrou nas «Curiosidades Eclesiásticas do Bispado do Pôrto», por António Gomes Pereira, reitor de Sabrosa. Este sacerdote, porque viveu numa época de agitada vida política a que não foi estranho o clero, teve, como vigário geral de Penafiel, de ser alvo das atenções e apreciações das duas correntes políticas então em luta. Assim, pela morte do bispo D. João de Magalhães e Avelar, miguelista, que na sua última pastoral declarava que a *Religião era inseparável do Augusto e Fidelíssimo Monarca* (D. Miguel) que vos governou! e que fugiu quando da entrada do exército libertador, pela morte deste prelado, o Cabido do Pôrto não nomeou vigário capitular; e então o cabido metropolitano de Braga *sede vacante* nomeara para tal cargo da diocese sufragânea do Pôrto o Dr. José de França Castro e Moura, que nessa ocasião era vigário geral da comarca eclesiástica de Penafiel. Diz Mons. A. Ferreira (nas suas *Mem. Arch.-Hist. da Cid. do Porto*, 2.^o vol., pág. 481) que «o cabido do Pôrto protestou, mas concordou quando o Dr. França lhe apresentou a sua Provisão.

«Até Abril de 1834, o Dr. José de França exerceu publicamente a jurisdição ordinária em todo o Bispado, excepto na cidade do Pôrto, entendendo-se com o Núncio, que de Lisboa lhe dirigia os Breves Apostólicos. Ocupada naquela data a cidade de Penafiel pelo exército liberal, o Dr. França retirou para Boelhe, freguesia do mesmo concelho, onde esteve alguns meses; regressou depois a Penafiel, e aqui permaneceu até à morte em 24 de Outubro de 1839, deixando muito antes, como disse, de exercer publicamente a jurisdição ».

Os leitores conhecem o facto. É que Fr. Manuel

de Santa Inez, partidário de D. Pedro, exercia na cidade do Pôrto a jurisdição de Governador e Vigário Capitular, como pode ver-se lendo a biografia dêste bispo eleito, aqui relatada.

Este Dr. França, pela atitude que tomou diante dos acontecimentos que se iam desenrolando, chegou a ser fortemente increpado pela imprensa miguelista. Assim o *Echo*, de Lisboa, publicou uma correspondência de Penafiel, no seu n.º 206, de 1837, em que, diz o citado Mons. A. Ferreira, «se faziam acusações graves ao clero portuense, e nomeadamente ao Dr. Castro e Moura, por êste ser dos primeiros a reconhecer o Cisma e a pedir licenças ao Santa Inez, tornando-se dêste modo causa indirecta da aderência ao Cisma de todo o clero do Pôrto, a quem o correspondente cobre de epítetos afrontosos, terminando por êste texto bíblico: *Omnis declinaverunt, simul inutiles facti sunt*. (Ps. XIII-3).

P.^e JOSÉ GOMES PEREIRA

Foi o primeiro professor de instrução primária, na freguesia de Covêlo. A escola masculina, após o advento da República, transformou-se em mista. Tinha sido criada em 1864, sendo êste presbítero o seu primeiro professor. (Vid. 2.^o vol., pág. 334).

FR. JOSÉ DA GRAÇA

Foi lugar-tenente de D. Miguel, durante a guerra civil; foi pároco da freguesia de Melres —ali proprietário da casa que é hoje do Ex.^{mo} Sr. Pedro Moreira de Sousa, ilustre farmacêutico.

JOSÉ LOURENÇO ALVES DE OLIVEIRA

Natural do lugar de Vila Cova, freguesia das Medas. Era diplomado pela Escola Normal do Pôrto. Exerceu o magistério na escola oficial desta freguesia, talvez dois anos, desde 1879 a 1881. Depois emigrou para o Brasil, onde faleceu. (Vid. 2.^o vol., pág. 408).

JOSÉ LUIZ DE SOUSA MOREIRA

Natural do lugar da Estivada, freguesia das Medas. Era diplomado pela Escola Normal do Pôrto. Exerceu sempre a sua profissão em colégios no Pôrto. Faleceu na sua terra em 18 de Agosto de 1902.

DR. JOSÉ MARIA CARDOSO

Médico pela Faculdade de Medicina do Pôrto. É natural da freguesia de Rio Tinto, do lugar do Mosteiro. Exerce a clínica na terra da sua naturalidade.

JOSÉ MARIA QUESADAS VILAS BOAS

Pertencente a uma família fidalga e rica, como o atesta ainda hoje a nobre casa, pelo brasão do portal, em ruínas, existente na freguesia da Lomba. Este indivíduo foi o último morgado dessa casa. (Vid. vol. 2.º, pág. 378).

DR. JOSÉ MARIA DOS SANTOS MOURA

Natural de Rio Tinto, do lugar da Boa-Vista. Exerce a clínica nesta freguesia desde 1928. Cursou a Escola Médica do Pôrto.

JOSÉ MÁRIO ALMEIDA CASTRO

Natural da Vila de Gondomar. Filho do ilustre industrial Sr. Germano José de Castro, da Casa do Arco, rua da Igreja.

Tem o curso de agente electrotécnico do Instituto Industrial do Pôrto e freqüentou várias cadeiras da mesma especialidade de electricidade na *École Centrale Lyonnaise* (França).

P.e JOSÉ MARTINS DAS NEVES

Do lugar da Cónega, freguesia de S. Cosme. Era muito ilustrado e um notável jornalista. Sustentou na imprensa, no jornal a *Actualidade*, desta cidade do Pôrto, lutas políticas contra o então abade da freguesia, Rev. Rufino António Borges, revelando-se um espírito muito culto e um profundo cónhecedor da língua portuguesa. Versejava com facilidade. Viveu algum tempo no Brasil e mais tarde na cidade do Pôrto.

P.e JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA

(PADRE-MESTRE)

Em *O Comércio do Pôrto*, de sábado, 18 de Fevereiro de 1928, lê-se com a epígrafe *Há 60 anos — Fevereiro — 1868* a seguinte notícia:

«19 — Falecimento — No sábado de tarde faleceu repentinamente em S. Cosme, nos subúrbios desta cidade, o rev. padre-mestre prègador José Martins de Oliveira. Foi colhido pela morte achando-se sentado a rezar em frente do seu oratório. Contava 95 anos. Era um virtuoso e exemplar eclesiástico». Leccionava candidatos ao sacerdócio.

P.e JOSÉ MARTINS DE OLIVEIRA

(SOBRINHO DO ANTECEDENTE)

Natural da Vila de Gondomar, do lugar de Rio Carreiro. Foi cura da freguesia de S. Cosme durante muitos anos e gozou duma geral estima. A êle se faz referência no 1.º vol., pág. 298.

JOSÉ MARTINS DO RIO

Era natural da freguesia da Sousa, do lugar de Ferreirainha. Esteve no Brasil onde conseguiu meios de fortuna. Vindo para a sua terra natal, dedicou-se à cura de doentes pelo tratamento da água, o que

lhe valeu ser acusado, pelos médicos, de curandeiro, mas defendeu-se alegando que não fazia disso modo de vida. Foi vereador da Câmara Municipal; e esta, pelo seu falecimento, em sessão de 6 de Setembro de 1917, exarou na acta um voto de profundo pezar. O seu presidente exaltou as suas qualidades. Era muito caritativo e bondoso. A sessão foi interrompida por cinco minutos.

JOSÉ MOREIRA GOMES

Por ocasião do aniversário do seu falecimento, o semanário *A Nossa Terra*, pela pena do seu correspondente das Medas, assim se exprime:

Medas, 16 de Maio de 1932.

Mais um ano se passou no dia 11 d'este mês, do falecimento dêsse insigne e imortal homem que sé chamou José Moreira Gomes, que fôra um professor modelo nesta freguesia, de quem também recebemos a instrução única da pouca que temos.

Nesse dia, também fomos ao cemitério desta freguesia, visitar a sua sepultura, render-lhe as nossas homenagens, admirar e meditar nesse sepulcro tão lindo e maravilhoso, mandado construir pelos beneméritos e ilustres Irmãos Vianas, do qual também receberam a instrução.

Não podemos deixar de escrever, ao menos alguma cousa, sobre essa rica construção em cimento armado: Na base da cruz está uma pequena lápide e, em esmalte, o seu retrato com o epítápio: — José Moreira Gomes — N. a 22-10-85 — F. a 11-5-923.

Na base inferior da mesma lápide encontra-se a forma de três livros (uns sóbre os outros) que representam ser, dois da Legislação e o outro o Dicionário de Português (porque ele na freguesia era considerado como um jurisconsulto).

Sobre o plano dêsse túmulo, vê-se a inscrição: — Foi professor de Medas de 9-5-881 a 9-5-923 — Para eterna memória da sua bondade e por iniciativa dos Irmãos Vianas aqui se levantou êste mausoléu no terreno que a Junta cedeu para guarda dos seus restos mortais.

Cerca o mesmo mausoléu um lindo gradeamento que mostra bem a perfeição do artista que o trabalhou! Louváveis honras merecem os educandos que tão recor-

dativa memória ali mandaram levantar como preito e gratidão a esse que lhes foi caro.

Sobre o biografado pode ver-se o 2.^o volume, páginas 408 e 414.

JOSÉ NOVAIS DA CUNHA

Este foi um dos cidadãos a quem o concelho de Gondomar deu mais benefícios. Nasceu na freguesia de Santa Maria de Campanhã, em 5 de Novembro de 1849 e faleceu no seu solar, isto é, na mesma freguesia, em 17 de Outubro de 1930. Descendia em linha directa dos Cunhas, Osórios, Coutinhos e Rebelos, fidalgos cavaleiros da antiga Casa Real. Tendo assentado praça voluntariamente em Lanceiros da Rainha, freqüentou a antiga Escola Politécnica de Lisboa, tencionando seguir a carreira militar; mas por falecimento duma pessoa de família, foi obrigado a abandonar a referida carreira, para tomar conta da administração de suas propriedades. Entrando quase logo nas pugnas políticas, ao lado do Conselheiro José Moreira da Fonseca, governador civil e antigo par do Reino, foi nomeado por indicação dele, Administrador de Gondomar, cujo cargo exerceu em várias situações da política regeneradora e por espaço de trinta e tantos anos. Era considerado o chefe local dessa política dentro do partido regenerador em Gondomar, acamaradando com os conselheiros também já falecidos António Fontes Pereira de Melo, Hintze Ribeiro, Júlio de Vilhena e António Teixeira de Sousa. Em várias legislaturas foi deputado às Cortes; vereador da Câmara Municipal do Porto em diversos pelouros e presidente da Câmara Municipal de Gondomar. Foi ele quem propôs, e foi aprovado, que se criasse no edifício dos Paços do Concelho, uma biblioteca para interesse do público. Esteve também, parece, na Junta Geral do Distrito e foi por alguns anos presidente da



JOSÉ NOVAIS DA CUNHA

Associação dos Proprietários e Agricultores do Norte de Portugal, sendo por ela eleito ao Parlamento.

Pela sua alta influência política conseguiu vários melhoramentos, entre eles, a Contrastaria em Gondomar, a Estação Telégrafo-Postal nesta localidade e algumas estradas. Foi a Contrastaria, porém, a obra que lhe causou mais incómodos, pelas tólas divergências e rivalidades entre os partidos então predominantes. Como vereador da Câmara do Pôrto empreendeu e realizou alguns melhoramentos na freguesia de Campanhã e noutras pontos desta cidade.

Nunca aceitou benesses nem condecorações, a-pesar-de ter chegado a ser publicado no *Diário do Governo* de então o título de *Conselheiro*. Em prova e testemunho de gratidão, o concelho de Gondomar, pela voz do seu Município, querendo perpetuar a memória daquele que foi o maior benemérito do concelho, deu o nome de *José Novais da Cunha* a uma das mais importantes artérias da vila.

P.^e JOSÉ DOS SANTOS FERREIRA MOURA

Abade que foi da freguesia da Foz do Douro, onde faleceu. Nasceu no dia 29 de Abril de 1839 e faleceu a 6 de Junho de 1887. Era natural do lugar de Ervedosa, freguesia de S. Pedro da Cova. O seu corpo conservou-se incorrupto, razão por que o povo, atribuindo-lhe a qualidade de *santo*, mandou construir uma capela, na Foz, onde se conserva o cadáver em uma urna de cristal; e ao pé um jazigo, onde estão as letras relativas ao ano do nascimento e óbito.

Por detrás da coluna de mármore estão gravadas as seguintes palavras:

«*Alguns paroquianos amigos do falecido constituídos em comissão fizeram levantar este monumento por meio de subscrição pública, como demonstração póstuma de saudade desta freguesia pelo seu antigo pastor.*»

Nestes dizeres não há a mais leve referência às qualidades do referido pároco. No mausoléu vê-se uma fotografia do Rev. José dos Santos Ferreira Moura.

DR. JOSÉ SILVESTRE CARDOSO

Natural da vila de Gondomar. Tem o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Formou-se na Faculdade de Direito pela Universidade de Coimbra. Seguiu a magistratura, começando a desempenhar as funções de Delegado do Ministério Público na comarca de Arouca e depois na de Fafe. Foi juiz em várias comarcas, como a de Lamego e da Póvoa de Varzim, até que foi transferido para um dos tribunais cíveis do Pôrto; mais tarde foi nomeado juiz desembargador para a Relação de Coimbra e daí transferido para a Relação desta cidade do Pôrto, onde está hoje.

JOSÉ DE SOUSA DIAS

Natural da freguesia das Medas e ali residente. É um solícito correspondente de vários jornais, tratando com carinho e muito zélo os interesses da sua terra. Colaborou, juntamente com o professor daquela freguesia, Sr. Manuel Dias Ferreira Júnior, na monografia de Medas, escrita no 2.^º volume deste trabalho, desde a página 394 a 431. Aos dois amigos da Imprensa e meus excelentes colaboradores desta monografia do concelho, aqui fica exarado o indelével reconhecimento.

DR. JOVIM

Dos *Mistérios do Pôrto*, de Gervásio Lobato, 2.^º vol., colhemos os seguintes informes:

CAPÍTULO XXXIII

«Dois novos personagens

Depois de ouvir da bôca do pai de Alda tôda a minuciosa narrativa do caso do Palácio de Cristal e tendo trocado com Alda apenas rápidas palavras, com receio de agravar o estado

melindroso em que se encontrava, Heitor saiu de casa de sua companheira de infância profundamente comovido e dirigiu-se ao escritório de seu pai, que era na rua das Flores, certo de que afi o encontraria.

E não se enganou

O Conselheiro Alves estava fechado com uns colegas em conferência preparatória para a fundação duma grande companhia mineira, em que tinha as mais entusiásticas esperanças.

Heitor esperou que a conferência terminasse e quando ouviu abrir-se a porta e sairem sete ou oito sujeitos que eram dos vultos mais importantes do alto comércio e da alta finança do Pôrto, imaginando que seu pai ficara finalmente só, entrou no gabinete.

Mas imaginou mal, porque seu pai ainda estava de conversa pegada com dois homens, dois dos accionistas mais importantes da nova companhia e ao mesmo tempo dois dos seus maiores amigos.

A-pesar dêste título porém de maiores amigos, as relações entre êles e o Conselheiro datavam de fresca data, de data tão fresca que Heitor não os conhecia nem nunca os tinha visto.

Seu pai ficou um pouco surpreendido ao vê-lo entrar e preguntou-lhe:

— Olá, tu por aqui? Queres-me alguma cousa?

— Pensava que estava já sózinho, que tinha já terminado a conferência, recuando como quem se dispunha a sair.

— Acabou já, acabou, não te vás embora; estes senhores são dois amigos meus em que tu já tens ouvido falar muito com certeza, e a quem eu desejo apresentar-te.

E olhando para os dois homens e indicando com a mão Heitor, disse-lhes:

— O meu filho Heitor, que chegou ontem de Coimbra onde terminou com distinção o seu curso.

Os dois homens levantaram se e estenderam-lhe a mão, com as frases habituais destas apresentações.

O Conselheiro Alves continuou, dirigindo-se a seu filho e apresentando-lhe então os seus amigos:

— O Sr. Comendador Gonçalves, o riquíssimo e honrado capitalista a quem tanto devem os nossos estabelecimentos de caridade, as nossas instituições religiosas, disse êle, apontando para um dos seus amigos, um homem dos seus quarenta e tantos anos, mais baixo que alto, de cabelo grisalho, mais branco que preto, puxado para a frente para encobrir a calva que ia já ganhando muito terreno na sua cabeça um pouco bicuda, alastrando-se-lhe até à altura da moleirinha, cara tóda rapada, olhos pequenos mas muito vivos, beiços grossos, o inferior um pouco caído, muito carnudo.

E depois apontando para o outro, um homem alto, magro, muito louro, de grande cabeleira anelada, que lhe dava o aspecto dum artista inglês ou alemão, cara comprida, duma

cútis alvíssima, duma brancura diáfana que deixava seguir através da epiderme leitosa os sulcos azulados das veias, buçozinho dourado de adolescente e olhos azuis, muito claros, muito límpidos, olhos de *miss* de Caleidoscopio, que davam ao seu rosto uma expressão seráfica, o Conselheiro Alves apresentou:

— O Sr. Dr. Jubim, o célebre médico português que tão falado tem sido pelos seus trabalhos importantes, trabalhos feitos na Alemanha e na França.

Heitor acolheu muito amavelmente, como era seu dever, os dois amigos que seu pai lhe apresentava, mas como não conhecia inteiramente nada o Comendador Gonçalves e tinha já por várias vezes ouvido falar e visto citado em várias revistas científicas o nome do Dr. Jubim, e como além disso lhe mereciam muito mais simpatia e consideração os homens de ciência que os homens de dinheiro, foi ao médico que ele deu mais atenção, foi com ele que ficou mesmo um pedaço conversando, enquanto seu pai acabava de combinar lá com o capitalista Gonçalves os seus negócios.

— Conhecia-o há muito de nome, disse ele ao médico, mas quere saber uma cousa? À força de ver o seu nome em revistas estrangeiras, imaginei que efectivamente o senhor era estrangeiro.

— Não, sou português. Efectivamente o meu apelido parece estrangeiro, os meus cabelos louros também não parecem muito nacionais, e tenho passado quatro anos em Berlim e em Paris a estudar fisiologia, e especialmente micrologia, mas a-pesar-de tudo isso sou português, e português dos quatro costados, como se costuma dizer, e o meu apelido que tem, e que me dá um ar estrangeirado, é também bem português, é o nome da freguesia em que meu pai nasceu, uma freguesia pequena, insignificante, aqui perto do Pôrto, do concelho de Gondomar.

— Tem graça, e eu que lia sempre *Júban* e não Jubim, porque ignorava completamente a existência dessa tal freguesia.

— É lá fora tôda a gente me trata e me conhece por *Júban*, tornou, rindo, o médico.

— E V. Ex.^a veio agora de todo para o Pôrto?

— Vim, já cá estou há perto de um ano a exercer clínica.

— Deixou então os seus estudos?

— Não, não os deixei de todo; tenho o meu laboratório, continuo a trabalhar, estou em correspondência permanente com os meus mestres de lá para, mas esses estudos não se podem fazer em Portugal senão como divertimento, como luxo: para viver, para ganhar dinheiro é preciso fazer clínica e então faço-a.

— Mas não comprehendo como não preferiu antes continuar a viver lá para.

— Por uma razão muito simples, ou antes por duas. Uma porque me dava mal lá para, com o frio; eu sou friorento como

um sagüim; e tinha já saudades d'este belo céu de Portugal, tinha a nostalgia da Pátria. A outra razão foi porque casei aqui com uma senhora do Pórtio, que tem aqui tóda a sua família, e casei com uma condição que meu sogro me impôs—a de ficar vivendo aqui de todo e só ir lá fora por passeio, de visita, lá de vez em quando.

E pegada assim a conversa, porque o Dr. Jubim era um belo conversador, muito inteligente, muito erudito e muito simpático, principalmente às primeiras falas, ao primeiro embate, os dois estiveram um longo bocado conversando, e as informações que o médico esteve dando a Heitor acerca dos laboratórios estrangeiros aonde tinha estudado, dos mestres ilustres com quem tinha aprendido e acerca da ciência nova a que se dedicara e que então começava a balbuciar as primeiras palavras, a fazer as suas primeiras conquistas, eram tão curiosas, tão interessantes, que, conseguiram distraí-lo por momentos das sombrias preocupações que o dominavam.

Quando o Comendador Gonçalves, terminando a sua conferência com o Conselheiro Alves, se meteu na conversação, o Heitor chegou a ter pena, tão entretido estava.

O Comendador Gonçalves, esse não era nada de ciências. Não falava senão em duas cousas: em cifras e em confrarias, e no pouco tempo que ele esteve conversando, o Heitor ficou completamente atordoado, assombrado com a lista enorme de irmandades a que ele pertencia, de festas de igreja de que era juiz, de confrarias que protegia.

E foi exactamente por causa dessas confrarias que ele pôs ponto na conversa, levantando-se quando ouviu o relógio do escritório do Conselheiro Alves dar meio-dia.

— Meio-dia, disse ele, pondo-se de pé, não me posso demorar nem mais um minuto.

— Porque? onde vai o comendador com essa pressa tóda? perguntou o pai do Heitor.

— Vou para casa, tenho lá o pintor à espera.

— O pintor? traz obras na sua casa?

— Não, não desses pintores: é o que me está a fazer o retrato a óleo, e que tem que mo acabar hoje sem falta, porque amanhã de manhã tem que ir para o Bom Jesus.

— O pintor? perguntou muito ingênuamente o Conselheiro Alves, sem pensar nem por sombras que estava a fazer um trocadilho vulgar de comédia.

— Não, o retrato.

— O retrato vai para o Bom Jesus?

— Vai, eu agora sou um dos protectores do santuário, e a Mesa quere por fôrça o meu retrato lá para a igreja, para o inaugurar no domingo, que há lá festa.

— O comendador saiu levando consigo o Dr. Jubim, que era o seu médico assistente, o seu inseparável.»

Nunca chegamos a saber quem seria esse excêntrico doutor, porque o romancista não lhe cita o nome inteiro, nem pelas indagações a que procedemos descobrimos tal personagem.

DR. JÚLIO AUGUSTO TEIXEIRA JÚNIOR

Diplomado pela Escola de Farmácia, morador em Valbom.

Foi administrador do semanário *A Nossa Terra* e Presidente da Direcção da Escola Dramática Musical Valboense. Faleceu a 10 de Outubro de 1934, com 27 anos. Era muito inteligente, ilustrado e honesto. Seu enterro foi civil e muito concorrido.

JÚLIO VIEIRA RAMOS

Natural de Jovim, farmacêutico pela Escola de Farmácia do Pôrto, filho do aposentado Secretário da Câmara Municipal do concelho, Sr. Justiniano Vieira Ramos e irmão do actual Secretário, Sr. António Vieira Ramos. Reside estabelecido com farmácia em Rio Tinto. Foi o principal fundador da Empresa Iluminadora Eléctrica de Rio Tinto e um dos fundadores do Dispensário das Crianças Pobres, para cuja instituição e existência contribuiu mais que ninguém, o Sr. Domingos Gonçalves de Sá Júnior, que criou naquela freguesia um posto de assistência médica e farmacêutica aos tuberculosos pobres e foi o iniciador principal do dito dispensário, cedendo grande porção de terreno gratuitamente em Montalto para o *Sanatório dos Tuberculosos do Norte de Portugal*. Igualmente cedeu uma casa, com grande quintal, para o *Preventório*, pertencente ao mesmo Sanatório, no lugar do Chão Verde. Foi também um benemérito da instrução. (Vid. Domingos Gonçalves de Sá Júnior, neste volume, pág. 102).

JUSTINO DUARTE LOPES

Natural da vila de Gondomar. Era conhecido pelo *Justino Pojeiras*. Teve banda de música e capela. Já faleceu.

DR. LUCINDO MARTINS DE OLIVEIRA

Natural da freguesia de Jovim, do lugar de Ataís. Médico pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. Era muito modesto e ilustrado. Quando da tão falada peste bubónica, por cujo motivo se fêz o *cordão sanitário* que interessou terras de Gondomar, este ilustre clínico veio para a Imprensa declarar ousadamente e contra a opinião quásí geral dos seus colegas na Medicina, que não encontrava na sua clientela de doentes nenhum afectado desta peste, o que o levou a ser verberado por uns e aplaudido por outros que lhe ofereceram um jantar no Pôrto, em homenagem ao seu carácter e à sua franqueza. Foi um bom e honesto republicano desde os bancos da Escola; e, proclamada a República, ele, que podia viver cómodamente, porque tinha meios de fortuna, na sua bela vivenda de Ataís, aceitou o espinhoso cargo de Presidente da primeira Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Gondomar. E pelo seu falecimento, a dita Câmara, em homenagem ao distinto homem público que já então vivia na cidade do Pôrto afastado das lutas políticas que só lhe reservaram desgostos e prejuízos, exarava na respectiva acta o seguinte, na sessão de 28 de Janeiro de 1926, por proposta do Sr. Joaquim Teixeira:

«Considerando que esta Câmara não deve esquecer o grande patriota e velho republicano Dr. Lucindo Martins de Oliveira, que foi o primeiro Presidente da Câmara republicana de Gondomar; — considerando que a este concelho dedicou tôda a sua atenção, prestando relevantes serviços para o seu engrandecimento: Proponho que por esta Câmara, em home-

nagem ao mesmo ilustre Cidadão, seja dado o nome de *Praça Doutor Lucindo Martins de Oliveira* ao chamado «Largo do Souto».

Os últimos anos passou-os na cidade do Pôrto, como já se disse, retirado da vida política e da clínica. A sua dissertação inaugural, em 1895, foi: *Breve estudo sobre a patogenia da diabetes*.

DR. LUIZ AUGUSTO DE ABREU

Natural da freguesia das Medas. Era formado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Seguiu a advocacia. Faleceu em 1868, na sua Quinta de Cima, da Formiga. (Vid. vol. 2.º, pág. 418).

LUIZ DAS NEVES LÔBO

Antigo professor oficial da freguesia de Covelo e Secretário da Junta da mesma freguesia.

Pela sua morte, a Câmara Municipal, na sessão de 28 de Junho de 1926 deliberou, por indicação do Sr. Presidente, que ao Largo da Chais, da dita freguesia, fosse dado o nome de *Largo Luiz Lôbo*. Não sei se ainda se conserva tal denominação.

REV. DR. LUIZ PINTO DE S. JERÓNIMO

Bacharel formado nos Sagrados Cânones, senhor que foi da Quinta do Paço, de Vila Cova, freguesia das Medas. Este sacerdote é citado nas págs. 416 e 429 do 2.º vol., onde se diz que foi protonotário de Sua Santidade. Consta que não era natural daqui. Mandara construir a capela de Broalhos.

D. MAFALDA

(A RAÍNHA SANTA MAFALDA)

Era filha de El-Rei D. Sancho I e de sua mulher D. Dulce e portanto neta de D. Afonso Henriques e de D. Mafalda, sua espôsa. Calcula-se que nascerá no ano de 1189.



Seu pai, ao falecer, deixou repartidas pelos seus filhos avultadas riquezas; à filha D. Mafalda deixou os mosteiros de Arouca e de Bouças, além de 10.000 morabitinos e 200 marcos de prata. Esteve para casar com Henrique I, de Castela, mas a morte d'este a 6 de Junho de 1217 frustrou o contrato nupcial. Regressando, pois, a Portugal, recolheu-se ao convento de S. Pedro, de Arouca, que era de monjas beneditinas, e ali professou. Após trinta anos de oração, veio a falecer, quando fez uma romaria a Nossa Senhora da Silva, em Rio Tinto, porque ali fôra procurar alívio aos seus sofrimentos, em 1 de Maio de 1256. Foi transportada para o seu convento de Arouca. A Sé Apostólica, ou seja Pio VI, por Breve de 27 de Julho de 1792, concedeu a beatificação da referida D. Mafalda?

Vejamos:

Entre papéis vários relativos ao convento de Arouca, existentes na Biblioteca P. Municipal do Pôrto e que fazem parte da oferta de livros a ela feita pelo Abade Pedro Augusto Ferreira, em 1901, existem 4 cartas escritas pelo P.^e João Vieira Neves Castro da Cruz, no ano de 1892 e dirigidas áquele abade, cujo assunto se prende com a data do falecimento da rainha D. Mafalda e o sitio dêsse falecimento. A primeira, datada de 10 de Fevereiro de 1892, entre outras cousas, diz:

«Não está canonizada nem mesmo beatificada. Por uma tácita aprovação dos Prelados, e ao modo antigo, começou a ser venerada e tratada como santa. A Sagrada Congregação dos Ritos, em 1720, deu licença para se pintar a sua imagem, em atenção ao culto imemorial que tinha.

Ultimamente Pio VI, a 10 de Janeiro de 1794 (e não 1734, como diz Pinho Leal) concedeu solemnemente que dela se rezasse e celebrasse missa. Não sei onde vem o seu testamento. N. B. Pinho Leal, segundo o seu *louvável* costume, trás muita pêta acerca da Santa Rainha.»

A segunda carta, a 14 do mesmo mês e ano, diz:

«Estou inteiramente convicto de que a Santa Rainha não foi canonizada nem beatificada *solenemente*. E se alguns autores dizem que foi, erram ou enganam-se, chamando *beatificação* ou *canonização* a um simples *Indulto Pontifício*, o que é diferente; este Indulto é de 10 de Janeiro de 1794, expedido pelo Papa Pio VI.

No século XVII apuraram-se muitos milagres da Santa Rainha, que constam dos processos então feitos e que foram para Roma. E juntamente lavrou-se um instrumento jurídico da incorrutibilidade do seu corpo. Isto sucedeu em 1612; e o mesmo se observou em 1616.

No reinado de Felipe III e a seu pedido, se tratou da canonização de Mafalda e igualmente no tempo de D. Pedro II, bem como no de D. Maria I. Mas nunca se concluiu este negócio. Atendendo, porém, ao seu culto imemorial e antiquíssimo, os Prelados do nosso reino aprovaram o título de *Santa* e assim pode dizer-se canonizada ao modo antigo. A Santa Sé nunca reprovou este culto, e por isso tacitamente o tem sancionado.

Mas ultimamente Pio VI, pelo seu Decreto de 10 de Janeiro de 1794, concedeu que de Santa Mafalda se rezasse e dissesse missa. Não pode este Indulto denominar-se *beatificação*. Na terceira carta, o P.^o Neves Cruz fala do ano em que a Santa faleceu e o lugar onde.

Diz que os autores não estão de acôrdo quanto ao ano; uns dizem que foi em 1250, outros que em 1252, outros em 1256 e ainda outros em 1257. Depois de ter lido vários autores, entende que morreu no 1.^º de Maio de 1252, que é a era de César de 1290. É este o ano que lhe designa o doutíssimo P. Daniel Papebrochio no *Acta Sanctorum*; e este autor é o mais rigoroso na história cronológica e na crítica.

Quanto ao lugar onde morreu, dizem todos ou

quasi todos que a princesa vinha várias vezes de Arouca ao Pôrto visitar e venerar Nossa Senhora da Silva; e que numa dessas vezes, voltando para o seu convento, fôra assaltada duma aguda febre no caminho, na aldeia de Rio Tinto, assistindo-lhe à sua morte a Abadessa e algumas religiosas. Que fôra o cadáver colocado sobre uma mula à rédea sólta, que de Rio Tinto a conduziu até Arouca; e que em todos os sítios onde parou a mula, se levantaram arcos triunfais ou colunas (¹) que ainda existem, dizem êles, entre os quais um que escreveu em 1761.

E pregunta onde fica esta aldeia de Rio Tinto; diz que a maior parte dos autores nada declararam; Pinho Leal diz categóricamente que a Santa morreu na freguesia de Rio Tinto, concelho de Gondomar. Parece plausivel esta opinião, pois que era muito natural que a princesa, voltando do Pôrto, fôsse para Arouca pela aldeia ou freguesia de Rio Tinto. A respeito das colunas de pedras, entende que não pode negar-se que as houve, porque todos nisso são concordes.

Diz o P.^e Amado, na sua moderna *História da Igreja em Portugal*, que Santa Mafalda faleceu na

(1) Em *O Primeiro de Janeiro*, de 21 de Agosto de 1902, o Sr. H. B. (Humberto Beça) publicou um artigo intitulado *Monumentos nacionais*, com o subtítulo *Memoriais, marmoiraes ou arquinhos*. Diz que tais velharias arqueológicas se acham espalhadas aqui e ali, nas encruzilhadas de vélhos caminhos, ou na espessura de bosques e tapadas.

Fala dum que fica a três quilómetros de Cête, no lugar da Ermida, e que é um vélho padrão do século XII e comemorando o passamento de D. Lusino Álvares, fidalgo de ilustre prosápia. Refere-se também a um outro, no lugar do Memorial, freguesia de Penha-Longa, concelho do Marco de Canavezes, como sendo padrão comemorativo da passagem e pousio, no local, do cadáver da Rainha D. Mafalda, ida para o seu convento de Arouca. Esclarece que esta princesa era o 8.^o filho do nosso rei D. Sancho I e de sua mulher D. Aldonça. Casou com D. Henrique, rei de Castela, mas o papa Inocêncio III divorciou-a quatro anos depois de casada, a título de parentesco de 4.^o grau.

aldeia de Rio Tinto, junto a Amarante. Parece-lhe *estenderete* do P.^e Amado, que tem muito disto. Mas haverá junto a Amarante alguma aldeia com tal nome?

É o assunto da outra carta. Presume que disso deve haver alguma nota no arquivo do convento de Arouca. Lembra-se que Alexandre Herculano foi em 1860 examinar tal arquivo e levou para Lisboa *uma carga de papéis velhos* e nunca êles foram restituídos ao convento.

Esta carta tem a data de 7 de Maio de 1892.

Mas noutra carta escrita a 24 de Abril do mesmo ano, diz que consultou pessoa competentíssima do concelho de Amarante, que lhe disse não existir lá aldeia alguma com o nome de Rio Tinto.

O Sr. José Augusto Carneiro, no *Comércio Ilustrado*, semanário portuense, de 23 de Fevereiro de 1889, diz que «a Santa faleceu no convento de Rio Tinto, quando ia em jornada para a sua habitação permanente de Arouca e que o seu cadáver fôra transportado para a igreja do mosteiro em 1294. O convento que é enorme, chegou a contar 120 profissas; mas no dia 3 de Julho de 1887 faleceu a última, acabando o Real Mosteiro de Arouca, que havia sido fundado provavelmente por dois fidalgos chamados Luderico e Vaudilo que o ergueram para habitação claustral dos monges beneditinos; e os descendentes desses fidalgos venderam o direito de padroeiros a D. Ansur e D. Eleva em 961, da era de Cristo, as quais se recolheram à vida religiosa, formando assim o convento misto. Em 1154 foram expulsos os monges e a casa ficou pertencendo às religiosas beneditinas. Em 1220, D. Mafalda, regressando de Espanha, abraçou a profissão monástica e recolheu-se à clausura, para isso mandando construir o convento de Arouca, de freiras de S. Bernardo.

E esse moimento do lugar do Memorial será, como quere a tradição, comemorativo da passagem e pouso do cadáver de D. Mafalda?»

É assunto para estudiosos.

MANUEL ALEXANDRE JÚNIOR

Comercialmente assina-se Manuel Alexandre de Almeida Júnior. É natural de Rio Tinto, mas reside no Pôrto. Tem o curso de Arte Aplicada (Faianças e Ourivesaria), especialmente a de cinzelagem, pela *Escola Industrial de Faria Guimarãis* (¹). Na sua oficina têm sido trabalhadas obras de apreciado valor artístico.

MANUEL ALVES FERREIRA DA SILVA

No 2.^º vol., a pág. 383 e seguintes se fala d'este ilustre cidadão, natural de Sante, freguesia da Lomba, o qual foi em 1826 nomeado comandante de Facho da Serra de Vilarinho, em Melres. No ano de 1834, no extinto concelho de Melres, foi legitimado o Morgado de Sante, Manuel Alves Ferreira (da Silva). Como se colocou ao lado dos miguelistas, foi pelo General em Chefe e Director Militar Reinaldo Macdonell nomeado Comandante do Batalhão de Paiva e autorizado a nomear todos os oficiais do Batalhão.

Também foi juiz. Veja-se sobre o assunto o mesmo volume citado. Em 1833, na Vila de Melres e Casa do Paço do Concelho exercia o cargo de «Juiz ordinário de todo o cível, crime e órfãos»...

(1) Por Decreto de 3 de Janeiro de 1884, foi criada a *Escola do Bomfim*, no Pôrto, mas só a 12 de Janeiro do ano seguinte começou a funcionar. Pelo Decreto de 5 de Outubro de 1893 fixaram-se as disciplinas dos cursos professados nesta Escola para ambos os sexos e que eram de pintor-decorador, tecelão, formador e estucador. O Decreto de 14 de Dezembro de 1897 fixou o quadro do pessoal docente. Por Decreto de 4 de Junho de 1930 foi reformado o ensino técnico profissional e a Escola foi transformada em *Escola Industrial de Faria Guimarãis* (Arte Aplicada), por extinção da *Escola de Arte Aplicada*. É seu actual director, desde 1932, o distinto escultor Sr. José Fernandes de Sousa Caldas.

MANUEL ALVES MARTINS DE FRANÇA

Natural da Vila de Gondomar. Teve alguns estudos que abandonou, dedicando-se especialmente à música. Foi élé quem organizou a já hoje antiga banda de música do falecido Monteiro.

MANUEL BARRETO COSTA

Natural de Valbom, filho do falecido Dr. Joaquim Manuel da Costa. Foi Tenente da Guarda Republicana, do Pôrto. É engenheiro diplomado pelo Instituto Industrial e Comercial desta cidade.

D. MANUEL BENTO RODRIGUES

Não nasceu em Gondomar, mas no vizinho concelho de Gaia; no entanto, como foi pároco na freguesia de Jovim e tem uma biografia notável, aqui deixamos alguns dos traços mais importantes da sua vida, dados pelo Sr. João António Monteiro de Azevedo, autor da *Descripção Topographica de Villa Nova de Gaya* (3.^a ed., 1861) e agora grandemente acrescentada com extensos aditamentos que contêm notícias de muito interesse sobre a história desta vila, por Manuel Rodrigues dos Santos.

A pág. 235, ocupando-se d'este ilustre homem de letras, diz: «foram seus pais o II.^{mo} José Bento Rodrigues e a Ex.^{ma} D. Ana de S. José Rodrigues, natural desta vila, e que ainda há pouco tempo faleceu — no dia 21 de Julho de 1860».

D. Manuel Bento Rodrigues nasceu a 25 de Dezembro de 1800. Ficando muito novo sem pai, a sua mãe vendo que él revelava amor pelo estudo, aplicou-o à carreira das letras, destinando-o à vida monástica. Foi, pois, admitido na Venerável Congregação dos Cónegos Regrantes de S. João Evangelista, o que se verificou em Lisboa no Convento do Beato António, onde, ao fim dum ano de noviciado, fez a

sua profissão. Ai reconheceram nêle talento para as letras e levaram-no a freqüentar a Universidade de Coimbra, onde tomou capelo na Faculdade de Teologia, no dia 30 de Julho de 1826. Matriculou-se depois em Matemática; mas passado apenas o segundo ano, foi chamado à vida pública; «e para isso teve de atravessar primeiro um caminho de provações e espinhos: porquanto malogrando-se a revolução constitucional de 16 de Maio de 1828, teve êle também de se retirar de Coimbra para esta vila (Gaia) em consequência da manifestação que tinha feito dos seus sentimentos liberais, que professava, pelo facto de não abandonar o seu colégio, como fizeram todos os outros, na ocasião da entrada naquela cidade das tropas constitucionais que marcharam do Pôrto sobre Lisboa. Sofreu nesta vila a mais dura perseguição da parte dos agentes da usurpação, sem que pudesse ocupar já mais ubiquação certa e sempre no meio de mil sobressaltos e terríveis sustos, que lhe deterioraram completamente a saúde; até que por fim chegou o dia 8 de Julho de 1832; e no dia 9 entrou no Pôrto o Exército Libertador, comandado por Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro, Duque de Bragança, ao qual se apresentou logo, prestando-se para todo o serviço compatível com a dignidade do seu ministério, e conservando-se dentro do círculo da cidade do Pôrto todo o tempo que êle durou».

O autor, mais adiante, referindo-se ao mesmo biografado, aponta-lhe o nome como o primeiro do rol dos que sofreram perseguições miguelistas, mas que não foram pronunciados pela Alçada. Diz assim:

«D. Manuel Bento Rodrigues, Cardial Patriarca de Lisboa—esteve homiziado até à entrada do Exército Libertador nesta Vila (Gaia); mas em todo aquéle longo período foi muito perseguido, e sofreu gravíssimos incômodos.» (Ib., pág. 307).

Voltemos à sua biografia: no Pôrto «exerceu o mister de escritor público, sendo um dos redactores

da *Crónica Constitucional*, que então se publicava. Sua Majestade fez do seu mérito o mais alto aprêço; e o nomeou em 1834⁽¹⁾ abade da freguesia de Jovim, ao Nascente da dita cidade e a duas léguas de distância; porém pouco tempo esteve nesta Igreja, porque passou novamente dali para Coimbra a reger a Cadeira de História, no Colégio das Artes. Em seguida foi eleito Deputado às Cortes; e depois nomeado Governador do Bispado de Castelo Branco. Passado algum tempo, foi provido no cargo de Vigário Geral do Patriarcado, e na alta dignidade de Arcebispo de Mitilene, e por esse tempo foi também condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de S. Tiago. Exerceu as funções daquele cargo por espaço de alguns anos, no fim dos quais foi eleito, e depois sagrado Bispo-Conde de Coimbra, cuja cadeira episcopal ele aceitou com muita satisfação, pois que aquela cidade lhe merecia as mais gratas afeições, porque havia passado nela a melhor parte da sua vida. No governo desta Igreja conservou o título de Arcebispo, e era nomeado *Arcebispo Bispo-Conde* e foi então juntamente investido na muito honrosa dignidade do Pariato. Por falecimento do Patriarca D. Guilherme Henrique de Carvalho, foi nomeado seu sucessor e por fim elevado pela Santa Sé à eminentíssima dignidade de Cardial». Mais algumas palavras de louvor e admiração lhe consagra o seu biógrafo, terminando por dizer que este prelado é o filho mais ilustre, mais distinto e mais benemérito de Vila Nova de Gaia.

E como ele foi abade numa freguesia do nosso concelho, entendo que devo chamar para a sua memória a atenção dos meus conterrâneos.

(1) A pág. 252 do 2º vol. desta *Monografia*, vem o nome do biografado, apontando-o como abade de Jovim, no ano de 1836 e só durante esse ano. O seu nome completo, segundo a nota do pároco que me forneceu este informe, era *Manuel Bento Rodrigues da Silva*.

MANUEL CARNEIRO FREIRE

No *Inventário dos Livros de Matrícula dos moradores da Casa Real*, vol. I, pág. 106 (1641 a 1681) (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) lê-se:

«Alvará de escudeiro logo acrescentado a cavaleiro com 700 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia, indo à Índia, onde será armado cavaleiro, a Manuel Carneiro Freire, natural da freguesia de Valbom, térmo do Pôrto, filho de Domingos Freire. De 25 de Fevereiro de 1647, fls. 192 v.»

P.^e MANUEL DE CASTRO

Filho de João Tomé, lavrador, natural e morador na aldeia de Bouça-Cova, freguesia de S. Cosme. Era irmão do Dr. Simão de Castro Passos e do Capitão José de Castro Pereira, ambos aqui citados. Este padre foi arcediago de Valdigem, na Sé de Lamego. A data é de 1741.

P.^e MANUEL COUTINHO DE AZEVEDO

Foi professor de instrução primária (ensino particular) e pároco de Rio Tinto. Mais tarde paroquiou a freguesia do Bomfim, desta cidade, onde faleceu e foi enterrado, de avançada idade.

MANUEL COUTINHO DE AZEVEDO

Natural da freguesia de Rio Tinto. Foi um lavrador-proprietário que no tempo da guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, como seguisse o partido de D. Pedro, entrou na cadeia, a 8 de Janeiro de

1830 — época da terrível Alçada. Veio preso de Coimbra. Em 18 de Outubro de 1831 foi removido para as cadeias de Almeida, por ordem da dita Alçada. Noutro capítulo referirei este caso político, em que foram envolvidos mais indivíduos naturais do concelho, como: Joaquim Ferreira, da mesma freguesia, que deu entrada na cadeia a 19 de Dezembro de 1828, e que fôra removido, a 2 de Abril de 1832, para as cadeias de Lamego. E Manuel Gonçalves Leite, lavrador, da freguesia de Melres, que entrou na cadeia a 16 de Fevereiro de 1832 e só foi sólto a 9 de Julho de 1832, dia da entrada do exército libertador. E ainda um tal João, filho de João, o Grande, da Lomba e José da Cunha, de Congostas, da freguesia de Melres.

Este Sr. Manuel Coutinho de Azevedo não teria sido pai ou parente próximo do antecedente padre, seu homónimo?

MANUEL DAMIÃO DE CASTRO

Natural da Vila de Gondomar, do lugar de Povidal. Estudou para clérigo, mas abandonando os estudos, tornou-se célebre pela sua veia satírica, fazendo *pasquins*, alguns dos quais o povo decorava com certo interesse e entusiasmo galhofeiro. Era conhecido por poeta *Manuel Damião*, que deixou muita versalhada, a maior da qual não se pode publicar, porque não primava pela decência. Muita gente do seu tempo — e já lá vai uma geração! — sabia de cor muitos dos pasquins com que ele mordiscava o procedimento dos seus conterrâneos.

Por acaso lembro-me dos primeiros versos que ele escreveu, relativos ao Sr. Manuel Guedes Ferreira Ramos (que após a proclamação deste regime tem seu nome perpetuado na placa que está hoje colocada no lugar de Quintã e que se chama *Praça Manuel Guedes*). O poeta, a propósito dum grande estabelecimento comercial que o Sr. Guedes abriu no referido

lugar e que nesse tempo representava um arrôjo de empreendimento, começou assim a sátira:

«Quintã hoje é uma vila,
Em Portugal sem segunda;
Ali é uma barra funda,
Ali o negócio brilha;
Não foi nenhum farroupilha
Que a pôs em tal altura;
Fino sem ser bacharel
Foi o nosso Manuel
Que a pôs fora da lura.

Ali carapuças há;
Vende pão, café e chá;
Vende arroz e olha cá:
Pano cru vende e cotim;
Caretas para o entrudo;
Loja que venda disto tudo
Não há por aqui assim.»

Não posso garantir que a reprodução seja fiel.

MANUEL DIAS FERREIRA JÚNIOR

Natural do lugar de Pombal, da freguesia das Medas. Diplomado pela Escola Normal do Pôrto. Exerceu o magistério em S. Cosme de Gondomar, em Janeiro e Fevereiro de 1918; em Vila Maior, concelho da Feira, desde Março a Julho de 1918; em Sandim, Gaia, desde Julho de 1918 a Julho de 1926; e actualmente em Medas, como efectivo. (Vid. vol. 2º, págs. 416 e 417).

P.e MANUEL FERREIRA DE MOURA

Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Natural da Vila de Gondomar, da casa de Vila Nova. Há muitos anos é pároco da freguesia de Santa Eulália da Ordem, concelho de Lousada. Teve um irmão mais novo, também padre, de nome Albino, que foi coadjutor em S. Cosme e faleceu há muitos anos.

P.^e MANUEL FRANCISCO DA CRUZ

Natural da freguesia da Lomba, da casa do Alferes. Foi pároco na freguesia de Barqueiros, no Douro. Por carta-pergaminho, existente na Casa de Sante, foi-lhe concedida, no tempo da Infanta D. Isabel Maria, Regente do Reino, legitimação de sua filha Maria e título de nobreza, para esta poder casar com Morgado, como de facto casou com um Morgado da referida Casa de Sante. (Vid. vol. 2.^o, pág. 379).

MANUEL GONÇALVES VIANA DA SILVA

Natural da freguesia de Medas. É um grande benemérito, que tem contribuído com seu irmão Vicente para várias obras na sua freguesia, entre elas, uma sala para as sessões da Junta de paróquia, além de avultadas quantias para alfaias ou reparos na igreja paroquial e esmolas para os pobres da freguesia. (Vid. vol. 2.^o, págs. 405 e 417).

MANUEL GUEDES FERREIRA RAMOS

Foi um filho ilustre desta vila, que procurou engrandecer, dotando-a de recursos que lhe permitissem facilidades de comunicação com a cidade do Pôrto, para onde foi residir e onde faleceu. Era um velho e convicto republicano que não chegou a ver realizadas as suas aspirações políticas.

Na sessão de 11 de Junho de 1914, a Ex.^{ma} Câmara Municipal tomou conhecimento da oferta das duas placas com a designação de *Praça Manuel Guedes*, a-fim-de serem colocadas no antigo Largo de Quintã.

A Câmara resolveu fazer a devida publicidade da nova denominação do dito lugar ou praça.

Foi uma figura de destaque, enquanto morou em Quintã, onde estabeleceu uma casa comercial, abastecida de tudo quanto era de primeira necessidade.

P.º MANUEL MARTINO DE OLIVEIRA

Natural da freguesia de Jovim. Foi prègador muito conhecido; mas sobretudo a sua fama provinha da grande habilidade que revelava como algebrista.

**P.º MANUEL MARTINS DE CASTRO
(ABADE DE S. PEDRO DA COVA, EM 1845)**

Foi um grande político do seu tempo; militou no partido regenerador; e a sua influência era tal que só depois da sua morte é que os passais foram vendidos. Construiu uma bela casa para sua residência particular, junto à igreja, em 1864, edifício que mais tarde um incêndio destruiu.

Tinha as honras de cônego da Sé de Cabo Verde, que D. Luiz lhe concedeu por Decreto de 19 de Junho de 1866, atendendo aos seus serviços e méritos. Faleceu em 1877. (Vid. Joaquim Ferreira dos Santos).

P.º MANUEL MARTINS DE CASTRO FERREIRA

Natural da freguesia de S. Pedro da Cova, filho de D. Petronilha Ferreira e de João Martins e sobrinho materno e afilhado do Conde de Ferreira. Foi durante 41 anos abade da freguesia de Alfena, onde faleceu em 1915, com 77 anos. (Vid. Joaquim Ferreira dos Santos).

MANUEL DE OLIVEIRA ARAÚJO

Professor oficial em Medas (vol. I, pág. 311).

**DR. MANUEL PEREIRA DE MEIRELES GUEDES
COUTINHO GARRIDO**

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Era filho de Pompeu de Meireles G.

Coutinho Garrido e descendente do proprietário da Quinta de Bouça-Cova, o Sr. José de Castro Pereira, natural da freguesia de S. Cosme de Gondomar, o qual nasceu a 22 de Novembro de 1696 e faleceu na dita casa de Bouça-Cova a 30 de Maio de 1746.

Este seu afastado parente era Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, Familiar do Santo Ofício, Senhor da Casa de Bouça-Cova, Vale-Chão, etc.

O Dr. Manuel Garrido viveu nesta Quinta como solteiro, fazendo dela doação a Maria Aguilar Ciezar, de origem espanhola. Teve um irmão, o Dr. António de Meireles Guedes Pereira Coutinho Garrido, casado com D. Maria Isabel de Melo, residentes em Coimbra.

Hoje é proprietário desta casa o Ex.^{mo} Sr. Abílio Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho.

MANUEL PEREIRA DAS NEVES (LABORIM)

Natural do lugar de S. Miguel, da Vila de Gondomar. Era um dos *quarenta maiores contribuintes* e foi durante muitos anos um chefe local do partido regenerador, nos últimos anos da monarquia. Ocupou várias vezes as cadeiras do município e foi administrador do concelho durante cinco anos, no governo do Conselheiro Híntze Ribeiro. As lutas políticas sustentadas por él e outros correligionários, como os *Lenhas* e *Redondos*, do lugar da Cónega, contra os progressistas, à frente dos quais se salientava o demandista abade de S. Cosme, Rev. Rufino Borges, eram de parte a parte meras satisfações de ódios e caprichos, sem valor algum de interesse social, e cujos balofos triunfos se assinalavam por estrondoso foguetório e música.

MANUEL PINTO MARTINS (O MANUELZINHO DE MARECOS)

Natural da freguesia de Jovim, do lugar de Marecos, onde nasceu a 16 de Junho de 1830 e faleceu no

mesmo lugar, em 27 de Outubro de 1899. Esteve alguns anos no Brasil, no Estado da Baía, onde ganhou uma avultada fortuna na indústria do cebó.

Tornou-se muito popular depois que regressou, pelo seu feitio excêntrico, muito amante de ouvir foguetório. Distribuiu grandes dotes pelos sobrinhos. Não tinha filhos, nem era casado, mas dizem que deixara em terras brasileiras uma preta e lhe disse, ao regressar à Pátria, que havia de, cá chegando, deitar um foguete que se ouvisse no Pará. De facto, gastava com uma festividade anual ao S. Sacramento na sua freguesia, avultada sôma em músicas, iluminações e foguetes. Dotou a igreja paroquial de um grande sino e de um bom relógio.

O *Manuelzinho de Jovim*, que afinal era um pobre diabo, um pouco desequilibrado, chegou a ser cantado nas revistas de teatro, no Pôrto. Sabe-se que no *Príncipe Real*, hoje *Teatro Sá da Bandeira*, entrou esta personagem na revista *Ali... à preta*, do falecido escritor teatral Guedes de Oliveira, com música de Ciriaco de Cardoso. Eram bem alusivas as coplas:

«Ah! foguetes, de bomba real!
São de dinamite, olé!
Que não fazem mal.

Ah! são verdes!
Antão era pastor.
Isto não se atura, olé!
Senhor regedor.»

Outra variante ainda hoje corre na toada popular e que reproduzimos por curiosidade:

I

«Pum, foguetes da bomba real
São de dinamite, olé!
Não fazem tão mal.

II

Manuelzinho de Jovim
 É um grande brasileiro!
 Mandou fazer um foguete
 Que se ouvisse no estrangeiro!

III

Ah! são verdes;
 Antão era pastor.
 Isto não se atura, olé!
 Senhor regedor.

IV

À porta do Manuelzinho
 Está um grande foguetão!
 ah!
 Mandou fazer um foguete
 Que se ouvisse no Pará!

V

Ah! são verdes;
 Antão era pastor.
 Isto não se atura, olé!
 Senhor regedor.»

Era irmão do P.^e António Pinto Martins, que foi coadjutor da freguesia de Jovim, várias vezes. Também já falecido.

FR. D. MANUEL DE SANTA INEZ

Se não fôra a guerra civil entre D. Pedro e D. Miguel, nunca êste humilde frade sairia da sua ignorada cela para as honras e bulícios dum paço episcopal.

Segundo a biografia que dele temos manuscrita⁽¹⁾ e existente hoje na Biblioteca Pública Municipal do Pôrto, nasceu no lugar de Baguim do Monte, freguesia de Rio Tinto, dêste concelho, a 4 de Dezembro de 1762.

Foram seus pais Inácio Ferreira e Maria Antónia, pobres mas honrados lavradores daquela localidade.

Chegando à idade de 18 anos, conseguiu a sua entrada no Mosteiro dos Religiosos Eremitas Descalços de Santo Agostinho ou Colégio dos Grilos, onde passou o seu noviciado, até que professou a 8 de Março de 1781, contando 18 anos, três meses e quatro dias de idade. Até aí chamava-se Manuel Ferreira; desde então adoptou o nome de Frei Manuel de Santa Inez. Foi pouco depois mestre dos noviços; e em seguida, pela sua virtude e exemplar conduta, bem como pelo raro aproveitamento no estudo, foi eleito Reitor do Colégio de Santa Rita, em Coimbra. Findo este reitorado, voltou para o seu convento, onde foi recebido com superior distinção.

Sendo Governador e Presidente da Junta Suprema desta Cidade o bispo D. António de S. José e Castro, desde o dia 18 de Junho de 1808, em que os Portuenses tão espontâneamente se armaram para a defenderem da invasão francesa, de que estavam ameaçados pelo exército comandado por Junot, senhor da Capital desde 29 de Novembro de 1807, tinha aquélle Presidente ordenado que todo o clero, tanto regular como secular, tomasse as armas; por esta determinação coube ao Senhor Santa Inez o ser Cabo de esquadra em uma Companhia de Religiosos desta mesma Cidade e com êles fêz sempre as guardas e diligências que lhe foram destinadas, bem como compareceu diariamente aos exercícios militares, a que era obrigado, no Paço Episcopal, transformado

(1) É seu autor Henrique Duarte e Sousa Reis, que foi secretário privado de Santa Inez.

então em Quartel General. No dia 28 de Março de 1809, o General Soult, comandando a segunda divisão francesa, aproximou-se dos fracos entrincheiramentos da cidade pelo lado Norte e expediu um parlamentar que imediatamente foi morto pela população armada; o General envia segundo parlamentar, que chegou ao Largo da Aguardente (hoje Praça do Marquês de Pombal) na própria ocasião em que também aí chegava o Frei Manuel de Santa Inez, que para esses lados ia em serviço militar. O povo amotinado daria o mesmo destino ao segundo emissário do General francês se não fôra a presteza com que o improvisado Cabo de esquadra lhe acudiu para lhe poupar a vida. É preciso esclarecer que tais enviados da parte do exército invasor tinham por missão combinar a capitulação da cidade.

Mas no dia seguinte, 29 de Março, sabendo que o Chefe espiritual e temporal desta diocese tinha passado para além do rio Douro, como eclesiástico e militar procurou acompanhar o seu Prelado, o seu Governador e General; mas quando chegou à ponte das barcas, já por ela não pôde passar, porque estava atulhada de gente e seguiu a margem direita do rio até ao Seminário do Prado, onde embarcou para Quebrantões, desfazendo-se só aí do peso das correias e patrона, bem como da espingarda, escondendo todos estes apetrechos num silvado e foi até ao alto da Bandeira, onde soube com pesar que S. Ex.^a Rev.^{ma} havia seguido a estrada de Lisboa.

Ocupou por largos anos o cargo de Definidor, dignidade que só se concedia aos mais respeitáveis padres da Congregação e que tivessem a ilustração precisa para o desempenho de tão melindroso cargo.

Foi Visitador geral dos conventos da sua Ordem. Conhecido em todos os mosteiros Augustinianos como muito experiente e activo, e como um tributo a seu alto merecimento, foi eleito em 1816 Geral da Ordem, contando já 54 anos de idade. Diz seu biógrafo Sousa Reis que, durante o seu governo, fêz óptimas

obras, reformou costumes, cortou abusos e por tal modo regeu a comunidade que só colheu sinceros elogios e gratidões.

«Durante esta sua segunda Prelasia e logo no ano seguinte ao da sua eleição apareceu nesta Cidade do Pôrto a revolução regeneradora da Monarquia Portuguesa, que tão aparatoso e bem combinada veio à luz no raiar da aurora do felicíssimo dia 24 de Agosto de 1820; e se ela foi geralmente aceite em todo o Reino, que muito era que nos conventos alguns de seus moradores não mostrassem seus sentimentos políticos e constitucionais nesta época que tanto se avantajava às mais felizes de Portugal, e maiormente os Prelados dos mosteiros desta Cidade, que tão generosamente aboletaram e sustentaram as tropas vindas a ela de tôdas as partes de Portugal, para sustentarem a liberdade da Pátria, cuja vereda os imortais Regeneradores com tanto afan abriram e patentearam aos Portugueses». Este período revela bem a paixão política do secretário privado e amigo íntimo do Frei Manuel de Santa Inez; e prova também que este abraçara dedicadamente a causa liberal.

Acabado o terceiro triénio de Geral, de novo se recolheu ao seu Colégio de S. Lourenço do Pôrto. E assim passava os dias, quando nas praias de Arnoso, de Pampolide ou Mindelo, na freguesia de S. Salvador de Lavra, desembarcou «felizmente a Divisão Libertadora de 7.500 homens bravos, comandados pelo imortal D. Pedro, Duque de Bragança e Bourbon, terror dos Déspotas, azorrague dos Tiranos, e conquistador das Liberdades e foros da Pátria, que o viu nascer». E continua: «Raiou o dia 9 de Julho de 1832, e com êle se patenteou ao Universo com a fuga das autoridades rebeldes, qual era o receio do castigo, que temiam, e quantos os remorsos que perseguem os culpados, bem como se viu por essa mesma ocasião o ânimo, a valentia e a segurança com que caminhava o Defensor da justa causa, o propugnador da Liberdade; vitorioso, coberto de

louros e bêncões entrou nesta Cidade do Pôrto, e nela não se encontrou a mesma autoridade eclesiástica, o Bispo D. João de Magalhãis e Avelar»⁽¹⁾.

Em virtude da fuga dêste prelado, D. Pedro, cujo exército entrou no Pôrto no dia 9 de Julho, tratou logo de prover à sua substituição e à de tôdas as autoridades que haviam abandonado seus postos; e assim, depois de bem informado, nomeou por Decreto de 18 de Julho, Governador do Bispado do Pôrto um Religioso dos Agostinhos Descalços, Fr. Manuel de Santa Inez, ao qual cometeu também o governo espiritual do arcebispado de Braga, nomeação do punho do ministro José Xavier Mousinho da Silveira. Foi portador dêste despacho para o Fr. Santa Inez que ainda morava no Convento da Formiga, o Sr. João José de Almeida Basto, que mais tarde foi provido na escrivaninha dos livros findos da Câmara Eclesiástica. Por Portaria de 20 do mesmo mês foi insinuado ao Cabido do Pôrto que elegesse Fr. Manuel de Santa Inez, Vigário Capitular; e na mesma data foi ordenado ao Vigário Geral do Bispado, Cónego José Dias de Oliveira, que na impossibilidade de convocar o Cabido, reúnisse o clero da Cidade, para se dar cumprimento à referida Portaria⁽²⁾.

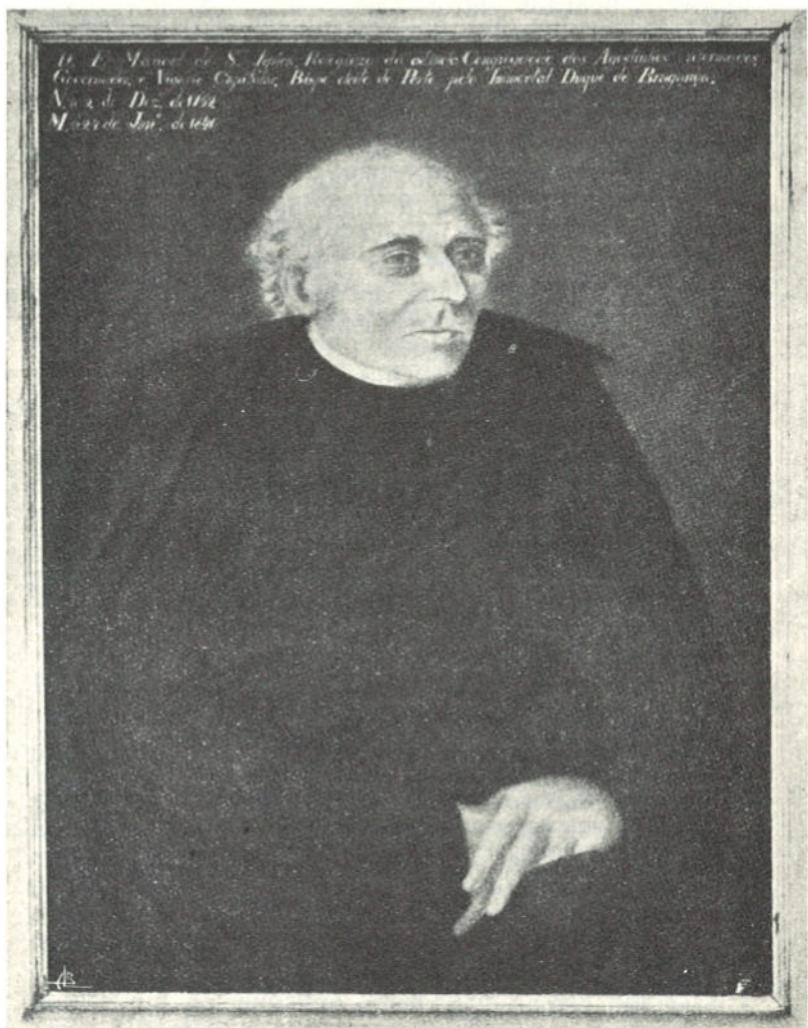
(1) Este bispo, no dia 8 de Julho, pernoitou no Seminário do Prado; e no dia 9 atravessou num barco o rio Douro, desembarcou na Régoa em 11 e em 13 já estava em sua casa de Arneiroz, concelho de Lamego, ano de 1832.

(2) Na monarquia visigótica os bispos eram eleitos nos concílios; outros eram nomeados só pela autoridade dos reis e algumas vezes com interferência do clero e do povo, como se pode ver nas *Mem. de litt. portug.*, t. VII, pág. 142, de A. C. do Amaral.

Na monarquia portuguesa manteve-se sempre o costume de os reis insinuarem aos Cabidos a pessoa em quem devia recair a eleição do bispo; e como padroeiros de tôdas as sés, apresentarem o eleito para ser confirmado. Gama Barros, t. I, pág. 228; A. Herculano, *Hist. de Port.*, t. III, pág. 107, n.º 41.

Depois de prolongadas negociações ficou estabelecido em 1740 que os bispos serão confirmados *ad presentationem* (e não *ad supplicationem*) do monarca e com reconhecimento expresso do régio padroado. (*Hist. da adm. públ.*, t. I, pág. 239).

*P. Fr. Manuel de S. Inez, Religioso da ordem Capuchins dos Agostinhos, Arreves
Governo e Tesoure Capuchins Baixa de Pela pelo Imortal Duque de Bragança,
V.º 2 de Dez. de 1692.
M.º 22 de Jun. de 1696.*



FR. MANUEL DE SANTA INEZ

No dia 26, por Edital público, visto o Cabido não ter aparecido, se chamou o clero regular e secular para no dia 30 procederem a respectiva eleição, a qual se verificou nesse mesmo dia na Igreja Catedral, sob a presidência do Vigário Geral. Houve escrutínio secreto, entrando na urna 42 votos, dos quais 40, a favor do Fr. Manuel e 2 contra, que se dizia serem os do abade da Sé e da Vitória, respectivamente P.^e José Vicente Teixeira e de José Pinto de França.

«Foram tão prezadas sempre por Sua Majestade Imperial as valiosíssimas qualidades do solícito Vigário Capitular, que, querendo dar-lhe um galardão como prémio de suas exímias virtudes, não deixou passar o dia do nome de Sua Augusta Filha e nossa Rainha a Sr.^a D. Maria II sem provar com um testemunho público, quanto apreciava o Governador espiritual do Bispado, e em 15 de Agosto de 1833, por sua espontânea vontade e Soberano poder o elegeu Bispo Eleito do Pôrto, expedindo um seu Ajudante de Campo, Manuel Maria da Rosa Colmieujo com o despacho para Sua Ex.^a a quem pessoalmente o entregou nesse mesmo dia por sua ordem.»

Já então o governo de D. Pedro se havia definitivamente instalado em Lisboa, desde 28 de Julho próximo passado.

Santa Inez ficou, pois, sendo Vigário Capitular *Sede vacante*, governador temporal e bispo eleito do Pôrto por S. M. I. o Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha Sr.^a D. Maria II.

Durante o cérco de 1832-1833, foi destruído por um incêndio no lugar das Fontainhas o Seminário de Santo António, hoje vulgarmente chamado o *Seminário velho* (¹); e o bispo Santa Inez conseguiu

(¹) Este Seminário ainda não funcionava ao tempo da segunda invasão francesa, porquanto ainda não estava concluído. Quando o exército anglo-luso, do comando de Wellesley, entrou no Pôrto, entrincheirou-se nesse edifício. Mais tarde, a Câmara M. do Pôrto, restaurando-o e completando-o, adaptou-o para a instalação do *Colégio dos Órfãos*. (Vid. vol. 2.^o, pág. 53, nota).

que o Governo, em 2 de Abril de 1834, concedesse o Convento e Igreja de S. Lourenço, junto à Catedral (o dos Grilos) para seminário diocesano.

Outra questão que prendeu os cuidados do Santa Inez foi a *Quinta do Prado*. Por Portaria do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça de 14 de Abril de 1834 foi concedido ao bispo Santa Inez o usufruto das Quintas do Prado e Santa Cruz, que ele arrendou por 408\$000 réis; a requisição, porém, da Câmara Municipal do Pôrto, foi expedida a Carta de Lei de 5 de Março de 1838, referendada por Júlio Gomes da Silva Sanches, em virtude da qual era cedido para cemitério público o terreno preciso da Quinta do Prado, indemnizando a Mitra do seu aluguer anual a mesma Câmara. O bispo opôs-se tenazmente, alegando que «não se julgava a pessoa idónea para alienar no todo ou em parte os bens episcopais, com manifesto prejuízo dos seus sucessores»; mas a Portaria de 1 de Setembro do mesmo ano censurava o bispo pelos estorvos que levantava à execução da Lei e então, obrigado, teve de ceder. No dia 13 de Outubro de 1838 celebrou-se o contrato entre o bispo e a Câmara pela prestação anual de 300\$000 réis de indemnização do terreno cedido para o cemitério; mas o bispo, para a assinatura do contrato, tinha declarado na procuração que «não renunciava ao terreno do Seminário de Santo António nem ao terreno junto à mesma Quinta e que estava arrendado por conta do Estado». E na escritura declarou-se que o bispo cedia *todo o terreno da Quinta*; de modo que daqui se originaram depois demandas entre a Mitra e a Câmara, intentadas primeiro pelo bispo Moniz, que em ofício de 20 de Setembro de 1859 manifestava à mesma Câmara vontade de um acôrdo. O seu imediato sucessor, o nosso conterrâneo D. João da França, nos meses de Julho, Agôsto e Outubro de 1863 manteve larga correspondência com a Câmara, com o fim de acabar com a questão; mas não lhe sendo isso possível,

comunicou à Câmara em 19 de Abril de 1866 que ia continuar o pleito. Igualmente o seu sucessor, o Cardial D. Américo propôs à Câmara, em termos razoáveis, uma transacção que por fim foi aceite, ficando a Câmara obrigada a pagar à Mitra a pensão anual de 270\$000 réis, que depois o Bispo Barroso, de acordo com a Câmara, dividiu em duas partes: 100\$000 réis à Mitra pelo terreno do cemitério; e 170\$000 réis ao Seminário diocesano pelo terreno do Seminário velho e anexos. O contrato subsistiu até à execução do Decreto de 20 de Abril de 1911, chamado a Lei da Separação.

Sousa Reis, que tinha pelo Santa Inez uma profunda consideração e grande estima, conta que este bispo enriqueceu a Sé com a oferta de ricos paramentos e alfaias; e assim mandou vir do Depósito dos extintos conventos o sumptuoso Pontifical do Mosteiro de Tibáis, cálices e vasos sagrados de esmerado lavor e a soberba e bem trabalhada custódia que D. João V deu ao Convento de Alpendurada.

Mons. Augusto Ferreira, nas *Memórias Arqueológico-Históricas da Cidade do Pôrto*, vol. 2.^º, escreve que «uns biógrafos contam que fôra Professor de Teologia no Convento de Nossa Senhora da Boa Hora de Setúbal e por três vezes eleito Vigário Geral da Congregação em 1816, 1819 e 1828». Conclue que Fr. Manuel de Santa Inez, quando o exército liberal entrou no Pôrto, residia, como simples frade, no Convento da Formiga (Ermezinde) (¹). É faz a seguinte

(¹) Fortunato de Almeida, na *História da Igreja em Portugal*, livro IV, pág. 318, em uma nota, diz que este Fr. Manuel de Santa Inez nasceu no lugar do Pipo, da povoação de Baguim do Monte, freguesia de Rio Tinto. «Lia, diz êste autor, Teologia no convento de Setúbal quando pela terceira vez foi eleito Geral da ordem, cargo em que o surpreenderam os acontecimentos de 1828. A perseguição que então se desencadeou contra as pessoas conhecidas por professarem ideias constitucionais

interrogação: «Mas donde vieram as relações entre este frade e os conselheiros de D. Pedro?» Explica: «Fr. Manuel de Santa Inez em 1820 manifestou-se abertamente liberal, e em 1828 esteve no Pôrto prestando socorros aos seus confrades implicados no movimento de 16 de Maio, nomeadamente a Fr. Faustino de São Gualberto (que depois foi abade de S. Nicolau) conventual do Colégio de S. Lourenço e que foi condenado na sentença de 9 de Abril de 1829, em 10 anos de degredo para a Ilha do Príncipe, por ter sido acusado de pregára na festividade do Corpo de Deus, na Igreja da Vitória, um sermão político, em que foram atacados os direitos de D. Miguel à Coroa de Portugal; portanto é natural que Fr. Manuel de Santa Inez aparecesse no Pôrto, em Julho, a saúdar e a abraçar os seus correligionários liberais, e nessa ocasião fosse indigitado por eles para a comissão de serviço eclesiástico que lhe confiaram». Podia ser isso; os miguelistas faziam a mesma cousa aos seus. O referido monsenhor muito parcialmente comenta a apresentação deste frade para bispo do Pôrto; e se ela foi legal ou não, adverte que a Regência de D. Pedro ainda não estava reconhecida pela Nação. Ainda não, é certo; mas a 28 de Agosto de 1834 o Parlamento sancionou essa Regência na pessoa de D. Pedro, «que para isso prestou juramento em 30 do dito mês, restabelecendo-se então a legalidade». Parece que o Regente não anulou aquela apresentação; e o bispo eleito faleceu só a 24 de Janeiro de 1840 (às 10 horas).

não poupou os religiosos». E cita vários dentre estes. E mais abaixo: «Logo que findou o terceiro triénio de Geral, recolheu-se Fr. Manuel de Santa Inez no convento de S. Lourenço do Pôrto; porém de ali se retirou pouco depois, fugindo às rixas políticas que havia entre os religiosos. Com seu irmão, Padre João Ferreira, passou para o convento de Santa Rita da Formiga, onde estava quando D. Pedro IV o nomeou Governador do bispado do Pôrto».

Pela sua morte, toda a Cidade se vestiu de luto.

Ele enfermara gravemente quando no 1.^o de Dezembro de 1839 tinha ido lançar a bênção solene ao Cemitério do Prado do Repouso; e, como o dia foi de rigoroso inverno, com ventanias e chuva, apanhou tal constipação que nunca mais se levantou. Quis fazer testamentos, mas o tabelião, a-pesar-de ser chamado algumas vezes e de ter comparecido, nunca chegou a tomar a nota testamentária, por a isso se oporem os padres do Paço.

No dia do funeral uma compacta multidão enchia o recinto do templo da Sé e estranhavam todos os assistentes ver o cadáver do Prelado fora da Capela-mor, e sem a assistência do Cabido; e quando notaram que o féretro era levado para o claustro, num lugar descoberto onde antigamente se enterravam os pobres da freguesia, romperam num tumulto medonho; e nessa ocasião, porque uma vela acesa caísse sobre uma cortina da armação, à voz de *fogo!* o pânico entre todos foi tal que só ficou o cadáver velado por um padre! Então o povo exige que o cadáver fosse sepultado na Real Capela da Lapa. E assim se fez; à noite, com enorme multidão, lá seguiu o préstolo, no qual se encorporaram os graduados constitucionais, todos os regimentos da guarnição, autoridades civis, entre as quais o ilustre General das Armas, Barão de Alcobaça e o Administrador Geral, Barão de Vilar Torpim. A Irmandade, que já anteriormente aos tumultos da Sé se tinha oferecido para lhe prestar as homenagens fúnebres, recebeu os restos mortais do ilustre Prelado com grande pompa; e mais tarde foi trasladado para o monumento de mármore que no cemitério privativo da mesma Irmandade mandaram erigir à veneranda memória de Fr. Manuel de Santa Inez os habitantes da Cidade do Pôrto. Foi bispo 7 anos, 6 meses e 6 dias; e viveu 77 anos, 1 mês e 22 dias.

Ver *Periódico dos Pobres no Pôrto*, 1840, págs. 99 e 100.

Ver *Diário do Governo*, n.º 28, do 1.º de Fevereiro de 1840, onde vem um artigo sobre este Rev. Prelado, copiado dos *Pobres do Pôrto*.

Ver *A vedeta da Liberdade*, n.º 30, de 6 de Fevereiro de 1840, onde se cita a Portaria, pelo Ministério da Justiça, mandando que informem sobre os tumultos por ocasião do funeral do Prelado, o Presidente da Relação do Pôrto e o Administrador Geral do Distrito. N.os 18, 20, 21, 23 e 30.

A propósito da eleição de Fr. Manuel de Santa Inez, Fortunato de Almeida, na sua *História da Igreja em Portugal*, diz que falecido o bispo D. João de Magalhães Avelar, «e pois que o cabido portuense não procedeu à eleição canónica de vigário capitular, arrogou-se a iniciativa de o eleger o cabido da Sé metropolitana de Braga. A eleição foi confirmada pelo Núncio e por alguns cônegos da Sé do Pôrto, que para o efeito se reuniram em Penafiel. Assim ficaram existindo na diocese do Pôrto dois vigários capitulares, ambos no exercício das respectivas funções: Fr. Manuel de Santa Inez, no Pôrto; e José de França Castro e Moura, vigário geral de Penafiel, eleito vigário capitular pelo cabido bracarense, nos fins de Maio de 1833».

Acrescenta este autor:

«José de França exerceu publicamente o seu cargo até Abril de 1834, excepto na cidade do Pôrto; e exerceu-o depois ocultamente até à sua morte em Outubro de 1839».

É curioso que tanto um como outro eram naturais do concelho de Gondomar.

No soberbo mausoléu de mármores de côres levantado no cemitério da Lapa à memória deste prelado portuense lê-se, na base do lado Norte:

Á MEMÓRIA
 DE
 D. MANOEL DE SANCTA IGNEZ
 BISPO ELEITO DO PORTO,
 ERIGIRÃO
 OS HABITANTES DESTA CIDADE INVICTA
 ESTE MONUMENTO
 QUE ENCERRA
 OS DESPOJOS MORTAES DO INCLYTO PRELADO,
 TRASLADADOS AQUI A INSTANCIAS DOS CIDADÃOS,
 QUE CONCORRERÃO
 ÁS SUAS EXEQUIAS NA CATHEDRAL.
 1840.

Na face do lado do Nascente está gravada a seguinte inscrição:

NASCEO
 EM 2 DE DEZEMBRO DE 1762
 FOI NOMEADO BISPO
 POR
 S. M. I. O DUQUE D'BRAGANÇA
 EM 1833.
 ANNO DO MEMORAVEL
 CERCO DO PORTO.
 FALLECÉO EM 24 DE JANEIRO DE 1840.

Pelo lado Poente, também em letras de bronze, embutidas no mármore preto, lê-se o seguinte conceito:

«A mitra não cingio a sua fronte
 Mas falte a mitra embora, dessa falta
 Nada seu grande nome se resente
 Adornado, como elle, de virtudes
 Outro não existio, que assim cumprisse
 Do sacro ministerio as funções todas.»

Na face tumular voltada ao Sul, parte principal da perspectiva do monumento, insigne latinista incógnito mandou gravar na língua de Horácio aquêle referido conceito:

«*Illius quamquam non cinxit tempora mitra,
Attamen absque mitrā nobile nomen erit:
Integritate quidem quisquam non extitit usquam
Qui sic impletet munia quaeque sua.*»

Como nota final e digna de arquivo, diz o seu biógrafo H. D. de Sousa Reis que «causou tanta sensação na capital o motim popular proveniente do procedimento do Cabido da Sé Catedral do Pôrto, que pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça se expediu ao Presidente da Relação a Portaria de 31 de Janeiro do mencionado ano de 1840, para informar a tal respeito; mas tão apadrinhados foram os causadores do motim, que por deligências de alguém não teve mais tristes, porém merecidos resultados, e os cónegos de então entre os quais já se achavam os que haviam fugido da cidade em 8 de Julho de 1832, não sofreram o menor incômodo, continuando no gôzo e disfrute sossegado de seus pingues benefícios.

A cidade inteira soube lavar e escurecer inteiramente a afronta feita ao cadáver do Bispo do Pôrto ».

P.^e MANUEL DOS SANTOS PINTO

Natural de Rio Tinto. Foi um célebre algebrista, conhecido em todo o País, bem como seu irmão, Zeferino dos Santos Pinto. Este era sogro do distinto médico Dr. António Gomes dos Santos que nesta freguesia exerceu a clínica, natural de Macinhata do Vouga; e é genro dêste, o médico Dr. Serafim Pedrosa de Araújo, natural de Vilar de Andorinha, também residente em Rio Tinto.

É interessante citar do *Catálogo da Exposição retrospectiva de Medicina*, organizada pelos Drs. Pedro Vitorino e Alberto Saavedra, em 1925, no Pôrto, uma das *cartas e diplomas profissionais*, a qual foi passada, como consta:

A 20.^a reza:— «Carta com Salva passada por Jacinto José Vieira, Cirurgião-Mor do Reino, a *Manuel dos Santos Pinto*, natural da freguesia de S. Cristóvão de Rio Tinto, comarca do Pôrto, o qual, havendo aprendido a arte de algebrista, foi examinado perante Joaquim José Rodrigues, Delegado Geral do Cirurgião-Mor do Reino nas três províncias do Norte de Portugal, por João Ferreira Bertande e António de Carvalho Alvadia, que o aprovaram. Passando-se-lhe a competente Carta, «se lhe desencaminhou, como jurou aos Santos Evangelhos», pelo que lhe foi mandada passar a presente Carta com Salva, afim de que livremente possa usar da sua arte. Lisboa, 22 de Dezembro de 1828».

Expositor: Faculdade de Medicina do Pôrto (por oferta do Dr. Ascensão Correia).

FR. MANUEL DE S. JERÓNIMO

Natural da freguesia de Campanhã, frade dominico, foi cativo dos Mouros, sendo martirizado no ano de 1718, na África e queimado vivo. (Vid. vol. I, pág. 115). Ainda pertencia então a freguesia de Campanhã ao nosso concelho.

MANUEL DA SILVA PASSOS

Natural da Vila de Gondomar, filho do antigo professor primário oficial Manuel de Passos. Tinha o curso de farmacêutico pela Escola de Farmácia do Pôrto. Foi estabelecido na cidade de Viana, onde faleceu aos 43 anos.

MANUEL DE SOUSA E SILVA

Natural da freguesia de Sousa. Foi farmacêutico. É curioso citar os documentos da sua habilitação profissional, como consta do seguinte *Catálogo da Exposição retrospectiva de Medicina*, organizada pelos Drs. Pedro Vitorino e Alberto Saavedra, em 1925, Pôrto. Do 1.º grupo — *Cartas e diplomas profissionais* — transcrevemos a 11.ª carta passada por D. João, Príncipe Regente, a *Manuel de Sousa e Silva*, natural da freguesia de Sousa, concelho de Gondomar, para usar da arte de Boticário, visto ter sido examinado na presença do Doutor Juiz Delegado, José Joaquim Vaz Pinto, por António de Mena Falcão e Manuel de Sousa Maia, que o aprovaram *nemine discrepante*. Lisboa, 20 de Maio de 1802. Fita amarela pendente, com sêlo branco.

Ainda sobre o mesmo boticário: No 12.º grupo, *Vária*, sob o n.º 388, lê-se: — Licença concedida pela Real Junta do Proto-Medicato a *Manuel de Sousa e Silva*, natural de... (?), freguesia de Sousa, para poder abrir a sua botica em Jancido, concelho de Gondomar, em 1804.

Expositor: Dr. Agostinho Emílio de Sousa Pinto.

P.º MANUEL TOMÉ DA SILVA

Natural da freguesia de Fânzeres. Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto.

DR. MARCELO FERNANDES

Natural da freguesia de Rio Tinto, do lugar da Areosa. Médico pela Faculdade de Medicina, da Universidade do Pôrto. A sua tese de doutoramento tem o título *O mal sagrado*. É do ano de 1926.

MARIA AMÉLIA ALMEIDA CASTRO

Natural da Vila de Gondomar, filha do Sr. Germano J. de Castro, da Casa do Arco. Tem o curso complementar de Ciências do Liceu de Carolina Michaëlis, desta cidade. Actualmente freqüenta a Faculdade de Ciências, no curso de Matemáticas.

DR. MÁRIO DA GRAÇA MOURA

É natural da freguesia de Fânzeres e filho do falecido advogado Dr. Mateus de Castro Moura. É formado em Direito pela Universidade de Coimbra e segue a advocacia nos auditórios da cidade do Pôrto.

MÁRIO DE SOUSA MAGALHÃIS

Natural de Valbom. Tem o curso de engenheiro industrial pelo extinto Instituto Industrial e Comercial do Pôrto. Faleceu. Era irmão mais velho do licenciado Raúl de Sousa Magalhãis.

DR. MATEUS DE CASTRO MOURA

Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi, após a sua formatura, nomeado administrador do nosso concelho, mas manteve-se pouco tempo neste cargo, por motivo de dissensões políticas. Entregou-se depois ao fôro e tornou-se um advogado distinto. Já faleceu.

DR. NICOLAU DAS NEVES LÔBO

Neto do falecido professor de ensino primário, na freguesia de Covêlo. Tem o curso de Ciências, tirado no estrangeiro; e actualmente freqüenta o curso de Letras, em Lisboa.

ORQUÍDEA ZÉLIA ALMEIDA CASTRO

Filha do Sr. Germano José de Castro, da Vila de Gondomar. Tem o curso do Magistério Primário e freqüenta o 2.º ano da Faculdade de Farmácia, no Pôrto.

DR. PEDRO JOSÉ FERREIRA

Natural da freguesia da Sousa. Formado em 1888 pela Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto. A sua dissertação inaugural intitula-se *Pólipos do útero*. Está ausente.

P.^e QUERUBIM MARQUES DA SILVA E SOUSA

Natural da freguesia de Fânzeres. Tem o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Reside em Valbom, onde exerce as funções de coadjutor.

DR. RAÚL DE SOUSA MAGALHÃES

Natural da freguesia de Valbom. Tem os cursos aduaneiro, diplomático e consular, pelo Instituto Superior de Comércio do Pôrto (¹).

(¹) O Instituto Superior de Comércio do Pôrto, que foi criado pelo Decreto n.º 5.029, de 1 de Dezembro de 1918, resultou do desdobramento do antigo Instituto Industrial e Comercial do Pôrto — criado por Decreto do Ministro Emídio Navarro, em 30 de Dezembro de 1886 — em três Institutos: o Instituto Industrial do Pôrto, o Instituto Comercial do Pôrto e o Instituto Superior de Comércio do Pôrto.

Mais tarde, aqueles dois primeiros voltaram a juntar-se para constituir de novo o Instituto Industrial e Comercial do Pôrto, pela segunda vez separados em dois Institutos — o Instituto Industrial do Pôrto e o Instituto Comercial do Pôrto — por Decreto de 26 de Junho de 1933.

Este último Decreto é também o que extinguiu o Instituto Superior de Comércio do Pôrto, que funciona actualmente em regime de período transitório, criado pelo então Ministro da Instrução Pública, Dr. Sousa Pinto, pelo Decreto n.º 23.103, de 9 de Outubro de 1933. O regulamento por que se rege é o aprovado pelo Decreto n.º 14.291, de 14 de Setembro de 1927.

P.^e ROCHA DE ATÃIS

Assim era conhecido o P.^e António Rocha, natural da freguesia de Jovim, do lugar de Atãis. Foi capelão durante alguns anos na Capela de Aguiar, da Vila de Gondomar. Faleceu há já uns quarenta anos.

ROSENDO FERNANDES DOS SANTOS

Natural da freguesia de Covélo, do lugar de Broalhos. Seguindo a carreira eclesiástica, completou o curso teológico no Seminário do Pôrto, mas não recebeu ordens sacras. Tirou depois o curso do magistério primário pela Escola Normal do Pôrto. Exerceu primeiramente o magistério na escola oficial de Cête, desde Dezembro de 1913 a 1931, tendo estado dois anos a seguir na sede de Gondomar, desde Outubro de 1931 a Julho de 1933; desde este ano está em Fontarcada, concelho de Penafiel.

DR. SARMENTO DE SOUSA PIRES

Formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Seguiu a magistratura e por fim foi juiz desembargador do Supremo Tribunal de Justiça. Tinha a carta de Conselho. Pertenciam-lhe o solar e quinta do lugar de S. Miguel, na Vila de Gondomar, onde tinha por costume passar as férias judiciais de Setembro. Essa propriedade foi vendida ao seu vizinho proprietário já falecido também, Manuel Pereira das Neves (Laborim) ⁽¹⁾.

Este juiz conselheiro era pai do Dr. Adolfo de Sousa Pires que também seguiu a magistratura.

(1) O Conselheiro Sousa Pires faleceu há já muitos anos em Lisboa, mas o seu cadáver foi trasladado para o cemitério de S. Cosme de Gondomar, a expensas do seu velho amigo Manuel P. das Neves (Laborim) e em cuja igreja paroquial esse juiz havia realizado o seu casamento.

Outro filho, de nome Carlos, é moço fidalgo da Casa Real.

Não pude averiguar se algumas pessoas desta família são ou não naturais do concelho de Gondomar.

SERAFIM FERREIRA NEVES

Natural da freguesia de Rio Tinto. Tem o curso da Escola das Belas-Artes do Pôrto. É director e professor da Escola Industrial e Comercial de Viana do Castelo.

SERAFIM MARTINS DE SOUSA

Natural da Vila de Gondomar. Engenheiro pela Escola de Belas-Artes, do Pôrto. Reside nesta cidade.

SERAFIM DE SOUSA NEVES

Natural da freguesia de Rio Tinto. Tirou o curso de Desenho e de Escultura pela Escola de Belas-Artes do Pôrto, com distinção. Foi durante muitos anos professor e director da Escola Industrial de Viana, estando actualmente aposentado. É um apaixonado antiquário e sobrinho do falecido P.^e Agostinho de Sousa Neves, da mesma freguesia.

DR. SIMÃO DE CASTRO PASSOS

Filho legítimo de João Tomé, lavrador, natural e morador na aldeia de Bouça Cova e de Maria João de Castro, natural da aldeia de S. Miguel, ambos da freguesia de S. Cosme de Gondomar.

Este Dr. Simão era formado pela Universidade de Coimbra, na Faculdade dos Sagrados Cânones. Foi advogado do número da Relação do Pôrto e depois abade de Bitarãis, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e mais tarde Desembargador e

Promotor da Mesa Eclesiástica do bispado de Coimbra; por fim Comissário do Santo Ofício. Era irmão do Capitão José de Castro Pereira, aqui também citado.

TOMAZ ALEXANDRE DE OLIVEIRA LÔBO

Doador do terreno para a construção da escola de ensino primário, no lugar da Portelinha, da freguesia de Fânzeres. Foi inaugurada a 5 de Outubro de 1930. O edifício foi construído a expensas da Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Rebelo Valente Antunes e da Câmara Municipal, da presidência do Sr. Américo Fernandes de Carvalho. Professora a Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Augusta Antunes.

DR. TOMAZ BARBOSA DE ALBUQUERQUE E SAMPAIO

Doutor nos Sagrados Cânones, Beneficiado na Colegiada do Mosteiro de Ferreira e Reitor da igreja paroquial de Fânzeres no tempo do Marquês de Pombal; foi quem enviou a *Memória Paroquial*, relativa à freguesia que pastoreava, no ano de 1758.

(Vid. vol. 2.^º, pág. 137).

DR. TOMAZ LOPES CARDOSO

Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Natural da vila. Não reside actualmente no nosso concelho. É irmão do médico Dr. João Lopes Cardoso.

P.^e TOMAZ DOS SANTOS ROCHA

Natural da freguesia da Sousa, do lugar de Jancido. Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. Faleceu muito novo, na sua casa da Vinha, em Jancido.

VENTURA MARTINS DE CASTRO

Foi um bemquisto negociante desta vila, chegando a ocupar as cadeiras do Município. Era pai do Sr. Dr. Custódio Lopes de Castro, também citado neste capítulo. Muitos anos foi tesoureiro da Câmara Municipal. Por isso esta, na sessão de 25 de Março de 1926, exarou na acta um voto de sentimento pela sua morte e que dêste facto se desse parte a seu filho Dr. Custódio L. de Castro. O Sr. Presidente nessa ocasião exaltou as altas qualidades do falecido.

VICENTE GONÇALVES VIANA DA SILVA

Natural da freguesia das Medas. É irmão de outro benemérito daquela freguesia, chamado Manuel G. Viana da Silva. (Vid. vol. 2.^o, pág. 417).

P.e VITORINO CAETANO MARTINS PEREIRA

Natural da Vila de Gondomar. Com o curso teológico pelo Seminário do Pôrto. É professor do Seminário.

VIDA BUROCRÁTICA DO CONCELHO, DESDE 1834

Ao darmos uma pequena nota biográfica daqueles que pelos seus diplomas exerceram uma função social mais ou menos categorizada, não queremos de modo algum deixar na penumbra outros que, embora não tivessem por qualquer motivo obtido tais diplomas, têm outro-sim prestado relevantes serviços ao concelho ou nêle gozam de geral estima e consideração. E neste caso seria mesmo injustiça não arquivar aqui os nomes de alguns que dentro dos Paços do Concelho mourejam dia a dia nos árduos serviços da Administração municipal. À frente da secretaria da Câmara está um zeloso funcionário, o Sr. António Vieira Ramos, filho do aposentado secretário da mesma

Câmara, ainda vivo, o velho Justiniano Vieira Ramos, que era considerado, sem ofensa para os seus colegas dos outros municípios do distrito do Pôrto, como o mais cumpridor e activo funcionário administrativo, no aprêço em que era tido dentro das repartições do Governo Civil.

Por igual motivo fazemos menção do Chefe da Repartição Administrativa, o Sr. Alexandre Mendes Barbosa (¹), espírito vivo e culto que há muitos anos se familiarizou com os serviços a seu cargo, nos quais tem revelado não só competência e solicitude, mas também merecido os louvores das autoridades que têm intervenção nos assuntos das suas atribuições.

Pena é que não haja no arquivo da Câmara uma nota de todos os funcionários do concelho, anteriores ao ano de 1834. Por isso tive de recorrer ao documento da primeira Comissão Municipal, cuja transcrição fiz no 1.^º vol., págs. 136 e 137. É depois, querendo dar aos leitores uma relação das individualidades que foram exercendo cargos públicos, recorri aos almanaque burocráticos, visto que outra fonte de informação não pude obter. É certo que essa relação refere-se a épocas distanciadas, pois seria muito extenso o rol, se tivesse de mencionar ano por ano os nomes desses indivíduos. Vejamos:

Em 21 de Maio de 1834 tinha sido dado auto de posse e juramento aos cidadãos que constituiram a primeira Comissão Municipal interina d'este concelho; para isso veio do Pôrto o Dr. Gaudêncio Xavier de Carvalho e Silva, Provedor-Delegado do 3.^º Distrito de Santa Catarina. (Vid. 1.^º vol., pág. 136).

(1) É irmão do Dr. Juiz José Barbosa Ramos e do Sr. Alberto M. Barbosa. Este foi notário-ajudante e mais tarde funcionário administrativo do 2.^º bairro desta cidade e a seguir secretário da Administração do concelho de Vila Nova de Gaia, até 1928.

E no ano 1854, como se verifica pelo *Almanaque Comercial, Judicial e Administrativo do Pôrto e seu Distrito*, publicado nesse ano, a Câmara Municipal era composta dos seguintes cidadãos: António Martins Ferreira, Manuel Ferreira da Silva, Domingos Pereira Jorge, Manuel Martins de Oliveira, Serafim de Sousa Melro, Manuel de Sousa Pedroso e José Martins Alves. Foi Administrador do concelho, João Martins Ferreira. Escrivão, Braz de Sousa Lôbo. Solicitador da Fazenda, além do dito escrivão, o recebedor Manuel da Cunha Barbosa. O Julgado de Gondomar (1.^a vara) era composto do Juiz Luiz António da Silva. Sub-Delegado, António de Faria Carneiro e Escrivão, Domingos José Soares. A casa da audiência era no lugar de Quintâ (S. Cosme). E nada mais consta do referido *Almanaque*.

Em 1875, o *Almanaque Burocrático*, dêsse ano, de Aristides Abrançhes, Lisboa, dá 21.834 habitantes dêste concelho, sendo 10.685 varões e 11.149 fêmeas, com a superfície de 12.775 hectares.

Na *Administração do Concelho* estavam: Administrador, José António de Faria. Substituto, Manuel Martins das Neves. Escrivão, Joaquim Mendes Barbosa. Amanuense, Augusto Pinto de Oliveira. Oficiais de diligências, José Venâncio da Silva e José Pereira Vedor.

Câmara Municipal — Presidente, Delfim Martins Ferreira. Fiscal, José Inácio Pereira Sampaio. Vereadores, Joaquim Ferreira da Silva, Egidio Gonçalves da Rocha, José Martins Alves Júnior, José de Sousa Pedroso e João Marques de Moura. Tesoureiro, José Ferreira. Escrivão, António Joaquim Ferreira. Amanuense, João José de Sousa Bandeira. Oficial zelador, Justiniano Vieira Ramos. Continuo, José Alves Pereira Neves. Facultativo do partido, Camilo José de Sousa.

Facultativos — António Ramos Moutinho de Almeida e Sousa e Joaquim António Ascenção e Oliveira e o do partido municipal.

Párocos:

RIO TINTO — P.^e António Joaquim Gomes Leite Rebelo.

VALBOM — P.^e António de Sousa Pedroso.

FÂNZERES — P.^e António Pinto Outeiro.

MEDAS — P.^e Joaquim Francisco da Silva.

COVÉLO — P.^e José Matias de Oliveira Neves.

SOUZA — P.^e Luiz António Farinhote.

S. PEDRO DA COVA — P.^e Manuel Martins de Castro.

S. COSME — P.^e António Alberto Coelho da Silva.

JOVIM — P.^e Bernardo de Vasconcelos Monterroso.

LOMBA — P.^e Francisco Ângelo Pais Pacheco.

MELRES — P.^e Jerónimo Barbosa de Queiroz.

Farmacêuticos — João Pereira de Madureira e Joaquim Emílio de Sousa Pinto.

Professores de instrução primária — S. Cosme, Adolfo Augusto da Silva Pereira e D. Rosa do Espírito Santo Vieira Coelho. Covêlo, Luiz das Neves Lôbo. Fânzeres, Bernardo Moreira de Almeida. Melres, António Joaquim Gonçalves. Lomba, Francisco Angelo Pais Pacheco. S. Pedro da Cova, José Pereira da Assunção e Silva. Rio Tinto, Francisco José de Almeida. Valbom, Manuel Pedro Ferreira.

Repartição de Fazenda — Escrivão de Fazenda, Francisco de Lacerda Cerqueira Bacelar. Escriturários, Francisco José Rodrigues Júnior e António Vieira Ramos.

Tabelião — Domingos José Soares.

Do *Annuario Commercial Portuguez*, 1.^o ano, referente ao ano de 1889, Pôrto, colhemos a seguinte nota:

Gondomar — Vila, cabeça de concelho, na comarca da 1.^a Vara do Pôrto, distrito e bispado desta cidade, donde dista 7 quilómetros, população, cerca de 4.000 habitantes.

Administração do Concelho — António Molarinho da Costa Ramos, Campanhã.

Secretário — Adelino Augusto Álvares Pimenta, Carregais, S. Cosme.

Amanuense — José Paulino Mateus, Quintã, S. Cosme.

Oficial de diligências — Alfredo Correia da Silva, Cabanas, Jovim.

Dito — António Martins Monteiro, Carregais, S. Cosme.

Câmara Municipal — Presidente — António Gomes dos Santos, Mendarica, Rio Tinto.

Vice-Presidente — António Martins de Oliveira, Rio Carreiro, S. Cosme.

Vereadores — José Martins Vieira, Zebreiros, Sousa, José Novais da Cunha, rua do Freixo, Campanhã. Manuel Pereira das Neves, S. Miguel, S. Cosme. João Martins da Rocha, Covélo. António Coelho da Rocha, Eira de Melo, Melres.

Secretário — Justiniano Vieira Ramos, Jovim.

Amanuense — João José de Sousa Bandeira, Vessada, Jovim.

Dito — António Gonçalves Patueira, rua de S. Roque da Lameira.

Zelador — João Martins Marques, Igreja, Fânzeres.

Dito — Joaquim Gonçalves Moreira, Pinheiro, Jovim.

Continuo e carcereiro — João de Almeida da Fonseca, Quintã, S. Cosme.

Médico do partido municipal — Joaquim Augusto da Silva Ribeiro, Quintã, S. Cosme.

Repartição de Fazenda — Escrivão — João Tomaz de Brito, Boca, S. Cosme.

Escriturário — João Eduardo de Sousa Soares, Quintã, S. Cosme.

Dito — António Vieira Ramos, Vessada, Jovim.

Dito — Jorge Eduardo Kock, Montalto, Covélo.

Dito adido — Manuel Fernandes Pereira, Cabanas, Jovim.

Escrivão suplente — Pompeu José Gonçalves Basto, Culmieira, Valbom.

Recebedor proposto — Damião Duarte Lopes, Quintã, S. Cosme.

Párocos:

LOMBA — Encomendado, Jerónimo Barbosa de Queiroz.

MELRES — João Gonçalves Moreira dos Santos.

MEDAS — Encomendado, Joaquim Francisco da Silva.

SOUZA — Adriano Gouveia de Sousa.

JOVIM — Encomendado, P.^e António Pinto Martins.

S. PEDRO DA COVA — João Soares de Azevedo.

FÂNZERES — Damião Ferreira de Sousa.

RIO TINTO — Manuel da Silva Cavadas.

VALBOM — António de Sousa Pedroso.

S. COSME — Rufino António Borges.

Professores:

MELRES — P.^e Tiago de Carvalho Almeida e Couto, Quintãs.

MEDAS — José Moreira Gomes, Vila Cova.

COVÉLO — Luiz das Neves Lôbo.

SOUZA — Joaquim Monteiro de Sousa, Jancido.

S. COSME — Manuel de Passos, Souto.

S. PEDRO DA COVA — Júlio da Cunha Melo e Silva, Covilhã.

FÂNZERES — P.^e Bernardo Moreira de Almeida, Igreja.

RIO TINTO — José Baptista, Mosteiro.

VALBOM — D. Maria de Jesus e Castro, Culmieira.

S. COSME — D. Rosa do Espírito Santo Vieira Coelho, Quintã.

RIO TINTO — D. Joaquina Rosa, Lourinhã.

Sub-Delegado de Saide — Dr. Joaquim Manuel da Costa, Fonte Pedrinha, Valbom.

Cirurgiões — António Gomes dos Santos, Rio Tinto. Joaquim António de Ascensão Correia, Rio Tinto. Pedro José Ferreira Júnior, Bica da Sousa, Sousa.

Algebristas — Joaquim António de Ascenção Correia e Zeferino dos Santos Pinto, também de Rio Tinto.

Tabeliães — António Cândido Correia de Rezende Lôbo, Chã Verde, Rio Tinto. Joaquim Mendes Barbosa, Boca, S. Cosme.

Farmacêuticos — Isidoro da Fonseca Moura, Quintã, S. Cosme. António Joaquim Carvalho de Araújo, Quintãs, Melres.

Correio — João Rodrigues Pereira, Quintã, S. Cosme.

Do *Anuário-Almanaque Comercial*, de 1896, colhemos os seguintes informes sobre Gondomar, relativos a este ano:

Administração do Concelho — Administrador, Manuel Pereira das Neves, S. Miguel, S. Cosme. Secretário, Adelino Augusto Álvares Pimenta, Carregais, S. Cosme. Amanuense, Joaquim Gonçalves Moreira, Cabanas, Jovim. Oficiais de diligências, Alfredo Correia da Silva, Cabanas, Jovim; e Serafim das Neves, Pedreira, S. Cosme. Carcereiro, António Pinto Moreira, Quintã, S. Cosme.

Advogado — Mateus de Castro Moura, Carregal, S. Cosme.

Câmara Municipal — Presidente, António Martins do Rio, Zebreiros, Sousa. Vice-Presidente, Francisco Gomes Cardoso, Ferraria, Rio Tinto. Vereadores, Veríssimo João de Castro, Rossamonde, Valbom; Manuel Martins dos Santos Gaio, Vilar, S. Cosme; João Martins da Rocha Covelo, Covelo; José Francisco Pereira de Meireles, Lomba; e José Moreira da Silva, Giesta, Fânzeres. Secretário, Justiniano Vieira Ramos, Casal, S. Cosme. Tesoureiro, o recebedor

da comarca. Amanuenses, João José de Sousa Bandeira, Vessada, Jovim; Damião Martins de Almeida Lopes, Quintã, S. Cosme; e João Martins Marques, Igreja, Fânzeres. Zelador, Domingos dos Santos Nogueira, Venda Nova, Rio Tinto. Contínuo, António Pinto Moreira.

Jornal — O Echo Popular, Venda Nova, Rio Tinto.

Tabelião — Joaquim Mendes Barbosa, Boca, S. Cosme.

Repartição de Fazenda — Escrivão, João Teles Sampaio. Escriturários, Jorge Eduardo Kock, Quintã, S. Cosme; e Manuel Fernandes Pereira, Cabanas, Jovim.

Recebedoria — Recebedor proposto, Augusto de Castro⁽¹⁾, Boa-Vista, S. Cosme.

Juízes de Paz — Silvestre Alves Viana, S. Cosme e Valbom; Miguel Joaquim da Silva, Rio Tinto; José da Silva Moutinho, Fânzeres e S. Pedro da Cova; José Martins do Rio, Sousa, Jovim e Covélo; Manuel Alves Ferreira da Cruz, Melres, Medas e Lomba.

Párocos — Rufino António Borges, S. Cosme; Dr. Manuel da Silva Cavadas, Rio Tinto; Damião Ferreira de Sousa, Fânzeres; João Soares de Azevedo, S. Pedro da Cova; Domingos Carneiro Dias, Jovim; Adriano Fernandes de Gouveia, Sousa; José Soares Vieira de Andrade, Covélo; José Luiz da Silva, Medas; João Gonçalves Moreira dos Santos, Melres; e Jerónimo Barbosa de Queiroz, Lomba.

(1) *Augusto Dias de Figueiredo Guedes e Castro*, Tesoureiro aposentado da Fazenda Pública, no concelho de Gondomar, escreveu uma *Modesta Homenagem a Camilo Castelo Branco*, na comemoração do seu primeiro centenário, a 16 de Março de 1925, contendo cinco sonetos, o primeiro dos quais se refere ao romancista, como *génio portentoso da raça*. Tem cultivado as musas, publicando desde há bastantes anos poesias várias, que mereceram da parte da Imprensa lisonjeiro acolhimento.

Correio—Há em tôdas as freguesias. Encarregado do correio, João Rodrigues Pereira, Quintã, S. Cosme.

Freguesias:

S. COSME—S. Cosme e S. Damião (a estação mais próxima é a de Rio Tinto). Médico, Joaquim Augusto da Silva Ribeiro. Farmacêutico, António Dias Gonçalves Correia. Encarregado do correio, João Rodrigues Pereira. Professores, António Osório de Carvalho Guedes (2.º) e Rosa do Espírito Santo Vieira Coelho.

VALBOM—S. Veríssimo (a estação mais próxima é a de Campanhã-Pôrto). Médico, Joaquim Manuel da Costa. Farmacêutico, João Soares de Azevedo. Encarregado do correio, António Rodrigues Leitão. Professores, P.º Tiago de Carvalho Almeida e Couto e Maria de Jesus e Castro. Regedor, Silvestre Alves Viana.

RIO TINTO—S. Cristóvão (a estação mais próxima é a de Rio Tinto). Médicos, António Gomes dos Santos e Joaquim António de Ascenção Correia. Farmacêutico, Alfredo Augusto Pereira. Encarregado do correio, Damião Martins dos Santos Viana. Professores, José Baptista e D. Joaquina Rosa Ferreira. Banda marcial—Director, Miguel Ferreira dos Santos. Tabelião, Domingos Curado. Regedor, Miguel Joaquim da Silva.

FÂNZERES—O Salvador (a estação mais próxima é a de Rio Tinto). Regedor, Joaquim da Cunha Barbosa. Professor, P.º Bernardo Moreira de Almeida.

S. PEDRO DA COVA—S. Pedro (a estação mais próxima é a de Valongo). Encarregado do correio, José Moreira Queiroz. Professor, Agostinho Alves Fer-

reira de Lemos. Regedor, Serafim Martins Marques.

JOVIM — Santa Cruz (a estação mais próxima é a de Rio Tinto). Encarregado do correio, José Pereira das Neves. Professora, D. Maria Cândida Teixeira de Azevedo. Regedor, António Martins de Oliveira.

SOUZA — S. João. Encarregado do correio, José Martins do Rio. Professor, Joaquim Martins de Sousa. Médico, Pedro José Ferreira Júnior. Regedor, António Martins da Silva.

COVÉLO — Santa Maria. Encarregada do correio, viúva de José Martins Granja. Professor, Luiz das Neves Lôbo. Regedor, José Alves Gomes.

MEDAS — Santa Maria. Encarregado do correio, Francisco Vieira dos Santos. Professor, José Moreira Gomes. Regedor, Francisco Vieira dos Santos.

MELRES — Santa Maria. Farmacêutico, António Joaquim Carvalho de Araújo. Encarregado do correio. António Joaquim Salvador. Professor, Manuel de Oliveira Araújo. Regedor, Manuel da Cunha.

LOMBA — Santo António. Professora, D. Carlota Moreira. Regedor, José Francisco da Costa.

Conservatórias do Registo Predial, em 1896:

1.º Distrito — Freguesias da Sé, Santo Ildefonso, Vitória, Bomfim, Campanhã, Paranhos e tôdas as dos concelhos de Gondomar, Maia e Valongo.

Em 1906, era Administrador o Sr. Manuel Ribeiro de Álmeida. Amanuenses, Alfredo Correia da Silva e Pompeu José Gonçalves Basto. Oficiais, António Alberto Nogueira e António Marques da

Silva. Era Presidente da Câmara, António Martins da Silva e Tesoureiro, Ventura Martins de Castro. Condutor de obras, Manuel Walter da Fonseca Vasconcelos. Aferidor, António Ferreira de Miranda e zelador, Mateus Alves dos Santos. Encarregada do correio, D. Amélia Rino e distribuidores, António Coelho, António da Costa e Augusto de Sousa.

Na Delegação da Contrastaria do Pôrto, era chefe Guilherme Harberto. Ajudante do Laboratório, J. de Azevedo Moura. Marcadores, Manuel Marques e Boaventura Pinto Pimenta. Ensaiador, Luiz de Azevedo Moura. Recebedor, Manuel Joaquim Teixeira Braga e contínuo, Álvaro M. de Almeida Lopes.

Havia três juízos de paz—Juiz de paz de Rio Tinto, Custódio Vieira Pinto. Juiz de S. Cosme, Veríssimo João de Castro e Juiz de S. Pedro e Fânzeres, Joaquim Ferreira Barbosa.

Professores em S. Cosme—Agostinho Alves Ferreira de Lemos, D. Ana Cabral, D. Elisa Augusta Pinto do Couto, José Augusto Pinto de Freitas e José Baptista. Era recebedor, Augusto de Castro. Proposto, Francisco H. Novais de França e ajudante, Augusto Novais de França. Sub-Delegado de saúde, Dr. Joaquim Augusto da Silva Ribeiro.

Administração do Concelho no ano de 1915:

Secretário, Alexandre Mendes Barbosa. Amanuenses, A. Correia da Silva, Amâncio Novais França. Oficiais de diligências, António da Silva Marques e Francisco Luiz Marques.

Câmara Municipal—Presidente, Ventura Martins de Castro. Vice-Presidente, José Martins do Rio. 1.º Secretário, José Gomes Cardoso. 2.º Secretário, Manuel de Sousa Dias. 1.º Vice-Secretário, José Alves Ferreira da Cruz. 2.º Vice-Secretário, José de Sousa Carvalho. Vereadores, António Ferreira da Silva, António Luiz de Sousa, António Martins de Moura, Damião Martins Ferreira, João Pereira das

Neves, Joaquim Martins da Rocha, José Francisco da Cruz, Luiz José Ferreira, Manuel Fernandes dos Santos, Miguel Gonçalves Viana da Silva, Silvestre Pereira Aguiar. *Comissão executiva*—Presidente, António Dias Gonçalves Correia; Vice-Presidente, Belmiro Martins de Moura; 1.º Secretário, Joaquim José Ferreira; 2.º Secretário, José Francisco Pereira de Meireles; Vogais: Jerónimo Martins Gonçalves, José Martins Alves Júnior e Manuel Pereira Saraiva. Chefe da Secretaria, António Vieira Ramos; Tesoureiro, Manuel Coelho das Neves; Amanuensés: Damião Martins de Almeida Lopes, Domingos dos Santos Nogueira, João Martins Marques. Continuo, José Martins de Almeida Lopes.

Estação Telégrafo-Postal—Distribuidor rural, Cândido Pereira dos Santos.

Fiscalização dos Impostos—Encarregado, Manuel Pereira. Fiscais: José Cunha, José Justo e Manuel da Silva Carvalho.

Juízo de Paz—Juiz, João Francisco da Silva.

Médicos—Dr. Agostinho Emílio de Sousa Pinto, Dr. Joaquim Augusto Ribeiro e Dr. Rufino Ferreira Cardoso.

Notários—Joaquim Mendes Barbosa e José Cândido Pinto da Cunha.

Pároco—P.º Rufino António Borges.

Farmacêuticos—Agostinho Silvestre Cardoso e António Dias Gonçalves Correia.

Professora—D. Emilia Augusta Lopes de Araújo.

Registo Civil—Oficial, Dr. Américo Jazelino Dias Costa.

Repartição de Finanças—Secretário, Francisco de Almeida e Silva Vasconcelos. Aspirantes, António Pinto de Sousa, José Vieira Ramos e Manuel José Pereira Pacheco.

Saúde Pública—Sub-Delegado, Dr. Rufino Ferreira Cardoso.

Tesouraria de Finanças—Tesoureiro, Augusto César Dias de Figueiredo de Araujo Guedes e

Castro. Proposto, Francisco Herculano Novais de França.

Freguesias:

COVÉLO — Pároco — P.^e António Moreira de Oliveira. Regedor, José Lopes Vieira. Encarregado do correio, Mateus Moreira da Cunha. Professor, Luiz das Neves Lôbo.

FÂNZERES — Pároco, Manuel Tomé da Silva. Regedor, Domingos da Silva Gomes. Juiz de paz, Abel Pereira Pimenta de Castro. Encarregado do correio, Joaquim Moreira de Sousa. Distribuidor rural, Augusto de Sousa. Professoras, D. Branca da Glória Vaz Dias e D. Maria Amélia Stockler.

FOZ DO SOUSA — Pároco, P.^e Adriano Fernandes de Gouveia. Regedor, José Dias Moreira da Silva.

Pôsto do Registo Civil, em Covelo (Foz do Sousa) — Ajudante, Joaquim Martins da Rocha. Encarregado do correio, José Martins do Rio.

JOVIM — Pároco, P.^e Domingos Carneiro Dias. Regedor, Manuel Gonçalves de Oliveira. Pôsto do Registo Civil, o de Gondomar. Encarregado do correio, José Pereira de Oliveira. Professora, D. Maria Cândida Teixeira de Azevedo.

LOMBA — Pároco encomendado, P.^e Manuel Joaquim Matias dos Santos. Regedor, Manuel Nogueira. Pôsto do Registo Civil, o de Melres. Professora, D. Carlota Moreira.

MEDAS — Pároco encomendado, P.^e Manuel Martins da Silva. Regedor, Manuel Dias Ferreira. Pôsto do Registo Civil, ajudante, José Moreira Gomes. Encarregado do correio, António de Sousa. Professor, José Moreira Gomes.

MELRES — Pároco, P.^e João Gonçalves Moreira dos Santos. Regedor, Eduardo Vieira da Silva. Pôsto do Registo Civil, ajudante, vago. Juiz de Paz, Jerónimo dos Santos Moreira. Encarregado da estação postal, Manuel Gonçalves Viana. Farmacêutico, António B. da Silva Brasão. Médico, Dr. António Peixoto Osório Sarmento e Castro.

RIO TINTO — Regedor, Manuel António da Silva. Pôsto do Registo Civil, ajudante, Júlio Vieira Ramos. Juiz de Paz, António José da Cunha. Distribuidor rural, Camilo da Mota Machado. Médicos, Dr. Francisco Tavares, Dr. Joaquim António de Ascenção Correia e Dr. Serafim Pedroso. Notário e advogado, Dr. Aristides A. Teixeira da Mota. Farmacêuticos, Agostinho Adriano da Silva Tavares, Guilherme Ferreira e Júlio Vieira Ramos. Professores, D. Joaquina Rosa Ferreira e José Baptista.

S. PEDRO DA COVA — Pároco, P.^e Manuel R. Cachiço. Regedor, António Martins de Oliveira. Pôsto do Registo Civil, o de Gondomar. Encarregado da estação postal, Manuel de Sousa Matos. Professor, Agostinho Alves Ferreira de Lemos.

VALBOM — Pároco, P.^e Abel A. Mendes Teles. Regedor, vago. Pôsto do Registo Civil, ajudante, João Francisco da Silva. Distribuidor rural, Joaquim da Costa. Professores, D. Elisa Augusta Pinto do Couto, D. Maria de Jesus e Castro e Higino Augusto de Sá e Castro.

Gondomar faz parte da divisão administrativa, judicial e militar do distrito do Pôrto.

A comarca do Pôrto subdivide-se em quatro varas cíveis, dois distritos criminais e dois juízos de investigação criminal.

O Pôrto era a sede da 3.^a circunscrição, quanto à divisão militar.

Do mesmo *Anuário*, relativamente ao ano de 1928:

Concelho de 1.^a ordem e fiscal de 2.^a classe (¹). Comarca do Pôrto (1.^a classe). População, 41.818 habitantes. Vila de S. Cosme de Gondomar, com a população de 6.565 habitantes.

Correio e Telégrafo — Estação de 2.^a classe telégrafo-postal, com serviço de valores declarados, encomendas postais, cobrança de títulos, letras, vales e assinaturas de jornais.

Dia feriado adoptado por indicação da Câmara Municipal — o 24 de Junho.

Administração do Concelho — Secretário, Alexandre Mendes Barbosa. Amanuenses, A. Correia da Silva, Amândio Novais França. Oficiais de diligências, José Lopes da Silva e Luiz Teixeira Cardoso.

Advogado — Dr. Ernesto da Fonseca.

Câmara Municipal (²) — Chefe da secretaria, António Vieira Ramos. Tesoureiro, Manuel Coelho das Neves. Amanuenses, Damião Marques de Almeida, Domingos da Silva Monteiro e José da Silva Maia. Condutor de obras, vago. Apontador, José Martins de Moura. Zeladores, João Vieira da

(¹) O nosso concelho foi elevado a 2.^a classe por Decreto de 27 de Fevereiro de 1905.

(²) A primitiva Comissão Administrativa da Câmara Municipal, após o movimento de 28 de Maio de 1926 que dissolveu os corpos administrativos, foi constituída por os seguintes cidadãos: presidente, António Dias Gonçalves Correia; vice-presidente, Américo Fernandes de Carvalho; 1.^º secretário, Manuel de Sousa Matos; 2.^º secretário, José Coelho das Neves; vogais, José Martins Alves, Manuel Dias Júnior e Joaquim Teixeira. Foi administrador do concelho, o tenente Sr. Sebastião Amaral. Sofreu depois a seguinte remodelação: presidente, Américo Fernandes de Carvalho; vice-presidente, Manuel de Sousa Matos; 1.^º secretário, José Coelho das Neves; 2.^º secretário, Joaquim Teixeira; vogais, Manuel Dias Júnior, José Martins Alves, Manuel Ferreira Castro e Alberto Fernandes de Oliveira.

Silva e José de Castro Gandra. Carcereiro, António de Sousa Bastos. Aferidor, António Martins Fernandes.

Contrastaria — Director, Laurindo Costa. 1.^{os} ensaiadores, Albino de Castro Kock, Ricardo Serzedelo e Serafim Rosas. 2.^o ensaiador, Luiz Pinto Pimenta. Marcadores, Eduardo Monteiro, José Dias Júnior, José Fernandes Moreira e Manuel Marques. Tesoureiro, António Maria da Cruz Baptista. 1.^o ajudante, João de Oliveira Moraes.

Estação Telégrafo-Postal — Encarregada, D. Carolina de Assunção Lopes. Ajudante, D. Maria Georgina de Sousa Dias. Distribuidores rurais, Carmindo das Neves e Joaquim Costa.

Fiscalização dos Impostos — Chefe, José Pereira. Fiscal, José Alberto da Cunha.

Juízo das Execuções Fiscais — Escrivão, Francisco Herculano Novais de França. Oficial, José Alberto da Cunha.

Julgado de Paz — Juiz de Paz, o professor oficial.

Médicos — Dr. Agostinho Emilio de Sousa Pinto, Dr. João Lopes Cardoso e Dr. Rufino Ferreira Cardoso.

Notário — Dr. Ernesto da Fonseca.

Paróquia — Rev. Crispim Gomes Leite.

Professores oficiais — Abilio Ferreira da Costa, D. Berta Barbosa Seriot, D. Clarinda de Melo e D. Donatilda Lopes de Faria.

Professores particulares — D. Andreza de Sousa Moura e D. Madalena de Sousa Moura.

Registo Civil — Oficial, Dr. Américo Jazelino Dias Costa. Ajudante, vago.

Repartição de Finanças — Secretário, Manuel Maria Teixeira. Aspirantes, António Pinto de Sousa, Jorge Eduardo Kock e Luiz Abelha.

Saide Pública — Sub-Inspector, Dr. Rufino Ferreira Cardoso.

Tesouraria de Finanças — Tesoureiro, Joaquim Augusto de Matos e Silva. Proposto, José Maurício

Pereira de Azevedo. Auxiliar, António Francisco Gomes.

Freguesias:

COVÉLO — População, 943 habitantes. A 12 quilómetros da sede do concelho.

Encarregado do Correio — José Gonçalves Ferreira.

Pároco — P.^e António Moreira de Oliveira

Professores — Cristino Cramez e D. Maria Virgínia Rodrigues.

Pôsto do Registo Civil — Ajudante, Joaquim Martins da Rocha.

FÂNZERES — População, 4.217 habitantes. A 3 quilómetros da sede do concelho.

Encarregado do Correio — Joaquim Moreira de Sousa.

Julgado de Paz — Juiz de Paz, o professor oficial.

Paróquia — Rev. Abel de França Castro e Moura.

Professores oficiais — José Ferreira Moreira e D. Maria Amélia Stockler.

FOZ DO SOUSA — População, 2.911 habitantes. A 6 quilómetros de Gondomar.

Encarregado do Correio — vago.

Julgado de Paz — Juiz de Paz, Manuel Fernandes de Oliveira Júnior.

Paróquia — Rev. Benjamim Soares.

Professoras oficiais — D. Gracinda das Dores Ferreira da Costa e D. Maria Luíza dos Santos Fonseca.

Pôsto do Registo Civil — Em Covélo (Foz do Sousa). Ajudante, Joaquim Martins da Rocha.

JOVIM — População, 1.919 habitantes. A 3 quilómetros de Gondomar.

Encarregado do Correio — José Pereira de Oliveira.

Paróquia — Rev. Domingos Carneiro Dias.

Professoras oficiais — D. Maria de Almeida Soares e D. Virginia de Almeida Guimarãis.

Pôsto do Registo Civil — O de Gondomar.

LOMBA — População, 1.317 habitantes. A 17 quilómetros de Gondomar.

Médico — Dr. António Matias dos Santos.

Paróquia — Rev. Manuel Joaquim Matias dos Santos.

Professores oficiais — António Correia de Sá e D. Carlota Moreira.

Pôsto do Registo Civil — O de Melres.

MEDAS — População, 900 habitantes. A 16 quilómetros de Gondomar.

Encarregado do Correio — António de Sousa.

Paróquia — Rev. José Moreira da Mota.

Professores oficiais — D. Angelina Augusta Carvalho Alvim e Manuel Dias Ferreira Júnior.

Pôsto do Registo Civil — Ajudante, Manuel Moreira dos Santos.

MELRES — População, 1.445 habitantes. A 18 quilómetros de Gondomar.

Encarregado da Estação Postal — Manuel Gonçalves Viana.

Julgado de Paz — Juiz de Paz, o professor oficial.

Médico — Dr. António Peixoto Osório Sarmento e Castro.

Paróquia — Rev. Jerónimo Joaquim Ferreira.

Farmácia — Pedro Moreira de Sousa.

Professores oficiais — António Augusto de Carvalho e D. Rosa Amélia de Abreu.

Pôsto do Registo Civil — Ajudante, vago.

RIO TINTO — População, 11.105 habitantes. Linha eléctrica para o Pôrto pela estrada nacional, n.^{os} 32 e 33, até à Venda Nova, de 15 em 15 minutos.

Encarregada do Correio — D. Beatriz Augusta Quadros.

Distribuídores — Antero Pinto de Menezes e Rodrigo da Silva Carvalho.

Julgado de Paz — Juiz de Paz, o professor oficial.

Médicos — Drs. Alvarim Ferreira da Silva, Armando Tavares, Francisco Adriano da Silva Tavares e Serafim Pedrosa de Araújo.

Notário e advogado — Dr. Aristides A. Teixeira da Mota.

Farmacéuticos — Alfredo Pereira, Faustino Pereira, Júlio Vieira Ramos, Manuel Correia de Oliveira e D. Palmira Ferreira Barbosa.

Professores oficiais — Abílio de Oliveira Brito, António do Céu Reis Chaves, D. Aurora das Neves Leite Lima e D. Filomena da Conceição Monteiro.

Pôsto do Registo Civil — Ajudante, Júlio Vieira Ramos.

S. PEDRO DA COVA — População, 3.334 habitantes. A 3 quilómetros de Gondomar.

Encarregado da Estação Postal — Manuel de Sousa Matos.

Paróquia — Rev. Adriano Pinheiro de Sousa.

Farmácia da Mina — Gerente-técnico, Joaquim Faria de Castro Barros.

Professores oficiais — Agostinho Alves Ferreira de Lemos, D. Maria de Jesus Brites e D. Rosa Olinda Tavares Rodrigues.

Pôsto do Registo Civil — Ajudante, José Martins de Carvalho.

VALBOM — População, 7.042 habitantes. A 3 quilómetros de Gondomar.

Correio — Distribuidor rural, José Ribeiro da Silva.

Escola Industrial de Gondomar — Director, João Afonso dos Santos Alfaro.

Julgado de Paz — Juiz de Paz, o professor de S. Cosme (sede do julgado)

Médicos — Drs. Augusto Barreto Costa e Joaquim Manuel da Costa.

Paróquia — P.^o Vitorino José de Pinho.

Farmácia Central — Heitor Moraes.

Professores oficiais — D. Elvira da Glória Ferreira Pinto da Cunha, D. Filomena da Conceição Monteiro, João Maria Carlos e José Jerónimo Ferreira.

Posto do Registo Civil — Ajudante, João Francisco da Silva.

Divisão Judicial — Gondomar pertence à comarca do Pôrto, que actualmente se subdivide em cinco varas cíveis e quatro juízos criminais.

Divisão Militar — Pertence ao Pôrto que é a sede da 1.^a Região Militar e aquartela os regimentos: Artilharia n.^o 5 e Grupo de Trem n.^o 1 — Gaia; Cavalaria n.^o 9, Infantaria n.^o 18; 1.^o Grupo de Companhias de Saúde; Regimento de Sapadores-Mineiros, 2.^o grupo; Batalhão de Metralhadoras n.^o 3; 1.^o Grupo do Regimento de Telegrafistas.

Em 1933 a Câmara Municipal mantém o mesmo quadro que em 1928. A *Contrastaria* sofreu algumas modificações. É seu Director, Nuno Henriques Verdial. Analista de 1.^a classe, Serafim Rosas e analistas de 2.^a, Álvaro Santos Carvalho, Edite de Oliveira Machado e Joaquim Mário Correia Barbosa. Marcador, João José da Silva Júnior. Ajudantes do marcador, Eduardo Monteiro, José Dias Júnior e Manuel José Pereira Braga. Tesoureiro, João de Oliveira Moraes. Proposto do Tesoureiro, Virgílio Baptista Leite Bastos.

Encarregada do Correio e Telégrafo, Maria Cândida de Carvalho. Ajudanta, Maria Georgina Sousa

Dias. Distribuidores rurais, Carmindo das Neves e Domingos Silva.

Fiscalização de Impostos — Chefe, Justino do Curral. Fiscal, José Alberto da Cunha.

Tesouraria da Fazenda Pública — Tesoureiro, Albando Andrade.

É o mesmo o *Tribunal das Execuções Fiscais*.

São ainda os mesmos o Notário e o Pároco, na Vila de Gondomar.

Professores oficiais — Abilio Ferreira da Costa, Afonso Pinto Rebelo, António Augusto de Carvalho, Berta Barbosa Seriot, Clarinda de Melo, Josefa Aurora de Miranda, Maria das Dores do Carmo Rodrigues e Rosendo Fernandes dos Santos.

O *Registo Civil* é o mesmo, bem como o Delegado da *Saúde Pública*.

Na *Repartição Administrativa* é chefe Alexandre Mendes Barbosa, com os mesmos amanuenses e oficiais de diligências.

COVÉLO — O encarregado do Correio é António Ferreira dos Santos Bastos. Pároco, P.^e António Moreira de Oliveira. Professoras, Aida Mendanha e Josefina da Silva. Ajudante do Pôsto do Registo Civil, Jerónimo Moreira Gomes.

FÂNZERES — Pároco, P.^e Abel de F. Castro e Moura. Professores, José Ferreira Moreira, Maria Amélia Stockler e Maria Augusta Antunes.

Foz do SOUSA — É encarregado do Correio, João José Ferreira. Juiz de Paz, o presidente da Junta da Freguesia. Pároco, P.^e Manuel Joaquim Matias dos Santos. Professoras, Adilia Augusta Neves Tavares, Gracinda das Dores Ferreira da Costa e Maria Luiza dos Santos Fonseca. O Registo Civil tem seu posto em Covêlo e é seu ajudante Joaquim Martins da Rocha.

JOVIM — É encarregado do Correio, José Pereira de Oliveira. Professoras, Clemência Pereira e Lucinda de Sousa Monteiro. O Pôsto do Registo Civil é o de Gondomar.

LOMBA — Pároco, P.^e Justino Francisco da Silva. Professores, José Augusto de Freitas Figueiredo e Laurentina Adelaide Guedes Coelho. O Pôsto do Registo Civil é o de Melres.

MEDAS — É encarregado do Correio, António de Sousa. Pároco, P.^e José Moreira da Mota. Professores, Angelina Augusta Carvalho Alvim e Manuel Dias Ferreira Júnior. Ajudante do Pôsto do Registo Civil, Manuel Moreira dos Santos.

MELRES — É encarregado da Estação Postal, Manuel Gonçalves Viana. Juiz de Paz, João de Almeida Cardoso e escrivão, António Alves da Cruz. Pároco, Jerónimo Joaquim Ferreira. Professores, José Augusto Almeida Cardoso e Rosa Amélia de Abreu. Tem como ajudante do Pôsto do Registo Civil, Albano de Castro Nogueira.

RIO TINTO — É encarregada do Correio, Beatriz Augusta Quadros; e são distribuidores, Antero Pinto de Menezes e Rodrigo da Silva Carvalho. Pároco, P.^e António Augusto da Costa Leite. Professores, António do Céu Reis Chaves, Aurora das Neves Leite Lima, Cândida Alves Gomes, Maria Inez de Paiva Oliveira, Preciosa Fernandes Costa e Segismundo Cândido dos Reis Chaves. É ajudante do Pôsto do Registo Civil, Júlio Vieira Ramos.

S. PEDRO DA COVA — Encarregado da Estação Postal e Telefónica, Manuel de Sousa Matos, que também é juiz de paz, com o escrivão António Ferreira da Silva. Pároco, P.^e Adriano Pinheiro de Sousa. Professores, Agostinho Alves Ferreira de

Lemos, José Ferreira Moreira e Maria de Jesus Brites. É ajudante do Pôsto do Registo Civil, José Martins de Carvalho.

VALBOM — É director da *Escola Industrial de Marques Leitão*, o Sr. José Emilio da Silva Moreira. Pároco, P.^o Manuel Barbosa Pereira. Professores, Filomena da Conceição Monteiro, João Maria Carlos, José Jerónimo Ferreira e Virginia Amélia de Araujo. Ajudante do Pôsto do Registo Civil, João Francisco da Silva.

Como os leitores vêem, confrontando este quadro com o de 1928, há uma sensível mudança de pessoal.

Terminamos este capítulo dando a nota dos médicos e farmacêuticos que desde 1869 têm exercido a sua profissão neste concelho.

Nota dos médicos que exerceram clínica em Gondomar desde 1869

Torre de Doms Chas
Paleosa.
Paleon.
Residio no Pôrto.
Residio no Pôrto actualua-
tor actual do Hospital
Residio em Castelo de
municipal do Partido
fins de 1910.
Actualmente mestizo e
actualmente sub-diálego
Paleon; tinha siso
em Muje, Alentejo.

Nota dos farmacêuticos que exerceram a sua profissão em Gondomar desde 1869

CAPÍTULO VII

SUMÁRIO: — Morgadios — origem, história e legislação. Os morgados do concelho.. Heráldica — genealogias e brasões.

Morgado, do latim *majoricatus*, segundo Rafael Bluteau, «são os bens avinculados de sorte que sem se poderem alienar nem dividir, o sucessor justamente os possua na mesma forma e ordem que o instituídor tem declarado». É também o filho primogénito na casa nobre, a qual esse filho herda, por ser o mais velho — *major filius*. Chama-se, pois, *morgadio* aos bens vinculados que se não podem alienar nem dividir e que por morte do possuidor passavam ao filho mais velho. A ele cabiam todas as prerrogativas, pelo facto ocasional e portanto fortuito de ter nascido primeiro. Herdando toda a fortuna dos pais, com grave prejuízo de seus irmãos que ficavam reduzidos à miserável condição de servos e pedintes, criava dentro da família que ele desprezava, uma situação verdadeiramente odiosa. E era por isso que os restantes filhos não podendo partilhar dos bens paternos, se alistavam no exército, embarcavam para o Brasil, ou se recolhiam aos conventos, para não arrastarem uma vida de privações e baixezas que pais desnaturalados lhes preparavam cruelmente. O primeiro golpe contra esta velha e criminosa instituição foi vibrado pelo maior renovador da sociedade portuguesa, o grande homem de Estado chamado Mousinho da Silveira. Não se prendendo com considerações de espécie alguma, destruiu com mão firme e doce tudo quanto cerceava as regalias e os direitos populares. Cortou a direito — aboliu os dízimos e os direitos reais, separou as funções judiciárias das administrativas, organizou os tribunais de

justiça, proscreveu a hereditariedade dos ofícios, sancionou a liberdade de pensamento, de consciência e de ensino, revogou monopólios e impostos, limitou as instituições vinculares, secularizou alguns conventos, supriu os escandalosos rendimentos com que, à custa do povo, se locupletavam bispos, cónegos, abades, donatários da coroa, commendadores, frades e alcaides-mores. Aboliu tudo que era privilégio; fundou uma sociedade nova! Neste pequeno país fêz mais, como adverte Rebelo da Silva, do que *sir Robert Peel na Inglaterra.*

Pelo Decreto de 4 de Abril de 1835, aboliu os morgados e capelas cujos rendimentos líquidos e livres de toda a pensão ou encargo e das contribuições directas não chegassem a 200\$000 réis.

Mais tarde, pelo Decreto de 30 de Julho de 1860, referendado pelo Marquês de Loulé e outros, ⁽¹⁾ estabelecem-se certas disposições relativas à reforma das instituições dos morgados, do registo dos vínculos e dos processos judiciais ou administrativos,

(1) A publicação e a continuação dos vélhos códices genealógicos perderam em Portugal quásí toda a sua importância depois que o falecido Duque de Loulé estabeleceu a Lei da abolição dos morgados. O interesse na sucessão das casas vinculares obrigava com todo o empenho e cuidado ao estudo da genealogia, no qual se tornaram notáveis muitos escritores, tais como Damião de Góis, P.^r D. António Caitano de Sousa, Dr. Alão de Moraes, etc. Hoje são raros os que se dedicam à investigação d'este utilíssimo ramo do saber humano. A genealogia é irmã primogénita da História; os que desprezam os seus vélhos códices *atiram fora o melhor ouro da história civil, política e religiosa da nossa terra*, como disse o fecundo escritor Camilo Castelo Branco.

Em Portugal tem sido muito descurado este estudo. Ainda assim, um grupo de beneméritos pesquisadores têm conservado o estudo da Heráldica e da Genealogia. São êles Alexandre Herculano, Camilo, Anselmo Braancamp Freire, Visconde de Sanches de Baena, Conde de Azevedo, Dr. Pedro A. Ferreira, abade de Miragaia, Dr. Nicolau Pereira de Mendonça Falcão, Dr. Luiz R. de Sotto-Maior, Dr. Teófilo Braga, José Augusto Carneiro, Visconde de Castilho, etc.

tanto a respeito dos vínculos existentes, como a respeito dos que se instituirem.

Foi já uma restrição importante; mas o posterior Decreto de 19 de Maio de 1863, de Anselmo José Braancamp e outros, aboliu definitivamente todos os morgados e capelas existentes no continente, ilhas e províncias ultramarinas, declarando livres e alodiais os bens de que se compunham, consignando igualmente as regras e disposições relativas aos mesmos morgados e capelas.

Assim foi derruindo uma velha e odiosa instituição, cuja origem não procedia das leis da avoenga, embora tivesse de comum com ela o intuito de conservar os bens na mesma família. Foi no decurso do século XIII que principiou a deparar-se a forma excepcional de regular a transmissão de heranças, substituindo o direito comum por uma ordem especial de sucessão. Essa ordem encontrava em Portugal a complacência da coroa, pois que tal direito vai progredindo à medida que prevalece o direito estabelecido pelos reis. Os morgados tinham, além disso, o favor da nobreza, porque lhe assegurava a conservação do esplendor nas gerações da sua linhagem e agradavam aos homens da classe média que pretendessem e pudessem aproximar a sua descendência da condição das classes superiores, imitando-as na forma de dispor dos bens. Diz Gama Barros (*Hist. da Adm. Pibl. em Portugal*, vol. III, pág. 658) que «os morgados tinham-nos vindo do influxo das Partidas; o das leis datadas de Toro, a 7 de Novembro de 1505, e a interpretação que lhes deram os comentadores e os tribunais contribuiram para imprimir ainda maior impulso em Portugal às instituições vinculares». E não é de todo estranha aos bens de morgado e capela a legislação das *Ordenações Afonsinas*. Afirma o mesmo abalisado autor que os morgados, quanto à sua instituição em bens patrimoniais, nunca estiveram sujeitos em Portugal a determinadas regras, prescritas por disposição



expressa da Lei, senão desde mais do meado do século XVIII. Mas já no decurso do século XIII esta instituição aparece em Portugal, para onde veio por influxo das Partidas e da degeneração do feudalismo em França.

O feudo, como fórmula territorial, degenerou desde aquélle século e começou a confundir-se com a enfiteuse; e perdendo assim o feudalismo o carácter de organização política, dele ficaram no entanto certos elementos que, servindo a manter nas famílias a riqueza e portanto as tradições nobiliárias, tanto o fidaldo como o plebeu aproveitaram, para assim perpetuarem e ennobrecerem a sua descendência. Esses elementos foram o direito de primogenitura e o privilégio de varonilidade.

A instituição dos morgados tinha, pois, em vista perpetuar, como as leis da avoenga, os bens na mesma família, mas difere destas, porque o direito de primogenitura, o privilégio do sexo masculino sobre o feminino e a sucessão gradual e a inalienabilidade absoluta dos bens são caracteres de todo estranhos às leis da avoenga.

Quanto à sucessão, os primeiros estatutos legais, são duas leis de D. Sebastião, ambas de 15 de Setembro de 1557. Foram mandadas ambas incorporar nas *Ordenações Felipinas*, aprovadas em 1595 e publicadas em 1603.

A fundação mais antiga que conhecemos, em Portugal, de morgado, é a que fez em 1271 o arcebispo de Braga, D. Martinho Giraldes, que em testamento (24 de Agosto de 1271), instituira um morgado perpétuo nos filhos e descendentes de sua sobrinha Elvira Pais.

Toma-se vulgarmente por morgado o filho primogénito de casa nobre *ad quem jure perfinet maioratus*.

Era uma verdadeira monstruosidade, diz D. António da Costa, no seu livro *Auroras da Instrução*, pág. 286. E acrescenta: «A base de tôdas as varia-

das espécies de direito consiste na lei natural; e como dela se deriva o direito civil, o vínculo opõe-se à natureza. A história dos vínculos é uma história de sangue e de lágrimas. Que a pequena herança dum pai se divida pelos filhos cabendo pouquissimo a cada um, é ordem natural das cousas; mas que por um facto brutal sem razão nem mesmo pretexto de justiça, recaísse sôbre a inocência de milhares a espada com que o cego capricho da sorte podia favorecer os que nasciam primeiro, é de uma atrocidade, que não a cristãos, mas só a bárbaros, seria lícito inventar».

MORGADO DE ATÃIS

(Freguesia de Jovim)

Nas *Árvores de Costados das Famílias Nobres dos Reinos de Portugal, Algarves e Domínios Ultramarinos*, tómo II, pág. 148, se fala da familia Carneiro de Vasconcelos, dando a seguinte árvore genealógica:

De Francisco Pereira de Vasconcelos, senhor da Casa de Atãis e Fidalgo da Casa Real e de D. Luíza Maria de Sousa Carneiro H., nasceu Diogo Homem de Vasconcelos, suc.^{or} e Fidalgo da Casa Real, que casou com D. Antónia Teresa de Melo. Dêste casamento nasceu Lourenço Homem de Vasconcelos Carneiro, suc.^{or} e Fidalgo da Casa Real, que casou com D. Ana Feliciana Leite Pereira, dos quais é filho Francisco Homem Carneiro de Vasconcelos Pereira, suc.^{or} e F. da C. R., que por sua vez casou com D. Joana de Saavedra e Cunha. (E à pena acrescentaram: *assignava-se D. Joanna Antonia Saavedra*). Dêste casamento, finalmente, proveio Lourenço Homem Carneiro Pereira de Vasconcelos, suc.^{or}, Sargento-Mor reformado de Caçadores e F. da C. R. (E à pena juntaram: — *Soteiro (sic) Fernando Carneiro Homem de Vasconcelos (q' sucedeo a seu irmão) Major de Inf.^{ta}.*)

Mgr. J. Augusto Ferreira, no seu novo livro

Pôrto, origens históricas e seus principais monumentos, 1928, pág. 12, diz que o claustro da Sé portuense, para o qual a Câmara concorreu com mil pedras lavradas, tem em baixo, nos ângulos, três arcos de volta inteira, correspondentes às Capelas de Nossa Senhora da Expectação, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora da Esperança; destas três, a última, com o brasão dos *Homens Carneiros de Vasconcelos*, era cabeça do Morgado de Atãis, (Jovim, Gondomar), instituído em 1622 por Diogo Homem Carneiro e sua mulher D. Ana de Calvos. E Pinho Leal, no *Portugal ant. e mod.*, pág. 467, diz que a quinta de Atãis era um prazo dos morgados chamados de Atãis, por aqui residirem a maior parte do tempo, mas não era vinculada. Lourenço Homem Carneiro de Vasconcelos, falecido em Lisboa, em 1842, era o senhor do Morgado, que, por sua morte, passou ao herdeiro legal, Francisco da Cunha Leite Pereira de Melo e Vasconcelos, avô do actual (1876) possuidor das propriedades e rendas que formavam o vínculo, o Sr. Jerónimo da Cunha Pimentel Homem de Vasconcelos, que é também o actual (dêste ano de 1876) senhor da referida *capela de Atãis*, no claustro da Sé. Acrescenta mais Pinho Leal que o referido Lourenço Homem Carneiro de Vasconcelos deixou, por testamento, a Álvaro Leite Pereira de Melo e Alvim, a quinta e prazo de Atãis, e nada mais. Por morte de Álvaro Leite, em Junho de 1871, ficou esta quinta a sua sobrinha, D. Maria Helena Pereira de Melo e Alvim, actual representante dos Melos e Alvins, senhores de Gaia e Monte Belo, por ser filha de Joaquim Leite Pereira de Melo, irmão de Álvaro Leite.

Os instituïdores do vínculo chamado de Atãis foram os sétimos avós de Jerónimo da Cunha Pimentel, que eram Diogo Homem Carneiro e sua mulher D. Ana de Calvos, de quem fala Mgr. Augusto Ferreira, no seu livro, acima citado.

A instituição dêste vínculo data do ano de 1622, como já se disse.

MORGADO DE COVÉLO

Nas *Memórias paroquiais*, o Fr. Romualdo Nogueira, Reitor da freguesia da Sousa, declara que essa freguesia possue cinco ermidas e que a de S. Roque, «junto ao lugar de Zebreiros», pertence ao Morgado de Covélo, Plácido Carneiro de Albuquerque. (Vid. vol. 2.^o, págs. 129 e 162).

MORGADO DE ATÁIS

(Freguesia de Jovim)

Diogo Homem Carneiro Leite Pereira de Vasconcelos, Fidalgo-Escudeiro da Casa Real, era descendente de Henrique Homem Carneiro, que serviu na Armada da Costa do Reino no ano de 1536, como se diz largamente no 2.^o vol., págs. 141, 142 e 143. Deste Henrique descendeu Pedro Homem da Costa, Cavaleiro-Professo na Ordem de Cristo, Fidalgo da Casa Real e Fidalgo-Escudeiro. Da mesma casa é Lourenço de Araújo Carneiro, Morgado de Atáis. (Vid. 2.^o vol., pág. 143).

MORGADO DA LOMBA

Era aqui o solar dos Quesadas Vilas-Boas. O último Morgado foi José Maria Quesada Vilas-Boas. (Vid. 2.^o vol., págs. 366-a 378).

OUTRO MORGADO DA LOMBA

Na Casa de Sante houve o P.^e Álvaro Alves Ferreira da Silva, filho do Morgado, que é personagem nos romances de Camilo Castelo Branco *A Maria da Fonte* e *A Brasileira de Prazins*. (Vid. 2.^o vol., pág. 379). Este morgadio foi instituído por João Ferreira, rico comerciante, morador na cidade do Pôrto, freguesia de S. Nicolau. Hoje a

Casa de Sante pertence ao Sr. Manuel dos Santos Moreira. (Vid. 2.^o vol., pág. 383).

FREGUESIA DE MELRES

Houve aqui um vínculo dos Peres, de Meixide, administradores do Morgado de Vilar de Perdizes, na comarca de Chaves. (Vid. 2.^o vol., págs. 434 e 443).

FREGUESIA DA SOUSA

Existiu nesta freguesia um morgadio que tinha o seu solar no lugar da Sousa, mas tudo isso terminou. (Vid. 2.^o vol., pág. 484). Deve referir-se ao que se afirma nas *Memórias paroquiais*, 2.^o vol., pág. 162.

FREGUESIA DE VALBOM

Há nesta freguesia a Quinta das Sete Capelas, constituída em Morgado no ano de 1554 por Miguel Correia Montenegro. (Vid. vol. 2.^o, pág. 493).

SOLAR DOS CORREIAS

O Senhorio de Gondomar — Quinta das Sete Capelas

No *Portugal Antigo e Moderno*, vol. 7.^o, pág. 526, Pinho Leal fala-nos do solar dos *Correias*, «uma das mais antigas famílias d'este reino», cujo apelido fôra tomado do facto de o *Correia* «estando com sua gente cercado pelos mouros em 1181, na vila de Monte-Mor-Velho tendo falta de mantimentos, se sustentarem alguns dias com correias de couro cru, dos arreios dos seus cavalos».

Diz que era senhor da casa de Farelais, donde procedem os senhores Viscondes de Asseca. Casou D. Soeiro Pais Correia com D. Urraca Álvares, da qual, entre outros descendentes, houve:

5.^º Afonso Vasques Correia (¹), ao qual D. Pedro I confirmou a Alcaidaria-mor de Abrantes. O rei D. Fernando lhe deu o senhorio de Gondomar, junto ao Pôrto, em 1380. D. João I confirmou esta doação em 1388.

Casou com D. Teresa Martins, filha de Martim Anes de Pôrto-Carreiro, e segunda vez, com D. Beringela (ou Berengária) Pereira, filha de Rui Pereira, o Bravo.

Os *Correias* conservaram a Alcaidaria-mor de Abrantes até ao reinado de D. João V, que deu esta Vila, *de juro e herdade*, a D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Menezes, que já era Alcaide-mor de Abrantes. Este D. Rodrigo é o primogenitor da nobilíssima família dos Marqueses de Abrantes.

Um dos descendentes da família Correia Pinto Monte-Negro foi Bernardo José Pinto de Vasconcelos de Miranda Monte-Negro, Fidalgo da Casa Real, com exercício no Paço, por Alvará de 21 de Março de 1846. Foi Cadete de Cavalaria e Coronel de Milícias. Serviu o partido liberal, durante o cérco do Pôrto (1832 a 1834). Foi 12.^º padroeiro da igreja de Real, e 10.^º da de Lazarim — ambas no bispado de Lamego. (Pinho Leal, vol. 7.^º, pág. 259). Acrescenta mais este autor:

«É o actual proprietário (e 11.^º Morgado) da casa vinculada da Rua Chan — e administrador dos outros seguintes morgados: 9.^º administrador do da Quinta das Sete Capelas, em Valbom», etc.

Mais abaixo: «O Sr. Bernardo José Pinto de

(¹) Os herdeiros de Afonso Vasques Correia foram donos da Quinta das Sete Capelas em Valbom.

Foi o 10.^º filho Miguel Correia Pinto Montenegro, Fidalgo da Casa Real. Vinculou a sua Quinta das Sete Capelas, na freguesia de Valbom, em frente de Avintes, em 12 de Outubro de 1554. Casou com D. Verónica Pinto, filha de Diogo Dias Camélo e de sua mulher D. Isabel Pinto, da casa de Balde. (Ib. pág. 527).

Vasconcelos de Miranda Monte-Negro é casado com a Sr.^a D. Ana Angelina Soares, *verdadeira dona portuguesa*. São seus filhos os três seguintes cavalheiros:

1.^º— O Sr. Albino Pinto de Vasconcelos Miranda Monte-Negro, bacharel formado em Direito, pela Universidade de Coimbra e administrador do concelho de Gaia. É casado com a Sr.^a D. Júlia de Sousa e Barros, filha do Sr. Inácio José de Barros Leitão Carvalhosa (irmão do Sr. Visconde de Santarém) e da Sr.^a D. Carlota Wanzeler. Vive na Quinta das Sete Capelas, em Valbom.

2.^º— O Sr. Martinho Pinto de Vasconcelos de Miranda Monte-Negro. Casou com a Sr.^a D. Brites de Arrochela Vieira de Almeida, filha do Par do Reino o Sr. Nicolau da Arrochela Vieira de Almeida, 1.^º Conde de Arrochela, em 10 de Novembro de 1852. O Sr. Martinho tem o curso dos liceus e o Superior de Agricultura.

3.^º— O Sr. Pedro Augusto Pinto de Vasconcelos de Miranda Monte-Negro que também tem o curso dos liceus e o da Escola do Exército. É Tenente do Exército e ajudante de campo do General, comandante da 3.^a Divisão Militar.

O Sr. Bernardo Pinto tem ainda um filho natural — o Sr. Augusto Pinto de Monte-Negro, Coronel do Estado-Maior do Exército, um dos nossos melhores engenheiros. Foi o construtor do grande túnel para o caminho de ferro do Norte, em Vila Nova de Gaia. (Vid. Pinho Leal, vol. 3.^º, pág. 253, col. 1.^a e 2.^a e vol. 7.^º, pág. 483, 2.^a).

HOMENS CARNEIROS DE VASCONCELOS

CASA DE ATAÍS (Genealogia)

1.^º— Nuno Homem.

2.^º— José Nunes Homem, casado com D. Brites Mafalda.

3.^º — Gonçalo Anes Homem, Alcaide-mor de Viseu.

4.^º — Nuno Gonçalves Homem, Alcaide-mor do castelo de Trancoso, por mercê de D. Fernando, 1397 (livro primeiro da chancelaria do mesmo rei, fl. 2, verso).

5.^º — Fernando Nunes Homem.

6.^º — Rodrigo Homem ou Rodrigo Fernandes Homem, comendador do casal, Fidalgo da Casa do Infante D. Henrique. Foi um dos que assistiram às côrtes de Coimbra, em que foi aclamado D. João I (livro 2.^º da Chancelaria do mesmo rei). Casou com D. Maria Borges, filha de Diogo de Mesquita Moutinho e de D. Inez Borges.

7.^º — Henrique (a *Sedatura Lusitana*, de Cris-tóvão Alão, diz Diogo) Homem Carneiro. Casou com D. Inez de Azevedo, filha de Pedro Eanes, Chanceler da correição de Entre-Douro-e-Minho.

8.^º — Diogo Homem. Viveu na Rua Nova (dos Ingleses) no Pôrto, pelo ano de 1520. Foi casado com D. Isabel Carneiro, filha de Gil Carneiro e de sua mulher Leonor Eanes.

9.^º — Henrique Homem Carneiro, Fidalgo da Casa Real, procurador em cônthes pelo Pôrto, e expressamente chamado, por carta do Cardeal-Rei, na menoriade de D. Sebastião, em 6 de Junho de 1565. Casou com D. Inez Henriques, mas segundo Cris-tóvão Alão, foi com D. Brites da Costa, filha de Simão Vaz e sua mulher Helena da Costa, avós do grande bispo de Ugento, Agostinho Barbosa.

10.^º — Pedro Homem Carneiro, instituidor do vínculo de Mouselos e de Vila Verde, freguesia de Lourosa, conhecido imprópiamente pelo nome de vínculo de Atâis, pela residência de seus administradores nesta casa, o qual instituiu em 1662. Casou com D. Violante Alvelos, sem geração e sucedeu-lhe seu irmão, Diogo Homem Carneiro, Fidalgo da Casa Real, provedor de artelharia, na jornada de África, em 1578, com D. Sebastião, onde ficou prisioneiro e

cativo, e se resgatou à sua custa. Foi Capitão de Mar e Guerra, e Cavaleiro do Hábito de Cristo. Casou com D. Ana de Calvos, filha de Francisco (ou Lourenço Francisco) Vieira da Silva, Fidalgo da Casa Real, e de D. Isabel de Calves, da Casa de Calvoze Cardosos, Senhores da Honra de Veba.

11.^º— Henrique Homem Carneiro, Fidalgo da Casa Real. Casou com D. Maria Pereira de Vasconcelos, filha e herdeira de António Pereira de Vasconcelos, Fidalgo da Casa Real, neta de D. Maria Pereira de Vasconcelos e de Diogo Leite de Amaral, Fidalgo da Casa Real e Comendador de S. Pedro das Águias; bisneta de Jácome Rodrigues de Vasconcelos, Senhor do Couto de Sinfáis e Alvarenga.

12.^º— Diogo Homem Carneiro, solteiro e sem descendentes. Sucedeu-lhe seu irmão Francisco Pereira de Vasconcelos, casado com D. Luiza Maria de Sousa Galhardo, filha e herdeira de Inácio de Sousa e de D. Úrsula Cortez, neta de Gaspar Gonçalves, do Pôrto; o qual serviu à sua custa, na armada do General D. Jorge de Menezes, em tempo de el-rei D. João III, indo socorrer Mazagão, em 1562, com uma nau e soldados à sua custa, pelo que Rui de Sousa de Carvalho ali o armou Cavaleiro, dizendo-lhe naquele acto, que «bem o merecia pela despesa de sua fazenda e risco de sua vida».

13.^º— Diogo Pereira de Vasconcelos, Fidalgo da Casa Real. Casou com D. Antónia Teresa de Melo de Afonseca Coutinho, Mestre de Campo de Castelo Branco; neta de Bernardo de Afonseca, Fidalgo da Casa Real e Alcaide-mor de Abrantes; e de D. Mariana de Melo, filha de Lourenço de Azevedo de Vasconcelos, Capitão-mor da Vila de Mezão Frio e de D. Maria de Melo Alvarenga. Tiveram os dois seguintes filhos:

14.^º— Lourenço Homem Carneiro, Fidalgo da Casa Real, casado com D. Ana Felicíssima Leite Pereira de Melo e Alvim, filha de Diogo Leite Pereira de Melo, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da

Ordem de Cristo, Senhor do Morgado de Querbrantões, etc., viúva de António José da Cunha Pimentel, Morgado da Calçada e do Reguengo do Freixo.

15.^º — Francisco Homem Carneiro, Fidalgo da Casa Real, casado com D. Joana Antónia Saavedra, filha de José Pinto da Cunha Pimentel, da Casa do Cais Novo, em Massarelos, Senhor e Morgado da Casa da Praça, em Provezende, e de sua mulher D. Clara Saavedra y Romay Thermes de Boan.

16.^º — Fernando Homem Carneiro de Vasconcelos e seus quatro irmãos, todos militares no exército sitiador, no Cérco do Pôrto, e uma irmã. Eles chegaram a Capitais, e Fernando foi Coronel. Todos morreram solteiros sem geração.

17.^º — Francisco Pereira de Vasconcelos, Cavaleiro Professo na Ordem de Malta e Comendador de Beja na mesma Ordem e irmão de Lourenço Homem de Vasconcelos Carneiro, Fidalgo da Casa Real, em quem renunciou o Morgado de Ataíis.

18.^º — D. Ana Emerenciana Pereira de Vasconcelos, casou com o 3.^º Morgado da Casa da Calçada, em Provezende, Luiz da Cunha Pimentel Leite Pereira, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Tenente de Infantaria.

19.^º — Francisco António da Cunha Leite Pereira de Vasconcelos, Ajudante de Campo nas invasões francesas, Comandante da 3.^a Divisão da Defesa Nacional, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Senhor da Casa da Calçada em Provezende e do Reguengo do Freixo, casou no Pôrto (onde residia na Rua das Flores, na casa nobre e brasonada que ali se conserva sob os números 2 a 6) com D. Maria Antónia da Gama Lôbo de Pina e Melo, filha de Nicolau da Gama Lôbo, Tenente-Coronel Ajudante de Ordens do General da Província e de sua mulher D. Ana Isabel de Pina e Melo.

Francisco da Cunha era homem muito intelectuado, versificava com notável facilidade e deixou

nome na sociedade elegante do Pôrto, pelo luxo em que viveu e pela sua provada generosidade.

Abandonando as suas propriedades e criando grandes despesas, Francisco da Cunha, que herdara uma das casas mais opulentas da Província, viu-a reduzida a parte vinculada, que ainda assim era importante. Após rija demanda com Álvaro Leite Pereira de Melo sobre o vínculo de Atãis, revindicou este morgado que lhe pertencia por sua mãe D. Ana Emerenciana Pereira de Vasconcelos.

20.^º—Henrique da Cunha da Gama Leite Pereira de Vasconcelos, 5.^º Morgado da Calçada, herdou o vínculo chamado de Atãis, do qual foi o 8.^º Morgado, e em cujo vínculo sucedeu como 3.^º neto de Diogo Pereira de Vasconcelos. Casou com sua prima D. Maria Augusta Pinto da Cunha, filha de João Félix Pinto da Fonseca, Capitão das Milícias de Vila Real e de sua mulher D. Maria Amália da Silva e Cunha Leite Pereira, representados hoje pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Jerónimo da Cunha Pimentel Homem Carneiro, morador em Braga. O vínculo foi subrogado por bens em Provezende, e é representante do vínculo o dito Dr. Jerónimo da Cunha Pimentel Homem Carneiro.

(Fornecido pelo Ex.^{mo} Sr. Abílio de Carvalho, da Quinta de Bouça-Cova).

CASA DE BOUÇA-COVA

ANTIGA HONRA DE BOUÇA-COVA

(Genealogia)

A referência mais antiga que conheço, a Bouça-Cova, é nas Inquirições mandadas fazer por El-Rei D. Diniz em 1327 (A. D.). No término de Gondomar a terra de Bouça-Cova foi considerada honra pelo Corregedor Aparicio Gonçalves, determinando que continuasse honrada enquanto «y houver filho d'algo».

Muito mais tarde aparece-nos como proprietário

da Quinta de Bouça-Cova, José de Crasto Pereira. Nasceu José de Crasto Pereira em S. Cosme de Gondomar a 22 de Novembro de 1696, Cavaleiro-Professo na Ordem de Cristo, Cavaleiro-Fidalgo da Casa Real, Familiar do Santo Ofício, Senhor da Casa de Bouça-Cova, Vale-Chão e outras.

Casou com D. Clara Maria da Cunha Barbosa de S. Miguel e Vasconcelos, Senhora do vínculo de Nossa Senhora da Esperança, de que foram administradores.

Tinham sepultura na Capela de Nossa Senhora da Esperança, no claustro da Sé do Pôrto, pertencente ao dito vínculo, assim como tinham capela na igreja da freguesia de S. Cosme, de que foram benfeiteiros por provisão especial do Sr. Bispo do Pôrto, passada e registada na Câmara Eclesiástica no mês de Julho de 1744.

José de Crasto Pereira morreu na sua Casa de Bouça-Cova, a 30 de Maio de 1746 e inclino-me a crer que foi sepultado na igreja de S. Cosme, na sua capela privativa. Tinha o ofício de Escrivão dos Órfãos de Penafiel e a patente de capitão. Era irmão do Rev. Manuel de Crasto Pereira, arcediago de Valdigem, na Sé de Lamego e abade de Bitarais, que lhe fez doação de parte da sua Quinta de Vale-Chão, pertença da Comenda de S. Cosme de Gondomar, da Ordem de Cristo, de que era administrador o Sr. Conde de Povelide, Comendador da Comenda de S. Cosme de Gondomar.

Teve outro irmão, o Rev. Dr. Simão de Crasto Passos, também abade de S. Miguel de Bitarais, Cavaleiro-Professo na Ordem de Cristo e Comissário do Santo Oficio, morador na rua Chã, da cidade do Pôrto.

Era Senhor da Quinta de Gondomarinho, com capela da invocação de S. João Baptista. Todos os três irmãos tinham parte na Quinta de Vale-Chão.

José de Crasto Pereira e D. Clara Maria de

S. Miguel e Vasconcelos tiveram, entre outros, os seguintes filhos:

1.^º — José Vicente, sucessor no vinculo de Nossa Senhora da Esperança que renunciou a favor de seu irmão Pedro da Cunha, porque preferiu seguir a carreira eclesiástica

2.^º — Jerónimo Luiz.

3.^º — D. Ana Agostinha, religiosa.

4.^º — Pedro da Cunha, sucessor no vinculo de Nossa Senhora da Esperança, sem geração.

5.^º — D. Clara.

6.^º — Francisco.

7.^º — D. Maria Manuela.

8.^º — D. Teresa Josefa Barbosa da Cunha e Vasconcelos, casada com António Bernardo Álvares de Brito, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Cavaleiro na Ordem de Cristo, Senhor da Casa do Ribeirinho, Gaia.

9.^º — D. Joana Flávia da Cunha e Vasconcelos, sucessora na Casa de Bouça-Cova, casada com João Bernardo de Meireles Guedes, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, filho segundo da Casa de Aveleda, de Penafiel.

D. Joana Flávia da Cunha Guedes, casada com João Bernardo de Meireles Guedes, filho de Gonçalo de Meireles Guedes e sua mulher D. Francisca Joana Guedes, viveram na sua Quinta de Bouça-Cova e também nas suas casas do Laranjal, na cidade do Pôrto.

D. Francisca Joana Guedes era irmã de Domingos da Costa Guimarãis e recebera dêste, por doação (1738), a Quinta de S. Cosme, que tinha herdado de seus pais Domingos da Costa Guimarãis e mulher D. Maria de Meireles.

Era directo Senhor da Quinta de S. Cosme, D. Tristão da Cunha Ataíde, Conde de Povelide, Comendador da Comenda de S. Cosme de Gondomar, da Ordem de Cristo.

D. Joana Flávia da Cunha Guedes foi Senhora da Quinta de Gondomarinho, que herdou de seu tio o Rev. Dr. Simão de Crasto Passos, abade da freguesia de S. Miguel de Bitarãis, Cavaleiro-Professo na Ordem de Cristo e Comissário do Santo Ofício.

Esta quinta tinha uma capela com a invocação de S. João Baptista e um legado de se rezar uma missa todos os domingos e missa cantada em dia de S. João.

O legado era 8 óbulos romanos, o que representava 80 réis em moeda portuguesa.

Esse legado passou em 1816 a ser cumprido na capela da Casa de Bouça-Cova.

Sucedeu-lhe na casa seu filho José de Meireles Guedes de Carvalho, sem geração e a este seu irmão António de Meireles Guedes de Carvalho, moço fidalgo com exercício no Paço, Comendador da Ordem de Cristo, residente na sua Quinta de Cima de Vila, lugar de Valpedre, Penafiel, que teve uma filha natural legitimada, de nome D. Carolina Augusta de Meireles Guedes, que casou com seu primo Pompeu de Meireles Garrido, universal herdeiro de António de Meireles Guedes de Carvalho.

Pompeu de Meireles Guedes Coutinho Garrido, que deve ser o anterior, aparece também casado com D. Maria da Conceição Lemos Pereira de Lacerda.

Sucedeu-lhes seu filho, o Bacharel Manuel Pereira de Meireles Guedes Coutinho Garrido, solteiro, que fez doação da propriedade a D. Maria Aguilar Ciezar, de origem espanhola. Manuel Pereira de Meireles Guedes Coutinho Garrido teve um irmão, o Dr. António de Meireles Guedes Pereira Coutinho Garrido, casado com D. Maria Isabel de Melo, residentes em Coimbra.

É hoje proprietário da Casa de Bouça-Cova, Abilio Pacheco Teixeira Rebelo de Carvalho, neto do Dr. João Pacheco Teixeira Rebelo, Fidalgo-Cavaleiro da Casa Real, Senhor da Casa das Pereiras e do

Solar de Santo André, em Barrosas, concelho de Louzada.

O documento mais antigo que existe na casa respeitante à propriedade de Bouça-Cova, é a Carta de Sentença de Dote para fábrica de Capela tirada no ano de 1726.

Diz o documento: «O capitão Joseph de Crasto Pereira, da freguesia de S. Cosme de Gondomar, que vive com animo de actualmente habitar e residir enquanto vivo fôr, com sua familia, na sua quinta sita no logar de Bouça-Cova «.....» quer erigir novamente uma capella no Souto chamado de Bouça-Cova bem junto ao pateo das casas novas que anda fazendo no dito sitio, e que a quer erigir com a invocação da Senhora Santa Quiteria».

Por aqui se depreende que as casas vélhas junto à capela são construção de José de Crasto Pereira e que deviam estar terminadas nos principios do século XVIII.

A ausência de documentos mais antigos faz crer que esta propriedade seria adquirida por esta familia nessa época, visto que a Quinta de Vale-Chão é a que figura como sendo dos irmãos José de Crasto Pereira e o Rev. Simão de Crasto Pereira, Abade de Bitarãis, e dêste Capitão José de Crasto Pereira.

Vale-Chão tem realmente casa muito antiga, hoje quásí em ruínas.

Havia na capela de Santa Quitéria um legado pio perpétuo de uma missa em todos os domingos e dias santos, que instituiu o Capitão José de Crasto Pereira e sua mulher D. Clara Maria da Cunha de S. Miguel de Vasconcelos.

A capela da Casa de Bouça-Cova tem hoje a invocação de Nossa Senhora Mãe dos Homens; ignoro no entanto a época em que foi mudada a invocação primitiva de Santa Quitéria.

A imagem de Santa Quitéria ainda se encontra num dos nichos laterais do altar.

A festa de Nossa Senhora Mãe dos Homens rea-

liza-se no último domingo de Agosto. Chegou a ser uma das mais importantes do concelho, havendo sempre duas músicas e fogo do ar, sendo a sua parte mais original uma vaca luminosa que descia por arames e impulsionada pelo fogo desde a Prelada ao Largo da Bouça-Cova.

Nota. — A 19 de Agosto de 1726 benzeu a nova capela o P.^r Domingos Ramos, coadjutor da freguesia e nesse mesmo dia se celebrou nela, pela primeira vez, missa.

HABILITAÇÃO 48 — 774 — 1741 (1)

(Genealogia)

Capitão José de Crasto Pereira, Cavaleiro-Professo na Ordem de Cristo, morador na sua quinta da freguesia de S. Cosme de Gondomar e irmão inteiro do Dr. Simão de Crasto Passos, Abade da freguesia de Bitarais e actualmente Desembargador e Promotor da Mesa Eclesiástica do Bispado de Coimbra, Comisário actual do Santo Ofício.

Tem quintas em cima do Douro que lhe vieram por sua mulher. Dá muito dinheiro a juros. Deve ter uma fortuna de 80 a 100 mil cruzados. É a casa mais rica da freguesia.

Casou com D. Clara Maria da Cunha e Vasconcelos, que nasceu na rua Direita, em Arrifana de Sousa, filha de Pedro da Cunha Carneiro, natural da freguesia de Arrifana de Sousa, familiar do Santo Ofício (2).

(1) 48 significa o maço dos processos; 774 é o número do processo e 1741 é a data do mesmo processo.

(2) O autor dos *Costados das Famílias Ilustres*, no prefácio do 2º tómo, para explicar a designação de *Familiar do Santo Ofício*, diz que teve como único fim facilitar a seus descendentes um meio mais de achar provas legais da sua ascendência nas habilitações do mesmo Santo Ofício, cujo

José de Crasto Pereira é natural e morador na sua Quinta de Bouça-Cova. No seu princípio foi lavrador, e disto mesmo usou na companhia de seu pai que também o foi e hoje vive de suas quintas e fazendas que rendem cada ano mais de três mil cruzados. É bem procedido e vive com recato; não tem filhos naturais; sabe ler e escrever; deve ter 40 anos.

Irmão também de Manuel de Crasto, Arcediago de Valdigem, na Sé de Lamego. Todos três filhos legítimos de João Tomé, que foi lavrador, natural da aldeia de Bouça-Cova e de Maria João de Crasto, natural da aldeia de S. Miguel, freguesia de S. Cosme de Gondomar.

Neto paterno de Pedro Miguel de Constantino e de Maria João (a Loura), natural e moradora na aldeia de S. Miguel.

Neto materno de Pantalião João de Isidoro e de Catarina Jorge, naturais e moradores na aldeia de Vilar, da mesma freguesia de S. Cosme de Gondomar, lavradores.

Bisneto paterno de Constantino Miguel e bisneto materno de Isidoro João, de alcunha o «Bugio».

José nasceu a 22 de Novembro de 1696, sendo

Cartório se acha na melhor ordem recolhido no Real Arquivo da Tôrre do Tombo, por determinação de Sua Majestade.

Este Cartório, o da Secretaria das Justiças do Desembargo do Paço, onde estão as inquirições dos que têm seguido os lugares das letras; o Cartório da Mesa da Consciência e Ordens, que tem as habilitações dos Cavaleiros de Cristo, S. Bento de Aviz e S. Tiago da Espada; e finalmente os Cartórios das Câmaras Eclesiásticas do Reino, onde se guardam as Inquirições dos que se destinaram à Vida Eclesiástica, as Dispensas e os Sumários Matrimoniais, e os dos Mosteiros e Conventos, que contêm igualmente os Depoimentos de *Genre* das pessoas que foram admitidas nas diferentes Congregações Religiosas, são depósitos preciosos para suprir as faltas que se notam nos registos das Paróquias, muitos dos quais se desencaminharam com o terremoto de 1755, e com as guerras passadas, principalmente com as de 1810 e 1811.

padrinho Aleixo, filho de Pedro Vélho das Azenhas e Isabel, filha de Pedro Miguel, de S. Miguel de Baixo.

O Dr. Simão deve ter 36 anos, Bacharel pela Universidade de Coimbra na Faculdade de Sagrados Cânones. Foi advogado do número da Relação do Pôrto e depois abade de Bitarãis, que lhe rende 300\$000 por ano, Cavaleiro-Professo na Ordem de Cristo.

José casou com D. Clara, filha de Pedro da Cunha Carneiro, familiar do Santo Ofício, casado com Maria Vieira, natural da freguesia de Guilhufe.

Pedro retirou-se há alguns anos de Arrifana de Sousa para Valpedre, onde tem uma grande fazenda e boas casas, levando sua família e dali é que ajustou casamento de sua filha com José de Crasto, de Gondomar.

HABILITAÇÃO 12 — 298 — 1693

Pedro da Cunha Carneiro, filho de Francisco da Cunha Carneiro e Serafina Pinto de Vasconcelos, morador na freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa, bispado do Pôrto.

Neto pelo paterno de Pantalião da Cunha Carneiro, natural da freguesia de S. Martinho de Arrifana de Sousa e de Violante Varela, natural da freguesia de S. Pedro da Várzea, bispado de Lamego.

Neto pela materna de Domingos Leite Pereira, natural do lugar de Ermijo, da freguesia de Midões, bispado do Pôrto e de Domingas Pinto de Vasconcelos, natural da Avoção, freguesia de S. Miguel de Lobrigos, bispado do Pôrto.

Por causa da ouneração? ou veneração? dum capela, umas pessoas da freguesia lhe levantaram a fama de que Pantalião era cristão novo, mas tudo isso puseram a claro.

Casou com D. Joana de Magalhãis Teixeira,

filha de Jerónimo Ribeiro de Magalhãis e sua mulher Maria Teixeira de Carvalho, moradores no lugar do Assento do Mosteiro, freguesia de S. Salvador de Freixo de Baixo, Concelho de Celorico de Basto, Comarca de Guimarãis.

Neta paterna de Domingos Coelho de Magalhãis e de sua mulher Antónia Ribeiro, moradores na Quintan, freguesia de Santa Eulália de Constance de Santa Cruz de Riba Tâmega, Comarca de Guimarãis. Da dita Quintan e freguesia era o dito Domingos natural e a sua mulher, Antónia Ribeiro, natural de Canavezes, freguesia de Nossa Senhora de Sobre-Tâmega.

Neta pela materna de Gonçalo Teixeira de Carvalho e sua mulher Maria Vieira, moradores no dito lugar do Assento, donde o dito Gonçalo Teixeira era natural e sua mulher natural da Quinta do Passo, freguesia de S. Romão da Carvalhosa, Concelho de Santa Cruz de Riba Tâmega, da Comarca de Guimarãis.

D. Joana de Magalhãis é prima em 3.^º grau com o Dr. António de Magalhãis Ferraz, Comissário do Santo Ofício e parenta em 4.^º grau do Abade Lucas Teixeira de Carvalho, Comissário do Santo Ofício.

(Maço 12; número do processo 298).

Do Ex.^{mo} Sr. Abilio de Carvalho recebi mais a seguinte nota:

MACEDOS DO MORGADO DOS LOUREIROS DE MELRES

«Ruy Glz de Macedo, filho 3.^º que entendemos ser de Gonçalo de Macedo, pelo tempo em que existiu e porque seus descendentes eram do chefe de família e porque o seu património assim o inculca, no que não temos nota com certeza.»

GENEALOGIA DOS MACEDOS, DO MORGADO DE LOUREIRO, EM MELRESSO

<p>Ruy Gia. de Ma- rcado, do nogueira</p> <p>de Loureiro, em Matões.</p> <p>D. Isabel Brandão.</p> <p>de Melo, de Melo.</p> <p>Domingos Carneiro Macedo, seu parente.</p>	<p>António de Ma- cado, o velho.</p> <p>D. Ana de Melo</p> <p>Vieira, filha de Cis- toval Vieira da Silva e de Felicita</p>	<p>António Vieira de Melo, casou com sua</p> <p>Domingos Vieira de Melo ('), casou com</p> <p>D. Maria de Sique- ra, alma de gaspar</p> <p>Vieira de Leão e Anastásia Pinto.</p>	<p>António Vieira de Melo. Viria, em</p> <p>Bento Vieira de Melo ('), casado com</p> <p>D. Áurea de Aze- vedo, filha de Ma-</p> <p>nuel de Araújo Bar- reto e de D. Isabel</p> <p>Domingos Vieira do Melo.</p>	<p>António de Ma- rcado, casou com</p> <p>D. Francisco Rosa de Morais, filha do</p> <p>gador Miguel e de Jorge de Lemos a</p> <p>D. Maria de Morais, de Avevedo Pereira.</p>	<p>Bartolomeu de Ma- rcedo Malheiro, es- sou com D. Antónia</p> <p>Sarmiento Fimontei, filha do Desembra-</p> <p>D. Teresa de Moralis</p> <p>Sarmiento.</p>
--	---	--	--	--	--

Melo Monteiro, que casou no Porto com D. Luísa de Meneses, natural de Póvoa de Rei, filha de Paulo de Oliveira e de Antónia de Meneses, filha de João da Silva de Meneses e de Maria Coelho, filha de Gonçalo Coelho. Tiveram filhos: o Dr. Cipriano de Melo Monteiro, natural da casa do Póvoa de Rei, capitão-mor desse concelho, senhor dos direitos roais, cavaleiro da Ordem de Cristo; casou com D. Maria Clara de Carvalho, filha do Desembargador do Porto, Pedro Roli de Carvalho e de D. Clara de Abreu; D. Luísa Clara, mulher do seu parente Laiz Carneiro de Melo, Morgado de Veleiro e D. Teodora Engreja de Melo.

(Tirado do código 21-E-46. Livro das Genealogias Nobres deste Reino, de Portugal e das suas possessões ultramarinas, por Bernardo Pimenta da Velha, Portocarrero, secretário-mor da Guarda Ronda do Rei D. João V, capitão-mor da Guarda Ronda da Vila de Tomar, feito em 1721).

A FAMÍLIA MELO, DE MELRES

Os Srs. Ruy Dique Travassos Valdez e José Luiz Travassos Valdez de Moura Borges publicaram em 1933 um livro de genealogia da família *Valdez* (séc. XVI), em que se ocupam da descendência de Francisco Garcia de Valdez e de sua mulher D. Menicia Gonzalez de Gove. Nesse trabalho intitulado *Valdez*, a págs. 96, ocupa-se do Visconde da Sobreira Brandão Aguiar e Nunes de Moura. E na página seguinte, desafiando genealogias, diz:

«D. Isabel Brandão de Melo era filha de Álvaro Brandão de Faria, da Casa da Sobreira, em Melres, e de D. Ana de Melo, irmã de D. Fr. Clemente Vieira, bispo de Angra, filhos ambos de Domingos Carvalho Macedo e de D. Jerónima de Melo Malheiro, senhores da Casa dos Loureiros, em Melres (filha esta de António de Macedo e de D. Ana de Melo Vieira da Silva, senhora da Casa do Ribeiro, em S. Lourenço do Douro).»

E explica o apelido Melo:

«O apelido Melo entrou nesta família por D. Felicitas de Melo, mãe de D. Ana de Melo Vieira da Silva, filha de Domingos Malheiro (irmão de D. Pedro Malheiro, bispo coadjutor de Coimbra), filhos de João Malheiro e de D. Guiomar de Melo. Esta D. Guiomar de Melo era filha de Fernão de Melo de Lima, neta de D. Rodrigo de Melo, abade de Pombeiro e bisneta de D. Leonel de Lima, 1.º Visconde de Vila Nova da Cerveira e da Viscondessa D. Felipa da Cunha, filha de Álvaro da Cunha, senhor de Pombeiro (filho de João Lourenço da Cunha e D. Leonor Teles de Menezes, depois Rainha de Portugal) e de D. Brites de Melo, dos Melos senhores de Melo.»

FUNDAÇÃO DO MOSTEIRO DE RIO TINTO E TÍTULO DE URRÔ

«D. Diogo Trocozendes, que foi Governador das Justiças de Entre-Douro-e-Minho, e se achou na tomada de Coimbra com el-rei D. Fernando, o *Magno*, fundou com seus filhos o Mosteiro de Rio Tinto, ao qual dotou muitas fazendas com o padroado de 12 igrejas.

Teve a

D. Gonçalo Dias, que viveu junto a Sousa, donde teve muita fazenda, em tempo de D. Fernando, o *Magno*.

Teve

D. Ouvequez Diaz que foy Snr. da Casa de seu pai no tempo de el-rey D. Afonso 6.^o de Castela.»

Aqui principia o Conde D. Pedro, tt.^o 44, pág. 263 e dele deduz muitas familias como Avelares, Valentines, Leitões, Sadornis, Brandões, Freitas e outros. Fundou o mosteiro de S. Pedro de Cete.

Nota do Sr. Abilio de Carvalho: «Tirei isto do códice da Tôrre do Tombo, 21-2-1934.—Nobiliário de Bernardo Pimenta de Avelar Portocarrero».

MERCÊS

(Foros de fidalgo)

No *Inventário dos Livros das Portarias do Reino*, vol. II, pág. 106, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912, e que arquiva as mercês desde 1653 a 1664, colhemos a seguinte nota:

MERCÊ a João Leite de Oliveira, cavaleiro do Hábito de Cristo, do fôro de fidalgo com a moradia ordinária e da consignação de 20\$000 réis na comenda do Conde de Vimioso, dos 40\$000 réis que tinha nomeados nas rendas do Conde de Figueiró, que morreu em Castela; por ter servido dois anos como mestre de campo depois de despachado pelos pri-

meiros serviços, achando-se nas guerras do Alentejo.
— De 8 de Junho de 1656. Fôlhas 237.

Logo abaixo:

MERCÊ ao mestre de campo João Leite de Oliveira, para que os 20\$000 réis que se lhe consignaram na comenda vaga por Tristão da Cunha, se há de entender na comenda de S. Cosme, do Bispado do Pôrto, sita no lugar de Gondomar.— De 6 de Dezembro de 1656. Fôlhas 238.

O *Dicionário Aristocrático* contém os Alvarás dos Foros de fidalgos da Casa Real que se acham registados nos Livros das Mercês hoje pertencentes ao Arquivo da Tôrre do Tombo, desde os mais antigos que nêles há até aos actuais. Tômo I, A-E, pág. 370.

Carlos Brandão Alvo, natural da freguesia de Santa Maria de Campanhã, térmo da cidade do Pôrto, filho de Pantaleão Alvo Brandão Perestrelo, Fidalgo da Casa, e neto de Semido Alvo Godinho.

Fidalgo-Cavaleiro, por Alvará de 25 de Setembro de 1734. Livro 26 das Mercês de el-rei D. João V, fls. 164, v. (Há na Biblioteca só o 1.º tômo.)

BRASÕES

No nosso concelho ainda existem vélfias casas solarengas que ostentam, como meras recordações dum passado, as *armas* ou *brasões*. Esta palavra *brasão* parece que deve a sua etimologia ao alemão *blasen*, térmo com que se designava o estrondo da buzina, a cujo som estridente como o de um clarim, os lutadores de uma justa ou torneio davam ingresso na estacada ou arena, precedidos das suas respectivas bandeiras e pendões, nos quais cada um gravava os emblemas de seus feitos ou o símbolo do culto votado

à sua dama. Portanto primitivamente em português ter-se-ia chamado *blasão* e mais tarde brasão.

Com as cruzadas — essa época de fé e entusiasmo cristão — inventaram-se cruzes de tôdas as formas e feitiços, meias luas, monstros fabulosos de crenças do Oriente, flores-de-lis, cabeças de mouro a sangrar, vieiras de peregrinos e muitos outros símbolos que através dos séculos se ajustavam sobre os brasões actuais, dando a indicar a antiguidade da nobreza que em geral se conquistava em campo de batalha. Nesse tempo ainda não era o rei ou imperador o único outorgante das insignias nobres; cada vassalo se foi apropriando da sua heráldica, até que Carlos VIII criou em 1487, na sua corte, o cargo ou ofício de marechal de armas, a fim de regularizar e registar os brasões das famílias nobres. Foi uma medida necessária, para se evitarem abusos. Assim, Henrique II decretou em 1555 que a ninguém fosse permitido usar nome e armas de família alheia, sem licença régia por carta patente, multando com mil libras tornesas todo o infractor. Mais tarde, em 1696, Luiz XIV manda registar os brasões e estabelece uma taxa para o registo: vinte libras para os que não tivessem flores-de-lis, e o dôbro para os que usassem este símbolo real. Foi excessivo o rigor, mas ainda assim não expurgou os abusos. Quanto pode a vaidade humana!

A revolução, que não se fêz tardar, rasoirando as proeminências sociais e proclamando os Direitos do Homem e do Cidadão, proscreveu, *ipso facto*, o uso dos brasões de armas.

Mas o Primeiro Império que lhe sobreveio, restaurou os brasões abolidos e criou uma aristocracia nova, porventura não menos enfatuada.

O que dizemos da França, se pode, com diferença de temperamentos, aplicar à Alemanha, à Itália e à Inglaterra, na época do feudalismo. A influência da Heráldica não podia deixar de fazer sentir-se também na Península Espânica; e no nosso País, as pri-

meiras codificações de genealogias brasonadas coincidiram com os quatro últimos reis da primeira dinastia. Atribue-se ao bastardo de D. Deniz, o Infante D. Pedro, a organização do Livro das Linhagens; e o rei D. Fernando, que as tinha em grande conta, possuía um rico paramento, bordado com as armas de todos os fidalgos do seu reino. D. João I, o Mestre de Aviz, à imitação das cortes francesa e inglesa, criou na sua um rei de armas, cujo cargo, cheio de privilégios, era coordenar em livros especiais a inscrição completa da nobreza do reino e as insígnias que, de direito, pertenciam a cada fidalgo.

Mais tarde D. Manuel encarregou o seu rei de armas, António Rodrigues, de percorrer a Europa, para bem estudar toda a heráldica dos vários povos; e no regresso dêste, o soberano confiou-lhe o trabalho de arrolamento de todos os brasões de armas, espalhados pelos túmulos e nos templos; ao mesmo tempo mandou organizar um valioso tombo em pergaminho, onde estivessem, por meio de iluminuras, estampados todos os brasões de armas nacionais. As armas da família real foram pintadas no tecto de uma espaçosa sala dos paços de Sintra, circundadas com setenta-e-dois dos brasões dos principais fidalgos do reino.

Diz mais o *Tratado de Armaria*, de Leite Ribeiro, donde extraímos estes informes, que antigamente só o rei podia solenemente investir e baptizar os seus reis de armas, mas que tal cerimónia morreu com o passado. O citado livro acrescenta ainda, falando da Armaria: «uma ciéncia que tende a extinguir-se, dentro em breve e gradualmente, como a Alquimia e a Astrologia, em tempos idos, se extinguiram também».

Tudo tem o seu tempo. E termina com chiste:

«... e a nobreza que hoje se impõe ao culto, afigura-se-nos menos nos escudos da sala de Sintra, que no registo dos accionistas do Banco de Portugal.»

Expliquemos todos os sinais ou partes dos instrumentos heráldicos.

O brasão é o primeiro dos sinais exteriores com que em todo o tempo e por tôda a parte a nobreza se distinguiu. As armas indicavam a origem, a identidade e tradição das famílias nobres; portanto as armarias são as figuras que certos personagens mandavam pintar nas portinholas da carruagem ou gravar no sinete; enfim o escudo de armas é o distintivo da nobreza. O brasão, pois, representa uma linguagem hieroglífica; e a arte heráldica consiste em saber ler e escrever neste idioma. Há nas armas duas partes distintas: o fundo, chamado *campo* ou *escudo* e as figuras que nêle estão pintadas ou gravadas e que se chamam *emblemas*.

O escudo é sempre coberto ou com uma das quatro côres, vermelha (*gueles*), azul (*azur*), verde (*sinople*) e preta (*sable*); ou com um dos dois metais, ouro e prata; ou com uma das duas peles de arminho e veiro (*petit-gris*).

Para os emblemas há ainda as côres naturais, isto é, a da carne ou da pele. A primeira regra do brasão é nunca pôr metal sôbre metal, nem côr sôbre côr; tôdas as armas que se afastam desta regra são falsas, salvo três ou quatro escudos, aonde é violada por causas particulares e conhecidas.

A parte superior do escudo chama-se *chefe*, e a parte inferior *ponta*. Os emblemas desenhados sôbre o escudo são tôdas as peças da armadura de combate, ou então todos os animais, voltados constantemente da esquerda para a direita, e todos os vegetais; ou ainda os símbolos da religião, mormente a cruz; ou também, finalmente, alguns sinais particulares, como a *banda*, espécie de fita que atravessa diagonalmente o *campo*, firmado no ângulo direito do *chefe* e no esquerdo da *ponta* e que toma o nome de *barra* quando é colocada diagonalmente do ângulo esquerdo do *chefe* para o canto direito da *ponta*, e o de *faxa*, se é colocada horizontalmente no meio do escudo.

Falámos, acima, da linguagem heráldica: é que há o alfabeto desta linguagem. As côres foram a primeira cousa de que se ocuparam os arautos; adoptavam apenas quatro, que tomaram o nome geral de *esmaltes*. Esses arautos ou reis de armas, com as quatro côres de que já falámos, adoptavam também os dois metais, ouro e prata e as duas peles, o arminho e o veiro. O fundo destas era de prata ou branco e os pequenos pontos de que eram semeadas prêtos no arminho, azuis no veiro, tinham no primeiro caso pouco mais ou menos o feitio dum ferro de lança e apresentavam no segundo a figura duma campainha.

Emfim, inventaram o contra-arminho e o contra-veiro, peles imaginárias, cujo fundo e manchas eram em ordem inversa da côr.

Em seguida à côr, ao metal e à pele de campo, os reis de armas regularam as divisões do escudo; admitiram quatro, gerais, formadas por meio duma linha perpendicular, outra horizontal, outra transversal da direita para a esquerda, e outra transversal da esquerda para a direita.

Estas quatro primeiras divisões produzem, combinadas, uma infinidade de outras. Chama-se *esquartelado* ao escudo partido em cruz; *partido em pala*, o que era dividido por linhas perpendiculares; *em faxa*, o que era cortado por linhas horizontais; se estas duas espécies de linhas se cruzavam, era *enxadrezado*; o escudo forma um losango; é o escudo das mulheres. As figuras eram de duas categorias — honrosas e menos honrosas. Chamavam-se *honrosas* as que enchiam o térço do escudo, isto é, o chefe, a faxa, a pala, a banda, a barra, a asna, a cruz ordinária, a aspa ou cruz de Santo André, o fretado, a brica, a bordadura, o franxado, a merleta, o escudete sobreposto e a cotica. Expliquemos cada uma destas designações.

O *chefe* era uma banda que ocupava o alto do escudo e que representava o diadema dos antigos reis.

A *fava*, que ocupava horizontalmente o meio do escudo, figurava uma cinta. A *pala*, colocada direita no meio do escudo, figurava um bastão de batalha, ou antes uma estaca de paliçada. A *banda*, que atravessava diagonalmente o escudo da direita para a esquerda, representava uma bandeirola. A *barra*, espécie de estaca que atravessava o escudo da esquerda para a direita, era em geral indicio de bastardia. A *aspas* ou *cruz de Santo André*, formada pela banda e pela *barra* combinadas, era na opinião dos arautos de armas, uma espécie de estribo de que outrora se serviam os cavaleiros. As cruzes heráldicas passaram de cem; empregavam-se, porém, mais usualmente a *cruz ordinária* ou *cheia*, a *dobre-cruz*, a *vazia*, a *potentea*, isto é, com uma trave em cada extremidade, a *pomarra*, a *cruz de âncora*, e a *recruzada*, isto é, de que cada extremidade formava outra cruz. Em geral, a cruz indicava a cruzada, assim como as conchas e os crescentes de lua. O *chaveirão* ou *asna* tinha quase a forma dum esquadro, e a ponta do ângulo estava voltada para o alto do escudo; era, como a cruz de Santo André, um aparelho de torneio. O *fretado* tinha a forma dum Y e alguns arautos viam nêle um pálio de bispo. A *brica* era um canto do escudo, de que ocupava ordinariamente um quarto no ângulo da direita, ao lado do *chefe*. A *bordadura* era uma espécie de cinta, em volta do escudo. O *franxado* era uma bordadura interior. A *merleta* era uma bordadura de flores. O *escudete sobreposto* ou simplesmente *escudete* era um pequeno escudo no centro do grande. A *cotica* era em forma de Y, como o *fretado*, com a diferença de ser cheio o intervalo dos dois braços.

A maior parte das casas nobres quiseram que os seus brasões correspondessem a aventuras estranhas, românticas e portanto pouco autênticas; grande número de brasões são, portanto, provenientes de trocadilhos de palavras, de enigmas ou de semelhanças

de nomes. As armas que reproduzem por meio de símbolos o nome dos que as usam, chamam-se *armas falantes*. (Vid. *Études historiques sur le blason*, por A. Granier de Cassagnac).

Em suma, este assunto, que é uma das mais curiosas e indispensáveis fontes da História, chama-se *Heraldica* e que alguém apelidou *a história posta em arte*.

A-pesar-das diligências e pesquisas realizadas, não é fácil obter hoje notícia de todas as cartas de Armas, passadas em Portugal a membros de todos os vários fidalgos, pois que o terremoto de 1755 nos privou quase completamente das fontes de informação sobre estes assuntos, destruindo o *Cartório da Nobreza* com todos os importantíssimos documentos ali existentes.

O enorme e meritório trabalho da sua reconstituição, partindo dos livros particulares e de numerosos elementos dispersos, devido aos eruditos Visconde de Sanches de Baêna, Dr. José de Sousa Machado (¹), Afonso Dornelas, Gusmão Navarro, etc., embora represente um grande esforço, ainda está muito longe de nos dar a conhecer todo o imenso conteúdo daquele arquivo, de primordial importância para o estudo da nossa Heraldica.

BRASÕES DA CASA DE BOUÇA-COVA

As antigas armas ou brasões desta casa são: um escudo esquartelado de Castros, Cunhas, Pereiras e Carneiros.

(¹) «A Heraldica — onde a Arte triunfa pela beleza sugestiva do simbolismo — e a Genealogia — onde a tradição de família perpetua o laço que nos prende às gerações passadas — suprem crónicas, ressuscitando instituições e homens, relembrando factos e esclarecendo pormenores; são, numa síntese de verdades, preciosos auxiliares da História.»

JOSÉ DE SOUSA MACHADO — in *Brasões Inéditos*.

1.^º *Castro* (ramos bastardos), de prata com seis arruelas de azul, 2, 2 e 2.

Este apelido dá o timbre que é: um leão de prata sainte, de prata, carregado das arruelas do escudo.



Brasão da Quinta de Bouça-Cova

2.^º *Cunhas*, de ouro, com nove cunhas de azul, postas 3, 3 e 3.

3.^º *Pereiras*. Em campo vermelho, uma cruz de prata, florenciada e vazia de campo.

GENEALOGIA DA FAMÍLIA RANGEL PAMPLONA

(QUINTA DE FÂNZERES)

		António Tomaz de Araújo Rangel, f.d. da C. R.	António de Araújo Pereira, D. Joana Rangel,
	José Tomaz de Araújo Ran- gel e Castro, alferes do regimento de infantaria 6, f.d. da C. R.	José Tomaz de Araújo Pampulha e Castro, agre- gado ao Regimento de Mi- lícias, fidalgo da Casa Real, senhor da Casa de Mon- tezôlo, em Fânzeres e da Quinta de S. Bernardo, em Barquitos, casado com D. Emilia Leite Pereira de Melo.	João da Piedade Pereira, se- nhor da Quinta de S. Ber- nardo. D. Isabel Maria Mesquita Pe- reira,
D. Maria Bárbara de Macedo	D. Antónia Bárbara Benedicta de Queiroz.	Dionísio de Macedo Guimara- és, senhor da Quinta da Granja.	António de Macedo, senhor da Quinta do Souto. D. Marta da Silva, da casa de Reguengo.
D. Antónia Bárbara Benedicta de Queiroz.	Gonçalo Borges Pereira de Queiroz, cav. da Ordem de Cristo, opositor em Com- bra.	D. Bárbara Ferreira da Costa.	
José Pampulha Carnelro Rangel, coronel de infan- taria, f.d. da C. R.	João Alves Pampulha Car- nelro Rangel, cav. da Or- dem de Cristo, f.d. da C. R.	Manuel Mateus Pampulha Rangel, senhor do Mor- gado da Beira e Pontal, cav. da Ordem de Cristo, f.d. da C. R.	Manuel de Tovar Vasconcelos e Meneses, senhor da Casa de Aveloso, cav. da Ordem de Cristo, f.d. da C. R.
D. Joana Pampulha Carnelro Rangel.	D. Maria Clara Baldwin de Tovar e Vasconcelos, her- deira.	D. Filipa Teresa Carnelro de Figueiredo, herdeira.	D. Francisca Antónia Bal- dwin da Silva.
D. Antónia Inácia Miranda Correia e Araújo, herdeira.	Barnabé Veloso Barreto Mi- randas, cav. da Ordem de Cristo, provedor da Comp ^a do Alto Douro, f.d. da C. R.	João Barreto Veloso, sar- gento-mor de infantaria. D. Mariana Teresa de Sa- lazar.	Henrique Correia de Carva- lhão Homem, senhor do Morgado de Cabedo, cav. da Ordem de Cristo.
D. Antónia Teresa Correia de Araújo, herdeira.	D. Maria Joana de Araújo.		

4.^º *Carneiros.* De vermelho com uma banda de azul, perfilada de ouro, carregada de três flores-de-lis do mesmo e acompanhada de dois carneiros de prata, armados de ouro.

Por diferença uma brica com um trifólio no quartel dos Castros. Vê-se claramente que é uma combinação dos brasões de José de Castro Pereira e de sua mulher.

Dos *Costados das Famílias ilustres de Portugal, Algarves, Ilhas e Índias*, de José B. Canais de Figueiredo C. Branco, tômo II, pág. 142, extraí a seguinte nota genealógica:

Joaquim Eleodoro de Araújo Rangel, sucessor de António Tomaz de Araújo Rangel e senhor da Quinta de Fânzeres, Vereador da Câmara do Pôrto.

Dele descende João Tomaz de Araújo Rangel e Castro, sucessor, Alferes do Regimento de Infantaria n.^º 6 e Fidalgo da Casa Real, 1.^º marido; e finalmente Joaquim de Araújo Rangel Pamplona e Castro, sucessor, Coronel Agregado ao Regimento de Milícias da Maia, e Fidalgo da Casa Real.

Este último é, pois, filho do citado João Tomaz de Araújo Rangel e Castro e de sua espôsa D. Joana Pamplona Carneiro Rangel.

Pelo que se depreende do exposto pelo Sr. Canais de Figueiredo, o tronco era António de Araújo Pereira, pai de António Tomaz de Araújo Rangel; e este por sua vez, pai do citado Joaquim Eleodoro.

Portanto o Coronel Pamplona e Castro era tetraneto de António Araújo Pereira e bisneto do senhor da Quinta de Fânzeres.

Pinho Leal, no *Portugal Ant. e Mod.*, (1874), falando da freguesia de Fânzeres ou Fanzes, diz: «Foi aqui solar dos Araújos Rangéis. Rangel é um dos nobres apelidos de Portugal. Veio da Estremadura espanhola. O primeiro que em Portugal se

acha com este apelido é D. Diogo Dias Rangel, comendatário do mosteiro de Vilela. Esta família está ramificada em Lisboa, Beira, Fânzeres, Aveiro, Pôrto e outras partes, assim como no Rio de Janeiro. As armas dos Rangéis são: em campo azul, flor-de-lis, de prata, orla de ouro, carregado de sete romãs, verdes, abertas com bagos de púrpura. Timbre um ramo de romeira verde, com três romãs, como as do escudo. Os Rangéis de Aveiro trazem por armas — em campo de ouro seis cabeças de corvos, de negro, cada um com seu pão no bico, em duas palas viradas umas para as outras. Timbre o ramo da romeira, como o das antecedentes, mas com quatro romãs. Ainda outros Rangéis usam das armas d'este modo — em campo de ouro, cinco flores-de-lis, esquarteladas de prata e púrpura. O mesmo timbre ».

Nas Arvores de Costados das Famílias Nobres dos Reinos de Portugal, Algarves e Domínios Ultramarinos, do dito Sr. José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco, tómo II, pág. 142, se encontra a seguinte genealogia:

«António de Araújo Pereira, casado com D. Joana Rangel. D'este consórcio nasceu António Tomaz de Araújo Rangel, senhor da Quinta de S. Bernardo pelo seu casamento com D. Josefa Leonarda da Mesquita Pereira H., os quais tiveram Joaquim Eleodoro de Araújo Rangel, sucessor e senhor da Quinta de Fânzeres, Vereador da Câmara do Pôrto. Casou com D. Maria Bárbara de Macedo e Queiroz. D'este casamento veio João Tomaz de Araújo Rangel e Castro, Alferes do Regimento de Infantaria n.º 6 e Fidalgo da Casa Real, 1.º marido, que casou com D. Joana Pamplona Carneiro Rangel.»

Vid. vol. II, pág. 352 (nota) onde se refere o nome de Joaquim de Araújo Rangel Pamplona e Castro, ilustre poeta, autor de *Os meus versos*.

Numa miscelânea, com o n.º 734, existente no Arquivo da Biblioteca P. Municipal do Pôrto, encontra-se um soneto impresso nesta cidade, em 1824 e oferecido ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Manuel Pamplona Carneiro Rangel, Marechal de Campo dos Reais Exércitos e Governador das Armas do Pôrto, por um preso nas Cadeias da Relação, José Maria Ribeiro Viana; a poesia é como segue:

«Da Celeste morada vem descendo
Diva Palas, e os Nunes bemfazejos;
A Pamplona entoando mil festejos,
De sonoras Canções o ar enchendo:

O Monstro Inveja, a cauda remordendo,
Por ver em nós tão puros, sãos desejos,
Em vão maquina cheia de motejos
Murchar a Glória do Herói tremendo.

Exultai, Portuenses, de alegria,
E em contínuo prazer saúdai jocosos
Ao Sacro defensor da Monarquia.

E tu, Pátria de Heróis, Lisia, famosos,
Liberta da facção da tirania,
Os Encómios lhe tece mais gloriosos.»

ORIGEM DOS TELES, DA CASA DE CANTANHEDE, CONDES DE CANTANHEDE E MARQUESES DE MARIALVA

(VILA DE MELRES)

No *Dicionário Abreviado de Corografia de Portugal*, de J. A. Almeida, ed. de 1866, 2.º vol., pág. 284, lê-se:

Melres, fr. S.^{ta} Maria. 343 fogos. D. Pôrto, C. Gondomar, cor. Pôrto, cuja ab. era do Marquês de Marialva.—Origem dos Teles da Casa de Cantanhede.—Senior Telo, senhor em Astúrias, e Rico-homem em 738, reinando D. Favila; teve Telo Teles, em 770; teve Tel Teles, no tempo do rei de Leão, D. Afonso, o *Casto*; teve a Suer Teles, mordomo

do rei D. Ramiro I, e acham-se privilégios concedidos à igreja de Nogueira, no Minho; teve D. Goter, mordomo-mor do infante D. Alboazar, teve vassalos em Galiza, e Leão, casou altamente; teve a Gonçalo Teles, povoador de Osma, muito amigo dos condes de Castela, e Rico-homem dos reis de Oviedo e Leão, D. Ramiro III e D. Bernardo II, casou altamente; teve a Telo Gonçalves, governador de Osma; teve a Dias Teles; este teve a Telo Dias, em tempo de D. Sancho I de Castela, em 1150, teve a Fernão Teles, em 1185; teve Telo Fernandes; este teve a D. Afonso Teles, de Monte-Alegre, em tempo de D. Afonso VI, foi senhor de várias terras, casou; e teve a D. Pedro Bernardo de S. Fagundo com o mesmo senhorio e mais, casou com D. Maria Soares da Maia, filha de D. Mem Gonçalves da Maia, e D. Leonguida Soares, chamada a Tainha; e tiveram a D. Tel Peres de Menezes, senhor das vilas de Menezes, Vila-Nova, S. Romão, e outras terras, e como neto de D. Ordonho, foi um dos maiores senhores da Espanha, casou com D. Urraca Garcia Deorca Soreda, filha de Moncorre, de ilustre familia na Galiza; e teve a D. Afonso Teles de Menezes, senhor das terras de seu pai e da cidade de Valhadolid, casou com D. Teresa Sanches, bastarda de D. Sancho I, que houve de D. Maria Pais Ribeiro, de ilustre geração, e por este casamento lhe veio o chamar-se povoador de Albuquerque; e tiveram a D. João Afonso Telo de Menezes, senhor de Albuquerque, primo de D. Afonso III de Portugal, e casou com D. Leonor Gonçalves Giron, filha de D. Gonçalo Rodrigues Giron e D. Marquesa; e tiveram a D. Gonçalo Anes de Menezes, chamado *o Raposo*, casado com D. Urraca Fernandes de Lima, filha de Fernando Anes de Lima, e D. Teresa Anes; e tiveram a D. Afonso Teles de Menezes, que para escapar à morte que lhe queria dar D. Pedro I de Castela, passou a Portugal, em tempo do nosso rei D. Afonso IV, de quem foi mordomo-mor, e casou cá com D. Beringuela de Valadares, filha de Lourenço

Soares de Valadares, no Minho, e D. Sancha Nunes de Chacim; e tiveram em Portugal a D. Martim Afonso Telo de Menezes, que foi por mordomo da Rainha D. Maria, filha do nosso D. Afonso IV, e mulher de Afonso XI de Castela, casou com D. Aldonça de Vasconcelos, filha de D. João Mendes de Vasconcelos e D. Aldonça Afonso Alcoforado, pais que foram da nossa Rainha D. Leonor Teles de Menezes, mulher do nosso D. Fernando, filho de D. Pedro I, *o Cru*; e tiveram a D. Gonçalo Telo de Menezes, cunhado do Rei, senhor de muitas terras e Conde de Neiva e Faria, casado com D. Maria de Albuquerque, filha de D. João Afonso de Albuquerque, filho do Infante D. Afonso Sanches, neto de D. Diniz e de D. Tereza de Menezes, cuja senhora teve a D. João Afonso de Albuquerque, de Maria Rodrigues Borba, fidalga.—Ora, D. Gonçalo e sua mulher D. Maria tiveram a D. Martinho de Menezes, casado com D. Teresa Coutinho, filha de Vasco Fernandes Coutinho e Brites Gonçalves de Moura; e tiveram a D. Fernando de Menezes, senhor da casa de Cantanhede, casado com D. Brites Freire de Andrade, filha de Rui Freire de Andrade e de Maria Fernandes de Meira, e teve em segundo lugar a D. Fernando de Menezes, *o Reixo*, de quem procedem os Condes de Ericeira, e continuando a varonia, tiveram a D. João de Menezes, casado com D. Leonor da Silva, filha de Aires Gomes da Silva, e D. Leonor de Miranda; e tiveram a D. Pedro de Menezes, primeiro Conde de Cantanhede, por mercê de D. Afonso V, casado com D. Leonor de Castro, filha de Álvaro de Castro, Conde de Monsanto e D. Isabel da Cunha; e tiveram a D. Jorge de Menezes, casado com D. Leonor Manuel, filha de D. João de Soto-Maior e D. Joana Manuel; e tiveram a D. João de Menezes, casado com D. Margarida da Silva, filha de D. António de Noronha, primeiro Conde de Linhares, e da Condessa D. Joana da Silva; e tiveram a D. Pedro de Menezes, casado com D. Inez de Zunhiga, filha de D. Fradique



de Zunhiga e D. Ana de Castro; e tiveram a D. António de Menezes, casado com D. Inez de Ávila e Zunhiga, filha de D. Luiz de Ávila, Marquês de Mirabel, e D. Maria de Zunhiga; e tiveram a D. Pedro de Menezes, segundo Conde de Cantanhede, casado com D. Constança de Gusmão Coutinho, filha de D. Rodrigo Gonçalves da Câmara, primeiro Conde de Vila Franca e D. Joana de Blasvet; e tiveram a D. António Luiz de Menezes, terceiro Conde de Cantanhede e primeiro Marquês de Marialva, em tempo de D. João IV, casado com D. Catarina Coutinho, filha herdeira de D. Manuel Coutinho e D. Guiomar da Silva; e tiveram a D. Pedro de Menezes, quarto Conde de Cantanhede e segundo Marquês de Marialva, em tempo do rei D. Pedro II, casado com D. Catarina Coutinho, filha de seu tio D. Rodrigo de Menezes e sua sobrinha, irmã dele mesmo D. Guiomar de Menezes; e tiveram a D. Joaquina de Menezes, herdeira da casa.— Volta ao tio D. Rodrigo de Menezes, casado com a sobrinha D. Guiomar de Menezes; e tiveram a D. José de Menezes, Conde de Viana, casado com D. Maria de Alencastre, filha de D. Luiz da Silveira, segundo Conde de Salzedas e de sua mulher D. Mariana de Alencastre e Silva.— D. António Luiz de Menezes, primeiro Marquês de Mariaiva, e terceiro Conde de Cantanhede, teve em segundo lugar a D. Manuel Coutinho, Conde de Redondo, que morreu solteiro.

A *Corografia Portuguesa*, tómo I, pág. 391, do P.^e António Carvalho da Costa, traz um mais desenvolvido relato genealógico desta antiga Casa dos Teles, se bem que não há a notar alterações sensíveis.

Deste último D. Manuel Coutinho acrescenta:

«Conde do Redondo por mercê de El-Rei D. Pedro II, que depois de vários postos militares até o de Tenente-General de Cavalaria do Alentejo, morreu sem casar, e se malograram as grandes esperanças que dele tinha o nosso Reino. »

GONDOMAR, HONRA E SOLAR DE SOEIRO REIMONDO

Este assunto já foi tratado no vol. I, págs. 104 a 106, desta *Monografia*. Para lá remetemos, pois, o leitor.

QUINTA DA LOMBA
(Capela de Santo Apolinário)

A fotografia que damos à publicidade é duma capela que pertenceu a Apolinário Ribeiro de Sousa e Lima que com José Maria Quesada de Sousa e



Portão brasonado da Quinta da Lomba

Lima constituem os fidalgos da última linhagem da Casa e Quinta da Lomba. A capela deve ser, pelo estilo, do século XVIII. «Essa familia Lima, segundo o *Dicionário Histórico de Portugal*, vol. IV, pág. 185, procede de João Fernandez e Bom de Lima, que era filho de Fernão Aires Batitela, e de Tareja, filha de D. Bermudo e da Infanta D. Urraca, irmã de D. Afonso Henriques. Tomaram o apelido da terra de Lima, na Galiza, onde tiveram o senhorio. Passou a Portu-

gal no tempo de D. João I. As suas armas são: Em campo de ouro quatro palas vermelhas. Os Limas da Casa do Visconde de Vila Nova da Cerdeira, depois Marqueses de Ponte do Lima, usam as armas ordenadas pelo primeiro Visconde: Escudo partido em três palas; na primeira as quatro palas vermelhas em campo de ouro; as outras duas palas esquarteladas; no primeiro quartel em campo de prata, um leão de púrpura armado de azul; no segundo, do mesmo campo de prata, três faxas xadrezadas de ouro e vermelho, tendo o leão do primeiro quartel, acrescentadas com as armas dos Britos e com as dos Nogueiras». É tudo quanto se pode apurar da ascendência remota desta família. O brasão condiz com o do *Armorial Português*, tómo II, de 1923, que tem o número 855 e que no tómo I, do mesmo *Armorial*, pág. 188, diz:

855—*Lima* (Do Visconde)—Esquartelado: 1 e 4, de prata, com um leão de púrpura, armado de azul, que é de *Silva*; 2 e 3, de prata, com três faxas xadrezadas de ouro e de vermelho, de três tiras, que é de *Souto-Maior*; o esquartelado flanqueado em pala, à direita, de ouro, com quatro palas de vermelho, que é de *Aragão*.

Timbre—O leão do escudo.

Ecartelé: aux 1 et 4, d'argent, au lion de pourpre armé d'azur; aux 2 et 3, d'argent, à trois fasces echiquetées de trois tires d'or et de gueules; l'écartelé flanqué en pal, à dextre, d'or, à quatre pals de gueules.

Cimier—Le lion de l'écu.

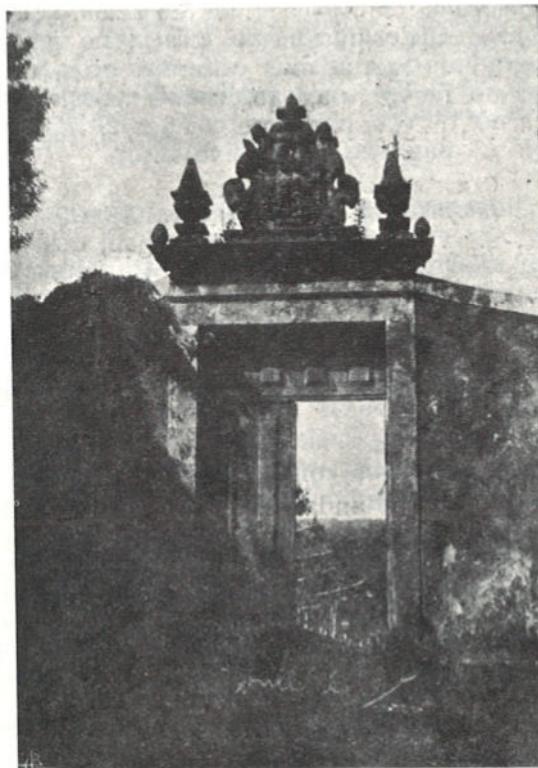
O número anterior, o 854, diz:

Lima (antigo, de João Fernandes)—De ouro com quatro palas de vermelho, que é de Aragão.

D'or à quatre pals de gueules, qui est d'Arragon.

O escudo da capela, é, porém, o que refere o n.º 855, embora o citado *Dicionário Histórico* diga que esta família procede de João Fernandes. O escudo

teria início na linhagem dos Condes de Viana do Castelo? E seria pois essa linhagem um cruzamento de famílias galegas e portuguesas?



Brasão de armas da Quinta das Sete Capelas

QUINTA DAS SETE CAPELAS

O brasão de armas dos Pinto de Vasconcelos de Miranda Monte-Negro, conforme o que existe no portão do seu solar da Quinta da Boavista, na fre-

guesia de Sobrado de Paiva, é combinado com o de outras famílias de que descendem os actuais Monte-Negros, que vem a ser: escudo esquartelado — no 1.^º quartel as armas dos Pintos, em campo de prata, cinco crescentes de púrpura, em aspa; no 2.^º, as dos Vasconcelos, em campo negro, três faxas, veiradas e contraveiradas de púrpura e prata; no 3.^º as dos Mirandas; e no 4.^º as dos Monte-Negros, como se pode ler no 1.^º vol., pág. 404, col. 2.^a, de Pinho Leal e no vol. 7.^º, pág. 529, do mesmo autor.

CARNEIROS DE ALBUQUERQUE, DE GOVÉLO

Vid. 2.^º vol., págs. 340, 341 e 342, desta *Monografia*.

QUESADOS VILAS-BOAS, DA LOMBA

Vid. 2.^º vol., págs. 366 e 367, desta *Monografia*.

Não conseguimos colhêr as fotografias dos brasões da família Rangel Pamplona, a-pesar-de insistentemente termos andado durante meses a pedir essas fotografias à pessoa a quem o caso mais interessaria. Emfim, paciência. Igualmente não nos foi dado obter a fotografia dos brasões da família Homem Carneiro de Vasconcelos, da Casa de Atãis, limitando-nos, portanto, a publicar as suas genealogias, com a explicação dos respectivos brasões.

CAPÍTULO VIII

SUMÁRIO: — Agricultura. Seu valor e movimento associativo. Legislação a tal respeito. Flora, fóssil e médica. Cereais, legumes e tubérculos. Culturas hortícolas e pomicultura, Silvicultura. Espécies industriais — vinha, oliveira e linho. Floricultura. Fauna e pecuária. Lacticínios. Avicultura e apicultura. Caça e pesca.

O solo português onde se encontram tôdas as formações geológicas conhecidas, revela as mais diversas aptidões agrícolas. São do ilustre professor Sr. Joaquim Rasteiro, as seguintes observações: «Diferindo em contextura e composição, em humidade, em planícies e relevos, (os terrenos) tornam-se acessíveis a diversíssimas culturas, desde o pinhal que vive nos solos leves, secos e sem cal, até ao arroz que se cria nos encharcados, passando pelos milheirais de regadio em zonas do Norte e do centro do País, onde constituem regiões interessantes e estranhas».

As principais culturas do nosso solo, diz o Sr. Dr. António Mattoso, no seu *Compêndio de Geografia Económica*, acham-se assim distribuídas:

Cereais, leguminosas e pastagens, 26 %; vinha, 3,5 %; árvores de fruto, 4 %. A floresta cobre 17 %.

Gondomar pertence à região botânico-agrícola chamada *Além-Douro Litoral*, que tem um clima de grandes extremos e fracas precipitações; abundam, diz él, as grandes elevações incultas; destacam-se os vales férteis, de terrenos xistosos e cobertos de aluviões.

ZONA GEOMORFOLÓGICA DE GONDOMAR

Portugal, segundo o Sr. Dr. Silva Teles, Professor do Curso Superior de Letras e da Escola de

Medicina Tropical, pode dividir-se em várias zonas. E assim, o nosso concelho, como região agrícola, segundo o Decreto de 17 de Agosto de 1912, pertence à 1.^a Região — Norte-Litoral — que compreende os distritos do Pôrto, Amarante, Baião, Felgueiras, Gondomar, Lousada, Maia, Marco de Canavezes, Matozinhos, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Pôrto, Póvoa do Varzim, Santo Tirso, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, com os concelhos de Braga, Viana do Castelo e algumas de Aveiro, de Viseu e de Vila Real.

E, segundo a Portaria n.^o 71, de 21 de Novembro de 1913, Gondomar pertence à 1.^a Circunscrição-Norte, 8.^a Secção e 12.^a Região agrícola.

O SOLO DE GONDOMAR

Quem faz amar os campos, faz
amar a virtude.

DELILLE.

A agricultura é, no nosso fertilíssimo concelho, a primeira fonte de riqueza. A cultura do solo, isto é, o trabalho alegre e ao mesmo tempo esforçado que se emprega, para arrancar do seio da terra o nosso pão e o nosso vinho, o fruto dos nossos pomares e o linho dos nossos bragais é todo o sonho do lavrador, que moureja desde manhã ou madrugada até à noite, buscando esse manancial copioso da riqueza do seu lar.

A agricultura é quase tão antiga como o mundo. É certo que a vida pastoril deve ter precedido a vida agrícola; mas esta, em todos os países do mundo, foi sempre a rainha das artes pela exuberância de suas dádivas e pela beleza de seus produtos. Desde os primórdios da nossa nacionalidade, só a terra fecunda dos campos podia constituir o objecto da propriedade, isto é, de todos os valores, porque no meio da miséria e da barbarie daqueles tempos, só ela fornecia

os mais seguros recursos para as necessidades da vida. Destarte, a agricultura prendia-se ao interesse comum dos prelados e dos grandes senhores, entre os quais estava dividido o solo português, e de que o rei era o primeiro dono.

Vários factores contribuiam para promoverem o desenvolvimento da agricultura. Por meio dos forais, os monarcas, dando liberdade e certa autonomia aos povos, convidavam-nos implicitamente a arrotear as terras, fixando a sorte dos colonos, isto é, dando estabilidade e garantias aos resultados de seus trabalhos. As fundações monásticas e o ascetismo religioso da Idade-Média contribuiram para o arroteamento de bravios e povoações de lugares desertos. O progresso da agricultura, nos dois primeiros séculos da monarquia, foi tal que já no reinado do *rei lavrador* (D. Deniz) se exportavam cereais para o estrangeiro. Estes e os legumes, bem como o azeite, o linho e o mel tornaram-se matéria ordinária de transacções. Os primeiros grandes proprietários e até os monarcas deixavam em legado as suas éguas, vacas, ovelhas e porcos, como pode ver-se nos *contratos de venda e doação*, em *Port. Mon. Hist.*

A agricultura, porém, tem atravessado crises, uma das quais bem antiga se pode atribuir ao génio aventureiro da raça; é que, suplantada talvez pelo gosto da navegação marítima, começou a decair no tempo de D. Fernando, o que deu causa à célebre *lei das sesmarias*. Pelas disposições deste diploma régio, as autoridades encarregavam-se duma vigilância extrême sobre os terrenos abandonados, de modo que, se o dono deles se recusasse a cultivá-los, podiam ser dados a outro lavrador, prendendo e sujeitando ao trabalho da lavoura, todos os vadios, mendigos válidos, ermitãis, e todos os outros ociosos. Coibiram-se as extorsões com que os fidalgos vexavam os pobres lavradores e tomaram-se nesse sentido outras provisões tão sensatas e justas que nos obrigam a acreditar num elevado espírito de progresso social, patriótico.

tico e económico que caracterizava aquêle tempo hoje já bem remoto.

Neste sentido, nada temos adiantado.

Por isso que a agricultura é a acção e a arte de amanhar e granjear as terras e criar os gados, para colhêr os frutos naturais dumas e doutros, ela abrange a agronomia que é propriamente o processo científico da cultura da terra; e igualmente a pecuária, que é a indústria da criação e aperfeiçoamento das diversas raças de animais, úteis ao homem.

Eu queria que tôda a gente lesse e meditasse um precioso livro de A. F. de Castilho, *Felicidade pela Agricultura*, porque ai encontraria magistrais lições e um forte estímulo para amar as entradas riquíssimas da terra. «A arte variadíssima, diz êle, de obrigar a terra a produzir tudo, não é uma arte rude, pois tôdas as ciências a cortejam, e a servem; não é vil, nem desprezível, pois só depende de Deus, enquanto os homens todos dependem dela. As cidades que afectam desprezar os campos, deles nasceram, por êles vivem, e medram, que só lá têm as suas raízes: Transformam-se elas, envelhecem, amesquinham-se, doidejam, morrem e esquecem, enquanto êles, os campos, permanecem, riem, amam, dão, e prometem de contínuo; coexistiram desde o princípio, coexistirão até o fim com a Raça Humana.

A charrua e o enxadão topam em tôda a parte com as ruinas de templos e palácios; essas maravilhas efémeras da arte pompearam um momento sobre o solo desvestido, e logo a Natureza as afogou; as recolheu outra vez com o seu solo, com a sua vegetação, com os seus frutos, com as suas fragrâncias, com a sua paz, com as suas harmonias primitivas e inefáveis». E assim é. Não conheço arte mais encantadora e salutar do que a vida do campo, desde a rega ou cava à vindima ou ceifa. Tudo nela é simplicidade e grandeza! Simplicidade no trabalho, falando com os bois ou escutando o gorjeio das aves que nas comas das árvores se associam à faina do

homem, cantando as glórias da lavoura; e grandeza no comércio com a terra, que nos dá cento por um! Por isso o citado autor com razão nos diz que «a Agricultura, a vélha e robusta mãi dos povos, auxiliada dos seus dois incansáveis primogénitos, Indústria e Comércio, é a bemfeitora por excelência, à compensadora única das diferenças das regiões; a expressão máxima da Divina Munificência, e o mais claro documento da nossa social destinação».

E assim, no *Hino dos Lavradores*, o côro canta jubilosamente os instrumentos com que tratamos a leiva:

«De espigas e palmas coroemos a enxada,
Morgado, e não pena, dos filhos de Adão:
Mais vélha que os cetros, mais útil que a espada,
Tesouro é só ela, só ela brasão.»

*
* *

¿E nos tempos modernos, os poderes públicos e os lavradores têm-se interessado pelo problema agrícola? Sem dúvida. Em Portugal já se têm realizado vários Congressos.

O 1.º foi no Pôrto; em seguida a uma exposição pomológica em 1879, realizou-se um congresso vinícola, em 1880.

Mais tarde, em Lisboa, realizou-se outro congresso vinícola; em 1895 outro, promovido pela *Real Associação Central de Agricultura Portuguesa* e o congresso de 1897, efectuado no Pôrto e promovido pela *Liga Agrária do Norte*.

Mas já anteriormente, no reinado de D. José, o interesse pela agricultura mereceu as atenções do notável reformador e primeiro ministro daquele monarca, o Marquês de Pombal. A criação da *Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro* confirmada pelo alvará com fôrça de lei de 10 de

Setembro de 1756, ficou gozando de tais privilépios que o povo do Pôrto, revoltando-se, produziu o motim de 23 de Fevereiro de 1757; e para castigo dos cabeças dêsse motim foi dada uma enérgica sentença da Alçada, que revela bem o despotismo governamental daquela época, como se pode ver na *Descrição topográfica e histórica da cidade do Pôrto*, cap. 8.^o, § 8.^o, pág. 309, ou mesmo *Um motim há cem anos*, Pôrto, 1865, romance de Arnaldo Gama.

Já nos fins do século XIV e seguintes, a agricultura fôra altamente prejudicada pela guerra com Castela, pelos descobrimentos marítimos e consequentes conquistas que desviavam muitos e os mais vigorosos braços da lavoura nacional. Além disso, a cultura dos cereais fôra substituída pela dos vinhedos, porque os vinhos conseguiram larga exportação para os países do Norte, motivo este que deu origem à importação de trigo estrangeiro. Mas o que deve acentuar-se é que a falta de braços era a principal causa da nossa decadência agrícola, ainda agravada pelas epidemias ou pestes, guerras e emigrações para as colónias. No reinado de D. João III embarcavam, em média, de Lisboa para a Índia, 8.000 pessoas por ano; e devia exceder o dôbro o número dos que saíam por outros portos e pelas fronteiras de Espanha! (Rebelo da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*).

É que o luxo do Oriente fizera perder aos homens do campo o afecto e o gôsto duma vida laboriosa e frugal e dera assim lugar à ambição de riquezas sem grande custo obtidas nas aventuras de além-mar.

E essa decadência da agricultura continuou ainda nos séculos XVII e XVIII, durante os quais fôra sempre sensível a péssima administração do Estado, se exceptuarmos, é claro, as providências que o Marquês de Pombal pôs em execução, para soerguer do charco a barcaça da administração pública. Até aí os governos tentavam enriquecer a Nação, enrique-

cendo o tesouro, quando para enriquecer o tesouro deviam procurar primeiro enriquecer a Nação; e o resultado foi a ruína da nossa agricultura, da nossa indústria e do nosso comércio.

Hoje temos progredido um pouco; o nosso lavrador vai abandonando, devagar, é certo, mas com firmeza, a vélha rotina dos processos da cultura; hoje já o nosso lavrador adquiriu máquinas agrícolas que substituem muitos braços e evitam muito tempo. Refiro-me ao lavrador proprietário que dispõe dum grande lavoura, com engenhos de rega a motor eléctrico, e outras máquinas que eram desconhecidas, há 50 anos, da maior parte dos lavradores de Gondomar. Não bastam, porém, estes processos de técnica agrícola, nem tampouco são suficientes as medidas legislativas para salvar a agricultura; é mister que a classe se associe. Frisemos bem as judiciosas palavras do ilustre Professor D. Luiz de Castro:

«O antigo Presidente do Conselho de Ministros da França e que por pouco não foi chefe daquèle Estado, o saúdo Júlio Meline, que eu conheci muito bem, inaugurando há anos um congresso internacional de agricultura, marcou e evidenciou o fenómeno económico da «industrialização da agricultura» e declarou que era necessária, benéfica e que para a impulsionar promovia a realização de congressos a Comissão Internacional de Agricultura.

Uma década passada, abrindo as sessões de outra assembleia agrícola semelhante, dizia aquél tão lúcido, tão activo, tão simpático vélhinho: «... o acréscimo de rendimentos aumentando a produção, provocou por tôda a parte quásí, uma depressão dos preços de venda que não deixa à lavoura margem suficiente para remunerar o seu trabalho, o que originou uma nova crise que se pode chamar a crise dos preços... A agricultura já fêz bastante pela produção; é tempo agora de ocupar-se da venda e, por isso, é indispensável que trate de organizar-se «comercialmente».

Neste ponto ainda é preciso que ela imite a indústria e empregue os seus processos.

A indústria não se limita a fabricar boa mercadoria. Quando a tem, procura vendê-la nas melhores condições possíveis, evitando cuidadosamente entregar-se nas mãos de intermediários ou de especuladores que chamariam a si a melhor parte dos lucros».

O quadro está perfeito.

Há perto de 40 anos manifestava-se e proclamava-se lá fora a «industrialização da agricultura». Poucos anos depois, como necessariamente havia de suceder, a «comercialização» impôs-se.

O progresso do movimento associativo rural provém desses fenómenos que devem a sua origem a uma evolução verdadeiramente científica.

Antigamente, nota um escritor socialista italiano: «o instrumento técnico agrícola compreendia um pequeno número de instrumentos grosseiramente trabalhados, o estrume de curral, o gado criado sem importações nem cruzamentos e um sistema de cultura polimorfo, pedindo a cada talhão de terra pouco mais ou menos todos os géneros próprios para seu consumo. Qualquer que fosse a extensão do domínio, o agricultor ali estava isolado na sua propriedade, na sua produção e quase também no seu consumo. Sentia-se independente dos outros produtores; nenhuma ocasião se proporcionava de se reúnirem para obtenção de objectos de utilidade comum. Económicamente, intelectualmente e moralmente, o agricultor estava só».

Mas o instrumento técnico moderno modificou tudo isso.

O lavrador tem à sua disposição os meios de obter melhores e mais abundantes produtos que outrora e enquanto esse novo instrumento canalizou uma corrente: «o capitalismo», para a indústria e para a grande exploração agrícola, acarretou para a média e pequena agricultura, o «cooperativismo», que é a única salvação que pode encontrar neste rude

embate com o esmagador «Capital» servido pela «Ciência» (¹).

A observação dos factos e o raciocínio que sobre eles assenta levam-me, inexoravelmente, à simpatia e dedicação que todo o patriota culto e todo o apaixonado pelo desenvolvimento económico do País deve consagrar ao sindicato, às cooperativas e à mutualidade aplicada à vida dos campos».

Os lavradores de Gondomar, porque dispõem do melhor solo, melhor que ninguém devem interessar-se pela lição do referido agrónomo.

«Tôdas as providências ou medidas legislativas afirmam uma necessidade de valorizar sempre e cada vez mais o solo português, na sua máxima ocupação agrícola; se a lide do campo tem canseiras, também nos dá verdura, sombra, flores e frutos; se a lide é contínua, a variedade a distrai; se é pesada, também nos dá saúde; se é modesta ou rude, é a fonte de tôda a riqueza e a mais opulenta de recreios e de distracções salutares. Na minha terra, o campo é o

(¹) O Sr. Augusto Costa, no seu recente livro *Factos & Princípios Corporativos*, versa no cap. *As ruinas do materialismo económico*, a noção do trabalho, de forma a criarmos outros conceitos económicos da vida social e condenando tanto o liberalismo político como o materialismo económico, pois que dêsse errado caminho resultou que *ainda não há o estritamente indispensável para a vida e já há sobre-produção do que poderia escusar-se*.

Observa então: «A idea materialista e utilitarista (um utilitarismo aliás absolutamente unilateral) da civilização dividiu o Mundo da produção em dois sectores: o sector do capital, preocupado apenas com a idea de ganhar dinheiro, e o sector do proletariado, considerado apenas como aglomerado de máquinas ou como rebanho de gado, obrigado a contentar-se com aquilo que o outro sector quere dar-lhe para seu sustento. Porque se deu isto? Porque se adoptou um conceito absolutamente individual da riqueza, e porque se levou para a produção uma idea de guerra quando ela deveria ser informada por um espírito de íntima colaboração entre todos os agentes produtores. «Em suma, diz o Sr. Dr. Oliveira Salazar: a riqueza, os bens, a produção não constituem em si próprios fins a atin-

mais largo e mais fecundo veio das actividades económicas. A classe dos lavradores é a mais numerosa e aquela que menos sofre. Por isso o campo necesita cuidados mui diferentes dos empregados outrora; hoje a técnica agrícola é chamada a desempenhar um alto valor económico no problema da produção; as indústrias d'este género, no que concerne à criação de animais, têm por base técnica o conhecimento de condições de existência e o desenvolvimento próprio de cada espécie animal, na adaptação ao fim para que o homem o quere. O que se diz dos animais, se diz dos vegetais, porque para o terreno conservar a fertilidade, é mister dar-lhe o que ele der à planta; e esta espécie de restitução executa-se não só pela acção das fôrças naturais, como pelos processos empregados pelo homem, como seja revolver a terra, adubá-la, tirar-lhe as plantas parasitas, isto é, mondar, regar e alternar as culturas.

Isto pelo lado técnico. Sob o aspecto associativo, este criterioso incitamento às associações agrícolas

gir; têm de realizar o interesse individual e o colectivo; nada significam se não estão condicionados à conservação e elevação da vida humana. A este objectivo devem obedecer o conjunto da produção nacional e a actividade administrativa do Estado, dispostas, uma e outra, o mais possível segundo a ordem racional das necessidades dos indivíduos e da Nação. Eis porque se afirma que a organização económica deve realizar o máximo de produção socialmente útil e que é obrigação do Estado zelar pela moral, pela salubridade e pela higiene pública».

Pelo sistema moderno, diz o citado autor, a pág. 237, a representação dos homens do campo, junto do Estado, está assegurada, nas duas secções da Câmara Corporativa, (cereais, pecuária e vinhos), escolhidos de entre as Casas do Povo, cada um das respectivas regiões, cerealíferas ou vinícolas. Trata-se daqueles que «trabalham nos produtos essenciais da Terra e que por isso são mais susceptíveis de organização económica, e consequentemente corporativa».

As organizações profissionais que vieram substituir, por força do Decreto-Lei n.º 23.050, de 23 de Setembro de 1933, as antigas associações de classe, denominam-se, por força daquele mesmo Decreto-Lei, *sindicatos nacionais*.

não é novo em Portugal. Os celeiros comuns, onde se contêm os elementos primitivos das caixas económicas e de crédito, aparecem em Évora, já em 1576; e no princípio do século XIX foram surgindo as sociedades de socorros mútuos, mormente desde 1807 por diante. O Decreto de 23 de Novembro de 1854 manda estabelecer *sociedades agrícolas* nas capitais dos distritos administrativos, mas tiveram pouca vida.

No entanto o seu fim é importante, qual era o de estudar a agricultura local, apresentar relatórios anuais ao Governo, promover exposições e organizar bibliotecas agrícolas e colecções de estampas e modelos de instrumentos agrários. Era um inquérito ao País.

Desde 1865 estabelecem-se as sociedades de seguros mútuos contra a mortalidade do gado, chegando a ser elevadas à categoria de instituições municipais e tendo suas atribuições determinadas no Código de Posturas da Câmara, com o título de *sociedades de lavoura*. Foi o Sr. Pedro Ferreira dos Santos quem elaborou os Estatutos da melhor e mais moderna associação deste género que existe entre nós, chamada *Sociedade de Seguros de Gado Bovino*, estabelecida em o concelho de Viseu, em 1904. Para tornar proveitosas estas instituições, preciso é federá-las em diversas áreas regionais onde há sociedades de seguros ou criar caixas de resseguros.

Quanto às sociedades de crédito agrícola, já que estamos a fazer história, diremos que em Aveiro, em 1856, o Sr. Nicolau A. de Bettencourt, criou uma delas, exclusivamente agrícola e outras muitas desta natureza abundam já entre nós. É que os sindicatos agrícolas podem constituir, promover ou favorecer a constituição, nos termos das leis, com fundos e Estatutos especiais, de caixas de socorros mútuos, sociedades cooperativas, sociedades de seguros mútuos, bancos ou caixas de crédito agrícola, caixas económicas, frutuárias e quaisquer outras instituições que promovam o desenvolvimento agrícola da região em que funcionam. Esta disposição é altamente aceitável e

vantajosa, porque tais instituições, partindo dum núcleo associativo, isto é, formando-se dentro dumha célula associativa, têm muito maiores garantias de êxito e são um mais poderoso auxílio para a sua expansão. Em suma: tanto os sindicatos agrícolas, do género mutuário, como do cooperativista, têm uma importantíssima missão a desempenhar. Eles nasceram do Decreto de 5 de Julho de 1894: mas a Carta de Lei que definitivamente dá vida jurídica a tais sociedades tem a data de 3 de Abril de 1896. É um documento de elevada compreensão do problema agrícola e do cumprimento do qual há a esperar melhoria da situação económica das classes operárias rurais.

Como Portugal é o País do vinho, por excelência, os governos também não têm desprezado esta fonte de riqueza pública, criando as *adegas sociais*. No Decreto de 14 de Junho de 1901, o relatório que o precede observa:

«...Se o fabrico do vinho é uma operação industrial que exige capital e ciência, teremos de condenar a pequena propriedade, fazendo perder à viticultura a sua benemerência económica e social, colonizadora como é, e favorável à constituição de uma numerosa democracia rural, fundamento insubstituível da prosperidade do País? De modo algum. Importa difundir por todos os modos a instrução enotécnica... E, sobretudo, preciso fomentar quanto possível, o recurso ao princípio associativo e que a vinicultura se afirme pela criação das chamadas *adegas sociais*...»

Além destes, temos a segunda por ordem cronológica, *Real Associação Central da Agricultura Portuguesa* que tem influido na orientação das questões gerais, promovendo congressos, exposições e concursos, subsidiando publicações de propaganda, etc. Devemos acrescentar que outras mais se têm organizado, como sejam as *Ligas dos Lavradores do Baixo Alentejo, do Douro, Agrária do Norte, a dos Agricultores da Beira*, bem como, ainda visando ao fim

associativo, a *Sociedade de Ciências Agronómicas de Portugal*; mas tôdas elas não atingem o fim; são precisos os sindicatos, pois só deles se pode esperar uma intensa acção educativa de fomento material e moral das povoações agrárias.

Esta é a opinião do mesmo erudito professor de Agronomia, que já citei, o Sr. D. Luiz de Castro, e cuja exposição doutrinária se pode ler em as *Notas sobre Portugal*, vol. I, pág. 427 e seguintes.

Acompanhando este movimento cooperativista, há na vila de Gondomar o *Sindicato Agrícola*, de que é presidente o lavrador-proprietário Sr. Manuel Ribeiro de Almeida; mas também um outro está em organização, em Branzelo, denominado *Sindicato Agrícola do Alto Concelho*, para servir os lavradores daquelas regiões mais afastadas da vila.

E qual é a área portuguesa de cultura?

Ouçamos o Sr. Bento Carqueja:

«Entre os anos de 1864 e 1902, Portugal (*Econ. Pol.*, tom. II, pág. 196) viu aumentada a sua área cultivada em 2.542.382 hectares, o que representa, nesses vinte-e-oito anos, um aumento de 90.799 hectares em cada ano.»

E em uma nota, explica:

«Os nossos incultos, diz-se, abrangem 3.842.258 hectares, isto é, 43 % da área total do País.»

Faz ver que não é exagero este cálculo, porque nesta grande superfície inculta está abrangida a área ocupada por povoações, pântanos, areais, as camadas rochosas dos nossos montes incultiváveis, bem como as estradas, rédes ferro-viárias, praças públicas, leitos de rios, etc.

A superfície produtiva do País é de 78 % da área total, superior à média geral da Europa, que fica em 75 %.

Gondomar tem extensíssimos campos ou agras bem aproveitáveis, mormente nas freguesias menos montanhosas, como sejam Rio Tinto, Fânzeres, Valbom e Vila de Gondomar, onde a cultura agrícola é muito intensa. Neste concelho, que dispõe de extraordinárias aptidões agrícolas, pela fertilidade do seu solo e pelo esméraro no cultivo dos campos, encontram-se as seguintes culturas: cereais, leguminosas, pastagens, vinha, olivedo, árvores frutíferas e por fim bouças de mato e florestas.

MILHO

No nosso concelho o cereal mais cultivado é o milho que na época das colheitas brilha ao sol nas eiras onde se estende como alourado tapete, a secar e a limpar, para, depois de moído e cozido, constituir em cima da modesta mesa do lavrador ou do artista a sua alimentação vulgar e cotidiana. (¹)

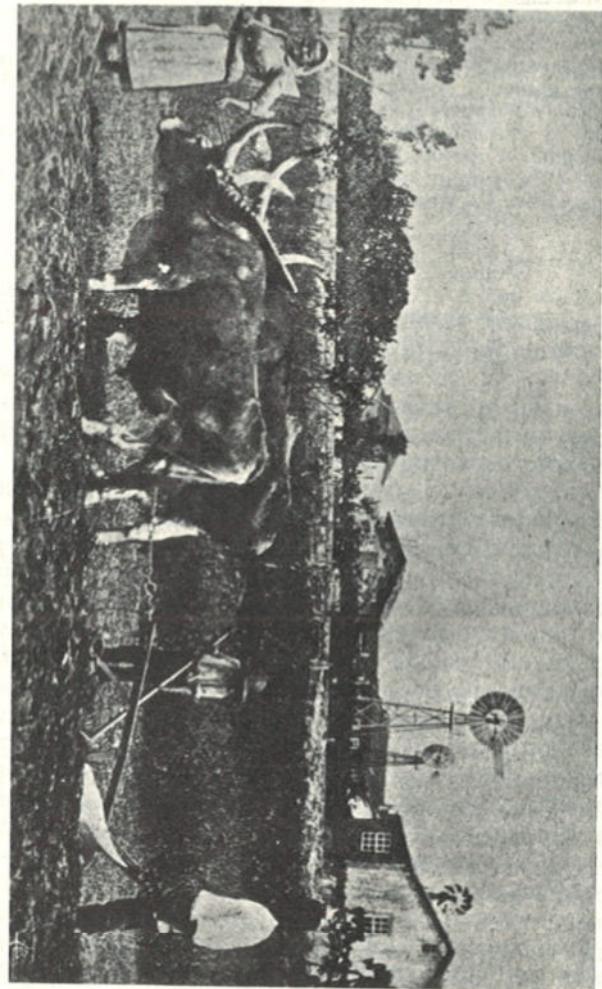
A boroa é a riqueza do lavrador. Que seria dele sem o milho? Até se diz: «aquele tem muito milho», quando nos queremos referir ao dinheiro. *Milho* é sinónimo de riqueza.

O milho (*zea mays*) é o único cereal que foi introduzido na Europa vindo da América, talvez do istmo

(¹) Todos os lavradores colhem o milho que calculam ser necessário à alimentação de sua família e dos criados ou moços que os servem no amanho das terras. Têm em suas casas fornos, onde cozem o pão; apenas, em geral, dão a moer o grão aos moleiros que, pela moenda, recebem uma quota parte, em remuneração do seu trabalho, consoante o número de alqueires. Cada fornada consta de 7, 8 ou mais boroas. É também uso antigo cozer, juntamente com as boroas, os bolos que são arredondados e chatos, de mais dum palmo de diâmetro, onde a cozinheira estampa a palma da mão ou desenha com os dedos uma cruz, antes de entrarem no forno.

O milho também se dá, em grão, às galinhas e a outras aves domésticas, bem como aos porcos.

Com a farinha fazem-se *papas*.



A lavoura em S. Cosme

de Teüantepec; antes da descoberta d'este continente, era apenas cultivado pelos Índios. A sua cultura espalha-se rapidamente, não só na zona tropical, como na temperada quente. Na África (¹) já no século XVI era cultivado.

Nos países quentes essa planta desenvolve-se mais de-pressa do que na quadra estival das regiões temperadas, mas notam-se diferenças na largura das fôlhas e coloração mais clara. Logo que esteja formada a espiga, amadurece em pouco tempo. Para se dar bem, precisa dum solo fértil em clima sem chuvas excessivas, nem secas prolongadas; mas os terrenos devem ser frescos como os que ficam nas margens dos rios, onde se pode semear depois das chuvas. O seu período de vegetação regula por quatro a quatro meses e meio. Nos países intertropicais, porém, o período de amadurecimento é de dois e meio a três meses e meio, quando as espécies são rijas; as outras espécies necessitam apenas de dois meses.

Entre as diversas variedades de milho, que são muitas, distinguem-se o de grão tenro e farinhento e o de grão duro e epiderme cortical, o de haste elevada e o de haste baixa e mais precoce.

Entre nós há também o *painço* ou *milho miúdo*, que se dá como alimento aos pintaínhos, pássaros de estimação, bem como a alpista.

(¹) Diz o prof. Sr. Francisco A. Correia, na sua *História Económica de Portugal*, vol. I, pág. 66, que foi D. João II quem introduziu em Portugal a cultura do milho graúdo, originário da Guiné. Outros afirmam que élle viera da América. O que é certo é que só pelos fins do século XVII começou a vulgarizar-se a cultura do *milho graúdo*, também chamado *milho záburro*, *milho grande*, *milho mais*, *milhão*, *milho grosso* e *milho de maçarocas*. Até então havia só o *milho miúdo*.

Do painço, diz Viterbo, que é semelhante a milho miúdo, mas ainda mais miúdo. «Dá pouco sustento e gera humor melancólico. Porém enxuga as humidades do estômago e aplicado por fora desseca muito e resfria».

A produção do milho em Gondomar dá ideia do valor das terras lavradas e da riqueza do lavrador. Em geral diz-se: aquél tem tantos *carros* de milho. Cada carro vale 40 alqueires. O milho é pois o padrão da riqueza agrícola.

As esfolhadas, hoje já menos freqüentes, são o entretenimento dos rapazes e raparigas que na *rainha* (espiga avermelhada), quando a encontram, têm pretexto para abraços e ditos engracados.

As canas do milho conservam-se em *rolheiros*; e servem, depois de sécas, para forragem do gado bovino, misturadas ou não com erva.

QUAL É NO CONCELHO A PRODUÇÃO E A SEMENTEIRA DO MILHO?

Tenho presente o Modélo E. A. n.º 1-A — *Relação dos manifestos de produção agrícola*, relativa ao nosso concelho, no ano de 1926, que acusa a seguinte estatística em litros:

S. Pedro da Cova	63.100
Covelo	88.840
Fânzeres.	69.690
Foz do Sousa	294.012
Vila de Gondomar	709.500
Jovim	179.840
Lomba	40.400
Medas.	166.320
Melres	129.360
Rio Tinto	936.820
Valbom	37.220

E quanto a sementeira nesse mesmo ano, respectivamente (pela ordem já enunciada de freguesias): litros: 2.950; 2.815; 25.220; 19.100; 30.490; 8.630; 2.425; 5.928; 7.540; 41.930 e 2.960.

Pelo exposto, verifica-se que a freguesia que mais litros de milho semeou foi a de Rio Tinto (41.930 l.) e igualmente aquela que maior produção teve, que foi de 936.820 l. A seguir vem a Vila de Gondomar,

com a produção de 709.500 l. e com a sementeira de 30.490 l.

O *Boletim da Agricultura* (ano II — Junho, 1933, n.º 6 — III série) dá-nos a média do quinquénio 1926 a 1930, em litros, quanto à colheita do milho. No nosso concelho acusa os seguintes números: média do referido quinquénio 4.916.090 litros. No ano de 1931, 6.279.860 litros; em 1932, 4.462.400 litros.

As estatísticas desta natureza devem falhar um pouco, pelas razões que se descobrem facilmente, mas aproximam-se da verdade; outros meios não há de se obter um número exacto d'este trabalho de semear e colhêr.

INSTRUMENTOS AGRÍCOLAS E CAMPANHA DE PRODUÇÃO

Por tôda a parte hoje se inicia um auspicioso movimento de intensificação agrícola com o auxílio poderoso da mecânica.

Leio nos jornais que a *Estação Agrária do Pôrto*, à frente da qual se encontra o Engenheiro-Agrónomo Sr. Dr. Augusto Ruela, realizou uma excursão ao Romeu e a outras localidades do distrito de Bragança, visitando a *Casa Agrícola de Romeu* e a *Estação Sericócola*, de Menezes Pimentel, de que é Director o Engenheiro-Agrónomo, Sr. Dr. Álvaro Trigo. Em Mirandela, diz a notícia, realiza-se uma sessão de propaganda agrícola com projecções cinematográficas, percorrendo-se em seguida as dependências agrícolas da referida Estação, em Carvalhais. Aí se procederá, entre outros trabalhos, à ensilagem da batata.

Os mesmos excursionistas visitam as modelares instalações, lagares e adegas da *Sociedade Clemente Meneres, L.ª*, em Monte Miões. Nos lameiros contíguos assistirão, dizem os jornais, à ceifa de feno com gadanheiras mecânicas, seguindo-se para os grandes sobreirais da casa, no Quadrassal, onde se presenciará a tiragem da cortiça e seu empilhamento, a

ensilagem de forragens, corte mecânico de mato para estrume e outros trabalhos agrícolas de técnica aperfeiçoada.

É assim como se promove uma confraternização entre lavradores e técnicos agrícolas, que muito contribuirá para uma prometedora era de prosperidade da nossa agricultura.

Nos arredores da cidade, o problema agrícola está também interessando vivamente a classe dos lavradores; e seria mesmo um crime, neste século XX, em que a técnica está exercendo em tôdas as esferas da actividade humana o papel soberano do mundo económico, seria até um crime imperdoável que os lavradores não cuidassem a sério desta fonte de riqueza, que é o seio da terra-mãe. De facto, li nos jornais que no dia 5 de Junho de 1932 se realizou em Tabosa, Pedroso (Gaia) uma demonstração de sacha mecânica de milho em campo, estabelecida pela 6.^a *Brigada Técnica da Produção Agrícola*.

Compareceram muitos lavradores do lugar e da circunvizinhança, estando presente o Engenheiro-Agrónomo Kol de Alvarenga, do Sindicato de Pedroso e o Dr. Barbosa, Presidente e Tesoureiro do *Centro Agrícola*, do Pôrto.

Anunciou que se realizaria depois em Olival uma conferência sobre «adubações» e nessa ocasião seriam feitas várias demonstrações com máquinas agrícolas fabricadas por um hábil serralheiro da região.

Igualmente no nosso concelho se inicia, com entusiasmo crescente, um movimento de propaganda da técnica agrícola. Assim, o Dr. Tomaz Gomes Cardoso, filho ilustre desta terra e que desde já há anos se vem interessando pela lavoura local, realizou, no dia 5 do dito mês de Junho, uma conferência sobre este assunto, em Branzelo, no alto concelho, onde brevemente, como já se disse, se organizará o *Sindicato Agrícola do Alto Concelho*.

PRODUÇÃO DO MILHO E A SUA ADUBAÇÃO

Ainda a-propósito da produção do milho, li na *Gazeta das Aldeias*, de 22 de Maio de 1932, um interessante artigo firmado pelo Engenheiro-Agrônomo, Sr. Artur Castilho, em que o ilustre autor, falando da *adubação do milho*, cita a opinião dum seu colega já falecido que afirmara que «a produção do milho podia elevar-se, sob condições apropriadas, a 10 ou 12 carros por hectare, seja a 8.000 ou 10.000 litros, ou ainda, a um litro, aproximadamente, por metro quadrado». Era já bom, diz êle, que o alvo a atingir fôsse o de 10 carros por hectare, em regadios ou terras fundas e frescas. E nos sequeiros? Haveria a esperar metade dessa produção, ou muito menos.

Mas vejamos:

«Na Quinta de Santa Cruz do Bispo, anexa à *Estação Agrária*, com sede na Senhora da Hora, foi feito em 1930 um ensaio de adubação comparativa, em terreno de sequeiro, que não pode considerar-se bom.

Escolheram-se três talhões paralelos, de condições tão idênticas quanto possível, e com a área, cada um, de 2.000^{m²}, seja a 5.^a parte dum hectare, área suficiente para que o resultado pudesse ter carácter prático.

A preparação do terreno foi igual em todos os talhões; a adubação é que diferiu, podendo considerar-se simplesmente mediana: 40 quilos de azoto por hectare, 84 de ácido fosfórico e 50 de potassa. O adubo potássico adoptado foi o mesmo em todos os talhões — o sulfato de potássio.

Em dois usou-se o superfosfato de cálcio de 12% e num o fosfato Thomaz. O adubo condutor do azoto foi diferente em cada talhão. A sementeira foi feita em linhas distanciadas 50 centímetros. Após a nascença, todos os talhões receberam os mesmos granjeios.

Os resultados foram os seguintes:

Talhões	Pendão Kg.	Palha Kg.	Grão Lit.
1	429	660	739
2	450	640	753
3	451	560	658

Conclue-se:

1.^º Que em todos os talhões *foi excedida a produção de quatro carros por hectare*, faltando ao segundo talhão apenas uns dez alqueires para se chegar aos cinco carros.

2.^º Que se equivalem as produções de *pendão* ou *bandeira*, e são aproximadamente iguais às de palha nos dois primeiros talhões, baixando um pouco no terceiro.

3.^º Que foi mais elevada a produção de grão no talhão segundo: mais 40 litros do que em o primeiro e mais 475 (meio carro) do que em o terceiro».

A OBRA DAS ASSOCIAÇÕES AGRÍCOLAS

E para se reconhecer a eficácia das *Associações Agrícolas*, ou antes, a acção de seus Sindicatos, leiam o que o *Jornal de Notícias*, de 28 de Junho de 1932, dizia a respeito da obra do Sindicato Agrícola de Atei, estabelecendo um campo de demonstração de cultura de milho, à linha. Copiamos do correspondente de Atei: «Anteontem realizou-se a anunciada semementeira dum campo de milho, à linha, processo cultural praticamente desconhecido entre nós, onde se empregaram, além dos adubos químicos mais adequados à cultura, os mais modernos maquinismos agrícolas. Perante uma enorme multidão, a laboura foi feita com uma charrua *Rud-Sack*, que satisfez plenamente todos os presentes. O mesmo aconteceu com a grade de discos e com o semeador

Rud-Sack P. 9 que efectuou a sementeira com grande contentamento duns e a estupefacção de outros, dirigido pelo Sr. Ernesto Bravo, do Pôrto, que como agente da *Rud-Sack*, ao Norte do Mondego, veio expressamente e a convite da direcção do Sindicato, dirigir os trabalhos». Por aqui se vê a grande utilidade que há em instruir os lavradores, aqueles cooperadores da maior riqueza pública — a agricultura, fazendo-lhes ver que só completando as adubações de estrume dos currais ou aidos com adubos químicos, é que poderão obter abundantes e remuneradoras colheitas com as máquinas e processos recomendados pelos técnicos.

Noutros jornais leio que, dia a dia, toma grande interesse a cultura da terra, cultura mecânica, racional e metódica. Assim, em Arões e na Quinta da Lameira, Vila do Conde, os agricultores Dr. Domingos de Azevedo e P.^o Agostinho de Azevedo fizeram há tempos demonstrações de lavoura em suas propriedades e diante das autoridades e muitos lavradores. Explicaram como funcionavam os diversos maquinismos, como sejam o descarolador, o cortador de ensilagem, uma tarara e o seleccionador de cereais. Muita gente em seguida assistiu ao corte de cereais e forragens com gadanheiras apropriadas à rega com uma bomba centrifuga, movida por motor a gasolina. Lição de-certo bem útil pelos resultados que colheram. E o exemplo frutifica e alastrá. No vizinho concelho da Maia, no Cine-Teatro de Barreiros, realizou-se, promovida pelo Sindicato Agrícola, uma sessão de homenagem, para imposição das insígnias da Ordem de Mérito Agrícola, ao devotado lavrador Sr. Augusto Simões, que vem desde longos anos prestando à agricultura do seu País o melhor do seu esforço. A sua acção em favor do associativismo agrícola, da lavoura mecânica, é sobejamente conhecida dos lavradores, de todos aqueles que se interessam pela cultura da terra.

A essa bem merecida homenagem associaram-se

a Câmara e Administrador da Maia, a Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte, representada pelos Srs. P.^o Morais de Sousa e Visconde de Pindela; Estação Agrária do Douro, representada pelos Engenheiros-Agrónomos Srs. Augusto Ruela e Luiz Vidente; Sindicato Agrícola de Vila do Conde, pelos Srs. Dr. Domingos de Azevedo e P.^o Agostinho de Azevedo; professores e alunos das escolas primárias de Pedrouços; Bombeiros Voluntários de Moreira da Maia, etc.

Foi uma homenagem de todo o ponto justa e edificante e traduz felizmente o vivo entusiasmo pela campanha pro-agricultura.

Associo-me a este preito de admiração, prestado ao meu velho amigo Augusto Simões, que vê desta maneira compensados de algum modo os esforços e canseiras dispendidos a favor da lavoura portuguesa. Oxalá que outros seus colegas lhe sigam o exemplo, para acabarmos de vez com o vergonhoso atraso em que há séculos temos vivido, por culpa não da terra que é fecundíssima, mas tão só de nós mesmos, isto é, da nossa ignorância e desmazélo.

Em Junho de 1934, o semanário *A Nossa Terra* noticiava os campos de demonstração:

« Tem Gondomar, na presente campanha do milho, sete campos de demonstrações da cultura consorciada de milho e feijão, estabelecidos pela Brigada e sob a direcção e assistência técnica do Engenheiro-Agrónomo Ex.^{mo} Sr. Dr. Francisco Aranha, nas seguintes localidades:

Freguesia das Medas — lugar de Vila Cova — proprietário, Manuel Luiz de Sousa.

Gondomar (sede) — lugar de Quintela — proprietário, José Marques dos Santos.

Melres — lugar de Branzelo — proprietário, António Cruz.

Gondomar (sede) — lugar da Lagôa — proprie-

tário, Cosme Ferreira de Castro; rendeiro, Bernardo Gonçalves Pereira.

Rio Tinto — lugar de Baguim — proprietário, Manuel Rodrigues Vieira.

Gondomar — lugar da Gandra — proprietário, Manuel Correia da Silva.

Gondomar (sede) — lugar de Ponte Real — proprietário, Manuel Fernando Marques de Moura.

É uma importante iniciativa que merece a atenção e o estudo de todos os senhores lavradores e de todos quantos se interessam pelos importantes problemas da nossa lavoura.

Que todos os visitem e deles colham proveitosas lições, são os nossos votos.»

E no mesmo semanário o Sr. F. J. publicava a seguinte notícia que deve prender a atenção dos que têm a missão de atender aos interesses do concelho:

«A AGRICULTURA E AS VIAS DE COMUNICAÇÃO

Nas terras circunvizinhas da Vila, onde as vias de comunicação com o Pôrto estão abertas há anos, a lavoura, no campo, como na vinha e no pomar, desenvolveu-se admiravelmente, mercê da fácil colocação no mercado dos seus frutos, e não só isso, como ainda aquélle benéfico contacto urbano que é um incentivo de primeira ordem.

E, assim, o que se nota nas freguesias do Alto Concelho é um verdadeiro contraste, isto é, as terras, afastadas das estradas, são mal agricultadas, e, tantas e tantas, que podiam encher de fartos e preciosos produtos tanta casinha pobre, estão virgens, produzindo tojos e carquejas. Centenas e centenas de pipas de vinho e de carros de pão e frutos deliciosos poderiam cobrir estes valados e outeiros, se o alvião e a charrua rasgassem as suas entranhas, reduzindo a crosta bravia a uma leiva fecunda e bem tratada!

Mas não há caminhos transitáveis e por isso a povoação rareia e a lavoura isolada não progride. E a prova de que as estradas exercem vigorosa influência na agricultura, está no quanto de terra bravia se tem tornado em esplêndido campo cereali-fero, à margem da nova estrada municipal desta freguesia de Medas.

O nosso concelho só terá vida desafogada e pão com doçura em todos os lares quando estas travessas de montados estiverem revolvidas, a produzir cereais e legumes. E isso só se terá conseguido quando a irradiação de estradas em todos os cantos do concelho fôr um facto.»

O TRIGO

Este cereal é conhecido da mais remota antiguidade. Há historiadores que afirmam terem-se encontrado sementes de trigo já nas habitações lacustres da Suiça do período neolítico e nas múmias do Egipto, quere dizer, este grão remonta aos tempos pre-históricos. É certo que no estado selvagem, foi encontrado na Ásia Menor, donde parece oriundo. Frederico Houssaye declara que o viu nesse estado a Leste do Curdistão.

No entanto temos a certeza de que o trigo já foi conhecido e utilizado pelos Romanos e Mouros.

A zona da sua aclimatação é a dos climas temperados, onde se torna o mais valioso cereal, isto é, sobrepuja a cultura de todos os outros cereais, visto que actualmente nas populações urbanas o seu consumo é geral, preferido ao do milho ou centeio. O trigo dá-se nos climas secos e quentes, nas terras férteis; o excesso de humidade é-lhe desfavorável, porque prejudica a composição da semente.

Na Europa, as grandes planícies humosas elevadas, que vão da Normandia à Polónia e que se pro-

longam pelas terras pretas da Rússia e da Sibéria são admiravelmente propícias ao desenvolvimento deste cereal.

No nosso País, a região de trigo estende-se sobretudo ao Sul do Tejo; e ao Norte d'este rio, prolonga-se por Castelo Branco, Santarém e Lisboa. A produção média em todo o País regula por 10 hectolitros por hectare.

E qual é a produção de trigo em Gondomar?

Já falamos da *relação dos manifestos de produção agrícola*, do ano de 1926, quanto ao milho.

Vejamos agora, segundo o modelo E. A. n.º I-A, a sementeira e produção do trigo, do mesmo ano:

	Sementeira	Produção
Covelo	400	2.300 litros
Fânzeres	—	—
Foz do Sousa	100	800 »
Gondomar (vila)		—
Jovim	60	300 ».
Lomba	40	100 »
Medas	800	5.000 »
Melres	450	3.000 »
Rio Tinto	—	—
S. Pedro da Cova	200	1.000 »
Valbom	—	—

Por estes números se vê que as freguesias de Fânzeres, Vila de Gondomar, Rio Tinto e Valbom, não acusam produção de trigo, e a que teve maior colheita foi a de Medas, seguindo-se-lhe a de Melres. O concelho de Gondomar, no ano de 1926, colheu ao todo 12.500 litros de trigo, segundo reza a *Relação dos manifestos* que deve acusar sempre o mínimo.

Em todo o caso a sua produção parece que aumentou, porque no ano de 1915 a colheita foi de 5.380 litros; no ano de 1918 foi de 20.995 litros, e nos anos de 1926 a 1930, a média dêsse quinquénio no nosso concelho foi de 34.920 litros, sendo 22.450 litros no ano de 1926; 41.520 litros, no ano de 1927;

33.220 litros, no ano de 1928; 29.400 litros no de 1929; e 47.950 litros, no de 1930. (*Boletim da Agricultura*, acima citado).

Vê-se, por estes números, que tende a aumentar consideravelmente a produção do trigo.

ESTATÍSTICA DOS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS, SEMENTEIRA E COLHEITA, EXPRESSAS EM LITROS, RELATIVOS AOS ANOS DE 1915 A 1918

(Da Direcção Geral da Economia e Estatística Agrícola)

NO CONCELHO DE GONDOMAR

SEMENTEIRA

Trigo	— ano de 1914	897 litros
	» » 1917	1.707 »
	» » 1918	5.301 »
Milho	— » » 1915	197.369 »
	» » 1918	244.869 »
	» » 1919	33.353 »
Centeio	— » » 1917	104.850 »
	» » 1918	129.778 »
Aveia	— » » 1917	12.150 »
	» » 1918	25.052 »
Cevada	— » » 1917	11.284 »
	» » 1918	22.129 »
Fava	— » » 1917-1918
	» » 1918-1919	160 »
Feijão	— » » 1918	56.824 »
	» » 1919	31.398 »
Batata	— » » 1918	52.004 quilog.
	» » 1919	51.654 »

COLHEITA

Trigo	— ano de 1915	5.380 litros
	» » 1916	9.168 »
	» » 1917	7.025 »
	» » 1918	20.995 »
Milho	— » » 1915	4.539.487 »
	» » 1916	4.777.591 »
	» » 1917	5.596.056 »
	» » 1918	5.500.000 »

Centeio (1) — ano de 1916 . . .	238.256	litros
» » 1917 . . .	278.671	»
» » 1918 . . .	337.525	»
Aveia — » 1916 . . .	22.789	»
» » 1917 . . .	24.330	»
» » 1918 . . .	41.027	»
Cevada — » 1916 . . .	24.966	»
» » 1917 . . .	42.317	»
» » 1918 . . .	62.526	»
Feijão — » 1915 . . .	254.474	»
» » 1916 . . .	222.013	»
» » 1917 . . .	210.052	»
» » 1918 . . .	210.000	»
Batata — » 1916 . . .	226.224	quilog.
» » 1917 . . .	201.099	»
» » 1918 . . .	115.960	»
Vinho — » 1915 . . .	2.404.596	litros
» » 1916 . . .	3.129.779	»
» » 1917 . . .	3.952.080	»
» » 1918 . . .	4.000.000	»
Azeite — » 1915-1916 . . .	2.854	»
» » 1916-1917 . . .	9.986	»
» » 1917-1918 . . .	10.000	»
» » 1918-1919 . . .	11.399	»
Cortiça — » 1916 . . .	2.024	quilog.
» » 1917 . . .	4.400	»

PRODUTORES

Em Gondomar, em 1915 houve 33 produtores de trigo, em 1916, 76; em 1917, 73; em 1918, 165; de milho, em 1915, 1.019; em 1916, 1.243; em 1917, 2.184; em 1918, 975; de centeio, em 1916, 697; em 1917, 690; em 1918, 1.020; de aveia, em 1916, 136; em 1917, 139; em 1918, 262; de cevada, em 1916, 134; em 1917, 174; em 1918, 334; de feijão, em 1915, 990; em 1916, 1.167; em 1917, 1.102; em 1918, 698; de batata, em 1916, 960; em 1917, 724; em 1918, 631; de vinho, em 1915, 1.589; em 1916, 1.499; em 1917, 1.132; em 1918, 1.136; de azeite, em 1915-1916, 190; em 1916-1917, 185; em 1917-1918, 190; em 1918-1919, 232; de cortiça, em 1916, 25; em 1917, 2.

(1) Quanto à colheita do centeio nos anos desde 1926 a 1930, o nosso concelho accusa a média desse quinquénio em 585.700 litros, isto é, em 1926 regista 495.000 litros; 526.120 litros, em 1927; 506.220 litros, em 1928; 606.410 litros, em 1929; e 794.800 litros, em 1930.

Tende, como o trigo, a aumentar cada vez mais a colheita do centeio.

Da mesma *Direcção Geral da Economia e Estatística Agrícola* (Ministério da Agricultura), transcrevemos os dados referentes ao ano de 1920:

SEMENTEIRA

Trigo, 3.877 litros; milho, 145.834 litros; centeio, 89.212 litros; fava, 140 litros; feijão, 32.442 litros; batata, 56.141 quilogramas.

COLHEITA

Trigo, 38.770 litros; milho, 5.833.360 litros; centeio, 446.060 litros; aveia, 87.645 litros; cevada, 101.640 litros; fava, 1.120 litros; feijão, 259.536 litros; batata, 301.910 quilogramas; vinho, 1.126.216 litros; azeite, 8.619 litros; cortiça, 2.705 quilogramas.

No ano de 1926 a mesma *Relação dos manifestos* dá no nosso concelho, em produção:

Feijão	160.825	litros
Aveia	23.050	"
Cevada	92.500	"
Fava	350	"
Batata de sequeiro	163.300	quilog.
Cortiça	2.750	"
Azeite	600	litros
Vinho	674.504	"

Só a freguesia de Melres é que acusou produção de azeite, nesse ano. A batata de regadio deu 122.395 quilogramas. Da produção do milho e trigo desse ano já falamos.

Como os leitores vêem, as estatísticas andam muito erradas, mercê do capricho dos produtores que dão as informações conforme lhes convém.

PREÇO DOS GÉNEROS DE CONSUMO,
HÁ CEM ANOS, NO NOSSO CONCELHO

Em sessão de 28 de Junho de 1843, em consequência da Ordem Circular do Governador do Distrito, que exige que a Câmara formalize e lhe remeta um Mapa demonstrativo do preço de géneros neste concelho, com referência aos anos de 1830 a 1842, a Câmara, como consta da sessão de 28 de Agosto de 1839, remete:

DO ANO DE 1828 A 1832

Milho, o alqueire a	\$26
Milho alvo, dito, a	\$26
Trigo, dito, a	\$70
Centeio, dito, a	\$28
Cevada, dito, a	\$24
Vinho verde, o almude, a	\$40
Azeite, dito, a	3\$60

DO ANO DE 1833 A 1839

(Constante da sessão de 1 de Abril de 1840)

Milho, o alqueire, a	\$30
Milho alvo, dito, a	\$32
Trigo, dito, a	\$72
Centeio, dito, a	\$32
Cevada, dito, a	\$24
Pão meado, dito, a	\$32
Cada galinha, a	\$20
Cada franga, a	\$10
Cada frango, a	\$66
Cada capão, a	\$20
Vinho verde, o almude, a	\$40
Azeite, dito, a	3\$60

DO ANO DE 1840

Milho, o alqueire, a	\$40
Trigo, dito, a	\$70
Centeio, dito, a	\$50
Cevada, dito, a	\$40
Vinhó verde, o almude, a	\$24

DO ANO DE 1841

Milho, o alqueire, a	\$48
Trigo, dito, a	\$80
Centeio, dito, a	\$50
Cevada, dito, a	\$40
Vinho verde, o almude, a	\$24

DO ANO DE 1843

Milho, o alqueire, a	\$40
Trigo, dito, a	\$80
Centeio, dito, a	\$50
Cevada, dito, a	\$40
Vinho verde, o almude, a	\$24

Em 1868, o Sr. José Lourenço de Mendonça publicou um opúsculo intitulado *As novas medidas*, em que transcreve as tabelas, decretos e regulamentos sobre a geral adopção das novas medidas de volume, de capacidade e de superfície, determinadas pelo decreto de 22 de Agosto de 1868. Nesse opúsculo vem a tabela dos preços correspondentes às medidas antigas de líquidos e sécos relativas aos concelhos do distrito administrativo do Pôrto; quanto ao de Gondomar, regista a canada do azeite a \$63,5 e o almude do dito a 7\$63,5; quanto ao trigo, o alqueire custava \$84 e o moio 50\$34. Vê-se que o custo do trigo mantém-se quase igual desde 1841 até 1868, isto é, de \$80 passou apenas para \$84.

Vejamos a tarifa camarária do nosso concelho neste ano de 1935:

Cada litro de milho grosso	\$75
» » » alvo	\$74
» » » miúdo	\$80
» » » painço	\$80
» » » trigo	1\$20
» » » centeio	\$75
» » » cevada	\$70
» » » feijão amarelo	1\$00
» » » vermelho	1\$00
» » » branco	1\$50

Cada litro de feijão rajado . . .	1\$00
» » » fradinho . . .	\$75
» » vinho verde cozido . . .	1\$00
» » » » mole . . .	\$90
» » » azeite . . .	5\$00
» quilo » farinha trigo . . .	1\$50
» » favas . . .	\$20
» » mostarda . . .	10\$00
» » batatas . . .	\$70
» » nozes . . .	3\$00
» » castanha séca . . .	2\$50
» » » verde . . .	\$80
» colmeiro » palha . . .	4\$00
» carro » trigo . . .	40\$00
» » » milhão . . .	14\$00
» » » painça . . .	50\$00
» » lenha de pinho . . .	18\$00
» » chamiça . . .	50\$00
» » carqueja . . .	60\$00
» » mato . . .	12\$00
» quilo » cera . . .	14\$00
» litro » mel . . .	3\$00
» » leite . . .	\$90

Assim como fiz a história da introdução do milho e do trigo em terras do continente português, também julgo conveniente elucidar o público sobre o que seja a cultura do centeio, da aveia e da cevada, em que lugares se dão melhor e qual o seu valor alimentar.

O nosso concelho é um importante produtor destes cereais cujo caule constitui valiosa forragem.

O centeio (*secale cereale*) é um cereal que se acomoda mais facilmente aos terrenos pobres e de climas frios do que o trigo, que o precede na lista dos cereais alimentares da Europa.

Em Portugal tem outras formas cultiváveis: o centeio de inverno, o da primavera ou *centezinho* e o multicaule ou *ramoso*. Dá-se melhor nos distritos de Bragança, Vila Real, Guarda, Castelo Branco e sobretudo no Alentejo e parte do Algarve.

Emprega-se no fabrico de pão, mas com a crescente cultura do trigo tem perdido muito da sua importância.

Dá-se nos lugares altos, porque resiste aos frios rigorosos.

Semeia-se desde o mês de Maio do ano que precederá a colheita.

Em alguns países serve para a fabricação do alcool, da genebra, etc. Já vimos a sementeira e colheita d'este cereal, em anos passados, no concelho de Gondomar.

A aveia (*avena sativa*) cuja cultura se tem propagado no nosso País, embora em pequena escala por causa do aumento de consumo que a sua farinha está tendo, é uma planta que não se dá bem nos climas quentes, preferindo o frio e a humidade; acomodando-se porém nos terrenos mediocres, argilosos, arenosos ou pedregosos.

A cultura da aveia é remuneradora devido ao preço elevado que sustenta nos mercados. É alimento muito usado nalgumas regiões da Europa ocidental, como a Bretanha, Escócia, Irlanda, Dinamarca e Noruega, mas nem por isso a sua produção ultrapassa a da Rússia, a da Alemanha e a dos Estados Unidos. É por isso um cereal próprio dos países mais setentrionais e húmidos; e lá constitue um alimento vulgar, consumido sob a forma de farinha para sopa, bôlos, etc. É também um magnífico alimento para o gado.

O que afirmamos do centeio e da aveia podemos também dizer da cevada, da família das hordeáceas. O seu grão pode servir para o fabrico da cerveja; além disto, substitue entre nós, tomada como bebida, o café, mais suave e portanto menos activa.

O caule ou palha d'este cereal é aproveitado também como forragem.

Em Gondomar, como se vê das estatísticas acima, é muito cultivada.

O PROBLEMA CEREALÍFERO

Do discurso proferido pelo Engenheiro-Agrónomo Sr. Mário Fortes, na sessão de 13 de Setembro de

1921, na Câmara dos Senhores Deputados, reproduzimos um pequeno trecho que dá ideia do estado económico da nossa agricultura:

«Tem-se realizado a política desastrosa do pão barato, que vem dando ao Estado um prejuízo anual de centenas de milhares de contos, descurando e esquecendo a produção frumentária, e, o que é mais lamentável, atacando e ferindo a lavoura no que ela tem de superiormente respeitável — o direito de propriedade. O que se praticou em Portugal de 1917 para cá, nesse regime de arbitrariedades agrícolas, traduzido em tabelamentos de cereais, em requisições, em vexames e vinganças de toda a espécie, deixou a perder de vista o que outrora, nas «sesmarias», constituiu processo corrente. Nunca deste modo se estimulou em parte alguma a produção agrícola e se animou o lavrador. Mas reportemo-nos um pouco à história da agricultura portuguesa, na parte que respeita a cereais.

A questão frumentária e a escassez cerealifera não são um facto de hoje. Vem de muito longe. A cultura do trigo começa a retroceder em Portugal a partir do século XIII, *pari passu* que se desenvolvia a cultura da vinha; e para o desenvolvimento e retrocesso daquela, dois factos dominaram principalmente — por um lado a livre entrada do cereal exótico para ocorrer às necessidades sempre crescentes da população cada vez maior do País; por outro lado o uso e abuso pelos Governos, das medidas excepcionais tomadas sempre que o preço do trigo de produção nacional tendia para importâncias exageradas. A frumenticultura não se desenvolvia assim por estas circunstâncias, e anos houve profundamente aflitivos para o consumo nacional.

O Marquês de Pombal, atribuindo o mal ao facto de se encontrarem de vinha muitos terrenos fundáveis mais próprios para cereais, fez publicar o célebre alvará de 26 de Outubro de 1765 onde se ordena

o arranque dos vinhedos das terras baixas das bacias inferiores dos rios Tejo, Mondego e Vouga. Optou-se nessa época pela violência, julgando sanar um mal que era de natureza incipiente, e, a-pesar-de tudo, a insuficiência do cereal produzido a dentro do País continuava, crescendo em muito a importação.

Ignorava-se então que a razão principal do *deficit* provinha sobretudo das desfavoráveis condições que o clima português oferecia à cultura do trigo. O custo de produção por unidade de superfície era em Portugal, como é ainda, muito mais elevado do que o custo de produção do trigo nos países de onde importavamos.

Este facto, nitidamente evidenciado, para o trigo em Portugal, evidenciava-se do mesmo modo em outros países igualmente destituídos de condições favoráveis, e não só para esta planta, mas para tantas outras conhecidas e cultivadas.

Só mais tarde — na segunda metade do século XX — foi o facto plenamente esclarecido pelos botânicos, sendo fácil elaborar e organizar então carta mundial das zonas culturais de Humboldt, aperfeiçoada por Gasparin, e onde Portugal figura como país menos próprio à frumenticultura.

A carta mundial das zonas culturais, dando o nosso País como o menos próprio à cultura dos cereais, não me parece que exprima a verdade, em todo o seu rigor. É certo que a «antiga abundância de cereais, comemorada por D. Fernando na lei das sessmarias, é em parte contraditada por documentos anteriores ao seu reinado que revelam alternativas de escassez», afirma o Sr. Gama Barros, na *Hist. da Adm. Pub. em Port.*, tom. IV. Em 1414 pretende o concelho de Lisboa que seja severamente castigado quem levar cereais a terras de Mouros, onde então êles tinham bom preço; assim como no Pôrto se fazia oposição à venda de cereais para a capital. Havia portanto clamores populares contra a exportação. Mas a falta de cereais parece ter-se alargado em

1439 a grande parte do País. No 2.^º semestre de 1446, o comprador das infantas D. Catarina e D. Joana, irmãs do Rei D. Afonso V, vendeu 270 alqueires de trigo por 2.430 reais (Liv. de Extrav., fol. 61, v.^º, col. 2.^a), o que corresponde a 9 reais o alqueire.

Ora a causa da escassez não está na natureza do solo que, graças a Deus, é fértil. A escassez do trigo estava na maneira de viver, *por reguatoria*, isto é, «os lavradores não curavam de aproveitar as terras dos lugares onde vivem, nem as lavram, nem as semeiam, nem as aproveitam... e todo seu tempo despendem em demandas de burlas que das ditas dependem». (Côrtes de Coimbra, 1472).

Por tais documentos se vê que Portugal não é terreno *menos próprio* para o cultivo d'este cereal. Mas adiante. Continuemos a ouvir a autorizada opinião do referido deputado e engenheiro-agronomo: «Num regime cerealífero tradicionalmente defeituoso, e mesmo asfixiante para o desenvolvimento da cultura do trigo, se veio pois arrastando toda a economia frumentária até 1820⁽¹⁾.

(1) A agricultura sofreu, sim, mas com a administração portuguesa, mormente com as muitas doações à Igreja, com as instituições dos morgados, com a criação dos exércitos permanentes, com as expedições marítimas e guerras contra mouros, com a dissolução pelo ouro de além-mar, com a expulsão dos judeus, com o grande número de frades ociosos, com a horrível Inquisição, destruindo as famílias, com os jesuítas desviando a actividade do povo para o rosário, com as grandes pestes assolando o País e com a corrente cada vez mais crescente da emigração.

Isto é que enervou bastante o trabalho agrícola.

No entanto, antes de se darem muitos d'estes factos desastrosos para a lavoura nacional, assevera Fernão Lopes que no tempo de Pedro «o Cru» foi necessário fazer uma lei para que os particulares recolhessem a palha, tão abundante ela era que a desprezavam (*Memor. hist. sobre a agric.*, por Alvares da Silva, vol. V e *Memor. económ. da Ac. R. das Sc. de Lisboa*). Até ao reinado de D. Fernando vinham os estrangeiros prover-se do nosso pão. (*Antiquário Conimbricense*, n.^º 5, pág. 38-39). Em 1635 introduziu-se o cultivo da laranja e do milho grosso (*Memor. hist.* de Alvares da Silva).

Neste ano, e sem que esteja por agora achada a explicação, começam a vigorar novas ideias. Do livre cambismo até então seguido passou-se ao proteccionismo agrícola, que teve uma notabilíssima influência e mesmo preponderância nos regimes cerealíferos de alguns anos posteriores.

A lei dos cereais de 1837 sobretudo, rasgadamente protectora, soube fortalecer de tal forma a produção dos géneros alimentares e toda a nossa frumenticultura que, no período de 37 a 54, o País deixou de ser importador de trigo para ser exportador dêste cereal, embora em pequena escala.

O máximo que exportou ainda atingiu 300.000 hectolitros.

Neste longo período progrediu de facto muito notavelmente a cultura do trigo, porquanto aos benefícios da lei protectora referida, vieram juntar-se outros não menos importantes, como foram os que provieram da reforma e reconstituição da nossa propriedade rústica e da legislação largamente reformadora dos vinculados e morgadios.

Entretanto, surgiram crises sucessivas de produção do milho em todo o Norte do País nos anos de 1854, 55 e 56, em virtude de estiagens prolongadas, e o nosso *deficit* cerealífero aumentou muitíssimo, originando uma procura excepcional do trigo produzido na província do Alentejo que deu lugar à alta do preço dêste cereal.

O pão neste período chegou a vender-se caríssimo; e os Governos, faltos de melhores e mais justas medidas a opor à tendência exagerada do preço do trigo, e retomando a orientação livre cambista seguida até 1820, voltaram a trazer à superfície véhos erros, e a vibrar na frumenticultura nacional o golpe aniquilador que em dois anos devia transformar toda a região transtagana no descampado e na charneca de outros tempos, obrigando a lavoura a abandonar as terras e a arrefecer o estímulo que lhe havia sido levado pela benéfica lei protectora de 1837.

Em 1860, seis anos depois, reconhece-se novamente a inconveniência da desprotecção frumentária; e os regimes cerealíferos passam a vacilar dêste ano em diante umas vezes proteccionistas, outras vezes livre-cambistas, e por último partilhantes ao mesmo tempo das duas formas. Neste estado hesitante e pouco animador se conservou o nosso *modus-vivendi* frumentário até 1899, sendo finalmente publicada a conhecida lei dos trigos de 14 de Julho dêste ano, da autoria do Prof. S. Monte Pereira e da iniciativa governamental de Elvino de Brito, que vigorou até 1917.

A superfície semeada progrediu inquestionavelmente debaixo da protecção desta lei e a lavoura do Sul voltou a interessar-se pela cultura do trigo. De 1917 até ao ano findo, reeditou-se finalmente mais uma vez a orientação desastrosa dos períodos agrícolas anteriores a 1820, e dos que foram decorridos, de 1854 a 1860, e, em parte dêste ano até 1899.

Os seus resultados todo o País conhece.
Vêm custando ao tesouro português o melhor de 100 mil ou mais contos anuais!! que o estrangeiro recebe em ouro.

Em quatro anos, foram-se, perdidos talvez 300 mil contos só para manter o barateamento do pão nas cidades de Lisboa e Pôrto... e o resto do País que o comesse por todo o preço.

Com semelhante importância ter-se-ia executado através de Portugal, e nos últimos quatro anos, uma larga e proveitosa obra de fomento agrícola, que hoje nos ofereceria seguramente os mais palpáveis benefícios. Mais abaixo declara que a importação média do trigo anteriormente à guerra oscilou sempre entre 50 a 80 milhões de quilogramas anuais⁽¹⁾; durante a

(1) Segundo a *Estatística de Portugal (Comércio, 1894)* a importação do trigo tem aumentado constantemente. Assim, no ano de 1872, a importação foi de 247.828 quintais, no valor

guerra o *deficit* frumentário subiu para 150 milhões, o que representa um retrocesso cultural.

E ainda hoje estamos longe de nos bastarmos a nós mesmos. Ainda hoje continuamos a importar trigo, milho, centeio, batata e arroz, em quantidades sucessivamente crescentes; a carne e trabalho animal escasseiam e encarecem de ano para ano; os lactícios, as lás e outros sub-produtos agrícolas decaem a olhos vistos. Evidentemente, a continuarmos por este caminho, todos os elementos de desordem e de desorganização trazer-nos-ão a miséria e a insolência...

A República Portuguesa criou o *Ministério da Agricultura*, e a él compete a direcção superior destes mais importantes problemas vitais da Nação. É interessante saber-se a quanto monta a superfície cultivada dos cereais panificáveis em Portugal.

Segundo as últimas informações oficiais, a superfície presumível é de 1:100.350 hectares, assim distibuidos:

Trigo — superfície cultivada	454.350
Milho — »	400.000
Centeio — »	246.000
Total	1:100.350

de 1.250 contos; e em 1887 (15 anos depois) foi a importação de 1:262.878 quintais, no valor de 4.362 contos!

Já em 1871, Ferreira da Lapa (*Relatório da missão agrícola na província do Minho*, pág. 11) disse que a nossa agricultura frumentária deixa todos os anos um *deficit* de trigo que é necessário suprir com a importação deste cereal e com que dispomemos de 2.000 a 2.500 contos.

Tremendo encargo para a economia nacional.

O Sr. Bento Carqueja, no livro *O Imposto e a Riqueza Pública em Portugal*, 1898, exprime-se assim: «Sendo a importação do trigo na importância de 106.500 toneladas, segue-se que a produção nacional não deve ser superior a 304.125 toneladas. Assim pode dizer-se que o País produz trigo para o consumo de 256 dias, tendo de importar para 109 dias».

que representa 14 % da superfície agrícola produtiva do País, calculada pelos mais recentes dados em 7:700.000 hectares, ocupando o trigo menos de um terço da superfície cerealifera total.

Tomando como média de produção por hectare, respectivamente:

Trigo	686	quilogramas
Milho	1.000	»
Centeio	650	»

a produção total continental pode ser aproximadamente de:

Trigo	330:000.000	quilogramas
Milho	380:000.000	»
Centeio	160:000.000	»
Total	870:000.000	»

E como as médias das quantidades importadas nos últimos cinco anos são

Trigo	120:000.000	quilogramas
Milho	27:000.000	»
Centeio.	4:000.000	»
Total	151:000.000	»

vê-se que precisamos ainda de trazer à cultura, para suprir o *deficit* de cereais (se é que é possível com o modo de ser agrícola actual):

Trigo	360.000	hectares
Milho	27.000	»
Centeio	12.000	»
Total	399.000	»

Um dos piores males é a importação do trigo, do milho e do centeio necessários à cobertura do *deficit* cerealífero.

Quanto ao trigo, hoje, as 200 mil toneladas de que precisamos, ao preço de libras 12, representam 2.400.000 libras.

No Relatório do Orçamento Geral do Estado, de 1922-23, calcula-se que o trigo nos leve mais de 7.000 contos por mês!

Em 1920-21, este encargo foi de 83.555 contos anuais, e em 1921-22, de 57.293. Estes dois últimos números são escassíssimos. Em 1920-21 registamos 122.000 contos.

Calcula-se que desde 1917 (ano em que, pelas peregrinas medidas de desprotecção à lavoura e outras, se iniciou o encarecimento dos géneros alimentícios) estejam gastos em pagamentos de cereais importados mais de 800 mil contos!!! e pago em ouro pelo Estado.

O melhor processo de nos desviarmos d'este abismo é desenvolver a cultura nacional, estimulando o agricultor com leis de protecção, segundo o espírito da lei de 1899⁽¹⁾.

Elvino de Brito resumiu nos seguintes termos a vantagem desta medida: «que não era a de garantir realmente um preço elevado e muito remunerador para a lavoura, mas a de proporcionar ao lavrador um preço razoável, e animá-lo a desenvolver as culturas cerealíferas. Depois será o produtor que fará a concorrência a si mesmo e o preço baixa».

(1) Em Portugal o crédito agrícola foi criado pela lei de 1 de Março de 1911 e remodelado pela lei de 30 de Junho de 1914 e 1 de Abril de 1918, destinando-se exclusivamente a fornecer capitais para a exploração e melhoramento agrícola, para o desconto dos *warrants*, para a remissão de foros, cujo valor não excede 400 escudos e para o pagamento de dívidas hipotecárias da taxa superior a 6%, inferiores a 3.000 escudos. O Estado, por intermédio da Junta de Crédito Agrícola, fornece capitais às caixas, ao juro de 3,5% ao ano. São, pois, altamente proveitosas as associações cooperativas de sindicatos agrícolas, criados em Portugal pela lei de 1894, que já em 1900 ascendiam a 30.

E de facto alguma cousa se tem conseguido nos últimos anos e que é muito animador registar. Segundo a previsão da colheita de trigo d'este ano, feita pela Direcção da Informação e Propaganda Agrícola, da Direcção Geral da Acção Social Agrária, a actual colheita de trigo, aproximadamente, deve andar por 628:853.700 litros, quantitativo *nunca até agora atingido*.

Sem dúvida que para esta magnífica, colheita muito contribuirá o aumento da zona de cultura, além dos modernos processos técnicos culturais empregados.

Só o Alentejo deve produzir uns 372:350.550 litros! O distrito de Beja (o maior produtor) dá 160:347.500 litros.

A região menos produtora será sempre a de Entre-Douro-e-Minho que não passa de 8:982.830 litros de produção.

E não admira, porque tôda a gente sabe que nesta região se dá de preferência o cultivo do milho.

Finalmente, é de registar a utilíssima campanha de propaganda para a intensificação da cultura dos cereais.

Em Portugal não podemos abandonar o solo fertilíssimo de que dispomos e que já os antigos aproveitavam.

Os vocábulos ainda hoje empregados nos trabalhos da agricultura revelam que os árabes foram excelentes agricultores e deixaram os termos do seu idioma presos ao trabalho da lavoura, como *nora*, *açude*, *alqueire*, *almude*, etc., etc. E com os modernos instrumentos agrícolas e os produtos químicos de adubação, não teremos receio da futura prosperidade da indústria agrícola, base de tôdas as outras e a melhor fonte de riqueza nacional. Assim se extirpará o cancro da importação.

E quando assim não se proceda, o Governo convidará o proprietário a aproveitar a sua terra; e se este não o quiser fazer, passará o Estado a ocupá-la,

ou obrigará o dono, rendeiro ou usufrutuário, a tomar perante um Conselho oficial técnico, um compromisso formal de integral aproveitamento agrícola. É o que se está fazendo lá fora, em países civilizados, e foi lei, entre nós, no tempo de D. Fernando que estabeleceu «sesmarias», de que já falamos.

A auspíciosa previsão da colheita de trigo d'este ano não impede que o Governo tome as providências (julgadas urgentes) de autorizar a importação dum determinada quantidade de trigo, em face da subida brusca do preço d'este cereal, com o que muito prejudicado está o operariado, em crise cada vez mais profunda.

As medidas governamentais (¹) agora adoptadas podem acudir de momento a uma situação aflitiva da parte dos consumidores e como entrave à ganância dos comerciantes; mas isso não é nem nunca foi solução eficaz e proveitosa à economia nacional.

O remédio está no desenvolvimento do fomento agrícola, como acima deixamos exposto.

ARBORIZAÇÃO, MÓRMENTE A DE GONDOMAR

O decreto de 21 de Setembro de 1867 manda que se proceda ao reconhecimento, determinação e estudo dos terrenos, cuja arborização é necessária e útil, bem como à determinação da posição, área e natureza das matas e arvoredos. Segue-se o *Relatório da arborização geral do País*, apresentado ao Ex.^{mo} Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, em resposta aos quesitos do artigo 1.^o do referido decreto.

Referindo-se à faxa marginal do Douro, diz que ela, com 80 quilómetros de comprimento, desde a Barca

(¹) É o decreto-lei n.^o 22.872, de 24 de Julho de 1933, que estabelece o regime cerealífero.

de Álva até à freguesia de Penajóia, e pròximamente 10 de largura média, pode em geral dizer-se um dos tratos de terreno xistoso mais aproveitado na agricultura, com quanto tenha ainda uma parte improdutiva. A amêndoaa, a sêda, o azeite e o vinho do Douro constituem as principais e valiosíssimas produções desta zona. O pinheiro, o castanheiro e outras essências povoam também parte da superficie de êste solo que não é destinado às culturas especiais; mas ainda assim resta talvez desaproveitado $\frac{1}{3}$, da superficie, o qual pode e deve receber floresta.

Falando do rio Douro, o mais extenso rio da Península, lembra que o seu vale é de todos quantos retalham o nosso solo relativamente o mais estreito e mais profundo e segue em diversos pontos entre fragosos alcantis; diz que só excepcionalmente existe no seu vale algum campo ou veiga do seu leito na parte mais baixa dos seus flancos; por isso não é possível melhorar no Douro o regime das águas relativamente às necessidades da agricultura. A maior parte da vasta superficie dos flancos do Douro, mesmo nos sitios onde estes são de um áspero pendor, está cultivada quâsi desde a base até à sua parte superior; o seu solo é destinado à cultura da vinha, em tabuleiros sustentados por muros de pedra sólta ou *geios*; e a abundância de árvores frutíferas por entre os vinhedos dá grande estabilidade às terras, evitando que sejam arrastadas pelas águas pluviais, a-pesar do grande pendor das mesmas encostas.

Depois refere-se ao pequeno rio Sousa que ocupa uma larga depressão em solo granítico e xistoso e diz que tanto no fundo dos vales que o cercam como nas encostas adjacentes há nessa depressão, uma mui densa cultura em que o arvoredo quer de soutos, quer de pinhal, ocupa um lugar muito importante. Os campos cercados de videiras, seguem-se por centenas e até por alguns milhares de hectares, produzindo-se também o vinho em parreiras ou

ramadas, levantadas ordinariamente para assombrar os pátios ou quinteiros e a entrada das habitações. Muitas árvores frutíferas, entre as quais notaremos a nogueira e a oliveira, devem contar-se no que ali existe, especialmente na vizinhança das povoações. Os pastos ervosos para sustento do gado vacum merecem também os cuidados dos agricultores.

As espécies que semeiam são o trevo, o azevém, e também o centeio, fazendo deste último só um corte em época própria. O gado engordado nos vales do Sousa e do Ferreira vai ao mercado do Pôrto. Contudo, a-pesar-do cuidadoso aproveitamento do solo nesta parte do País, há a-par dos campos e bosques, algum terreno coberto de mato que é aproveitado para o fabrico dos estrumes. E mais abaixo afirma: As serras que se estendem na direcção N N O desde o Douro, passando nas freguesias de Melres, Sernande, Covêlo, Aguiar de Sousa, Valongo e Alfena, seriam com incontestável utilidade, aproveitadas no plantio de pinhais. A proximidade do Pôrto por um lado, e pelo outro a comunicação pelo Douro, dão grande interesse a esta arborização.

A oliveira⁽¹⁾ e o sôbro são duas árvores cuja cultura deverá fazer-se prosperar nestas localidades, porque as condições necessárias ao seu desenvolvimento não nos parece que faltam, mormente nas encostas da faixa xistosa, abrigadas e voltadas aos quadrantes do Sul e do Poente; os diversos retalhos de solo inculto pertencentes a esta bacia do Sousa abrangem cerca de 9.000 hectares.

Nas partes em que o solo xistoso está profunda-

(1) Nas *Actes du XI.ième Congrès Internationale d'Oleiculture*, de 1933, Lisboa, sobre oliveiras existentes no distrito do Pôrto, acusa o número total de 680.980; e quanto à superfície cultivada em 1931 conta em hectares 11.349; e em 1902, isto é, 29 anos antes, apenas a superfície de 508; portanto, durante estes anos houve para mais a diferença de 10.841 hectares.

mente metamórfico e em estado de desagregação terrosa, como na Maia e na faixa de rochas granítoides que corre da freguesia de Águas-Santas a Gondomar, onde também em muitos lugares estas rochas se mostram em semelhante estado de alteração, o pinhal desaparece ou se desvia para os pontos mais altos do solo, deixando largas clareiras em que se desenvolvem no maior grau as culturas usuais da província. Pelo contrário, nas partes mais erguidas e acidentadas do relevo e em que o solo vegetal é delgado e seco, é onde o pinhal e os matos adquirem maior espaço.

São raras as nascentes no solo xistoso destas localidades, ao passo que no solo granítico, nas partes menos acidentadas, se mostram em abundância, rebentando à flor da terra, ou podendo facilmente obter-se a água por minas e poços. Assim se explicam os fertilíssimos campos e várzeas, tanto na maior extensão das vertentes, como no fundo dos vales. E sendo por isso abundantes os pastos ervosos, claro que a indústria pecuária há de resultar próspera.

Lá cultivam o trevo, azevém, serratela e língua de ovelha, bem como a aveia, cevada e centeio. Este último depois de um corte, deixam-no crescer para guardarem a palha e o grão; do azevém fazem 5 e 6 cortes. A um e outro dão na localidade o nome de *ferrã*. Outra variedade de pasto conhecido pelo nome de *milhã gorda* cresce espontaneamente por entre o milho; apreciada é pelos lavradores que quando fazem a sacha e arrenda dos milhos, muitas vezes sacrificam um pé de milho ao de milhã.

Mas este assunto é para outro lugar.

Citámos o velho Decreto de Setembro de 1867 que manda estudar os terrenos, para arborização de matas e arvoredos. Do Relatório anexo ao citado Decreto, ocupámo-nos da zona mais interessante para nós, gondomarense, que é a da bacia do Douro e da do Sousa; reportámo-nos às análises ou ao reconhe-

cimento do solo, de origem oficial, por onde se vê que os vales dêstes rios estão todos cultivados, e nas encostas ou vertentes há ricas florestas ou matas.

Algumas freguesias do nosso concelho, as mais montanhosas, são as que dispõem de maior abundância de bouças, onde se cria o mato, o pinheiro, o carvalho, o sôbro, a carqueja, etc. A oliveira é escassa nas freguesias mais vizinhas da cidade do Pôrto e mais abundante em Melres, como já tivemos ocasião de ver, numas estatísticas que aqui publicámos.

A cultura, porém, do arvoredo não deve limitar-se aos terrenos particulares; deve também invadir as estradas, avenidas ou praças; e os grandes centros de população carecem de estabelecer viveiros de árvores ou granjas, não só como medida de higiene, conforto e beleza, mas também como meio económico importante para a riqueza do País. Tôdas as estradas, praças, ruas ou avenidas deviam ser arborizadas, bem como as margens dos rios, os taludes do caminho de ferro, etc. É esta uma medida de fomento que exige os cuidados e a protecção dos poderes públicos, isto é, do Estado ou dos corpos administrativos; as árvores precisam de cuidados, como os animais. Mas o desmazélo é grande e vergonhoso. No País ninguém se lembra de consultar os agrónomos ou regentes agrícolas das sub-regiões sobre a possibilidade de adaptação de tal ou tal espécie arbórea a esta ou àquela região. De aí a desorientação a ponto de se encontrarem plantações de árvores calcifugas em terrenos caracteristicamente calcáreos e vice-versa! O que prova que todo este serviço, cujos resultados poderiam ser valiosíssimos, corre à matroca ou a capricho de qualquer cultivador.

Para se conseguir apropriada arborização das estradas, seria preciso, antes de mais nada, que o Estado e os corpos administrativos não construissem novas estradas, sem que, fora das valetas, dum e doutro lado, fique uma faixa de arborização com 3 metros de largura, pelo menos; evitar-se-iam, além



disso, os choques de carros e os vandalismos dos transeuntes.

A construção de tal obra seria, pois, de efeitos óptimos. Ora vejamos: A Bélgica tinha em 1894, em 4:630.675 metros de estradas, ou seja na quarta parte de estradas que Portugal hoje possue, 711.511 árvores, que naquele tempo eram avaliadas em 10:632.847 francos!

Segundo as estatísticas oficiais, o Wurtenberg colheu em 1878 das suas estradas, pela venda de frutos de pevide e caroço, 1:100.000 francos. Ao longo das estradas do Somme foram plantadas em 1897 cerca de 20.000 macieiras que hoje dão um rendimento magnífico para o fabrico da cidra. Em 1905, os Estados Unidos já retiraram das árvores de fruto cultivadas nas margens das estradas 4 milhões de dólares.

E nós? Bastava-nos arborizar metade das nossas estradas só para termos cerca de 2 milhões de árvores em rendimento ⁽¹⁾.

Diz o livro *Congresso Nacional Municipalista* de 1922, donde extraio estas notas:

«Recordemos as lições dos velhos abades de Tibães e de Pitões que davam de penitência aos seus confessados, em vez de padre-nossos, a plantação de árvores!» E acrescenta: «Lembremos a origem do nosso majestoso Buçaco, arborizado em penitência pelos padres do seu convento, que em cada ano eram obrigados a plantar um certo número de árvores e em favor dos quais o próprio papa publicou ordem de excomunhão ao crente que se atrevesse a arrancá-las!»

No nosso concelho já temos alguns largos ou praças aformoseados com árvores, mas são poucos; contamos a Praça Manuel Guedes, a Praça da República, e pouco mais. As estradas são muito estreitas

(1) O Decreto n.º 22.800, de 4 de Julho de 1933, promulga o Estatuto da Fruticultura e Horticultura Nacionais.

e sinuosas, não se prestando para a construção de bermas, onde ficariam bem as plantações arborescentes; mas as futuras deverão ser construídas debaixo deste plano, de modo que possamos tirar proveito não só higiénico, mas também económico das árvores frutíferas.

O nosso atraso é a causa da nossa pobreza. Lembremo-nos de que a arborização de metade das nossas estradas chegava para termos perto de dois milhões de árvores, em rendimento! Correspondia a uma das mais vastas propriedades dos nossos latifúndios alentejanos. Alguém disse que todo o homem deve nesta vida cumprir três tarefas: «*ter um filho, fazer um livro e plantar uma árvore*».

Mas aquele que por sorte não possa cumprir os dois primeiros mandamentos, não se pode eximir a cumprir o último e, em vez duma árvore, uma floresta.

E digo assim, porque reconheço que depende da boa vontade e bem orientado esforço dos particulares o desenvolvimento cada vez mais crescente da arborização. Para se avaliar do progresso já realizado, basta saber-se quais as áreas (¹) ocupadas

(1) Conforme os dados estatísticos, organizados em 1900, a superfície cultural do País acha-se assim distribuída:

Cultura agrícola	2.321.562
Cultura vitícola	313.164
Área arborizada	2.416.917
Área inculta	3.822.386
Superfície total	8.874.029

«E, diz o silvicultor J. Ferreira Borges, nas *Notas sobre Portugal*, se da área indicada como arborizada, deduzirmos 329.155 hectares de olival e 131.221 hectares de terrenos ocupados por figueiras, amendoeiras e alfarrobeiras, obteremos a superfície revestida pelas nossas principais essências florestais, ou sejam 1.956.540 hectares, superfície esta de que deveremos descontar 2 por cento para obter o mais aproximadamente possível a verdadeira área florestal do País, por isso que, dentro

pela cultura florestal, em alguns anos passados, por exemplo, em:

	Hect.
1874	640.000
1902	1.956.491
1928	2.331.411

O avanço, como se vê desta estatística, é grande, no pequeno prazo de 54 anos; é que em 1824, quando se estabeleceu a Administração Geral das Matas, ela só superintendia sobre 14.464 hectares; em 1901 os Serviços Florestais e Aqüícolas exerciam-se já sobre 33.303 hectares; e em 1928, sobre 117.758 hectares submetidos ao regime florestal total e parcial. Muito contribuiu para isto a reforma de 24 de Dezembro de 1901 que consignou as receitas das matas nacionais para Fundo privativo dos Serviços Florestais e Aqüícolas; o estabelecimento desse Fundo permitiu que se aumentasse a área das matas nacionais; e veio melhorar a execução destes serviços a organização do Ministério da Agricultura, de 8 de Maio de 1918, criando a Direcção dos Serviços Florestais e Aqüícolas.

O actual Governo melhorou, pela lei de 20 de Maio de 1927, a regularização do corte dos arvoredos no interesse geral da economia, com o intuito de proteger a riqueza nacional.

dela, existem arvoredos muito pouco densos, principalmente nos montados de azinho e sôbro».

Quanto à importação e exploração dos produtos florestais, pelos mapas estatísticos publicados no anuário florestal de 1903-1904, vê-se que, sendo em 1870 a nossa importação de tais produtos de 612 contos e a nossa exportação de 864 contos, aquela atingiu em 1904 a importância de 2.021 contos e esta de 4.822.

Estes números demonstram bem o progresso da nossa silvicultura.

Não há uma estatística feita sobre a arborização de Gondomar, quanto à superfície e áreas ocupadas; no Pôrto há 105.114 hectares, em pinhais; 1.210, em sobreirais; 424, em soutos; 1.000, em carvalhais; 1.600, em outras essências, com uma superfície florestal de 109.148 hectares.

Não podemos desanimar da arborização, porque o nosso solo, compreendido na *zona temperada mais quente*, tem todas as óptimas condições para a produção de plantas lenhosas.

NECESSIDADE E UTILIDADE DA CULTURA FLORESTAL

HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO A TAL RESPEITO

Não tratamos aqui propriamente das florestas, pois Gondomar não possue as mais ricas matas e bouças; mas tal arborização está intimamente ligada à distribuição dos climas e às condições de temperatura e humidade do ar; razão por que há certas zonas da Terra que não têm árvores, mas apenas líquene e musgos, pois lhes falta o calor; e outras há, onde a vegetação é opulenta e luxuriante, como é a tropical.

A sua utilidade é enorme; e pode dizer-se que o homem colocado sobre a Terra, tal qual como tem de viver, não resistiria à morte, se lhe faltasse a sua irmã árvore. Industrialmente, os produtos florestais, madeira de construção de casas ou de barcos, lenhas, alavancas, pontes, casca para curtimento de cabedais, cortiça, frutos, essências vegetais, caça, têm aplicações múltiplas — tinturaria, perfumaria, curtumes, marcenaria, carpintaria, minas, combustível, etc.

Dissemos que as árvores, sob o ponto de vista climático, diminuem a secura e regularizam o regime das águas.

E isto é extremamente importante. Nas regiões montanhosas moderam e evitam a formação das torrentes e portanto as devastações; nas planícies,

tornam-se um obstáculo natural à violência dos ventos, formando um resguardo ou anteparo protector para as culturas das terras vizinhas.

E, porque assim é, todos os governos (¹), entre todos os povos civilizados, têm dedicado extremos cuidados à cultura das árvores. A nossa República instituiu a *Festa da Arvore* nas escolas primárias, para que as crianças ganhem desde a meninice amor às árvores e conheçam a sua função económica (²). E este zélo pela sua cultura não é novo nem desconhecido. Os antigos Germanos denegavam os direitos de chefe de família àqueles que não provassem haver plantado em suas herdades um certo número de árvores.

Os Gauleses deram às florestas a maior estima e até culto, consagrando-as a seus deuses, como fizeram os Romanos; estes divinizaram os bosques, dedicando-os ao culto de algumas das suas divindades.

«Nossos soberanos, escreve J. da C. N. C., apenas descansados das fadigas das armas pela total expulsão dos mouros, do solo português, não se esqueceram daquela tarefa benéfica, tão proveitosa nos usos domésticos sociais quanto preciosa para a salubridade dos ares. El-rei D. Denis, o mais sábio e providente monarca do seu tempo, saiu élé mesmo de Lisboa, sua côrte, com a rainha Santa

(1) Sobre protecção à agricultura, vid. decretos de 24 de Dezembro de 1901 e de 28 de Junho de 1902, criando o Fundo Especial dos Serviços Florestais e regulamentando-o.

(2) A floresta protege a multiplicação das aves insectívoras, êsses grandes amigos do lavrador, que lhes defendem as culturas contra a invasão dos insectos nocivos. A floresta dá-lhes abrigo, para aí criarem e alimentarem a prole. O lavrador deve conhecer essas aves e por isso as citamos aqui:

Picanços, especialmente o pica-pau verde; cuco, melro, carriça, tordo, alvéola, chapins, toutinegra, rouxinol e noitibó, e de grande utilidade às culturas agrícolas, das quais as primeiras fazem ninho nas árvores, são: taralhão, papa-moscas, tentilhão, chamariz, petinha, lavandisca, piscos, cartaxo, folosa e andorinha.

Isabel, sua mulher, e foi estabelecer-se nas charnecas invias e sáfaras entre Leiria e o Oceano, fazendo arrotear e plantar esse famoso e gigante pinhal da Marinha Grande, que ainda hoje, a-pesar-de grandes desastres, é um dos maiores tesouros do Estado. O lugar chamado *Monte real*, aí vizinho, de que El-rei fez presente à Rainha por essa mesma ocasião, está ainda hoje atestando com o seu nome a residência que ali fizeram os dois íclitos soberanos. El-rei D. Pedro I fez igualmente romper e povoar de árvores e searas uma parte da charneca entre Óbidos e Atouguia; e no meio dela, para animar esses trabalhos, levantou paços e castelo, cujos muros ainda se avistam direitos no lugar chamado *Serra de El-rei*.»

Esta dedicação foi seguida devotadamente pela solicitude cultural dos legisladores que se não esquivaram a sanções penais contra os negligentes ou destruidores do plantio. João Pedro Ribeiro, na sua *Dissertação 22.^a*, no tómo V delas, apontou um alvará de El-rei D. Manuel, datado de 13 de Dezembro de 1499, *relevando por aquela vez das penas em que haviam incorrido os moradores do reino, por não terem plantado árvores*. Este mesmo monarca, para evitar as *queimadas*, e, seguindo o exemplo de D. Afonso V, renovou em alvará de 1504 essa proibição. E posteriormente, um alvará de 28 de Março de 1791, para o encanamento do Mondego, prescreve expressamente a conservação das matas e arvoredos e a plantação de novos, os quais hoje alegram a vista de quem por terra ou pelo rio atravessa aqueles deliciosos sinceirais, desde Coimbra até Montemor-o-Velho.

É indispensável, portanto, conservar o património do passado, manter o presente e desenvolvê-lo ainda mais; é indispensável fazer executar as leis antigas e estabelecer uma norma regular e sistemática de legislação florestal. Neste sentido, pelo Ministério da Agricultura — Direcção Geral dos Serviços Flo-

restais e Aqüícolas —, o Governo da ditadura publicou a *Reorganização dos Serviços da Polícia Florestal*, aprovada pelo Decreto n.º 12.625, de 3 de Novembro de 1926, para valer como lei, e o Decreto n.º 12.793, de 30 de Novembro do mesmo ano, que alterou algumas das suas disposições. É, porém, útil a leitura do *Relatório* que precede o dito Decreto n.º 12.625; e por isso o transcrevo na íntegra:

«Considerando que convém que a propriedade produza económicamente em favor da grei a maior sôma possível de produtos de utilidade pública;

Considerando que para tal conseguir indispensável é protegê-la contra prejuízos, danos, abusos, furtos e roubos;

Considerando que justo é também que o Estado auíra os recursos necessários para tornar eficaz essa protecção;

Considerando que basta muitas vezes a simples proibição da pastagem clandestina abusiva e daninha e o evitamento do arranque da cepa e do incêndio propositado, malevolo ou por negligência, para obter a regeneração natural de soutos, montados e outros povoamentos florestais e que para isso indispensável é a proibição do trânsito estranho e anónimo;

Considerando que o melhoramento dos prados naturais representa riqueza importante na quantidade e qualidade do gado a produzir e a recrivar para obtenção de carne, lacticínios, pelame e de bons animais para a lavoura;

Considerando que pelo revestimento florestal se consegue a regularização dos rios, a sua maior navegabilidade e flutuação e se evitam os grandes desastres das inundações, que causam perda de vidas, de gados e de culturas agrícolas, bem como o assoreamento dos portos;

Considerando que em vários pontos do País onde têm sido criados núcleos florestais importantes, e a-pesar-da grande estiagem este ano ocorrida, se nota uma extraordinária constância caudal das fontes

públicas e até da energia industrial accionadora de turbinas;

Considerando que a prática tem evidenciado a necessidade de modificar as disposições da polícia florestal, de modo a tornar a sua execução mais efectiva e menos onerosa tanto nas matas e terrenos do Estado, como nos dos particulares;

Considerando a urgente necessidade da codificação das disposições da polícia florestal, mais ou menos dispersas em vários diplomas;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa, decreta, para valer como lei...» etc.

Este documento honra os legisladores que o referendaram e veio acudir a uma necessidade, qual é a de pôr um dique à permissão devastadora dos cortes e arrancamento de plantios e matas, defendendo as plantações com penalidades severas.

Não há ninguém que não concorde que o melhor auxílio prestado às artes, às indústrias, à saúde e à riqueza pública, consiste na protecção carinhosa dispensada à silvicultura. Não é, porém, recente o cuidado dos governantes sobre este ramo de riqueza pública.

Quem quiser consultar a legislação vária, pode ver a reforma de 11 de Maio de 1872 e seu regulamento de 22 de Junho, primeiros diplomas elaborados depois que a Administração Geral das Matas passou em 1852 a ser subordinada ao Ministério das Obras Públicas; tal diploma dividia o País em três secções florestais, separando então dos administrativos os serviços técnicos, com pessoal habilitado; esta legislação manteve-se até ao Decreto de 14 de Julho de 1881 que dá a gerência destes assuntos à exclusiva atribuição do pessoal técnico, sob a Direcção Geral do Comércio e Indústria; e na reforma de 1886 decreta-se pela primeira vez o regime florestal obrigatório para as Corporações Administrativas e para os terrenos particulares, compreendidos nos perímetros das serras e das dunas, cuja arborização fôsse

reconhecida de utilidade pública. A lei de 24 de Dezembro de 1901 reorganiza os serviços agrícolas; seguem-se outros diplomas, até ao regulamento de 28 de Junho de 1902, relativo à cobrança das receitas e pagamento das despesas dos serviços florestais e aquícolas; o de 24 de Dezembro de 1903, sobre execução do regime florestal; e o de polícia florestal, de 9 de Março de 1905, tendente a esclarecer os proprietários particulares sobre a divisão do regime em obrigatório e facultativo e sobre as vantagens ou encargos impostos.

Há tempos, li numa correspondência de Covelo o seguinte, que revela um alentador inicio de progresso local:

«Durante uns dias da semana passada foi motivo de espanto para os habitantes de Covelo o verem flutuar, no alto de Montalto, uma bandeira branca, chegando alguns a julgar que se tratasse de alguma romaria; mas, nada disso, era simplesmente o engenheiro sr. Moreira do Amaral que andava a levantar a planta topográfica dos terrenos de Midões para submeter os mesmos ao regime de polícia florestal, servindo a bandeira de Montalto de ligação para as pirâmides geodésicas da serra dos Açores, Penedo do Sardão, etc.

Esta submissão, que é obtida por Decreto, tem de ser requerida à Direcção dos Serviços Florestais e Aquícolas, juntando planta dos terrenos e dá várias vantagens aos proprietários, entre elas a de polícia florestal privativa, direito de coutamento sobre os pastos, concessão de sementes e plantas pelo seu custo para a arborização e pessoal para dirigir os trabalhos, bem como a restrição dos usos e servidões que afectam os terrenos e matas, procurando resgatá-los e limitá-los.» *Com vista à Associação dos Proprietários de Gens e Covelo.*

EXPOSIÇÕES AGRÍCOLAS

Gondomar não teme a concorrência nas exposições agrícolas. Pelo catálogo dos produtos apresentados na *Exposição Agrícola do Pôrto*, em 1860, vê-se que alguns concorrentes, um de Campanhã e os outros de Gondomar, expõem os seguintes exemplares:

Alfredo Allen:

- 1 — Milho Joaquim, cultivado em Campanhã.
- 2 — » pederneira.
- 3 — » Dutton.
- 4 — » padeiro.
- 5 — » verdeal.
- 6 — » grande.
- 7 — » auxonne.
- 8 — » quarentão.
- 9 — » grandal.
- 10 — » rajado.
- 11 — » arroz.
- 12 — » trigueiro.
- 13 — » sorgo sacarino (*Holeus saccharatus Linn.*).
- 14 — Centeio.
- 15 — Galego.
- 16-17 — Trigo da Maia.
- 18 — » que dá palha de Itália.
- 19 — Cevada.

Joaquim Ferreira Neves:

- 110 — Milho bragal, cultivado em Rio Tinto.
- 111 — » grandal.
- 112 — Centeio galego.
- 405 — Feijão vermelho.
- 406 — » branco reboludo.
- 407 — Abóboras porqueiras.

Alfredo Allen:

- 567 — Semente de linho, cultivado em Campanhã.
- 568 — Linho de riga em feno.
- 569 — » coimbrão em feno.
- 570 — Ruibarbo (*Rheum undulatum*).

GADO

João Moreira dos Santos — Um porco.

João Reid, Campanhã — Quatro coelhos, de raça inglesa.

Joaquim de Almeida, Rio Tinto — Três varrões.

Joaquim de Araújo Rangel, Fânzeres — Dois porcos.

Joaquim Ferreira Neves, Rio Tinto — Uma égua, raça portuguesa.

EXPOSIÇÕES DO PALÁCIO DE CRISTAL

Concorreu com variados produtos agrícolas, a quatro exposições do Palácio de Cristal, o cidadão Jerónimo Dias Moreira, filho de Francisco Moreira Levêr e de Maria Alves dos Santos (Casa do Dias da Capela), do lugar de Broalhos, da freguesia de Medas, cujos diplomas têm os dizeres seguintes:

1.^a—PALÁCIO DE CRISTAL PORTUENSE

Exposição Pomológica em 1908

O júri conferiu a Jerónimo Dias Moreira — Gondomar:

Concurso n.^o 10 — Colecção de abóboras — Medalha de prata.

Concurso n.^o 11 — Colecção de legumes em vagens verdes — Medalha de prata.

Concurso n.º 13 — Colecção de bolbos: cebolas, alhos, etc. — Medalha de cobre.

Concurso n.º 15 — Colecção de tubérculos: batatas — Menção honrosa.

Pôrto e Secretaria do Palácio de Cristal, 19 de Setembro de 1908.

O Presidente da Comissão,

Barão de Soutelinho.

O Secretário da Comissão,

Aurélio da Paz dos Reis.

2.ª — PALÁCIO DE CRISTAL PORTUENSE

Exposição de Pomologia

O júri conferiu a Jerónimo Dias Moreira — Gondomar:

2.ª Secção — Uma colecção de crucíferas, cucurbitáceas, etc. — Medalha de ouro.

Pôrto e Secretaria do Palácio de Cristal, 18 de Setembro de 1910.

O Presidente da Comissão,

Visconde de Guilhomil.

O Secretário da Comissão,

J. B. Vieira da Cruz.

3.ª — PALÁCIO DE CRISTAL PORTUENSE

Quinquagésimo aniversário da fundação do seu edifício
em 3 de Setembro de 1861

Exposição de Pomologia

O júri conferiu a Jerónimo Dias Moreira — Gondomar:

Concurso n.º 10 — Uma esplêndida colecção de

abóboras e outros produtos de horta. — 1.º prémio,
medalha de ouro.

Pôrto, 3 de Setembro de 1911.

O Presidente,
Visconde de Guilhomil.

O Secretário,
J. B. Vieira da Cruz.

4.^a — PALÁCIO DE CRISTAL PORTUENSE

Exposição Pomológica

O júri conferiu a Jerónimo Dias Moreira — Gon-
domar:

Concurso n.^o 14 — Colecção de tomates —
3.º prémio.

Concurso n.^o 15 — Colecção de tubérculos —
1.º prémio.

Concurso n.^o 9 — Colecção de pepinos — Menção
honrosa.

Pôrto e Secretaria do Palácio de Cristal, 14 de
Setembro de 1912.

O Presidente,
J. M. de Almeida Outeiro.

O Secretário,
J. B. Vieira da Cruz.

Nota. — Sobre esta exposição de 1912, acham-se
referências aos expositores, assim como gravuras das
colecções, no jornal *Gazeta das Aldeias*, n.^o 873, de
22 de Setembro de 1912.

Provavelmente as exposições anteriores devem
constar também dos jornais. (Do Sr. Jerónimo Dias
Moreira).

A *Gazeta das Aldeias*, de 22 de Setembro de 1912, sob o dito n.º 873, relata a *Exposição de Pomologia e Horticultura*, dizendo que o programa desse certame realizado no Palácio de Cristal Portuense era de uma grande latitude, admitindo não só produtos de pomar e horta e plantas de estufas e de ar livre, mas ainda produtos que bem remotamente se relacionam com essas culturas, tais como os de confeitoria, frutas cristalizadas, panificações, etc. E acrescenta, com mágoa, que a esse programa não correspondeu a concorrência dos expositores. Diz, pois, que convém reunir um núcleo de pomologistas e horticultores que, sem rivalidades, se incumbam de organizar e efectuar estes certames.

Falando, entre outros, do Sr. Jerónimo Dias Moreira, a quem chama um modesto horticultor, afirma que ele apresentou produtos bem tratados, citando os prémios que ele obteve.

Este mesmo Sr. Jerónimo Dias Moreira forneceu-me juntamente uma nota das árvores de fruto das suas propriedades de Broalhos e cuja relação é a seguinte:

Ameixoeiras, 4 variedades; amendoeira; aveleiras, 2 variedades; castanheiros, 2 variedades (vulgar e japonesa); cerejeiras, 2 variedades, uma com maturação em Junho e outra em Setembro; figueiras, 8 variedades; framboesa; groselheiras; laranjeiras, 3 variedades; limeiras; limoeiros; tangerineiras; ginjeiras; macieiras, 11 variedades; diospiros; marmeleiros, 3 variedades; nespereiras, 2 variedades; oliveiras; pessegueiros, 7 variedades; româzeiras; videiras, 14 variedades de videiras europeias (vinha antiga) e 15 produtores directos em ensaio, além da *isabela*, conhecida pelo nome de *americana*, entre êsses produtores destaca-se a variedade «Noah» que produz muitas uvas brancas e que a-pesar-de novas já produziram no ano de 1927, 350 litros de bom vinho; duas variedades americanas próprias para

receberem enxertos: *riparia rupestris*, introduzidas nesta terra em Março de 1924.

Quanto a silvicultura, conta acáias, *austrálias* e *mimosas*, em grande quantidade e 3 variedades; carvalhos; amieiros; castanheiros; choupos, 2 variedades; eucaliptos, 6 variedades (*glóbulus*, *amigdalina*, *coronocalis*, *gigantea*, *piperita* e *rostrata*); lôdão; freixos; loureiros; medronheiros, cujo fruto serve para fazer-se aguardente; negrilhos (*campestris*) foram dispostos em 1926, procedentes da casa do ilustre cidadão Sr. Manuel Martins Dias, da vizinha freguesia de Aguiar de Sousa; plátanos; pau-ferro; resinosas coníferas: além do pinheiro comum espalhado por tôdas as terras incultas, há raros pinheiros mansos e 4 variedades da família das resinosas; abetos; cedros (2 variedades) ciprestes e juníperos (zimbro). Há 4 variedades de salgueiros — vimeiros, que dão madeira para gigos, canastras, canastreis, açafates, vérgas para amarrar videiras, etc.; sobreiros que além da cortiça, fornecem bolota para alimentação dos suínos, fôlha para fazer a cama aos gados e madeira excelente para a construção de rodas dos carros, jugos dos bois, assim como serve para óptimo carvão vegetal.

No solo inculto vegetam também a carqueja, queiró (molar e arnal), a urze e giestas ou maias, murta, rosmaninho, etc.

Na agricultura dá-nos a seguinte nota das plantas semeadas no ano de 1910, em casa do sr. Francisco Dias:

Aveia, centeio (3 variedades); cevada, trigo, milho (6 variedades e uma de milho de vassouras); abóboras (34 variedades); alfaches, alhos, azevém, batatas, beringelas, beterrabas, cabaças, calombros, carrajó, cebolas, couves (15 variedades); ervilhas, favas, feijões (16 variedades); melancias (7 variedades); melões (5 variedades); mostarda, nabos, pimentos, pepinos (6 variedades); serradela, tomates (8 variedades); tremoços, trevo, topinambo, etc., etc.

De jardinagem aponta: agraves, alecrim, alfazema, bálsamo (4 variedades); beringelas, brincos de princesa, buxos, cabacinhos, camélias, canas (bambus), 3 variedades; coloquintidas, cravos (8 variedades); crisântemos (6 variedades); dálias (11 variedades, sendo uma cactus); ervilhas de cheiro, evónimos, farbitos, girassóis, glicínias, gigantes, goivos, hidranjas, hipericum, junquilhos, ligusto, lilases, limonete, lírios, madre-silva, trepadeiras, maracujá, noveleiro, palmas de Santa Rita, palmeiras, papagaios, papoilas, passiflora, penacheiro, perpétuas, plargónios, pimenteira, redodendrons, româzeiras, roseiras espinhosas (18 variedades); sécias, sempre-verdes, tecsonia, tremoços de flor, zinias, etc.

As sementes das plantas e roseiras foram importadas das principais casas da especialidade, da Alemanha, França e Itália.

A FLORA DE GONDOMAR

O estudo dos vegetais é um dos ramos das ciências biológicas. Aqui não fazemos propriamente um estudo, mas apenas um arquivo dos diversos vegetais criados neste concelho.

Esse estudo, diga-se de passagem, só chegou a ter orientação científica no século XVI e mais desenvolvidamente no século XVIII sob a influência do célebre botânico sueco Linneo. E só depois de 1840, sob o impulso dado pelo botânico alemão Hugo von Mohl, se desenvolveu largamente o estudo da organização interna dos vegetais. São recentes, portanto, os grandes progressos da Botânica.

A Botânica geral neste concelho é quase a mesma que a dos concelhos limitrofes. Principando pelas vasculares, não cito todas as espécies observadas pelo Professor Sr. Gonçalo Sampaio, conquanto o pudesse fazer, visto que algumas, como as encontradas em Campanhã, Ermezinde, Valongo, Avisentes,

Quebrantões, etc., muito possivelmente se encontram também dentro da área do nosso concelho.

Deveria neste estudo seguir uma ordem ou método na relação das referidas espécies, isto é, deveria talvez ocupar-me primeiro da botânica agrícola, da medicinal, da florestal, da industrial e por fim, da fóssil. Mas por mais esforços que fizesse para que o meu trabalho fosse examinado por um perito, nada consegui; e, como de nada me valia percorrer o concelho, visto que os meus conhecimentos sobre Botânica são reduzidíssimos, limito-me a expor aos leitores tudo o que encontrei escrito a tal respeito, deixando aos autores a responsabilidade de suas afirmações.

Principiemos pelas *plantas vasculares*, assim chamadas, do termo latino *vasculum* (pequeno vaso), porque a substância dos vegetais é formada por pequenas cavidades, chamadas *células* e por tubos, chamados *vasos*, que são afinal células dispostas em linha, agrupados e intimamente unidos.

O tecido vascular é formado por esses tubos longos, não ramificados (vasos), cujas paredes podem ser pontuadas ou riscadas e muitas vezes apresentam um filamento interior enrolado em espiral; esses tubos são devidos a células sobrepostas, cuja parede comum foi destruída. (*Elem de Bot.*, de Hooker).

Falando das «arborizações nos arredores do Pôrto, aspecto e natureza do solo, culturas, vegetação espontânea, famílias predominantes, regiões botânicas», etc., o Professor Sr. Gonçalo Sampaio (¹) exprime-se assim:

«Quando em 1879 o professor Dr. Júlio Henriques, no intuito de realizar o mais completamente possível o estudo da flora portuguesa, fundava em Coimbra a Sociedade Broteriana, as vegetações locais

(¹) «Rev. de Sc. Nat. e Soc.», vol. IV, n.º 15 e segs. Pôrto, 1896.

do nosso País eram apenas conhecidas por um limitadíssimo número de espécies mencionadas nas obras de alguns clássicos, tais como Grisley, Brotero e Link. Mercê, porém, do influxo emanado duma nova agremiação científica, cujos brilhantes resultados têm excedido tôdas as expectativas, as herborizações encetaram-se e continuaram-se desde Norte a Sul com uma constância e actividade que, decorridos apenas dezasseis anos, quásí se pode julgar hoje como feito o inventário das espécies botânicas que se encontram na região continental». Cita alguns célebres herborizadores, tais como Gabriel Grisley, que publicou em 1661 o *Viridarium lusitanum*; Pitton de Tournefort, que explorou o nosso País em 1689 e que num manuscrito existente no hervário da Universidade de Coimbra enumera 38 espécies encontradas por él «circa civitatem Porto ad ostium durii» e 29 espécies «ultra San Joan da Foz ad ostium durii»; lembra também o grande botânico Félix de Avelar Brotero, autor da *Flora Lusitânica*, publicada em 1804, que refere 55 espécies de plantas dos arredores do Pôrto, além de outras nas margens do rio Douro; o Conde de Hoffmensegg, Eugénio Smiths, engenheiro-director das minas de carvão de S. Pedro da Cova; Augusto Luso, que desde 1869 a 1884 herborizou nestes arredores e formou colecções principalmente de criptogâmicas e diatomáceas; E. Hackel, que cita 17 gramíneas no seu trabalho publicado em 1882 *Graminées du Portugal*; Gomes da Silva, que deixou um manuscrito *Elementa ad Floram Portuensem*, onde se mencionam 374 espécies vegetais; e vários outros. Depois, entrando na parte geológica do terreno do distrito do Pôrto, diz: «O distrito do Pôrto é, como todos os das nossas províncias do Norte, extremamente acidentado e montanhoso. Desde as costas do Oceano, que o limita em todo o comprimento segundo a linha Norte-Sul, o solo eleva-se para o interior num crescendo pitoresco de relêvo e formando bacias de numerosos cursos de água, cujas

principais confluências são constituídas pelo rio Ave ao Norte, pelo Leça ao centro e pelo Douro, a mais considerável destas correntes, ao Sul.

O seu ponto culminante excede 1.400 metros de altitude e encontra-se na serra do Marão, onde confina com a província de Trás-os-Montes. Geologicamente a natureza dos terrenos apresenta-se bastante variada: granitos, sedimentos paleozóicos, rochas porfíricas, formações pleocénicas e aluviões quaternárias e actuais. Os granitos compreendem uma pequena região em volta da cidade do Pôrto, granitos finos, e uma faixa de granito porfiróide que passa no interior e para além de Baltar na direcção Nordeste. Entre êles estende-se uma zona de sedimentos paleozóicos, constituída por xistos e conglomerados de natureza diversa e oferecendo em contacto com as rochas ígneas uma série de rochas metamórficas em que abundam o gneisse, os mica-xistos e os depósitos antracíferos⁽¹⁾.

E' sobretudo notável a formação silúrica desta zona, que se levanta, originando os montes de Valongo, a 376 metros de altitude. Para lá da faixa do granito porfiróide aparecem de novo os terrenos xistosos de que é constituída, essencialmente, a grande serra do Marão. As rochas porfíricas encontram-se apenas, sob a forma de diorite, intercaladas no meio dos xistos paleozóicos; e no litoral, desde o Pôrto até Valbom, existem pequenas manchas do sistema pleocénico. Emfim, as aluviões quaternárias e actuais acham-se mais ou menos representadas sobre a costa marítima e nos férteis estuários dos rios e dos regatos.

Sob o ponto de vista da botânica económica, o distrito do Pôrto é, sem dúvida alguma, um dos mais ricos e importantes do País. Habitado por uma população laboriosa e inteligente, o seu terreno desentranha-se em mananciais de produção agrícola que

(1) Vid. I.^o vol., cap. II, pág. 167 e segs.

constituem a felicidade desta ubérrima região. Nos montes encontram-se comumente os carvalhos, o castanheiro, a oliveira e os pinheiros; nos campos cultiva-se, sobretudo, o milho, o centeio, o trigo, a cevada, a aveia, o painço, o feijão, o linho e a videira; os prados forraginosos ostentam viçosamente as milhãs, as poas, o raigraz, a erva da semente, os trevos e a serratela; junto das habitações estendem-se as hortas de couves, alfaches, abóboras, pepinos, melancias, melões, tomateiros e cebolas, bem como deliciosos pomares de pereiras, macieiras, cerejeiras, pessegueiros, figueiras, damasqueiros, ameixoeiras, laranjeiras, tangerineiras, nogueiras e muitas outras espécies frutíferas. A cultura da vinha, porém, que é importantíssima tanto pela sua extensão como pela sua intensidade, apresenta-se naturalmente dividida num certo número de pequenas regiões vinícolas e entre as quais se destaca a compreendida pelos terrenos graníticos de Amarante.

Opulenta e variada como poucas, a flora espontânea do Pôrto é formada na sua quase totalidade por vegetais indígenas; as plantas exóticas naturalizadas limitam-se a um pequeno número de espécies, em geral herbáceas. No conjunto de toda esta vegetação vascular aparecem como famílias predominantes as asteráceas, as faseoláceas, as poáceas e as deantáceas; encontram-se, porém, magnificamente representadas as lamiáceas, as brassicáceas, as ciperáceas, as scrophulariáceas e as apiáceas. A falta de pântanos extensos determina a característica pobreza das espécies aquáticas. Conquanto o distrito do Pôrto não possa ser topográficamente dividido num certo número de regiões botânicas, caracterizadas por uma vegetação particular e própria, é certo que as variações da flora correlativas com a mudabilidade de condições mesológicas, tais como altitude, natureza e humidade do terreno, exposição, proximidade do oceano, etc., chegam por vezes a alcançar aspectos típicos e especiais. E' assim que as vegetações dos vales, das costas e dos lugares

alpestres se apresentam, como não podia deixar de ser, dotadas de formas privativas que lhes imprimem um acentuado cunho de flórulas independentes.»

Sobre as espécies exóticas para a flora portuguesa e naturalizadas nos arredores do Pôrto, cita as *Senebyera didyma*, *Robinia pseudo-acácia*, *Oxalis cornuta*, *Oxalis purpurea*, *Oxalis Martiana*, *Oenothera biennis*, *Vittadinea triloba*, *Erigeron canadensis*, *Soliva Barclayana*, *Xanthium spinosum*, *Borrago officinalis*, *Solanum pseudo-capsicum*, *Solanum sodomeum*, *Datura stramonium*, *Datura Tatula*, *Linaria cymbalaria*, *Phytolacca decandra*, *Hydrocotyle Bonnariensis*, *Chenopodium ambrosioides*, *Cyperus vegetus*, *Phalaris canariensis* e *Digitaria paspalooides*. E na mesma Revista, vol. IV, n.º 16, dá o inventário das vasculares espontâneas que pôde colhêr. Aqui citaremos apenas aquelas espécies que indicam terras do concelho de Gondomar.

Vasculares

RANUNCULÁCEAS

Ranunculus, L.

R. Lenormandii, Scultz. Hab. — Charcos e regatos de todo o distrito do Pôrto.

R. Peltatus, Schrank.

R. heterophyllus, Bor. Hab. — Aguas correntes e presas.

R. hololencus, Lloyd. Hab. — Rio Ferreira.

R. sceleratus, L.

Vulg. — *Pantalou*. Hab. — Prados e terrenos húmidos das margens do rio Douro: Atães, etc.

R. bupleuroides, Brot. Hab. — Montes: S. Pedro da Cova e Serra de Valongo.

R. flabellatus, Desf.

R. gregarius, DC. Hab. — Montes: S. Cosme.

R. Flammula, L. B. *serratus*, DC. — Hab. — Terrenos húmidos de quásí todo o distrito do Pôrto.

R. ophioglossifolius, Vill. Hab. — Terrenos húmidos de quási todo o distrito do Pôrto.

R. adscendens, Brot. Hab. — Terrenos húmidos e arrelvados de todo o distrito do Pôrto.

R. repens, L.

Vulg. — *Botão de ouro*. Hab. — Prados e terrenos frescos de todo o distrito.

R. tribolus, Desf. Hab. — Campos e arrelvados.

R. muricatus, L.

Vulg. — *Bugalhó*. Hab. — Campos e terrenos húmidos: Rio Tinto.

R. arvensis, L.

R. Tuberculatus, Koch. Hab. — Campos: Valbom, etc.

R. ficaria, L.

Vulg. — *Celidónia menor*. Hab. — Prados e terrenos húmidos: Rio Tinto.

Anémone, L.

A. albida, Mariz. Hab. — Montes e prados: S. Pedro da Cova, etc.

Clematis, L.

C. bitalba, L.

Vulg. — *Vide branca: Sipó do Reino*. Hab. — Margem do rio Douro: Atães.

C. Campaniflora, Brot.

Vulg. — *Clematide*. Hab. — Margens do rio Douro: Foz do rio Sousa.

Tralictrum, L.

T. glaucum, Desf.

Vulg. — *Ruibarbo dos pobres*. Hab. — Terrenos húmidos e margens dos ribeiros.

Helleborus, L.

H. foetidus, L. Vulg. — *Erva besteira*. Hab. — Terrenos incultos: Gondomar.

Delphinium, L.*D. peregrinum*, L. *S. cordiopetalum*, Lge.

Vulg.—*Esporas bravas*. Hab.—Margens do rio Douro: Atães, Foz do rio Sousa, etc.

Papaveráceas**PAPAVER TOURNF**

P. hybridum, L. Vulg.—*Papoila poluda*. Hab.—Campos: Valbom.

Chelidonium, Tournf.

C. majus, L. Vulg.—*Saruda*; *Celidónia maior*; *Erva andorinha*; *Erva das verrugas*. Hab.—Muros e bordas dos caminhos.

Fumareáceas*Hypecoum*, Tournf.

H. procumbens, L. *grandiflorum*, Coss. Hab.—Campos das margens do rio Douro.

Fumária, Tournf.

F. muralis, Sonder. Vulg.—*Fumária*; *Erva molarinha*; *Salta-sebes*. Hab.—Campos e muros em todo o distrito.

Brassicáceas*Raphanus*, L.

R. raphanistrum, L. Lusit.—*Saramago*. Hab.—Nos campos de todo o distrito.

Teesdalia, R. Br.

T. nudicaulis, R. Br. Hab.—Campos e montes de todo o distrito.

Capsella, Vent.

C. bursa-pastoris, Mnch. Lusit. *Bôlsa do pastor*. Hab.—Terrenos cultos de quase todo o distrito.

Senebiera, Pers.

S. didyma. Hab.—Areíño.

Camelina, Crtz

C. silvestris, Wallr. Lusit.—*Gergelim bastardo*. Hab.—Areíño de Valbom.

Malcomia, R. Br.

M. potula, DC. Hab.—Areais do Douro: Areinho, Valbom, etc.

Sisymbrium, L.

S. sophia. Hab.—Margens do Douro.

Erysimum, L.

E. linifolium, J. Gay. Hab.—Margens do Douro, Valbom, etc.

Cheiranthus, R. Br.

C. Cheiri, L. Lusit. *Goiveiro amarelo*. Hab.—Cultivado nos jardins.

Mathiola, R. Br.

M. tristis, R. Br. Hab.—Nas margens do Douro, Areinho, Jovim, etc.

Barbarea, R. Br.

B. praecox, R. Br. Hab.—Arredores do Pôrto.

Nasturtium, R. Br.

N. asperum, Coss. Hab.—Margens do Douro, Areinho, Valbom, etc.

N. officinale, R. Br. Lusit.—*Agrião*. Hab.—Terrenos encharcados—Rio Tinto, etc.

Arabis, L.

A. Thaliana, L. Hab.—Areinho, etc.

A. hirsuta, Scop. Hab.—Margens do rio Douro.

Cardamine, L.

C. hirsuta, L. Lusit.—*Agrião menor*. Hab.—Nos muros e terrenos cultos e incultos de todo o distrito.

Draba, L.

D. verna, L. Hab.—Margens do rio Douro.

Roripa, Bess.

R. pyrenaica, Spach. Hab.—Gramido e Valbom.

R. nasturtioides, Spach. Hab.—Margens do Douro.

Eruca, D.C.

E. sativa, Lamk. Lusit. *Eruca*. Hab. — Margens do Douro.

Sinapis

S. arvensis, L. Hab. — Campos: Areinho de Valbom, etc.

Brassica L.

B. sabulária, Brot. Hab. — Terrenos cultos e incultos: Areinho, etc.

B. napus, L. Lusit. — *Nabo, nabica*. Hab. — Nos campos e hortas.

B. oleracea, L. Lusit. — *Couve*. Hab. — Cultivada nas hortas.

Resedáceas*Reseda*, L.

R. media, Lag. Hab. — Margens dos campos em todo o distrito: Rio Tinto, etc.

R. phytœuma, L. Hab. — Margens dos campos.

R. virgata, Bss. e Reut. Hab. — Margens do Douro (rara).

R. luteola, L. Lusit. — *Lírio dos tintureiros*. Hab. — Terrenos cultos e incultos: Valbom, etc.

Astrocorpus, Kech.

A. Clusii, J. Gay. Hab. — Terrenos secos de todo o distrito: Rio Tinto, etc.

Cistáceas*Cistus*, Tourn.

C. hirsutus, Lam. Lusit-Saganhs. Hab. — Montes e margens dos caminhos, em todo o distrito.

C. salviaefolius, L. Hab. — Terrenos incultos.

C. crispus, L. Hab. — Margens do Douro (raro).

C. albidus, L. Lusit. — *Roselha grande*. Hab. — Terrenos incultos entre a Foz do Sousa e Carvoeiro.

Helianthemum, Tourn.

H. vulgare, Gaertn. Hab. — Terrenos secos: Rio Tinto, etc.

H. variabile, Amo. Hab.—Terrenos incultos de todo o distrito.

Violariáceas

Viola, L.

V. tricolor, L. Lusit.—*Flor seráfica, erva da trindade, amores-perfeitos bravos.* Hab.—Campos.

V. odorata, L. Lusit.—*Violeta de cheiro.* Hab.—Terrenos sombrios.

V. palustris, L. Lusit.—*Violetas bravas.* Hab.—Lugares húmidos.

V. silvatica, Fries. Lusit.—*Violetas bravas.* Hab.—Terrenos cultos e incultos de todo o distrito.

V. lancifolia. Thore. Lusit.—*Violetas bravas.* Hab.—Montes e campos: S. Pedro da Cova, etc.

Poligaláceas

Polygala, L.

P. microphylla, L. Hab.—Montes: S. Cosme, S. Pedro da Cova, etc.

P. vulgaris, L. Lusit.—*Poligala, erva leiteira.* Hab.—Montes de todo o distrito.

Diantháceas

Spergula, L.

S. arvensis, L. Vulg.—*Gorga.* Hab.—Montes e campos.

Spergularia, Pers.

S. rubra, Pers. Vulg.—*Gorgão.* Hab.—Terrenos cultos e incultos.

S. capillacea. Vulg.—*Gorgão.* Hab.—Terrenos arenosos.

Sagina, L.

S. procumbens, L. Hab.—Muros e rochedos de todo o distrito: Valbom, etc.

S. apetala, L. Hab.—Muros e rochedos. Valbom.

S. montana, L. Hab.—Montes e bordas dos campos: S. Pedro da Cova, S. Cosme e Rio Tinto.

Moenchia, Ehrh.

M. erecta, Fl. Wett. Hab.—Pastagens montãs: Valbom.

Carastium, L.

C. viscosum, L. Hab.—Campos e muros.

C. vulgatum, L. Hab.—Prados e terrenos húmidos.

Stellaria, L.

S. uliginosa, Murr. Hab.—Prados e margens das correntes. S. Pedro da Cova.

S. media, Vill. Vulg.—*Merugem*. Hab.—Campos, muros e margens dos caminhos: Rio Tinto.

S. graminea, L. Hab.—Terrenos sombrios e húmidos: Jovim, Atães, etc.

Lychnis, L.

L. laeta, Ait. Hab.—Prados e terrenos húmidos: Rio Tinto, Gramido, etc.

Silene, L.

S. nocturna, L. Hab.—Margens do rio Douro: Foz do Sousa, etc.

S. laxiflora, Brot. Hab.—Campos e montes: Rio Tinto, etc.

S. conoidea, L. Hab.—Margem do rio Douro: Valbom (rara).

S. inflata, Sm. Vulg. *Erva traqueira*. Hab.—Margens dos campos: S. Cosme.

Cucubalus, L.

C. baccifer, L. Hab.—Lugares sombrios: Atães.

Saponaria, L.

S. officinalis, L. Vulg.—*Saboeira*. Hab.—Lugares frescos: Rio Tinto.

Dianthus, L.

D. saxifragus, L. Hab.—Muros e rochedos, das margens do rio Douro e da Foz do Sousa.

D. monspessulanus, L. Vulg.—*Craveiro*. Hab.—Margens do rio Douro, Gramido e Foz do Sousa.

D. caryophyllus, Vulg. — *Craveiro dos jardins.*
Hab. — Em todo o distrito do Pôrto.

Velezia, L.

V. rigida, L. Hab. — Margens do rio Douro :
Valbom (rara).

Portulacáceas

Portulaca, L.

P. oleracea. L. Vulg. — *Beldroega*. Hab. — Campos.

Mollugo, L.

M. cerviana, Ser. Hab. — Areais do rio Douro :
Valbom.

Tamaricáceas

T. gallica, L. Vulg. *Tamargueira*; *tamariz*. Hab.
— Margens do rio Douro, entre Valbom e Foz do
Sousa.

Hypericáceas

Hypericum, L.

H. linariifolium, Vahl. Hab. — Montes: Rio Tinto.
H. perforatum, L. Hab. — Campos e montes:
Valbom, etc.

H. pulchrum, L. Hab. — Terrenos incultos: Rio
Tinto.

Malváceas

Malva, L.

M. rotundifolia, L. Vulg. — *Malva redonda*. Hab.
— Terrenos cultos e incultos, margem direita do
Douro, em frente de Quebrantões.

Althea, L.

A. officinalis, L. Vulg. — *Altea*; *malvaisco*. Hab.
— Terrenos húmidos.

Lináceas

Linum, L.

L. usitatissimum, L. Vulg. — *Linho*. Em todo o
distrito.

L. gallicum, L. Hab.—Terrenos secos e incultos das margens do Douro. Entre o Freixo e Valbom.
Radiola, Gmel.

R. linoides, Gmel. Hab.—Terrenos arenosos, em todo o distrito do Pôrto. S. Pedro da Cova.

Geraniáceas

Geranium, Herit.

G. robertianum, L. Vulg.—*Erva Roberta ou de S. Roberto*. Hab.—Lugares sombrios: S. Cosme.
G. molle, Lge. Vulg.—*Bico de pomba ou de grou*. Hab.—Campos e margens dos caminhos em todo o distrito.

Erodium, Herit.

E. primulaceum, L. Vulg.—*relógios*. Hab.—Terrenos cultos e incultos: Rio Tinto.

Oxalis, L.

O. corniculata, L. Vulg.—*Trevo azedo*. Hab.—Paredes e bordas dos caminhos em todo o distrito.

Rutáceas

Ruta, L.

R. angustifolia, Pers. Vulg.—*Arruda, ruda*. Hab.—Margens do Douro: Ataés, Foz do Sousa.
R. bracteosa, DC. Vulg.—*Arruda, ruda*. Cultivada nos quintais.

Papilionáceas

Adenocarpus, DC.

A. intermedius, DC. Vulg.—*Codeço rasteiro*. Hab.—Foz do Sousa e Valbom.

Anthyllis, L.

A. Gerardi, L. Hab.—Terrenos cultos e incultos: Gramido, Valbom, etc.

Dorycnium, Tournf.

D. rectum, DC. Hab.—Margens das correntes: Jovim.

Vicia, L.*V. faba*, L. Vulg.—*Fava*. Cultivada nas hortas.*V. hirsuta*, Koch. Hab.—Campos e searas. S. Pedro da Cova.*Lathyrus*, L.*L. clymenum*, L. Hab.—Terrenos cultos e incultos: Foz do Sousa, Valbom, etc.*L. odoratus*, L. Vulg.—*Ervilha de cheiro*. Hab.—Cultivada nos jardins.*L. silvestris*, L. Hab.—Terrenos cultos e incultos. Atães, Foz do Sousa, etc.*Pisum*, L.*P. sativum*, L. Vulg.—*Ervilha*. Hab.—Nas hortas e campos.*Phaseolus*, L.*P. vulgaris*, L. Vulg.—*Feijoeiro de trepa*. Hab.—Nas hortas.*P. nanus*, L. Vulg.—*Feijoeiro rasteiro*. Hab.—Nos campos.*P. multiflorus*, Willd. Vulg.—*Feijoeiro vermelho*. Hab.—Nas hortas.*Dolichos*, L.*D. monachalis*, Brot. Vulg.—*Feijão frade*. Hab.—Nos campos.*Trifolium*, L.*T. repens*, L. Vulg.—*Trevo*. Hab.—Nos prados.*T. pratense*, L. Vulg.—*Trevo dos prados*. Hab.—Valbom.*T. angustifolium*, L. Hab.—Valbom, Foz do Sousa.*Melilotus*, Tourn.*M. alba*, Desr. Hab.—Margens do Douro, Valbom.*Onónis*, L.*O. antiquorum*, L. Hab.—Terrenos incultos das margens do Douro, Valbom.*O. natrix*, L. Hab.—Terrenos arenosos. Areíinho de Valbom.

Genista, L.*G. triacanthos*, Brot. Hab. — Montes: Rio Tinto.*G. falcata*, Brot. Hab. — Montes: S. Cosme.*G. berberidea*, Lge. Hab. — Terrenos húmidos.

Margens do rio Ferreira.

G. tridentata, L. Vulg. — *Carqueja*. Hab. — Montes: Foz do Sousa, S. Pedro da Cova, etc.*Ulex*, L.*U. europeus*, L. Vulg. — *Tojo arnal*. Hab. — Montes.*U. lusitanicus*, Mariz. Vulg. — *Tojo*. Hab. — Montes: S. Cosme, S. Pedro da Cova, etc.*Cytisus*, L.*C. patens*, L. Var. *eriocarpus*. Vulg. — *Giesteira das serras; Maias*. Hab. — Montes: S. Cosme, etc.*C. scoparius*, Lk. Vulg. — *Giesteira alta: Maias*. Hab. — Margens do rio Ferreira: Couce, etc.*C. albus*, Lk. Vulg. — *Giesteira branca*. Hab. — Terrenos incultos: Rio Tinto, S. Cosme, etc.*Lupinus*, C.*L. albus*, L. Vulg. — *Tremoceiro*. Hab. — Cultivado e subespontâneo em várias terras do distrito.*Psoralea*, L.*P. bituminosa*, Vulg. — *Trevo bituminoso*. Hab. — Terrenos incultos das margens do Douro. Valbom e Foz do Sousa.*Coronilla*, L.*C. minima*, L. Hab. — Terrenos arenosos. Valbom.*Ornithopus*, L.*O. ebracteatus*, Brot. Hab. — Campos de todo o distrito.*O. roseus*, L. Vulg. — *Serradela mansa*. Hab. — Em todo o distrito.**Rosáceas***R. sempervirens*, L. Vulg. — *Roseira brava*. Hab. — Silvedos.

R. canina, L. Vulg.—*Silva macha. Rosa de cão.*
Hab.—Silvedos: Rio Tinto, S. Cosme, etc.

Rubus, L.

R. discolor, Wein et Nees. Vulg.—*Silva: Sarça.*
Hab.—Montes, bordas dos caminhos.

Potentilla, L.

P. reptans, L. Vulg.—*Potentila: Cinco em rama.*
Hab.—Terrenos incultos. Foz do Sousa.

P. anserina, L. Hab.—Terrenos incultos das margens do Douro. (Rara).

P. tormentilla, Sibth. Vulg.—*Tomentila: Sete em rama.* Hab.—Terrenos incultos, em todo o distrito.

Alchemilla, Tourn.

A. arvensis, Scop. Hab.—Campos e muros.

Poterium, L.

P. spachianum, Coss. Hab.—Terrenos incultos e muros. Valbom.

Pyrus, L.

P. communis, L. Vulg.—*Pereira mansa e pereira brava.* Hab.—Nos pomares de todo o distrito.

P. malus, L. Vulg.—*Macieira.* Hab.—Em todo o distrito.

Eriobotrya, Lindl.

E. japonica, Lindl. Vulg.—*Nespereira do Japão.*
Hab.—Nos quintais.

Crataegus, L.

C. oxyacantha, L. Vulg.—*Pilriteiro, espinheiro alvar de casca verde.* Hab.—Montes e sítios.

Persica, Tourn.

P. vulgaris, Mill. Vulg.—*Pessegueiro.* Hab.—Nos quintais.

Prunus, L.

P. domestica, L. Vulg.—*Ameixoeira.* Hab.—Nos pomares.

P. cerasus, L. Vulg.—*Ginjeira.* Hab.—Nos pomares.

P. avium, L. Vulg. — *Cerejeira, cerdeira*. Hab.
— Nos campos.

P. lusitanica, L. Vulg. — *Azereiro*. Hab. — Nos jardins.

Saxifragáceas

Saxifraga, L.

S. granulata, L. Vulg. — *Saxifrágia branca*. Hab.
— Terrenos incultos, muros e rochedos, nas margens do rio Douro, etc.

Chrysosplenium, Tourn.

C. oppositifolium, L. Hab. — Margens das correntes.

Crassuláceas

Umbilicus, D.C.

U. pendulinus, D.C. Vulg. — *Conchelos, sombreirinhos dos telhados, choupilos, orelhas de monge*. Hab.
— Muros, telhados e rochedos, em todo o distrito.

Pistorinia, D.C.

P. hispanica, D.C. Hab. — Terrenos arenosos e cultivados das margens do rio Douro. (Rara).

Sedum, L.

S. album, L. Vulg. — *Arroz dos telhados, pinhões de rato*. Hab. — Muros e rochedos das margens do Douro. Valbom.

S. brevifolium, D.C. Hab. — Muros e rochedos. S. Cosme.

S. amplexicaule, D.C. Hab. — Terrenos incultos das margens do rio Douro, Foz do Sousa, etc.

S. elegans, Lge. Hab. — Muros e terrenos incultos das margens do Douro.

S. altissimum, Poir. Vulg. — *Erva pinheira enxuta*. Hab. — Muros e terrenos incultos das margens do Douro.

Droseráceas

Droséra, L.

D. rotundifolia, L. Vulg. — *Orvalhinha, rorela*. Hab.
— Terrenos húmidos dos montes, sôbre os musgos.

D. intermedia, Hayn. Vulg. — *Orvalhinha, rorela.*
Hab. — Montes e terrenos húmidos.

Drosophyllum, Lk.

D. lusitanicum, Lk. Vulg. — *Erv a pinheira orvalhada. Pinheiro baboso.* Hab. — Montes:

Haloragáceas

Myriophyllum, W.

M. alterniflorum, D C. Hab. — Águas presas ou mansas.

M. spicatum, L. Hab. — Águas estagnadas. Valfombom; margem do rio Douro, etc.

Epilobiáceas

Epilobium, L.

E. hirsutum, L. Hab. — Terrenos húmidos, nas margens das correntes. Foz do Sousa.

E. parviflorum, Schreb. Hab. — Terrenos húmidos e pantanosos.

E. tetragonum, L. Hab. — Lugares frescos ou húmidos. Jovim.

E. obscurum. Schreb. Hab. — Lugares frescos, em todo o distrito.

Isnardia, L.

I. palustris, L. Hab. — Terrenos pantanosos.

Circæa, L.

C. lutetiana, L. Hab. — Terrenos frescos, nas margens das correntes. Gramido.

Lythráceas

Lythrum, L.

L. salicaria, L. Vulg. — *Salgueirinha.* Hab. — Margens das correntes.

L. acutangulum, Lge. Hab. — Terrenos húmidos em todo o distrito.

L. hissopifolia, L. Hab. — Terrenos húmidos.

Peplis, L.*P. portula*, L. Hab. — Lugares húmidos. Valbom.**Myrtáceas***Myrtus*, Tour.*M. communis*, L. Vulg. — *Murta, murtinhos*. Hab. — Foz do Sousa, etc.*Punica*, L.*P. granatum*, L. Vulg. — *Romeira*. Hab. — Nos pomares.**Cucurbitáceas***Cucumis*, L.*C. melo*, L. Vulg. — *Melão*. Nas hortas e campos.*C. citrullus*, Ser. Vulg. — *Melancia*. Nas hortas e campos.*C. sativus*, L. Vulg. — *Pepino*. Nas hortas e campos.*C. flexuosus*, L. Vulg. — *Pepino cornilhão*. Nas hortas.*Lagenaria*, Ser.*L. vulgaris*, Ser. Vulg. — *Cabaça do vinho*. Hab. — Nas hortas.*Cucurbita*, L.*C. pepo*, L. Vulg. — *Abóbora, cabaço*. Hab. — Nas hortas.**Vitáceas***Vites*, Tour.*V. vinifera*, L. Vulg. — *Vide, videira*. Hab. — Em todo o distrito.**Cactáceas***Opuntia*, Tour.*O. vulgaris*, Mill. Vulg. — *Figueira da Índia*. Hab. — Cultivada nos quintais.**Araliáceas***H. helix*, L. Vulg. — *Hera*. Hab. — Muros e troncos de árvores em todo o distrito.

Apiáceas

Hydrotyle, Tourn.*H. vulgaris*, L. e *mycrophilla*. Lge. Hab. — Lugares húmidos: Fânzeres, etc.*Eryngium*, Tourn.*E. campestre*, L. Vulg. — *Cardo corredor*. Hab. — Terrenos incultos.*Physospermum*, Cuss.*Ph. aquilegiaefolium*, Kock. Hab. — Montes: S. Pedro da Cova, S. Cosme, etc.*Conium*, L.*C. maculatum*, L. Vulg. — *Cicuta, cegude, cicuta maior, ou terrestre, ansarinha malhada*. Hab. — Valados e margens das correntes: Valbom, etc.*Apium*, L.*A. graveolens*, L. Vulg. — *Aipo*. Hab. — Terrenos húmidos e margens das correntes.*A. nodiflorum*, Rchb. Vulg. — *Rabaças*. Hab. — Águas correntes: Rio Tinto, etc.*Carum*, L.*C. petroselinum*, Benth e H. Vulg. — *Salsa*. Hab. — Cultivada nas hortas e subespontânea nas fendas das paredes em todo o distrito.*Conopodium*, Koch*C. denudatum*, Koch. Vulg. — *Castanha subterrânea menor*. Hab. — Montes: Valbom, etc.*C. capillifolium*, Boiss. Vulg. — *Castanha subterrânea maior*. Hab. — Montes: S. Pedro da Cova, etc.*Scandix*, Tourn.*S. pecten-veneris*, L. Vulg. — *Pente de Venus*. Hab. — Searas: Jovim, S. Cosme.*Anthriscus*, Spren.*A. vulgaris*, Pers. Hab. — Terrenos incultos.*A. cerefolium*, Hoff. Vulg. — *Cerefolho, cerefólio*. Hab. — Cultivado nas hortas.

Chaerophyllum, Tourn.

C. temulum, L. Hab.—Campos e terrenos sombrios.
Foeniculum, Gaertn.

F. officinale, All. Vulg.—*Funcho*. Hab.—Muros e sebes.

Oenanthe, L.

Oe. crocata, L. e *apifolia* (Brot.) Vulg. *Embude*.
 Hab.—Margens e leito das correntes.

Oe. fistulosa, L. Hab.—Terrenos paludosos: Rio Tinto, etc.

Angelica, L.

A. silvestris, L. e *montana* (Brot.) Vulg.—*Angélica silvestre, erva piolheira*. Hab.—Terrenos sombrios e margens das correntes.

Pastinaca, L.

P. sativa, L. Vulg.—*Pastinaga, chirívia*. Hab.—Cultivado nas hortas.

Smyrnium, Tourn.

S. olusatrum, L. Vulg.—*Salsa de cavalo*. Hab.—Terrenos frescos e muros.

Peucedanum, L.

P. officinale, L. Vulg.—*Brinça, funcho de porco, ervatão porcino*. Hab.—Prados.

P. lancifolium, Lge. Vulg.—*Piretro da Beira, bruco*. Hab.—Terrenos sombrios ou húmidos: Rio Tinto, etc.

P. parisiense, DC. Hab.—Terrenos incultos.

Heracleum, L.

H. sphondylium, L. Vulg.—*Canabraz, ou canabaço, esfondílio, branca ursina de Alemanha*. Hab.—Prados, sebes e margens das correntes.

Tordylium, L.

T. maximum, L. Hab.—Terrenos cultos e incultos.

Coriandrum, L.

C. sativum, L. Vulg.—*Coentro*. Hab.—Cultivado e raramente subespontâneo.

Daucus, L.

D. carota, L. Vulg. — *Cenoura brava*. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

D. platycarpus, Benth. Hab. — Searas.

Caucalis, L.

C. anthriscus, Huds. Hab. — Sebes e margens dos campos.

C. infesta, Benth. Hab. — Jovim, S. Cosme, etc.

Elaeoselinum, Koch.

E. gummiferum, Benth. Hab. — Montes.

Thapsia, Tourn.

T. villosa, L. Hab. — Montes: S. Cosme, Foz do Sousa, etc.

Lonicéráceas*Sambucus*, Tourn.

S. nigra, L. Vulg. — *Sabugueiro, sempre-verde*. Hab. — Sebes e margens dos ribeiros.

Viburnum, L.

V. tinus, L. Vulg. — *Folhado*. Hab. — Montes e margens do rio Ferreira.

V. opulus, L. Vulg. — *Novelos, rosa de Gueldres*. Hab. — Cultivado nos quintais.

Lonicera, L.

L. periclymenum, L. Vulg. — *Madressilva das boticas*. Hab. — Sebes e silvedos: Foz do Sousa, etc.

Rubiáceas*Sherardia*, L.

S. arvensis, L. Hab. — Campos e caminhos, em todo o distrito.

Asperula, L.

A. galiooides, M. B. Hab. — Terrenos incultos das margens do rio Douro, Foz do Sousa, etc.

Crucianella, L.

C. angustifolia, L. Hab. — Terrenos incultos das margens do rio Douro.

Rubia, Tourn.

R. peregrina, L. e *catifolia*. Vulg.—*Granza, ruiva brava, raspalingua*. Hab.—Sebes e terrenos incultos.

Galium, L.

G. broterianum, Boiss. et Reut. Hab.—Terrenos sombrios ou húmidos.

G. mollugo, L. Vulg.—*Solda branca, retintório*. Hab.—Sebes e margens dos campos, em todo o distrito.

G. saxatile, L. Hab.—Muros e rochedos.

G. rivulare, Baiss. et Reut. Hab.—Terrenos incultos e margens das correntes.

G. palustre, L. Hab.—Terrenos húmidos: Atães, etc.

G. debile, Desv. Hab.—Margens dos ribeiros.

G. parisiense, L. e *nudum*. Hab.—Terrenos incultos e muros.

G. aparine, L. Vulg.—*Amor de hortelão*. Hab.—Sebes e bordas dos caminhos.

G. verum, L. Hab.—Terrenos ásperos das margens do rio Douro.

Valerianáceas*Valerianella*, Tourn.

V. olitoria, Poll. Vulg.—*Alface de cordeiro*. Hab.—Terrenos frescos.

V. discoidea, Lois. Hab.—Terrenos incultos.

Dipsáceas*Pterocephalus*, Coult.

P. papposus, Coult. Hab.—Terrenos incultos.

Succisa, Mert.

S. pinnatifida, Lge. Hab.—Montes: S. Pedro da Cova, etc.

S. pratensis, Moench. Hab.—Terrenos relvosos.

Campanuláceas*Campánula*, L.*C. rapunculus*, L. Vulg.—*Rapúncio*. Hab.—Campos húmidos.*C. loeflingii*, Brot. Vulg.—*Campaínhas*. Hab.—Searas: Valbom, etc.*C. erinus*, L. Hab.—Muros e terrenos incultos.*Wahlemburgia*, Schrad.*W. hederacea*, Rchb. Hab.—Muros húmidos.*Trachelium*, Tourn.*T. coeruleum*, L. Hab.—Subespontâneo nos muros.*Jasione*, L.*J. montana*, L. Hab.—Campos e montes: Rio Tinto, etc.*Lobelia*, L.*L. urens*, L. Hab.—Terrenos húmidos.*Laurentia*, Neck.*L. michelii*, DC Hab.—Terrenos relvosos.*L. tenella*, DC. Hab.—Terrenos relvosos.**Asteráceas***Eupatorium*, L.*E. cannabinum*, L. Vulg.—*Trevo cervino, eupátorio de Avicena*. Hab.—Margens das correntes e lugares húmidos.*Bellis*, L.*B. perennis*. L. Vulg.—*Bonina, margarida brava*. Hab.—Arrelvados.*B. silvestris*, Cyr. Vulg.—*Margarida do monte, margarida menor*. Hab.—Montes: Rio Tinto, etc.*Vittadinia*, Rich.*V. triloba*, DC. Hab.—Muros.*Erigeron*, L.*E. canadensis*, L. Hab.—Terrenos cultos e incultos.

E. acris, L. Hab. — Terrenos incultos e margens das estradas.

Conysa, L.

C. ambigua, D.C. Hab. — Terrenos incultos e margens dos caminhos.

C. saxatilis, L. Vulg. — *Alecrim das paredes, macela da isca*. Hab. — Muros e rochedos.

Petasites, Gaertn.

P. fragans, Presl. Hab. — Cultivado nos jardins e subespontâneo.

Solidago, L.

S. virga-aurea, L. Vulg. — *Virgáurea, vara de ouro*. Hab. — Montes e terrenos incultos.

Senecio, L.

S. vulgaris, L. Vulg. — *Tasneirinha*. Hab. — Terrenos incultos.

S. silvaticus, L. Hab. — Campos e terrenos incultos.

S. gallicus, Chaix. Hab. — Terrenos incultos.

S. aquaticus, Huds. Hab. — Prados e terrenos húmidos.

S. foliosus, Salzm. Vulg. — *Tasna, tasneira, mijacção*. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

S. cineraria, D.C. Hab. — Arredores do Pôrto.

Doronicum, L.

D. plantagineum, L. Hab. — Arrelvados.

Arnica, L.

A. montana, L. e *angustifolia*. Vulg. — *Arnica*. Hab. — Montes e arrelvados.

Crysanthemum, L.

C. myconis, L. Vulg. — *Pampilho de Micão, bugalhão*. Hab. — Campos.

C. segetum, L. Vulg. — *Pampilho das searas*. Hab. — Campos.

C. hybridum, Guss. Hab. — Terrenos húmidos.

C. coronarium, L. Vulg. — *Malmequer, pampilho.*
Hab. — Campos.

Leucanthemum, Tourn.

L. silvaticum, Hoff. et Lk. Vulg. — *Margarida maior, bem-me-quer dos floristas, olho de boi dos ervolários.* Hab. — Terrenos sombrios: Valbom, etc.

L. vulgare, Lam. Vulg. — *Margarida maior.* Hab. — Montes: S. Cosme, etc.

Pyrethrum, Hall.

P. corymbosum, W. Hab. — Terrenos frescos das margens do Douro.

P. parthenium, Sm. Vulg. — *Matricária, artemísia dos ervolários.* Hab. — Terrenos incultos.

Lepidophorum, Neck.

L. repandum, DC. Vulg. — *Pampilho preto.* Hab. — Montes: S. Cosme, etc.

Anthemis, L.

A. arvensis, L. Hab. — Campos.

A. cotula, L. Vulg. — *Macela fedegosa.* Hab. — Campos.

A. mixta, L. Vulg. — *Margaça.* Hab. — Campos.

A. aurea, DC. Vulg. — *Macela, macela galega.* Hab. — Arrelvados.

Anacyclus, L.

A. radiatus, Lois. Vulg. — *Pão-pôsto.* Hab. — Terrenos arenosos.

Achillea, L.

A. millefolium, L. Vulg. — *Milefólio.* Hab. — Prados e arrelvados: Jovim, etc.

Tanacetum, L.

T. vulgare, L. Vulg. — *Tanaceto, atanária das boticas.* Hab. — Terrenos incultos.

Soliva, Ruiz.

S. lusitanica, Less. Hab. — Bordas dos caminhos e fendas das calçadas: S. Pedro da Cova, etc.

S. barclayana, D C. Hab. — Terrenos cultos e bordas dos caminhos.

Santolina, Tourn.

S. rosmarinifolia, L. Hab. — Terrenos incultos: Valbom.

Artemisia, L.

A. absinthium, L. Vulg. — *Absinto, sintro, losna maior, losna de Dioscórides*. Hab. — Terrenos incultos das margens do rio Douro.

A. vulgaris, L. Vulg. — *Artemisia verdadeira*. Hab. — Terrenos incultos das margens do rio Douro.

A. glutinosa, Gay. Hab. — Terrenos incultos das margens do rio Douro.

A. variabilis, Ten. Vulg. — *Abrotano macho, erva lombriqueira*. Hab. — Terrenos incultos das margens do rio Douro.

Helianthus, L.

H. annuus, L. Vulg. — *Girassol*. Hab. — Cultivado nos jardins.

Bidens, Tourn.

B. tripartita, L. Hab. — Terrenos húmidos.

Dhalia, Cav.

D. variabilis, Duf. Vulg. — *Dália*. Hab. — Cultivada nos jardins.

Tegetes, Tourn.

T. patula, L. Vulg. — *Cravo de Túnis*. Hab. — Cultivado nos jardins.

Xanthium, Tourn.

X. spinosum, L. Hab. — Campos e margens dos caminhos.

X. strumarium, L. Vulg. — *Bardana menor*. Hab. — Terrenos incultos.

Inula, L.

I. salicina, L. Hab. — Montes, nas margens do rio Douro.

I. conysa, DC. Hab. — Terrenos incultos.

I. viscosa, Ait. Vulg. — *Taveda de Dioscórides, erva de bálsamo.* Hab. — Terrenos incultos: Gramido.

Pulicaria, Gaertn.

P. dysenterica, Gaertn. Vulg. — *Erva das disenterias.* Hab. — Prados.

P. odora, Rchb. Vulg. — *Erva montã.* Hab. — Montes: S. Pedro da Cova, etc.

P. hispanica, Boiss. Hab. — Terrenos incultos.

Asteriscus, Moench.

A. aquaticus, Moench. Vulg. — *Pampilho aquático.* Hab. — Terrenos arenosos e húmidos.

A. spinosus, Gr. Godr. Vulg. — *Pampilho espinhoso.* Hab. — Terrenos incultos.

Calendula, L.

C. arvensis, L. Vulg. — *Erva vaseira.* Hab. — Campos e terrenos incultos.

C. officinalis, L. Vulg. — *Maravilhas, malmequeres, antónias.* Hab. — Cultivada geralmente nos jardins.

Helichrysum, Gaertn.

H. orientale, Tourn. Vulg. — *Perpétua amarela.* Hab. — Cultivada como planta de ornamento.

Gnaphalium, L.

G. luteo-album, L. Hab. — Terrenos incultos e margens dos caminhos: S. Pedro da Cova, etc.

G. uliginosum, L. Hab. — Terrenos húmidos: Valbom, etc.

Filago, Tourn.

F. spathulata, Presl. Hab. — Terrenos incultos.

F. minima, Fr. Hab. — Terrenos incultos e muros.

F. gallica, L. Hab. — Terrenos incultos: S. Pedro da Cova, etc.

Lappa, Tourn.

L. minor, D C. Vulg. — *Bardana, pegamaço.* Hab. — Campos e margens das estradas: Rio Tinto, etc.

Carlina, Tourn.

C. racemosa, L. Vulg.—*Cardo asnil*. Hab.—Terrenos incultos: Atães, Jovim, etc.

Serratula, DC.

S. seonei, W K. Hab.—Montes.

Centaurea, L.

C. calcitrapa, L. Vulg.—*Cardo estrelado, calcitrapa*. Hab.—Terrenos incultos.

C. melitensis, L. Hab.—Terrenos incultos: Jovim, S. Cosme, Foz do Sousa, etc.

C. limbata, Hoff. et Lk. Hab.—Terrenos incultos e montes.

C. micrantha, Hoff. e Lk. Hab.—Terrenos incultos.

C. cyanus, L. Vulg.—*Fidalguinhos, lóios dos jardins, saídades*. Hab.—Cultivado nos jardins.

C. pullata, L. Vulg.—*Cardinho das almorreimas*. Hab.—Terrenos incultos: entre Valbom e a Foz do Sousa.

C. uliginosa, Brot. Hab.—Terrenos pantanosos: S. Pedro da Cova, etc.

C. nigra, L. Hab.—Arrelvados: S. Pedro da Cova, etc.

C. amara, L. Hab.—Terrenos incultos.

Cirsium, Tourn.

C. lanceolatum, Scop. Hab.—Terrenos cultos e incultos.

C. linkii, Nym. Hab.—Terrenos cultos e incultos.

C. flavigyna, Boiss. Hab.—Terrenos húmidos.

C. filipendulum, Lge. Hab.—Terrenos húmidos.

C. palustre, Scop. Hab.—Terrenos húmidos e margens das correntes.

C. arvense, Scop. Hab.—Campos e arrelvados.

C. acarna, Moench. Hab.—Terrenos incultos das margens do rio Douro.

Cynara, Vaill.

C. cardunculus, L. Vulg.—*Alcachofra*. Hab.—Cultivado nas hortas.

Galactites, Moench.

G. tomentosa, Moench. Hab. — Campos e margens dos caminhos.

Scolymus, L.

S. hispanicus, L. Vulg. — *Cardo de ouro, cangerinha*. Hab. — Terrenos incultos e bordas dos campos.

Lapsana, L.

L. communis, L. Vulg. — *Lapsana*. Hab. — Terrenos cultivados.

Hispidella, Bern.

H. hispanica, Lam. Hab. — Terrenos incultos.

Rhagadiolus, Tour.

R. stellatus, Gaertn. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

Hedypnois, Tour.

H. cretica, W. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

H. polymorpha, DC. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

Cichorium, Tourn.

C. Intybus, L. Vulg. — *Almeirão*. Hab. — Campos e terrenos incultos: Valbom, etc.

C. Endivia, L. Vulg. — *Chicória, escarola*. Hab. — Cultivado nas hortas.

Tolpis, Adans.

T. barbata, Gaertn. Vulg. — *Leituga*. Hab. — Terrenos cultos e incultos: Rio Tinto e mais freguesias.

T. umbellata, Bert. Vulg. — *Leituga*. Hab. — Terrenos secos e incultos.

Hypochaeris, L.

H. radicata, L. *rostrata* e *heterocarpa*. Hab. — Terrenos cultos e incultos, em todo o distrito: S. Pedro da Cova, etc.

H. glabra, L. e *arachnoidea*, Poir. Hab. — Terrenos incultos.

Thrincia, Roth.

T. hispida, Roth. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

T. hirta, Roth. Hab. — Terrenos cultos e incultos de todo o concelho.

Lactuca, Tour.

L. viminea, Lk. Hab. — Terrenos incultos, muros e fendas dos rochedos.

L. scariola, L. Vulg. — *Alface brava menor*. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

L. virosa, L. Vulg. — *Alface brava maior*. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

L. sativa, L. Vulg. — *Alface*. Hab. — Cultivada nas hortas, em todo o distrito.

Sonchus, L.

S. maritimus, L. e *angustifolius*. Hab. — Terrenos húmidos.

S. oleracens, L. Vulg. — *Serralha branca*. Hab. — Terrenos cultos e incultos.

S. asper, Will. Vulg. — *Serralha preta*. Hab. — Terrenos frescos.

Picris, L.

P. hieracioides, L. Hab. — Terrenos incultos.

Helminthia, Juss.

H. echiooides, Gaertn. Hab. — Terrenos incultos.

Scorzonera, L.

S. hispanica, L. Vulg. — *Escorcioneira*. Hab. — Montes.

S. graminifolia, L. Vulg. — *Escorcioneira*. Hab. — Montes.

Chondrilla, Tourn.

C. juncea, L. Hab. — Terrenos arenosos.

Taraxacum, Juss.

T. officinale, Wigg. Vulg.—*Taraxaco, dente de leão*. Hab.—Prados, relvagens e bordas dos caminhos.

Crepis, L.

C. virens, L. Hab.—Terrenos cultos e incultos.

C. lampsanoides, Frol. Hab.—Terrenos cultos e incultos.

C. bulbosa, Cass. Vulg.—*Chondrila de Dioscórides*. Hab.—Terrenos arenosos.

Andryala, L.

A. ragusina, L. Hab.—Terrenos estéreis da margem esquerda do Douro.

A. integrifolia, L. Vulg.—*Tripa de ovelha, alface do monte, camareira, corymbosa* (Lam.), *angustifolia* (DC) e *sinuata* (L.) Hab.—Terrenos incultos, em todo o distrito.

Ericáceas

Vaccinium, L.

V. myrtillum, L. Vulg.—*Arando*. Hab.—Montes.

Arbutus, L.

S. unedo, L. Vulg.—*Medronheiro, ervedeiro*. Hab.—Montes.

Calluna, Salisb.

C. vulgaris, Salisb. Vulg.—*Torga*. Hab.—Montes, em todo o distrito.

Erica, L.

E. arborea, L. Vulg.—*Urze branca*. Hab.—Montes.

E. lusitanica, Rud. Vulg.—*Urze branca*. Hab.—Montes.

E. scoparia, L. Vulg.—*Urze das vassouras*. Hab.—Montes e terrenos incultos.

E. australis, L. Hab. — Montes.

E. cinerca, L. Hab. — Montes, em todo o distrito.

E. ciliaris, L. Hab. — Terrenos incultos e húmidos: S. Cosme, etc.

E. tetralix, L. Hab. — Montes húmidos.

Daboecia, Don.

D. polyfolia, Don. Hab. — Montes e terrenos incultos.

Primuláceas

Primula, L.

P. vulgaris, Huds. Vulg. — *Queijadilho, pão-e-queijo*. Hab. — Margens das correntes.

P. elatior, L. Vulg. — *Primavera*. Hab. — Cultivado geralmente nos jardins.

Lysimachia, L.

L. vulgaris, L. Vulg. — *Lisimaquia*. Hab. — Terrenos húmidos: Foz do Sousa, etc.

Asterolinum, Hoff. et Lk.

A. stellatum, Hoff. et Lk. Hab. — Terrenos incultos e secos.

Anagallis, L.

A. tenella, L. Hab. — Terrenos húmidos.

A. arvensis, L. *coerulea* (Lam.) e *phoenicia* (Lam.) Vulg. — *Morrião*. Hab. — Campos e arrelvados.

A. Monelli, L. *latifolia* e *linifolia*. Hab. — Campos, montes e areais.

Samolus, L.

S. Valerandi, L. Vulg. — *Alface dos rios*. Hab. — Terrenos húmidos: Valbom, etc.

O mesmo Prof. Sr. Gonçalo Sampaio nas «*Plantas novas para a flora portuguesa*», acrescenta cinco espécies, a primeira das quais é a «*Lycopodium cernuum*», Lira — Serra de Valongo, nos lugares um tanto húmidos e abrigados, para os lados do rio Ferreira. «Descobri a planta no dia 28 de Fevereiro

do ano corrente (1915), por ocasião de uma herborização realizada em companhia do assistente Sr. Dr. António Machado. Não é nada rara naquela parte da serra, junto de pequenos cursos de água, em lugares certamente pouco visitados por botânicos; mas entre os numerosos exemplares apenas encontrei um já em começo de frutificação.

Seria esta a primeira localidade europeia reconhecida para tal espécie, cuja área de dispersão geográfica é enorme, se não existisse no herbário da Universidade de Coimbra um exemplar colhido na Madeira, proveniente das colecções de Estácio da Veiga. Deve-se observar, no entanto, que o recente trabalho do Sr. Carlos de Menezes sobre a flora vascular daquela Ilha não faz a menor referência a este licopódio».

*

* * *

Noutro lugar também nos dá relação de mais estas espécies em terras do concelho:

Trigonella Amandiana

» *ambigua*.

Utriculária neglecta, Lehm. Hab. — Lagoachos de Gramido.

Marsilia vestita, Hab. — Gramido.

Digitalis purpurascens, Rth. Hab. — Terrenos incultos: Margens do rio Douro, junto da Foz do Sousa.

Juncus compressus, Jacq. Hab. — Terrenos húmidos: Valbom e margens do rio Douro.

Ranunculus confusus, Godr. Hab. — Gramido.

» *heterophyllus*, Freyn. Hab. — Gramido.

» *radiatus* » » »

» *submersus* » » »

» *succulentus* » » »



Não vasculares

Não encontrei estudo feito sobre as espécies não vasculares que abrangem as talófitas e as briófitas.



Um lindo carrêgo de nabos de S. Cosme

As talófitas compreendem as esquizófitas, as mixófitas, os fungos, as algas e os líquenes; as briófitas são as hepáticas e os musgos. Os leitores vão encontrar

na flora médica, a seguir, referência a algumas destas classes, como sejam os líquenes aos quais pertence a *cladónia*, ou musgo copinho de tubérculos fuscos em terrenos inundados, a *parmélia*, a barba das árvores, etc.

Das hepáticas aparece a *Marchantia*, nas fontes e charcos; das algas, há a *ulva leituga*, no rio Douro, a *conferva dos ribeiros*, e a *físcia das paredes*. Dos fungos, temos a *cravagem de centeio* ou *esporão de centeio*, *centeio espigado* que vive sobre este cereal. Das muscíneas, há o *polítrico vulgar* ou *avanca de ouro*, pelos pinhais e lugares sombrios.

Tôdas estas indagações científicas se devem ao autor da flora médica, donde extraí a que se refere ao nosso concelho e que considero trabalho altamente apreciável e digno de registo.

FLORA MÉDICA DE GONDOMAR

No ano de 1881, o Sr. J. Gomes da Silva apresentou, à Escola Médico-Cirúrgica do Pôrto, uma dissertação inaugural com o título *Flora Médica Portuense* (um capítulo de terapêutica indígena), que aponta as localidades onde existem plantas medicinais dos arredores da cidade. O autor desenvolve este precioso tratado em 20 capítulos, principiando pelos **Emolientes**; e cita a *malva*, o linho, mormente o *linho agreste* (Brot.) e gramíneas indígenas (*ascia*), espontâneas (*cevada*) e cultivadas (*trigo, centeio e milho*); a *Gummi nostras*, que se encontra no tronco da cerejeira e de outras rosáceas e cerasina (goma indígena). Vem depois as **Temperantes**, substâncias refrigerantes, compreendendo os ácidos oxálico, acético, tartárico, cítrico e málico, bem como os sais por eles formados. Abrangem os *Rumex*, ricos em oxalatos, a *oxalis acetosela*, a *oxalis violacea*, a *oxalis corniculada*, o *ácido acético*, obtido pela fermentação dos líquidos alcoólicos, o *ácido tartárico*, obtido das

uvas, das fôlhas das oxálicas e de muitos outros vegetais, o ácido cítrico, dos limões, das laranjas, da cidra, etc.; entre os frutos ácidos, temos indígenas, os morangos, marmelos, romãs, cinosrodons; e aclimados, cerejas, maçãs, ameixas, etc.

Como **Sedativos**, cita a *digital* e o *espargo*. Como **Amargos puros** lembra a genciana, a *eritrea* (fel da terra), a chicória e um grande número de liquenes; os amargos exóticos mais empregados são a quâssia, a calemba e a simaruba. De entre os **Amargos adstringentes** lembra como febrifugo o infuso de fôlhas de salgueiro, que mais tarde cedeu o lugar ao sulfato de salicina.

Outro vegetal indígena, proposto succedâneo da chinchona, é o *azevinho*, bem como o *salgueiro*, a *genciana*, a *eritrea*, o *absintio*, a *culcitrapa* e a *camomila*. Em **Adstringentes** entra a casca de carvalho e a tormentila, a persicária sempre noiva, a *vinea*, a potentila, a agrimónia, a romeira, a roseira e o cato.

Como **Estimulantes** temos *labiadas*, alecrim, alfazema, calaminta ou nevada, hera terrestre, hortelã, hissopo, melissa ou erva cidreira, poejos, rosmaninho, serpão, etc.; como *sinanteráceas* temos o *absintio*, artemísia, arnica, camomila, macela, tussilagem, etc.; como *umbelíferas*, o aipo, a angélica, o endro, o funcho, etc.; como *crucíferas*, o agrião, a coeleária, a mostarda, o rábão, etc.; temos ainda o loureiro, a nogueira, a laranjeira, o limoeiro e outras aurantiáceas. No grupo dos balsâmicos, temos a terebentina dos nossos pinheiros bravos, as resinas, os renovos dos pinheiros, a essêncie de alecrim, etc.

Como **Irritantes**, a mostarda (*sinapinigra*, dos nossos campos), o mezercão, o trovisco e a anémona dos bosques. No grupo *Antispasmódicos*, está a raiz de valeriana (*v. officinalis*) e a dos jardins; para a acção terapêutica do ácido cianídrico, temos as fôlhas do louro-cerejo, as amêndoas amargas, o conchelo dos telhados (*cotyledon umbilicus*, L.); como antis-

pasmódicos, temos excitantes aromáticos, tais como: labiadás, as diversas espécies de alfazema, e a melissa oficial; sinanteráceas, e a artémisia vulgar; a tilia, as fôlhas de laranjeira, a ambrósia do México e a ambrósia vulvária (*chenopodium vulvaria*, L.). Como **Emenagogos**, temos a cravagem e arruda. Como **Narcóticos**, temos o ópio, a papoila ordinária, *p. roheas*, L., e a longa, *p. dubium*, L.; as diversas espécies de alfases que fornecem o lactucário ou seja a cultivada *Lactuca sativa*, L., a silvestre *L. scariola* ou a virosa *L. virosa*, L.; são tôdas hipnóticas e anódinas.

A familia das solanáceas fornece à medicação narcótica as exóticas, a beladona, o tabaco, a mandrágora; as indígenas, datura, estramónio, meimendro e os solanos. Ainda temos o acônito e a cicuta. Como **Vomitivos**, em vez da ipecacuanha, temos as diversas espécies de violetas (*odorata*, *canina*, *arvensis*), o narciso dos ribeiros, o lençojo, o pancrácio, as eufórbias, o jaro, a entrecasca de nogueira e o azeite são também vomitivos, bem como a raiz do melão, da qual diz Leblanc: «Un autre vomitif, également fort en vogue et plus recommandable, consiste dans le suc fraîchement exprimé de la racine du melon (*cucumis melo*), pris à la dose de 1 à cuillérées à thé. La poudre de la même racine dessechée se prescrit encore dans le même but».

Para **Purgantes**, temos o óleo de rícino, o sanguinho de água ou amieiro negro, o maná proveniente das duas espécies de freixo — o *fraxinus ornus*, L. e o *fraxinus rotundifolia*, Link —, a entrecasca de sabugueiro; e ainda também com propriedades drásticas, a briónia, a graciosa, o suco das eufórbias, a raiz do lírio dos charcos, etc.

Como **Diuréticos**, os espargos, a gilbarbeira, a parietária, a borragem e outras borragíneas, a giesta e outras papilionáceas, a douradinha e outros fetos, a grama e outras gramíneas, a herniária ou erva turca, a spirea ulmária, etc. São todos indígenas

diuréticos incertos. Dos certos temos a cila e a digital. Como **Sudoríficos** influem por seus decoctos e infusões, as flores de sabugueiro, as fôlhas e sumidades de borragem, a casca de ulmo, o rizoma de junça, a raiz da salsa-parrilha indígena, conhecida entre nós por *alagação* ou *legacão*.

Os medicamentos empregados como **Expectorantes** são os balsâmicos, a cila, o cólchico, a hera terrestre e outras labiadas, o rinchão e outras crucíferas, a avenca e outros fetos. Para os **Antisépticos** podemos contar com a cânfora e o fenol; o ácido fénico é um derivado do alcatrão, produto empireumático de várias espécies de pinheiro, entre os quais o pinheiro bravo. Temos igualmente, na matéria médica indígena, a alfazema, o timol ou o ácido timico que se encontra nas espécies de serpão, principalmente no *Thymus vulgaris*, L.

Quanto aos **Antielmínticos**, contamos com o feto macho, a romeira brava, tenifugos, aos quais juntamos as sementes de abóbora.

Agora vejamos as diversas famílias de plantas medicinais, com a sua designação e seu *habitat* regional de Gondomar.

Fam. Compostas

Chicoráceas

- I. *Taraxaco officinal* ou *dente de leão*, *amor dos homens*. Freqüente pelos caminhos, quintais e campos.
- II. *Serralha preta*. Freqüente nas sebes.
- III. *Lapsana comum*. Nos quintais, campos, etc. (Doenças cutâneas, do estômago, do fígado, etc.).

Senecioideas

Tasneirinha vulgar ou *cardo morto*. Nos muros, telhados, estradas, etc. (Emoliente, inflamações, úlceras).

Perpétua das areias. No litoral e no interior, pelas estradas. (Catarros).

Absíntio vulgar ou *losna maior*, *losna de Dioscó-*

rideres. Nas margens do Douro, perto do Pôrto (vertigens, náuseas, etc.).

Crisântemo das searas ou pampilho das searas. Freqüentíssimo nos campos cultivados. (Icterícia).

Asteroídeas

Margarita singela. Pelos campos e montes. (Laxante, catarros, pneumonia, feridas, icterícia, doença de olhos, etc.).

Eupatóreas

Eupatório de Avicena ou trevo cervino. Nas margens dos ribeiros. (Purgante, hidropisia, clorose, doenças de estômago, doenças da pele, obstruções, etc.).

Fam. Lobeliáceas

Lobela aere ou lobélia urente ou queima-língua. Nos terrenos húmidos e às vezes nos pinhais. (Anti-febril).

Fam. Dipsáceas

Scabiosa vulgar (escabiosa) ou *morro diabólico.* Nas matas húmidas. (Leucorreia, angina, feridas).

Fam. Valerianáceas

Valeriana vermelha. Nos muros. (Contra nevroses, ataxia e adinamia das febres graves).

Fam. Caprifoliáceas

Sabugueiro comum. Nos ribeiros. (Ascite, gota, icterícia, hidropisia, amenorreia, erisipela, hemorróides, angina, cálculos biliares, erupções cutâneas, reumatismo, etc.).

Madressilva ordinária ou madressilva das boticas. Nos muros e sebes. (Angina simples, asma, tosse. Xaropes).

Fam. Apocíneas

Congossa média ou congossa maior. Nas sebes e bordas dos ribeiros. (Anginas, blenorragias, leu-

correias, disenteria, hemorragias, engorgitamentos leitosos).

Fam. Convolvuláceas

Cuscuta europeia ou *meada, linho de raposa, cuscuta ordinária*. Parasita sobre o tojo e outras plantas — nos pinhais. (Tísica, dispneia, obstruções; aperitivo; laxante, no reumatismo egota).

Soagem viperina ou só *viperina*. Nos pinhais e terrenos secos. Tem as propriedades da cinoglossa e da borragem.

Fam. Solanáceas

Solano dulcamara ou *dulcamara, doce-amarga, uva de cão*. Nas margens do Douro e bordas dos ribeiros.

(Hidropsia, pneumonia, pleurisia, tísica, asma, espasmos, amenorreia, ictericia, escorbuto, doenças de pele, gota, eczema, feridas, catarros atónicos e apiréticos, etc. Depurativo).

Solano negro ou *erva moira*. Em terrenos secos, estradas e montes. (Narcótico, sedante. Queimaduras, cardialgia, hemorróides, dores nefríticas, estrangúria, dartros, metrite crónica. Resolvente).

Fam. Personadas

(Antirrínneas)

Verbasco branco. Nos terrenos secos. (Emoliente, narcótico. Catarro, cólicas, clisúria. Antispasmódico).

Rinantídeas

Digital purpurea, ou *digital dedaleira, erva dedal*, freqüentíssima pelos tapumes, sebes e bordas dos ribeiros. É sedante cardíaco e nervoso; é antiflogístico, diurético, e expectorante.

Verónica oficial ou *verónica de Alemanha* ou *verónica das boticas*. Em Rio Tinto e lugares sombrios. É um tónico, estomáquico, diurético, sudorífico e purgante — na tísica, catarros crónicos, asma, hemorragias, doenças cutâneas.

Fam. Labiadas

Alfazema comum. Em lugares cultivados. Estimulante, tónico amargo,— nas lesões do estômago, leucorreia, gonorreia, febres atóxicas e nervosas, histeria, vertigens, coma, afonia. Antispasmódico.

Hortelã das cozinhas, ou mentastro das boticas. Nas bordas dos ribeiros. Estimulante. Febres graves. O decocto combate as tosses.

Hortelã das pulgas ou poejo. Nas bordas dos ribeiros. Emenagogo, sternutatório. Tosse convulsa, asma, catarros, febres graves.

Ourégão ordinário. Nas sebes. Atonia do estômago, clorose, afecções catarrais, asma.

Serpão dos jardins ou serpão. Cefalalgias por embriaguez. Emenagogo. Há também o *serpão tomilho* e o *tormentelo*, nos terrenos secos.

Neveda oficial, calaminta ou neveda maior. Nos terrenos incultos. Emenagogo. A neveda selvagem, *calamintha clinopodium*, Bentham, *clinopodium vulgare*, L., que habita em Valbom, pode também ser empregada como estimulante (Decaisne).

Melissa oficial ou erva cidreira. Nos campos cultivados. Matéria extractiva amarga, óleo essencial branco. O seu uso térmico é o das labiadas. É um carminativo muito usado.

Fam. Verbenáceas

Verbena oficial, ou urgebão, verbena ou gervão. Nos campos e estradas. Tónico brando, amargo. Usa-se em cataplasma, e nas obstruções do fígado.

Fam. Plantagíneas

Guabelha maior, ou tanchagem maior, guabelha. Nos terrenos secos e incultos. Tísica, hemorragias, fluxões, vómitos incoercíveis, escrofulose, doenças de pele, blefarites, anginas, catarros das mucosas, leucorreia. Há também a guabelha *coronopifolia*, L., nos terrenos cultivados e a guabelha *lanceolata*, L. (tanchagem menor das boticas), nos lameiros.

Fam. Primuladas

Morrião dos campos ou marugem, morrião vermelho e morrião azul. Pelos campos, estradas e pinhais. Narcótico. Purgante, excitante. Mordeduras de víboras, hidrofobia,gota, tísica, epilepsia, doenças de olhos.

Fam. Umbelíferas

Funcho vulgar. Nas pedreiras, montes e muros. Tónico, estimulante, carminativo. Cólicas flatulentas.

Cenoira brava. Nos campos e sebes. Emoliente, estomáquico, estimulante. Elefantíase, carcinoma, disenteria, emenagogo. Decocido contra a icterícia.

Fam. Araliáceas

Hera dos muros, ou hera ordinária. Nos muros e troncos anosos. Resina excitante. Emenagogo; bugos excitantes; sudoríficas, emeto-catárticas. Fôlhas em penso nos cautérios e vesicatórios, nas erupções erisipelatosas e úlceras saniosas.

Fam. Saxifrágeas

Saxifraga branca. Nos campos. Diurético; litotritico.

Fam. Crassuláceas

Conchelo dos telhados ou sombreirinhos dos telhados, orelha de monge. Nos muros e telhados.

Tónico nevrosténico; refrigerante, emoliente, diurético.

Epilepsia, asma, leucorreia, hidropsia.

Fam. Litrariáceas

Salicária comum ou salgueirinha. Nos terrenos húmidos, nas margens dos ribeiros. Adstringente. Diarreia e disenteria, hemoptises, leucorreia e úlceras atónicas.

Fam. Mirtáceas

Murta ordinária. S. Pedro da Cova, margens do rio Ferreira, etc. Contém o *mirtol*, essência análoga à de terebintina. Fôlhas tónicas, adstrin-

gentes. Diarreia, leucorreia, hemorragias, hemoptises, atonia do estômago.

Fam. Rosáceas

Pómeas

Marmeiro vulgar. Frutos (marmelos), sementes (pevides). Polpa adstringente, refrigerante. Diarreias atónicas, vômito crónico, atonia do estômago, hemorragias, hemorróides, febre, queimaduras, conjuntivite e erisipela. Fruto, xarope e gelea.

Espinheiro, ou *espinheiro alvar de casca verde, pirliteiro, pilriteiro*. Margens do rio Ferreira. Adstringente.

Casca febrífuga, antiperiódica. Fruto nutritivo.

Róseas

Rosa canina ou *rosa de cão, silva macha*. Rio Tinto, etc. Frutos adstringentes, antes da maturação e acíduos depois.

Diarreia, hemoptise; a raiz emprega-se na hidrofobia e as sêdas das sementes na helmintiase. É como a *rosa rubiginosa*, Brot.

Sanguisorbeas

Pimpinela hortense. Nas sebes. Galactóforo, adstringente, diurético, vulnerário.

Driádeas

Silva ordinária, ou *sarçà*. Pelas matas e bosques. Frutos, amoras. Fôlhas, tanino, albumina vegetal. Adstringente.

Angina, disenteria, diarreia, hemoptise, leucorreia. Dartros.

Morangueiro bravo ou *fragaria, morango*. Em Rio Tinto, etc. Rizoma adstringente, diurético, apetitivo. Fôlhas diuréticas, diaforéticas. Frutos refrigerantes, laxantes, calmantes.

Hemorragias, disenterias, gonorreia, blenorragia. Frutos na tísica, escorbuto, nefrite, doenças cutâneas, efélides, etc.

Fam. Malváceas

Malva silvestre. Por diversas partes. Fôlhas emolientes, refrigerantes. Inflamações dos aparelhos digestivo, respiratório, gênito-urinário, tegumentar, etc.

Deste género há ainda a *malva rotundifolia*, a *alcea* e a *moschata*, L., nas sebes e margens dos campos. O género lavatera, que se distingue do género malva pelos folíolos do involucelo calicular soldados, gamosépalos, fornece-nos a *L. silvestris*, Brot., *L. cretica*, L., abundantemente espalhada por todos os quintais, campos, montes, etc. O povo confunde-a com a malva.

Fam. Geraniáceas

Eródio almiscarado ou *bico-de-grou*, *bico de cegonha moscado*, *agulheira moscada*, *agulha de pastor moscada*, *relógios*. Pelos quintais, campos e estradas. Estimulante. Fluxos serosos, litiasse.

Gerânio Robertino ou *erva Roberta*, *erva de S. Roberto*, *bico-de-grou Robertino*. Pelos telhados, muros e rochedos húmidos. Adstringente. Anginas e intermitentes. Resolutivo.

Fam. Lináceas

Linho comum ou *linho da terra*. Emoliente, nutritivo. Pleurisia, gastrite, cólica de chumbo, erezismo, nefrite, clisúria, cálculos, tosses sêcas, etc. O óleo das sementes de linho serve para fazer velinhas, sondas, cánulas, etc., chamadas de *goma elástica*.

Fam. Ranunculáceas

Ranúnculo flâmula. Terrenos pantanosos. Vomitivo, irritante. Cefalalgias, gota, reumatismo articular, febres quartâs. Há também a *ranunculácea hederácea*, nas fontes, ribeiros e charcos, a *r. repens*, L.; nos terrenos húmidos, a *r. sardous*, Brot., nos terrenos secos, a *r. bupleuroides*, Brot. e a *anémone nemorosa*, L., em Rio Tinto.

Orvalhinha de fôlhas compridas. Em terrenos encharcados. Irritante. Na coqueluche, tosses inverteradas, úlceras pulmonares. Possue de certo as mesmas propriedades o *Drosophyllum lusitanicum*, Linck, *Spergula droserioides* que habita desde Fânzeres a Valongo e de aí a S. Pedro da Cova.

Fam. Papaveráceas

Celidónia maior ou *erva andorinha legítima*. Pelos muros e sebes. Rubefaciente; purgante; diurético. Icterícia, escrofulose, engorgitamentos viscerais, gota, litiasse; intermitentes, ascite. Dartros, verrugas, herpes. Doenças cutâneas.

Papoila ordinária. Pelas sebes e campos. Pétalas emolientes. Flegmasias agudas do peito, pleurisia, coqueluche, epilepsia, catarros com tosse seca, enxaqueca. Febres eruptivas, bronquites.

Fam. Fumariáceas

Fumária officinal ou *fumária, erva molarinha ordinária*. Pelos muros. Tónico, estomático, estimulante, aperitivo. Obstruções, caquexia, hepatites crónicas, escrofulose, escorbuto, doenças de pele, ictericia, bronquite, etc.

Fam. Crucíferas

Rinchão vulgar. Nos terrenos secos. Excitante, rubefaciente, alterante, nas bronquites e catarros crónicos. Antiescorbútico, deterativo, expectorante.

Agrião ordinário. Pelos ribeiros. Estimulante, aperitivo, depurativo. Escrofulose, anorexia, tísica, aftas, angina, cálculos, catarro vesical e obstruções viscerais.

Cardamina dos prados. Nos campos e bordas dos regatos. Emprega-se na asma e outras afecções espasmódicas. Expectorante. Gota.

Thlaspi bôlsa-de-pastor. Pelas estradas, campos e montes. Adstringente, antiescorbútico, febrífugo e diurético. Dores reumatismais e hemorróidas.

Saramago polimorfo ou só *saramago*. Em todos

os terrenos. Tónico, estimulante, diurético. Em alta dose, produz contracções articulares, convulsões, dores violentas periódicas. Este envenenamento tem o nome de *raphania* (Linneu). Antiescorbútico.

Fam. Violáceas

Viola brava ou *violeta brava*, *benfe da Beira*. Pelos atalhos, bosques, bordas dos ribeiros. Disenteria. Também há a *viola palustre* (*palustris*, L.), em Rio Tinto e a *lusitânica*, Brot.

Fam. Cariofiladas

Saboeira officinal. Nas margens do Douro. Tónico, depurativo. Gota e reumatismo, engorgitamentos linfáticos, sifilis. Dartros e outras doenças cutâneas.

Arenária comum. Pelas estradas. Diurético; errino, sialagogo. Catarro vesical agudo e crónico, litiase, cólicas nefríticas, disúria, cistite.

Fam. Portuláceas

Beldroega vulgar. Nas margens das estradas e nos campos cultivados. Refrigerante, diurético. Hemorróidas e escorbuto.

Fam. Quenopodiáceas

Ambrosia do México ou *erva formigueira*, *erva de Santa Maria*. Na margem direita do Douro. Excitante, estomáquico. Doenças nervosas, histeria, paralisia. Helmintíase.

Fam. Fitoláceas

Fitolácea decandra ou *erva dos cachos da Índia*. Nas bordas dos ribeiros. Emeto-catártico. Reumatismo, erupções cutâneas, ascite, úlceras saniosas.

Fam. Poligonáceas

Persicária vulgar ou *erva pessegueira*. Nos campos e estradas. Cálculos, nefrite, fluxos, doenças de pele, gangrena, icterícia.

Persicária sempre-noiva ou *corriola bastarda*, *centinôdia*, *erva da muda*. Em todos os terrenos.

Adstringente. Vulnerário, hemorragias, hemoptises, diarreia, disenteria, hérnias.

Labaça crespa ou só *labaça*. Pelas estradas e campos. Adstringente, laxante. Depurativo nas doenças cutâneas, escorbuto; disenteria, úlcera saniosa.

Fam. Lauríneas

Loureiro ordinário. Tónico, excitante aromático. Em alta dose, vomitivo. Fôlhas: úlcera atónicas, tinha, enfraquecimento muscular, equimoses. Bagas (óleo): excitante, narcótico, nas paralisias, febres malignas; no reumatismo e dermatoses escamosas. Expectorante, emenagogo.

Fam. Timéneas

Trovisco ordinário, ou *trovisco fêmea, mezercão*. Ação tópica sobre a pele, rubefacção. Bagas e sementes purgantes. Casca depurativa na sífilis e doenças de pele, reumatismo crónico, escrofulose. Estimulante, diaforético, purgante. Ulceras.

Fam. Asarfíneas

Aristolóquia longa ou *erva-bicha, estrelamim*. Nas sebes e nos atalhos—Rio Tinto, etc. Emenagogo. Diurético, tónico, estimulante. Cloroze, intermitentes, asma húmida, anorexia, úlcera saniosa, helmintiasi, gota, hemorróidas, febres malignas.

Fam. Cucurbitáceas

Briónia dioica ou *morça branca, briónia*. Vesicante, emeto-catártica; em altas doses, drástico violento. Purgante. Epilepsia, apoplexia, diarreia, disenteria, febres biliosas, asma, cólicas verminosas. Expectorante nos catarros, coqueluche. Resolutivo.

Fam. Euforbiáceas

Eufórbia maleiteira ou *erva maleiteira, titimalo dos vales, titimalo helioscópio*. Pelos pinhais, matas e estradas. Visicante. Emeto-catártica. Sífilis.

Mercurial comum. Pelos muros. Purgante, laxante,

emoliente. Emenagogo. Antielmíntico, hipnótico, diurético, na hidropisia.

Fam. Canabíneas

Lúpulo comum ou *lúparo, pé de galo*. Nos ribeiros. Tónico, narcótico, hipnótico, anafrodisiaco, diurético. Litiase, raquitismo, reumatismo, espermatorreia, carcinoma do estômago.

Fam. Urticáceas

Urtiga menor. Pelas estradas. Rubefaciente, vesicante. Adstringente, galactogogo. Suco da planta: hemorragias, hemoptises, metrorragias, hematemesse, moléstias cutâneas, hidrocefalia. Externamente, revulsivo enérgico nas paralisias, amenorreia e erupções cutâneas.

Parietária officinal ou *parietária alfavaca-de-cobra*. Pelos muros. Diurética, pelo nitro que contém. Antifebril, resolutivo, refrigerante. Angina, gota. Sudorífico.

Fam. Ulmáceas

Ulmo dos campos ou *ulmeiro*. Subespontâneo pelos campos e margens das estradas. Amargo, tónico, emoliente. Moléstias de pele. Diurético; hidropisia.

Fam. Móreas

Figueira ordinária ou *figueira*. Margens do Douro. Figos: açúcar, 62,5; matéria oleosa, 0,9. Suco: goma elástica, resina, albumina, extractivo, sais, substância odorifera, água. Figos: emolientes, bêquicos, laxantes. Suco: purgante e antileitoso. Fôlhas: nas hemorróidas e em decocto, cólicas. Suco: nas verrugas, calos e mordeduras; internamente, purgante. Figos, tópicamente, nos tumores gomosos e abscessos das gengivas; internamente, peitorais, emolientes, nas afecções pulmonares e nefríticas. Cólica saturnina. Estomatites, anginas, laringo-bronquites.

Fam. Salicíneas

Salgueiro branco ordinário. Nos ribeiros e margens dos rios. Amargo adstringente. Febres intermitentes. Debilidade dos membros das crianças. Febre hética, tísica. Hemorragias e obstruções. Antiséptico, antielmíntico. Dispepsia. Estomáquico. Disenteria, perturbações digestivas, fluxos mucosos. Externamente, casca de salgueiro como antiséptica nas gangrenas e úlceras saniosas.

Choupo comum ou ordinário ou negro. Renovos: amenorreia, disenteria, úlceras viscerais. Sudoríficos, diuréticos, emolientes, anódinos. Casca: febrífuga, pela salicina.

Fam. Cupulíferas

Carvalho comum. Casca: ácido gállico e tânicos. Adstringente enérgico. Casca: antiséptica, na leucorreia, diarréia, disenteria, úlceras saniosas, edema. Suco do tronco: dores artríticas. Fôlhas: angina, feridas. Frutos: disúria, cefalalgia, úlceras saniosas, escrofulose, asma, hidropisia, disenteria, coqueluche, gangrena, etc.

Fam. Confferas

Pinheiro bravo ou pinheiro marítimo. Seiva: óleo-resina, essência de terebintina. Renovos: excitantes, diuréticos. Escorbuto, reumatismo crônico, afecções bronco-pulmonares. Seiva: digestivo, laxante, expectorante. Tísica incipiente, bronquites. Xarope. Emulsão.

Fam. Amarilidáceas

Narciso dos ribeiros ou narciso trombeta, narciso amarelo. Vomitivo. Antispasmódico, na epilepsia, tétano, coqueluche, tosse ferina, diarréia, etc.

Fam. Iridáceas

Lírio dos charcos ou Acoro bastardo. Pelos ribeiros e charcos. Excitante, purgante, vomitivo, adstringente. Cefalalgia, odontalgia, gengivite, hidropisia, ascite, escrofulose, etc.

Fam. Dioscóreas

Norça preta ou *briónia negra*. Pelas sebes. Purgante, diurético. Entre nós, como hidragogo e nas contusões e equimoses.

Fam. Melantáceas

Cólchico menor. Succedâneo do cólchico oficial.

Fam. Liliáceas

Scila de Portugal. Há também a *scila pumila*, Brot., a *scila peruviana*; do género vizinho *Ornithogalum*, temos as espécies ornitógalo em umbela (*O. umbellatum*, L.), o ornitógalo anão (*O. nanum*, Brot. e *scila unifolia*, L.), pelos pinhais. Temos ainda o jacinto pendente (*hyacinthus cernuus*, Brot.), pelos pinhais e a abroteia branca (*aspho delusabus*, Wille-now). Como purgante, emprega-se a raiz do antérico bicolor (*anthericum planifolium*, L.), cravo do monte, pelos pinhais.

Fam. Ciperáceas

Junça de cheiro ou *albafor*. Diaforético, emenago-gogo, estimulante. Estomáquico, bêquico, diurético, nas hidropisias e litiase.

Junça esculenta. Afrodisíaco, excitante. Os tubérculos descascados dão uma emulsão-xarope; torrados, substituem o café e o chocolate.

Fam. Gramíneas

Grama das boticas ou *grama canina*. Emoliente, diurético, refrigerante, adoçante, aperitivo, nas doenças de peito e de estômago.

Aveia dos campos ou só *aveia*. Pelos campos. Emoliente. Febres, escorbuto, flegmasias torácicas e do tubo digestivo. Fabrica-se com as sementes uma espécie de cerveja.

Cana vulgar. Nas bordas dos ribeiros. Antileitoso, diluente, diaforético, diurético.

Caniço dos ribeiros ou *caniço-de-água*. Rio Tinto e ribeiros. Diaforético, anti-sifilitico. Hidropisias.

Joio dos campos, ou só joio. Nos lugares cultos. Em alta dose, veneno. Narcótico. Cefalalgias, dores ciáticas, meningite reumatismal. Externamente, nas úlceras e dartros.

Cevada comum ou só cevada. Subespontânea nos campos. Emoliente, nutritivo, refrigerante. Escorbuto, disenteria, úlceras saniosas, febres eruptivas, catarros crónicos, escrofulose, doenças de vias urinárias, hemorragias pulmonares e intestinais. Podemos citar o milho, o trigo, o centeio e o painço miliar (*panicum miliaceum*, L.), e o painço de Itália (*panicum italicum*, L.).

Fam. Tifáceas

Espadana ramosa ou espadana-de-água. Nas ribeiros. Rizoma sudorífico: fôlhas adstringentes.

Fam. Aroídeas

Jaro maculado ou jaro ou pé-de-bezerro. Nas sebes. Irritante. Ar dor e tumefacção na faringe, vômitos, cólica, diarreia. Afecções crónicas do peito; intermitentes, cefaleias, gastrites, asma pituitária, tísica. Escorbuto, gota, hidropisias, catarros crónicos e úlceras saniosas. O mesmo se diz do *jaro itálico* e do *arisaro vulgar*.

Fam. Lemnáceas

Lentilha menor ou lentilha-de-água. Nas águas estagnadas e fontes, ribeiros, etc. Refrigerante. Abscessos, hérnias das crianças. Uso popular: queimaduras. Há também a lentilha prolifera (*lentilha trisulca*, L.).

Fam. Fuliúneas

Douradinha das boticas ou douradinha ou erva dourada.

Em Fânzeres. Tónico, adstringente, diurético, excitante, bêquico. Doenças pulmonares, cólica nefrítica, catarro vesical, disúria, asma e gonorreia. Entre nós, emprega-se o xarope na coqueluche.

Polipódio vulgar ou polipódio, filipode. Pelos

muros. Purgante. Obstruções viscerais, gota, tosse, helmintiase, catarros crónicos.

Avenca das boticas ou *avenca ordinária, adianto, capilaria*. Nos lugares húmidos e sombrios. Béquico, tónico, expectorante, emoliente, sudorífico. Tosse, tísica pulmonar, catarros crónicos.

Ptéride aquilina ou *feto, feto-fêmea*. Pelos montes, pinhais, estradas e campos. Antielmíntico, emenagogo. Raquitismo.

Escolopéndrio officinal ou *língua cervina, douradinha, escolopéndrio vulgar*. Em lugares húmidos e sombrios. Obstruções do figado e do baço; icterícia, diarreia, disenteria. Sudorífico, diurético, expectorante, nos corrimentos mucosos, hemorragias, catarros pulmonares, hemoptises.

Asplénio avencão ou *avencão, polítrico bastardo, polítrico das boticas*. Freqüente em Fânzeres e lugares húmidos e sombrios. Diurético, sudorífico, desobstruente. Sucedâneo da avenca. Há também o asplénio negro (*adianthum nigrum*, L.), o lanceolado. *Lanceolatum*, Hudson. Também em Fânzeres, segundo Luso, se encontram duas espécies novas de asplénio que ele chamou *A. bocageum* e *A. delphinium*, nas minas de água.

Aspídio feto-macho ou *feto macho, dentebrura*. Pelos ribeiros e lugares húmidos. Em altas doses, adstringente, vomitivo. Helmintiase; lombrigas, tricocéfalos.

Osmunda real ou *feto real, feto florido*. Nos rios e ribeiros. Raquitismo, escrofulose, engorgitamentos mesentéricos, doenças do figado. Excitante.

OfigioSSo vulgar ou *língua-de-cobra*. Tónico, adstringente. Leucorreia, hemoptise, hemorragias e feridas.

Fam. Equisetáceas

Equiseto dos campos ou *cavalinha, equiseto, cauda-de-cavalo*. Nos terrenos inundados. Diurético, adstringente. Infiltrações celulares, doenças das vias urinárias, hidropisias. Hemoptise, nefrite calculosa,

febres malignas. Caquexia e edemas palustres. Hemorragias.

Fam. Muscíneas

Polítrico vulgar ou *avenca-de-ouro*. Pelos pinhais e lugares sombrios. Pleurisia. Emenagogo, diurético, sudorífico, aperitivo e adstringente.

Fam. Hepáticas

Hepática das fontes ou *marchântia*. Nas fontes e charcos. Engorgitamentos do fígado, doenças crônicas da pele. Adstringente, diurético.

Fam. Líquenáceas

Cladónia de copinhos ou *musgo copinho* de tubérculos fuscos. Pelos pinhais. Coqueluche e tosses convulsas e sécas. É succedâneo do líquene islândico. As propriedades analépticas dêste se atribuem também à *cladónia de cornucópias*, e à *cladónia das cabras*; abundantes nos pinhais e lugares sombrios.

Peltigera dos cães ou *figadela*, *musgo canino*, *musgo dos cães danados*. Em Fânzeres, etc. Diurético. Hidrofobia.

Sticta pulmonária ou *pulmonária das árvore*s ou *dos carvalhos*. Succedâneo do líquene islândico. Bronquites, tísica, hemorragias internas, icterícia.

Fissia das paredes. Succedânea da quina, nas intermitentes. Diarreia, disenteria. Hemorragias e fluxos.

Fam. Algáceas

Ulva leituga. No rio Douro. Inflamações e abscessos.

Conferva dos ribeiros. Nos ribeiros e nos rios. Internamente na tísica e asma; externamente nas contusões. Algumas outras espécies há que, como a generalidade das algas marinhas, apenas servem para a extração do iodo.

Fam. Fungíneas

Cravagem de centeio ou *esporão de centeio*, *centeio espicado*. Vive sobre o centeio. Em pequena

dose, secura na faringe, leves perturbações no estômago, palidez da pele, dores abdominais; em alta dose, perturbações cerebrais. Uso terapêutico: Inérzia uterina durante o parto. Coágulos do útero. Amenorreia, leucorreia, pólipos, histerismos, paralisia vesical. Intermittentes, reumatismo articular agudo, tuberculose pulmonar, febre tifóide, epistaxe, hemoptise, hematemesse, paraplegias, como succedâneo da estricnina. Coqueluche, pneumonia, enxaqueca.

*

* * *

Cupressoideas. Os ciprestes (*cupressus sempervirens*) dão um fruto chamado *nozes de cipreste*, que são algumas vezes utilizados como adstringentes. Produz também por incisões praticadas no tronco a *resina de sandaraca*, usada em medicina, sobretudo antigamente; e como perfume nos primeiros tempos do Egípto, para embalsamar cadáveres.

Finalmente o há pouco falecido Sr. Dr. José Maria de Oliveira, lente da Escola Médica do Pôrto, escreveu em 1925, uma pequena memória ou antes um *Esbóço histórico da Cadeira de Farmacologia* e falando da acção de drogas sobre tecidos humanos e viviseção para investigações farmacodinâmicas no coelho e sobretudo na rã, cita os trabalhos sobre a *digitalis thapsi* (v. «Ensaio farmacodinâmico da *Digitalis thapsi*»: Comunicação ao congresso luso-espanhol do Pôrto, em 1921 e *Portugal-Médico*, 1921-1922 e sobre a «*Retama sphaerocarpa*» e suas propriedades cardiotónicas). Numa nota aclara que estas duas espécies botânicas são exclusivamente portuguesas e peculiares da flora da região do Douro, desde Jovim até Barca de Alva.

FLORA FÓSSIL DO TERRENO CARBONÍFERO DE S. PEDRO DA COVA

Dá-se o nome de *fósseis* aos restos ou vestígios de plantas ou animais, que se encontram nas camadas terrestres, antes do actual período geológico (¹).

Os fósseis são verdadeiras bússolas geológicas, porque por meio deles podemos reconhecer a sucessão dos depósitos estratificados. Os restos orgânicos encontrados nesses sedimentos são, por exemplo, as conchas pertencentes aos moluscos e depositadas na água doce ou nas águas do mar.

Os depósitos sedimentares onde repousam os esqueletos mais ou menos perfeitos dos seres organizados, animais ou vegetais contemporâneos dessa camada onde foram encontrados servem de prova para se verificar a idade ou época a que remontam.

(¹) Para melhor inteligência do leitor, sobre as várias épocas ou períodos geológicos, a que temos de fazer referência, convém classificá-los: 1.ª época primitiva ou *azóica*; 2.ª época primária ou *paleozoíca*, que abrange os seguintes períodos: 1.º cámbrico; 2.º silúrico; 3.º devónico e 4.º antracolítico; 3.ª época secundária ou *mesozoíca*, abrangendo: 1.º período triássico, 2.º o jurássico e 3.º o cretácico; 4.ª época terciária ou *cenozóica* que compreende: 1.º período numulítico; 2.º neógeno. Vem depois o *quaternário*, em que já aparece o homem. Nos extractos formados no cámbrico não aparecem vestígios de vegetais, mas observam-se os primeiros restos de animais que formam a fauna primordial; são animais marinhos, não vertebrados, crustáceos pertencentes à ordem dos *trilobites*, assim chamados por terem o corpo dividido longitudinalmente em três lobos; o reino dos trilobites prolonga-se durante o período devónico; os primeiros vegetais aparecem no silúrico; entre as rochas sedimentares deste período encontram-se xistos argilosos (ardósias), grés, calcáreos, etc. No período devónico aparecem os *peixes ganoides* ou couraçados, calcáreos fossilíferos, com restos de corais e conchas de moluscos; e na parte superior deste sistema a *antracite*.

N. B.—O carvão pode aparecer em outras eras.

Por isso, o estudo dos fósseis é um dos poderosos recursos para o geólogo estudar a idade relativa das rochas sedimentares, sabido, como é, que numa série de camadas a superior é sempre mais nova que a outra em que assenta, porque todo o depósito sedimentar constitue, no acto da sua formação, a parte superficial do fundo do mar ou lago; portanto toda a camada obteve posteriormente a superposição de outras, as mais modernas. É a estratificação.

HISTÓRIA DOS FÓSSEIS

Já alguns escritores da antiguidade, como Pitágoras, Xantos, Heródoto, etc., descobriram na existência dos fósseis os vestígios de perturbações geológicas. Assim Ovídio, falando das conchas marinhas encontradas no cume das montanhas, verseeja:

*«...Vidi factas ex aequore terras;
Et procul a pelago conchæ jacuere marinæ,
Et vetus inventa est in montibus ancora summis.»* ⁽¹⁾

Plínio, na sua *História Natural*, deu curso a explicações fantásticas que se propagaram durante séculos, com que nada se adiantou sobre o conhecimento dos fósseis. Durante a Idade-Média atribuía-se à terra uma «fôrça plástica», ou «virtude de criação» que originava os fósseis; havia quem os julgasse restos do dilúvio ou meros *lusus naturales*.

Leonardo de Vinci (1452-1519) e outros foram os primeiros da Renascença a reconhecer que os fósseis tinham sido depositados pelas águas, isto é, — opinião mais geral — deviam ter sido depositados no fundo das águas, em camadas horizontais cujo levantamento se houvera produzido mais tarde. Nos séculos XVII-XVIII fundamenta-se a origem orgânica dos fósseis; e no século XIX o seu estudo — a paleontologia — estabelece-se e desenvolve-se como ciência.

(1) Metam., Livr. 15.^o.

Paleobotânica

O Sr. Dr. João Carrington Simões da Costa, num livro intitulado *Novos elementos para o estudo geológico da região de Valongo*, a propósito do Antracolítico inferior e médio, diz que as formações desta espécie são os mais antigos depósitos paleozóicos conhecidos em Portugal, na região de Valongo, e refere que Oswald Heer julgou ver uma Baiera de espécie nova, que classificou como *Baiera Gomesiana*, num fóssil apresentado por Gomes (Bernardino António Gomes) como *Noeggerathia sp.*, que fôra encontrado em S. Pedro da Cova. Ainda sobre este trabalho, o Sr. Dr. Carrington afirma que a descoberta de J. T. Wattison, «Notas paleontológicas sobre os arredores do Pôrto», vem revelar-nos a existência nesta região de um andar de Antracolítico inferior, pois foram colhidos alguns fósseis num caminho que, do lugar do Seixo, se dirige para uns montes que lhe ficam à direita, entre Ermezinde e S. Pedro da Cova e estudados pelo Dr. Wheelton Hind, de Stoke-on-Trent, em Inglaterra; foram assim classificados:

Anthracomya Wardi, Etheridge.

Anthracomya Phillipsii, Williamson.

Carbonicola sp. nov.

E conclue que os fósseis de água doce têm uma grande importância na classificação dos terrenos antracolíticos, sendo *Anthracomya Phillipsii* e *Carbonicola* formas típicas do Westfaliano superior. Segundo Macpherson, diz ele, uma sucessão quase ininterrupta de movimentos orogénicos, nos seus períodos de maior intensidade, ocasionara dobramentos agnóstozóicos, antracolíticos e miocénicos. Esses movimentos originaram um continente que foi fortemente desgastado, até que um abaixamento parcial deu lugar a uma transgressão dos mares mesozóicos, tendo contudo ficado imersa toda a extensão de terrenos

agnosto-paleozóicos do Norte da Península ao Guadalquivir; e o maciço galaico-duriense permaneceu emergido durante todo o largo período de uma grande parte do Paleozóico e todo o Mesozóico.

Nas «Notas Paleontológicas sôbre os arredores do Pôrto», o Sr. Wattison diz que há um certo número de escavações feitas durante a guerra com o fim de se procurar carvão, entre Ermezinde e S. Pedro da Cova; em muitas dessas minas encontraram-se fósseis vegetais em profusão onde há grande quantidade de fragmentos de plantas. Ali encontrou um xisto micáceo com formas de plantas e um pequeno Lamelibrânquio, muito semelhante ao Carbonícola, mas em tão mau estado de conservação que se desfez em bocados ao trazê-lo para casa; e não encontrou vestígios alguns de moluscos; e entre o caminho e o ribeiro, numa excavação, achou um xisto preto e compacto, contendo um número considerável de lamelibrânquios, que foram classificados pelo paleontologista inglês Dr. Wheelton Hind, como acima fica referido.

Escreve o Sr. Dr. B. A. Gomes, no *Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais*, publicado sob os auspícios da Academia das Ciências de Lisboa, tóm. II, Lisboa, 1870, pág. 7: «A Flora Fóssil das formações do carvão de pedra em Portugal, objecto de uma publicação nossa que a Comissão Geológica aceitou entre as suas, foi particularmente atendida pelo Professor de Dresde, o Dr. H. B. Geinitz, o qual no valioso arquivo que redige (*Newes Jahrbuch für Mineralogie, Geologie und Paleontologie*) dá desta obra circunstanciada notícia, acompanhando-a de numerosas observações que muito concorrem para esclarecer o objecto». Depois de ter prestado ao Dr. Geinitz tôda a confiança que a sua probidade e competência lhe garantem sôbre êste assunto, diz que a revista crítica do Dr. Geinitz vem inserta no n.º 3 do ano de 1867, do jornal que referimos, a pág. 273, com o título *Apontamentos à Flora Fóssil da forma-*

ção carbonífera em Portugal, por B. A. Gomes. Ai vem a relação circunstaciada de tôdas as plantas fósseis já encontradas nos diferentes distritos carboníferos do País. Gomes cita ainda o Dr. Geinitz: «As formações geológicas onde foram achados estes fósseis vegetais são em Portugal limitadas às imediações do Pôrto, Buçaco e ao Moinho de Ordem, no Alentejo, junto a Alcácer do Sal. As mais importantes em relação à quantidade do carvão são as da proximidade do Pôrto, sobretudo no concelho de Gondomar, onde constituem a bacia carbonífera de S. Pedro da Cova, a qual foi minuciosamente descrita por Carlos Ribeiro». Mais adiante: «Das 60 espécies da *Flora Fossil*, de Gomes, diz Geinitz, admitida a sua exacta determinação, só a do n.º 55 (*Knorria imbricata*), e talvez a de n.º 52 (*Stigmaria ficoides*, var. *inæqualis*) indicariam a zona mais antiga da formação do carvão de pedra, ou a zona principal das Licopodiáceas. Ambas provém de S. Pedro da Cova, donde foram também extraídas três das formas observadas no Dyas inferior, a saber: o *Calamites decoratus*, Bgt., *Calamites Gigas*, Bgt., e *Hemitelites gigantea*. As duas Walchias (n.ºs 56 e 57) tão espalhadas no Dyas inferior, provieram de outra localidade. A *Walchia piniformis*, Schl., que demonstramos seguramente existir na nossa quarta zona ou zona principal das Anulárias, é aliás fácil de confundir com os ramos novos, quando enfolhados, das Sagenárias e outras Licopodiáceas; e a sua existência na formação do carvão de pedra só pode em geral admitir-se com segurança, quando as escamas da sua frutificação se encontram com o eixo de onde procederam ou na proximidade dele. A falta já notada por Bunbury e confirmada por Gomes, de Sigilárias nos distritos do carvão de pedra em Portugal, é uma prova negativa da ausência da segunda zona ou da zona principal das Sigilárias, enquanto a *Sagenaria aculeata* e a *Sagenaria obovata* amem precisamente esse horizonte. Foi já por Gomes formulada a opi-

nião de que as floras fósseis das três regiões carboníferas por él consideradas não ofereciam ao todo diferença bastante importante para que possam referir-se a zonas diversas, e que em tôdas três a flora diferia das floras das formações mais antigas do carvão de pedra, ou da zona principal das Lycopodiáceas.

Com esta opinião concordamos nós inteiramente, aconselhando ao mesmo tempo uma revisão da forma designada pelo nome de *Knorria imbricata*. Se com este esclarecimento se reconhecer também a falta da segunda zona, ou da zona principal das Sigilárias, teremos a referir-nos a uma das zonas mais modernas da formação do carvão de pedra, formação que já fôra por nós assinalada em terceira, quarta e quinta zonas, ou zona principal dos Calamites, das Anulárias e dos Fetos. (*V. Versteinerungen der Steinkohlenformation in Sachsen, 1865, die Steinkohlen Deutschlands und anderer Länder Europas*).

Entre estas zonas, a principal dos Calamites parece ter tido uma distribuição muito mais circunscrita do que as outras duas que se lhe seguiram, talvez porque com o tempo da sua formação coincidiram diferentes erupções dos pôrfiros antigos, cujo aparecimento muito particularmente se torna evidente pelas investigações feitas na Saxónia. O carácter petrográfico desta zona principal dos Calamites é o predomínio de uma huila fuliginosa ou fibrosa, quase exclusivamente formada de Calamites, carácter este que de modo nenhum existe no carvão português. Os filões de antracite que aparecem nas camadas carboníferas da Saxónia provêm principalmente de Sigilárias e de Lycopodiáceas, que não são raras nesta zona.

Partindo, pois, de tôdas estas considerações, é natural referir os depósitos carboníferos em Portugal à zona principal das Anulárias, indicando as plantas descritas por Gomes, na grande maioria, uma das zonas superiores. A circunstância, porém, de haver,

entre essas plantas, algumas que se encontram mais ordinariamente na segunda e terceira zonas, ao passo que outras mais pertencem à quarta e quinta e chegam mesmo ao Dyas, acha natural explicação em ser considerada precisamente a zona das Anulárias e não a zona principal dos Fetos o seu verdadeiro jazigo, ao qual também pertencem os depósitos antracíferos da Sardenha, Córsega e Jano, na Toscana, ou a formação carbonifera do terreno de Plauen, junto a Dresde. Assim como o andar inferior da formação carbonifera produtiva, rico em Sigilárias, termina com a formação da zona dos Calamites, sempre que o seu desenvolvimento não foi impedido ou perturbado pela formação de rochas plutónicas, assim o andar superior da formação carbonifera produtiva começou com a zona das Anulárias e devia sucessivamente ter chegado à zona dos Fetos.

As nossas investigações levaram-nos a adoptar a seguinte classificação, com relação às formações carboníferas, e tudo parece ir confirmando a ideia que a este respeito fizemos:

- 1.^a zona principal das Lycopodáceas. Formação mais antiga do carvão de pedra (Culm.).
- 2.^a zona principal das Sigilárias
- 3.^a » » dos Calamites | Andar superior da formação produtiva do carvão de pedra ou formação média.
- 4.^a » » das Anulárias e
- 5.^a » » dos Fetos | Andar superior da formação produtiva do carvão de pedra ou formação superior.
- 6.^a » » das Walchias—Dyas inferior.»

Segue a enumeração das espécies mencionadas na *Flora Fóssil* do Dr. H. Gomes, aproveitando as observações de Geinitz.

Calamiteæ

1.^o *Calamites Suckowii*, Bgt., S. Pedro da Cova, Póvoa e Moíinho de Ordem. Esta espécie, diz Geinitz,

parece pertencer ao Dyas, pelo menos ela existe no banco arenoso do Niederworresbach, no Birkenfeld que pertence a esta formação.

2.^º *Calamites undulatus*, St., S. Pedro da Cova.

É uma forma, segundo Geinitz, de *C. Cannæformis*, Schl.

3.^º *Calamites Cannæformis*, Schl. Bgt., S. Pedro da Cova.

4.^º *Calamites Gigas*, Bgt., S. Pedro da Cova. Só se encontrou no Dyas inferior.

5.^º *Calamites Cistii*, Bgt., S. Pedro da Cova.

Asterophyllitæ

6.^º *Volkmania gracilis*, St., S. Pedro da Cova. Esta espécie de Sternberg, segundo Geinitz, é pela proeminência das articulações antes um *Asterophyllites*, e que se aproxima do *Asterophyllites grandis*, St.

7.^º *Asterophyllites tuberculata*, Gomes. Pela estampa, diz Geinitz ser a espiga frutifera de um *Asterophyllites* ou de uma Anulária, de que não é todavia segura a procedência.

A estampa 180 da *Flora Fossil* de Lindley e Hutton, julga Geinitz dever referir-se ao *Asterophyllites foliosus*, Lindl. e *Bruckmannia tuberculata*, St.; é, porém, segundo o mesmo autor, a espiga frutifera da *Annularia longifolia*, Bgt. A estampa de Gomes parece ao autor indicar mais determinadamente o *Asterophyllites Grandis*, St. ou o *Asterophyllites rigidus*, St.

8.^º *Asterophyllites rigida*, Bgt., S. Pedro da Cova. Mais certo, segundo Geinitz, o *Asterophyllites rigidus*, St.

9.^º *Asterophyllites tenuifolia*, Bgt., S. Pedro da Cova.

10.^º *Annularia brevifolia*, Bgt. Geinitz diz que será provavelmente a *Annularia sphenophylloides*, Zenker.

11.^o *Beckera dubia*, St., S. Pedro da Cova e Buçaco. Observa Geinitz que o exemplar de Sternberg pertence verdadeiramente ao *Asterophyllites foliosus*, Lindl., rectificação que haveria a fazer a respeito do de Gomes, se os dois são idênticos, como a estampa de Sternberg fêz acreditar a êste.

12.^o *Sphenophyllum Schloteimii*, Bgt., S. Pedro da Cova e Buçaco.

O mesmo, segundo Geinitz, que o *Sph. emarginatum*, Bgt.

Filices

13.^o *Nevropteris flexuosa*, St., S. Pedro da Cova.

14.^o *Nevropteris Loshii*, Bgt., S. Pedro da Cova.

15.^o *Nevropteris Brogniartii*, St., S. Pedro da Cova.

16.^o *Nevropteris auriculata*, Bgt., S. Pedro da Cova e Moinho de Ordem.

17.^o *Cyclopteris dilatata*, L. e H., S. Pedro da Cova.

18.^o *Odondopteris obtusa*, Bgt., S. Pedro da Cova.

19.^o *Sphenopteris cristata*, St., S. Pedro da Cova.

20.^o *Sphenopteris chaerophylloides*, Göp., S. Pedro da Cova.

21.^o *Sphenophyllum erosum*, L. e H., S. Pedro da Cova.

22.^o *Hymenophyllites Costae*, Gomes., S. Pedro da Cova.

Geinitz julga que esta forma, pelo modo das pínulas e nervuras simples que mostra, será o *Cyatheites arborescens*.

23.^o *Diplacites emarginata*, Göp., S. Pedro da Cova.

24.^o *Alethopteris lonchitides*, St., S. Pedro da Cova.

25.^o *Alethopteris Dournasii*, Bgt., S. Pedro da Cova.

26.^o *Alethopteris Grandini*, Bgt., S. Pedro da Cova.

27.^º *Alethopteris urophylla*, Bgt., S. Pedro da Cova.

28.^º *Alethopteris muricata*, Göp., S. Pedro da Cova.

Geinitz considera esta espécie ser antes um *Sphenopteris*.

29.^º *Alethopteris Bucklandi*, Bgt., S. Pedro da Cova.

30.^º *Alethopteris Brognartii*, Göp., S. Pedro da Cova.

31.^º *Cyattheites Schloteimii*, Göp., S. Pedro da Cova.

32.^º *Cyattheites arborescens*, Schl., S. Pedro da Cova.

33.^º *Cyattheites lepidorachis*, Bgt., S. Pedro da Cova.

34.^º *Cyattheites oreopterides*, Bgt., S. Pedro da Cova.

35.^º *Cyattheites Miltoni*, Artis, Göp., S. Pedro da Cova.

36.^º *Hemitelites gigantea*, Bgt., Göp., S. Pedro da Cova.

Segundo Geinitz, o *Pecopteris gigantea* e *Pecopteris punctulata* hão de vir provavelmente a confundir-se com o *Cyattheites confertus*, St. Observa mais este autor que o *Hemitelites gigantea* pertence principalmente ao Dyas inferior.

37.^º *Polypodites elegans*, Göp., S. Pedro da Cova e Buçaco.

Geinitz considera-o idêntico ao *Cyattheites argutus*, Bgt.

38.^º *Aspidites Plucknetii*, Göp., S. Pedro da Cova. O mesmo, diz Geinitz, que o *Alethopteris Plucknetii*, Schl.

39.^º *Pecopteris plumosa*, Bgt., S. Pedro da Cova. O mesmo, diz Geinitz, que o *Cyattheites plumosa*, Artis.

40.^º *Pecopteris delicatula*, Bgt., S. Pedro da Cova.

Segundo Geinitz, o mesmo que *Cyattheites delicatula*, Bgt., mas distinta do *Cyattheites plumosus*.

41.^o *Pecopteris obliqua*, Bgt., S. Pedro da Cova. Geinitz considera-a um *Alethopteris*.

42.^o *Pecopteris unita*, Bgt., S. Pedro da Cova.

43.^o *Pecopteris lanceolata*, St., S. Pedro da Cova.

Esta forma é considerada por Geinitz uma das que constituem o *Cyattheites arborescens*.

Selagines

44.^o *Stigmaria ficoides*, Bgt., S. Pedro da Cova.

45.^o *Sagenaria aculeata*, St., » » » »

46.^o *Sagenaria ovata*, St., » » » »

47.^o *Knorria imbricata*, St., » » » »

Sendo a determinação das três últimas espécies, diz Geinitz, inteiramente segura, seria isso prova de uma idade mais antiga de algumas das camadas pelo menos da bacia de S. Pedro da Cova, porque ambas essas *Sagenarias* aparecem nas zonas mais antigas da formação carbonifera, encontrando-se a *Knorria imbricata* só na zona a mais antiga de tôdas, juntamente com a *Sagenaria Weltheimiana* e o *Calamites transitionis*, da existência dos quais não há todavia noticia nas formações carboníferas de S. Pedro da Cova ou noutras em Portugal. A determinação do exemplar que referimos à *Knorria imbricata*, único da colecção e mau, confessamos não ter sido a que mais nos satisfez; não diremos outro tanto das outras duas determinações, especialmente a que se refere à *Sagenaria aculeata*, de que há também um único exemplar, mas esse bem caracterizado. Por tudo que vem exposto, deve porém ser este objecto novamente considerado, e é o que sem dúvida eu ou algum outro não deixaremos de fazer, pois pende de aí a solução, como vimos, duma questão geológica importante, diz Gomes.

48.^o *Lycopodites affinis*, Bgt., S. Pedro da Cova. O mesmo, diz Geinitz, que a *Walchia filiciformis*, Schl.

Palmæ

49.^o *Asplenites elegans*, Ett., S. Pedro da Cova. Gomes diz que esta espécie tem a forma das *Noeggerathias* e segundo Geinitz, é também o *Sphenopteris asplenites*, Guthier.

50.^o *Flabellaria Sternbergii*, Ett., S. Pedro da Cova.

Gomes interroga: «*Cyperites*, species? Em nota acrescenta que muitas vezes teve presente a estampa de Ettingskausen, sem lhe ocorrer que era a do seu exemplar; e explica que tal estampa «representa apenas alguns maus fragmentos de fólya» e ele tinha presente um indivíduo muito mais completo; todavia não duvida que «os caracteres assinalados por Ettingskausen são os das fólyhas da nossa espécie», e que podemos bem aceitar para ela a determinação de Geinitz.

Frutos

51.^o *Trigonocarpon Noeggerathi*, Bgt., S. Pedro da Cova.

52.^o *Cyclocarpon*, sp. Geinitz, Bgt., S. Pedro da Cova. Gomes considera-o *Carpolithes*, sp.»

Só transcrevi as espécies fósseis que o Dr. B. A. Gomes refere, como encontradas em S. Pedro da Cova.

Do importante livro *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos de Portugal* (tôm. I—Fasc. II, Lisboa, 1887) respigamos o seguinte:

«A paleontologia vegetal é ciéncia moderníssima.

Os primeiros trabalhos com assomos de regularidade datam de Scheuchzer, que viveu nos princípios do século passado. As bases em que hoje assenta lançaram-nas simultâneamente Pternberg, na Alemanha e Brongniart, em França. Portugal, pela sua situação geográfica e pela sua língua, quásí sempre afastado do grande movimento intelectual das

nações europeias, comprehende-se que não tenha fornecido largo contingente para a história d'este ramo da filosofia natural. De facto, poucas são as obras que se referem à flora fóssil do nosso País, uma só de lavra portuguesa. Sharpe menciona alguns fósseis vegetais de S. Pedro da Cova e do Cabo Mondego. Bunbury publicou outros da mesma procedência e do Buçaco. O Dr. Bernardino António Gomes descreveu o que até à sua época se conhecia da flora fóssil do nosso carbonífero. Este trabalho, comquanto nalguns pontos inexato, honra sobremodo o nosso compatriota. Desde Gomes até hoje pouquíssimos se ocuparam da flora fóssil portuguesa. Heer escreveu o que há de mais valioso.»

E mais adiante, apresenta o Catálogo sistemático das plantas fósseis portuguesas, descritas ou citadas pelo mesmo Dr. Oswald Heer, paleontologista vegetal alemão; na parte que interessa ao nosso concelho, isto é, a *S. Pedro da Cova*, dá a lista das espécies da *flora carbonífera*:

Filices

- Neuropteris flexuosa*, Sternb.
- N. auriculata*, Brong.
- Pecopteris longifolia*, Brong.
- P. Pluckeneti*, Brong.
- P. arborescens*, Brong.
- P. Miltone*, Brong.
- P. dentata*, Lind. H.

Selagines

- Lepidodendron*.
- Distrigophyllum lusitanicum*, Hr. sp.

Coniferæ

- Walchia*, sp.
- Baiera Gomesiana*, Hr.

Por este Catálogo se reconhece que no nosso concelho há espécies várias da flora paleozóica.

Nas observações, explica que Heer rejeita 6 a 7 espécies de Gomes. Fixa em 60 o número das plantas carboníferas portuguesas e considera os terrenos onde foram encontradas como pertencentes ao carbonífero superior, cuja existência está reconhecida no Douro, Buçaco e Moinho de Ordem (próximo a Alcácer do Sal). O estudo estratigráfico desta divisão do sistema carbonífero está ainda por fazer. E' que os serviços geológicos só foram criados por Decreto de 31 de Agosto de 1852 e definitivamente organizados por Decreto de 8 de Agosto de 1857; mas têm sido sujeitos a várias vicissitudes, carecendo de meios de desenvolvimento. Assim a segunda Comissão (Secção geológica) organizada em 18 de Dezembro de 1869 e que sucedeu à antiga de 1857, encontrou-se desprovida também de elementos de estudo e com um pessoal científico exígido.

A FLORICULTURA EM GONDOMAR

A história da flor está intimamente ligada à história da Humanidade e ao património da Arte. Não havia quase circunstância alguma da vida antiga dos povos, em que não entrasse a flor, quer em coroas, quer em festões. Entre os Romanos, os que ofereciam sacrifícios, coroavam-se de flores, como nas igrejas católicas, a flor embalsama e enfeita os altares. E' que as flores têm uma linguagem especial e misteriosa; pela variedade de seus recortes e de suas cores, bem como pelo perfume que exalam, falam ao nosso coração o mundo dos prazeres e dos sonhos; por isso os namorados as ostentam ao peito, perto do coração, como símbolo do afecto e da paixão. Não há pintor ou poeta algum, que pela palheta ou pela lira não tenha tecido hinos de exaltação a esta beleza delicada e tenra, mocidade de um dia. Nas nossas casas, enfloram o centro das nossas mesas ou as

jarras dos salões; e nos jardins recamam de tons variegados as orlas e os canteiros.

Quem não há de amar as flores, se elas traduzem a inocência e graça das nossas crianças e o sorriso terno das nossas mulheres!

Em Gondomar há também, felizmente, quem se dedique com alma e paixão à floricultura. Pode dizer-se afiitamente que poucos concelhos há no País tão ricos como o nosso, na abundância, variedade e aprêço de flores, cuidadosamente cultivadas. Em Maio de 1931, o Clube dos Caçadores de Gondomar realizou no salão nobre dos Paços do Concelho uma exposição de rosas, bandeiras e símbolos regionais, e que foi muito admirada por todos os que a visitaram. Passavam de mil as lindíssimas qualidades de flores expostas, notáveis pelo gracioso do recorte, pela diversidade da côr e encanto do seu perfume. E' que neste concelho há dedicados floricultores que não se pouparam a despesas e trabalhos para aumentarem o número e as qualidades das espécies de flores. (¹)

A respeito da referida exposição, disseram os jornais:

GONDOMAR, 18—A exposição de rosas efectuada em Gondomar, em 16, 17 e 18 d'este mês, se não fôra o tempo ver-

(¹) Dentre as muitas rosas do jardim da viúva António Aguiar, lembramos as seguintes:

Mildred Grant, Lyon Rose, Comandeur Jules Gravereaux, Lady Hillington, Madame Edouard Herriot, Ophélia, Constance, Radiance, The Queen Alexandra Rose, Souvenir de Georges Pernet, Admiration, Padré, Hermann Neuhoff, Ville de Paris, John Russel, Gloire de Hollande, Kardinal Piffl, Cuba, Norman Lambert, Johanniszanber, Dame Edith Helen, Margaret Mac Gredy, Roselandia, Talisman, Frau E. Weigand, Sœur Thérèse de L'enfant Jesus, President Herbert Hoover, Trigo, Aroma, Duquesa de Penaranda, Shat Silk, Lady Margaret Stewart, Florex, Lord Castlereach, Comtesse Vandal, Picture, Sylvia Lyva, Maréchal Lyautey, Nigrette, Général Stefanik, Nancy, Catalónia, F. Cambo, Annie Brandt, Tony Spalding, Roxana, Marianne, Kidvoay, Rosilyn e Thérèse Schopper.

Tôdas muito distintas e floríferas.

dadeiramente invernoso que lhe empanou o brilhantismo, teria assumido proporções que grandemente honrariam o nome do concelho.

A concorrência de admiradores, a-pesar-do péssimo tempo, foi apreciável, sendo gerais os elogios aos expositores e à colectividade que iniciou e com honra concluiu o esplêndido certame.

Numa disposição realizada por mão de mestre, o floricultor Sr. António Martins Fernandes, a alma da exposição, coadjuvado por outras pessoas de aprimorado gosto e saber, as variedades de rosas, talvez mais de duzentas, formavam um conjunto verdadeiramente encantador.

De S. Cosme, ou seja, da vila de Gondomar, apresentaram soberbos exemplares, o Sr. Augusto Aguiar, D. Maria Barbosa Aguiar e José Martins de Castro; de Valbom, os Srs. Joaquim Pinto Soares e António Pinto Fragateiro, apreciados floricultores-jardineiros; de Rio Tinto, o ilustre administrador do concelho, Sr. Alberto Fernandes de Oliveira.

De plantas ornamentais, foram expositores, os Srs. António Pinto Fragateiro, de Valbom; Américo Adérito de Castro P. de Sousa, António Martins Fernandes, José Garrido Júnior e a menina Albertina Fernandes de Castro, filha do Sr. António Martins Fernandes, que, de flores naturais, confeccionou uma artística palma que causou admiração.

Para a ornamentação do átrio, escadaria e salão nobre, forneceu palmas o Sr. Ribeiro de Almeida Júnior, da vila.

As bandeiras e trofeus expostos, eram os seguintes:
Câmara Municipal, Escola Oficial do Sexo Masculino de Rio Tinto, Companhia Dramática Estréla de Fâneres, Centro Católico de Gondomar, Escola Dramática Musical Valboense, Escola Industrial de Gondomar, Grupo Musical Beneficente de Rio Tinto, Troupe Musical União de Pedrouços, Rio Tinto, Associação Benéfica de Valbom e S. Cosme, Associação dos Operários Marceneiros de Valbom, Escola Oficial de Covélo, Centro Socialista de Valbom, Associação Comercial e Industrial de Gondomar, Escola Oficial do Sexo Feminino de Rio Tinto, A. G. J. M. G. de Valbom, Associação de Socorros Mútuos de Gondomar, Valbom; Clube Gondomarense, Clube dos Caçadores de Gondomar, Ala dos Legionários de Gondomar, Associação de Socorros Mútuos de S. Cristóvão de Rio Tinto, Escola Oficial do Sexo Feminino de Gondomar; Minas de S. Pedro da Cova, Tuna Musical Zibreirense (Sousa), Montepio de S. Cosme de Gondomar, Tuna Médense, Centro União, Instrução e Recreio Seixense (Fâneres), Escola Oficial de Ataís (Jovim), Associação Fraternal e Beneficente dos Artistas e Industriais de Valbom e S. Cosme, Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valbom, Escola Naval Infante D. Henrique (Valbom), Sociedade Fúnebre de S. Bento das Pêras (Rio

Tinto), Grupo Dramático Beneficente Valboense, Associação de Socorros Mútuos de Gondomar, Grupo Nun'Álvares Valboense, Grupo União e Recreio Mocidade Valboense, Orfeão de Gondomar, Escola Oficial do Sexo Feminino da Sousa, Associação de Classe dos Ourives de Gondomar, Gondomar Sport Clube, Sporting Clube de Valbom, Sport Clube de Rio Tinto, Banda dos Voluntários de Gondomar, oferecida, há anos, ao seu digno regente.

Belamente dispostos em diferentes mesas, viam-se muitos dos prémios ganhos pelos clubes desportistas do concelho, bem como as taças «Mário Magalhãis» e «Ivo Lemos».

A Câmara, como já dissemos, cooperou digna e justamente no importante certame, dando-lhe grande brilhantismo.

Os briosos Voluntários de Gondomar e de Valbom fizeram a guarda de honra.

No átrio, escadaria e corredor do edifício municipal, viam-se palmas e outras ornamentações muito bem dispostas, que contrastavam com o asseio e decidida limpeza em que se encontrava todo o edifício interiormente.

É de inteira justiça deixar aqui arquivados os nomes dos mais apaixonados floricultores da nossa terra. Assim, na vila, tem um bem tratado campo de floricultura, no lugar da Gândara, Augusto Aguiar, comerciante e morador na cidade do Pôrto. Sua cunhada, *viúva António Aguiar*, possue uma linda e moderna vivenda na Rua 5 de Outubro, com jardim, à entrada, todo ocupado por roseiras das mais finas e variadas castas. Como estes, os Srs. José Martins de Castro, António Martins de Moura que tem flores por classificar, da sua sementeira e José Alves Garrido Júnior. Na freguesia de Valbom há o Sr. Joaquim Pinto Soares e o Sr. António Pinto Fragateiro, floricultor e jardineiro. Em Rio Tinto reside outro não menos esmerado cultor dêste produto, o Sr. Alberto Fernandes de Oliveira.

ÁRVORES DE FRUTO E PLANTAS HORTENSES

No nosso concelho, como já dissemos, as principais árvores de fruto, plantadas em pomares, nos campos ou arvoredos, são: a pereira, a macieira, o marmeiro, a ameixieira, o damasqueiro, o pesse-



gueiro, a cerejeira, a laranjeira, a tangerineira, a groselheira, a nogueira, a nespereira, a figueira, o castanheiro e a oliveira. Como plantas, temos em extensos campos o saboroso nabo que é muito conhecido e muito apreciado.

A sua raiz, como os rabanetes e as cenouras, é carnosa e portanto muito útil à alimentação nossa e dos animais domésticos, mormente do porco e do boi.

A Academia R. das Ciências de Lisboa, desejando satisfazer ao seu fim e querendo promover o melhoramento da Apicultura e subsistências do País, mandou vir da Inglaterra várias sementillias, para serem repartidas pelos lavradores; entre elas veio a semente de nabo, em porções importantes; e a mesma Academia, a 11 de Setembro de 1810, recomenda muito aos lavradores a cultura desta planta, *a-fim-de melhorarem as criações dos gados*. E acrescenta: «As terras, que forem semeadas de nabos, ficarão grandemente preparadas, e dispostas para a sementeira dos tremeses, que produzirão excelentemente nelas».

O nabo de S. Cosme adquiriu fama pela sua excelente qualidade. Os lavradores desta terra acarretam grandes quantidades de nabos para os mercados da cidade do Pôrto, onde têm largo consumo pela preferência da localidade.

A cebola (*allium cæpa*) é uma planta bulbosa também de grande valor para a nossa alimentação.

O concelho de Gondomar é, sem contestação, aquél que em todo o País cultiva em maior abundância este produto hortense. Grandes quantidades antigamente eram exportadas para Inglaterra; agora parece que este comércio está decadente. No entanto ainda o consumo é grande, a avaliarmos pelos extensos campos de cebola cultivados nesta região.

A FAUNA DO CONCELHO

(HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO)

Antes, porém, de versarmos êste assunto, convém uma explicação dos termos empregados, para facilitar ao leitor menos douto a compreensão dos mesmos.

Assim, a *Zoologia* é o tratado ou estudo dos animais. Difere da *Biologia*, que é o estudo dos seres, em tôdas as manifestações da vida. A *Zoologia* comprehende sete divisões principais: a *Mamalogia*, que é o estudo dos mamíferos; a *Ornitologia*, ou estudo das aves; a *Espetologia*, ou estudo dos répteis; a *Ictiologia*, ou tratado dos peixes; a *Malacologia* e a *Helmintologia*, que versam sobre Moluscos, Vermes e outros animais inferiores; e finalmente a *Entomologia*, que trata dos animais articulados, particularmente dos insectos.

Aristóteles, na antiguidade, foi o primeiro que fundou a *Zoologia* racional, agrupando os animais em oito categorias, que formavam duas secções: animais dotados de sangue e animais exangues, doutrina que predominou em tôda a Idade-Média. Com o século XVI, isto é, com as viagens, conquistas e descobertas, iniciam-se os primeiros trabalhos dos naturalistas. A França só no século XVIII teve Reaumur e Buffon. A Suécia é pátria de Linneu, que deixou o seu *Sistema da Natureza* (1758). A *Zoologia* moderna data de Jorge Cuvier.

As viagens da *Favorite*, da *Coquille*, do *Astrolabe* e da *Zélée*, da *Magicienne*, da *Bonite* e da *Uranie* ilustraram os nomes de *Dumont d'Urville*, *Freyinet*, *Baudin*, *Lesson* e *Garnot*, *Peron* e *Lesueur*, *Hombron*, *Jacquinot*, etc. Delalande explora a África austral, Lebas, a América equatorial, Duvance e Diard, a Índia e a Malásia, Jacquemont, a Cachemira, Dussúmier, o Oceano Índico e Goudot, Madagáscar. Darvin atacou a noção dos universais zoológicos, mas não modificou as regras da classificação estabelecida.

Quanto à história da Zoologia em Portugal, é o final do século XVIII que marca uma época notável na vida científica, não só pela fundação da Academia das Ciências, instituição do Duque de Lafões, do Abade Correia da Serra e outros, mas também pelo desenvolvimento dado a tais estudos.

No governo de D. Maria I foi o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira⁽¹⁾, em 1783, encarregado de dirigir uma expedição científica ao Brasil, para reconhecimento geográfico e dos recursos naturais desta rica colónia então portuguesa. Percorreu toda a região amazónica e trouxe de lá, além de outros trabalhos, produtos da fauna desta terra feracíssima. Existem ainda hoje no Museu Bocage muitos exemplares, das suas longas digressões pelos sertões brasileiros: Emy-

(1) O Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira era formado em Filosofia pela Universidade de Coimbra e demonstrador de História Nacional. Foi indicado pelo claustro universitário ao Ministro do Reino, Sr. Melo e Castro, do governo de D. Maria I, para realizar a referida expedição que foi intitulada *Viagem filosófica*, que o célebre naturalista iniciou em 1783 e terminou em 1793. A. R. Ferreira era acompanhado pelo preparador Agostinho do Cabo e por dois artistas, Freire e Codeira, desenhistas do Museu da Ajuda, primeiro núcleo das colecções de História Natural, que mais tarde e sob a prestigiosa influência e decisão do Prof. Barbosa du Bocage, deveria fazer parte do Museu da Escola Politécnica (1858). Percorreu longamente os rios e as serras do Brasil, o Amazonas, o Rio Negro, o Madeira, utilizando sobretudo as vias fluviais e estudou aquela natureza ubérrima e esplêndida, a Flora, a Fauna, o Gentio, a Geografia, a Geologia e os Minérios; e trouxe de tudo exemplares e documentos, a maior parte dos quais se conservam inéditos, tanto em Portugal, como no Brasil, sabendo-se aliás a história desta verdadeira viagem maravilhosa pelos biógrafos e naturalistas que ao ilustre e esquecido expedicionário se referiram, nos termos mais encomiásticos (Cf. J. M. Costa e Sá, *Elogio do Dr. Alex. Roiz Ferreira*, na Acad. Sc. Lisboa; A. Goeldi, Carlos França e Bethencourt Ferreira, em diversos escritos publicados — Goeldi (*Rev. Estudos Paraenses*, 1894); C. França, in *Brotéria*, 1922; B. Ferreira, *Trabalhos de Espetologia do Museu Bocage*, I e II, in *Jorn. Acad. Sc. de Lisboa*, 3.^a Série, n.^o 14 — 1922). (Nota fornecida pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. J. Bethencourt Ferreira).

dosáurios, e Tartarugas, Peixes e Insectos, Col. ant.
do Dr. A. Roiz Ferreira.

No mesmo ano de 1783, o Governo português organizou outra expedição científica à África, presidida por João da Silva Feijó, naturalista também do grupo de cientistas do Museu Real (Gabinete da Ajuda), criado pelo Marquês de Pombal. Por sua vez, Galvão da Silva andou por Moçambique entregue a estes estudos.

Modernamente merecem-nos referência, em Lisboa, o Dr. Barbosa du Bocage, Félix de Brito Capelo, Arruda Furtado, Alberto Girard, D. Pedro V e D. Carlos. Em Coimbra, o Dr. Manuel Paulino de Oliveira, Dr. Baltazar Osório e Dr. Carlos França. Temos ainda nomes consagrados, como José de Anchieta, Francisco Newton, Dr. Pereira do Nascimento, Drs. Antero de Seabra, notável entomólogo português e Bethencourt Ferreira, que se tem especializado na Espetologia. Foram naturalistas do Museu Bocage, de Lisboa.

Pela reforma de 1837, a Academia Politécnica do Pôrto possuía onze cadeiras, das quais a décima-primeira era a de Zoologia, que pela reforma de 1885-1886 se dividiu em duas partes. Não tinha então a parte demonstrativa e prática que adquiriu pela Reforma Universitária de 1911.

A Faculdade de Ciências, sucessora da Academia Politécnica, está dotada de uma Estação de Zoologia Marítima e um Museu de Zoologia, criados pelo Prof. Dr. Augusto Nobre, que dirigiu a publicação dos *Anais de Ciências Naturais*, desde 1894 a 1906, e encetou a dos *Anais do Instituto de Zoologia* (1921), que hoje tem o nome d'este venerando zoólogo.

ESPÉCIES ZOOLÓGICAS

Tendo de dar uma relação, embora resumida, das principais espécies zoológicas da nossa região, acho conveniente expor sumariamente, para inteli-

gência dos leitores menos versados neste assunto, os tipos e as classes a que pertencem os diversos animais citados, seguindo a classificação científica. E assim temos como tipos os protozoários, os celenterados, os espongiários, os equinodermes, os moluscóides (vermídeos), todos estes *invertebrados*; nesta classe ainda se compreendem os vermes: anelados, platelmintas, nematelmintas, artrópodos, moluscos e parte dos cordados. Os artrópodos compreendem as classes dos crustáceos, miriápodos, aracnídeos e insectos. Os cordados abrangem os subtipos protocordados e vertebrados.

Ora os *vertebrados* compreendem os ciclóstomos, os peixes, os anfíbios ou batráquios, os répteis, as aves e os mamíferos. A nossa relação versa principalmente sobre vertebrados; e dêste temos, quanto aos ciclóstomos, a lampreia que será citada quando tratarmos da pesca no rio Douro e seus afluentes, bem como dos peixes da mesma bacia hidrográfica. Dos batráquios e répteis apresento um valioso trabalho que me foi fornecido pelo eminent zoólogo, lente da Universidade do Pôrto, o referido Sr. Dr. Bethencourt Ferreira.

A relação das aves é estudo igualmente notável do Sr. J. A. dos Reis Júnior, conservador preparador do gabinete de Zoologia, da mesma Universidade. Quanto a mamíferos, limito-me a dar uma resenha, tanto quanto suficiente, de modo a indicar os diversos géneros existentes no concelho.

Dos protozoários contamos as *amibas* que se alimentam de pequenissimas partículas encontradas suspensas na água. Há também os infusórios ou paraméncias. Um que é parasita do paludismo produz as doenças chamadas *sezões*, *maleitas* ou *febres palustres*. Vive no interior dos glóbulos vermelhos do sangue.

Há alguns celenterados que vivem na água doce, como a *hidra verde* e a *hidra cinzenta*. Como estes celenterados, há também os espongiários de água

doce que se encontram sobre as plantas aquáticas ou sobre as pedras do fundo.

Dos equinodermes não falamos, porque são exclusivamente marinhos—ouriços do mar.

Os vermídeos habitam abundantemente na água doce e entre o musgo das margens dos tanques ou dos ribeiros.

Na classe dos vermes, temos os anelídeos, isto é, as *minhocas* que todo o povo conhece e que se encontram na terra úmida.

Na água doce, dos lagos, rios, ribeiros e charcos aparece também a *sanguessuga*.

No aparelho digestivo do homem pode viver um verme Platelminta que vulgarmente se chama *bicha solitária*; a mais frequente no nosso meio é a *Ténia armada* (*Tenaria solium*, L.). Há também os *distómios*, vermes que atacam os animais herbívoros.

Um dos nematelmintas é a *lombriga* ou *ascáride* que vive no intestino humano, atacando sobretudo as crianças. A carne de porco pode ser atacada por *triquinose*, isto é, pela *triquina*, que produzindo larvas vão pelos vasos sanguíneos procurar o tecido muscular e podem produzir doença mortal. Nesta classe há também as *cobras de cabelo*, na água doce.

Chamam-se artrópodos (com *pés articulados*) as aranhas, as moscas, os besouros, etc. Este tipo pode dividir-se em crustáceos, aracnídeos, miriápodos e insectos, como já dissemos. Os caranguejos que os lavradores vão buscar para adubo das suas terras são crustáceos muito conhecidos.

Dentre os aracnídeos existe o escorpião ou lacrau (*Buthus europaeus*, L.).

O Dr. Ferreira Nobre, malogrado naturalista do Museu do Pôrto, afirma na sua obra *Animais venenosos de Portugal*, I, pág. 22, 1928, que o lacrau é encontrado nos arredores do Pôrto. O mesmo é confirmado por outros.

Diz o Dr. José do Barreiro, na *Monografia de Paredes*, pág. 160, que o lacrau se encontra em

grande abundância na Serra de S. Tiago, nas freguesias de Beire e Louredo. Esses lacraus são de côr amarela torrada.

Há-os escuros na freguesia de Sobreira. Até os há perto da vila de Paredes, no Monte do Cemitério, na vertente que desce para o lugar da Senhora da Guia. Também os há no concelho de Felgueiras, segundo se lê no belo livro de pomologia, *O Pomar do Adrião*, pelo distinto agrónomo e escritor Sr. Mota Prego.

O escorpião toma a côr dos vegetais onde vive. Os que aparecem, por fortuna raramente, entre a rama verde dos batatais, são verdes também. Estão debaixo das pedras. Não saltam, mas é preciso cautela, porque a mordedura com a ponta da cauda é muito venenosa e muito dolorosa. Se alguém fôr procurá-los, é bom ir prevenido com amoniaco ou ácido fénico, como contra-veneno, mas melhor é não ser mordido. Entorpecidos com o frio da manhã, têm movimentos lentos; com o calor tornam-se ágeis e correm com rapidez.

Conta-se que há muitos anos andou por lá um farmacêutico a caçá-los, para os frigir em azeite, procurando assim, fazer um remédio contra a mordedura deles. Contando eu a um ex-farmacêutico, o mesmo que me deu a relação das ervas medicinais de Paredes, disse-me que, quando teve farmácia, fazia um ungüento de escorpiões, que os alveitares costumavam receitar para dar fricções aos cavalos doentes com dores; e que duma vez mandou à serra de S. Tiago dois homens que, em dois dias, lhe trouxeram quinhentos escorpiões! Comem-os impunemente as galinhas e os perus!» E mais abaixo, observa: «Li algures que os escorpiões são os únicos animais irracionais que se suïcidam; que pondo-se um escorpião dentro dum círculo de brasas, êle anda à roda procurando sair; e vendo que não pode, crava em si próprio o ferrão da cauda, matando-se. Na bela obra ilustrada, *Les Animaux Vivants du Monde*, lê-se

que nos escorpiões, de que há muitas espécies, o cefalotórax é bastante curto, o abdómen comprido e composto de sete segmentos, seguido duma cauda delgada com cinco segmentos, sem contar o aguilhão aguçado e curvo que a termina. Tem três a seis pares de olhos no cefalotórax e adiante um par de grandes patas maxilas. São negros e amarelados. Só saem de noite. De dia escondem-se debaixo das pedras ou nos buracos das paredes. Matam com o aguilhão os pequenos animais de que se nutrem, porque o aguilhão dum grande escorpião preto, como o da escolopendra (centupeia) dos países quentes causa uma ferida tão dolorosa e tão perigosa como a duma serpente.»

O Comércio do Pôrto, de 5 de Março de 1922, transcreve da obra *Les sentiers dans la montagne*, de Maurice Maeterlink, o seguinte, sobre os costumes dos escorpiões e dos insectos chamados *Reza-a-deus*:

«Os costumes conjugais dos insectos são espantosos; e, às avessas do que se passa com todos os outros mundos, é aqui a fêmea que, no par, representa a força e a inteligência, ao mesmo tempo que a残酷和a tirania.

Quasi tódas as núpcias terminam pela morte violenta e imediata do espôso. Freqüentemente a noiva come primeiro um certo número de pretendentes. O tipo destas uniões bizarras poderia ser-nos fornecido pelos *Escorpiões de Languedoc*, que têm, como se sabe, pinças de lagosta e uma longa cauda munida dum aguilhão cuja picada é extremamente perigosa.

Eles preludiam a festa por um passeio sentimental, as pinças tocando nas pinças; depois, imóveis, os dedos sempre unidos, contemplam-se com beatitude, interminavelmente e o dia acaba sobre o seu êxtase, depois a noite, enquanto que eles permanecem face a face, petrificados de admiração. Em seguida, as frontes aproximam-se, tocam-se e as bôcas unem-se; depois de efectuada a união, o macho é trespassado

por um aguilhão mortal, e a terrível espôsa devora-o e digere-o com satisfação:

Mas a *Manta*, o insecto extático, de braços sempre levantados em atitude de invocação suprema, a horrível *Manta religiosa* ou *Reza-a-deus*, faz melhor: come os seus esposos (porquanto, insaciável, ela devora às vezes sete ou oito a fio), enquanto que estes a apertam apaixonadamente contra o seu coração. A fêmea começa por lhe devorar a cabeça, desce ao tórax e só pára quando chega às patas posteriores, julgadas muito coriáceas. Ela repele então os restos infelizes, enquanto que um novo insecto, que esperava tranquilamente o fim do monstruoso festim, avança heróicamente para sofrer a mesma sorte.» (*Maeterlink — ibidem*).

Na classe dos aracnídeos, além da aranha vulgar das casas, temos as *carraças* que se agarram à pele dos cãis e de outros mamíferos.

Os miriápodos acham-se em geral debaixo das pedras, sob a casca das árvores e nas nossas casas, pelas paredes. O estudo dos insectos é muito interessante; os gafanhotos, as borboletas, as abelhas, os mosquitos, as mósca, os percevejos, as joaninhas, etc., são em Gondomar muito freqüentes. O insecto sofre metamorfoses; tem o nome de *larva* ou de *lagarta* quando se trata de borboletas. Têm metamorfoses incompletas os gafanhotos, os grilos e os corta-dedos. Há insectos úteis, como a joaninha que destrói numerosos pulgões, os pirilampos, que comem os caracóis, e os escaravelhos que limpam a terra das porcarias dos outros animais; convém advertir que de entre os coleópteros os mais nocivos, há os *gorgulhos* que roem as sementes, a *cabra-loura* ou *carocha* e os *capricórnios* que roem os troncos das árvores; dos ortópteros, os *gafanhotos* que são verdadeiras pragas, o *louva-a-deus* que é um animal carnívoro, o *ralo*, o *grilo*, as *baratas* e os *corta-dedos*. Dos ortonevrópteros, temos as *libelinhas* ou *tira-olhos* e as *formigas brancas*.

Dos himenópteros, temos as *abelhas*, as *formigas* e as *vespas*. Dos lepidópteros, há o *bicho da sêda*, a *borboleta da couve*, as *traças*, etc. Dos hemípteros, contamos os *pulgões* (¹) que sugam a seiva dos vegetais e a *filoxera* que ataca as videiras; as *cigarras* também sugam a seiva das árvores; os *percevejos* do monte, os das camas e os *piolhos* são parasitas repugnantes. Não têm asas.

Dos dipteros, temos, infelizmente, a mósca doméstica, as varejas, os moscardos, mosquitos e pulgas. Há, na ordem dos tisanuros, o insecto chamado *lapisma* ou *peixinho de prata* que se vê nas paredes e que se esconde de pressa debaixo da mobília, nos quartos.

Os moluscos abrangem os gasterópodos terrestres (lesmas e caracóis) e lamelibrânicos que não são terrestres.

(1) Com a intensificação das culturas, multiplicaram-se os parasitas autóctonus e, como consequência das permutas com terras distantes, apareceram novos insectos e novos fungos daninhos. Da Índia veio-nos a mósca da fruta (*ceratitis capitata*) há talvez um século ou mais. Da Austrália, aí por 1890, veio-nos a icéria (*icerya purchasi*) em acácias e mais recentemente outra cochonilha, a escama doirada (*chrysomphalus dictiospermi*) que está causando graves estragos nas árvores de espinho. Da América do Sul foi importada, via Madeira, a formiga argentina (*iridomirmex humilis*) protectora de rebanhos de cochonilhas e pulgões daninhos que ela pastoreia nas nossas árvores de fruta; estes hemípteros parasitas protegidos pela formiga aumentam extraordinariamente, causando muitos danos às árvores e às frutas.

É por isso que aparecem maçãs bichosas, pêras e nêsperas com pedrado, laranjas mirradas, cobertas de escamas e de fumiginas, tangerinas tocadas, castanhas e pêssegos com a pôlpa minada pelos gusanilhos brancos da fruta. Para evitar estes males, é mister aplicar às árvores tratamentos especiais: lavagens das árvores da folha caduca, antes da rebentação, com caldas simultaneamente insecticidas e fungicidas: calda bordalesa adicionada de óleo, miscível, calda sulfocálcica, concentrada ou carbólíneo, a-fim-de destruir musgos e líquenes, ovos e crisálidas de insectos, micélios e esporos de fungos.

HISTÓRIA DA MALACOLOGIA EM PORTUGAL

É mui difícil analisar todos os trabalhos sobre conchíologia que vêm sendo feitos desde Plínio e Aristóteles até hoje; o século XIII trouxe-nos trabalhos principalmente iconográficos; surgiram as obras de Linneu e Brugnière; no fim d'este século Lamarck e Cuvier; e depois Blainville, Féruccac, Rang, Gray, Phillippi, etc. O livro de Deshayes—*Traité élémentaire de conchyliologie*—contém valiosos documentos para este estudo.

Foi na França que mais se desenvolveram estes trabalhos; mas a Inglaterra tem hoje a sua fauna malacológica quase completamente estudada, mercê do sábio naturalista Jeffreys, embora antes dele já outros, como Hanley, Mac-Andrew e Forbes, tivessem publicado numerosos e interessantes trabalhos sobre as conchas dos mares da Europa. Isto não quer dizer que a Bélgica, a Alemanha, a Suiça, a Áustria e a Hungria tenham desprezado tais estudos, pois são mui numerosos os seus cultores.

Emfim, no princípio do século XIX a malacologia tomou um vasto desenvolvimento. São de muito valor os trabalhos de Vandelli; de todos eles, o mais importante para a nossa fauna é o *Specimen faunæ et floræ*.

Moluscos terrestres de Gondomar

Entre outros:

Pupa umbilicata, Draparnaud.

Pupilla umbilicata, animal mui pequeno, de corpo estreito. Arredores do Pôrto e Valongo, etc.

Vertigo anglica, Féruccac, animal pequeno. Arredores do Pôrto, S. Pedro da Cova, Covelo, etc.

Vertigo pygmea, Draparnaud, animal finamente rugoso, côr de lousa. Arredores do Pôrto.

Clausilia, Draparnaud. *Clausilia rugosa*. Arredores do Pôrto, bem como a *clausilia plicata*. São

das províncias do Norte do País a *Balea perversa* (Linneu) e arredores do Pôrto.

Tôda esta fauna pertence à família das *Pupidae*, que se compõe de cinco géneros.

Fam. — **Succinidæ**

Succinea elegans, Risso. Corpo oblongo e espesso. Arredores do Pôrto, caminho marginal do Douro. Vive sobre as plantas e a terra úmida.

Auriculidæ (Gehyrophila)

Carychium minimum, Müller. Arredores do Pôrto. Vive em lugares úmidos, sobre as pedras e musgos ou pau pôdre.

(Extracto do tômo III, 1908, de os *Anais da Academia Politécnica do Pôrto*, por Augusto Nobre).

Escarabaeídeos ou escarabídeos de Portugal⁽¹⁾

(*Insectos coleópteros*)

Scarabaeus cicatricosus, Luc. Pilulário, *Boticário de charneca*. Tem sido encontrado também nos arredores do Pôrto.

Bubas bubalus (Oliv.). Arredores de Lisboa e do Pôrto.

Onthophagus taurus (Schr.). Arredores do Pôrto, bem como *onthophagus amyntas* (Oliv.), *onthophagus andalusiacus* (Wetl.) e *onthophagus fraticornis* (Preyss.), uma das espécies mais comuns no País. Há também o *onthophagus vacca* (L.) e o *onthophagus canobita*.

Aphodius scybalarius (Fabr.). — Pôrto.

(1) *Estudos sobre os animais úteis ou nocivos à agricultura*, de A. F. de Seabra, Impr. Nac., 1905.

Não cito aqueles que o autor indica como existentes em todo o Portugal. Refiro-me apenas aos dos arredores do Pôrto, pois que estes devem abranger o solo de Gondomar.

Dos Hemiciclorhinus

Psammobius porcicollis, Illiger.—Pôrto.

Nas *Notas entomológicas*, o Sr. Dr. José Maximiano Correia de Barros, tratando da lista dos nomes de Coleópteros que obteve, menciona, dos colhidos neste concelho:

Trechus subnotatus, Dej.; espécie nova para Portugal e já publicada pelo Dr. Correia de Barros numa das Memórias de Estudos do Museu de Coimbra, v. *cardioderus*, Putz. Feira, Gondomar (M. Pimenta), Dr. A. Fleischer.

Leptacinus formicetorum, Marsh. S. Martinho de Anta, Gondomar (M. Pimenta).

Xantholinus angustatus, Steph. Gondomar (M. Pimenta).

Xantholinus atratus, Heer. Gondomar (M. Pimenta).

Cl. — Amphibia (Anfibios)**Ord. I — Urodea (Caudata)****Grupo — Salamandroidea****Fam. — Salamandridæ****Gén. típico — Salamandra, Laur.****Salamandra maculosa molleri, Bedr.**

(N. v.: *Salamandra terrestre*).

Vivípara ou ovovivípara, segundo as condições. Só vai à água nas vésperas da parturição. Fora disso, vive na terra, nos lugares úmidos. Às vezes aparece quando chove. É útil pelo consumo que faz de insectos, larvas e vermes, que prejudicam a agricultura. É comum.

Gén. — **Chioglossa**, Bocage

Ch. Lusitanica, Boc.

Essa espécie é vulgar no Norte do País, exclusiva em área muito limitada, entre Coimbra ao Sul (Beira litoral), entre Douro e Minho e a Galiza. Encontra-se em Valongo, com notável abundância. Foi descrita pela primeira vez (1864), pelo sábio zoólogo português, Dr. Barbosa du Bocage, professor e fundador do Museu de História Natural de Lisboa, o qual tem hoje o nome do insigne zoólogo.

O *habitat* dessa espécie é portanto muito restrito; constitue uma faixa que compreende a Beira litoral, desde Coimbra, a província do Minho e a zona da Galiza confinante com esta província.

(B. Ferreira e A. Seabra, *Cat. Vertebrados de Portugal*. Soc. Port. Sc. Naturais — Lisboa).

Local particular: Ribeira do Inferno, Valongo e Oliveira de Azeméis (Dr. Lopes Gonçalves).

Gén. — **Pleurodeles**, Michah.

Pleurodeles waltli, Michah.

(N. v.: *Salamandra de poço*).

Existe nos arredores, em Valongo e outros sítios. Acomoda-se muito tempo em terra. Possue características diferentes das outras salamandras. O seu *habitat* é limitado às regiões ocidentais da Península ibérica, particularmente na parte Noroeste.

Gén. — **Triton**, Laur.

T. marmoratus, Laur.

(N. v.: *Saramântiga*, *Saramela*).
Abundante no País.

T. boscai, Lat.**T. palmatus**, Schn.

Estas duas espécies são também constantes no Norte de Portugal; a primeira (*T. boscai*) mais conhecida e espalhada, a segunda menos freqüente, mas dispersa desde os arredores do Pôrto até à Galiza.

Ord. — **Anura (Ecaudata) Ranoidea**Fam. — **Ranidæ**Gén. típico — **Rana**, Lin.**Rana esculenta ridibunda**, Pall.*(Rã comum)*

Esta espécie lineana é representada entre nós pela subespécie = *R. esculenta ridibunda*, Pall., que difere em mais dum ponto da espécie lineana. A subespécie nem sempre aparece, sendo substituída pela *R. iberica*, que em partes de Gondomar substitue a primeira, que é uma do grupo colectivo das *temporárias*, que se distinguem pela existência da mancha triangular na têmpora e que aparecem em diferentes regiões da Europa. Esta rã parece ser vulgar nos arredores do Pôrto. O canto é característico.

Fam. — **Bufonidæ**Gén. típico — **Bufo**, Laur.**Bufo bufo** (L.)**Bufo vulgaris** (Laur.)(N. v.: *Sapo ordinário*, S. comum).

E' abundante em todos os pontos do País. Tem hábitos nocturnos e é considerado animal útil, a-pesar-de possuir glândulas de veneno (glândulas cutâneas), porque destrói grande quantidade de insectos nocivos

e suas larvas. O povo detesta-o e tem contra este animal aversão supersticiosa, que se deve combater, por não se justificar.

Bufo calamita, Laur.

(*B. viridis*)

(N. v.: *Sapo*).

E' outra espécie dos arredores do Pôrto e de outras localidades do País, com a qual se dá o mesmo. Tem uma listra verde ou esbranquiçada na linha média do dorso e manchas escuras espalhadas na pele do dorso e profusas no ventre.

Pelobatoidea

Fam. — **Discoglossidæ**

Gén. típico — **Discoglossus**, Otth.

D. pictus, Otth.

(N. v.: *Rã sapo*).

Configuração bastante parecida com a da rã; pele lisa; cabeça pequena e focinho estreito; manchas cutâneas irregulares e muito escuras, às vezes, em séries. Patas menores e mui diferentes das rãs. Órgãos copuladores de forma distinta e agrupados. Hábitos escavadores, semelhantes aos dos sapos. Comum em Gondomar e no Norte do País.

Fam. — **Pelobatidæ**

Gén. típico — **Pelobates**, Wagl.

P. cultripes (Cuv.)

(N. v.: *Sapo de unha preta*).

Pele lisa; ventre muito dilatado; membros curtos; manchas profusas escuras; unha negra no calcanhar. São escavadores e vivem constantemente no lôdo; por isso são difíceis de observar.

Fam. — Hylidæ**Gén. típico — Hyla****Hyla arborea meridionalis, Böttg.**(N. v.: *Reineta* ou *Rela*. — *Rã verde*).

E' arborícola; vive entre as plantas aquáticas ou na margem dos ribeiros e paús. Sobe pelas plantas, mais ou menos, nas horas do dia. Muda de côr, verde-claro, verde-escuro ou verde-azulado, conforme a incidência da luz. O ventre é claro e o macho tem saco gular. As extremidades digitais são arredondadas e achatadas em órgãos adesivos, por meio dos quais trepam e se fixam.

Muitíssimo vulgar nos lameiros de Gondomar.

Cl. — Répteis (*Reptilia*)**Ord. — Chelonia***(Tartarugas)***Fam. — Testudinidæ****Gén. típico — Clemys****Cl. — Leprosa, Schweig**(N. v.: *Cágado, Sapo-concho*).

Vulgar nos ribeiros e riachos.

Cobras**Ord. — Ophidia****Fam. — Colubridæ****Gén. típico — Coluber****C. monspessulana, Herm.**(N. v.: *Cobra rateira, cobra*).

E' o maior dos ofídios que figuram na nossa fauna. Atinge dimensões muito grandes. Pôsto que tenha dente de peçonha, este é posterior e não molesta senão os pequenos animais que constituem o seu alimento — os ratos. Deve ser considerada espécie útil, como tôdas as que atacam os roedores.

É de hábitos nocturnos e entra de noite nas casas, estábulos, etc. É muito comum no Norte.

Gén. — **Natrix**, L.

Natrix natrix (L.)

(N. v.: *Cobra de colar*).

Inofensiva e comum nos campos.

Gén. — **Tropidonotus**

T. viperinus

(N. v.: *Cobra de água*).

Habita nos riachos e ribeiros. É comum e inofensiva. Não possui órgãos venenosos.

Coluber scalaris (Schinz)

(Syn. *Rinechis scalaris*, Schinz)

(N. v.: *Riscadinha ou Cobra riscadinha*).

É comum e inofensiva. Os adultos e vélhos perdem o desenho característico do dorso, ficando reduzido a duas simples faixas dorsolaterais. Muito vulgar ⁽¹⁾.

(1) As serpentes não venenosas pertencem ao grupo das *Colubriformes (Aglypa)*. São desprovidas de dentes de peçonha, embora tenham glândulas secretoras de veneno. Porém as serpentes venenosas (*Toxodontes*) possuem apenas um dente apropriado, inoculador da peçonha. São tipos especializados neste sentido da defesa orgânica. O dente referido é canalulado (*Solenoglyphos*), enquanto o das outras (*Proteroglyphos*) é cancelado e situado adiante no maxilar, ao passo que em algumas é atrás (*Opisthoglyphos*). Tal é a *Cobra rateira (Coluber monspessulanus)*.

As víboras constituem uma família natural (*Viperidae*), cujo gênero típico é a víbora comum (*Vipera* ou *Viper*) que compreende muitas espécies do Antigo e Novo Mundo e que entre nós é representado pela *V. latastei*, Boscá.

A forma da cabeça é bem distinta do pescoço, de focinho proeminente guarnecido de placas, assim como a região facial

Lagartos (*Sauria*)

Os lacertídeos formam um grupo interessante dos répteis, pelas suas formas graciosas e riqueza de colorido, em que dominam os tons verdes, sem exclusão de outros pigmentos, amarelos e vermelhos, que lhes dão a cõr variegada própria de semelhantes animais. Os hábitos são também dignos de nota. Pela maior parte, a reprodução faz-se por oviparidade. Não são venenosos, mas agressivos, principalmente o sardão grande, que freqüenta os campos, as estradas, as sendas e os bosques.

Fam. — **Lacertidæ**

Gén. típico — **Lacerta**, Daud.

Lacerta ocelata, Daud.

(N. v.: *Sardão grande*).

E' o maior dos lagartos europeus e vulgar em todo o País. E' agressivo, sobretudo quando provocado. Não possue órgãos peçonhentos.

e temporal. Algumas têm na frontal uma placa característica, rodeada de outras muito menores (*V. verus*).

Os desenhos sinuosos, ao longo da região dorsal, são caracteres distintivos d'este grupo de serpentes.

Existe hoje um tratamento específico, que não foi contudo experimentado em Portugal, onde dominam os tratamentos populares ou empíricos. (Vid. Dr. Bethencourt Ferreira e Dr. Santos Júnior — *Medicina popular das mordeduras de vibora* — Actas do Congresso Internacional de Antropologia, Pórtico, 1930. — Id. *A Pedra de Cobra*, in *Rev. Lusitana*, t. XXIX, 1934, Lisboa). Na América preparam-se sôros específicos contra as mordeduras dos Viperídeos, com fundamento em determinadas ideias e experiências de imunologia, por meio de preparações de Laboratórios para esse fim instituídos. Os sintomas do envenenamento são múltiplos, concernentes a vários sistemas orgânicos. Os tónicos cardíacos, a cafeína, o óleo canforado, por exemplo, são aconselháveis, para evitar ou prevenir a síncope. O tratamento local é variável, conforme a gravidade dos sintomas e a extensão das lesões.

L. viridis, Daud.(N. v.: *Sardão, sardão pequeno*).

Este lacertídeo é representado na fauna peninsular pelas variedades *Gadowi* e *Schreiperi*, as quais bem identificadas, são apenas formas do mesmo animal na passagem do estado juvénil para o adulto, conforme a interpretação provável dos autores. E' muito vulgar em tôdas as localidades, assim como a outra espécie e de carácter igualmente agressivo.

Lacerta muralis fusca, Bedr.(N. v.: *Sardonisca, lagartixa*).

E' enorme o poder de variação desta espécie, que apresenta, de Norte a Sul, grande número de formas, variedades e raças, que têm sido classificadas, algumas até como espécies distintas e que abundam em tôdas as regiões do País.

Vulgar nos matos, nas estêvas, nas sebes, nos valados, nos montes, como nas planícies. E' inofensiva e muito espalhada em tôdas as regiões.

Em S. Pedro da Cova a *L. muralis* apresenta-se quase exclusivamente com pigmentação escura, talvez pelo facto de habitar em terreno da mesma cor. E' o caso de mimetismo.

Existem também as **Osgas**, com que o vulgo antipatiza instintivamente, aliás sem motivo nenhum, porque são absolutamente inofensivas. A mais comum e espalhada em todo o País é a

Tarentola mauritanica(Syn. *Plachydactylus muralis*)(N. v.: *Osga*).

que se encontra nos muros velhos e nos telhados e às vezes dentro das habitações, nas quais pode desempenhar o papel protector contra as moscas, que caça ordinariamente e outros insectos de que se nutre.

AVICULTURA

(AVES DOMÉSTICAS)

Em Gondomar não há quem dedique cuidados especiais à avicultura. As aves domésticas que são o galo, a galinha, o pato, o peru e o pombo, bem como pássaros de gaiola, como o canário, a rôla, o melro, o pintassilgo, etc., não demandam tratamento muito dispendioso. As aves de caça, de que adiante nos ocuparemos, não constituem fonte de receita. A galinha é, sobretudo, a ave mais útil e mais vulgar. Não há casa alguma, mesmo a do pobre, que não possua uma pequena capoeira. Os lavradores, êsses então, como têm largos campos de cultura, espalham os frangos, galos e galinhas pelos caminhos e hortas, depenicando, às vezes estragando as sementeiras ou desbastando as hortaliças.

Aqui há pouco cuidado em conservar e apurar raças, ou cruzá-las. Em todo o caso, bom será que se diga que as galinhas de um ano, juntas a um galo de dois anos dão na sua descendência uma mais forte proporção de fêmeas do que se o galo fôr de um ano; e, pelo contrário, se às galinhas de dois anos dermos um galo de um só ano, o número de machos da descendência será maior que o das fêmeas. Para a reprodução devem usar-se os ovos mais frescos. Uma galinha não cobre mais de quinze ovos, mas pode suportar até dezóito.

Em Gondomar existe por tôda a parte a criação destas aves, não se podendo calcular bem o número de cabeças.

Há também *garnisés*, que são aves de luxo. O pato e o peru são criados em casas abastadas.

Em todo o País o número total de galinhas era de 5.523.820, em 1900, na importância de 13.809\$550 réis. A estatística do mesmo ano dá: pombos, 1.104.760, importando em 441\$904 réis; perus, 200.860, no valor de 903\$870 réis; e patos, 451.940, valendo 768\$298.

O Decreto n.º 20.883, de 13 de Fevereiro de 1932, cria um Pôsto Central de Avicultura.

O pombo correio

É bem sabido que esta ave tem o instinto de regressar ao lugar onde nasceu. Já se referem a este assunto os mais antigos escritores, como Aristóteles, Varrão e Plínio. Lendo o Vélho Testamento, vê-se que o patriarca Noé confia na pomba que no dilúvio guia a sua arca. O uso de criar e educar pombos existia entre o povo de Israel. Na Grécia anunciam-se os nomes dos vencedores dos jogos olímpicos por meio dos pombos correios. Entre os sículos e os gregos educavam-se pombos mensageiros nos pombais sagrados do templo de Vénus. O templo de Vénus Afrodite, em Chipre, tinha o mais vasto pombal sagrado. Modernamente, os pombos, perdendo o culto dêsse remoto paganismo, não perderam a função económica e desportiva das suas proveitosas tendências. Gondomar tem apaixonados cultores dos pombos correios. Quando há uma imponente festa cívica, milhares de pombos esvoacam pelas alturas, como nuvens brancas, a anunciar a solenidade do acto público.

Há clubes columbófilos: um na freguesia de S. Cosme, três em Valbom, três em Rio Tinto e um em Fânzeres. São aproximadamente 500 os sócios filiados e há cerca de 10.000 pombos.

Os pássaros de gaiola que são em geral canários, melros e pintassilgos, têm apaixonados cultores com viveiros, como os Srs. Damião dos Santos Couto, José Gomes Cardoso e José Martins dos Santos, na vila; e em Valbom, o Sr. Barnabé França.

FAUNA ORNITOLÓGICA GONDOMARENSE

NOMENCLATURA CIENTÍFICA E POPULAR DAS AVES DO CONCELHO

RAPINAS DIURNAS

Falco subbuteo subbuteo, L., *Tagarote* (raro).
Falco tinnunculus tinnunculus, L., *Peneireiro*, c. (¹)
Accipiter nisus nisus, L., *Gavião*, c.
Buteo bu. buteo, L., *Minhoto*, p. c.

RAPINAS NOCTURNAS

Tyto alba alba, Scop., *Coruja*, c.
Athene noctua vidalii, Rechm., *Mocho*, c.

PÁSSAROS

Alcedo atthis ispida, L., *Pica-peixe*, c.
Upupa epops epops, L., *Poupa*, c.
Caprimulgus eur. europeus, L., *Boa-noite*, *Noitibó*, c.
Apus ap. apus, L., *Pedreiro*, *Guincho*, c.
Cuculus canorus, *Cuco*, c.
Picus viridis sharpei, Saunders., *Pêto*, *Pica-pau*, c.
Jynx tor. torquilla, L., *Papa-formigas*, c.
Hirundo rust. rustica, L., *Andorinha*, c.
Delichon urb. urbica, L., *Andorinha*, c.
Muscicapa str. striata, *Papa-mósca*, c.
Muscicapa hypoleuca hypoleuca, Pallas, *Taralhão*, c.
Troglodytes trog. troglodytes, L., *Carriça*, *Carriinha das moitas*, c.
Turdus mer. merula, L., *Melro*, c.
Turdus v. viscivorus, L., *Tordeia*, p. c.
Turdus ph. philomelus, Brehm., *Tordo*, m. c.

(¹) A abreviatura *c* quere dizer *comum*; *p. c.*, *ponto comum*; *m. c.*, *muito comum*.

- Turdus musicus, L., *Tordo*, c.
 Turdus pilaris, L., *Tordo*, p. c.
 Prunella modularis obscurus, Tratz., *Negrinha*, c.
 Erithacus rubecula melophilus, Hartert, *Pisco*, c.
 Phœnicurus ochrurus gibraltariensis, Gm., *Ferrugento*, c.
 Luscinia meg. megaryncha, Brehm., *Roussinol*, p. c.
 Saxicola r. rubetra, L., *Chasco branco*, c.
 Saxicola torquata hibernans, Hart., *Chasco*, *Cartaxo*, c.
 Hyppolais polyglotta, Vieill., *Felosa*, *Filós*, c.
 Sylvia c. communis, Latham., *Papa-amoras*, c.
 Sylvia b. borin, Boddaert., *Papa-figos*.
 Sylvia at. atricapilla, L., *Toutinegra*, c.
 Phylloscopus c. collybita, Vieill., *Felosa*, *Filós*,
Feleca, c.
 Phylloscopus tro. trochilus, L., *Felosa*, c.
 Lanius s. senator, L., *Picanço*, *Tanjarro*, c.
 Parus m. major, L., *Chapim*, *Chincharravelho*,
Megengro, c.
 Parus c. cæruleus harterti, Tratz., *Chapim*, *Chincharravelho*, etc., c.
 Parus ater vieiræ, Nicholson., *Chincharravelho*, c.
 Aegithalos caudatus taiti, Ingram., *Rabilongo*,
(raro).
 Certhia brachydactyla ultramontana, Hartert.,
Trepadeira, c.
 Motacilla a. alba, L., *Alvéola*, *Lavandisca*, *Arvela*, c.
 Motacilla a. lugubris, Temminck., *Lavandisca*,
Alvéola, c.
 Motacilla c. cinerea, Tunstall., *Lavandisca amarela*, c.
 Anthus tr. trivialis, L., *Petinha*, *Sombria*, c.
 Anthus pratensis, L., *Petinha*, *Sombria*, c.
 Alauda ar. arvensis, L., *Calhandra*, *Laverca*, m. c.
 Lullula a. arborea, L., *Cotovia*, c.
 Galerida cristata pallida, Brehm., *Cotovia de poupa*, c.

- Chloris ch. aurantiiventris, Cabanis., *Verdilhão*, c.
 Coccothraustes c. coccothraustes, L., *Bico-grosso*
sudo, p. c.
 Fringilla cœ. cœlebs, L., *Tentilhão*, *Pimpalhão*, c.
 Carduelis carduelis, *Pintassilgo*, c.
 Carduelis cannabina mediterraneæ, Thschusi.,
Milheiro, *Pintarroxo*, c.
 Serinus canarius serinus, L., *Serezino*, *Cheregi-*
nho, c.
 Petronia p. petronia, L., *Pardal francês*, p. v.
 Passer d. domesticus, L., *Pardal*, c.
 Emberiza cirlus, L., *Cia*, *Escrevedeira*, m. c.
 Emberiza cia cia, L., *Escrevedeira*, *Cia*, p. c.
 Sturnus vu. vulgaris, L., *Estorninho*, m. c.
 Sturnus unicolor, Temm., *Estorninho*, *Tornilho*, c.
 Corvus c. corone, L., *Corvo*, *Gralha*, c.
 Corvus fr. frugilegus, L., *Gralha*, *Corvo*, *Grelha*,
 m. c. no inverno.
 Garrulus glandarius fassiatius, Brehm., *Gaio*, c.
 Pica p. melanotos, Brehm., *Piga*.
 Coturnix c. coturnix, L., *Codorniz*, c.
 Streptopelia tu. turtur, L., *Rôla*, c.
 Sterna h. hirundo, L., *Gavina*, *Gaivina*, p. c.
 Sterna alb. albifrons, Pall., *Gavina*, *Tagarela*,
Ferreirinho, p. c.
 Larus ri. ridibundus, L., *Garrincho*, *Gaivota*, p. c.
 Larus fuscus affinis, Reinhardt., *Gaivota*, c.
 Vanellus v. vanellus, L., *Galispô*, c. no inverno.
 Charadrius apricarius, L., *Tarambola*, c. no
 inverno.
 Charadrius dubius curonicus, Gm., *Borrêlho*, c. no
 inverno.
 Tringa hypoleucus, L., *Rolinha do mar*, *Maçarico*
das rochas, c. no verão.
 Capella g. gallinago, L., *Narceja*, c. no inverno.
 Burhinus œ. œdicnemus, L., *Alcaravão*, *Galinha*
do mato, p. c.
 Otis tet. tetrax, L., *Cizão* (raro).

APICULTURA

O Ministério da Agricultura não esqueceu a *Apicultura*, uma das mais rendosas indústrias subsidiárias do lavrador. É digna de todo o louvor a deliberação do departamento nacional da Agricultura, organizando os serviços oficiais da Apicultura em Portugal. O nosso País possui uma flora que permite alcançar quantiosas produções de mel superior ao melhor do estrangeiro. Esta indústria não deve representar um passa-tempo de ociosos:—o exemplo formidável do trabalho colectivo que nos fornecem as infatigáveis abelhas, deve servir-nos de lição para abandonarmos o egoísmo vergonhoso... A-pesar-do nosso atraso, quer no Continente, quer no nosso Império Ultramarino, ocupamos o primeiro lugar entre os fornecedores de cera animal. Aproveitemos, porém, a lição que nos dão os países estrangeiros neste ramo de vida agrícola.

Hoje, todavia, o *Pósto Central do Fomento Apícola* (¹) encarregar-se-á dos trabalhos técnicos, no que fôr incumbido pela Comissão Central de Apicultura, que nelas superintende. E para estabelecer uma maior ligação entre os apicultores duma determinada região, organizaram-se as Comissões Regionais de Apicultura. Preciso é que Gondomar vele pela propaganda e incremento da Apicultura. É que com a descoberta do açúcar de cana, foi progressivamente diminuindo, em todo o mundo, o consumo do mel; e assim fomos substituindo as vélhas iguarias e doces temperados com mel que de geração em geração tinhamos recebido dos romanos e muito especialmente dos árabes, por guisados franceses que são o tormento do estômago e a ruina da saúde.

O mel, como remédio, é de uso antiquíssimo.

(1) Este *Pósto Central de Fomento Apícola* é regulado pelo Decreto n.º 20.417, de 21 de Outubro de 1931.

Ele exerce uma influência benéfica sobre os órgãos interiores, a boca, a garganta e o aparelho digestivo.

É mesmo usado contra a cólica, constipação, dores de cabeça, reumatismo, tumores, inflamação de pulmões, hemorragias, febres biliosas, queimaduras, etc.

A legislação apícola estava contida no nosso Código Civil, art. 402º (1.º e 2.º) e seu § único.

Também se ocupa das abelhas a última lei da contribuição industrial, na tabela A, que comprehende indústrias, profissões, artes ou ofícios, sobre que recaem taxas fixas ou por indicadores especiais que não podem fazer grémio.

Cada prensa ou vara (cera)	4\$00
Colmeias (de 31 a 90).	\$80
Cada colmeia a mais	\$10

Há tempos o Pôsto Central do Fomento Apícola, por intermédio das regedorias das diversas freguesias, enviou um questionário pedindo aos apicultores o favor de informarem o seguinte: «Quais as raças de abelhas existentes nesta freguesia; tipos de colmeias móveis que se encontram; qual a colmeia móvel que dá melhor resultado; número de cortiços existentes; número de colmeias móveis existentes; em que época se faz a colheita principal; a produção média dos cortiços, em mel e cera; como é que se extraí o mel; o preço da venda e retalho de mel e cera; o preço da venda por grosso de mel e cera; as doenças e inimigos que costumam atacar as abelhas; principais apicultores desta freguesia e número aproximado de colmeias que possuem».

O mesmo Ministério da Agricultura, por intermédio do Pôsto Central do Fomento Apícola, vem realizando um inquérito sobre o estado do desenvolvimento da apicultura nacional.

Em 100 concelhos do continente (dos 272 existentes) apurou-se o seguinte: 181.059 cortiços; col-

meias móveis, 5.547. O distrito do Pôrto, em 10 concelhos onde se fêz o apuramento, conta 6.459 cortiços e 479 colmeias.

No País deve haver uns 500.000 enxames. A produção anual de mel deve dar em todo o território continental 1:120.000 quilos; e de cera 970.000 quilos. Dando ao mel o valor médio de 5\$00 o quilo (o proveniente das colmeias é bem mais valioso), a colheita de mel em anos normais atinge a cifra de 5:600.000\$00.

Dando-se à cera o valor de 2\$00 o quilo, a sua produção pode ser computada em 1:940.000\$00.

Quere dizer: a exploração apícola deve dar um rendimento anual de 7:540.000\$00. ⁽¹⁾

É uma bela fonte de receita! Dizia Michelet: «A abelha é o pequeno pontífice alado do himeneu das flores». E que de vantagens ela traz à produção da arboricultura. Vejam:

Em 1910, numa reunião da «Associação dos Apicultores Inglês», Mr. Cowan, autor de vários estudos apícolas, fêz uma conferência sobre a intervenção das abelhas na fecundação das árvores frutíferas. Citou o caso da esterilidade dum extensíssimo pomar de pessegueiros Alexander, pertencente a um seu amigo. O colmeal mais próximo estava distante uns 8 quilómetros. Por conselho de Cowan, esse amigo instalou abelhas no meio do pomar. No ano seguinte, foi necessário estacar os pessegueiros que vergaram ao peso de milhares e milhares de frutos. Tais experiências são comprovadas por outros erú-

(1) Os agricultores do alto concelho dedicam-se à exploração apícola, mas quase sómente como indústria caseira. Quando há anos estive em casa do Sr. Coelho da Rocha, em Melres, na companhia de alguns amigos, fui por S. Ex.a recebido gentilmente. No fim do lauto jantar, como sobremesa, foram servidos deliciosos favos de mel, das suas colmeias. Quanto ao valor da cera e do mel, veja-se a tarifa camarária do ano de 1935, a págs. 292, dêste volume

ditos apicultores, como o professor Waugh, da Escola de Agricultura de Massachussets, dos Estados Unidos da América do Norte, o professor Gregório Kojewzikow, director do Museu de Zoologia da Universidade Imperial de Moscovo, etc., etc. Por isso Chateaubriand afirma que «as abelhas são a vanguarda dos lavradores e que elas são o símbolo da Civilização e da Indústria que pre-anunciaram».

Em 1921, o Sr. Eduardo Sequeira publicou uma interessante obra, *As abelhas* (4.^a edição, em 2 vol.), que é utilíssima a todos os apicultores. No 2.^o volume, falando das diversas localidades onde se cultivam as colmeias, refere que «em Sobrado, localidade distante uns 3 quilómetros da Estação de Valongo, na linha férrea do Douro, realiza-se todos os anos, em Agosto, na véspera e dia de S. Tiago, uma feira exclusivamente destinada à compra e venda de abelhas». Fala dos modernos aperfeiçoamentos para o desenvolvimento desta indústria, afirmado que uma vez postos em prática fariam anualmente correr de cada colmeia rios de mel. Fala também da cera, que é segregada pelos anéis da parte posterior do corpo d'este insecto e não, como a princípio se julgava, proveniente do pólen das flores elaborado no estômago das abelhas e expelido pela boca. As freguesias do nosso concelho mais montanhosas e arborizadas, como S. Pedro da Cova, Jovim, Sousa, Medas, Melres e Lomba, onde mais intensamente se cultiva esta indústria, muito podem contribuir, pelas condições de seus recursos, para uma mais abundante colheita d'este ramo de riqueza agrícola.

Muitos ou melhor, quase todos porém os apicultores do nosso concelho tratam das abelhas mais por curiosidade do que por modo de vida; quase todos ainda hoje mantêm nesta pequena cultura os cortiços ordinários.

A Terra, periódico agrícola, de Lisboa, de 30 de Abril de 1934, publicou uma notícia sobre uma sessão promovida pela Junta Central da Campanha da Pro-

dução Agrícola e Pôsto Central de Fomento Apícola, em que tomou a palavra o ilustre engenheiro-agronomo Sr. Luiz Quartin Graça, que entre outras cousas, disse:

«Portugal possue, de facto, condições óptimas para o desenvolvimento da apicultura. O clima, a flora, espontânea e cultivada, permitem não só a existência dum número elevadíssimo de colónias de abelhas, mas também a obtenção dos mais variados tipos de meis, alguns dos quais, podemos afirmá-lo, não têm rival no mundo!»

De facto, desde os mais escuros — para muitos, «feios», mas tão característicos e valiosos pelas suas propriedades reconstituintes e higiénicas — colhidos na urze e que constituem a base da produção do Minho e Beiras, passando pelos avermelhados, castanhos, amarelos, acinzentados, aos ambarinos, da laranjeira e do rosmaninho, de parte do Alentejo e dos arredores de Lisboa, tão agradáveis ao paladar e sedutores aos olhos do consumidor, indo até aos branco-creme, como os da giesta e das frutíferas da região do Douro e doutras, podemos organizar uma escala completa de tonalidades e de sabores susceptíveis de agradar aos mais difíceis paladares e aos mais exigentes apreciadores.

Não pode ter, entre nós, a apicultura como aspecto normal, a feição industrial que atingiu nos países novos do Novo Continente. Devemos encará-la como uma exploração subsidiária, com o seu lugar marcado na grande, média e pequena propriedade. E', por exceléncia, uma indústria caseira, um complemento da actividade do trabalhador da terra.

E graças à colaboração dedicada, patriótica e tão louvável como desinteressada — prova magnifica de inteligência, de trabalho e de isenção tão surpreendente nos tempos que correm — dos cento-e-setenta membros das cinqüenta-e-quatro Comissões Regionais de Apicultura, a sua acção não tem passado desapercebida e assim, o Pôsto Central do Fomento Apícola é já hoje conhecido no mais ignorado recanto do Norte ao Sul do País.

Não tem sido só no campo didáctico da orientação técnica ou da propaganda que temos actuado. Tem-se feito fomento «de verdade». Promoveu-se e acarinhou-se a formação de 26 Cooperativas de Apicultores, das quais 16, espalhadas por seis distritos do continente, receberam do Estado, como subsídio de instalação, 2.000 colmeias, no valor superior a 100.000\$00. E, dentro em breve, outras tantas serão distribuídas, perfazendo o total de 4.000 fontes inesgotáveis que inundarão de mel muitos lares, na maioria humildes, contribuindo assim para a sua alegria, higiene é bem estar.»

SERICICULTURA OU SERICULTURA

(O BICHO DA SÉDA)

É uma borboleta esbranquiçada, com um corpo grosso e quatro asas curtas, listradas no través e chanfradas nos bordos que ficam horizontais no descanso. As antenas são plumosas e as peças da bôca formadas como as da borboleta da couve. Os anéis do tórax são soldados uns aos outros. Tem metamorfoses completas.

A fêmea põe 30 a 50 ovos muito pequenos, donde saiem lagartas pequenas, indolentes e muito vorazes de fôlhas de amoreira. São esbranquiçadas e têm no antepenúltimo anel uma saliência ou corno. Depois de algumas mudas, passam ao estado de crisálidas, envolvendo-se num fio de sêda e formando um casulo em forma de ôvo, geralmente branco, mas que pode ser amarelado ou esverdeado. Ao fim de 11 a 15 dias têm atingido o estado de insectos perfeitos e saem para fora dos casulos, amolecendo-os com um líquido que lhes escorre da bôca.

A criação do bicho da sêda está hoje espalhada por toda a parte; esta indústria chama-se *cericicultura*.

Os ovos, a que vulgarmente se dá o nome de *semente* ou *sirgo*, são submetidos a um calor brando, na ocasião em que as fôlhas da amoreira estão bem desenvolvidas.

Delas saem lagartas que têm ao princípio dois milímetros de comprimento, mas vão crescendo e mudando de pele. A sua criação faz-se em caixas ou tabuleiros em que se lançam fôlhas de amoreira. Depois da última muda, o bicho da sêda começa a trepar pelos ramos secos colocados ao seu alcance e ei-lo a fiar um casulo cuja construção exige três a quatro dias. O casulo apresenta três camadas, das quais a média é formada por sêda pura. Dentro dele passa a fase da crisálida, que dura 15 a 20 dias, terminados os quais a borboleta fura o casulo e sai para o exterior. Os casulos furados têm pouco

valor; por isso não se deve deixar sair a borboleta, matando-a dentro do invólucro ou com água quente, ou por meio do calor seco. Este insecto pertence à classe dos lepidópteros.

Em Gondomar pouco se cultiva o bicho da sêda.

Quanto ao grande valor desta indústria, já pelos fins do século XVII dizia judiciosamente o padre Rafael Bluteau: «É uma agricultura, esta da sêda, com que no espaço de três meses se faz a colheita. É negócio com que, sem correr mares e arriscar vidas, sem embaraçar mercancias, nem esperar retornos, na própria casa, com os domésticos se trata. É uma mecânica, sem a qual não poderia trajar a nobreza, nem com mil castas de paramentos luzir a igreja. É uma fábrica em que cada morador, sem portas nem janelas faz no ar uma casa, em que certos dias se agasalha. É uma vindima, cujos obreiros deixam aos donos o fruto e se contentam com a fôlha. É uma oficina em que os oficiais naturalmente são tecelões, e a seu tempo, de dia e de noite trabalham. É uma feira em que só um género tem saída e em tôdas as casas tem entrada. Finalmente é uma mina de ouro em fio; e tão rica, que seu preço tem tudo quanto dela se tira».

A lavra nas sêdas é muito antiga entre nós. Portugal foi o primeiro país cristão da Europa que produziu sêda.

Pelos princípios do século VIII, os árabes trouxeram à Península as primeiras sementes do sirgo. À implantação da criação do bicho da sêda nos califados de Córdova e de Granada, parece terem sucedido muito pròximamente as primeiras tentativas no Norte do País. Do resultado que tiveram essas experiências dá prova abonatória o foral que, em 1233, o arcebispo de Braga, D. Silvestre Godinho, de passagem em Chaves, deu aos acoutados de Ervededo, ordenando que a fôlha da amoreira se não vendesse para fora do couto e estabelecendo, entre

muitas outras disposições, que do sirgo que se criasse lhe pagariam a sua parte em casulos.

Foi, pois, em Trás-os-Montes que em Portugal nasceu esta indústria. Aí continuaram sempre a criação do sirgo e o fabrico da sêda. Em 1472 pediram os povos a D. Afonso V se ordenasse a plantação de amoreiras, tal era a emulação que a riqueza do reino de Granada, com a sua expansão serigena, causava entre os nossos maiores, que reconheciam ser o reino português bastante apto para o desenvolvimento do sirgo. Mandou o soberano às comarcas do reino determinação para que todos os seus vizinhos e moradores plantassem cada um vinte pés de amoreira ou as enxertassem em figueiras.

E parece que surtiu efeito esta ordenação, por quanto outras notícias do mesmo reinado confirmam o notável incremento que tomou a indústria das sêdas estendendo-se do Norte do País ao Sul, como se vê de uma carta de privilégio passada em 25 de Agosto de 1542 a uns tecedores de sirgo residentes em Évora.

O Marquês de Pombal continuou promovendo a indústria serigena, e, entre outras providências, convém registar as seguintes: os regulamentos, os privilégios, e a instituição da direcção geral das fábricas de sêda, graças às quais as nossas regiões serigenas lograram então pleno desenvolvimento.

Por alvará de 6 de Janeiro de 1802 foi autorizada a criação dumha medalha especial para premiar os indivíduos beneméritos da lavra das sêdas. Em 1889 determinou-se a elaboração dum projecto de sirgaria central, destinada a produzir semente sã dos bichos da sêda para se fornecer às sirgarias particulares, a fim de por elas se restabelecer a nossa indústria serigena. Em Outubro de 1891, criou-se uma estação sericícola em Mirandela, destinada especialmente a habilitar pessoal nos serviços de incubação e criação de sirgo, na produção do casulo e na semente, como também no conhecimento das doenças mais

vulgares do bicho da sêda e na cultura da amoreira ⁽¹⁾.

Estudos especiais feitos no estrangeiro têm demonstrado serem as larvas portuguesas, de entre tôdas as conhecidas, as mais resistentes às doenças que flagelam as sirgarias.

E foi Pasteur que em 1868 encontrou no sirgo português o germe das suas moléstias. «O estudo da nosologia do bombicite português mostrou, diz Rocha Peixoto em *A Terra Portuguesa*, que as epizootias dizimantes eram a pebrina e a flacidez, já anteriormente diagnosticadas nas sirgarias estrangeiras e por descuidos cujo exemplo o sericultor de cá não soubera ou quisera ter em conta. O que há pois a fazer? Evitar a hereditariedade dos morbos pela selecção das sementes do nosso bicho».

MAMÍFEROS DO CONCELHO

Chamam-se assim os vertebrados que têm o corpo coberto de pêlos e que nos primeiros tempos da vida se alimentam de leite. Certos mamíferos prestam excelente serviço e são de grande utilidade ao homem. São deles as seguintes riquezas: carne, leite, pêlos, peles, chifres, ossos e gorduras.

Falaremos apenas dos do nosso concelho. Como quiróptero, temos o morcego; e como insectívoro, a toupeira. Como roedores, temos o coelho, a lebre, o porco-espinho e o rato. Na classe dos carnívoros, o gato, o cão (galgo, o terra-nova, o perdigueiro, o serra-da-estréla, o castro-laboreiro, etc.), o lôbo, a raposa, a marta, a fuinha, o furão, a lontra, a doninha e o texugo. Mas os animais domésticos, mais úteis

(1) Sobre o fomento sericícola, pode ver-se o Decreto n.º 18.604, de 12 de Julho de 1930 (1.ª série). O Decreto n.º 20.691, de 30 de Dezembro de 1931 extingue a Comissão Central de Sericicultura, criada pelo Decreto n.º 18.604, e organiza em sua substituição a Junta Nacional de Sericicultura.

ao homem são o boi, a vaca, o carneiro e a ovelha, a cabra, o chibo, o bode, o cavalo, o burro, o jumento e a jumenta, o porco e o coelho.

O boi é criado para a produção do trabalho agrícola e transportes. Há talvez 770.000 cabeças de gado bovino em Portugal. Em Gondomar este gado é numeroso, porque há a grande indústria da lavoura e a grande produção de leite. O nosso boi é em geral *barrosão*, como se vê da estampa a págs. 275, deste volume; mas há também o boi de haste curta e a vaca *turina*, raça holandesa, adaptada há mais de dois séculos, cuja produção de leite varia de 900 a 4.800 litros em 300 dias; estas boas vacas dão em média neste prazo 2.000 litros. O leite das vacas nacionais aproveitado anualmente orça por 55:000.000 de litros. Toda a carne do gado bovino deve atingir 21:500.000 quilogramas; representam riquezas importantíssimas, o trabalho, os estrumes e os 80 a 160 mil couros, no valor de 12.000 a 18.000 contos. Só os distritos de Braga e Pôrto devem ter cerca de 100.000 cabeças! Os lavradores aproveitam os bois enquanto eles podem trabalhar; quando estão já cansados, metem-nos ao aido, para engorda. Ao fim marcham para o matadouro. O nosso porco (beirão) (¹) só produz carne e estrume. O carneiro e a ovelha são criados para exploração da carne e da lã. Há em Portugal 3:700.000 cabeças de gado ovino. O nosso distrito não é dos mais abundantes d'este gado; no entanto é mais vulgar nas freguesias do alto concelho e as ovelhas dão um excelente leite, como a jumenta e a cabra.

O leite desta misturado com o desnatado de vaca dá uns queijos muito apreciáveis; e quando misturado com o da ovelha, dá o excelente *queijo de correr* ou queijo amanteigado.

(1) Aparece raramente pelos montes do alto concelho o javali ou porco-montês que, por destruir as plantas úteis, é perseguido a tiro.

Cada cabra pode dar dois a quatro quilos de pelo, para estofo, tecidos, etc.

Cada cabra gorda pode produzir seis a oito quilos de cebo. Cada caprideo, mantido no estábulo, pode produzir anualmente cerca de nove a dez quintais métricos de bom estrume.

Há cabras que chegam a parir três, quatro e até cinco filhos; mas, como o aborto é muito freqüente, por serem tímidas, devem ser tratadas com carinho. Algumas têm duas parições anuais, o que se deve evitar, porque as enfraquece.

Emfim, as cabras, como as ovelhas, têm por função económica produzir carne, crias, leite, manteiga, queijo e estrume.

Antigamente grandes rebanhos de cabras, à sôlta, pelos caminhos danificavam as sementeiras e plantações. As diversas vereações municipais viram-se obrigadas a multar e a prender seus guardadores ou donos, a-fim-de cortar os abusos e danos.

Há anos a Câmara de Gondomar viu-se obrigada a proibir as cabras; e assim na sessão de 6 de Março de 1851, publicou uma postura semelhante à da Capital, porque só assim se evitariam os prejuízos que este gado causa:

Art. 1.^º— Ficam proibidas as cabras neste concelho. Art. 2.^º— São apreendidas tôdas as que se encontrarem, arrematadas segundo a lei e o seu produto, pagas as despesas, será dividido ao meio, parte para o Cofre Municipal, parte para os apreensores. Art. 3.^º— Permite-se aos particulares ter até duas cabras, dos muros dos seus bens, tão somente para o consumo do leite, mas que não saiam fora dos mesmos edifícios e que tenham licença. Art. 4.^º— Fica revogada a Postura desta Câmara publicada por Edital de 25 de Abril de 1842.

Hoje as espécies existentes quase vivem em regime estabular, e estão muito reduzidas, se bem que tais animais são, a todos os títulos, muito úteis à Humanidade.

Uma boa cabra adulta, bem explorada, pode produzir desde um a doze litros de leite por dia, em três mungiduras diárias.

Cada cem litros de leite pode produzir de dez a vinte quilogramas de bom queijo. Cada cem litros de leite pode produzir três a quatro quilogramas de boa e saborosa manteiga.

O LEITE

O Governo, tendo em consideração este grande ramo de alimentação, mandou proceder ao arrolamento do gado leiteiro do continente e ilhas adjacentes.

O Decreto n.º 12.812, de 11 de Dezembro de 1926, pela Direcção Geral do Ensino e Fomento, estabelece que, sendo indispensável, para iniciar o inquérito de que trata o Decreto com força de lei n.º 12.368, que sejam conhecidos, primeiro que tudo, os efectivos do gado leiteiro nacional, «em todo o território do continente da República e ilhas adjacentes, e de harmonia com os editais que as administrações de concelho afixarão, todos os proprietários de gado explorado com o fim, exclusivo ou não, da produção de leite, ou os seus responsáveis, devem manifestar, perante o regedor da freguesia onde o gado existir, o número de cabeças do mesmo que, pelas 24 horas do dia 31 de Janeiro do próximo ano (1927), possuirem ou tiverem à sua responsabilidade».

Do Sr. Dr. Américo Pires de Lima, na sua obra *O valor higiénico do leite do Pôrto (Contribuição para o seu estudo)*, Pôrto, 1911, colhemos informes aterradores sobre as doenças transmissíveis da vaca ao homem — febre aftosa, carbúnculo, vacina, raiya, mastite séptica, diarréia aguda e tuberculose. É que o leite é um esplêndido veículo de germens de doenças epidémicas — a febre tifoíde, dífteria, escarlatina, cólera e tuberculose.

Do resultado de 56 análises de amostras do leite que se vendem pelas ruas da cidade do Pôrto, chegou

o autor à conclusão de que a análise química, como processo único de fiscalização sanitária do leite, é absolutamente insuficiente, tornando-se portanto indispensável completar esta análise pelo exame microbiológico. Termina: «E assim, como conclusão final, pode estabelecer-se que o leite do Pôrto, na sua grande maioria, senão na sua totalidade, é, em face da higiene moderna, impróprio para consumo e perigoso para a saúde pública».

DISTRIBUIÇÃO DO LEITE. NÚMERO DE LEITEIRAS

Ao todo em 1928 estavam matriculadas na Repartição de Pecuária, da cidade do Pôrto, 263 leiteiras de Gondomar, pertencentes às cinco freguesias mais vizinhas da cidade, Rio Tinto, Fânzeres, S. Cosme, Jovim e Valbom. O maior contingente é de Rio Tinto, com 160 leiteiras. S. Cosme e Fânzeres dão o menor número. Mas calculando aquelas que distribuem o leite pelas casas vizinhas da localidade e que não estão matriculadas, podemos avaliar em umas 100 a mais, o que perfaz o número de 363. Se admitirmos que nas restantes freguesias haja a terça parte do movimento comercial, teremos ainda 120 leiteiras e portanto o número total do concelho, elevado a 483 mulheres empregadas na distribuição do leite.

Quantos litros de leite será distribuído diariamente dentro de barreiras da cidade?

Não podemos averiguar ao certo; mas supondo que cada leiteira vende, em média, 18 litros diários, e havendo matriculadas umas 263, teremos 4.734 litros de leite distribuído na cidade. Distribuído pelo concelho será em número de 1.800 litros, nas cinco freguesias referidas. E que diremos das seis restantes freguesias, S. Pedro da Cova, Sousa, Covelo, Medas, Melres e Lomba?

Todos os dados são imprecisos, porquanto não é fácil averiguar o consumo deste género de alimentação.

Ainda assim, supondo que estas freguesias con-

somem metade das outras quatro, teremos calculado em 2.367 litros diários que, somados aos 4.734 consumidos na cidade, dão o total de 7.101 litros de leite que as vacas leiteiras do concelho poderão fornecer por dia, se alguns ocultos litros de água ou de qualquer mixórdia, de mistura, não entrarem no cálculo... ingenuamente feito.

O semanário local *A Nossa Terra*, de 11 de Julho de 1931, publicou o seguinte:

Concurso de vacas leiteiras

No primeiro concurso, para aquilatar a genuinidade e salubridade do leite de consumo na cidade do Pôrto, promovido pela Câmara Municipal, onde este concelho se fez largamente representar, por intermédio do seu Sindicato Agrícola, coube o 3.º prémio, uma medalha, ao nosso prezado amigo e conterrâneo, Sr. Manuel Ribeiro de Almeida, importante agricultor e Presidente do Sindicato Agrícola de Gondomar.

Foram também contemplados com uma medalha o Sr. José Joaquim da Silva, de Vila Cova, Rio Tinto, e com menção honrosa os Srs. Domingos Sousa Neves, de Fânzeres, Francisco Alves de Oliveira, Manuel Vieira de Sousa, de Valbom e Domingos Ferreira Barbosa, de Vila Cova, Rio Tinto.

Não funciona actualmente nenhuma desnatadeira, como indústria, no concelho.

PALEONTOLOGIA RELATIVA À REGIÃO DE S. PEDRO DA COVA E COVÉLO

Já, a págs. 379, dêste volume, tratámos da flora fóssil desta região. Alargaremos agora o nosso trabalho, expondo o que se tem escrito sobre a estratigrafia desta zona carbonifera e sua riqueza paleontológica.

Sobre este curioso estudo, é muito de apreciar o livro do Sr. Nery Delgado—*Étude de Stratigraphie Paléontologique*, subtítulo de *Système Silurique du Portugal*, de 1908, que a págs. 106 apresenta o quadro das espécies do silúrico inferior (série ordoviciana) de Valongo. E' bastante extenso; e como não se refere propriamente à região do nosso concelho,

lembro apenas aos leitores a conveniência, para um estudo especial, de compulsar esta obra. No número paleontológico cita *Crustacea* (17), *Cephalopoda* (4), *Pteropoda* (2), *Heteropoda* (1), *Gastropoda* (6), *Lamellibranchiata* (12), *Brachiopoda* (5), *Echinodermata* (2) e *Cœlenterata* (5).

Mais recentemente sobre a idade dos depósitos carboníferos de S. Pedro da Cova e a transgressão do antrocolítico sobre o silúrico, foi publicado pelo falecido Sr. Dr. R. de Serpa Pinto, um extracto do tómo XVII dos *Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto* (1932), publicados sob a direcção do Dr. F. Gomes Teixeira, em que versa os trabalhos geológicos de Daniel Sharpe, nascido em 1806, e como justificação, diz que «como os trabalhos de Sharpe, além do interesse histórico, ainda hoje têm valor paleontológico, com as rectificações de Carlos Ribeiro, Nery Delgado e Paúl Choffat principalmente, organizamos esta nótula, como ligeiro subsídio bibliográfico do fundador da paleontologia portuguesa».

E comenta: «É o esboço do corte mais tarde apresentado, notando-se já a confusão que fez classificar de silúricas as camadas antracíferas, por não ter sido percebida a transgressão».

Mais adiante esclarece: «Na sessão de 29 de Novembro de 1848, da Sociedade Geológica de Londres, Sharpe leu a memória sobre a geologia dos arredores do Pôrto, publicada no ano seguinte. Contém a descrição das rochas cristalinas: granito, gneisses, micaxistas, xistos, e o granito porfiróide por sienito; delimitadas sem grande rigor.

No corte da Foz do Douro a Baltar, onde também há muitas incorrecções, aparece pela primeira vez a ideia do anticinal do Pôrto, figurando no eixo o granito, sobre o qual repousam micaxistas, concepção que por seu turno impediu talvez que mais cedo se estabelecesse a verdadeira idade dos depósitos carboníferos. A-pesar-da determinação de *Pecopteris Cyathaea* entre os fósseis de S. Pedro da Cova, Sharpe

não deu pela transgressão do antracolítico sobre o silúrico, patente no corte e atribuiu a «carboniferous series of San Pedro da Cova» à base do silúrico». Ainda em 1852, diz ele, persiste a opinião errada relativamente a S. Pedro da Cova.

Carlos Ribeiro, nesse ano, escreveu sobre S. Pedro da Cova uma memória, «em que reconhece o engano a que fôra induzido pela inversão do silúrico sobre o antracolítico, memória que pela sua importância foi traduzida em alemão e inglês, para corrigir os erros que já corriam mundo». (¹)

Parte dêste assunto foi já tratado no 1.º volume desta obra, a págs. 165 e seguintes, quando se trata da parte geológica geral. Vejamos outro interessante estudo:

Em 1931, o Sr. Dr. J. Carrington Simões da Costa, publicou, como dissertação para doutoramento, na secção de Ciências Histórico-Naturais da Faculdade de Ciências da Universidade do Pôrto, um excelente trabalho a que deu o título de *O Paleozóico Português*; está distribuído por cinco capítulos: o câmbrico (²), o silúrico, o devónico, o antrocolítico e a tectónica. No primeiro, principia por dizer que a fauna cambriana em Portugal só foi encontrada num afloramento do Alto-Alentejo, desde a margem direita do Guadiana, próximo a Elvas, até além de Alter do Chão.

No segundo capítulo diz que foi em 1848 que Rebelo de Carvalho indicou a existência de terrenos

(¹) Ribeiro, C. Memórias sobre as minas de carvão dos distritos do Pôrto e Coimbra, etc. Mina de carvão de S. Pedro da Cova (1853). Lisboa, 1858. Tradução e resumo em: «Neues Jahrbuch fuer Mineralogie», 1862, p. 257; e «The Quarterly J. of the Geol. Soc. of London», 1863. XIX. 2. p. 9.

(²) O nome do sistema câmbrico foi começado a usar em 1833 e aplicado por Sedgwick nos terrenos mais antigos do país de Gales (em lat. *Cambria*). Até então o complexo de estratos sedimentares, que precedem os depósitos mais antigos de carvão de pedra, eram descritos com a denominação comum de *terrenos de transição*, ou da *grauvaque*.

silurianos (¹) em Portugal, no seu livro *Considerações gerais sobre a constituição zoológica do Alto-Douro*—Pôrto, 1848. Esta classificação, acrescenta, abrangia todos os sedimentos paleozóicos e agnostozóicos, à excepção do Arcaico, e foi baseada exclusivamente em caracteres petrográficos. «Um ano mais tarde, Sharpe indica a existência duma fauna constituída por *trilobites*, *orthis*, *graptolites*, etc., e conclue a existência do Silúrico inferior abrangendo nêle depósitos algonquianos, silurianos, devonianos e carboníferos da região de Valongo».

Trata depois largamente das bacias hidrográficas do Mondego, quanto à sua constituição geológica para observação dos fósseis do Tejo e do Douro. Quanto a este rio, declara que a região melhor estudada é a de Valongo. «Aí as camadas ordovicianas apresentam uma prega anticinal, constituindo o seu eixo a Serra de Santa Justa. O «Skiddaviano», impelido no seu movimento por formações mais antigas sobre que assenta, levantou sobre si nos dois ramos anticlinais as formações xistosas correspondentes ao «Llanvirniano» e ao «Llandeiliiano», apresentando-se em parte vertical, flabeliforme. Todo este conjunto rompeu através do «Gothlandiano». A este acidente segue-se uma falha que atravessa uma parte do Silúrico superior, passando a pouca distância do limite do afloramento granítico de S. Romão de Coronado. Esta mesma falha, ou outra que lhe fica paralela, estabelece a ligação com a formação da colina de S. Félix, próximo à Póvoa do Varzim, cujos estratos se estendem, em parte cobertos por depósitos cenozoicos, até ao mar.

(¹) O carácter petrográfico do silúrico varia muito, mas as rochas predominantes são: arenitos, piçarras argilosas, grauvaques e às vezes calcáreos, bem como conglomerados, quartzitos, piçarras aluminíferas, margas e dolomias. O nome *silúrico* foi dado por Murchison, por se achar tipicamente representado na Inglaterra, em região que foi habitada pelos *Silures*.

O «Skiddaviano» difere um pouco das anteriores regiões. É menos quartzoso, sendo a verdadeira quartzite rara. A rocha, na maioria dos casos, é um xisto grosseiro micáceo ou uma grauvaque xistóide micácea. Nestes depósitos só aparecem *Cruzianas* e *Vexillum*, faltando *Arthropycus* e *Scolithus* e nos seguintes, que são francamente argilo-xistosos, já encontramos *Graptolites* e *Trilobites*.

E mais abaixo: «O aspecto especial que na região de Valongo toma o «Skiddaviano» vem-nos indicar que estes depósitos se formaram a uma maior distância da costa. O «Llandeiliiano» é francamente argilo-xistoso, muito rico em ardósia. A parte inferior é caracterizada por grande abundância de *Orthis noctilio*, contendo ainda uma fauna variada com muitas *trilobites*, em geral de pouca envergadura, o que não sucede na parte superior onde tomam um grande desenvolvimento, chegando a apresentar dimensões insólitas.

As formas mais notáveis são: *Uralichas Ribeiroi*, *Calymene pulchra*, *Acidaspis Buchi*, *Dalmania Vertillarti*, *Dionidæ formosa*, *Illænus giganteus* e *Placoparia Tourneminei*.

A seguir diz que um grande número de espécies de *graptolites* típicas do «Valentiano», como *Mono-graptus triangulatus*, *convolutus*, *Sedgwicki*, *spiralis*, etc., existem nas formações xistosas que lhe são nitidamente superiores. «Nos depósitos xistosos gothlandianos ainda se notam fósseis importantes, como *Balboza Bohemica* e *anomala*, *Cardiola striata* e *Monograptus priodon* e *colonus*». Nota que a fauna dos nódulos é inteiramente diferente da dos xistos; é fauna gothlandiana e até do «Wenlokiano». Os xistos amplitosos são do Silúrico superior.

Cita nesta zona algumas formas do género *Harpes* e um depósito xisto-gresoso com *Homalonotus*, *Orthoceras* e pequenos braquiópodes que pertencem aos grés superiores de S. Félix.

Ainda sobre este assunto explica que «na passa-



Em cima — *Calymene pulchra* — Silúrico — Covêlo, Gondomar
Em baixo, à esquerda — *Illenus giganteus* — Silúrico inferior — Covêlo, Gondomar
À direita — *Pecopteris arborescens* — Carbonífero — S. Pedro da Cova

gem do «Ordoviciano» para o «Gothlandiano» deve-se ter dado um levantamento do fundo do mar. Este movimento iniciou-se provavelmente na região Valongo-S. Félix, durante a época em que no Buçaco a erupção diabásica estava na sua maior actividade, continuando-se na bacia do Tejo — Amêndoа — Portalegre — não atingindo porém o grande afloramento do Alentejo. Um movimento em sentido contrário se deu pela mesma ordem e atingindo os mesmos depósitos que, quando muito, no princípio do «Wenlockiano» já correspondiam a uma notável profundidade. Em todos os afloramentos a base é grosseiramente detritica, não apresentando fósseis». Estes depósitos, diz, pertencem ao «Tremadociano». Apresenta depois o quadro-síntese da bacia do Douro.

No capítulo *O devónico* (¹), o citado autor principia por dizer que «na Península Ibérica as formas devonianas encontram-se geralmente em pequenos retalhos isolados, sempre, quando do Eodevónico, em contacto com o Silúrico e parecendo serem concordantes os seus depósitos». Afirma depois que em Portugal não é conhecido o Mesodevónico e que o Eodevónico encontra-se sempre ao contacto do Silúrico. «Entre nós, diz ele, em muitos pontos a profundidade das águas diminuiu notavelmente no final do «Gothlandiano», pois, aos xistos amplitosos e de nódulos com *Cardiolas*, *Balbosæ*, etc., que correspondem a sedimentos finos argilosos depositados em águas relativamente profundas, seguem-se formações gresosas indicando um regime mais litoral. Um novo abaixamento se deve ter dado na base do Devónico, que só apresenta depósitos mais grosseiros na região

(1) O estabelecimento do sistema devónico pertence à Inglaterra, como o do cámbrico e silúrico. O nome de *devónico* foi proposto em 1839 por Murchison e Sedgwick para o complexo de camadas que na Inglaterra meridional (Devonshire e Cornwall) ocupam o lugar intermediário ao silúrico e ao permo-carbónico.

de Portalegre (grés de S. Mamede) e em Valongo (grés e quartzites do segundo horizonte).

Passa depois a fazer a observação minuciosa de cada afloramento de Norte para Sul.

A nós, gondomarenses, por isso que S. Pedro da Cova confina com as terras de Valongo, interessa-nos apenas esta região. Assim se exprime o Sr. Dr. Carrington Simões da Costa: «**Valongo — S. Félix.** — Na região de Valongo a existência do «Gediniano» é incontestável e os seus depósitos foram confundidos por Delgado com alguns nitidamente gothlandianos. Apresenta três horizontes diferentes. O superior, constituído por um xisto cinzento-escuro com manchas esbranquiçadas, muito micáceo, contém únicamente crinóides de braços fortemente pinulados. O médio é gresoso e o inferior de xistas finos de tons variados, ambos fossilíferos. As formas mais importantes são: no médio, *Homalonotus*, cfr. *gigas*, *Spirifer Mercuri*, *Orthothetes hipponyx*, *Avicula pseudolævis*, *Bellerephon bilobatus* e *Bellerephon Megalophalus*.

No inferior, *Phacops intermedius*, *Phacops Bronni*, *Retzia Haidingeri*, *Tentaculites* e *Pleurodictyum* (¹).

Alonga-se seguidamente em considerações sobre os depósitos do «Gediniano» e passa a analisar várias espécies de fósseis dessa zona, de classificações discutíveis.

Faz depois um estudo das formações geológicas da bacia do Tejo.

(¹) «Nery Delgado, na lista das espécies do Silúrico superior de Valongo, indica a existência, no lado ocidental e portanto na parte encostada ao Antracolítico, de alguns fósseis idênticos aos que aparecem no «Coblenciano» de Rates, como *Phacops*, cfr. *Potieri*, *Aviculopecten* e *Strophomena*, cfr. *pecten*. Porém, em todo o trabalho não há a mais pequena indicação sobre o local exacto em que foram colhidos. Por mais que tentássemos, não conseguimos obter formas que nos indicassem a existência do «Coblenciano» no afloramento de Valongo. Esta, contudo, é lógica, e natural é que mais tarde ou mais cedo venha a ser confirmada.»

No capítulo quarto, *O antracolítico*, diz que o mais moderno período paleozóico se apresenta em Portugal com duas facies. «A mais antiga, marinha, ao Sul numa grande extensão; a outra, continental, em pequenos retalhos, Moinho da Ordem, Buçaco, S. Pedro da Cova». Acho interessante transcrever na íntegra este trabalho, porque revela o autor o aturado estudo que fez desta região e dos autores que versaram este assunto.

Diz ele: «Este afloramento foi o primeiro estudado por Sharpe, mas considerado como pertencendo à base do Silúrico, com a designação «Carboniferous series of San Pedro da Cova». Já no estudo da região do Buçaco o mesmo autor e Carlos Ribeiro indicam a existência do Carbónico com *Pecopteris Cyathea*. Aproximadamente pela mesma época Charles Bonnet apresenta as formações marinhas do Alentejo-Algarve como pertencendo parte ao Silúrico, parte ao Devónico, muito embora não tivesse encontrado fósseis». Fala da primeira lista destes que foi publicada em 1870 por Nery Delgado, nos seus *Breves apontamentos sobre os terrenos paleozóicos do nosso país*, e esclarece que alguns desses fósseis dessa região foram enviados ao Prof. Ferdinand Roemer, de Breslau, que confirmou a existência de *Pecten Munsteri*, *Goniatites sphaericus*, *Gon. mixolobus* e *Calamites transitionis*; e referindo-se aos depósitos continentais, diz que «nos trabalhos de Sharpe são mencionadas apenas catorze espécies da flora fóssil. Pela grande abundância de *Odontopteris* e *Pecopteris*, especialmente *Pec. cyathea*, *arguta* e *oreopteridis*, supôs que a bacia do Buçaco pertenceria ao Carbónico, muito embora aparecesse representado o género *Walchia* que lhe dava um cunho permiano». Vem em seguida Carlos Ribeiro que conta 46 espécies e depois, em 1865, aparece uma obra de conjunto estudando a flora dos três afloramentos.

Mais abaixo declara que Wenceslau de Lima chegou a fazer o estudo da flora da bacia de S. Pedro da Cova, mandando imprimir muitas estampas que

se encontram nos Serviços Geológicos; porém o texto é desconhecido, supondo-se que esteja em poder dos seus herdeiros. Mais nenhuma publicações de envergadura até hoje foram feitas sobre as floras antracolíticas.

Cita Paul Choffat que enviou a Piérre Pruvost um certo número de fósseis (formações de facies marinhas) que deram lugar à publicação de uma comunicação muito interessante; fez-se então um estudo mais minucioso das formações que até então correspondiam ao «Culm» (¹), apresentando-se quatro zonas todas caracterizadas por cefalópodos; e quanto aos depósitos hulheiros de Moinho da Ordem e de S. Pedro da Cova, devido à sua flora com *Pecopteris Cyathea*, parece-lhe pertencerem ao «Estefaniano»; e quanto aos do Buçaco, concorda com Wenceslau de Lima, atribuindo-os ao «Antuniano».

Ocupando-se da *facies continental*, que é a que nos interessa, começa por dizer: «Ao Norte do País, os depósitos antracolíticos constituem uma estreita faixa, restos dum muito mais extensa formação poupada à acção dos agentes de erosão pelo pregueamento e deslocamento das camadas. Estende-se encostada ao Silúrico ou ao Devónico desde Craz, onde se perde coberta pelos sedimentos do «Plioceno», até ao Sul de Laundos, entre Seixo e Granja. Interrompida, só torna a aparecer na margem da ribeira de Este, próximo de Balazar, e seguindo daí mais ou menos ininterruptamente na direcção SE, por Ermezinde até Gafanhão, no distrito de Viseu, com um prolongamento, também ligado ao Silúrico, a Norte da Vila da Igreja. Estes depósitos contêm antracite, sendo dois os grupos de minas que se encontram em regular exploração. Um a Norte na

(1) Os Alemãis deram o nome de *culm*, do lat. *culmen*, aos estratos do calcáreo carbonífero que formam o tecto dos terrenos próprios da grauvaque e que terminam no devónico.

margem direita do Rio Douro — de S. Pedro da Cova —, o outro na margem esquerda e que vai desde o lugar de Germunde, à beira-rio, ao lugar do Pejão. Em geral os combustíveis são tanto mais antigos quanto menos ricos são em substâncias voláteis. Poderia portanto concluir-se que a existência de antracite no Norte e da hulha no afloramento do Moinho da Ordem, vinha garantir-nos uma razoável diferença de idades, o que de facto se não dá! Foram as acções mecânicas que operaram essa transformação. Refere-se ao depósito antracolítico do Norte, quanto à sua constituição e aos depósitos, ao Sul do Douro; e em seguida, falando dos depósitos já menos litorais em que os xistos, muito mais finos, se apresentam com restos de plantas dilaceradas e mal conservadas, e conchas de animais de água doce ou suas impressões, esclarece: «A descoberta destes, feita por J. T. Wattison⁽¹⁾, foi duma enorme importância, pois veio revelar-nos, como já tivemos ocasião de tornar notado nos nossos «Novos elementos para o estudo geológico da região de Valongo», a existência em Portugal de um andar do Antracolítico inferior com facies continental.

E para marcar bem a importância desta descoberta, nota que nas formações continentais a estrutura duma bacia é muito complexa e irregular; a utilização estratigráfica desta flora apresenta muitas dúvidas, «supondo alguns geólogos que a sucessão de floras será simplesmente uma sucessão de associações vegetais determinadas por modificações geológicas locais, e portanto, sem valor cronológico geral». Os fetos sobretudo têm contribuído «para se reconhecer os caracteres florísticos de cada um dos andares».

Os artrópodos e os seres lémnicos são uns bons

(1) J. T. Wattison — *Notas paleontológicas sobre os arredores do Pôrto* — Com. à Assoc. Port. para o Progresso das Ciências — Pôrto, 1926.

fósseis, « visto raras serem as espécies da fauna continental dêste período que tenham encontrado condições de vida idênticas durante um largo espaço de tempo, ou que, sendo suficientemente adaptáveis aos diversos meios, tenham podido sobreviver bastante ou não tenham sofrido modificações na forma. Por isso que os diferentes tipos específicos duraram menos tempo, a fauna dos andares inferiores se torna diferente da dos superiores. «Foi, diz o ilustre autor, baseando-se na flora, nas intercalações marinhas — estas existindo em geral sómente nos níveis inferiores — e nas formas continentais e de água doce, que Ch. Barrois, Pruvost e Paul Bertrand organizaram uma série de zonas paleontológicas actualmente em geral aceites ». Mais abaixo nos diz que «a flora do depósito carbonífero do Norte só foi estudada por Bernardino António Gomes, e afora algumas formas que foram colhidas por Wattison e classificadas pelo Dr. R. Kindstone, de Stirling na Escócia, como *Sphenopteris* sp; *Pecopteris arborescens*, *Pecopteris unita*, *Neuropteris* sp., *Callipteridium gigas*, *Annularia sphenophylloides* e *An. stellata*, apenas há a descrição dum novo *Dicranophyllum* — *D. Lusitanicum* — feita por Wenceslau de Lima ⁽¹⁾.

Conclue por afirmar que, embora haja falta da localização das espécies, além do «Westfaliano» também está representado o «Estefaniano» naquela faixa, por isso que *Pecopteris arborescens* é considerado fóssil típico da parte inferior dêste andar ».

Outra formação, com flora semelhante, é «a que vulgarmente é conhecida por «Carbónico do Moinho da Ordem». Está situada no concelho de Alcácer do Sal, freguesia de Santa Suzana. Depois de falar da sua constituição geológica, escreve: «A flora é bastante semelhante à de S. Pedro da Cova. Como

(1) Flora fóssil de Portugal — Monografia do género *Dieranophilum* — Lisboa, 1888.

ali, aparecem: *Sphenopteris cristata*, *Pecopteris Cyathea*, *P. hemitelioides*, *P. oreopteridis*, *P. Candollei*, *P. Lepidodrachis*, *P. Pluckneti*, *Calamites Suckowi*, *C. Cisti*, *Asterophyllites equisetiformes*, *Annularia stellata*, *A. sphephylloides* e *Cordaites borassifolius*. Devem, portanto, pelo menos em parte, ser contemporâneas.»

Trata também da região do Buçaco, considerando-a a mais moderna formação paleozóica portuguesa.

Wenceslau de Lima estudou «uma dezena de espécies, algumas delas comuns aos depósitos este-fanianos de S. Pedro da Cova», acima citadas.

Finalmente, no capítulo quinto, sobre a tectónica, e relativamente a S. Pedro da Cova ou Valongo, diz que «entre as épocas correspondentes ao Carbónico médio e superior se definem claramente os grandes movimentos orogénicos, concordantes com os pregueamentos hercinianos», segundo a opinião de Hernández-Pacheco; «sendo para ele indiscutível que a ausência das séries permianas e a disposição horizontal dos grés triássicos demonstram, de acordo com os estudos feitos sobre os afloramentos andesíticos e diabásicos da Serra Morena, que no Pérmico e sobretudo na sua base ainda se não tinha chegado a um estado de tranquilidade orogénica». Os movimentos hercinianos, segundo o Prof. Fleury, em Portugal produziram-se no fim do Antracolítico inferior, sucedendo-se àqueles movimentos ante-neodevonianos.

O Sr. Dr. Carrington conclue por admitir, a este respeito, que de facto êsses movimentos hercinianos «tivessem começado ao mesmo tempo ou até um pouco mais tarde do que em Espanha, visto haver tôdas as probabilidades da existência de depósitos uralianos e nestes se encontrar restos vegetais».

A PESCA NO RIO DOURO

DIREITOS REAIS, HISTÓRIA E LEGISLAÇÃO A TAL RESPEITO.—ESTATÍSTICAS

No 1.º volume, págs. 325, recordei a vida fluvial dos pescadores de Valbom, a propósito dos direitos aduaneiros sobre o tráfego no rio Douro, no século XIII. A matéria, porém, merece mais largo desenvolvimento, porque interessa a toda a gente de Gondomar, mormente aquelas freguesias que são banhadas pelo rio. A situação geográfica da nossa terra e a abundância e variedade das espécies ictiológicas são a causa da grande fama que desde a mais remota antiguidade mantivemos como povo de pescadores. Antes que Portugal se constituisse em nação livre, sabe-se que um dos artigos de largo comércio dos Fenícios era o peixe salgado, levado por eles da nossa península; mais tarde, ainda sob o domínio cartaginês e em seguida sob o jugo dos Romanos, desenvolveu-se extraordinariamente o exercício da pesca, tanto fluvial, como marítima. O nosso País, melhor do que a vizinha Espanha, está dotado de óptimas condições para a criação do peixe; e assim se explica que, ao longo das margens bem lindas dos nossos rios, se estabelecessem os mais antigos e ainda florescentes povoados; assim se comprehende que desde o inicio da nossa existência política, uma parte importante do povo português se entregasse ao labor da pesca, tanto fluvial, como marítima. E como não haveria de ser assim, se nenhum país do mundo tem praias tão lindas, ou peixes tão saborosos? Gondomar é banhado ao Sul pelo caudaloso rio Douro, que contém em suas águas côr de lhama e prata uma grande e antiga riqueza de indústria piscatória. Já nas *Inquirições*, de Afonso III, ou seja do ano de 1258, o soberano teve o cuidado de investigar os direitos que por



ventura lhe tocavam pela pesca duriense. E assim, na freguesia de Jovim, quem lançar tresmalho (rêde) no Douro, dará a el-rei um sável por ano. Não era costume dar lampreias; na freguesia da Sousa, os que pescavam no Douro com tresmalho davam ao mesmo o primeiro sável, não pagando lampreias.

Em Mouratãis (*sic*), freguesia de Valbom, vivia na margem do rio o mordomo (do rei) e cobrava todos os direitos (*navaaos*) dos barcos que andavam no rio.

Em S. Cosme também o mordomo recebia os *navaaos* e todos os direitos de el-rei, acérca do rio Douro.

Quanto a Melres, no *Treslado per enqueriçom do foral e terra de Meliores a que agora chamam Merles*, o capelão daquela igreja de Melres, interrogado sobre o rio Douro, disse que quantos barcos aí andassem à pesca deviam dar uma quarta parte de quantos sáveis e de quantas lampreias fossem pescadas; isto até Março, porque desde esse mês de Março até Maio seguinte dariam um térço, pescando de dia, e uma quarta parte, de noite; e findo o Maio, nada dariam.

Pelas inquirições daquele remoto tempo, se pode calcular que não era para desprezar o valor da pesca no nosso rio; e não só do nosso, como também de toda a pescaria portuguesa que atinge o seu período áureo no século XIV, quando os moradores de Lisboa e Pôrto, fizeram, em 1353, um tratado com o rei Eduardo III da Inglaterra, para a exploração recíproca das costas dos dois países. Para o leitor avaliar da alta importância desta indústria, basta dizer que a pescaria do atum, já então, rendia 80 contos, moeda daquele tempo, como nos mostra o *Livro antigo das Almadravas*. E já que recordo este assunto, lembro também que o nosso D. Fernando, a-pesar-de se deixar cair nos braços da sedutora Leonor Teles, não desprezou o fomento desta indústria, porque dava de graça as madeiras aos que construíssem navios

de mais de 100 toneladas, isentava de direitos todos os materiais de construção naval, tornava gratuito o embandeiramento, e criava bôlsas de seguros marítimos nas duas cidades — Lisboa e Pôrto, como descreve o seu cronista Fernão Lopes.

Oliveira Martins, no seu admirável *Projecto de lei*, de Fomento Rural, de 1887, acrescenta que tôda a legislação daquele monarca servia «para nos abrir as portas do Oceano, desviando-nos da obra menos brilhante, mas mais sólida, de consolidar a riqueza interna, obra em que tínhamos gasto três séculos com os resultados esplêndidos que por tôda a parte se viam».

Os governos posteriores à época fernandina não descuraram esta fonte de receita pública. As leis de 21 de Julho de 1562 e de 1 de Julho de 1565 formam um autêntico código de pesca e de caça, de justa combinação com as disposições contidas nas *Ordenações* e com os regimentos do monteiro-mor. E assim, essas leis proibiam a pesca de rête nos rios e lagoas de água doce, com mossas e covões nos meses de Março, Abril e Maio, excluindo únicamente os sáveis, bogas e tainhas; e proibiam em qualquer tempo a pesca com rês varredouras, tresmalhos e galritos dobrados, impondo às Câmaras Municipais a obrigação de darem o modelo das rês. Proibiam ainda corromper a água dos rios, lançando-lhes trovisco, barbasco, coca ou cal.

E como eram feitas as rês daqueles tempos?

Segundo o Sr. Baldaque da Silva, no seu livro *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, 1891, a pesca no primeiro século da monarquia portuguesa, resumia-se às águas interiores e, quando muito, à zona costeira, porque o litoral era freqüentemente infestado pela pirataria dos Árabes. As rês usadas então eram as *avargas* e as *savaares* que correspondem às rês *varga* e *saval* que ainda hoje existem, consistindo a primeira em um único pano de emmalhar e a segunda em uma rête de tres-

malho (¹), isto é, de três panos sobrepostos, também de emmalhar. Diz o mesmo autor que nesse tempo os pescadores trabalhavam por imposição dos senhores, que se apropriavam do produto da exploração, apenas lhes deixando uma pequena parte para sua alimentação diária. Nos mosteiros, condados, etc., havia gente encarregada da pesca para a comunidade e ai daquele que descaminhasse algum pescado... era açoutado severamente!

Qual seria o tipo do barco antigo do rio Douro?

Diz o mesmo autor que êste barco, com a proa avançada e a popa quadrada, aparelhava com uma vela de pendão, içada em um mastro situado a meio, governando com uma espadela. As actuais embarcações dêste rio ainda são muito semelhantes a êste tipo, que reúne condições de forma e manobra, adequadas à navegação fluvial em correntes caudalosas, podendo atracar a margens abruptas ou escarpadas com a sua comprida e elevada proa.

E' antiquíssimo o uso das pescarias e das rês chamadas *camaroeiras* ou de *conchinha*, neste rio, existindo diferentes acórdãos do senado da Câmara do Pôrto, de 1560 e 1561, estabelecendo a bitola das malhas permitidas na pesca e proibindo certas rês nocivas à repovoação do peixe, nas águas dêste rio.

Pelo citado tratado de 20 de Outubro de 1353, se

(¹) Tresmalho no rio Douro.

No *Real Arquivo*, Livro I, de Doações (Chancelaria) de D. Afonso III, a fl. 69, col. I, encontra-se a transacção feita entre o rei e o bispo e cabido do Pôrto, sobre a pesca com tresmalho no rio Douro. Data de 20 de Fevereiro de 1340.

E remotando a tempos mais antigos, verificamos que não eram para desprezar as colheitas da pesca no rio Douro. Quem ler um *contrato de venda da quarta parte dum prédio, sito na «vila» de Zebreiros, e de parte de certa piscina «(pesqueiro)» da margem do mesmo rio*, que se contém numa carta autógrafa pertencente ao Mosteiro de Moreira, escrita em latim bárbaro, com a data de 1070, reconhece que Concita, filho de Soares, vende a Gonçalves Guterres e à sua espôsa, além de terras lavradas, bravias, e montes, *as rações que nestas pescarias tem no Douro*. (Este documento vem nas colecções do Port. Mon. Hist.).

vê que esta indústria empregava na pesca marítima as embarcações chamadas *rascas* e *caiques*.

Sabe-se que Valbom ribeirinho foi uma grande colónia de pescadores; mas até nós não chegaram estatísticas da antiga exploração piscatória.

Apenas pudemos colher o *Mapa das embarcações de pesca e tripulantes de Valbom, no ano de 1888*, que é o seguinte, segundo o mesmo autor:

<i>Pesca costeira e fluvial</i> — Barcos . . .	150;	tripulantes	300
<i>Pesca do alto</i> — Lanchas	8;	»	222
<i>Total</i> — Embarcações . . .	158;	»	522

Pelo Mapa da importância da pesca nos portos do Departamento Marítimo do Norte, referido ao ano de 1886, vê-se que Valbom, como estação de pesca, é a segunda do País; no número de empregados na pesca, Póvoa de Varzim ocupa o primeiro lugar. Valbom nesse ano, em pescaria explorada, tirou 280.000 quilogr. de peixe, no valor de 23.766\$590 réis; quanto ao valor do material de pesca, as embarcações e jangadas, em número de 158, valiam 4.975\$000 réis e os aparelhos de pesca, 9.340\$000 réis. O valor total representativo da importância desta estação era de 38.081\$590 réis. Em Gondomar estão registadas 213 embarcações, das quais 41 estão empregadas no transporte de passageiros e exercício da pesca, durante a época própria; e mais 47 que se destinam sómente à pesca do sável, além de 2 para uso particular.

No rio Douro, as principais espécies de peixe são: a lampreia, o sável, a enguia, o barbo, a boga, o escalo, a taínya, o muje e a ruivaca.

No rio Sousa: a boga, o escalo, a enguia e a truta ⁽¹⁾.

(1) A Foz do Sousa, pequena povoação na margem direita do rio Douro, tem também grande importância por causa da pesca do sável e da lampreia, principalmente no sítio chamado *Moinho do Verdugo*, que é um excelente pesqueiro. Mas desta praia não pudemos colher estatísticas.

No rio Ferreira: a boga, o escalo, a enguia e a truta.

No rio Tinto: a boga, o escalo e a enguia.

No rio Tôrto: a boga, o escalo e a enguia.

No rio Gramido: a enguia, o escalo, a boga, a truta e a ruivaca.

No rio Alboinha: idem.

No rio Aguiar não há peixe.

No rio de Marecos pesca-se a boga, o escalo e a enguia.

Nos restantes, a mesma produção.

E, já que apresentei o mapa da importância da pesca, relativo a Valbom e o valor dela e das embarcações, juntamente com as variedades ou espécies ictiológicas, nos rios do nosso concelho, seja-me permitido lembrar também a legislação do pescado, desde os vélicos tempos. Já citei o que consta das *Inquirições*, de D. Afonso III,^o e mais remotamente, o que nos diz no século XI uma carta autógrafa do Mosteiro de Moreira, a respeito da pesca na *vila* de Zebreiros. Mas desde quando o pescado paga imposto? D. Afonso Henriques, no foral dado à cidade de Lisboa, ordena que o pescado pague imposto; e o seu sucessor D. Sancho, em 1195, também noutro foral, manda que o pescado fique sujeito ao imposto de seis dinheiros por cada carga, que saia para fora da terra; os pescadores pagavam a dízima e cada barco de peixe pagava um dinheiro. Em 1420, D. João I estabeleceu a *dízima nova* do pescado. Este imposto sofreu grandes modificações no reinado de D. Manuel; como se vê, já antes deste monarca, o produto da pesca era uma importantíssima verba tributável; e os sucessores dele não descuraram a sua regulamentação. Numa nota estatística do tempo de D. João III, imos encontrar a seguinte declaração:

«Os duques de Bragança e de Viseu cobram 9.000 cruzados cada um do rendimento da dízima do pescado.»

E já nos nossos tempos, o Decreto de 6 de No-

vembro de 1830, cujas disposições foram reguladas pelo Decreto de 28 de Novembro de 1842, promulgava que todos os barcos de pesca fôssem matriculados, com uma licença anual para o exercício dessa indústria, mediante o pagamento de 3\$000 réis de direitos e 480 réis de emolumentos, abolindo todos os direitos, contribuições, dízimas, gabelas ou imposições que, sob qualquer nome ou título, se cobravam sobre o peixe pescado em barcos ou navios portugueses por companhias ou tripulações portuguesas. Mas estas determinações sofreram modificação com a posterior Lei de 10 de Julho de 1843, por isso que este imposto foi substituído por outro sobre os lucros dos pescadores, na razão de 6 %.

E ainda depois novas modificações se deram, estabelecendo regras para a sua cobrança, nas leis de 1844, 1860, 1880, 1882 e, especialmente, na Portaria de 25 de Abril de 1888.

Pelo Decreto de 16 de Setembro de 1886, relativo à caça e à pesca, determina-se pelo art. 255.^º: «Será punido com as mesmas penas (prisão de três a trinta dias e multa correspondente):

1.^º O que pescar nos meses defesos pelas posturas municipais ou regulamentos da Administração;

2.^º O que pescar com rête varredoura, ou de malha mais estreita que a que foi limitada pela Câmara Municipal, ou pescar por qualquer outro modo proibido pelas mesmas posturas ou regulamentos;

3.^º O que lançar nos rios ou lagoas, em qualquer tempo do ano, trovisco, barbasco, coca, cal ou outro algum material, com que se o peixe mata».

Depois o Decreto n.^º 15.893, de 24 de Agosto de 1928, estabelece para este imposto a taxa de 8,3 por cento do valor do pescado e que, quando o pagamento se realize em espécie, nos termos do n.^º 4.^º da Portaria de 19 de Abril de 1888, se aparte um peixe por cada doze, ficando assim alterado o n.^º 6.^º da dita Portaria.

Quem quiser consultar toda a Regulamentação

sôbre esta indústria, poderá ver o Alvará de 17 de Março de 1774; Alvará de 18 de Junho de 1787; de 3 de Maio e de 20 de Dezembro de 1802; de 6 de Agosto de 1805; as Portarias de 3 de Junho e de 20 de Outubro de 1820; e sôbre as pescarias em geral o Decreto de 11 de Maio de 1821; por este último, todo o pescado ficou a pagar só 8 % de direitos de matança, nas casas de Arrecadação, ficando proibida a entrada de qualquer pescado dos países estrangeiros.

Em Gondomar não se descuidou o município, em 1850, de adoptar as medidas necessárias à criação e conserva do peixe. E assim na sessão camarária de 10 de Abril daquele ano, foi proposto que, «achando-se neste concelho inteiramente abandonada a proibição da caça e pesca, nos meses que pela Ordenação do livro V, título 88 e seus §§ são defesos, percorrendo os caçadores em todo o tempo com a mesma influência à caça, matando coelhos, lebres e perdizes, lançando aos rios e regatos d'este concelho, trovisco, barbasco, coca, cal e outros objectos com que matam não só a criação, mas até a maior parte do peixe criado; assim como é muito prejudicial, no tempo da criação, a caça das codornizes, porquanto segundo esta ave, o sistema de criar nas searas, entre os azevéns, cevadas, centeios, trigos e linhos e percorrendo os caçadores com os cães as codornizes, metendo-os entre o pão acima referido, causando com eles gravíssimo prejuízo não só à criação que fica abandonada dos pais e morre, mas também à agricultura, porque estragam os pais, onde entram os cãis; e como hoje pertence o proibir estes escandalosos abusos às Municipalidades por meio de Portarias autorizadas pelo Conselho de Distrito, por isso propunha à Câmara para fazer a seguinte postura»: (Seguem-se quatro artigos com três parágrafos, que não reproduzimos, por escusados ao pensamento já enunciado na proposta).

* * *

Até aqui temos tratado dos dados estatísticos e da legislação, sob o ponto de vista da exploração piscatória profissional, isto é, daqueles pescadores a quem a necessidade obriga a procurar no seio das águas com que sustentar-se e aos seus. Mas também há pessoas que encontram na pesca uma aprazível distração ou passa-tempo.

Entre nós, há, aqui e ali, homens que largam às vezes o seu trabalho diário para, como amadores de pesca, gastarem horas e horas, sentados no rochedo da margem do rio, agarrados à cana, senhores dum paciência beneditina, à espera que o peixe descuidoso ou lambareiro à busca da isca do anzol, pique. Ainda assim, não temos este passa-tempo tão aproveitado como lá fora, entre os americanos, que são os primeiros amadores deste género de desporto, percorrendo as costas das Carolinas, da Flórida, do Labrador, em pescarias até muito arriscadas e trabalhosas. Igualmente os franceses percorrem a Suiça, os Vosges e os Pirinéus, na pesca da truta. E até homens ilustres, como Walter-Scott, Byron, Alphonse Karr, etc., trocaram, algumas horas, a pena de escrever pela cana da pesca.

Várias e interessantes são as referências que alguns escritores têm feito à pesca, nos nossos rios. Assim, o ilustre Prof. Sr. Augusto Nobre, abalizado ictiólogo, tratando da *Aquicultura em Portugal*, expõe-se assim:

« Considerando o modo como se acham distribuídos os nossos cursos fluviais e a fauna ictiológica que os povoa, só o Tâmega e o Sousa têm, tratando-se dos afluentes do rio Douro, aspectos mais atraentes; o primeiro, a-pesar-de, depois do aprazível vale de Chaves, cortar quase sempre por entre maciços montanhosos, traz águas muito mais limpidas, de um verde que se destaca das do Douro, na sua confluência, em Entre-os-Rios.

O Sousa, desde a origem até pouco aquém de receber as águas do Ferreira, é um rio de margens baixas e de cultivo, mas ao chegar à região das serras de Valongo e de Recarei corre por entre desfiladeiros, sendo digna de ver-se a brecha aberta na serra que ele atravessa a Poente desta povoação, na Senhora do Salto.

O Ferreira, que corre quase sempre por entre margens elevadas duma região mineira, é um rio de águas muito batidas por açudes, que, nas vizinhanças de Valongo, constituiram noutro tempo uma indústria moageira local, mas importante.

Tanto um como outro são bons rios para repovoação, não sendo rara a truta, em qualquer deles.»

Acho interessante transcrever a carta que o ilustre professor de Gandra (Paredes), Manuel António Nogueira da Rocha, escreveu ao Sr. Dr. José do Barreiro e que vem publicada na *Monografia de Paredes*, pág. 572:

«Recebi ontem a carta de V. O tal Sr. Abade antigo de Rebordosa talvez se enganasse com o nome de picanço dado aos peixes em abundância no rio Ferreira. Picanço é o nome vulgar do péto, ave que bate com o bico a casca das árvores para acordar as formigas e comê-las, e também bate com o bico as pinhas dos pinheiros mansos para lhes comer os pinhões.

Estas aves treparam pelo tronco das árvores, e há, por isso, quem lhes chame trepadeiras; mas este nome é mais usado aplicar-se a outras avezitas mais pequenas e que também treparam, mas não batem com o bico. Há por aqui em pequena quantidade, umas aves pouco maiores do que pardais e de côr entre azul e verde, bonitas pela côr e pela forma esbelta, e de bico um pouco grande, que aparecem nas beiras dos ribeiros e dos rios a dar caça aos peixes e outros animalejos da água. São pica-peixes.

Virá daqui o erro? Chamaria picanço a certa espécie de peixe, em vez de o chamar ao seu inimigo — o pica-peixe e mesmo por este se parecer no

feitio e no tamanho do bico com o picanço (o péto)? Pode ser, porque não se lhe vê outro jeito. Eu tive durante uns sete ou oito anos a mania da pesca. Nos meses de Maio e Junho, um dia sim outro não, lá ia eu para o rio Ferreira — para Lordelo, para Rebordosa ou para Sobrado, aí desde as seis horas da tarde até às nove da noite. Às vezes pouco trazia, mas outras vezes trazia um valente cabaz de peixes. Por lá encontrava lavradores ocupados nos seus trabalhos e encontrava outros sujeitos também à pesca. Conversávamos. Mas nunca nenhum me disse: «Eu pesquei hoje muitos (ou poucos) picanços». Ou: «Você foi hoje feliz com os picanços». Por isso não sei, nem posso calcular de onde venha o tal nome de picanços dado aos peixes do rio Ferreira, em Rebordosa, e demais a mais serem êsses os que lá mais abundam!! Nada; aqui há gato. Os peixes que há no rio Ferreira são: o barbo, a boga, o escalo e a truta, bem como a enguia.

Num ribeiro que vem do lado de Duas Igrejas, passa entre os lugares do Outeiro e do Amaral, em Vilela e desagua no Ferreira, em Lordelo, as enguias são mais curtas e mais grossas e chamam-lhes eiroses.

A truta abunda mais no rio Ferreira do que no rio Sousa. Enquanto no Sousa não chega a uma por mil, e as que aparecem são sempre pequenas, no Ferreira creio bem poder calcular-se em 6 % sobre tôdas as outras espécies. Bogas são as que mais abundam, mas crescem pouco. Barbos são menos, mas crescem mais, dando-lhes tempo. Os escalos são sempre pequenos e em pequena quantidade.

Bogas e escalos são inferiores em qualidade. Os barbos são bons e as trutas são as melhores e chegam a muito grandes se não forem comidas antes.

Depois que eu perdi, por me ir fazendo mal, a mania da pesca habitual, fiquei ainda a ir à pesca a Sobrado, uma vez no ano, no tempo dos tralhos ou pardelhos (rêdes de atravessar o rio), que é em Agosto ou princípio de Setembro. Haverá oito anos

pesquei uma truta de 2 palmos e $\frac{1}{4}$ de palmo, cerca de meio metro.

Um indivíduo de lá (homem entendido na pesca), disse-me: «Ora vá-se embora com essa truta, viva você 500 anos, venha todos os anos uma vez à pesca a Sobrado, seja sempre feliz com essa pesca, que nesses 500 anos nunca levará outra truta como esta».

As trutas não são os mais abundantes peixes do rio Ferreira, mas são mais abundantes do que nos outros rios, e são sarapintadas — umas com pintas de várias cores e mais vivas (provavelmente os machos), outras de menos pintas e de cores desbotadas (provavelmente as fêmeas). Emfim: peixe com o nome picanço, no rio Ferreira não há.»

E noutro lugar, a mesma *Monografia de Paredes*:

«No rio Sousa, cujas águas estão encanadas para o Pôrto, há três especialidades invulgares: mexilhões, sanguessugas e cágados, a que o povo chama sapos-conchos. Os mexilhões de água doce têm as conchas alongadas, escuras, sem manchas brancas; igualmente largas nos dois extremos e de forma muito diferente das do mar». O autor refere que «os mexilhões produzem às vezes pérolas, côr de rosa, que se provocam fazendo um buraquinho na concha e picando levemente o molusco, ou introduzindo entre as duas valvas (conchas) um corpo estranho de pequenissima dimensão; depois depositam-se os animais num viveiro ou tanque, e, ao fim de alguns anos, dão, não sempre, mas às vezes, pérolas». Ele mesmo adverté que é precisa muita habilidade para esta operação; e declara que achou algumas vezes nos mexilhões peroleiros pérolas muito bonitas.

«As sanguessugas encontram-se no rio Cavalum, que passa perto de Penafiel e desagua no Sousa, no lugar do Tabacal. Antigamente eram muito aplicadas nas sangrias que... perderam de moda.»

Os cágados, segundo o *Boletim da Sociedade de Geografia*, de Lisboa, 6.^a série, onde se lê um artigo

de Eduardo de Sequeira sobre *Distribuição geográfica dos répteis em Portugal*, abundam em vários rios do País, entre os quais o Douro e o Sousa. Os cágados são tartarugas de água doce; são anfíbios e comedevíveis, com quanto ninguém nesta terra goste daquela carne. A nossa tartaruga é vegetariana e negra, com uma mancha amarela em cada placa da couraça e que chega a ter 27 centímetros. É igual à da Grécia. Pode viver mais de cem anos. Com ela se pode fazer uma sopa excelente, segundo Coupin, em *La Vie dans la Nature — Histoire Naturelle pour tous*.

As lampreias, vivendo no mar, vêm desovar nos rios, à água doce; e as enguias, vivendo na água doce, vão desovar ao mar (¹).

As enguias nascem no mar e lá vão morrer. No rio Sousa, consta que modernamente já há salmões, trazidos pelos piscicultores de Vila do Conde; mas, como noutro lugar se diz, há barbos, bogas, escalos e trutas, até estas abundantes no rio Ferreira; são amantes das quedas de água. As lampreias que sobem pelo Douro muitas léguas para cima da foz do Sousa, não derivam para este rio, por causa dos muitos açudes ou represas.

Estes informes são verdadeiros e revelam a riqueza da nossa piscicultura local. Mas há mais:

O *Dicionário de Geografia Universal*, sob a direção de Tito Augusto de Carvalho, ed. 1881, falando de Gondomar, diz que o Douro o abastece de muito peixe.

O *Minho Pitoresco*, falando de Medas, diz: «Se a época em que o leitor fizer este passeio fluvial fôr a

(1) A truta, o barbo, a boga e o escalo vivem permanentemente nas águas doces; o salmão, o sável e a lampreia nascem nas águas doces, donde saem para o mar, voltando depois a subir os rios para desovarem. Segundo o Prof. Augusto Nobre, para a truta são preferidos os rios Coura, Áncora, Lima, Vez, Cávado, Homem, Ave, Ferreira, Sousa, Leça, Caima e Paiva, além doutros ribeiros.

das pescarias da lampreia e sável, mais encantadoras linhas lhe oferece então a paisagem, porque tem a animá-la o movimento alegre do largar e recolher das rês feito por numerosas companhas. A população de Medas tira desta pescaria alguns proveitos, o que por certa forma lhe supre a deficiência de terrenos cultiváveis no seu accidentado solo».

Este mesmo livro, falando de Valbom, ocupa-se dos originais barcos valboeiros; e entre curiosas notas, fala da *Quinta das Sete Capelas*, «há mais de 300 anos na posse da familia dos Correias Montenegros, hoje representada pelos Srs. Albino e Martinho Montenegro. Esta quinta foi constituída em morgado no ano de 1554, por Miguel Correia Montenegro e tinha o privilégio de ninguém poder pescar na metade do rio que lhe fica em frente».

Pinho Leal, diz, ocupando-se de Medas, que esta freguesia é «abundante de óptimo peixe do Douro (sobretudo os excelentes sáveis, lampreias e trutas) e pelo rio lhe vem peixe do mar».

Em Medas, segundo informações recebidas, pesca-se de Janeiro a Junho a lampreia, o sável e a savelha; e em todo o tempo o barbo, o muje, o escalo e a enguia no Douro, bem como as eirós nos ribeiros ou presas e poços de rega.

A respeito da freguesia de Covelo, *As Memórias Paroquiais*, de 1758, dizem, falando dos regatos que entram no rio Sousa, que lá se encontra peixe miúdo, como barbos, escalos, bogas, etc.; e costuma-se pescar a lampreia nos meses de Abril e Maio e o peixe miúdo em todo o tempo.

Sobre a freguesia de Fânzeres, dizem as referidas *Memórias* que há lá o pequeno rio da Barge⁽¹⁾, que nasce no lugar do Seixo; compõe-se de várias fontes que lhe fazem a sua corrente, sem nunca secar; neste rio entra outro regato no lugar do Paço;

(1) Quere dizer *Várzea*.

corre de Norte a Sul e «nêle se criam uns peixes pequenos, de barbatanas vermelhas, a que nós chamamos *Reixelos*», em certas partes com abundância; e também se criam bástantes enguias. No dito rio sómente pescam alguns curiosos à cana e anzol em todo o tempo do ano. Estas pescarias de cana e anzol são livres para todos em tôda a parte do rio. Também sôbre a freguesia de Lomba citam as pescas de barbos, bogas e escalos em todo o tempo, lampreias desde Janeiro a Abril, e sáveis desde Março até Junho ou Julho; muje em todo o tempo, mas no estio com maior abundância. São pescarias livres. A mesma referência fazem à freguesia das Medas, à de Melres e à da Sousa. Nos ribeiros de Rio Tinto há escalos e alguma boga. Em S. Pedro da Cova passa o rio Sousa e nêle se pescam peixes, sendo os de maior abundância barbos e bogas. «Pescam-se em todo o ano com coca, troviscada e rôdes. Também são pescarias livres; só neste couto, no de Loriz e Ferreira, são delas senhores os bispos desta diocese».

Quanto a Valbom, as ditas *Memórias* referem que é banhada esta freguesia pelo rio Douro que recebe pela barra de S. João da Foz grande quantidade de sáveis, lampreias, mujes, sôlhas, linguados, savelhas, barbos e enguias. Dizem que há neste rio pescarias, «no tempo dos sáveis e das lampreias que é comumente de Fevereiro ao S. João, ou mais cedo ou mais tarde, conforme as estações do ano; e em todo o verão e estações de inverno pescaria do mais peixe miúdo». Quanto à liberdade da exploração piscatória, transcrevo textualmente: «Como o rio Douro nos limites desta freguesia forma um areal grande que principia na paragem das Pedras da Lavandeira até o lugar do Ribeiro de Abade, aonde fica cómodo, para arrastar as rôdes, no tempo acima referido, de pescaria dos sáveis e lampreias; só os moradores desta freguesia de Valbom podem no dito areal pescar; porém, de tudo o que pescam (excepto um peixe cada dia, que é para a caldeirada) pagam o

dízimo de dez peixes, um para a Igreja, que pertence ao abade desta freguesia, e do mais peixe que fica aos pescadores pagam a renda chamada o Condado, que é para o senhor do areal, que na ponta de cima que fica ao Nascente, é Pedro Correia Pinto de Azevedo e recada de cinco peixes, um. E no meio do areal pertence ao Marquês de Fontes, e recada de mão de cinco e mão de seis, um peixe; e na ponta de baixo do dito areal, pagam os pescadores de cinco peixes um, de que pertencem duas partes a Martim Afonso de Melo, assistente na cidade do Pôrto, e outra parte aos Cónegos da Colegiada de Cedofeita, extramuros da cidade do Pôrto; e todo este peixe pagam os pescadores ao sair da rête em terra; e todo o mais peixe que fica livre d'estes tributos lho não deixam vender nesta freguesia, pois com vigias, e gravíssimas penas os obrigam a levá-lo à Praça da Ribeira da cidade do Pôrto; e pagam o tributo da banca que é de dez peixes, um para Sua Majestade. E pelo meio do rio Douro no tal tempo se pesca livremente com umas rêtidas que se chamam tresmalhos, e não saiem à terra, e só pagam os pescadores o dízimo à freguesia donde fogueiam, e a banca na cidade do Pôrto». Pobres pescadores!

Por aqui os leitores fazem ideia dos calamitosos tempos em que todos os senhores, sob todos os pretextos, extorquiam, graças ao suor dos trabalhadores, tudo quanto lhes apetecia, para seu gôzo e grandeza. Os tempos já são outros (¹).

(1) No livro *Descripção topographica de Villa Nova de Gaya*, 3.^a ed., de 1861, por J. A. Monteiro de Azevedo, a págs. 44, o autor descreve o que foi o Convento de Santo António do Vale da Piedade e como élê acabou. Diz assim:

«Este convento, situado na margem do rio Douro, e ao Poente de Vila Nova de Gaia, era habitado por mais de quarenta Religiosos, além dos leigos e donatos; estes eram os criados para o serviço braçal do convento, e dentro ou fora da clausura trajavam uma roupeira de saragoça, da qual também era feito o hábito dos capitulares; os leigos eram professos, como os frades,

Dum jornal do Pôrto, de 18 de Fevereiro de 1932, tirámos a seguinte notícia: «*O defeso da pesca.* Terminou anteontem a época de defeso da pesca da truta, nas águas interiores do nosso País, podendo por isso essa pesca exercer-se desde 16 de Fevereiro até 31 de Outubro próximo futuro.

É, porém, proibida temporariamente e até aviso em contrário, a pesca daquela ou de qualquer outra espécie, seja qual fôr o aparelho ou sistema de pescar, nos seguintes lanços do rio:»

(Cita o Cávado, o Ave, o Vizela, o de Modivas, o Paiva, o Ovelha, o de Santa Natália ou Fervença, o Ribeiro de Vila Nova, e os lugares do percurso onde é defeso). E depois informa:

só não tinham ordens sacras, usavam o mesmo hábito que estes, e se ocupavam em serviços graves e mais decentes; quanto aos frades, êsses cuidavam do exercício do seu ministério, e em todos os actos dele se prestavam ao povo de muito boa vontade, porque das lhes provinha todo o seu interesse. Sustentavam-se dos rendimentos da sua sacratícia — missas, sermões, enterros, etc., e principalmente das esmolas que pediam diariamente e colhiam em dinheiro, frutos e objectos de toda a espécie; pois todos tinham, e ainda hoje, muita devoção com Santo António, e por isso ainda que *Mendicantes*, como êles se chamavam, passavam lautamente, notando que o prato mais mimoso da sua mesa, e com que obsequiavam muitos dos seus amigos e bemfeiteiros, era a *orelheira de porco*, de que ajuntavam uma quantidade muito grande nos seus peditórios da aldeia; ora tudo isto sem gravar o Estado nem os povos com extorsões involuntárias.

Da pescaria colhiam êles boa renda, que lhes era ministrada com muita satisfação — nenhuma companha de pescadores de Valbom queria passar do distrito do convento para baixo, sem que o padre porteiro, ou algum outro lhe benzesse de cá a sua rête, e quando vinham, não passavam também sem dar ao convento o melhor peixe que traziam, como oferta ao Santo, de quem tinham implorado o socorro. Estas oblatais, que aproveitavam e não custavam, estão na conta dos *diziminhos* — os lavradores em outro tempo davam de melhor vontade dez alqueires de milho, que valem por exemplo 4\$800, do que pagam hoje dois tostões de côngrua, ou 1\$200 de décima; é certo que o segredo de muitas cousas consiste no meio de as praticar; e eis aí o que se chama a ciência governativa».

«Nas zonas de concessão de exclusivo de pesca existentes nos rios Ferreira e Ovelha (Clube de Pesca do Norte de Portugal) e rio Ave (Comissão de Iniciativa das Taipas), só é permitido pescar aos concessionários e pessoas por êles autorizadas nos termos legais.

As transgressões de pesca praticadas em tôdas as zonas acima referidas, serão punidas com a multa de 200\$00 e adicionais da Lei, multa que será elevada até 500\$00 ou 1.000\$00 e adicionais, se o processo ou aparelho usado para a pesca fôr proibido. A pesca sem licença (excepto ao domingo e dias feriados) em tôdas as águas públicas é punível com a multa de 100\$00 e adicionais.

Tôdas as infracções praticadas desde o anoitecer ao amanhecer, são puníveis com o dôbro das multas respectivas e nas reincidências as multas serão sucessivamente duplas das anteriores.

Esta comunicação foi-nos feita pelo engenheiro-chefe da Divisão do Douro, F. Perdigão, dos Serviços Hidráulicos.»

Já falámos das principais espécies ictiológicas do rio Douro e seus afluentes. Mas não citámos tôdas as variedades da piscicultura duriense. Em as *Notas sobre Portugal*, vol. I, pág. 293, cita-se a truta (*trutta fario*) que se encontra desde o Minho até o Alto Alentejo, em Marvão, segundo o testemunho do ilustre Inspector dos Museus da Áustria, o Prof. Stein-dachner, que dali a citou em 1864, depois da sua viagem a Portugal. Em seguida trata do sável (*clupea alosa*) que se aproxima das nossas costas marítimas nos fins do inverno, para, pouco a pouco, começar a subida dos rios, afim de efectuar a desova em Junho, termo médio, o que depende da temperatura das águas. Freqüenta quase todos os nossos rios e é sobretudo no Minho, no Douro e no Tejo que a pesca atinge maior importância. Com esta espécie, aparece outra sua congénere, a savelha (*clupea finta*), cujas dimensões são muito mais diminutas. A sôlha

(*flesus vulgaris*) é também outra espécie estimada que entra no rio Douro, a qual, sendo nova principalmente e não encontrando obstáculos, sobe até grandes distâncias. A tainha (*mugil capito*, *m. auratus*, etc.) vive e cria na zona marítima, mas a pesca também se dá em água doce, até mesmo onde não chega a influência das marés. O mesmo podemos dizer da enguia (*anguilla vulgaris*); a enguia espla-ha-se pelos ribeiros e presas. A lampreia (*pteronymzon marinus*) começa, como o sável, a aparecer em fins do inverno, para se reproduzir na primavera. Sobe até grande distância da foz. É tanto mais saborosa, quanto mais distante da foz fôr a sua pesca. Outra espécie, a lampreia de água doce (*p. fluviatilis*) encontra-se igualmente nos nossos cursos fluviais. O esturjão (*aciipenser sturio*) encontra-se principalmente no Douro e no Guadiana e diz-se que também no Tejo. É raro, por isso mesmo é estimado. Entre os ciprinídeos, vive no Alto-Douro, a carpa (*cyprinus carpio*) que é muito abundante no Tejo e nas albufeiras de Elvas. Os *carassius* são também abundantes nas águas citadas, mormente o *c. auratus* ou peixe vermelho. O *carassius vulgaris* até hoje só foi registado no Douro, Vouga e nas lagoas de Fermentelos. Temos ainda as bogas (*chondrostoma*), os barbos (*barbus*), os escalos ou bordalos (*leuciscus*), os mujes (*mugil auratus*), o ruivaco (*leuciscus aula*), dos ciprinídeos, etc., etc. Do sôlho que entrava pelo Guadiana e pelo Douro, há anos que não se ouve falar. Os numerosos rios que desaguam nas costas de Portugal foram noutros tempos intensamente povoados por espécies sedentárias, próprias das águas doces onde vivem permanentemente, e ainda por outras viajantes que, nascidas nestas águas doces, saem periodicamente ao mar e voltam depois a subir os rios para depositar os ovos, como se disse acima, a respeito da lampreia, da truta, da enguia, etc.; algumas outras espécies desapareceram por completo; outras estão muito reduzidas, em virtude dos

agentes naturais e dos condenáveis processos de destruição empregados pelos brutos.

No entanto, no rio Douro, pescam-se: enguia, eirós, lampreia, ruivaco, salmão (raro), sôlha, sável, savelha, tainha, camarão bruxo, camarão branco e a truta.

O camarão presume-se que desova todo o ano, tendo contudo duas épocas de mais abundante desovação, as quais são em Março e Setembro. Onde esta espécie abunda mais é fora da arrebentação da costa. A enguia parece desovar em Outubro e Novembro. A lampreia desova em Abril e Maio, pois que neste último mês já aparece muito desovada, descendo o rio; a sua desovação faz-se principalmente dentro do Douro e só em pequena parte na costa. O robalo desova em Outubro e Novembro, dentro do Douro, em geral. O sável desova de Junho a Agosto, encontrando-se, depois do primeiro destes meses em diante, bastantes desovados e por vezes até mortos, descendo o rio; desova em geral dentro do rio. Em anos quentes há grande abundância deste peixe, escasseando em anos frios. Abril e Maio são os meses em que se colhe maior quantidade dele, começando contudo a aparecer em Janeiro. A sôlha desova todo o ano, parecendo que a época de mais forte desovação é a que vai de Março a Maio; prefere o lôdo para desovar, e fá-lo em fundo de 30 a 40 braças. A tainha, segundo informam os pescadores, desova em Outubro e Novembro; mas a época de maior pescaria dela é nos três meses desde Novembro a fim de Janeiro. Quanto à desovação de certos peixes, não é certa a época.

O ruivaco pesca-se nos caneiros; a truta aparece no caneiro de Avintes; também aparece o cágado no caneiro de Campanhã. O robalo não passa a montante da ponte de D. Luiz I; também se chama *cachote* e *tareco* quando é ainda pequeno. Na vazante são raras as enguias e os barbos; e podem encontrar-se as tainhas e os robalos. Na enchente pes-

cam-se os tarecos, as savelhas, os barbos e as enguias. A pesca da enguia ao *rosulho* é feita na enchente; em Valbom, a pesca é feita principalmente ao rosulho, pelo facto da margem ter areia.

Vandas ou *tresmalhos*, como já dissemos, são rêsdes de três panos sobrepostos, tendo cada um a forma rectangular. As malhas têm tôdas a forma quadrada, sendo o seu lado de 0^m,07, em média, no pano ou *rêde* (ao centro) e de 0^m,28, em média, nas *albitâneas* (panos dos lados). São empregadas por todo o rio Douro, deixando-as andar com a maré acompanhadas pelo barco. São sobretudo empregadas na pesca do sável, colhendo também às vezes lampreia e savelha.

Há também as *sólheiras* ou *faticerias*, rêsdes feitas do *ticum* aproveitado dos *lampreeiros* usados, as quais pescam no fundo e costumam ser largadas na baixa-mar e colhêr na preamar; colhem em geral sólha, savelha, etc.

Também há as rêsdes chamadas *branqueiras*, que são como os *lampreeiros*, mas de fio bastante mais grosso, e só junto à costa. As *vargas* ou *varinhas* têm grande cortiça na tralha superior e à inferior se liga o lastro que é feito de poucos pedaços de barro vermelho ou de lousa, chamados *bólos*. São usados na costa e dentro do rio, sempre a arrastarem do mar para a terra, para o que têm cabos amarrados às *forcadas*; são feitas de linho encascado; colhem sável, savelha, sólha, etc., mas não peixe miúdo; também escapa este peixe miúdo às *chumbeiras*, porque a disposição das suas malhas não permite que elas fechem muito, quando a rête é colhida.

Há ainda a rête chamada *chincha* que também tem bóias de cortiça e em baixo pedras de lousa ou barro e que serve para arrastar a criação — toda a qualidade de peixe. É destruidora e por isso mesmo proibida.

O *rosulho* é simplesmente uma corda, na extre-

midade inferior da qual se prende uma isca de vermes da terra, ordinariamente minhocas, colhidas em aduchas. Serve apenas para a pesca da enguia, que se enrosca sugando em volta da parte onde está a isca. A pesca da enguia ao rosulho é feita na enchente. Para pescar a enguia e o robalo também se usam os *espinhéis* que têm *madre*, que em cada *tala* é de perto de 80 metros, da qual partem, com intervalos iguais, 50 *estropos*, de 1^m,5 de extensão, tendo no chicote empatado um anzol; são de linho; pescam assentes no fundo, onde ficam agüentados por lastro de pedra e por bóias com arinques dados aos extremos do lanço. Para as espécies miúdas também há a pesca à cana com a linha do comprimento de 5 ou 6 metros, com um ou dois anzóis, presa a tal linha a uma cana. São usadas, mormente no verão; a pesca é em geral feita pelas margens dos rios.

A pesca à *fisga* é feita com uma espécie de garfo, preso a uma corda; quando o peixe anda atonado, atira-se à água. Na pesca à rête, a tainha, quando a água está limpa, salta por cima da rête, a não ser que esta seja muito grande.

São estes os mais vulgares aparelhos de pesca no nosso rio Douro; mas também há animais pescadores e são muito mais inteligentes que os homens, pois nem precisam de inventar aparelhos para pescarem; são os ratos do campo, que vivendo pelas margens dos rios procuram os buracos onde solertemente se introduzem, deixando de fora apenas o rabo, como negaça para atrair o peixe que acode pressuroso e lambareiro; nessa altura o rato volta-se rápido e colhe a vítima da sua esperteza.

Como o rato, também a lontra, mas por processo diferente, caça o peixe. Coloca-se de cima das pedras marginais e dai em dado momento, atira-se rapidamente à água, filando a presa desprevenida. É a luta pela vida.

À penhorante amabilidade do meu amigo Sr. Júlio

Gonçalves, que no rio Douro tem passado as melhores horas de recreio, na pesca do Douro, cujo desporto o tornou um perito na arte piscatória, devo as notas que lhe solicitei e que transcrevo na íntegra:

Barbo — Peixe vulgar dos rios e ribeiros. Pesca-se à cana com 5 metros de linha. Come boroa, minhocas terrestres, enguias pequeninas a que vulgarmente se dá o nome de «louras», figado de pescada, sendo este o alimento de que mais gosta. Também se apanha ao espinhel, quando este é iscado com minhoca. No verão não presta, mas no inverno é um excelente peixe. Dizem os antigos que «barbo em Janeiro é melhor de que carneiro».

Escalo — Peixe vulgar dos rios e ribeiros. Pesca-se à cana. Abundante nas quedas de água e nos ribeiros. Come boroa e minhoca pequena.

Tainha — Pesca-se nos rios à cana ou linha de mão. É peixe do mar que entra nos rios por ocasião das marés vivas. Come bicha de perna, criada no lôdo dos rios, e sardinha.

Pica — É peixe miúdo que vem do mar junto com as tainhas. Come bicha de perna e nada mais.

Savelha — Come bicha de perna e sardinha. Pesca-se à cana na tona da água nas correntes.

Robalo ou cachote — Peixe do mar. Vem ao rio por ocasião das marés grandes. Pesca-se à cana ou à linha de mão. Come camarão vivo ou bicha de perna.

Tareco — Este peixe é filho do robalo. Pesca-se à cana. Sómente come bicha de perna. De todos os peixes acima descritos, o mais limpo de boca é o robalo.

Sável — Só se pesca à rede. Apenas se alimenta de água.

Espinhel (Aparelho para pescar enguias e barbos) — É uma linha com 200 metros. De metro a metro um anzol. De dez em dez metros uma pedra com o peso aproximado de 500 gramas, que é para assentar no fundo. Isca-se com minhoca, camarão ou sardinha. No final deste aparelho amarra-se uma bóia de

cortiça para se saber em que sítio élé ficou. A enguia também se pesca de-rastos, mas só de noite (¹).

Rosulho (Aparelho para pescar apenas enguias) — Serve para pescar enguias pequenas, sendo muito raro pescar as enguias grandes. É um rosário de minhocas. Faz-se um novelo com um peso de 500 gramas, aproximadamente. Pesca-se nos sítios baixos e na água parada. A enguia não come. Vem a sugar nas minhocas. Pesca-se de noite e de dia nas águas turvas.

EMBARCAÇÕES DE PESCA NO DOURO

A gente de Valbom, Avintes e Campanhã emprega na pesca fluvial embarcações de fundo chato; são os barcos de duas proas, excessivo tosamento, costado muito inclinado, bôca máxima situada bastante avante de metade do comprimento, tábua trincada e toletes formados pelos extremos das balisas; são cascos bastante leves e de bom andamento, mas de pouca estabilidade, defeito ainda agravado pela circunstância dos remadores se conservarem em pé, visto a embarcação em geral ser desprovida de bancadas. O seu tipo médio tem 6^m,70 de comprimento; 1^m,34 de bôca; 0,^m50 de pontal; 0,^m,25 aproximadamente de calado de água; 1^m,385 de arqueação, podendo com a carga máxima de 800 kg.

Estas embarcações, construídas em Avintes, são movidas por 2 ou 4 remos, ou vela quadrangular de espicha, tripuladas por uma, duas, três ou quatro pessoas; a sua duração não excede três anos.

As condições técnicas que determinam o maior ou menor desenvolvimento da indústria da pesca causaram há uns bons vinte anos um sensível enfraquecimento de trabalho fluvial em Valbom e Campanhã, por isso que as traineiras, espalhando-se rapidamente no Norte do País, inutilizaram para estes

(¹) Ao anzol, a enguia grande também se pesca com isca de caracol.

pescadores a exploração da sardinha na costa marítima. As traineiras, porém, tendem a desaparecer; no Departamento Marítimo do Norte havia, em 1919, 81 traineiras, e em 1923, sómente 14.

A VIDA MORAL E ECONÓMICA DOS PESCADORES

As povoações piscatórias formam núcleos bem característicos, isto é, têm um falar e um traje especial; são muito religiosos, como se vê dos nomes de santos com que baptizam seus barcos, entregando os destinos dos seus trabalhos pelo rio ou pelo mar à protecção d'este ou daquele santo da sua devoção, mormente *S. Pedro* ou *Nossa Senhora*, invocados sob diversos títulos.

As suas mulheres dão a nota alegre de seus pregões, anunciando a venda do peixe, num silvo agudo de voz só próprio da gente ribeirinha ou marítima. Os pescadores são em geral morigerados e homens de boa fé; por isso entre eles a criminalidade é diminuta.

Em geral casam cedo e têm muitos filhos, os quais cedo também se entregam à labuta da pesca; têm, porém, pouca instrução. Às vezes as mulheres são mais instruídas do que os maridos; há mesmo mulheres que são verdadeiros negociantes de peixe. Os duros trabalhos piscatórios, os sofrimentos resignados d'este proletariado, as tradições d'estes núcleos de povoação fluvial ou marítima, o espírito religioso levado às vezes ao fanatismo e despertado pelos constantes perigos a que os barcos estão expostos, devido às tempestades, os cuidados da numerosa e misera família são as quase únicas preocupações da sua vida mental e moral, como se pode verificar nas suas diversões e descendentes.

Muitos d'estes pescadores são também jornaleiros; a sua alimentação consta de boroa de milho, sardinha, vinho e carne de porco que alguns criam e matam por conta própria. Alguns adquirem os géne-

ros alimentícios a crédito, a prazo que em geral não vai além de 8 dias e as roupas são compradas a dinheiro, na cidade. Quando doentes, recolhem ao Hospital da Misericórdia; e quando caem em extrema pobreza, surge uma comissão que organiza um peditório, a socorrer os desgraçados. Para empréstimo, valem-se das casas de penhores, mesmo em Valbom ou Campanhã.

A PESCA MARÍTIMA PORTUGUESA. ESTATÍSTICA

Se lançarmos a vista sobre toda a indústria portuguesa da pesca, havemos de confessar que Portugal tem nela uma importantíssima fonte de riqueza. As pescas marítimas representam um valor, relativamente aos produtos pescados, de mais de 400.000 contos em cada ano.

Segundo as estatísticas das pescas no período de 1923-1927, empregavam-se na pesca em 1923, 52.521 indivíduos. No ano de 1924, 50.689; em 1925, 52.893; em 1926, 52.518; em 1927, 54.590, utilizando as seguintes embarcações:

Anos	De motor mecânico	De vela ou rêmio
1923	213	14.554
1924	269	14.766
1925	340	14.407
1926	387	14.247
1927	417	13.931

Para maior elucidação, apresento o quadro estatístico do movimento comercial dos produtos da pesca nos anos de 1868 a 1872:

Anos	Importação	Exportação
1868	1.296.789\$00	177.121\$00
1869	1.315.026\$00	167.473\$00
1870	1.224.282\$00	291.795\$00
1871	1.471.684\$00	222.974\$00
1872	1.756.200\$00	269.417\$00

Mais de nove décimas das importações representam o valor do bacalhau importado.

Do *Anuário Estatístico de Portugal*, relativo ao ano de 1928, se vê que, quanto ao produto da pesca, no Departamento Marítimo do Norte, em águas salobras, a Estatística expressa em escudos dá para o ano de 1928, 2.191\$55,7; para o ano de 1927, 2.070\$80,1; para o de 1926, 1.530\$37,1; para o de 1925, 1.566\$51,6; e para o de 1924, 1.928\$78,7. O maior rendimento foi, pois, o ano de 1928.

Acrescente-se que mais dum centésimo da população portuguesa vive da extracção dos produtos do mar e dos rios.

Os departamentos do Norte contam maior número de motores mecânicos e de vela ou remo; está calculado que em 5 anos, desde 1919 a 1923 se extraíram das águas marítimas portuguesas 434.000 contos de peixe, aos quais ainda se juntam 7.000 contos de pesca em águas salobras, o que tudo perfaz a quantia de 441.000 contos só no quinquénio de 1919 a 1923.

As mesmas estatísticas registam, em 1919, 36.278 pescadores, e em 1923, 46.618, tendo havido, portanto, um aumento de mais de 10.000 pescadores!

VALOR ECONÓMICO DO PESCADO DURIENSE

Como nos interessa sobretudo o valor económico do nosso pôrto, acho conveniente saber-se que na capitania do Norte, em águas salobras, o produto total da pesca, abrangendo lampreias, salmões, sáveis, savelhas e outras espécies, foi: no ano de 1925, de 604.457; no ano de 1924, de 556.430; no ano de 1923, de 575.112; no ano de 1922, de 340.347; no ano de 1921, de 360.670.

A parte marítima do Pôrto, quanto à navegação e comércio, vai desde a foz do rio Douro até à ponte de D. Luiz I, por Decreto de 1 de Dezembro de 1887, art. 2º.

Para a exploração de instalações permanentes da pesca ou viveiros, vide Decreto de 31 de Dezembro de 1895.

O regulamento geral dos serviços agrícolas nas águas interiores do País está determinado pelo Decreto de 20 de Abril de 1893.

A Junta Autónoma das Instalações Marítimas do Pôrto (Douro-Leixões) foi instituída e organizada pela Lei de 23 de Abril e Decreto de 18 de Junho de 1913.

Sobre a ocupação da caça e pesca, vide Código Civil Port. (Carta de lei de 1 de Julho de 1867, tít. 3º, cap. I e II).

Ainda sobre a caça temos a seguinte legislação:

Decreto n.º 1.083, de 8 de Dezembro de 1920; a Lei n.º 1.572, de 29 de Março de 1924; o Decreto n.º 9.956, de 1 de Agosto de 1924; e o Decreto n.º 17.277, de 29 de Agosto de 1929.

EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA NO PÔRTO, EM 1860

II.^a classe

AMOSTRAS DE PISCICULTURA

Peixes vivos em aquários grandes (ou viveiros) de vidro.

Expositor — Isaac de Aguilar Newton Spencer.

Peixes *Acanthoptarygios*

Família dos Mugiloides

1569 — *Mugil cephalus* (Cuv.), rio Douro, 4 indivíduos.

Malacopterygios abdominais

Família dos Cyprinóides

1570 — *Barbus vulgaris* (Cuv.), do rio Douro, 8 indivíduos.

1573 — *Tinca vulgaris*, do rio Douro, 1 indivíduo.

1575 — *Leuciscus cephalus (auctorum)*, do rio Douro, 4 indivíduos.

Família dos Salmonides

1581 — *Salmo frio* (Lin.), do rio Sousa, 2 indivíduos.

Malacopterygios Ápodes

Família dos Anguilliformes

1584 — *Anguilla vulgaris* (Cuv.), do rio Douro, 8 indivíduos, tendo um $24 \frac{1}{2}$ polegadas de comprimento.

A HISTÓRIA DA CAÇA, RESPECTIVA LEGISLAÇÃO E ESTATÍSTICAS

A CAÇA NO CONCELHO DE GONDOMAR

Antigamente o exercício da caça era regulado pelas *Ordenações*, dizendo-lhe respeito nas últimas o livro V, títulos 86 e 88.

No Código Civil correspondia-lhe o título III e seus capítulos I e II.

Nos nossos dias veio a *Lei sobre a caça*, Lei n.º 15, de 7 de Julho de 1913.

Nos primeiros tempos da monarquia, tanto a caça como a pesca eram consideradas um direito senhorial, imposto sobre as grandes divisões da propriedade.

Recorrendo à nossa legislação histórica, imos encontrar as Leis de 21 de Julho de 1562 e de 1 de Julho de 1565 que formam um verdadeiro código de caça e pesca, de combinação com as disposições contidas nas *Ordenações* e com os regimentos do monteiro-mor. Essas leis proibiam a caça de perdizes e mais aves durante os meses de Março, Abril e Maio, na Estremadura, Alentejo e Algarve; e durante os meses de Abril, Maio e Junho na Beira, no Minho

e em Trás-os-Montes. Proíbiam a caça de lebres e coelhos em Fevereiro, Março e Abril nas províncias do Sul; e em Abril e Maio nas do Norte. Mais tarde, os reis foram atendendo às exigências administrativas e às condições económicas da Nação. Todavia são freqüentes as restrições do exercício da caça: os Alvarás de 4 de Abril de 1605, de 3 e 7 de Fevereiro de 1695 proíbiram a caça nas coutadas reais⁽¹⁾.

Segundo as autoridades na arte cinegética e venatória, a antiga caça dividia-se em caça de *montaria* e de *altanaria*, *citraria* ou *volataria*. Esta última era a que se fazia com aves de rapina ensinadas, as quais remontando-se ao ar, vêm cair sobre a presa ou relé. A caça de *alta volataria* é que, propriamente, se designava de *altanaria*. A *montaria* é a que se faz a tiro, a cavalo e com o auxilio de cãis.

(1) Quem quiser ler o que sobre a história da caça no País se há legislado, pode consultar o tóm. III da *História de Portugal*, pág. 179, ed. 1925, de Fortunato de Almeida. Aí se descreve a luta travada entre os fidalgos e as classes trabalhadoras, por causa das coutadas, uma das regalias da classe dos nobres e onde esta podia exercer a caça, a pesca, etc.; é certo que as coutadas não eram só dos nobres, pois «algumas se constituiam também em benefício dos lavradores». Nas coutadas os animais bravios não eram tão perseguidos, razão pela qual lá se refugiavam «para fazerem grandes danos nas sementeiros e plantações das terras vizinhas», como se vê das Cortes de Santarém de 1434, em que os povos se queixavam a D. João I de que o rei «coutara os porcos monteses e os cervos e ursos e perdizes e lebres e outras caças as quais fazem grandes danos nas lavouras e frutos». Contra as coutadas representaram os procuradores em Cortes, no mesmo reinado (Cortes de Coimbra de 1385) para que o soberano levantasse a proibição de se matarem cervos e perdizes no termo da Cidade (de Lisboa).

Nas Cortes de Évora de 1481-1482, se apresentaram as mesmas queixas, bem como nas Cortes de Lisboa de 1498.

E nas Cortes de 1525 e 1535, «queixavam-se os procuradores dos Concelhos em especial dos estragos causados pela numerosa comitiva de El-Rei, quando este viajava». Os cortezões, isto é, a comitiva real, era um flagelo devastador: saquea-

Os nossos primeiros reis (e os últimos também) foram sempre muito afeiçoados à diversão da caça. Atribue-se mesmo ao Mestre de Aviz, nosso D. João I, a autoria do *Livro de Montaria*, cuja cópia está na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Na Casa Real existiram dois ofícios relativos ao exercício da caça: o *caçador-mor* e o *monteiro-mor*. O regimento do caçador e falcoeiros-mor data de 12 de Maio de 1568.

Os grandes fidalgos também, à semelhança dos reis, tinham os seus caçadores. Assim, uma carta régia de 1533, dirigida à Câmara de Coimbra, permitiu a um caçador do duque de Bragança e Guimarães o tomar naquela cidade falcões, aves e caça.

Nos séculos XVI a XVIII as ordens religiosas e os prelados tinham o privilégio de nomear os seus

vam roupas, forragens, celeiros, etc.; «bando roaz, que ainda em cima arrastava consigo mulheres, filhos e famulos». Não raras vezes os cortezãos destruiam os frutos e as fazendas dos plebeus, apoderavam-se das cavalgaduras, mantimentos e carros, e por zombaria davam-lhes à saída um escrito irrisório, em que reconheciam e confessavam a dívida! E não havia nesse tempo uma metralhadora, assestada contra essa malta facinorosa!

Nas Cortes de Santarém de 1434, os procuradores pintaram mais ao vivo certos abusos que os povos sofriam com as apontadoras: «muitos cuidam que criam os seus filhos e são alheios e outros afogam e lançam em água muitas mulheres por descubertas não serem». (Os pergaminhos da Câmara de Ponte do Lima, no *Arqueólogo Português*, vol. XIV, pág. 61, P.^e Cunha Brito).

Por causa destas atrocidades dos *fidalgos*, havia no Pôrto uma postura antiga, confirmada pelos reis, segundo a qual nenhum fidalgo nem pessoa poderosa lá poderia ter propriedade nem casa de habitação, nem aposentar-se por um dia inteiro. Este privilégio, diz Fortunato de Almeida, foi sempre escrupulosamente respeitado. Em 1502, na comarca de Entre-Douro-e-Minho, D. Manuel examinou os privilégios da cidade do Pôrto e ponderou razões que aconselhavam a revogação daquele que excluia a nobreza de habitar na cidade; mas o bispo mostrou os inconvenientes e o rei por carta régia de 17 de Março de 1505 restituuiu-lhe esse privilégio. Por isso com razão ainda hoje se chama com orgulho o *burgo* do Pôrto.

caçadores e couteiros, com alçada para julgarem das infracções.

Os documentos apontam muitas isenções e privilégios interessantes acerca da caça, ou da sua proibição.

Assim, às religiosas de Lorvão foi concedida licença, por carta régia de 11 de Setembro de 1520, para mandarem caçar perdizes com armadilha de *boi*, não sendo a mais de uma léguia do seu convento. Viterbo explica que esta armadilha de *boi* era o caçador coberto com o couro dum boi, representando assim a figura dêste animal, de que as aves se não espantam, antes pelo contrário o acompanham e são destarte apanhadas mais facilmente.

No século XVIII publicaram-se várias provisões do Desembargo do Paço dando licença a diferentes individuos para desde Outubro até Março poderem atirar com espingarda de pederneira aos lavancos e outras aves de arriabação. Esta permissão resultava das proibições que no século XVII se faziam. O Alvará de 12 de Outubro de 1612 diz: «caçar não se pode atirando à caça no ar com espingarda». A Lei de 28 de Fevereiro de 1624 proíbe caçar perdizes atirando-lhes ao ar com munições. Parece que o intuito destas leis seria proteger a caça de altanaria.

A caça não era só distração predilecta dos reis e nobres. O próprio clero, a-pesar-da proibição imposta pelos cânones da igreja católica, dava-se a estes exercícios. Muitos clérigos, escudados em privilégios e immunidades, caçavam nas coutadas reais, contra a vontade dos monarcas; e por isso mais duma vez foi preciso recorrer aos bispos e até ao papa, sendo o capelão-mor do rei encarregado de admoestar os transgressores, sob pena de excomunhão e penas pecuniárias.

E já anteriormente, no Alvará de 31 de Outubro de 1468, foram impostas graves penas aos que caçassem perdizes com boi, rême ou candéo; e uma provisão de 7 de Novembro de 1499 proíbiu, sob graves

penas, que se matassem pombas à besta, negaça ou outras armadilhas. Nos meses de Março, Abril e Maio, ninguém podia matar ou caçar coelhos, ou láparos, «com cãis, nem com beestas, nem ao piado, nem com foram, nem redes, nem com outra ninhua armadilha, com que os possam matar, auendo respeito a neste tempo seer sua criaçam».

Esta antiga indústria não tem sido desprezada dos governos; antes tem vindo até nós o zélo pela conservação e exploração das aves e animais de montaria. Assim, o Decreto de 16 de Setembro de 1886 diz no art. 254.^º, quanto ao tempo defeso:

«Aquêle que caçar nos meses em que pelas posturas municipais ou pelos regulamentos da administração pública fôr proibido o exercicio da caça, ou que nos meses que não forem defesos, caçar por modo proibido pelas mesmas posturas ou regulamentos, será punido com a prisão de três a trinta dias, e multa correspondente.

§ único. Será punido com as mesmas penas, mas só a requerimento do possuidor, aquêle que entrar para caçar em terras-muradas ou valadas, sem consentimento do mesmo possuidor.»

E ainda como protecção à caça das perdizes, o *Diário do Governo*, de 27 de Agosto de 1927, insere um Decreto que, entre outras disposições, diz:

«Artigo 1.^º—As participações dos guardas especiais, a que se refere o § único do art. 24.^º da Lei n.^º 15, de 7 de Julho de 1913, modificado pelo art. 5.^º da Lei n.^º 1.717, na impossibilidade de obter testemunhas, substituirão o corpo de delito e farão fé em juízo até provas em contrário.

§ único—Esses guardas especiais poderão constituir advogado no dia do julgamento.

Art. 2.^º—Não é permitido dar guarida ou transportar perdizes vivas, a não ser nos casos taxativa-

mente indicados nos §§ 3.^º e 4.^º do art. 8.^º da Lei n.^º 15.

§ 1.^º—Os transgressores da disposição dêste artigo ficam sujeitos à multa cominada no art. 38.^º da Lei n.^º 15 e à penalidade da apreensão.

§ 2.^º—As perdizes apreendidas nos termos do § anterior serão entregues ao presidente da comissão venatória concelhia local; e na falta desta, ao administrador do concelho, por quem serão sôltas em local apropriado.»

O Sr. Ministro do Interior assinou um Decreto, mandando que constituam fundo das comissões venatórias concelhias, metade das importâncias cobradas pelas Câmaras Municipais, administrações de concelhos ou secções administrativas da comissão geral, por licenças de caça e de furões⁽¹⁾ e o produto das multas, deduzidas as importâncias que são devidas aos participantes.

As receitas das comissões venatórias concelhias

(1) O furão pertence ao gênero *marta*; todos os animais deste gênero têm os membros curtos e o corpo muito alongado, de modo que podem introduzir-se facilmente nos mais delgados buracos, o que justifica o chamar-se-lhes *animais vermiformes*. São ferozes, vivem do sangue, de ovos e de substâncias animais; exalam um cheiro repugnante que lhes é característico; alguns são estimados pelas peles, que são de várias cores e têm diversas aplicações, sendo a principal a ornamentação dos vestuários.

Pertencem a este gênero as seguintes espécies: a lontra, a doninha, o arminho, a fuinha, a marta, a fueta ou sacarrabo, a zibelina e a zorilha (além do furão).

O nosso caçador usa do furão, porque este animal tem um ódio mortal aos coelhos. Supõe-se que foi introduzido e domesticado na Europa pelos fins da república romana. Strabão refere que se mandaram buscar furões à Líbia, para extinguir os coelhos que infestavam a Espanha onde se naturalizaram. Em França não os há senão domésticos ou engaiolados para comércio.

A marta, a fuinha e a fueta são daninhas, porque atacam as capoeiras.

O emprêgo do furão está sujeito à lei da caça.

serão depositadas na Caixa Geral de Depósitos; e só poderão ser levantadas, mediante documento assinado pelo presidente e pelo tesoureiro. Um quarto dessas receitas pode ser destinado pelas referidas comissões exclusivamente a despesas de instalação e expediente e a receita será empregada por indicação sua, aprovada pela respectiva comissão regional, em repovoamento de caça e custeio de fiscalização.

As comissões concelhias devem escriturar devidamente tôdas as receitas e despesas, apresentando anualmente, até 31 de Maio, à respectiva comissão regional, as contas da sua gerência para a sua aprovação. As correspondências das comissões regionais e concelhias ficam isentas de franquia postal.

Na sessão de 19 de Março de 1913, a Câmara recebe um ofício do Clube de Caçadores de Gondomar, comunicando a sua fundação e que pelo art. 9.^o do Estatuto é considerado sócio honorário o Sr. Presidente da Câmara.

Na mesma sessão, estabelece-se um artigo duma postura: «ninguém poderá caçar perdizes, codornizes, lebres ou coelhos, nos meses defesos que são desde Março a 15 de Agosto; nem andar à caça sem licença, nem entrar em campos alheios, no tempo das searas, sob pena de três a vinte dias de prisão e na multa correspondente ao tempo por que forem condenados e na reparação a quem causarem dano e sob pena de lhe ser apreendida a arma». Livro n.^o 6, pág. 106.

No nosso concelho os assuntos cinegéticos merecem um cuidado especial. A proibição da caça, como meio de manter o repovoamento, é problema cuja solução tem sido ventilada com interesse.

Quanto à procriação dos casais de perdizes, escreveu em 1928, na imprensa local, um *caçador*:

«Já é do conhecimento de todos os caçadores que são poucos os casais de perdizes existentes em todo o concelho. Se lhes disser que a quantidade de

casais de perdizes, nas quatro freguesias do alto concelho, não ultrapassará o número trinta, não andarei muito longe da verdade. Ora se se exercer uma rigorosa fiscalização no defeso e se o ano fôr medianamente favorável à procriação, estes casais podem produzir 180 perdizes, que juntamente com as não acasaladas podem atingir o número de 200. Deduzindo a êste número uma percentagem de 15 %, para imprevistos acidentes, obteremos o número 170. Achando-se a terça parte de 170, teremos o número provável de casais que promoverão a procriação no próximo ano de 1929. No princípio da caça d'este mesmo ano possuiremos aproximadamente 400 perdizes; mas, se êsses dois anos de procriação forem bons, então êsse número deverá exceder 700, número este que eu classifico de estimulante, de aperitivo, e o mais que se lhe queira chamar.

Para que fique assegurado desta maneira o repovoamento da perdiz, é indispensável que a comissão venatória concelhia mande exercer uma rigorosa fiscalização no defeso, procure entender-se com as suas congêneres dos concelhos limitrofes, a-fim-de que estas entidades consigam também a proibição da caça nos seus respectivos concelhos, e, finalmente, trabalhe para que nos anos futuros a época de caçar comece em Outubro e nunca em Setembro. »

Quere dizer: há que atender ao repovoamento ou conservação da espécie *perdiz* e ao tempo em que é permitida a sua caça.

Se houvesse da parte de todos os caçadores a verdadeira intuição da economia cinegética, nem eram necessárias as leis reguladoras da caça e as penalidades para os infractores; mas infelizmente há, entre êles, alguns sem escrúpulos; aos nossos ouvidos chegam mesmo notícias de que até aos pombos atiram, como se estivessem num certame...

Em 1931, a Comissão Venatória Regional do Norte, para regular o uso do furão e a caça à perdiz e à lebre, publicou o seguinte edital:

De harmonia com o disposto nos n.^{os} 5.^º, 6.^º e 9.^º e § único do art. 55.^º do Decreto n.^º 20.199, a Comissão Venatória Regional do Norte, deliberou e faz público o seguinte:

1.^º É permitido o uso do furão, sem auxílio de rêsdes, até 31 de Dezembro, conforme dispõe o n.^º 4.^º do art. 46.^º do Código da Caça, nos concelhos de Mogadouro, Resende, Lamego, Arcos de Valdevez, Marco de Canavezes, Carrazeda de Anciãis, Baião, Vila Pouca de Aguiar, Mirandela, Braga, Alijó, Vila Real, Santa Marta de Penaguião, Paredes de Coura, Mondim de Basto, Cabeceiras de Basto, Valpaços, Terras do Bouro, Freixo de Espada-à-Cinta, Vila Verde, Espozende, Vila Nova de Cerveira, Vinhais, Amares, Amarante, e em Melgaço durante os meses de Novembro e Dezembro.

2.^º Fica proibida a caça à perdiz, durante o próximo período venatório, nos concelhos de Vila Nova de Gaia, Penafiel, Vila Verde, Fafe, Gondomar, Valongo, Castelo de Paiva, Baião e Matozinhos, e a caça à lebre nos concelhos de Vila Nova de Gaia, Penafiel e Paredes.

3.^º A caça à lebre é restringida ao sistema «a corrição» nos concelhos de Gondomar, Paços de Ferreira, Matozinhos, Valongo, e nas freguesias de Freixo de Baixo, Freixo de Cima, Figueiró, Santa Cristina, Travanca, Fregim, Louredo, Passinhos, Vila Caiz, Real, Mancelos, Ataíde e Oliveira, do concelho de Amarante.

4.^º Nos termos do art. 15.^º, e do seu § único, do Código da Caça, fica proibida a caça à perdiz da Califórnia (Collins), no distrito do Pôrto.

Pôrto e Secretaria da Comissão Venatória Regional do Norte, 19 de Agosto de 1931.

O Presidente,
José Augusto Pinto da Silva.

Para o leitor avaliar do movimento venatório no concelho, vejamos as licenças para caça, concedidas segundo os dados oficialmente fornecidos: no ano de 1920, 370 licenças; no ano de 1921, 420; em 1922, 361; em 1923, 434; em 1924, 203; em 1925, 181; em 1926, 197. Vê-se por estes números que tem diminuído consideravelmente o número de caçadores. Qual a causa? Ela deve estar nas exigências legais para tal desporto.

Em Gondomar há o Clube de Caçadores, com seus Estatutos aprovados a 23 de Março de 1915 e apresentados na Administração do concelho, em 20 de Abril do mesmo ano.

São seus sócios instaladores: Alexandre Mendes Barbosa, Arnaldo Martins de Sousa, Manuel Pinto da Silva, Manuel Marques, Manuel Tomé de Castro Cosme, Francisco Herculano Novais de França, Serafim Rosas, António Pinto Neves, José Amaro dos Santos Júnior, Américo Martins das Neves, António Martins de Moura, José de Sousa Pedroso, António Martins de Almeida, Adelino Martins de Sousa, José da Silva Maia, António Pinto de Sousa, José Vieira Ramos, Amândio Novais de França, Domingos da Silva Monteiro, Silvestre Gomes Oliveira Cardoso e Danião Martins de Oliveira. Tem hoje 103 sócios.

Quais são as principais espécies de caça neste concelho?

Aqui, como nos concelhos vizinhos, as principais espécies são: o coelho, a lebre, a rôla, a perdiz e a codorniz, que por sinal não é indígena e poucas galinholas.

As terras de produção são os montados, ou, como aqui se diz, as bouças ou *quintas*.

A sede do Clube, que funcionou num edifício pertencente ao Sr. José Marques dos Santos e onde esteve antigamente instalado o Centro Católico, é hoje em Quintã e tem uma sala para jogos e leitura.

Por que é que as licenças para caça têm diminuído desde 1920 até 1927?

É que cada vez ficam mais caras tais licenças e mais graves as penalidades em que incorrem os infractores.

Assim, quanto a penalidades, são punidos com a multa de 100\$00:

1.^º Os que destruirem covas, luras, lapareiras, ninhos e ninhadas de perdizes;

2.^º Os cãis encontrados soltos, com ou sem açamo, durante o defeso, nos terrenos freqüentados por caça;

3.^º Os que em trabalho do campo conduzirem propositadamente os processos de trabalho de forma a apanharem caça. As reincidências serão punidas com o dôbro da multa ou prisão correspondente.

Incorrem na multa de 500\$00:

1.^º Os cidadãos que derem guarida ou transportarem perdizes ou perdigões vivos, salvo quando forem autorizados nos termos do Código da Caça;

2.^º Os que caçarem no tempo de defeso;

3.^º Os que fabriquem, transportem, vendam ou exponham à venda armadilhas ou quaisquer engenhos de caçar proibidos pelo Decreto n.^º 20.199.

«Se os transgressores não pagarem as multas supracitadas, serão estas substituídas pela pena de prisão correspondente.

Das multas cobradas metade pertence aos participantes ou denunciantes, um quarto à Comissão Venatória concelhia e outro quarto à Câmara Municipal. Independentemente das percentagens que por Lei lhes cabem nas multas, para recompensar os autores das transgressões do Código da Caça, a Comissão Venatória Regional do Norte instituiu prémios pecuniários que vão de 30 a 150 escudos e que

serão entregues áqueles depois que o transgressor pague a respectiva multa ou seja condenado em juizo. Do que fica exposto, deduz-se: que são bastante pesadas as multas aplicadas aos infractores, pelo que deve haver o necessário cuidado, e que são sofrivelmente remunerados os participantes ou denunciantes das supracitadas infracções, uma vez que estes provem plenamente as acusações apresentadas. É indispensável fazer-se a divulgação destas disposições do Código da Caça, e isso fica a cargo da esclarecida inteligência dos ilustres e conscienciosos confrades, que, por certo, se esforçarão por incutir, no ânimo da gente rude e ignorante, o respeito que se deve ter pela Lei e pela vida dêsses indefesos e inofensivos animais plantigrados e peníferos.»

Ainda há pouco tempo, isto foi publicado no semanário *A Nossa Terra*, por um caçador de Gondomar, como aviso geral e como meio de repressão às selvajarias do rapazio inconsciente e dos maldosos ignorantes. Perfeitamente de acôrdo. Mas, segundo as actuais disposições do citado Código, pela careza das licenças, parece que visa apenas a concessão do exercício da caça aos interesses dos caçadores profissionais, subordinando assim a economia nacional a essa classe inteiramente improdutiva e negando ao lavrador — que tem de olhar pelos frutos dos seus campos — a facilidade de poder defender as searas dessa caça que as infesta e tanto prejuízo lhe causa. Ora vejam os leitores:

As comissões administrativas dos concelhos do distrito de Bragança acabam de mandar uma extensa representação ao Governo, largamente fundamentada, sobre o exercício da caça naquele distrito.

Impossível transcrever êsse documento pela sua extensão. Na sua parte final aduz vários argumentos para demonstrar que os povos daqueles concelhos se encontram actualmente como nos primeiros tempos

da nossa nacionalidade, quando os procuradores dos concelhos pediam insistente a el-rei para que tomasse providências no sentido de não permitir os abusos dos fidalgos que não consentiam que os pobres agricultores caçassem, pois a caça era um luxo para aquêles, tendo assim estes de ver de braços cruzados a destruição das suas vinhas e das suas searas.

Posteriormente os tempos modificaram-se e ainda não vai longe a época em que o exercício da caça era quase livre e contudo ela não desapareceu nesta região.

«Presentemente a situação dos lavradores é a de há séculos e a dos antigos senhores feudais, que no velho conceito do direito dessas remotas épocas eram os senhores da terra, passou hoje para os caçadores dos grandes centros, cujo direito, a prejudicar os legítimos interesses dos quais trabalham, não está reconhecido por qualquer escola doutrinária, retrógrada ou avançada que seja.

Lembramos também a necessidade das licenças de caça e do uso e porte de arma caçadeira serem mais acessíveis às bôlgas dos pobres, pois não faz sentido que só os ricos ou remediados possam caçar e que os pobres, que vêem a sua pequena seara dizimada pela caça, não possam pegar numa espingarda por não terem a somma precisa para a respetiva licença.

As licenças necessárias para caçar devem ser acessíveis à mais pequena bôlga, pagando uma quantia mínima.

A sua concessão deve ter um fim meramente estatístico e nunca lucrativo.

A Lei, como se encontra, manifesta um objectivo único — a defesa dos interesses dos caçadores — subordinando a economia nacional a essa classe verdadeiramente improdutiva.

Esperam as comissões signatárias e dum modo geral todos os agricultores, que pelo Ministério da

Agricultura seja estudada e publicada uma nova regulamentação do exercício da caça mais consentânea com as condições e necessidades sociais, coordenando todos os interesses e não esquecendo que a caça deve ser facilitada aos pobres.»

Como se vê, a Lei é deficiente e não acautela os interesses do público; por isso as licenças de caça e o uso e porte de arma caçadeira não estão ao alcance dos pobres e principalmente daqueles que têm de defender das aves daninhas os frutos das suas terras ⁽¹⁾.

Portanto, uma nova regulamentação se torna indispensável, como com justiça pedem as citadas comissões administrativas.

A Comissão Venatória Concelhia é que fixa, segundo as disposições do Decreto n.º 23.461, de 17 de Janeiro de 1934, o prazo para a caça de certas espécies, como sejam por exemplo as rôlas, sem rête e sem cão ⁽²⁾, bem como regula a época da caça indígena, dentro e fora do concelho.

No nosso concelho, as licenças de caça concedidas em 1935 pela Câmara foram 326; e as licenças de porte de arma de caça concedidas pela Administração do Concelho foram 295. O custo anual da licença de caça é de 27\$10; e o custo anual da licença para arma caçadeira é de 22\$00. No mesmo ano de 1935, foram em número de 229 as licenças concedidas pela Câmara aos possuidores de cãis de caça. Aos caçadores interessa conhecer a legislação actual, contida nos seguintes Decretos: depois de o de 11 de Agosto de 1930, foram publicados mais: o

(1) Em Gondomar e concelhos limítrofes é costume velho os lavradores levantarem no meio das searas um espantalho, espetado num pau, para afugentar a passarada; mas este processo não é de todo eficaz; outros usam duma *rela* que movida pelo vento espanta as aves com o barulho que faz.

(2) Decreto n.º 21.532, de 27 de Julho de 1932.

Decreto n.º 20.199, de 12 de Agosto de 1931 e o Decreto n.º 23.461, de 17 de Janeiro de 1934.

Poucos são os caçadores que tratam do apuramento de raças; a não ser a dos coelhos, a que se entregam os Srs. Dr. João Lopes Cardoso e Arnaldo Martins de Sousa, na Vila e na Quinta da Agra, freguesia de Sousa.

NOTAS ADICIONAIS

AINDA RELATIVAS AO PRIMEIRO VOLUME

No 1.^º volume, págs. 26 e seguintes, transcrevo algumas cartas de doação e venda de propriedades, relativas a terras de Gondomar, dos fins do século X, como se pode ver dos *Port. Mon. Hist.* Encontrei ultimamente uma outra escritura que fala dum prédio que fica *por debaixo do monte Zebreiros*. E' do teor seguinte:

«Pactum venditionis prædii cujusdam in villa de *Maceira* siti. Autographa charta, olim in scrinio perantiqui Monasterii servata, nunc in Publico invenitur Archivo.

994 (ano)

In dei nomine ego fremosinda vobis izila cristovaliz et uxori vestre creusa, plaguit mici asto animo et propria mea libenter voluntate ut facere vobis jam dictis sicut et facio cartula venditionis de ereditate mea propria que aveo in villa quot vocant mazanaria territorium subtus monte ezebrario, vindo ipsa ereditate de lacare de casas vineas cubus cupas lectus cadederas pumares sautos terras cultas vel barvaras vel quantum in ipsa villa aprestitum ominis est per suis terminos antiquos et aveo ipsa ereditate de patre meo trastemiro et mater mea gondissalba et de avios meos sive quos comparavi. vindo vobis de ipsa ereditate pernominata de quantum me conpotet inter meos fratres vel eredibus meis medietate inteca sicut et vobis iam illa alia medietate vendivi per alia carta et acepimus dein pretio placivile que mici bene complaguit XII^m modios inter res et zivaria et pannus et sizera. vos dedistis et eum accepit. ita ut de odie die et tempore sit ipsa ereditate de juri meo abrasa et in vestro dominio sit tradita vel confirmat. aveatis vos et omnis posteritatis vestre avituri perpetuum. Si quis tamen quot fierit non credimus aliquis omo venerit vel venoro (*sic*) contra anc cartula venditionis inrunpere voluerit et nos post parte vestra devindicare noluerimus tunc infera de pars mea a partique vestre parie vobis ipsa ereditate duplata vel quantum a vos fueri meliorata. facta cartula venditionis X^{mo} kalendas ianuarias in millesima XXXII^a fremosinda in anc cartula venditionis manum mea + bonoi test. — rovuredo (?) test. — adrianu test. — tructesindo ariani test. menendo toderizi test. — micael guandili test. magister gundesindo test. — fredenando batiniz test. et fuit illa carta rovorata in mazinata sub illa nocaria.» (Dipl. et Chart. vol. I).

Vê-se que esta carta de venda é feita por Fremosinda a um tal Izila Cristovaliz e à sua espôsa Creusa, de uma propriedade que possue na vila que chamam *Mazanaria*, território por baixo do monte *Zebreiros*. Diz o vendedor que herdara esta propriedade de seu pai Trastemiro e de sua mãe Gon-dissalba.

Onde ficaria esse lugar ou *vila de Maceira*? Apenas a escritura diz que é por debaixo do Monte Zebreiros. Creio que hoje não existe já tal toponímia.

No final, depois de citar as testemunhas, diz que a *carta foi rovorata in masinala sub illa nocaria*.

A seguir vem, com a numeração CLXXIII, outra escritura, de venda de metade dum prédio em *Soalhães*, perto do rio de Campanhã, descrita no Livro Preto da Sé de Coimbra, no ano de 995. Sunila e espôsa Gudilo vendem a Tructesindo Oserediz e à sua espôsa Unisco a propriedade que têm na vila que chamam *Sunilani* (*Soalhães*), no território português, rio de Campanhã, por baixo do *Castro gundemari*, à beira do rio Douro. Diz que essa vila divide com a vila *baguini* (Baguim) e com a vila *tadenadi* (?) e com a vila Sautelo. Foi notário um tal Gontado. Este lugar de *Soalhães* já não é falado nesta região. Será Sevilhãs? Nem a *vila de Tadenadi*. Será Tardinade? — Restam, porém, *Baguim* e *Soutelo*.

*

Na pág. 33, do 1.º vol., fala-se do mosteiro de Cête que tinha o direito de padroado sóbre certas igrejas do Pôrto, como por exemplo a de S. João da Foz do Sousa. Ora no *Arquivo Nacional*, págs. 291, do Sr. Rocha Martins, vem uma interessante referência a este Mosteiro, com o título *Fastos Provincianos*. Como não é muito extensa e alude à dita freguesia de S. João da Foz do Sousa e à de Covêlo, julgo que o leitor não deve ficar privado de a ler na íntegra.

E' como segue:

«CÊTE — O Mosteiro

E' um dos mais antigos mosteiros de Portugal, fundado por dois mouros convertidos: um chamava-se Muzara e outro Zamora. Foi em 882 que se edificou este convento da invocação de S. Pedro e que foi destruído pelos muçulmanos em 963 e reedificado por D. Gonçalo Vasques em 967.

De Cête, cidade do Hérault, na França, onde existia um mosteiro de eremitas de Santo Agostinho, vieram alguns monges povoar este novo refúgio, donde — segundo alguns autores — veio ao convento português o nome da cidade donde emigraram os estrangeiros.

Edificado como uma fortaleza — à maneira da época — com ameias e contrafortes — como se pode comprovar por uma alta e espaçosa torre coroada de ameias e rasgada de frecheiras.

Na época da fundação, eram constantes as lutas entre os sarracenos e os cristãos e do alto das muralhas, que um espaçoso terraço cobria, os monges defendiam-se dos infieis que os vinham acometer no seu mosteiro, disputando-lhes a posse de tão fértil região.

Por sua vez os bárbaros investiam contra aquela fortificada Casa do Senhor, e durante muitos anos se arrastou esta luta semeada de pequenas tréguas que os sitiados ocupavam na encomendaão da alma e no retemperamento do corpo, com os produtos magníficos que a terra produzia, beneficiando os danos causados pelas arremetidas, na mira sempre de novo ataque.

Em 963 os bárbaros, com forças numerosíssimas, conseguiram conquistar os terrenos dos frades e destruir o convento, vendo-se os monges obrigados a fugir, abandonando ao invasor tão cobiçado lugar.

A guerra prosseguia encarniçada entre cristãos e mouros e o ano de 967 trouxe a Portugal um cavaleiro francês, desejo de tingir a espada no sangue da mourama em aventurosa lutas. Chamava-se Gonçalo Veque ou Vasques, o qual, encontrando o forte mosteiro em completa ruina, o mandou reconstruir e junto dele instalou o seu solar. Declarou-se reformador e defensor do mosteiro de Cête.

De tal modo o restaurador se afeiou à sua obra que lhe legou — em testamento — todos os seus haveres de que podia dispor sem prejudicar os seus herdeiros e nos baixos da torre mandou construir uma riquíssima capela e um túmulo sumptuoso para nêle dormir o sono eterno juntamente com sua mulher, D. Brites.

A luta com os mouros terminou logo que D. Henrique tomou conta do condado Portucalense e dedicando-se ao mosteiro junto dele fundou o seu solar, couto e honra de Cête.

Depois da sua morte, D. Teresa continuou a dedicar-lhe as suas atenções, fazendo-lhe doações importantes de terras.

D. Afonso Henriques, seguindo o exemplo dos seus progenitores, concedeu-lhe privilégios, mercês e donativos que se prolongaram até o reinado de D. João III, que o escolheu para património do Real Colégio de Coimbra, unindo-o a este Colégio em 1551 «com todas as suas rendas, bens e foros, mesa abacial e conventual, o que tudo já constava, além dos que já tinha à data da fundação da monarquia, do condado de Areinho, na freguesia de S. João da Foz do Sousa, composto dos foros do Areinho, que eram muitos, e da dizimaria da referida freguesia, e da de Santa Maria Madalena, de Covelo, e além desse condado tinha as dizimarias de Parada, Santa Maria Madalena, S. Miguel de Urrô, Santa Maria de Cureixos e S. Miguel de Rans».

Só em 1873 o Real Colegio entrou na posse do mosteiro, após a morte do seu último monge beneditino, e ao fazer-se a anexação o reitor de Coimbra tomou o título de abade de Cete e conde de Areinho.

Tudo o que cheirasse a catolicismo, todos os que pudessem contribuir para a propagação da fe católica, apostólica, romana, encontravam no piedoso — de triste memória — no sanguinário monarca em quem a mística sobrelevava a razão, bom acólito e fartos proventos.»

* *

O meu prezado conterrâneo, Sr. Joaquim Martins dos Santos Rocha, teve a amabilidade de me enviar, ainda quanto ao 1.^o volume, as seguintes correcções e acrescentamentos:

«Pág. 27 — CCCCLXXXIII — O monte de Gondomar a que se refere esta carta de venda é junto a Zebreiros — in villa Zebrialo. Piscina ad ripam Durii é uma pesqueira.

Pág. 85 — linha 4 — Covelo era do concelho de Aguiar de Sousa e não de Penafiel.

Pág. 157 — linha 7 — Covelo, como freguesia do concelho de Rio Tinto, abrangia Melres, Medas, Covelo e Sousa, tendo ficado cabeça por ser a mais central.

Pág. 196 — linha 32 — Não é Manuel Joaquim, mas José Joaquim Alves dos Santos, nascido e falecido em Beloi; foi chefe de escritório da Mina de Montalto durante o seu arrendamento à Goldbergban am Duero, seguindo depois para a Mina das Banjas, onde foi empregado de confiança do falecido engenheiro António de Bessa Pinto. Homem muito honesto e sabedor, pelo que adquiria a estima de todos que com él convivessem.

Pág. 304 — linha 23 — Onde diz: desagua na freguesia de Covelo, deve ser Aguiar de Sousa, lugar da Devesa, concelho de Paredes. É notável não só pelo volume de água, como pela existência de muitas aveleiras nas margens perto da foz.

Pág. 377 — linha 29 — Onde se lê: Martins deve ser Vieira.

Pág. 395 — Ribeiro de Figueirô não é conhecido.

» — Midões era um lugar da freguesia de Covelo e não da Sousa. Hoje é uma quinta pertencente à Mina de S. Pedro da Cova, mas situada na área da freguesia de Covelo.»

* *

No 1.^o volume, a págs. 104 e 105 há referência à honra e solar de Sueiro Reymondo. Ali se diz que Soeiro Reimão era bisneto de D. Pedro Formariz, em quem se dá princípio a *familia dos Mellos* e que o referido Sueiro Reimão teve uma filha chamada D. Gontinha Soares de Melo que foi mãe de D. Maria Annes. Dizia eu que não se alude no *Pumar Genea-*

lógico, tómo I, pág. 70, ao solar ou honra de Gondomar. E preguntava: tratar-se-á aqui do D. Sueiro Reimão ou Reymondo, de que falam as *Inquirições*? Consultando *Por. Mon. Hist. Scriptores*, vol. I, pág. 302, encontrámos o seguinte título dum documento de linhagem:

«*De Louremço Soarez Freyre filho de dom Soeiro Reymondo de Merloo e de dona Orraca Veegas filha de Veegas Gomes Barroso e de dona Orraca Veegas d'Ambia.* E depois esclarece:

«Este Louremço Soarez Freire foy casado com Maria Rodriguez filha de Ruy Fafez e de dona Tareyia Pirez Alcofada, e fez em ella dous filhos e duas filhas, hum dos filhos ouve nome Ruy Louremço e ho outro ouve nome Pero Louremço, e a huuma das filhas ouve nome Guiumar Louremço, e a outra Tareyia Louremço. E a sobredita Guiumar Louremço foy casada com Johane Anes Redomdo, e fez em ella Louremçannes Redomdo. E Ruy Louremço e Pero Louremço suso ditos nom ouverom semel: e Tareyia Louremço irmãa de Guiumar Louremço e de seus irmãos suso ditos foy casada com Joham Martiins Trobador. E Gontina Soarez de Merloo irmãa do sobredito Louremço Soarez filha outrossy de dom Soer Reymondo e de dona Orraca Veegas foy casada com dom Joham Pirez Redomdo, e fez em ella dona Maria Annes, e dona Teresa Annes, e dona Beatriz Annes que foy casada com Ruy Martiins de Nomäees como se mostra no título XXXIII de dona Elvira Gomçallvez de Palmeira parrafo primo, e dona Guiumar Annes, e dona Orraca Annes. E esta dona Maria Annes suso dita foy casada com Meem Pirez Cornel, e fez em ella hum filho. E morreo Meem Pirez Cornel e depois morreo o filho e erdou por esta rrazom dona Maria Annes os beens do marido: e depois casou esta Maria Annes com Gomez Correa».

Segue-se outro documento descrevendo os descendentes desta D. Maria Annes e de seu segundo marido Gomes Correia. Mais adiante, a págs. 322, refere-se novamente a *Soar Reimondo*, com o título:

«*De dom Guilham Reimondo filho de dom Reimondo Paes de riba de Vizella e de dona Dordia Affonso filha de dom Moço Veegas*, explica:

«Este dom Guilhão Reimondo non ouve semel lidema, mas filhou por filho hum seu irmão da barregam que avia nome dom Soar Reimondo, e erdou os seus bens: e este dom Soar Reimondo foy casado com dona Oraca Veegas Gueda, e fez em ela semel ut titullo XXX de dom Gomes Mendes Guedeão parrafo III.»



Por estes documentos se vê que Gontina Soares de Melo (ou Merlo), irmã de Lourenço Soares era filha de D. Soeiro Reimondo; e D. Maria Anes, sua filha, casou em primeiras núpcias com Mem Pires Cornel, do qual teve um filho; e pela morte do marido casou com Gomes Correia. Não padece dúvida que se trata da família Sueiro Reimondo que tinha o seu solar em Gondomar, no lugar que chamam *guear*, isto é, Aguiar, como se lê a págs. 97, do 1.º volume desta obra; e logo na pág. 73, as ditas *Inquirições*, referindo-se aos casais que existiam em *Guear* (Aguiar), da freguesia de S. Cosme, também mencionam D. Oraca, mulher que foi de D. *Subierii Reimondo* ou seja Sueiro Reimondo. Este era, pois, o D. Soeiro Reimondo de Merlo, como se vê da linhagem em *Port. Mon. Hist. Scriptores*, de que acima falei.

*

No 1.º volume, a págs. 239 relatámos o trabalho das análises das águas de Gondomar, propriedade do Sr. Manuel F. Magalhães, feitas pelo ilustre químico, Sr. Charles Lepierre, em Maio de 1930. Mas em Junho de 1933, o ilustre professor Sr. Dr. Egas F. Pinto Basto, na *Revista da Faculdade de Ciências*, da Universidade de Coimbra, vol. III, n.º 3, versa com larga proficiência este mesmo assunto, com o título: *Expressão do resultado da análise de uma água mineral*. Quem tiver interesse em estudar esta questão, deverá ler atentamente este relatório, pois o citado professor diz que a análise da água de Valbom «foi feita pelos métodos mais rápidos, e não pelos mais rigorosos», e chama para este assunto a atenção dos nossos hidrologistas.

*

O Sr. José de Sousa Dias, de Broalhos, freguesia das Medas, depois de ler o 1.º volume, escreve-me dizendo que há inexactidões e omissões que convém evitar. Diz que na descrição que deu sobre os ribeiros de Melres faltou mencionar os ribeiros de Mirões e de Sesures. Ora no 1.º volume, págs. 385, lá vem a citação bem clara. Diz também que faltou mencionar um ribeiro a mais em Moreira, o ribeiro da Santa de S. Tiago, que embora pequeno tem a fonte do santo; quere que se aponte igualmente não só o moíño, mas também o ribeiro da Quinta da Póvoa. Em Broalhos, diz ele, a Senhora de Canas é a Senhora da Assunção, festejada em Maio, em quinta-feira de Ascenção, como verificou por notas de 1650. E explica, para maior clareza, que a Assunção é em 15 de Agosto.

NOTAS ADICIONAIS

AINDA RELATIVAS AO SEGUNDO VOLUME

No 2.^o volume, a págs. 265, é citado, como pároco da freguesia de S. Cosme e relator nesta freguesia do movimento religioso, no ano de 1922, o rev. António Valente da Fonseca. Este presbítero é hoje bispo de Vila Real. Nasceu em Válega, concelho de Ovar, a 19 de Novembro de 1884. Concluiu o curso teológico no seminário do Pórtico em 1906. Desde esse ano até 1912 freqüentou a Universidade Gregoriana, onde se doutorou em Filosofia e Direito Canónico, tomando ordens de presbítero em S. João de Latrão, a 21 de Dezembro de 1907. Foi nomeado pároco de S. Cosme de Gondomar em 1914 e aí esteve até que foi transferido para a freguesia de Cedofeita (Pórtico) em 1923. Eleito bispo titular do Céramo e auxiliar de Vila Real em 23 de Outubro de 1931, foi sagrado na Sé do Pórtico em Fevereiro do ano seguinte, entrando na sua diocese a 8 de Maio desse mesmo ano.

*

Quando me referi aos estudos de Teologia, feitos durante três anos, no Seminário do Pórtico, assunto versado no 2.^o volume, a págs. 274, esqueci-me de citar a cadeira de Direito Canónico, que fazia parte do 2.^o ano e da qual foi professor durante muitos anos o actual bispo-conde de Coimbra, D. Manuel Luiz Coelho da Silva, em tempos do cardinal D. Américo Ferreira dos Santos Silva.

*

No 2.^o volume, págs. 314, faz-se referência às imagens de S. Cosme e S. Damião, em Coimbra, trabalho do Sr. Alberto Pessoa, e que foi publicado na revista *Arte e Arqueologia*, em 1930. Na página seguinte daquele segundo volume, se fala das imagens que existem no Museu Machado de Castro. E o Sr. Alberto Pessoa, ao terminar o seu estudo sobre os santos, faz uma referência ao quadro do dito Museu, que julga muito curioso. Diz ele: «Os santos estão juntos de um doente que apresenta, do lado esquerdo, o pé, a perna e o terço inferior da coxa com uma cor escura, bem diferente da do resto da pele.

Procurei, no estudo que em tempos fiz desta pintura, demonstrar que se tratava dumha representação do *milagre da perna*, descrito na *Legenda Áurea* da seguinte forma:

«O papa Félix mandou construir em Roma uma grande igreja em honra dos dois santos. Essa igreja tinha por guarda

um homem que tinha uma perna tóda comida por um cancro. Ora, durante o seu sono, o piedoso guarda viu os santos Cosme e Damião aparecerem-lhe com ungüentos. E um dos santos disse ao outro: «Onde poderemos encontrar carnes frescas, para pôr no lugar das carnes podres que vamos cortar?» O outro santo respondeu: «Enterraram hoje um mouro no cemitério de S. Pedro *ad vincula*; vamos buscar uma das suas pernas para a dar ao nosso servidor!» E os dois santos assim fizeram; depois deram ao guarda a perna do mouro, e levaram para o túmulo dêste a perna do doente. E êste, ao acordar, vendo-se curado, contou a todos a sua visão, e o milagre que a tinha seguido. Foram então ao túmulo do mouro; descobriram que uma das suas pernas faltava, e que, no seu lugar, estava a perna doente do guarda.

E' esta também a opinião do Dr. Silva Carvalho.

Examinando o quadro, duas cousas se descobrem que me parecem dignas de atenção. A primeira vem a ser que o homem doente mostra, no braço esquerdo, o penso duma sangria. E a segunda, ainda mais curiosa, que numa banca, ao lado do enfermo, se encontram, dentro duma taça, os bagos duma romã, cuja casca lá se vê também na pintura. A presença da romã parece-me digna de nota, porque tal fruto não aparece mencionado na extensa lista, publicada por Vergnet, dos objectos que nas imagens aparecem na mão dos santos ou junto deles. Procurei, no referido estudo, demonstrar que à romã deveriam ter sido atribuídas, noutras eras, virtudes hemostáticas. E, sendo assim, não seria estranhalvel que tal fruto aparecesse numa pintura representando a miraculosa exortia de que a *Legenda Aurea* nos dá notícia.»

O citado Jean Vergnet refere esses objectos no seu livro *Essai iconographique sur S. Côme et S. Damien. Thèse pour le doctorat en Médecine*, Paris, 1923.

O milagre da perna, descrito na *Legenda Aurea*, pode ler-se em *La légende dorée, traduite du latin d'après les plus anciens manuscrits par Teodor de Wyzewa (de Jacques de Voragine)*. Paris, 1909, pág. 544.

*

No mesmo 2.º volume, a págs. 439, se faz alusão à lendária personagem, sepultada em Chaves e cuja inscrição é:

*Aqui jaz Maria Mantela
Com os sete filhos ao redor dela.*

Em *A Revista da solução editora*, edição de 1931, Lisboa, o Sr. Luiz Chaves, a págs. 216, conta-nos esta lenda com aprimorado sabor literário. Resume-se no seguinte: Junto ao

castelo de Chaves morava Maria Mantela, que a uma vizinha, Melília, falava de outra mulher que dera à luz ao mesmo tempo mais dum filho e censurava como sendo castigo de Deus e a razão seria que māi com mais de um filho do mesmo ventre, não os pode ter de um pai só! Ora uma pobre mendiga, coberta de trapos, esmolava com dois gémeos filhos seus... É a Maria Mantela, increpava-a: — «Tens o descaramento de aparecer diante de gente»?! Mas mais tarde, o marido da Mantela exclamou: — Que grande ventre tu trazes, Maria! Pela bôca morre o peixe. Maria estava māi de sete gémeos! Lembrou-se então do que dissera à mendiga. Queria desfazer-se dos seis primeiros e ficar só com o sétimo, tanto mais que seu marido ignorava esta desgraça. Uma criada leva as seis crianças num cêsto, saindo as portas do Arrabalde. Entrou na ponte do Tâmega; lá em baixo, margem esquerda, deveria lançá-las ao rio. Não teve coragem. Pousou o fardo e retirou-se.

Vinha da Veiga um homem em direcção à ponte e recolhia a Chaves por caminho à beira da água. Ouviu chorar. Parou. Foi então dar com o cêsto de canas, juntinho à água e lá dentro seis recém-nascidos. Tomou o cêsto e levou-o consigo. Levara-os para casa conhecida com ordem para que nada lhes faltasse e não os quis levar para Chaves, não fossem as más línguas atribuir-lhe essa paternidade estouvada. Em casa, a mulher acalentava o filho, a cujo nascimento ele não assistira e que não tinha visto ainda. Beijou-o com ternura. No dia seguinte, nada denunciando à espôsa, foi saber do tratamento das seis crianças. Assim passaram os anos. Cresceram os rapazes e o homem da Mantela decidiu-se a fazê-los padres. Ela ignorava a sorte dos outros seus filhos; mas um dia veio em que o pai se denunciou no salvamento dos meninos e na sua educação.

— São teus filhos, homem! exclamou a māi.

— Bem mo dizia o coração! observou o pai. E eis tudo. Ela pediu perdão do mal que fizera e os seus sete filhos foram todos clérigos e cada um ergueu a sua igreja: um a de Santa Maria Maior, paroquial de Chaves; as da invocação de Santa Maria em Moreira, Calvão e Melres, outros três; e as de Vilar-de-Perdizes, Santa Leocádia, mais dois; e por fim um último, a do Mosteiro de Doso. Nisto se resume a lenda.

*

O meu mui prezado condiscípulo e ilustrado inspector escolar, Rev. Agostinho Antunes de Azevedo, escreve-me, após ter lido o que ficou escrito sobre o Mosteiro de Rio Tinto, no 2º volume, págs. 452, que eu me fiei no *Minho Pitoresco*, dando o tal Mosteiro como de freiras agostinhas, quando deveria dizer beneditinas. De facto, Mons. J. Augusto Ferreira, nas *Memórias Arqueológicas*, da Cidade do Pôrto,

vol. II, pág. 85, diz que «em 1518 fundou-se no Pôrto o Mosteiro de Monjas de S. Bento, também chamado Mosteiro da Encarnação ou Ave-Maria. D. Manuel, querendo mudar os Mosteiros de Religiosas de lugares ermos para a cidade, resolveu, com autorização apostólica, transferir para o Pôrto as Religiosas de quatro Mosteiros beneditinos: Rio Tinto, Vila Cova, Tarouquela e Tuías...». Fica assim rectificado o erro que se lê no *Minho Pitoresco*.

Sobre este mesmo assunto, pode ver-se o capítulo CXXI *De las Iglesias Parrochiales y monasterios y hermitas de la comarca de Peñafiel de Souza, en el obispado de la ciudad de o Porto*, págs. 233 e 234, do *Episcopólogo*, II parte, vol. IV, edição da Biblioteca Municipal do Pôrto, onde se fala do Mosteiro de S. Cristóvão de Rio Tinto que *fué en sus Primeros fundamentos de Canonizas de su Orden, Porque dice que del Monasterio Duplice de Moreira, y que mudaron el Habito de Canonigas en el de nuestro Padre San Benito*. Apresenta o caso das monjas do Mosteiro de Santa Ana, na cidade de Coimbra, as quais sendo antes da sua reedificação de canonisas de S. Agostinho, mudaram o hábito de monjas hermitanas da sua religião, sucedendo o mesmo com as monjas de S. Cristóvão de Rio Tinto, que sendo canonisas de sua Ordem no Mosteiro de Moreira, *en Rio Tinto se fizeram monjas bentas* (ou beneditinas).

*

Também, a págs. 465, se disse que a igreja matriz de S. Pedro da Cova fôra construída no lugar da Covilhã no ano de 1860. É engano. Foi no ano de 1850.

*

O mesmo Sr. J. Martins dos Santos Rocha, quanto ao 2º volume, dispensou-me os seguintes esclarecimentos:

«Pág. 22 — Acrescentar:

No baldio da Valongueda, a poente da Fonte Fiel, há restos dumá mámoa; não tem galeria. E' semelhante a duas que se encontram no Alto do Padrão, freguesia de Aguiar de Sousa.

Na encosta da Peneda existe um penedo grande de quartzo, cavado por baixo, denominado Penedo do Forno.

Várias pessoas procuraram inútilmente, cavando por debaixo, tesouros encantados.

Era muito maior, mas como prejudicasse o alinhamento da estrada, destruiram parte à marreta, quando esta se fêz.

Indica desde tempos imemoriais aos lavradores de Covêlo, quinhoeiros da água de lima do Rio, a hora de a cortar nos lameiros, quando a sombra do sol poente lhe bate.

Pág. 144 — Nas *Memórias Paroquiais*, de 1758, diz o pároco de Jovim que o Castelo de Aguiar de Sousa devia ter ficado no monte do Castelo de Aguiar, situado entre Jovim e S. Cosme de Gondomar.

A págs. 478 diz Pinho Leal que o Castelo de Aguiar de Sousa estava situado na foz do rio do mesmo nome, em frente a Arnelas.

Ora isto não é verdade; o Castelo de Aguiar de Sousa é em Aguiar de Sousa, concelho de Paredes. Este assunto foi devidamente esclarecido pelo Dr. Correia Pacheco, no seu livro *Monografia de Paredes*, de págs. 706 a 710.

Transcrevemos das inquirições de D. Afonso III — *Inquisitiones*, vol. I, págs. 572 e 573, a parte que mais nos interessa referente ao castelo e limites da paróquia de S. Romão de Aguiar de Sousa que são os actuais entre Paredes e Gondomar.

«Hic incipit inquisitio homines Castelli de Aguiar et parrochiam Ecclesie Sancti Romani ejusdem loci...»

«Interrogatus si debent guardare castellum, dixit quod si dominus Rex habuerit guerram debent illud guardare...»

«Interrogatus de terminis estius ville, dixit quod incipitur in loco qui dicitur Bico, deinde per finem de seyra de Castinale; et...; deinde per vallem catelle; deinde ad mamonam brandiam; deinde ad finem serre de azoribus quomodo vertit aquam; deinde vadit topare in Bico.»

Aqui começa a inquirição dos homens do Castelo de Aguiar e paróquia da igreja de S. Romão do mesmo lugar.

Interrogado se devem defender o castelo, respondeu afirmativamente no caso do Rei ter guerra...

Interrogado acerca dos limites desta vila, disse que começavam no lugar chamado o Bico (Valongueda), depois pela serra do Castiçal (ainda hoje assim denominada a nascente de Beloi) e...; depois pelo Vale da Cadela; depois pela mámoa (Picôto) de Brandião (1); depois por águas vertentes da serra dos Açores; depois vai topar no Bico (Peneda).

Como se vê da Valongueda (Bico) ao Castiçal confronta com as freguesias de Covélo, Foz do Sousa e S. Pedro da Cova; do Vale da Cadela, mámoa de Brandião, serra dos Açores até à Peneda (Bico) confronta com Melres, Medas e Covélo.

A pouca distância do castelo, para o Sul, está situado o monte do Alcafref (palavra árabe que significa o *infiel*), planalto de encostas aprumadas, facilmente defensável, excepto do lado da Sarnada.

O grosso do exército de Almançor devia ter acampado

(1) Vidé vol. II, pág. 29.

neste monte, aguardando e prevenindo qualquer ataque dos cristãos, enquanto diminuta hoste sitiava o castelo e o obrigava à rendição.

A presença das tropas de Almáçor — os infiéis — neste lugar no ano de 995 deve ter impressionado profundamente as povoações cristãs vizinhas, levando-as a denominá-lo desde então o monte do infiel — Alcafre.

O Castelo de Aguiar de Sousa nada tem que ver com terras de Gondomar; a tradição popular e as Inquirições de 1258 são claras e precisas a esse respeito.

Pág. 322 — linha 17 — Onde se lê varga deve ler-se varja.
» — Última linha: Fonte Murtéira (de murta?).

Pág. 326 — O técnico alemão que deixou descendentes em Covélao, onde casou, chamava-se Jorge Koch, era natural do Hanóver (Alemanha).

Pág. 327 — Os terrenos da Mina de Montalto, canal para a água, etc., foram vendidos em Agosto de 1935 ao Sr. Sebastião Ferreira Mendes, grande industrial em Famalicão, que tenciona montar ali uma fábrica de tecidos, tendo começado já as obras no acude da Devesa, canal, etc., sob a direcção do engenheiro-auxiliar Edgardo Monteiro Tôrres.

Pág. 330 — linha 36 — Acrescentar: e Campelo pela *Empresa Eucaliptal de Gondomar*, de que eram sócios: José Augusto Dias, Moreira da Silva (horticultor), etc.

Pág. 331 — linha 2 — Muita gente admirar-se-á de nos tempos passados se terem criado árvores assim grandes, ao passo que as actuais são de reduzidas proporções, como se o clima e a constituição geológica do solo tivessem variado.

E fácil a explicação: os prazos proibiam o corte de madeiras aos enfiteutas e subenfiteutas, a não ser para gasto próprio.

Transcrevemos dum prazo do Mosteiro de Bustelo de 1744: «e por cada árvore de por pé que cortarem porão duas, e as darão presas, havendo elas senhorios mister para si alguma madeira a poderão cortar na dita quebrada e a não poderão nunca dar, nem partir, nem vender, nem dela algum partido fazer sem licença deles senhorios...»

Pág. 333 — linha 31 — Onde diz: *As últimas casas*, deve ser: Algumas casas de Leverinho e Lixa...

Cortar: *da de Prado para baixo*.

E' o que consta dos livros do registo paroquial e em alguns prazos do século XVIII figura Leverinho como pertencente à freguesia de Santo André de Lever.

Pág. 334 — linha 9 — Onde se lê Onsinha deve ser Ouzinha.

» — O Pároco António Moreira de Oliveira veio para Covélao a 13 de Julho de 1899 e faleceu a 19 de Abril de 1935. Contribuiu com 50\$000 réis para o cemitério paroquial construído por subscrição, de que tomou a iniciativa como presidente da Junta de Paróquia e deixou 500\$00 escudos para obras na igreja após a sua morte.

O povo da freguesia assistiu espontâneamente ao seu funeral, acompanhando-o numa sentida manifestação de saudade até à Ponte de Covélo, donde seguiu em carro fúnebre para Jovim, terra da sua naturalidade.

Muitos olhos se viam marejados de lágrimas, na última despedida, indício da profunda veneração e simpatia que durante os 36 anos que entre eles vivera, como pároco exemplar, soubera despertar em seus corações.

Pág. 334 — linha 33 — As escolas de Covélo e Boialvo (Lixa) funcionam agora muito regularmente, tendo tido à sua frente boas e zelosas professoras.

Pág. 338 — linha 10 — Onde se lê *Inguieiro* deverá ser *Enguiheiro* (de enguia?).

Pág. 339 — A seguir à linha 6 acrescentar:

Há hoje duas pontes particulares no rio Sousa: a de Cabanelas e a das Poldras, construída em 1907 pelo proprietário José Alves dos Santos (Lixa), já falecido; esta é de madeira.

No mesmo sitio das Poldras, por cima do açude, existiu nos meados do século passado uma ponte de pedra pertencente a quatro proprietários: Joaquim dos Santos Rocha, Manuel Luiz Gonçalves, Joaquim Moreira Alves e António Martins da Rocha, destruída por uma cheia em Dezembro de 1853; não mais foi reconstruída.

A Câmara de Gondomar deu em 1926 um subsídio de 2.000\$00 escudos que, junto ao produto duma subscrição local, quantia equivalente, devia chegar para a construção dumha ponte de madeira em Pôrto de Bois. Mal aplicado, o dinheiro só deu para o levantamento dos pêngões, já em parte desmoronados pelas cheias, e para a compra de seis vigas de ferro.

Não sabemos quando tal melhoramento, de importância vital para Covélo, será uma realidade.

Pág. 339 — linha 35 — Cortar a parte que começa em *que* até *por*, na linha seguinte e substituir *casar* por *casou...*

Jerónimo Carneiro de Albuquerque era filho de Plácido Carneiro da Silva e de sua mulher D. Isabel Aranha da Rocha, irmão por conseguinte do P.^e Plácido Carneiro.

Faleceu a 5 de Setembro de 1711 e está sepultado na capela, bem como sua espôsa D. Catarina Queixada, falecida em 1705.

Pág. 340 — linha 25 — Onde se lê: *Sendo...* deve estar *Lendo...*

Pág. 340 — A seguir à linha 31 acrescentar:

Faleceu a 30 de Setembro de 1710 com cerca de 50 anos e sua espôsa, a 11 de Agosto de 1758, devendo ter de idade 98 anos, exemplo raro de longevidade. Estão sepultados na capela.

Pág. 340 — linha 33 — Onde se lê 1747 deve ler-se 1737.

Acrescentar:

Faleceu com 30 anos incompletos a 6 de Abril. «Estando (a 30 de Janeiro) Plácido Carneiro em sua casa, de cama, doente em o artigo último da morte, pois estavam desconfiados

os médicos... queria receber a D. Maria Vitória de Sousa, da qual tinha vários filhos, a qual é do lugar de Gens, freguesia de S. João da Foz do Sousa, filha legítima de João Martins e de sua mulher Clara de Sousa, já defuntos.»

Foi celebrante o P.e cura Bento de Sousa; veio êste casamento legitimar uma situação irregular; a 23 de Setembro nasceu o filho Plácido, sendo seus padrinhos o Morgado de Boialvo, Luiz António Ferreira Carneiro Girão de Vasconcelos, da freguesia de Santo André de Lever e Carlos António da Cunha, dêste lugar e freguesia de Covelo.

Pág. 341—linha 2—Morto êste, acrescentar: com 26 anos, em 1751.

Pág. 341—A capela nobre da Quinta tinha a invocação de S. Manuel e S. Plácido por determinação do Bispo do Pôrto, despacho dado a 11 de Agosto de 1846 em deferimento duma petição de Manuel de Castro Martins.

Pág. 342—linha 6—Onde se lê *secantes* deve ser *bandas*

Pág. 343—linha 1— » » » » » e onde diz *águia* deve ser *aranha*; as linhas 2 e 3 devem ser suprimidas.

Segundo o Ex.^{mo} Sr. Dr. Armando de Matos, digníssimo bibliotecário da Câmara de Gaia, que a meu pedido teve a amabilidade de aqui vir acompanhado do Sr. Conde de Campo Belo, o que muito agradoço, êste brasão é o dos Aranhas, de que os Carneiros possuíam o morgadio, embora não esteja de acordo com a heráldica.

No escudete, em vez da aranha, bastante imperfeita, pelo que julgamos ver uma águia, deviam estar três aranhas sobre uma banda.

Pág. 343—linha 22—Onde se lê *quarta* deve ser *quinta*.

Pág. 349—A seguir à linha 7, acrescentar:

Em Leverinho e Lixa existe a mesma tradição, referida a págs. 379, 430 e 500:—«Ó d'Além! Anda Aquém!»—para anunciar aos de Lever, quando estavam ligados religiosamente, que algum paroquiano falecera—*estava intanguido*.

Pág. 351—Acrescentar:

Por volta de 1876 existia em Covelo uma música de que fazia parte a mocidade esperançosa dêsse tempo: Cunhas, Ferrazes, etc., António Martins da Silva, sobrinho do concessionário da Mina de Montalto, o falecido professor Lôbo e seu irmão Carlos das Neves Lôbo, professor primário na Sobreira (Paredes), que era o mestre.

Durou poucos anos; a sua estreia efectuou-se numa festa religiosa na igreja de Covelo e conta-se que tendo chegado ao *Credo* e como não houvesse maneira de o terminar, perante a impaciência dos sacerdotes, o proprietário António Martins da Rocha veio ao arco da igreja e, erguendo o braço, com gesto adequado, gritou-lhes:

— Ora parem lá agora um bocadinho!

COVÉLO SPORT CLUBE

Esta terra não podia, de modo algum, escapar à epidemia desportiva que do Norte ao Sul tem enchido tôdas as localidades do País de associações de bolapé (foot-ball).

Devido à iniciativa do estudante Luiz Lôbo, organizou-se neste lugar o *Covêlo Sport Clube*, sendo presidente, José dos Santos Rocha, proprietário e negociante; director geral, Dr. António Peixoto, médico municipal aqui residente há dois anos; vogais: José Alves Lixa e Manuel Barbosa de Oliveira; secretário, Serafim Osório Sarmento e Castro; sub-secretário, Silvino Moreira Lôbo; tesoureiro, Delfim Vieira da Silva.

O campo de jôgo, construído em Campelo, foi inaugurado a 15 de Julho de 1935, havendo desafio com jogadores de Gens e Lavercos.

Lutando com dificuldades financeiras, é provável que a sua duração seja a das rosas de Malherbe; lá diz o poeta: «Les plus belles choses ont le pire destin...»⁽¹⁾.

Pág. 365 — Um filho do assassino do *Lapaduça* estabeleceu-se em Covêlo, onde viveu do ofício de sapateiro, tendo vários filhos; pois um deles matou à paulada, na vertente oriental da serra dos Açores, esmigalhando-lhe o crânio, um negociante de lenhas do Pôrto, Avelino Gonçalves, quando seguia despreocupadamente a tratar dos seus negócios em Brandião.

Fê-lo com o pretexto de que o infeliz negociante devia algumas dezenas de escudos a um seu tio, residente em Leverinho; e contudo o criminoso estava a dever dezenas de contos a diversos credores — e na impossibilidade absoluta de lhes pagar!

Este crime, cometido na tarde de 28 de Abril de 1935, de caso pensado, sem motivo algum, à falsa fé, revoltou e indignou tôda a gente de bem.

A triste herança mórbida do assassino do *Lapaduça*, latente no filho, foi reaparecer no neto!

Pág. 507 — linha 16 — Soutelo deve estar por Golela ou Ribeira».

*

* * *

Na planta topográfica do concelho, a pág. 176, vol. I, por erro tipográfico, saiu *Leval*, em vez de *Noval*, lugar da freguesia da Sousa. Montalto pertence a Covêlo e não à Sousa.

(1). As cousas mais belas são as que têm pior destino.



NOTAS ADICIONAIS

AO TERCEIRO VOLUME

A págs. 51, se fala do Sr. Domingos Moreira da Silva como doador do terreno para a construção do edifício da escola primária do lugar da Triana, em Rio Tinto. Não foi sómente este o doador; igualmente merece honrosa menção o Sr. Manuel Vieira Cardoso, proprietário, morador no lugar de Medançelhe, da mesma freguesia. Ambos cederam o terreno suficiente para a referida construção, o que «constitue uma alta demonstração de civismo e amor à causa do ensino», como se exprime o *Diário do Governo*, II série, de 2 de Agosto de 1927.

Esta escola de ensino primário elementar do lugar da Triana tinha sido criada por decreto de 3 de Agosto de 1927. E o mesmo *Diário do Governo*, II série, de 13 de Setembro do mesmo ano de 1927, cria um segundo lugar de professora, nessa escola e determina que ela, «com os seus dois lugares, será instalada no edifício que os cidadãos José Dias de Oliveira e João Gomes se propõem doar ao Estado, nos termos da lei n.º 1.754, de 6 de Março de 1925, devendo para a regência dos referidos lugares ser nomeadas as professoras Maria Inez Sousa de Oliveira e Cândida Alves Gomes, indicadas pelos doadores no uso do direito que a citada lei lhes faculta, mas só depois da entrega do edifício e de neste se verificar a existência do mobiliário e do material didáctico necessários, também oferecidos pelos mesmos cidadãos».

A construção do edifício foi feita a expensas do Sr. José Dias de Oliveira, proprietário, morador no lugar da Maia, freguesia de Águas Santas e do Sr. João Gomes, que dele fizeram doação ao Estado, para obterem o direito de escolha das professoras.

*

Na página 80, refiro-me ao falecido comendador António José de Castro que, por engano, chamei António de Castro Moura. Está sepultado em jazigo privativo no cemitério do Bomfim, desta cidade do Pórtugal, onde lhe levantaram, não um busto, como ficou escrito, mas uma estátua de mármore, de tamanho natural, em cuja base se lê a data de 1885. No mesmo cemitério jaz também o Dr. Mateus de Castro Moura, advogado que foi nos auditórios desta cidade, e a quem me referi a págs. 191, deste volume.

*

Na pág. 128, se diz que o Conde de Ferreira nasceu a 4 de Outubro de 1872. É engano. Nasceu no ano de 1782.

*

Na pág. 413, em nota, se fala das serpentes venenosas (*Toxodontes*). O autor dêste estudo foi o Sr. Dr. J. Bethencourt Ferreira, a quem aqui deixo consignado o mais profundo agradoamento por ter contribuído de muito boa vontade para honrar com seu vasto saber a obra monográfica dêste concelho. O mesmo ilustre autor publicou em 1935 umas lições proferidas em 15 e 17 de Abril de 1934, intituladas *O ofidismo* (Biblioteca de Altos Estudos). E, depois de historiar o mito ofídico «que tem a particularidade de ser o intermédio entre os mitos pagãos e a lenda bíblica cristianizada», motivando lendas, crenças e superstições em populares de mui diversa origem e de diferentes graus de civilização, fala do desenvolvimento dos estudos ofiológicos a bem da colectividade, quanto à profilaxia do ofidismo, no concernente à inoculação da peçonha das cobras. E tem a seguinte informação que para nós, portugueses, é digna de registo:

«Foi o P.^e José de Anchieta, missionário e naturalista português do século XVI, e cuja prolongada e vasta acção como sacerdote e homem de saber, teve há pouco merecida celebração no Brasil, onde se demorou tanto, quem descobriu o verdadeiro mecanismo da inoculação do veneno de cobra. Foi este sábio que reconheceu aos dentes maiores ou presas do animal o papel de importância na instalação do tóxico subtilíssimo. Foi portanto um português a quem devemos as primeiras averiguações sobre o veneno ofídico. E é também a este missionário que se deve a «alusão clara e afirmativa a este processo primitivo de immunização», diz o Dr. Bethencourt (processo que consiste no facto de os *curados das culebras*, da costa ocidental do México, fazerem inoculações com os dentes das cobras. Os que têm a seu cargo a defesa da saúde e profilaxia dos povos devem instituir «postos permanentes desta índole e a sua relação com estabelecimentos capazes de fornecer o sôro específico». E refere-se não só às possessões ultramariñas, mas também às regiões infestadas da metrópole, entre nós, no Alto Minho e em Trás-os-Montes, onde são comuns os Viperídios. É muito interessante a leitura destas duas esplêndidas lições do sábio naturalista, Sr. J. Bethencourt Ferreira, sobre *Ofidismo*.

APÊNDICE

No fim de cada volume reservo as *Notas adicionais* para esclarecer, desenvolver ou rectificar certos assuntos. Desta vez menos trabalho tenho, porque o Sr. Baptista de Lima, autor de *Terras Portuguesas* que ele vem publicando com muita inteligência e cuidado, dispensa-me de corrigir a maior parte das inexactidões. Nessa obra, com o subtítulo *Arquivo Histórico-Corográfico*, dedica um tratado especial à *Memória sobre Forais (Relação Primeira)*, e aí, desde a página 82 a 113, ocupa-se, seguindo a ordem alfabética, do nosso concelho, isto é, *Gondomar*. Desde já agradeço ao ilustre investigador todos os esclarecimentos que presta ao meu modesto trabalho, e considero-o um dos meus mais apreciáveis colaboradores. Por isso transcrevo na íntegra esse longo trecho monográfico:

GONDOMAR. — Dado em Lisboa a 19 de Junho de 1915. Livro de Forais Novos do Minho, f. 110, coluna 1.

Veja-se o seu foral antigo, dado em Coimbra a 5 de Abril de 1193 e confirmado em Santarém no mês de Março de 1218, no maço 12 de Forais Antigos de Leitura Nova, f. 72, verso, coluna 1.

É concelho no distrito do Pôrto, com 11 freguesias, tendo elas 11.553 fogos e 49.583 habitantes. A vila, orago S. Cosme, tem 1.783 fogos e 7.379 habitantes. Feriado concelhio no dia 24 de Junho, em que se festeja S. João Baptista.

Em 1762 era concelho na correição do Pôrto, Minho.

Em 1811, concelho na mesma província, com juiz ordinário; comarca, provedoria e diocese do Pôrto; donatária, a Coroa.

Em 1821, concelho na divisão eleitoral e comarca do Pôrto, com 5 freguesias, 2.163 fogos e 7.569 habitantes.

Em 1826, concelho na mesma comarca, com as mesmas 5 freguesias e os mesmos fogos: Fânzeres, 402; Foz do Sousa, 321; Gondomar, 697; Jovim, 226; Valbom, 517.

Em 1832, concelho na comarca do Pôrto e já província do **Douro**.

Em 1835, concelho no julgado ou distrito de Santo Ovídio, Relação do Pôrto, província do Douro; distrito administrativo do Pôrto, com 2.212 fogos.

Neste ano os julgados correspondiam, em território, ao que hoje chamamos comarcas, e as comarcas tinham então um mais dilatado térmo.

Em 1836 Gondomar era um concelho adjacente a unir à comarca do Pôrto, ao distrito da cidade (Santo Ovídio), e concelho com 3.953 fogos, incluindo-se já nêle, sem dúvida, os antigos concelhos de Melres, Rio Tinto e S. Pedro da Cova, então extintos, assim como muitos outros o foram neste ano.

Em 1842 Gondomar era concelho no distrito do Pôrto, Douro, com as 11 freguesias de hoje e 4.112 fogos, tendo a da sede concelhia 675.

Por decreto de 21 de Novembro de 1895, passaram da freguesia de Rio Tinto para a de Campanhã, do Bairro Oriental do Pôrto, os lugares de Ranha e Vila Cova, e para a de Paranhos, do mesmo Bairro, a parte do lugar de Areosa envolvida pela circunscrição fiscal.

Por decreto de 13 de Janeiro de 1898, voltaram à situação anterior os lugares de Fura-Montes, Águas Féreas, Azevedo, Areias e Lagoa, da freguesia de Campanhã e exteriores à circunvalação fiscal, que, por decreto de 21 de Novembro de 1895, haviam sido transferidos para a freguesia de Fânzeres; os lugares de Casal, Ribeirinho, Tirares e Pêgo Negro, exteriores à circunvalação e que, pelo citado decreto, haviam passado da freguesia de Campanhã para a de Rio Tinto; e o lugar e rua de Campanhã de Baixo e os lugares de S. Pedro, Fatime, Meiral, Granja, Outeiro do Tine e Campos, exteriores à circunvalação e que, pelo mesmo decreto, haviam passado da freguesia de Campanhã para a de Valbom.

No Minho há outras povoações com o nome de Gondomar, sendo duas freguesias nos concelhos de Vila Verde e Guimarães.

O foral manuelino está registado depois do de Gouveia (de Amarante), seguindo-se-lhe, a este, os de Aguiar de Sousa e Paiva.

O da Leitura Nova está registado depois do de Mesão Frio, seguindo-se o de Hermelo.

Havendo outras terras com o nome de Gondomar, esta também é conhecida, popularmente, por S. Cosme de Gondomar.

Gondomar importante é este, sede de concelho.

No século XIII e segundo as Inquirições, havia a Terra ou

Julgado de Gondomar, sem dúvida território castelão, que ia da Foz do Sousa ao Pôrto, por cima seguindo a margem direita do rio Ferreira, ao termo de Valongo (que era da Terra da Maia), e incluindo-se, no mesmo Julgado de Gondomar, Santa Maria de Campanhã e S. Pedro da Cova (antigos coutos do bispo do Pôrto), e o Couto do Mosteiro de Rio Tinto. Além destas povoações, da Terra de Gondomar eram: Santa Cruz de Jovim, Foz do Sousa (S. João), Valbom (S. Veríssimo), S. Cosmado, Fânzeres (S. Salvador), Baguim, Lebrinho e Reguengo no termo de Avintes.

Verifica-se o facto curioso de haver um reguengo no couto de Avintes, mas integrado ou subordinado à terra de Gondomar.

O concelho de Gondomar, portanto, foi primitivamente constituído pelas freguesias de S. Cosme, Jovim, Foz do Sousa, Valbom e Fânzeres, com as freguesias que nêle encontramos no princípio do século XIX, em 1826. Como terra de Gondomar abrangia os coutos já citados.

E' interessante verificar que nas Inquirições figura **S. Cosmado**, simplesmente, sendo de crer, portanto, que Gondomar fosse o nome do castelo no hoje Monte Castro, nome derivado de qualquer cidadão **Gundemárius** que desse o nome ao castelo — **Gundemári**, donde resultasse lógicamente — GONDOMAR.

A Geografia de Barros, de 1549, diz:

«Outro mosteiro de freiras, da Ordem de S. Bento, se fêz aí (Pôrto), pouco há (há pouco tempo), por mandado de El-Rei Nossa Senhor, com autoridade do Papa, para se trasladarem nêle quatro [mosteiros] da mesma Ordem, que estavam pelos montes e não pareciam honestos para mulheres: Vila Cova, Tarouquela, Tuias e Rio Tinto; e êste, que se fêz, está dentro na cidade e é casa nobre e de muita água dentro e que tem muitas religiosas e muita renda».

Mais adiante Barros fala no couto de Rio Tinto e no julgado de Gondomar; não menciona S. Pedro da Cova nem Campanhã, embora já fôssem coutos.

Num documento de 1058 («Portugaliae Monumenta Histórica», «Dipl. et Chartæ», pág. 251), se diz — «Villa Campaniana sub alpe Castro Gundemari...»

O chamado foral de 1193 é simplesmente uma carta de couto, couto que não parece ser na vila ou concelho de Gondomar, porque, se fôsse terra verdadeiramente coutada, não receberia foral de D. Manuel, e em 1811 aparece-nos a Coroa como donatária. Adiante explico melhor este caso.

Diz P. Leal :

Gondomar ou S. Cosme de Gondomar — Vila, Douro, comarca do Pôrto... 950 fogos e 3.800 almas; no concelho, 5.300 fogos. Em 1757 tinha 548 fogos.

Orago, S. Cosme e S. Damião. Bisulado e distrito do Pôrto.

Que Gondomar é corrupção do nome próprio de Gondemar ou Gundemário...

Que se diz que esta vila foi fundada em 610, pelo rei góðo Flávio Gundemário, que lhe deu o seu nome.

A princípio a vila devia circunscrever-se ao castelo, que foi dum qualquer cidadão chamado Gundemário, nome próprio que aparece noutras povoações sem a lenda do rei góðo. A linda vila de Gondomar não diminui a sua honrosa história tendo sido fundada ou reedificada por qualquer nobre Gundemário, isento de sangue real, porque a povoação já é grandemente dignificada com o seu Castro, que deu origem à pequena (em relação a outras) mas distinta Terra de Gondomar.

Continua P. Leal :

Que, desde que Gondomar se elevou a vila, se disse — S. Cosme de Gondomar, hoje dizendo-se simplesmente — Gondomar.

Que o ordinário e os cónegos de S. Martinho de Cedofeita (Pôrto) apresentavam alternativamente o reitor.

Que a igreja matriz é antiquíssima, tendo sido a primeira igreja das Espanhas — dedicada a estes padroeiros. Que S. Cosme e S. Damião eram naturais de Egéa, na Arábia — a cidade que deu nome ao mar Egeu.

Que o terreno da freguesia é bastante acidentado, mas os seus vales amenos, salutíferos e fertilíssimos em todos os géneros agrícolas...

Que se fabricam aqui muitas obras de filigrana de ouro e prata, e artefactos de marcenaria.

Que tem foral, dado por D. Sancho I, em Coimbra e a 5 de Abril de 1193, e confirmado por D. Afonso III, em Santarém e em Março de 1218.

Que D. Manuel lhe deu novo foral, em Lisboa e a 19 de Junho de 1514 (aliás — de 1515).

Que é freguesia muito antiga, pois já em 897 foi dada esta igreja ao mosteiro de Lavra, por Gundezindo.

Adiante explico melhor este caso.

Que foram donatários dêste concelho os Condes de Penafiel, Marqueses de Fontes e depois, por herança, os Marqueses de Abrantes.

Que são terras muito ricas (estas freguesias), em razão do constante comércio que, por terra e pelo Douro, fazem com a cidade do Pôrto.

Que foi aqui a honra de D. Soeiro Reymondo, solar dos Reymondos, que D. Afonso III, nas Inquirições, não julgou ser honrada nem coutada, por padrões ou documentos, tendo confirmado a honra em atenção à pessoa de D. Soeiro.

Que no monte Castro houve um forte castelo romano.

Que neste concelho há minas de carvão de pedra, talco, antimónio e outros metais, sendo tradição que houve também minas de ouro, sendo certo que os romanos e os árabes aqui fizeram muitas obras de mineração, de que há evidentes vestígios em várias galerias.

Que aqui nasceu, em 19 de Março de 1804, D. João de França Castro e Moura, que morreu bispo do Pôrto.

No «Censual do Cabido da Sé do Pôrto» (Arcediagado da Maia), aparecem as igrejas que pagavam censo à Sé do Pôrto e, entre elas, as de S. Pedro da Cova, S. João da Foz do Sousa, Santa Cruz de Jovim, S. Verfíssimo de Valbom, S. Salvador de Fânzeres, S. Cristóvão de Rio Tinto e S. Cosme de GONDEMAR.

No «Catálogo dos Bispos do Pôrto», na comarca eclesiástica de Penafiel, figuram Rio Tinto (691 pessoas de comunhão e 199 menores), S. Pedro da Cova (respectivamente 108 e 22), S. João de Sousa (250 e 47), Jovim (141 e 37), Valbom (200 e 41), e diz-se de S. Cosme de Gondomar:

«Ermidas: Santo André e Santo Izidro. Tem de comunhão 530 pessoas, menores 116. E Comenda de Cristo. Rende 350 mil réis. Vigairaria.»

Neste Catálogo de 1623 não aparece Fânzeres. Por lapso ou porque estaria então anexa a outra igreja vizinha?

Marquês de Bolama, depois de repetir o que diz P. Leal, dá estes informes:

«Ao concelho de Gondomar pertence a freguesia de Lavra, que fica próxima de Matozinhos, e numa planície na costa do Oceano. Sem nos demorarmos em investigações de contingente resultado sobre a data da fundação desta freguesia (Lavra), diremos que parece não haver dúvida acerca da sua grande antiguidade, e de que houve ali um convento duplex da Ordem

de S. Bento, fundado no tempo dos suevos, e que se denominava Mosteiro de S. Salvador de Lavra.

A éste mosteiro, em que professou sua filha D. Adozinda, doou D. Gundezindo muitas igrejas, em 977, e entre elas a de Santa Eulália de Gondomar.»

É curioso que Marquês de Bolama afirme, em nossos dias, que a freguesia de Lavra, actualmente do concelho de Matozinhos (antigamente era do da Maia), pertence ao concelho de Gondomar!... Equívoco derivado da afirmação de que pertencia ao Mosteiro de Lavra a igreja de Santa Eulália de Gondomar (Santa Eulália em Fânzeres...).

Pinho Leal, como já vimos, diz que esta freguesia — Gondomar — é muito antiga, pois já em 897 (o Marquês diz 977), foi dada esta igreja ao Mosteiro de Lavra, por Gundezindo. Ora a chamada Santa Eulália de Gondomar não era, a meu ver, a igreja de S. Cosme mas qualquer que existia no lugar de Santa Eulália, freguesia de Fânzeres — que pertencia à Terra de Gondomar, por isso mencionando-se a igreja com o nome de Santa Eulália de Gondomar...

O Ex.^{mo} Sr. Professor Camilo de Oliveira tem já publicados dois magníficos volumes de «O Concelho de Gondomar» (apontamentos monográficos), edição feita a expensas da Câmara Municipal. É um interessante e distinto trabalho, que honra o autor e o Município de Gondomar; assim todas as Câmaras procedessem, dando a nota de que o progresso intelectual duma terra fica bem ao lado do seu progresso material. Infelizmente poucas Câmaras têm tido o gesto nobilíssimo da de Gondomar, como nem sequer assinando a minha obra de Corografia Histórica, cuja utilidade é bem evidente.

Quando em 1845 a Câmara pediu o título de vila para a sede do concelho, disse que a existência deste datava de 200 anos. Julgo que aqui houve equívoco, porque a Terra de Gondomar é muito antiga como concelho, no significado de povoação independente e com justiças próprias. No foral manuelino já se diz — **vila e férmo, câmara de Gondomar.**

Era considerada vila como sede de concelho, embora não gozasse as regalias a esta honra inerentes, nem tivesse oficialmente o título de povoação urbana. Mas era terra de antigo destaque.

Em 1927 voltou a reclamar, obtendo a publicação do Decreto n.^o 14.601, de 22 de Novembro, elevando a freguesia de S. Cosme, sede do concelho, à categoria de vila, com o título de Vila de Gondomar. Ficou assim, com este título, diferenciando-se doutras povoações com o mesmo nome de Gondomar.

Prof. Camilo cita o foral de Lomba, mencionado por

Franelim, como que preguntando se se trata da freguesia do mesmo nome, no concelho de Gondomar.

Este foral está no Livro de Trás-os-Montes, entre os de Vinhais e de Paço (Paçô de Vinhais), dados na mesma data do de Lomba — 4 de Maio de 1512; trata-se de Vilar Séco da Lomba.

Lomba de Gondomar pertencia ao antigo concelho de Melres, beneficiando, pois, do foral d'este, dado a 15 de Setembro de 1514, conforme Franelim. (Prof. Camilo diz 1524).

D. Sancho I deu ao bispo do Pôrto o Couto de Gondomar, limitado por: Ribeiro de Fonte Pedrinha, lugar de Paredes, alto do Monte Teuvilo, alto do Monte Cortinhas e direito à Fonte da Várzea e até Troviscal; Tiraz (Tirares), forno de Campianiana (Campanhã), Tatela, pôrto da Senra e Monte Queimado, no antigo marco do couto.

Julgo que êste couto, chamado de Gondomar simplesmente por estar dentro da Terra de Gondomar, não é mais nem menos do que o Couto de Campanhã — que foi couto do bispo do Pôrto. Sendo assim, está errada a informação de Franelim, dando como de Gondomar o foral ou carta de couto de 1193.

Como vimos, Santa Eulália de Fânzeres também se chamou — Santa Eulália de Gondomar, e da Terra de Gondomar era, no século XIII, Santa Maria de Campanhã (a freguesia eclesiástica).

Prof. Camilo (I, pág. 18) fala, por lapso, em D. Sancho II e D. Afonso II, invertendo a ordem cronológica; dizendo que êste foi filho daquele, quando é exactamente o contrário. Apenas uma troca de nomes próprios.

Terra da Coroa, nunca me constou que Gondomar tivesse sido couto; foi, portanto, surpresa para mim quando soube que o foral de 1193, citado por Franelim, era uma carta de couto...

O próprio foral de D. Manuel não fala no foral antigo ou carta de couto; só fala na Terra de Gondomar. Se Gondomar fosse couto, e do bispo do Pôrto, não teria foral manuelino, dado pelo rei — que tinha ali seus direitos.

Fala nos forais抗igos — mas no sentido de costumes ou direitos exarados nos tombos.

Ao Couto de Campanhã deu-se primariamente a designação de — Couto de Gondomar, como quem dissesse — Couto na Terra de Gondomar (na terra reguenga de Gondomar); sendo aqui Gondomar um apelido e não um nome...

Desculpem, o ilustre Prof. Camilo de Oliveira e a linda vila de Gondomar, estas minhas modestas observações, feitas apenas por amor à verdade histórica, que êste meu pequeno trabalho deseja servir e exaltar. Agora é a surpresa para Prof. Camilo, com esta minha afirmação...

Continuo acompanhando o magnífico trabalho de Prof. Camilo.

De 994 há carta de doação duma herdade em «vila sumlani (?) e baquini (Baguim), subtus alpe mons gundemari...»

De 1068, carta de venda duma herdade em «villa gondemari subtus ipso castro gondemari...»

De 1070, carta de venda duma herdade em «villa zebralio (Zebreiros, Foz do Sousa...) subtus monx cumdemari...»

De 1095, carta de venda duma herdade em vila que chamam Gondomar «subtus montes Castro Gondomar...»

De 1098, carta de venda duma herdade em vi'a que chamam «gondemar secus montes castro gondemar...»

São documentos dos «Portugaliae Monumenta Histórica», e que Prof. Camilo transcreve na íntegra.

D. Afonso I doou a meação da vila de Leverino, perto do rio Douro, ao Convento de Cete; na «Monografia de Paredes» diz-se que Leverino ou Lebrinho é um lugar da freguesia de Covelo, do concelho de Gondomar.

Covelo pertenceu à grande Terra de Aguiar de Sousa, cujos pergaminhos foram herdados pelo concelho de Paredes. Lebrinho, reguengo, é a povoação que figura no século XIII como da Terra de Gondomar, erradamente como LEHRINHO, tomando-se por *h* um *b*.

O documento tem a data de 1133.

A mesma monografia, escrita pelo saudoso Dr. José Pacheco, diz que estavam no limite do couto de Cete (ou Cête, ver pág. 107, 2º volume desta minha obra): Rans, Urrô, Coreixas, Parada, Covelo e S. João da Foz do Sousa. Ora as igrejas destas freguesias podiam ser anexas ao Mosteiro de Cete, mas sem obrigação das suas povoações serem do couto, pois este era apenas constituído pela freguesia de Cete.

Foz do Sousa era de Gondomar; Covelo e Parada (de Todea) eram de Aguiar de Sousa; Urrô e Coreixas, de Penafiel; e Rans, da Honra de Barbosa.

A igreja de Covelo era anexa à da Foz do Sousa e esta unida ao Mosteiro de Cete, e unidas também a este as outras já citadas e mais a de Madalena.

A doação do Mosteiro de Rio Tinto a D. Hugo, bispo do Pôrto, foi em 1119, e o couto do Mosteiro foi feito por D. Afonso I, a 20 de Maio de 1141.

O couto de S. Pedro da Cova, ao bispo do Pôrto, foi feito por D. Afonso I em 1130.

É natural que estes coutos, a princípio, só tivessem a jurisdição cível, estando no crime sujeitos ao Julgado ou

Comarca de Gondomar, isto é, sendo do rei a jurisdição do crime, como se vê da carta de D. Afonso IV (por lapsus Prof. Camilo diz D. Afonso III), de 26 de Junho de 1341.

Na convenção entre o bispo D. Hugo e os seus clérigos, em 3 de Setembro de 1120, fala-se num casal em Portugal em ríba do rio de Donom, pôrto de rio de Carros, etc. No meu entender, Portugal era o burgo da Sé, Donom o Douro (por Dorium), pôrto de rio de Carros o ancoradouro no rio da Vila, junto à depois Porta dos Carros, ponto onde vinham os carros carregar e descarregar as mercadorias e onde as embarcações se abrigavam da corrente do Douro. Teria sido este pôrto a origem do nome da cidade? as águas do Douro fariam aqui uma enseada, um abrigo, por entre o rio da Vila?

Pôrto e Cale fizeram Portucale ou Portugal; Portucale fêz a diocese Portucalense ou de Portugal, e esta deu origem à Nacionalidade Portuguesa...

O bispo do Pôrto obteve o padroado da igreja de Campanhã depois de receber este couto, de D. Sancho I, com o nome de — Couto de Gondomar.

Em 1310 Gil Martins, cavaleiro de Theyvc (Teivas, Lourosa, Viseu?) doou a igreja de S. Cosme de Gondomar ao bispo e cabido do Pôrto.

Prof. Camilo diz que em 1226 estavam incluídas, em terras da Maia e Aguiar de Sousa, as freguesias de Fânzeres e de Rio Tinto. Já vimos que Fânzeres e Rio Tinto eram, no século XIII, da Terra de Gondomar; confusão por serem da comarca eclesiástica da Maia-Sousa? Talvez...

Diz Prof. Camilo que, desde D. Afonso II até D. Deniz, julgado significava concelho, terra ou térmo, que tinha juiz ou alvazil, com maior ou menor jurisdição.

Parece que Terra, vocábulo aplicado a território castelão, tinha maior térmo do que um julgado, pois abrangia diversos julgados; em 1220, por exemplo, aparece, nas Inquirições, a Terra de Celorico de Basto transpondo o Tâmega e abrangendo Cerva, etc.; mas em 1258, sendo as Inquirições apenas por julgados, aparece o Julgado de Celorico dentro do seu limite concelhio e Cerva, etc., no Julgado de l'errarias (Vilar de Ferreiros, Mondim...).

Diz Prof. Camilo que até 24 de Outubro de 1855 todos os concelhos eram julgados.

Em 1835 havia julgados compostos de diversos concelhos, e todos os julgados eram concelhos. Em 1853 havia julgados (que já não eram concelhos (que não tinham câmaras e só juízes ordinários).

Em 1835 já o concelho de Gondomar, por exemplo, era do Julgado de Santo Ovídio, da cidade do Pôrto.

Prof. Camilo transcreve as Inquirições de 1258, na parte relativa ao Julgado de Gondomar, cujas freguesias já citei.

A igreja de Jovim era do Bispo do Pôrto. Aparecem os lugares de Jovim de Cima, Vale do Rossio e referência a Jancido da Foz do Sousa.

A igreja da vila da Foz do Sousa era do Mosteiro de Cete; concorda com o Catálogo dos Bispos. Aparecem Jancido, Rezende e Ferraria (hoje Ferreirinha?).

A igreja da vila de Valbom era de herdadores; dizem orago S. Vicente, mas creio que por lapso em vez de S. Veríssimo. Aparecem Vila Verde (ainda hoje lugar), Redondelo, Colmenaria (Culmieira), Razamundos (Roçamonde), Campo de Rebordelo, Morentais (hoje da vila de Gondomar), Ferrariam de Foz Sousa (Ferreirinha?) e Compostela (Foz do Sousa).

A igreja da vila de Campanhã era de D. Mendo Estrema; a freguesia era tôda coutada à Sé do Pôrto, menos Contumil — que era da freguesia mas estava fora do Couto. Aparecem Sá, Palos, Pressa (Prêsa Vélha, Bomfim?), Filcurea e Luneta (Noêda)

A vila de S. Pedro da Cova era couto dado por D. Sancho; o bispo mostrou o instrumento do couto e a carta, sem sôlo, mas não o da sua posse.

A igreja da vila de S. Cosme era do pretor Mendo Estrema (pretor do Castelo de Gondomar?). Que o mordomo costumava entrar em Ferreyria e em Compostela e não entrou mais desde que Pedro Subjerii Alvin disse que lhe cortava as mãos, e uma vez mandou prender o mordomo e pôs as mãos dêste sobre um madeiro e quis cortar-lhe as mãos!... Aparecem Casal, Varzinha, Azoenga, Sangemil (onde havia 2 casais de S. Pedro de Ferreira), Guear (Aguiar, 7 casais), Gondomarinho (diminutivo de Gondomar), Vilar, Barro, Sub-Corredoira, Outeiro e Palácio.

A igreja de Fânzeres era da Sé do Pôrto. Aparecem Figueira (Felga?), Monteselo, Alvariinha, Carregal (Carregais, Gondomar?) e pôrto de Escorido.

A vila de Baguim era coutada e honrada, com casais de várias Ordens e legados pelos descendentes do pretor D. Mendo Estrema; eram 14 os casais, sendo 5 do Mosteiro de Rio Tinto, 5 de D. Maria de Baguim, 1 da Ordem do Templo e 3 do prior de Rio Tinto.

Couto do Mosteiro de Rio Tinto: havia extra-couto várias leiras reguengas em Pinheiros Subjerii, Escaló, Fonte de Medancelhe e Nove Coroa (sendo o reguengo do Julgado da Maia). Que em Alvardo, onde um homem, assim também chamado, achou um menino morto e fugiu, deixando quanto possuía para reguengo, estava um pardieiro no sítio do Casal, extra-couto. Que homens que moravam em Cilveganos, Medancelhe, Casal,

Quintã e Rebordãos — vilas que jaziam no couto — davam anualmente 5 dinheiros ao mordomo da Maia.

Na vila de Lebrinho havia 3 casais que já não faziam fôro ao rei, tendo-os o Mosteiro de Cete e D. Urraca Ermigii, sendo certo que o mordomo de Gondomar levava dali, outrora, quinhão para o celeiro real. Vimos que D. Afonso I, em 1133, doou a meação desta vila ao Convento de Cete — vila hoje na freguesia de Covélo.

Fala-se aqui em Juiz de Gondomar, Juiz do rei, e em mordomo do rei; isso não seria assim, se a Terra de Gondomar fôsse coutada, se fôsse dela o chamado foral de 1193, ou antes carta de couto...

Em térmo de Avintes, terra coutada e na margem oposta do Douro, havia um reguengo, por isso integrado na Terra de Gondomar, pagando de fôro 7 moios de pão.

Todos estes lugares além doutros mais conhecidos, que por isso não menciono, estavam então escritos mais ou menos corruptamente.

Prof. Camilo diz que pertenciam ao Julgado de Gondomar terras que hoje lhe são alheias, outras havendo de que não falam as Inquirições daquele tempo — 1258; que, assim, Avintes hoje pertence a Vila Nova de Gaia e Campanhã ao Pôrto; que Covélo era do concelho de Penafiel e Lomba tinha cura que era da apresentação do abade de Melres; que Melres constituía um julgado; que Leverino ou Lebrinho é hoje um simples lugar, como Baguim; que Rio Tinto era couto do mosteiro do mesmo nome; que Medas era curato do reitor de Santo André de Lever e no antigo concelho de Aguiar de Sousa.

Cumpre-me esclarecer que, efectivamente, a freguesia de Campanhã (antigo couto e concelho) foi integrada na cidade do Pôrto, mas que Avintes, terra coutada e independente, não foi da Terra de Gondomar e sim e apenas um reguengo dentro do mesmo couto de Avintes. Lomba era do Julgado de Melres, e Medas, efectivamente, do lugar de Aguiar de Sousa, embora eclesiasticamente anexa à igreja de Lever, na margem oposta do Douro.

Não me consta que Covélo fôsse do concelho de Penafiel, mas sim do de Aguiar de Sousa, este hoje representado pelo de Paredes. Só da comarca eclesiástica de Penafiel.

Das Inquirições de D. Deniz, respeitantes ao Julgado de Gondomar:

Valbom. — Sejam devassos os 3 casais do lugar de Reçamonde e que o Mosteiro de Cedofeita tinha por honra em razão de terem sido de fidalgos; e continuem honrados 2 casais do Templo, 2 de fidalgos e 2 da Sé do Pôrto, no lugar de Colmeevra.

S. Cosme. — Continue honrada a casa que chamam o Casal, enquanto fôr de fidalgos, e tudo o mais seja devasso, entrando afô o mordomo do rei por seus direitos.

Que no lugar de Aguiar continuem honradas a casa de Soeiro Reymondo e a vila, menos o casal de Garcia do Mato, o qual seja devasso.

Que no lugar de S. Jumil sejam devassos os casais e continue honrada a herdade de Bouça Cova, de fidalgos.

Que no lugar de Morentâis continue honrada a casa de Lourenço Soares, o Freire, mas sejam devassos os 2 casais juntos.

Que continue honrado o paço de Gondomar, que foi de D. Martim Fernandes de Riba de Vizela e é de D. Aldonça, e honrados 4 casais de Cedofeita, no lugar de o Pindal.

Que sejam devassos 4 casais de Rio Tinto, no lugar de Vilar, onde, em tempo de D. Sancho, entrou o mordomo Mem Fernandes, que Pero Fouce prendeu, querendo-lhe talhar as mãos!...

Foz do Sousa. — Que continue honrada a casa que dizem Ferreira, que foi de D. Soeiro Reimundo, e tôda a vila, que são 5 casais de Roriz, 1 de Cete e outro de fidalgos.

Que sejam devassos 6 casais de Cete, no lugar de Compostela, onde Estêvão Dias fêz uma casa palhaça no tempo de D. Sancho, desde então fazendo honra de tôda a vila.

Fânzeres. — Que seja devassa a casa que chamam a Figueira, que fêz Martim Soares, de Baguim, como honrada. Que seja tudo devasso no lugar de Manariz, onde há 3 casas do Templo, 3 de Cedofeita, 1 de Rio Tinto, 1 de Domingos Bicos e 1 de Pero Beentez, mercador do Pôrto, onde fizeram honra desde D. Sancho, tio dêste rei (D. Deniz).

Juvim. — Seja devassa esta freguesia, onde não há honra nenhuma.

Verifica-se que não se fala de Campanhã, Rio Tinto e S. Pedro da Cova, que eram coutos, nem nas outras freguesias que não eram da Terra de Gondomar; Covelo, Medas, Lomba e Melres; nem no reguengo de Lebrinjo, nem no reguengo no couto de Avintes, nem em Baguim, que era coutada...

Em 1459 o térmo da cidade do Pôrto tinha jurisdição cível e crime nos diversos julgados em redor da cidade, entre êles o de Gondomar, onde os juízes e vereadores, etc., só podiam ser postos pelos juízes, vereadores e concelho da cidade.

Dr. João de Barros, na sua Geografia de 1549, cita os principais coutos e não todos — pois no térmo da cidade «há muitos julgados e coutos de diversas pessoas e principalmente dos mosteiros»; não menciona os coutos de Campanhã, S. Pedro da Cova, etc.

Prof. Camilo diz que a cidade do Pôrto, em 1336, ainda era pequeno *vilar* da Sé. Entendo aqui *vilar* por vila, porque *vilar* foi um pequeno casal, como vila foi primitivamente uma herdade.

Numa carta de D. Fernando, de 1367, se manda que os moradores dos julgados do térmo do Pôrto, incluindo-se os do de Gondomar, sirvam na construção do muro e cerca da mesma cidade.

Prof. Camilo (I, pág. 104), seguindo a Corografia de Carvalho da Costa, intitula assim um artigo: — «Gondomar, honra e solar de Sueiro Reymondo, de que el rey D. Afonso o terceiro mandou tomar conhecimento...»

Aqui pode entender-se que a vila ou tôda a terra de Gondomar foi honra de Reimondo, quando esta era apenas no lugar de Aguiar, onde, segundo as Inquirições de D. Afonso III, havia dois casais de Geraldo Afonso, neto de Subgério Remonde (Soeiro Reimonde), e onde, segundo as Inquirições de D. Deniz, havia seis casais honrados por causa da casa que fôra de Soeiro Reimondo.

A mesma Corografia diz que D. Sancho I, estando em **Santarém** em Março de 1256, deu **foral** ao concelho de Gondomar. O ano está errado, pois deve ser 1193 — data do tal foral que é carta de couto — do Couto de Campanhã, embora se diga — Couto de Gondomar, como atrás informei.

A Corografia misturou alhos com bogalhos, porque diz que este couto, dado à Sé do Pôrto (aliás, a 5 de Abril de 1193), foi confirmado por D. Afonso II, estando em Santarém e em Março de 1218...

1256, data citada pela Corografia, é esta de 1218 — uma da era de César e outra da de Cristo.

Frise-se, esclarecendo a Corografia, que a honra de Reimondo não esteve no chamado Couto de Gondomar (Campanhã), mas no lugar de Aguiar, na Terra de Gondomar.

A mesma Corografia dá o concelho de Gondomar apenas com as freguesias de S. Cosme, Rio Tinto, Campanhã e S. Pedro da Cova, dizendo que as outras eram compreendidas na honra de Baltar, a qual em 1821 só nos aparece com a sua única freguesia de S. Miguel (ver 1.º volume desta minha obra, pág. 280).

Diz que S. Cosme de Gondomar, **que dá o nome ao dito concelho**, foi a primeira igreja que a êste santo, natural de Egéa, cidade da Arábia, se dedicou em Espanha...

Gondomar foi o Castro, primitiva sede da Terra ou Julgado de Gondomar. Nas Inquirições, a hoje vila dêste nome apenas

se designa por vila ou freguesia de S. Cosme, Cosmado ou Cosmade...

A Corografia, depois de citar a freguesia de Campanhã como do concelho de Gondomar, inclue-a na honra de Baltar! Uma verdadeira mixórdia sem verdade histórica!

No chamamento geral de D. Afonso IV, diz-se que o couto de Campanhã era da igreja do Pôrto, por marcos e divisões, e que não havia ali juiz, vigário nem cherador, pois que os vigários do bispo ouviam os feitos cíveis do dito couto, indo os do crime aos juízes do Pôrto; que a aldeia de Gontymil (Contumil) jazia fora do couto, sendo a mesma aldeia da jurisdição do Julgado de Gondomar.

Carta de 14 de Junho de 1341.

Neste documento diz-se que o couto de Campanhã era nos Julgados da Maia e de Gondomar; no da Maia só se pode entender o povoado de Contumil, pertencente ao couto eclesiasticamente, mas fora dele, dos marcos, e sujeito às justiças de Gondomar por ser do couto, e dentro da Terra da Maia? Parece «salsada» mas não é: Contumil era tôda foreira ao rei e podia, portanto, pagar seus direitos aos mordomos da Maia. Paranhos também foi, eclesiasticamente, da Sé do Pôrto.

Em 2 de Dezembro de 1433 D. Duarte fez carta de doação da Terra de Gondomar a Fernão de Sá, criado-cavaleiro e alcaide-mor da cidade do Pôrto.

Prof. Camilo, na cópia, diz **dez** dias de Dezembro; por lapso, **dez** em vez de **dois**?

O décimo marco do chamado couto de Gondomar foi pôsto em Devesa, onde estava o antigo marco do couto. O couto seria antigo ou a referência diz respeito ao antigo couto da Sé, feito por D. Teresa e que D. Sancho I aumentasse com o chamado couto de Gondomar—Campanhã? o então novo couto, na Terra de Gondomar, começava no ribeiro da Fonte Pedrinha (hoje lugar de Valbom), onde entra no Douro, e, subindo aos montes Teuvilo e Cortinhas, ia a Tirares e ao forno de Campanhã, etc., terminando no antigo marco do couto da Sé?

Em 3 de Outubro de 1833, a comarca do Pôrto dividia-se em três distritos judiciais, os bairros de Cedofeita, Santo Ovídio e Santa Catarina, com os julgados e concelhos limítrofes da cidade. Ao primeiro pertenciam os julgados de Bouças, etc., e o concelho da Maia; ao segundo, os julgados de Rio Tinto, Valongo, etc., e o concelho de Aguiar de Sousa; ao terceiro, os julgados de Campanhã, S. Pedro da Cova, etc., e os concelhos de GONDOMAR, Gaia e Vila Nova de Gaia.

Prova-se que julgado era diferente de concelho, como hoje

o é comarca de concelho; tinham juízes Rio Tinto, Campanhã, S. Pedro da Cova, etc., mas eram simplesmente concelhos: Maia, Aguiar de Sousa, GONDOMAR, Gaia e Vila Nova de Gaia, com suas câmaras municipais. O julgado de Valongo era do concelho da Maia.

Em 1835, porém, acabaram estes julgados, transformando-se em concelhos pertencentes aos julgados dos três bairros da cidade, vendo-se o concelho de Aguiar de Sousa no julgado de Penafiel.

Prof. Camilo, talvez por lapso, não cita, como pertencendo ao bairro de Cedofeita, em 1833, os concelhos da Maia, Póvoa e Vila-do-Conde.

Em 7 de Agosto de 1835 os concelhos de Crestuma e Grijó estavam no julgado da Feira.

A brilhante monografia do Prof. Camilo de Oliveira—«O Concelho de Gondomar»—traz a lista dos 53 concelhos do distrito do Pôrto em 1835 (mapa n.º 2, de 18 de Julho), em que figuram os concelhos de Gondomar, Campanhã, Cova (S. Pedro da), Melres, Rio Tinto, etc.

Por lapso, traz Sabrosa em vez de Sobrosa (hoje freguesia do concelho de Paredes) e Anade em vez de Ancede (freguesia do concelho de Baião). A primeira foi honra e a segunda foi couto e depois concelhos as duas.

Aguiar de Sousa foi concelho antigo — terra de Aguiar de Sousa, com origem no seu castelo.

Paredes, que lhe herdou pergaminhos, era de Castelões de Cepeda e só passou a vila em 1844.

Em 1834 os juízes pedâneos, por freguesias, parece que tinham as funções e atribuições que hoje têm os regedores.

O concelho de Baltar não se formou em 1835, pois já o era em 1821, derivado da sua honra; em 1835 foi ampliado para desaparecer com a reforma de 1836. Até 1835 a honra ou concelho de Baltar só tinha a freguesia de S. Miguel, com 263 fogos.

Loureiro de há muito que tinha 3 freguesias: Beire, Gondelais e Loureiro. Ambos estes concelhos — Baltar e Loureiro — já não figuram no mapa da divisão judicial de 1836...

O concelho de S. Pedro da Cova, antigo couto, também foi extinto em 1836. Era composto só da freguesia de S. Pedro, com 205 fogos em 1835. Não foi, portanto, novo e efémero concelho em 1834.

Também se chamou julgado. Sítio do foral — lugar onde se reúnia o concelho, casa da câmara.

Em 1834 só o concelho recomeçou a existir sem a sanção da Câmara do Pôrto...

S. Pedro da Cova foi couto mas, extintos os coutos em 1820, passou a designar-se por concelho, embora ainda se lhe dê, depois, o nome antigo de couto.

Da mesma forma, o concelho de Rio Tinto, antigo couto e freguesia que em 1842 já figura no concelho de Gondomar.

Em Dezembro de 1867 houve o restabelecimento do concelho de Rio Tinto, incluindo-se nélle Gondomar e Valongo, etc.; mas, em Janeiro de 1868, foi anulada a recente divisão administrativa, voltando Rio Tinto a fazer parte do concelho de Gondomar.

Da mesma forma Campanhã em 1842 já estava integrada no Pôrto, como freguesia da cidade; em 1896 só deixaria de fazer parte do seu bairro oriental?

A documentação escrita, relativa ao Monte Castro, não só nos aparece no século XVIII: já no século XII se fala no **Castro Gondomar**, que não é outro senão o Monte Castro. Mais adiante Prof. Camilo assim o entende por bem e declara que, sendo este monte uma fortaleza natural, pode ser errado o que disse: — nunca ter havido fortificação no mesmo monte e levantada pela mão dos homens.

Uma capela de Santo Izidro, como se viu, já existia em 1623.

Que Dr. Pedro A. Ferreira diz derivar Sousa do baixo latim **saucia** — salgueiral ou bosque de salgueiros, todavia dizendo-se que, pelas leis da fonética, não podia dar **sousa**, porque os documentos抗igos dão uniformemente Sousa e **saucia** daria Sousa com **z**, que nunca aparece. Prof. Camilo termina por dizer que ficamos sem saber donde vem Sousa.

Sósia é nome de mulher; Soza é cidade dos Dardanos. Também temos a antiga vila de Sosa.

Antes dos Aguiares, o castelo de Aguiar de Sousa teria sido duma Sósia, dando a fortaleza o nome ao rio? A escala seria então: Sósia, Sósa, Sôsa — Sousa?

Discute-se se o Sousa nasce em Friande, se em Pombeiro. Documentos抗igos dão o nome de Sousa aos dois braços que se juntam em Pedreira, no concelho de Felgueiras.

Se a freguesia de S. Vicente tomou o nome de Sousa, creio que foi para se diferenciar doutras do mesmo nome e que esta freguesia não deu o nome ao rio, pois o braço dêste, pelo poente de Margaride, nasce muito mais acima de S. Vicente, em Pombeiro...

É curioso que Dr. Pedro Augusto Ferreira não diga que o

rio Sousa também banha grande parte do concelho de Penafiel e afirme que banha grande parte do concelho e comarca de Paredes, depois de receber o rio Ferreira, sabendo-se que este só entra no Sousa próximo da foz d'este e já no concelho de Gondomar.

Prof. Camilo termina por dizer que Sousa, rio, vem do baixo latim **saucia**, salgueiral ou bosque de salgueiros.

Sobre a antiga Civitas Anegia, veja-se o 2.º volume desta minha obra, pág. 304.

Informa Prof. Camilo que os concelhos foram instituídos por forais, em que se fixavam certos privilégios e leis de administração local, com direitos e deveres, com relação ao poder central.

Isto nos primeiros séculos da Nacionalidade; no século XVI já aparecem concelhos sem forais e nascidos de honras ou coutos.

Em notas adicionais ao 1.º volume, Prof. Camilo pregunta se a vila Sumbani, do ano de 994, é Suão, e Baquini — Baguim, abaixo do monte de Gondomar.

Assim o creio; e que Sumbani está por **Sumhani**.

Prof. Camilo diz que foi um belo negócio a doação do Mosteiro de Rio Tinto a D. Hugo, a trôco dum a mula amarela, avaliada em 300 moios. Ora parece que antigamente a doação não podia ser pura e simples, devendo tomar o carácter dum troca ou venda, embora o doador recebesse uma insignificância. Nos aforamentos procedia-se da mesma forma: o fôro tinha de ser de qualquer cousa, mesmo relativamente sem valor: uma pequena moeda, um pintassilgo, etc.

Parece que o nome de Campanhã se circunscreveu, a princípio, ao local do seu antigo mosteiro, e talvez de aí a designação de Couto de Gondomar dada ao Couto de Campanhã. Talvez; e, sendo assim, é de crer que o nome de Campanhã se tivesse depois estendido a toda a freguesia ou couto.

Prof. Camilo anota que o concelho de Paredes foi criado em 15 de Fevereiro de 1837, dia em que foi extinto o concelho de Aguiar de Sousa, sendo hoje apenas (Aguiar de Sousa) uma freguesia desse concelho (Paredes).

Assim está certo, mas não confundir o moderno concelho de Paredes com o antigo de Aguiar de Sousa. A Deus o que é de Deus...

Prof. Camilo abre o 2.º volume de «O Concelho de Gondomar» com as 3 lápides funerárias encontradas em Penouço,

Rio Tinto, e levadas para a Biblioteca do Pôrto; conta-nos que no Monte do Castro apareceram, há anos, moedas de prata ou cobre, e mós.

Ricardo Severo fêz o estudo de «O cemitério romano do Monte do Penouço» (houça do Seixo, Rio Tinto).

Prof. Camilo, neste 2.º volume da sua obra, diz que **Sousa** é a latinização medieval de pre-romano Sousa ou **Sosa**, rio de água doce, em oposição à do rio Douro que na foz é sempre salgada, devido às marés.

Que do mosteiro de Rio Tinto não restam hoje senão a tradição e o lugar chamado Mosteiro.

Prof. Camilo, por lapso, fala em D. Teresa — viúva de D. Afonso Henriques, em vez de viúva do Conde D. Henrique (pág. 52).

Diz-se que a primitiva Sé do Pôrto foi na actual matriz de Miragaia. Talvez. Ali seria a passagem no Douro, comunicando com a estrada romana; de Miragaia saíra para a Sé do Pôrto o padroeiro S. Pantaleão.

D. Felipe II, por carta de 20 de Agosto de 1597, confirmou o chamado Couto de Gondomar (Couto de Campanhã).

Prof. Camilo pregunta se Prêsa Vélha será em Campanhã. Há este lugar na freguesia do Bomfim.

Segundo o recenseamento e inquirição de 1527, de D. João III, do térmo da cidade do Pôrto eram, além de outros, os coutos de Cedofeita, Campanhã, Rio Tinto e Paranhos, coutos que tinham o cível; quere dizer — no crime eram sujeitos aos julgados respectivos — Bouças, Gondomar e Maia ou da cidade do Pôrto?

S. Pedro da Cova não aparece como couto mas como simples freguesia de Gondomar.

Os coutos e os julgados referidos, bem como o de Melres, etc., eram do térmo da cidade mas não do seu arrabalde; quere dizer — as causas que corriam nestes julgados iam à apelação dos juízes da cidade, a cujo térmo judicial aquêles pertenciam?

Assim, ao contrário do que afirma Prof. Camilo, parece que os coutos de Rio Tinto e Campanhã pertenciam ao Julgado de Gondomar para efeitos crimes, embora as freguesias daqueles não fizessem parte do concelho de Gondomar — porque os coutos tinham a sua independência administrativa, faziam as suas posturas e leis sob a presidência do seu juiz ordinário, do cível.

Prof. Camilo diz que em 1527 eram, ao todo, 286 os habitantes de Gondomar — de Foz do Sousa, Jovim, S. Cosme, Valbom, Fânzeres e S. Pedro da Cova.

Creio que neste recenseamento se toma a palavra morador ou vizinho como sinónimo de habitante, quando deve ser o de fogo ou família. Assim, multiplicando por 4 os 286 fogos, temos 1.144 habitantes ou almas, para as referidas freguesias de Gondomar, em 1527.

Em 1623, segundo o «Catálogo dos Bispos do Pôrto», as referidas freguesias, excluindo a de Fânzeres que não é mencionada no mesmo, contavam 1.492 pessoas maiores e menores. Esta conta harmoniza-se com aquela de 1.144 habitantes um século antes, e verifica-se um aumento de população de mais de 20 % desde 1527 a 1623.

Prof. Camilo dá como do concelho de Gondomar, em 1623, freguesias que eu considero não lhe pertencem, como Melres, Lomba, etc. O referido Catálogo fala na comarca — aliás eclesiástica — de Penafiel, mas não menciona concelhos.

A «Geografia Histórica», de D. Luiz Caetano de Lima, de 1736, inclue em Gondomar — Campanhã, Rio Tinto, etc., creio que não como freguesias propriamente do concelho gondomarense mas apenas como da antiga Terra ou Julgado de Gondomar, o que é muito e muito diferente.

O mesmo se dá com o «Episcopólogo» de Pereira de Novais, que também não fala em Fânzeres.

Prof. Camilo diz que em 1757 ainda não eram consideradas da cidade do Pôrto as freguesias de Cedofeita, Massarelos, Campanhã, Paranhos, Lordelo do Ouro e S. João da Foz do Douro.

Não eram do centro urbano da cidade, porque ficavam extramuros e pertenciam a coutos e a diversos julgados; mas eram do térmo da cidade, judicialmente, como já disse.

O casal chamado Quintela, na vila de Gondomar, era do chantre do cabido de Cedofeita, — casal dividido em vários caseiros e emprazado em 1555. Esta Quintela é citada em documentos抗igos.

As «Memórias Paroquiais» de 1758 dizem que o concelho de Gondomar é do térmo do Pôrto e da comarca de Penafiel. Entenda-se a palavra comarca como divisão eclesiástica, do bispo do Pôrto.

Dizem que a terra é do rei e não de donatário.

A pregunta — se tem térmo seu? — o pároco responde que é térmo da cidade do Pôrto. Ora havia o térmo concelhio

e antigamente até se demarcava o térmo (limite) de qualquer quintarola.

Que a freguesia de S. Cosme tinha 548 fogos, 1.700 pessoas maiores e 320 menores. Menores, no eclesiástico, eram as que não comungavam.

Que a paróquia (igreja) estava no meio da freguesia, dividida em parte do Castro e parte de Aguiar, tendo esta 15 aldeias e aquela 18.

Que tem um ouvidor anual, nomeado pelos vereadores do senado da Câmara da cidade do Pôrto.

No entanto, já verificámos que o concelho de Gondomar tinha juiz ordinário em 1811. Os ouvidores foram substituídos por corregedores de nomeação régia, pela lei de 19 de Julho de 1790; porém, em 1762 já existiam provedorias e correições, e em 1811 ainda aparecem provedorias e não correições.

Sendo Gondomar do térmo do Pôrto, o senado da cidade nomeava ouvidor para ouvir os agravos das justiças da 1.^a instância, de Gondomar? Assim parece: que Gondomar e outras terras tinham as suas justiças próprias, pertencendo ao Pôrto, porém, como do térmo comarcação e não citadino ou administrativo.

Que o concelho de Gondomar é pequeno e sujeito à Relação da cidade do Pôrto.

Que há as fontes da Pedreira, de S. Jumil e da Fontela, tendo esta «virtude para as aréas».

O pároco de Covêlo disse que o rio Sousa nasce junto da igreja de Moure (Felgueiras).

Que a freguesia de Fânzeres está sujeita ao governo das justiças da cidade do Pôrto.

Que Jovim é da comarca eclesiástica de Penafiel, da correição secular da cidade do Pôrto e do concelho de Gondomar, «a cujo pertencem as freguesias de S. Cosme, que ao presente é cabeça dele, e tem sua Casa de Audiência e em outro tempo foi a freguesia de S. Veríssimo de Valbom, esta, a de que se trata, S. João da Foz do Sousa, S. Salvador de Fânzeres, e uma pequena parte da freguesia de Santa Maria de Campanhã, que são seis, e esta era tóda de Gondomar antes do ano de 1231.

Que tem ouvidor pedáneo, que é juntamente juiz das sisas

do concelho de Gondomar, de que é parte esta freguesia, e do térmo da cidade e comarca do Pôrto.

Que no alto do monte, que hoje chamam de Aguiar, por cima da aldeia de Cabanas, se acha um terreno que parte pertence a esta freguesia (Jovim), e parte à freguesia de S. Cosme, e por esta parte tem o lugar chamado de Aguiar, também na descida do mesmo monte, e no alto dito houve em outro tempo um Castelo chamado de Aguiar, o que consta não só por fama mas também por causa de alguns campos de vários lavradores referirem ainda hoje a denominação de **Campos do Castelo**, e terem tirado daquele sítio muita pedra lavrada.

Creio que há aqui um equívoco com o Castelo de **Aguiar de Sousa**, que deu origem ao Julgado ou Terra do mesmo nome. Os campos podiam ter pertencido a este Castelo e, por isso, serem assim apelidados e, pelo mesmo motivo, podia o lugar ter tomado o nome de Aguiar; não custando crer que noutras tempos o referido Castelo tivesse, no alto d'este monte de Gondomar, uma atalaia ou torre, da qual fôsse a tal pedra lavrada, ali aparecida.

Que a antiga cidade **Ripa Fidelis** fôra na freguesia da Sousa (Foz do Sousa ou Arrifana de Sousa?), cidade que foi extinta, bem como o Castelo de Aguiar (de Gondomar), pelo que se erigiu a vila de Arrifana de Sousa, cuja fundação e colónia nova se atribuem ao valor de D. Faião Soares, relíquia gôda e tronco dos ilustres Sousas, pelos anos de 850.

A cidade «Ripa Fidelis» foi a de Penafiel, talvez no alto de Luzim, cota 556, porque ainda num documento de 1047 se fala em **Penafiel de Kanas**.

Que Lomba é na eclesiástica comarca de Penafiel, na secular comarca de Penafiel de Sousa, térmo da vila de Melres, térmo que tem juiz ordinário que conhece de tudo (cível e crime), e Câmara; e que é couto do Marquês de Marialva.

Couto é um modo de dizer, por ser donatário Marialva. Melres era vila e em 1811 já era da Coroa; o Marquês colhia os direitos reais.

Que a igreja de Medas era, no secular, de **Penafiel de Aguiar de Sousa**, tudo d'este dito bispado do Pôrto, térmo da cidade do Pôrto; não tendo térmo seu, antes pertencendo ao térmo de Aguiar de Sousa.

Não tinha térmo — jurisdição? Era do julgado ou concelho de Aguiar de Sousa e do térmo comarcão da cidade; eclesiasticamente era da comarca de Penafiel. Errado foi dizer-se — Penafiel de Aguiar de Sousa.

Que não tem juiz ordinário mas sim ouvidor do dito con-

celho de Aguiar de Sousa, o qual também é juiz das sisas do dito concelho e feito e sujeito ao senado da Câmara da cidade do Pôrto.

Que não é couto e que é na freguesia das Paredes onde se fazem as audiências.

Portanto, em 1758 já na povoação (depois vila) de Paredes, da freguesia de Castelões de Cepeda, era a sede do concelho de Aguiar de Sousa.

Que Melres tem, no secular, térmo seu; juiz ordinário, que conhece de tôdas as cousas (causas?) e Câmara, e ouvidor de vara branca; couto do Marquês de Marialva, cabeça do mesmo concelho e honra do dito senhor.

Couto, concelho e honra é muita cousa junta. Melres foi vila (ver o que atrás digo de Lomba, pertencente a Melres).

Que na Foz do Sousa há o lugar de Ferreira (Ferraria e Ferrariam nas Inquirições de 1258), com 21 fogos.

Deve ser Ferreirinha ou casais na foz do Ferreira, hoje lugar de Travaços?

Que esta terra tem ouvidor pedáneo, sujeito ao juiz de fora do térmo da cidade do Pôrto.

Que não se sabe o nascimento do rio Sousa e que ele passa por Parada de Modeya (aliás — de Todea).

Que Rio Tinto é da comarca secular do Pôrto e do térmo do mesmo Pôrto.

Que o couto consiste sómente e abrange a sua freguesia, sendo o juiz dele nomeado pela Abadessa do Convento da Ave-Maria, juiz que conhece de toda a acção como qualquer juiz ordinário, havendo vereadores com Casa de Audiência (Câmara), junto às casas do soleiro das vendas e dízimos da freguesia, no sítio em que esteve edificado o mosteiro, cujas ruinas ainda mostram a sua grandeza.

Que S. Pedro da Cova tem térmo seu, pelo que respeita a jurisdição cível, e pertence ao térmo do Pôrto pelo que respeita a jurisdição crime.

Que na serra de Santa Justa há uma ermida desta santa e em lugar deserto, com romagem de povo de Rio Tinto, Valongo, Fânzeres, Campanhã e S. Cosme, cujos moradores são obrigados, por voto, a irem com procissões de suas respectivas igrejas, à capela da mesma santa. A capela, pôsto dos limites de Rio Tinto, estava na posse dos moradores de Valongo.

Que é couto da Mitra, sendo donatários e ouvidores os bispos do Pôrto, e que tem juiz ordinário, eleito pelo povo e confirmado pelos mesmos bispos, constando ter já havido Câmara, que no presente não tem (em 1758).

Que no mais alto sítio da serra da Pia está uma pedra (da qual a mesma serra toma o nome), com uma tal concavidade que pode receber 10 pipas de água, não tendo artifício, antes sendo obra da mesma Natureza... e nela se vêem umas pisadas, que parecem ferra; duas (ferraduras)... Que S. Martinho habitara nesta serra.

Que conserva sempre água, sem ela ali nascer, e que chove assim que se esgota e alimpa, razão por que os lavradores, querendo chuva, esgotam a pia com toalhas e panos de linho.

Que no mesmo lugar estava antigamente um padrão de pedra, que se arruinou com o tempo, passando a existir um de pau; e se acham ali algumas pedras com indícios de que houve alguma ermida pequena ou humilde habitação de alguma pessoa.

Que o rio Ferreira se chama rio de Ponte Ferreira...

Que Valbom é da comarca (eclesiástica, é claro) de Penafiel, termo do Pôrto e concelho de Gondomar, sendo senhor dos montados abertos, da freguesia, o Marquês de Fontes, e que quase tudo se acha emprazado e tapado com casas e cultura, pagando renda ao dito Marquês.

Aqui se põe o vocábulo vizinhos por habitantes: 309 fogos e 944 vizinhos, estando 89 ausentes.

Que a paroquial está na aldeia de Valbom de Baixo, que é o lugar que fica próximo ao rio Douro.

Que Valbom é do número das sete freguesias de que se compõe o concelho de Gondomar, que tem Casa de Audiência, na freguesia de S. Cosme de Gondomar, que parte com esta freguesia de Valbom pela parte do nascente, tendo este concelho um ouvidor eleito pela Câmara da cidade do Pôrto, à qual está sujeito.

Que os pescadores pagam o dízimo ao abade, a Pinto de Azevedo, ao Marquês de Fontes, a Afonso de Melo, à Colegiada de Cedofeita, ao rei, e os obrigam a vender o peixe só na praça da Ribeira, da cidade do Pôrto...

Prof. Camilo, nomeando as terras do senhorio do Marquês de Marialva, cita Atein, Ermelho, Bilbo, Vilar de Ferreiras, Póvoa e Valongo, etc. Informa-se que são: Atei, Ermelo, Bilhó e Vilar de Ferreiros, e que Penela, Póvoa e Valongo são da

Beira — Penela da Beira, Póvoa de Penela e Valongo dos Azeites.

Prof. Camilo (II, pág. 212) diz que o Conde de Povolide foi Comendador de S. Cosme de **Gundar** na Ordem de Cristo. Ou S. Cosme de **Gondomar**?

Prof. Camilo informa-nos que, nos manuscritos da Biblioteca do Porto, há o n.º 485, da demarcação do Couto de Campanhã com a Colmeira, feita no ano de 1321.

Culmeira é lugar da freguesia de Valbom. Este couto — o de Campanhã — feito em 1193, era o chamado Couto de Gondomar, e que começava no ribeiro da Fonte Pedrinha, onde entra no Douro. Antes de ser couto, Campanhã fôra inteiramente de Gondomar.

Diz Prof. Camilo que, nos primeiros tempos da monarquia portuguesa, os territórios não nobres, não eclesiásticos e não municipais, e que estavam por isso sujeitos ao poder real, eram divididos em **terrás** ou distritos administrativos e militares, constituindo também comarcas judiciais ou **julgados**.

Julgo que a lição é de Herculano: que os territórios, que não eram honras, coutos ou concelhos, pertenciam ao rei. É de notar, no entanto, que eram do rei concelhos e vilas, mesmo com administração própria, e que até havia coutos da Coroa. A TERRA, oriunda duma jurisdição castelã, opondo-se a **território** — jurisdição eclesiástica — compreendia, para efeitos administrativos e militares, e quiçá judiciais de apelação, os coutos e honras, as vilas e os concelhos.

Exemplo: a Terra de Gondomar, governada por um pretor, tinha um juiz que superintendia nas justiças do concelho e nas dos coutos, pois estes, no geral, apenas tinham jurisdição cível. Assim, parece errô excluir das TERRAS os coutos, honras e municípios, e excluir estes da jurisdição real, sabendo-se que em muitos concelhos ou vilas, os juízes, eleitos pelo povo, iam à sanção do rei e que esta se exercia nas apelações dimanadas dos mais libérrios municípios.

As terras também constituiam comarcas judiciais ou **julgados**? Constituam sempre julgados, no sentido que hoje se dá aos concelhos; comarcas ainda eram chamadas as províncias, no meado do século XVI. E, dentro dos grandes julgados, existiam os pequenos: na Terra ou Julgado da Maia, havia o lugar ou julgado de Azurara; na Terra ou Julgado de Celorico de Basto, o couto ou julgado de Moure.

Honra podia ser só uma quinta, dentro duma freguesia, ou diversas quintas ou lugares dentro de várias freguesias; couto podia ser um lugar ou uma freguesia. Ordinariamente, as honras eram de fidalgos e os coutos de pessoas ou entidades religiosas.

Os municípios, que tinham o direito de eleger ou destituir os juízes, sem a sanção do rei, chamavam-se **beetrias** — espécie de honras populares.

O rei tinha direitos nos concelhos e povoações reguengas, a que dava forais, e tinha foros de propriedades nos próprios coutos ou honras.

Diz mais Prof. Camilo que o nobre ou rico-homem era o chefe da terra, e que estas terras se subdividiam em préstamos, que eram porções de casais, aldeias ou freguesias, cujo rendimento era a favor do prestameiro, nomeado pelo rei, e recompensa de algum encargo público.

O prestameiro não era só aquele que tinha a pensão pres-timonal, o que gozava de bens da Coroa para seu sustento: era também o mordomo ou rendeiro que cobrava os foros ou pensões dos prestimónios. Se o préstamo fosse perpétuo, tomaria o carácter duma honra; creio que o préstamo era, pois, temporário, como os bens de donatário, cuja morte determinava aquêles fôssem à confirmação régia.

Mais afirma Prof. Camilo que, além destas terras, havia os concelhos ou terras privilegiadas, onde o direito de jurisdição pertencia ao nobre, ao prelado, à Ordem religiosa ou militar. Já disse que as terras eram reguengas, espécie de concelhos onde os ricos-homens mandavam segundo os usos e costumes ou forais, mas onde o povo elegia os seus juízes, vereadores e procuradores, nisto consistindo os privilégios dessas terras; povoações privilegiadas, verdadeiramente, eram os coutos e honras, então do Governo, mais ou menos livre, de religiosos e nobres.

Nem sempre os donatários administravam justiça: podiam cobrar, por doação ou por arrendamento, os direitos reais, mas não ter a jurisdição da terra, nem a faculdade de nomear os juízes da mesma. Se administravam justiça ou escolhiam juízes, a apelação era para o rei ou para os tribunais régios.

Se a terra era castelã, havia nela o alcaide, que às vezes era o juiz do povo, acumulando as funções judiciais com as administrativas ou militares; se o juiz era outra pessoa, municipal, às vezes o alcaide é que confirmava a eleição daquele.

Eis o que penso sobre o assunto.

Que em 1459 a cidade do Pôrto tinha por seus termos, com toda a sua jurisdição cível e crime e serventia dos corpos das gentes, os julgados da Maia, de Refoios, de Bouças, de Azurara com Pindelo e de Aguiar e de Penafiel, e de Gondomar, Gaia e Vila Nova, que estavam em posse desde longos anos antes.

Entendo que esta jurisdição do Pôrto, sobre estes julgados, no cível e crime, era para apelações e agravos e não

jurisdição de primeira instância; jurisdição comarcã que pertencia à cidade, às suas justiças, e não ao rei — que deu essa jurisdição ao Pôrto.

Os julgados passaram a ser compostos de freguesias, espécie de julgados de paz, a que hoje chamamos juízos de paz. Hoje julgado é como que uma pequena comarca, abrangendo um concelho.

Em 1860 havia o distrito eclesiástico de Penafiel, na comarca eclesiástica de Penafiel, no qual distrito se incluiam as freguesias de Gondomar, Covêlo, Fânzeres, Jovim, Medas, Rio Tinto, S. Pedro da Cova, Valbom, etc.

Não aparecem Melres e Lomba, que eram do 2º distrito.

Que «Jovim» é a corrupção de Jouvi, descanso, e não o diminutivo de Job, «Jobinho».

A grafia oficial é Juvim. Juvim podia ter sido vila Jovini, de Jovinus por Jovianus?

Que Condes de Gondomar é o título genealógico do reino, outorgado em 1617, na Espanha.

Que o «Dicionário de Geografia Universal», sob a direção de T. Augusto de Carvalho, edição de 1881, diz que Gondomar foi couto do cabido da Sé do Pôrto...

Confusão com Campanhã, como já se sabe.

Que a «Corografia Moderna», de João Maria Baptista, edição de 1875, diz o mesmo — que Gondomar foi couto do cabido da Sé do Pôrto e honra e solar dos Reimondos, pôsto não tivessem para isso prova autêntica...

Que José Augusto Vieira, em «O Minho Pitoresco», escrevia em 1887:

«Tri-fronte. Mineiro, artista e lavrador. A paisagem corresponde a essas três modalidades industriais. Ora severa, brusca accidentada, negra; ora filigranando arabescos sobre as correntes límpidas da água; ora alastrando-se uberrima pelas hortas e pomares, donde se abastece o Pôrto. O carvão, a filigrana e o nabo, eis af os três símbolos de Gondomar, desta boa e antiga terra portuguesa, cuja povoação principal se diz ter sido fundada pelo rei gódo Flávio Gundemário, no ano de 610.»

Depois diz, erradamente, que a freguesia de Gondomar foi, no ano de 897, dada ao Mosteiro de Lavra... e que D. Sancho I deu, em Coimbra, foral à vila de Gondomar, em 5 de Abril de

1193, foral que D. Afonso II confirmou em Santarém, em Março de 1218...

Diz Prof. Camilo que, tendo visto o lugar de Quintã, o turista deve subir ao outeiro de Santo Isidro (a ermida de Santo Isidro já figura no Catálogo de 1623, no Monte Castro), outeiro que domina, com a sua alvejante ermida — não só a povoação sobre que está a-cavaleiro, mas ainda um extensíssimo e formoso panorama, em que se desenrolam os pitorescos subúrbios da cidade, como se representassem, por algumas léguas em redor, o mosaico mais extraordinário em desenho e colorido, que pode conceber-se. Que todo esse quadro imenso parece sorrir para nós, como se a Alegria e a Abundância descessem do Olimpo grego a semear, de ouro e luz, a campina vasta e accidentada de relevos.

Que se dá o nome de valboeiros aos barcos originais, que se empregam no serviço da pescaria de Valbom.

Que todos os povos cristãos, ao agregar-se em zonas de povoação, invocaram, como seus protectores, os santos do cristianismo, segundo as suas devoções. Que esta vila adoptou os nomes dos dois irmãos, de raça árabe, S. Cosme e S. Damião, que foram médicos na Síria, tão abnegados que não aceitavam dinheiro pelos serviços clínicos, donde lhes veio o sobrenome de *anárgiros* — inimigos de dinheiros. Que foram degolados em Egéa, na Sicília, no ano de 287.

Que S. Cosme de Gondomar é nome antiquíssimo e a vila de Gondomar de criação recente, de 1928.

Sobre isto já disse algo.

Que na comarca de Lamego havia a freguesia de S. Cosmado e a vila de S. Cosmado no concelho de Armamar — que eu entendo ser o mesmo que S. Cosmado de Armamar.

Que no lugar de S. Cosmado tem sua igreja a freguesia de Teixeiró, no concelho de Sinfâis — quando é no concelho de Baião.

Que há o lugar de S. Cosmado na Beira, na freguesia do Couto de Lima — quando é no Couto de Cima, concelho de Viseu.

São estes informes de Dr. Augusto da Silva Carvalho, autor de «O Culto de S. Cosme e S. Damião em Portugal e no Brasil», edição de 1926 ou 1928 (Prof. Camilo cita as duas datas em páginas diferentes).

P. Leal diz que a aldeia de AREJA, da freguesia de Lomba, é a antiga cidade de Anégia ou Arégia. Sobre este assunto já tenho dito bastante; ver o 2º volume desta obra,

pág. 304 — dando EJA como a dita cidade eclesiástica ou castelã, no hoje concelho de Penafiel, onde o Tâmega morre no Douro.

Nenhum autor antigo prova a localização em Areja. Os Montes Arejenses podem ter sido os de Areja, sem nenhuma relação com a antiga Anegia. Pôrto e cais de Anegia estariam bem situados onde o Tâmega morre no Douro. A igreja de Santa Marinha, próxima de Anegia, deve ser a de Figueiras, freguesia do concelho de Penafiel, e não a de Tropéço, concelho de Arouca, porque o documento de 922 diz que essa igreja está *in ripa de ipso dorio*, onde o Tâmega entra no Douro. E um documento de 1120 diz que S. Miguel de Entre-os-Rios está na raiz do Castro Anegie, discorrendo Douro e Tâmega.

Adiante. Pinho Leal julgou ter feito uma descoberta, localizando a vélha Anegia em Areja...

P. Leal diz que o mosteiro de freiras agostinhas, de Rio Tinto, foi fundado em 1062 por Diogo Trutenzedes e seus filhos Trutuzendo Dias, Gonçalo Dias e Unisco Dias, quē o dotaram com grandes rendas e com o padroado de 12 igrejas, sendo abadessa D. Hermesinda Guterres (1141). Que D. Afonso Henriques coutou o mosteiro e suas dependências, pela quantia de 500 maravedis de ouro, que lhe deu a abadessa.

Que o Mosteiro de Moreira da Maia, de crúzios, era a princípio de frades e freiras, mas, como esta circunstância trazia consigo muitos inconvenientes, foram as freiras mudadas para o Mosteiro de Rio Tinto, levando grande parte das rendas do Moreira.

Que em 1535 foram as freiras de Rio Tinto unidas às de S. Bento da Ave-Maria, do Pôrto, levando tôdas as suas propriedades e rendas e mudando a regra agostiniana para a beneditina.

Que em 824 o rei de Córdova pretendeu reconquistar o Pôrto mas que, tendo-lhe dado batalha o Conde Hermenegildo, o sangue mourisco foi tanto que o ribeiro tomou o nome de Rio Tinto, em razão das suas águas tomarem a cōr do sangue...

Que vindo do Mosteiro de Arouca, em romaria a Nossa Senhora da Silva, a rainha Santa Mafalda, filha de D. Sancho I, aqui faleceu no 1.º de Maio de 1290, sendo depois transferida para o seu mosteiro.

Que nesta freguesia há uma grande romaria no dia 11 de Julho, a S. Bento das Péras, romaria que dura 3 dias.

J. A. de Almeida, no seu «Dicionário Abreviado da Corografia de Portugal», edição de 1866, diz que Rio Tinto alude ao muito sangue que aqui se derramou na batalha que D. Ordonho II deu aos mouros, e à existência do mosteiro de freiras bentas...

Ordonho II não condiz com a data atrás citada, de 824, a que alude P. Leal. A lenda é interessante, mas temos de arranjar uma para cada terra que se chame Rio Tinto.

A «Corografia Moderna», de J. M. Baptista, diz que Rio Tinto era do antigo concelho de Aguiar de Sousa. Do antigo concelho de Gondomar, sim. Diz o mesmo de Valbom...

Tem o lugar de Forno, que talvez seja o chamado Forno de Campanhã, de que se fala nos limites do Couto de Campanhã, chamado — de Gondomar.

A população de Rio Tinto regula pela da grande vila da Póvoa de Varzim; conta 14.148 habitantes.

Que o autor de «A Vila de Valongo», P.^e Joaquim A. Lopes Reis, conta que uma tradição muito antiga diz que há muitos anos se fizera uma procissão de Rio Tinto a Valongo, com a imagem de S. Mamede, e que os habitantes daqui, senhores do santo que, por começar a chover, se recolheu dentro da igreja, nunca mais o deixaram sair, ficando desde então padroeiro de Valongo.

Tradição; no entanto é curioso que se diga — S. Mamede de Rio Tinto pertence desde há muito a Valongo, e é bom frisar-se que ainda existe um lugar de S. Mamede em Rio Tinto.

Que diz P. Leal, falando de S. Pedro da Cova:

«Cova ou silo — espécie de celeiro subterrâneo de que usavam os celtas e antigos lusitanos. Os mouros ainda hoje usam destas covas, a que chamam atamorras e matmorras (masmorra, celeiro subterrâneo ou enxovia). São como cisternas e nelas se conservam o trigo e centeio, 5 e 6 anos sem a mínima corrupção. Algumas eram feitas de pedra, mas a maior parte eram poços muito bem calçados em terrenos secos.

Que a grande mina de carvão de pedra, que dá o produto médio, anual, de 7.500 carros, foi descoberta em 1802.

Prof. Camilo diz que S. Pedro da Cova já pertenceu ao concelho e julgado de Aguiar de Sousa...

Que o jazigo carbonífero de antracite é no lugar de Vila Verde, na bouça ou campo de Barreira, descoberto quando um lavrador procedia a escavações agrícolas.

Que o cronista Frei António Brandão copia a «Crónica Gótica» (falando no Castelo de Aguiar), deste modo: «Era 1033. Almançor cepit Castellum de Aguilar, quod est in ripa Sausæ in Portugalensi Provincia»; e que Flores, que deu

correcta e ilustrada esta Crónica, conta o sucesso assim: «Era MXXXVIII. Cepit Almanzor Castellum Aquilar, quod est in ripa de Sousa Provincia Portugalensi».

Que se ignora quando os cristãos recuperaram este castelo; supondo-se ser afi pelos anos 1020, em que o infante Alboazar Ramires resgatou muitas terras ao Norte do Douro, do poder mauritano, ou que foi tomado por D. Fernando III (o Grande), pelos anos 1036.

Que é certo o Castelo de Aguiar de Sousa ainda existir em 1136, porque o Mestre da Ordem de Santiago fez então uma escritura de doação a Martim Anes do Avinalhal (que era da família dos Aguiares), na qual se lê — nossos lugares, chamados os Padrões, a que vós pusestes nome Aguiar dos Padrões, que são no Campo de Ourique...

Portanto, este Aguiar não é o de Sousa, mas os Padrões do Alentejo, no Campo de Ourique; e, sendo assim, se em 1136 Padrões já eram da Ordem de Santiago, não custa acreditar que D. Afonso Henriques, em 1139, desse a batalha de Ourique no Alentejo, acontecimento que agora se põe em dúvida por se considerar uma temeridade o Rei Conquistador embrenhar-se naquela província então...

É bom saber-se que na freguesia de S. João dos Caldeireiros, concelho de Mértola, e próximo de Padrões, existe a aldeia de Martinianes, talvez tomando o nome do tal Martim Anes do Avinalhal; como é bom saber-se que o nome de Padrões pode referir-se a quaisquer marcos comemorativos da batalha de Ourique, que também dizem ter sido perto de Padrões, em S. Pedro das Cabeças, Castro Verde.

O documento de 1136 diz — Padrões, que são no Campo de Ourique. Poderá este documento dar alguma luz à questão controvertida?

Que a Ordem recebeu, de Martim Anes, o Castelo de **Iguiar**, entregue por D. Gil Gomes, tio daquele, quando este lhe deu os castelos de Asnar, etc. (Alarcão, «Relacion. Gen.»).

Julgo que este Castelo de Aguiar não é o de Aguiar de Sousa, mas o do Alentejo, por onde imperava a referida Ordem de Santiago.

Acredito num castro ou atalaia em Foz do Sousa, como o houve em Gondomar; mas que o castelo importante foi em Aguiar de Sousa, o qual deu origem à Terra ou Julgado deste nome e podia ter sido o solar dos Aguiares.

A propósito dos pescadores de Valbom, Prof. Camilo conta-nos coisas que nos lembram costumes poveiros.

Prof. Camilo, nas Notas Adicionais, já diz que o farol (foral) da Lomba se refere a Vilar Séco da Lomba. S. Julião,

concelho de Vinhais. Dei êste informe a S. Ex.^a na Póvoa de Varzim.

Num estudo interessante sobre a etimologia de Gondomar, o Sr. Strecht de Vasconcelos diz que o concelho de Gondomar, como o de Valongo, fêz parte do antigo concelho de Aguiar de Sousa, que abrangia a freguesia de Campanhã, junto do Pôrto. Ora não sei que Gondomar e Valongo tivessem sido de Aguiar de Sousa, antes sei que, desde as Inquirições do século XIII, a Terra de Gondomar foi sempre independente, nada tendo com a Terra de Aguiar de Sousa, como Valongo houvera sido da Terra da Maia, antes de conseguir a sua independência.

Que Valongo da Estrada é povoação moderna. Ora Valongo da Estrada, ao lado de Valongo Susão, já figura no foral da Maia, de 1519, — tudo isto tão certo como 2 e 2 serem 4.

Se o bispado do Pôrto, no concílio de Lugo, ano de 601, ficou com 25 igrejas, sendo 16 no território da comarca de Britónia, ao Sul do Ave (o Ave como limite do bispado, certamente), a comarca seria a da grande Terra da Maia, e Vila Gomades a povoação de Gemunde, cujo orago é S. Cosme?

Quem quiser saber mais e muito mais de Gondomar, terra de que me ocupei largamente, leia o magnífico e notável trabalho do Ex.^{mo} Sr. Professor Camilo de Oliveira.

Disse eu atrás, no fim da página III, que o nome de *Padrões* pode referir-se a quaisquer marcos comemorativos da batalha de Ourique; mas faltou dizer, também — «se estiver errada aquela data da doação, 1136, que fala de Padrões, pondo-a posterior à data da mesma batalha, 1139». O ilustre General Vitoriano José César gentilmente me informa que a data é 1236, pois a Ordem de Santiago só foi introduzida em Portugal em 1177.



Finalmente: através dêste trabalho monográfico, alguns erros ou omissões se hão de notar, alguns dos quais facilmente corrigíveis. Assim, no 1.^º volume, pág. 17, lê-se: *o 9.^º (marco) no monte queimado, onde está o antigo marco do Couto*, em vez de: *o 9.^º no monte Queimado e o 10.^º na Devesa, onde está o antigo marco do Couto*, como pode verificar-se na pág. 19, onde está textualmente copiado o foral de D. Sancho I.

A págs. 260, a propósito dos quatro sistemas de dobras a que foi submetida a crusta terrestre, saiu o erro tipográfico *herâncias*, em vez de *hercínias*, na 2.^a linha. Mais adiante, a págs. 322, na citação dum trecho latino do poema épico de Fr. M. de Oliveira Ferreira, aparece *poles* por *proles*. A seguir, a págs. 345, faz-se a seguinte pregunta: «Estará montada essa fábrica geradora de tal energia eléctrica?» Hoje já se sabe que não está montada. E a págs. 375, falando-se do ribeiro do Corgo, na freguesia de Covelo, diz-se que ele desagua junto da Praia de Boialvo, quando é certo que desagua junto da Praia da Lixa.

No 2.^º volume, a págs. 349, aludindo-se ao antigo culto de Baco, lê-se, entre parêntesis (*Liber, bri*), em vez de (*Liber, beri*).

Neste 3.^º volume, a págs. 289, citei os dados estatísticos da produção agrícola no nosso concelho, relativos a diversos produtos, apenas até ao ano de 1926, pois me escasseavam as notas mais recentes; agora, porém, veio-me às mãos o *Boletim de Agricultura* (ano 4.^º, Outubro de 1935, n.^º 10, 3.^a série) e nêle se regista a colheita de vinho em Gondomar, nos anos de 1932 a 1934. Em 1932, foi de 2:467.900 litros; em 1933, subiu para 6:684.700; e em 1934, dá-nos a conta de 5:813.420 litros; e a média do quinquénio de 1926 a 1930, acusa 3:141.850 litros. A batata acusa, em 1932, 2:376.000 quilos; em 1933, 2:256.000; e em 1934, 1:579.200; a média do referido quinquénio foi 615.350 quilos. Quanto à colheita do milho, em litros, respectivamente, 5:449.530, em 1933; 5:294.580, em 1934; e a média do mesmo quinquénio foi de 4:916.090 litros. As restantes estatísticas não estão discriminadas por concelhos. Todos estes números me parecem bastante problemáticos; no entanto, não me foi possível encontrar outra fonte mais segura de informação.

A págs. 488, sobre caça, está escrito: «Como se vê, a Lei é deficiente e não acautela os interesses do público». E em refôrço desta opinião, escreve o

Sr. João Salema no *Portugal Cinegético*, n.º 7, de 15 de Janeiro deste ano de 1936, sobre licenças de caça: «...começa a agitar-se com insistência a ideia, que já não é nova, de duas licenças de caça: uma geral, para caçar em todo o País, e outra concelhia, segundo uns, ou distrital, segundo outros.

Um dos argumentos apresentados, inquestionavelmente de grande peso, é que o caçador pobre, da aldeia, que nunca caça fora do concelho, não deve pagar exactamente a mesma quantia que o caçador rico, que vai procurar a caça em todos os concelhos onde ela mais abunda».

Não há dúvida que o contrário é uma evidente injustiça.

FIM DO TERCEIRO VOLUME



ÍNDICE

CAPÍTULO V

	Pág.
Da instrução em geral no nosso País	5
Cadeiras do ensino primário no nosso concelho	14
Cursos nocturnos e o legado «Montenegro»	39
Escola Industrial de Marques Leitão	43
Beneméritos da instrução	49
A invenção da Imprensa e Jornalismo no País e em Gondomar	54 e
História das bibliotecas estrangeiras e nacionais	63
Biblioteca Municipal de Gondomar	66
Bibliotecas particulares do concelho	68

CAPÍTULO VI

Breves notas biográficas de varões ilustres ou ilustrados (por ordem alfabética)	75
Vida burocrática do concelho, desde 1834	196
Nota dos médicos e farmacêuticos de Gondomar, desde 1869	218

CAPÍTULO VII

Morgadios — origem, história e legislação	219
Morgados do concelho (senhorios e genealogias)	223
Brasões	243

CAPÍTULO VIII

Agricultura. Seu valor e movimento associativo	261
Sementeira e produção de milho no concelho.	277
A obra das associações agrícolas.	281

	Pág.
O trigo	285
Estatística dos géneros alimentícios, relativos aos anos de 1915 a 1918	287
Preço dos géneros de consumo há cem anos	290
O problema cerealífero	293
Arborização, mormente a de Gondomar	303
Necessidade e utilidade da cultura florestal, história e legislação a tal respeito	311
Exposições agrícolas	317
A flora de Gondomar	323
Flora médica de Gondomar	359
Flora fóssil do terreno carbonífero de S. Pedro da Cova	379
A floricultura em Gondomar	392
Árvores de fruto e plantas hortenses	395
A fauna do concelho (história e legislação)	397
História da Malacologia em Portugal e moluscos terres- tres de Gondomar	406
Avicultura	416
Fauna ornitológica gondomarense	418
Apicultura	421
Sericicultura (o bicho da sêda)	426
Mamíferos do concelho	429
O leite	432
Paleontologia relativa à região de S. Pedro da Cova e Covelo	434
A pesca no rio Douro (direitos reais, história e legislação a tal respeito. — Estatísticas)	447
História da caça, respectiva legislação e estatísticas	475
Notas adicionais ao 1.º volume	491
Notas adicionais ao 2.º volume	497
Notas adicionais ao 3.º volume	507
Apêndice	509

ÍNDICE DAS GRAVURAS DO 3.º VOLUME

	Pág.
Edifício escolar do Souto (Escola Conde de Ferreira)	16
Edifício escolar de Rio Tinto (Conde de Ferreira)	23
Retrato do bispo do Pôrto, D. João de França Castro e Moura	115
Brasão de armas d'este bispo	120
Estátua do Conde de Ferreira (escultura de Soares dos Reis)	127
Retrato de José Novais da Cunha	151
Retrato de Fr. Manuel de Santa Inez (bispo eleito do Pôrto)	180
Brasão de armas da Quinta de Bouça-Cova	250
Portão brasonado da Quinta da Lomba	257
Brasão de armas da Quinta das Sete Capelas	259
A lavoura em S. Cosme	275
Um lindo carrégo de nabos de S. Cosme	358
Fotogravura do silúrico de Covêlo e do carbonífero de S. Pedro da Cova	439



DEZEMBRO 1979

Composto e impresso

na

COOPAG, S.C.A.R.L. | PORTO

Tiragem 1.000 exemplares




Gon d o m a r
Biblioteca Municipal

BMG

O concelho de Gondomar



00005172



MG

Concelho de Gondomar



00005172